UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PEDRO BENEDETTI

As relações entre as populações provinciais romanas e os bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V (c. 350–475 d.C.)

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2023

PEDRO BENEDETTI

As relações entre as populações provinciais romanas e os bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V (c. 350–475 d.C.)

Versão corrigida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na Área de Concentração "História Social" e Linha de Pesquisa "História dos Movimentos e das Relações Sociais" como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.
Sob a orientação do Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira (Departamento de História – USP)
Doutorando: Pedro Benedetti

SÃO PAULO
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

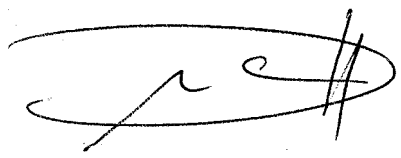
Nome do (a) aluno (a): Pedro Benedetti

Data da defesa: 22/06/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Julio Cesar Magalhães de Oliveira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/08/2023



_____

(Assinatura do (a) orientador (a)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pedro Benedetti

As relações entre as populações provinciais romanas e os bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V (c. 350–475 d.C.)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na Área de Concentração "História Social" e Linha de Pesquisa "História dos Movimentos e das Relações Sociais" como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Aprovado em 22 de junho de 2023

Banca examinadora

Professor Doutor Julio Cesar Magalhães de Oliveira (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo

Professor Doutor Glaydson José da Silva

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Professor Doutor Marcelo Cândido da Silva

Instituição: Universidade de São Paulo

Professora Doutora Margarida Maria de Carvalho

Instituição: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Dedico este trabalho ao meu pai Luis Antonio Benedetti

e à minha mãe Bianca Ferreira Borges, que sempre estiveram ao meu lado.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira, pela convivência, pela amizade e pela dedicação durante todos esses anos de pesquisa. Sua orientação contribuiu imensamente com meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos membros da banca, que se dispuseram a ler este trabalho, Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Prof. Dr. Glaydson José da Silva, Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva, Prof. Dr. Rafael Scopacasa, Profa. Dra. Érica Christhyane Morais da Silva e Prof. Dr. Daniel de Figueiredo, meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa pelo processo nº 163651/2018-3, que resultou na presente tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão do CNPq.

Ao Prof. Dr. Stéfano Paschoal, que me ajudou imensamente na elaboração do projeto de doutorado.

Ao Prof. Dr. João Bortolanza, que me fez perseverar no estudo do latim. *Nulla dies sine linea et gutta cavat lapidem*!

Aos meus amigos do Subalternos, Giovan, Jéssica, Luiz, Márcio, Nara, Juliana e Rafael, cuja amizade espero levar para além da caminhada acadêmica.

Aos meus pais e à minha família que foram meu fundamento durante todo esse percurso.

Aos meus companheiros do 42B, o melhor apartamento da História de São Paulo, Daniel Chuffi Rodrigues e Gabriel Maradei, sem os quais nada disso teria sido possível.

Aos amigos que fiz em São Paulo e no Rio.

A todos da Sociedade Pancadaria Visigodos que inspiraram este trabalho, a eterna 35ª turma de História da UFU.

A Dri pela paciência infinita nos últimos meses deste doutorado.

A todos aqui mencionados, minha eterna gratidão.

Pourquoi ne renverrait-il pas dans les forêts de la Franconie toutes ces familles qui conservent la folle prétention d'être issues de la race des conquérants et d'avoir succédé à des droits de conquête *?*

Emmanuel Joseph Sieyès

Resumo

Benedetti, Pedro. **As relações entre as populações provinciais romanas e os bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V (c. 350–475 d.C.)**. 2023 Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Nesse trabalho, buscamos compreender como se davam e como se transformaram as relações entre as populações provinciais romanas e os bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V. Para isso, abordamos três contextos principais nos quais elas surgem na documentação: as fronteiras, as cidades e os assentamentos. Partimos do ponto de vista de que as identidades de "romanos" e "bárbaros" são fluidas e confrontamos as situações em que essas interações surgiram em documentações de natureza distinta para mostrar que nem sempre as relações entre os provinciais e bárbaros giravam em torno do fenômeno identitário. Diante disso, investigamos também sob que circunstâncias e com qual intencionalidade essas categorias identitárias foram mobilizadas nesses contextos.

Palavras-chave: Bárbaros. Provinciais. Identidades. Gália. Antiguidade Tardia

Abstract

Benedetti, Pedro. **The relations between Roman provincial populations and the barbarians in 4th and 5th century Gaul (c. 350–475 d.C.)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

In this work, we seek to understand how the relations between the provincial Roman populations and the barbarians in the 4th and 5th century Gaul took place and how they were transformed. To this end, we approached three main contexts in which they appear in the documentation: borders, cities and settlements. We start from the point of view that the identities of "Romans" and "barbarians" are fluid, and we confront the situations in which these interactions emerged in different types of documents to show that relations between provincials and barbarians did not always revolve around the phenomenon identity. In view of this, we also investigated under what circumstances and with what intention these identity categories were mobilized in these contexts.

Keywords: Barbarians. Provincials. Identities. Gaul. Late Antiquity.

Sumário

Introdução.....9

Parte I

Capítulo I – As relações entre bárbaros e provinciais na fronteira do Reno (c. 350 – 400).....27

1.1. Concebendo as fronteiras: a forma e a função do limes.....29

1.2. Novas palavras para novas realidades: *limes*, *fines*, *terminus* e o surgimento do *barbaricum*.....38

1.3. Os usos políticos do *limes*: a violência na fronteira e a legitimidade do poder imperial frente aos provinciais.....47

1.4. Entre a fronteira mobilizada e a fronteira vivenciada.....54

Capítulo II – As respostas das populações urbanas das Gálias diante das invasões bárbaras (c. 350–395).....73

2.1. Realidades locais e a urbanização das Gálias: O surgimento da *civitas* e sua importância para a emergência de uma identidade regional galorromana.....74

2.2. A ameaça bárbara às cidades, as mobilizações locais e o regionalismo galorromano em relação ao poder imperial.....80

2.3. As muralhas das cidades galorromanas e os meios de defesa de seus habitantes.....93

2.4. Cidades sitiadas: os provinciais galorromanos diante dos cercos impostos pelos bárbaros durante o século IV.....100

Capítulo III – Bárbaros de dentro? As populações bárbaras assentadas nas Gálias e os provinciais (c. 350–406).....115

3.1. O plano de fundo do tema dos assentamentos bárbaros: a questão dos *agri deserti*.....117

3.2. Percepções de vazio nos campos e o construto retórico imperial acerca dos assentamentos.....127

3.3. Formas de assentamento: definições, cronologia e particularidades da prática nas Gálias.....137

3.4. As relações entre os assentados bárbaros e as populações provinciais: entre normatização e prática.....149

Parte II

Capítulo IV – Novos atores e novas fronteiras: as relações entre bárbaros e provinciais da perda do controle do Reno à fronteira da Aquitânia visigótica (406–475).....161

4.1. A retirada da fronteira do Reno e a travessia de 406/7.....163

4.2. A natureza do domínio visigótico na Aquitânia e suas fronteiras.....175

4.3. Fronteiras em negociação: um mundo dividido entre a *Romania* e a *Gothia*.....189

4.4. Vivenciando as novas fronteiras: circulação de pessoas e restrições de trânsito no sul das Gálias no século V.....199

Capítulo V – As cidades e a presença gótica no sul das Gálias: o regionalismo galorromano entre cooperação e resistência (418–475).....207

5.1. A transferência da capital da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles e o enfraquecimento da presença imperial nas Gálias.....209

5.2. Novos pertencimentos e a proeminência do regionalismo galorromano.....220

5.3. A ascensão do bispo como *caput civitatis* nas Gálias.....232

5.4. O bispo na muralha e o bispo na corte: estratégias de resistência ou cooperação das cidades galorromanas diante dos avanços visigóticos.....235

Capítulo VI – As relações entre os assentados godos e os provinciais no sul das Gálias (418–475).....243

6.1. Por que os godos e por que o sul das Gálias? Os motivos para o assentamento de 418.....245

6.2. As condições do assentamento dos visigodos no sul das Gálias e suas peculiaridades.....259

6.3. Quem eram os assentados e quais foram suas relações com os provinciais galorromanos?.....271

Conclusão.....279

Referências Bibliográficas.....285

Lista de imagens

Figura 1: Mapa das fortificações romanas tardias no Reno e Danúbio.....34

Figuras 2: Mapa das fortificações romanas no Reno e Germânia entre 19 a.C. e 16 d.C.....41

Figura 3: Mapa da distribuição de achados de ânforas do tipo Oberaden 74.....41

Figura 4: O depósito de objetos metálicos de Soulce-Cernay.....67

Figura 5: Lápide de Viatorino.....70

Figura 6: Moeda de Póstumo.....83

Figuras 7 e 8: A diversidade do traçado e dos formatos das torres e portões das muralhas tardias galorromanas.....95

Figura 9: Desenho do medalhão de Lyon.....131

Figura 10: Reversos de moedas do tipo FTR.....134

Figura 11: Mapa dos lugares mencionados na *Notitia Galliarum*.....223

Figura 12: Mapa dos domínios bárbaros nas Gálias e Hispânia em 418.....247

Introdução

A ideia de um mundo romano corrompido, mas que ainda se apoiava em um passado de glórias, sendo invadido por hordas subsequentes de bárbaros furiosos se tornou senso comum ao menos desde a consolidação da noção de que o período que se seguiu à deposição de Rômulo Augústulo foi uma Idade das Trevas, em oposição ao mundo clássico. Encontramos tais representações em filmes e romances, ensinamos História Antiga nas escolas apoiados em noções claras da oposição entre romanos e bárbaros, como se indivíduos na Antiguidade de modo geral se identificassem com um ou outro grupo em todas as relações que estabeleciam e, mais do que isso, como se tais grupos fossem fixos, homogêneos e bem delimitados. Assim, imagem do bárbaro seminu, coberto apenas por peles de animais, com barba e cabelos grandes, armado com machado e de expressão ameaçadora em contraste com o romano imberbe, com sua vestimenta característica, seu cabelo aparado e aparência civilizada acabou por se perpetuar no imaginário popular.

Um bom exemplo desse imaginário que se formou acerca das relações entre bárbaros e romanos são as pinturas que as retratam do século XIX em diante. Por mais que desconheçam os eventos específicos que elas representam ou personagens envolvidos, as pessoas conseguem facilmente identificar esses dois tipos diante de quadros como *Destrucion* (1836) de Thomas Cole, *Attila suivi de ses hordes barbares* (1847) de Eugène Delacroix, *Le sac de Rome par les barbares en 410* (1890) de Joseph-Noël Sylvestre ou seu contemporâneo e quase homônimo *Le Sac de Rome* de Evariste-Vital Luminais (1890). Mesmo posteriormente, na célebre ilustração *Alaric's Goths sack Rome*, feita para o artigo intitulado *New Views of Medieval Europe* de Kenneth Setton para a National Geographic de 1962, podemos diferenciar claramente Alarico e seus seguidores godos, retratados como bárbaros loiros, de cabelos grandes, bigodes e barbas proeminentes, vestimentas e adereços tidos como tipicamente germânicos, postura e atitude ameaçadora, da população romana saqueada composta por mulheres e por jovens imberbes, de cabelos castanhos e curtos, vestidos com suas togas à maneira clássica, aterrorizados diante da violência dos saqueadores.

Porém, a imagem da selvageria bárbara diante da civilidade romana não persistiu apenas nas artes e na cultura popular, mas também enviesou fortemente e durante muito tempo os estudos sobre temas que perpassassem a Antiguidade. Um exemplo notável é o tratamento diferenciado que receberam dois personagens das altas esferas do poder do século V: o rei ostrogótico Teoderico e o imperador Valentiniano III. O primeiro, embora tivesse passado sua

infância em Constantinopla cercado de eruditos conhecedores do cânone greco-romano e tivesse demonstrado uma sutileza política inigualável, foi retratado em muitos estudos como um homem violento, iletrado e imprevisível, que matou seu predecessor e um de seus cortesãos com suas próprias mãos (e.g.: Hodgkin, 1897: 126–7; Wallace-Hadrill, J. 1967: 33). Não raro, seu temperamento foi associado à sua origem bárbara (Stein, 1949: 107–9), muito certamente em virtude de lermos sobre ele em um *corpus* majoritariamente favorável tanto a Justiniano quanto a Belisário e suas guerras de reconquista na Itália e no norte da África. Curiosamente o imperador Valentiniano III não era descrito nesses termos. Apesar de ter matado de maneira semelhante seu general Aécio não mais do que cinquenta anos antes do reinado de Teoderico, suas atitudes foram frequentemente compreendidas pelo prisma das intrigas palacianas próprias do universo político imperial da sua época (Stein, 1959: 337–42; 347–50), de forma que sua origem ou "etnicidade" não entravam na questão (Amory, 1997:1).

Ao estudioso da Antiguidade, é perceptível que os estereótipos de "romanos" e "bárbaros" foram incorporados ao pensamento sobre o período já há muito tempo, quando as descrições etnográficas gregas e latinas, compostas à medida em que o Império Romano ou os reinos helenísticos se expandiam e entravam em contato com outros povos, foram tomadas quase como observações antropológicas objetivas e, a partir daí, foram incorporadas às obras historiográficas. A aparência horrível, a fala e os gritos de guerra sem igual, a estatura desmesurada, armas pesadas, lanças peculiares e modo de batalha indisciplinado dos povos do norte parecem já fazer parte de um ideário que permeava o substrato cultural de aristocratas letrados como Plutarco (*Vit*. *Mar*. 15) e Tácito (*Germ*. 4–6). Depois de sua descoberta em 1455, a *Germânia*, obra etnográfica de autoria desse último, despertou o interesse de humanistas alemães como Ulrich von Hutten, Conrad Celtes e Johannes Aventinus por representar, em sua visão, uma autêntica fonte sobre os costumes, a aparência, a organização social e a cultura dos povos que habitavam a região, servindo assim como uma espécie de testemunho da ancestralidade comum dos povos alemães, uma espécie de marco fundador cuja influência seria sentida nos séculos que se seguiram (Krebs, 2012: cap. 4).

A partir de então, a reivindicação de uma ancestralidade direta com esses povos foi mobilizada nos mais diversos contextos e para os mais variados fins na Europa na Idade Moderna e Contemporânea. A história dessa continuidade era colocada de maneira linear, com marcos bem estabelecidos, de maneira sucessiva e partindo da premissa básica de que o Império Romano do Ocidente, pelos mais diversos motivos, não pôde mais manter fora de suas fronteiras os povos germânicos que fundaram reinos em suas antigas províncias predecessores

das organizações políticas europeias modernas.

Os visigodos atravessaram o Danúbio em 376, vagaram pelos Balcãs, pela Itália, sul da França e Espanha, tendo estabelecido o primeiro reino bárbaro no ocidente em 418 ou 419 na Aquitânia até que foram expulsos dessa região pelos francos em 507, reestabelecendo seu reino na Espanha e uma parte da Septimânia até 711. O segundo momento de ruptura das fronteiras romanas foi 406/7, quando uma confederação de vândalos, alanos e suevos cruzou o Reno congelado, saquearam as Gálias e estabeleceram reinos efêmeros na Espanha em 409. Vinte anos depois, os vândalos atravessaram o Estreito de Gibraltar para a África e estabeleceram no que é hoje a Tunísia e seus entornos um reino permanente até que as forças do Império Bizantino reconquistaram o território em 533. A confederação dos francos, que havia sobrevivido à travessia de 406, aproveitou-se da fraqueza do Império e começou uma migração em direção ao território hoje correspondente à Bélgica, estabelecendo um domínio duradouro na região onde hoje se situam as atuais França, Suíça e na parte mais ocidental da Alemanha entre 480 e 535. Por último, a Itália entrou sob domínio bárbaro em 493, quando os ostrogodos, que haviam adentrado o Império em 455, tomaram a península na qualidade de federados bizantinos, mas acabaram por estabelecer nela seu próprio domínio. O Reino Ostrogótico foi tomado pelos bizantinos em uma guerra de reconquista que durou e 535 a 553, mas no fim eles falharam em defender o norte da Itália dos lombardos em 468.

Nesse esquema, pressupõe-se que essas entidades, caracterizadas pelos seus etnônimos, eram comunidades de ascendência comum auto-reprodutivas, entendidas posteriormente como biologicamente fechadas e etnicamente semelhantes, germânicas (Taylor, 1894). Os seus movimentos, por vezes erráticos, tinham como motor primeiro estímulos simples como a fome, busca por terras melhores ou o mero desejo de pilhar as riquezas de Roma – algo que foi muito bem representado nas pinturas que tinham como o tema o Saque de Roma de 410, mencionadas no início dessa introdução. Peter Heather (1999a: 43) crê que uma analogia razoável para caracterizar essa narrativa histórica é a do bilhar. Cada um desses povos foi entendido como uma bola de bilhar que recebeu uma tacada em algum lugar fora do Império. Depois de rolar e bater em um ou outro canto, ou em outras bolas, gerando outros movimentos mais, elas eventualmente estagnaram em algum lugar. Dessa forma, entendia-se, por exemplo, que os godos do norte do baixo Danúbio são os mesmos godos que se assentaram na Espanha, pois as fontes os chamam exatamente do mesmo nome: godos.

O modelo das bolas de bilhar, pelo qual entendia-se que as invasões bárbaras levaram ao fim o Império Romano do Ocidente, permaneceu por muito tempo o paradigma explicativo

do surgimento dos reinos germânicos que deram início à Idade Média e que estariam nas origens das sociedades ou mesmo determinados grupos sociais das sociedades europeias dos séculos XVIII e XIX. A questão que se colocava nas reivindicações de ancestralidade desse período era, principalmente, quem descendia de qual povo. Depois, onde e de que forma esse povo teria terminado sua jornada (Wood, 2008). Isso fica muito explícito no debate político-histórico que é travado entre Henri Comte de Boulainvilliers e Jean-Baptiste Dubos entre os anos 1720 e 1730 em suas respectivas obras *Essais sur la noblesse de France* e *Histoire critique de l'établissement de la monarchie Françoise dans les Gaules*.

Em um momento de críticas contundentes e agitações contra a nobreza francesa, um prelúdio do ambiente revolucionário, Boulainvilliers argumentou que o direito de domínio dessa classe social sobre as outras advinha do fato de que eles descendiam dos francos que tinham conquistado as Gálias e escravizado as populações galorromanas, que seriam ancestrais das outras classes. Dubos, por sua vez, argumentou através de uma leitura cuidadosa das fontes que não houve uma conquista franca, mas que as Gálias haviam sido entregues aos bárbaros por meio de uma série de acordos diplomáticos que culminaram no reconhecimento do direito merovíngio de domínio sobre a Provença em 530 por parte dos bizantinos. Seu objetivo central, como apoiador da casa de Bourbon, era mostrar que a monarquia francesa havia sido reconhecida por uma instituição tão antiga quanto Cristo, o próprio Império Romano, o que justificava o poder divino atribuído à dinastia. No posterior contexto revolucionário, a violência da interação entre francos e galorromanos foi mobilizada por Montesquieu no célebre *Esprit des loix* e pelo abade de Mably em sua obra *Observations sur l'histoire de France* para argumentar que o Terceiro Estado, descendente desses últimos e, portanto, historicamente oprimido, deveria se levantar contra o Antigo Regime. Paradoxalmente, ambos também reconheciam as tradições de liberdade e igualdade, valores que lhes eram caros, que Tácito atribuía aos povos da Germânia (Wood, 2008: 61–7).

Numa apropriação diametralmente oposta, a saber, a mobilização de uma herança civilizacional deixada pelos romanos, poder-se-ia relacionar o Império Britânico ao Romano criando alusões de toda sorte, afinal, abundavam os instrumentos de domínio britânico – títulos, slogans, símbolos, ornamentos – que haviam sido criados na época Vitoriana, um período no qual o estudo dos autores clássicos nas escolas da elite estava em seu ponto mais alto. Em muitos sentidos, poder-se-ia imaginar que o Império Britânico se imbuiu de uma missão civilizadora, que para muitos fora legada pelo Império Romano (Woolf, 2011: 2). Edward Gibbon, em seu clássico *The Decline and Fall of the Roman Empire*, publicado entre 1776 e

1788, concebia uma civilização que irradiava do centro do mundo greco-romano. E quanto mais determinado povo estivesse afastado dali, mais selvagem ele seria. Civilização era, *a priori*, o modo de vida, a sociedade, a cultura e as instituições políticas do Império Romano. Por isso, segundo o historiador inglês, havia uma gradação no nível de civilidade dos povos, de maneira que, depois da travessia do Danúbio pelos godos em 374, abriu-se caminho para a invasão de muitas tribos hostis mais selvagens do que eles próprios, ou seja, povos ainda mais afastados dos que aqueles que ocupavam a fronteira danubiana e que tinham contato com a "civilização". Gibbon chega mesmo a afirmar que, ao invés da racionalidade e do pensamento, a ação pelos instintos era a principal característica dessas "tribos selvagens da humanidade, na medida em que se aproximam da condição de animais (Gibbon, 1932: 409)". Para o leitor atento dos documentos da Antiguidade tardia, é inescapável que sua narrativa faz eco à famosa descrição dos hunos por Amiano Marcelino, considerado por Gibbon seu guia preciso e fiel (Gibbon, 1932: 430). Esses povos se comportam "à maneira dos animais irracionais e ignoram completamente seja o honesto ou o desonesto (Amm. Marc. 31, 2, 11)"[1] e se assemelham a "bestas bípedes (...) embora em forma humana (Amm. Marc. 31, 2, 2–3)."[2]

No século XIX duas dinâmicas históricas fazem com que as atenções dos estudiosos se voltem novamente para as relações entre romanos e bárbaros e o papel das invasões bárbaras na queda do Império Romano do Ocidente: a divulgação das ideias evolucionistas e o surgimento dos Estado-nacionais modernos (Wood, 2013). Se anteriormente cada um dos povos bárbaros identificados pela documentação era visto como uma entidade cultural homogênea da qual grupos específicos da sociedade tiveram origem, a partir desse momento os intelectuais partidários do pangermanismo, como Ernst Hasse, e do pan-eslavismo, como Jan Kollár, passaram a ver neles grupos raciais, genéticos, que estariam nas origens dos povos europeus de seu tempo (Chickering, 1984: 74–101; Maxwell, 2018). Isso viria a justificar novas guerras de expansão, com o pretexto da reunificação de um grande "povo germânico" sob a égide de um Estado pensado como a expressão política dessa comunidade étnica, em oposição aos europeus mais próximos do Mediterrâneo, vistos como descendente dos romanos.

Esse tipo de apropriação da Antiguidade como parte da construção de uma identidade nacional se tornou cada vez mais comum à medida em que os estados nacionais foram se consolidando. Reivindicações de ancestralidade coletiva com base nesses textos e na forte marcação da diferença entre os povos nas descrições podem ser observadas todas as vezes em

[1] *Inconsultorum animalium ritu, quid honestum inhonestumve sit, penitus ignorantes*...
[2] *bipedes bestiae* (...) *in hominum autem figura*.

que ideias nacionalistas tomam forma nos países europeus. O economista e sociólogo alemão Werner Sombart (2001: 234–5), em um contexto de exaltação da identidade nacional alemã recém-formada, toma emprestada a descrição taciteana da geografia da Germânia para afirmar que "durante milhares de anos povos e raças (nosso ancestrais) habitavam as úmidas florestas, brejos, nevoeiros, o gelo, a neve e a chuva". E ao tornar essa região habitável, esses povos teriam desenvolvido uma "ligação tenra de amor e amizade com natureza", relação que os alemães contemporâneos de Sombart teriam herdado, ao contrário do homem do sul, que "enxerga a natureza somente como um instrumento a serviço da civilização".

Como não poderia deixar de ser, a ocupação nazista da França na Segunda Guerra Mundial suscitou em seus historiadores uma resposta diametralmente oposta às ideias que haviam culminado em um regime ancorado na ideia da pureza racial germânica. Foi, portanto, em fins da década de 1940, que se elegeu primeiramente o problema bárbaro (ou germânico) como principal fator para a queda do Império. O clássico *L'Empire Chrétien*, publicado originalmente em 1947, obra na qual o historiador francês André Piganiol cunhou a célebre frase "o império não teve uma morte natural, ele foi assassinado (Piganiol, 1972: 466)", deixa claro que para o estudioso o constante conflito entre romanos e bárbaros culminou no triunfo desses últimos sobre uma civilização que, do contrário, teria permanecido. Mostrando um pensamento semelhante, Pierre Courcelle defende em sua *Histoire littéraire des grandes invasions germaniques*, livro publicado originalmente em 1948, que a complacência dos funcionários romanos para com os invasores, almejando favores e concessões deles, favoreceu a instalação deles e a coabitação com os bárbaros acabou fazendo com que regiões como a Gália se tornassem desfavoráveis à reintegração ao "mundo civilizado", quando das reconquistas de Justiniano (Courcelle, 1964: 256–7).

Não é difícil perceber que Piganiol projetou a França antes do conflito mundial em seu ideal de civilização subjugado pela barbárie germânica, a Alemanha, e que Courcelle faz alusão ao governo colaboracionista de Vichy ao denunciar os romanos que se aliam aos bárbaros para favorecimento próprio. Esse desenvolvimento da historiografia sobre o tema durante meados do século passado contribuiu fortemente para que gerações posteriores projetassem as diferenças modernas que temos em relação a identidades nacionais, com fronteiras, línguas e costumes bem definidos, nas relações entre romanos e bárbaros do Império Romano tardio. O *limes* reno-danubiano era visto, assim, como um limite análogo a uma fronteira de um Estado-nação moderno, que separa romanos dos bárbaros tal qual os franceses dos alemães.

Anos depois, na monumental síntese sobre os aspectos administrativos, sociais e

econômicos do Império Romano tardio de Arnold H. M. Jones, intitulado *The Later Roman Empire* (1964), podemos perceber a emergência de um desconforto, se assim podemos dizer, por parte dos estudiosos com os grandes modelos interpretativos sobre o declínio e queda do Império Romano do Ocidente, especialmente aqueles que envolviam uma convulsão violenta causada pelas invasões bárbaras (Ward-Perkins, 2008: 193). Mas foi somente na década de 1970 que vimos a consolidação de uma mudança de paradigma operada sob o prisma da noção de Antiguidade Tardia.

Surge desse desconcerto, assim, uma tendência historiográfica que não é inexoravelmente ligada a alguma grande teoria do declínio. Depois dessa "revolução" historiográfica, que tomou forma com os trabalhos visionários de Santo Mazzarino (1991), Peter Brown (1971) e Henri Irénée Marrou (1977), o período passou a ser visto como um tempo de renovações vibrantes e de riqueza cultural. Novos interesses surgiram e estudiosos buscaram compreender o desenvolvimento das sociedades na Antiguidade Tardia por um olhar que não fosse unicamente aquele que nos saltava aos olhos ao lermos os documentos escritos produzidos nos grandes centros do Império. Nesse contexto, as novas perspectivas trazidas pela Antiguidade Tardia possibilitaram a emergência de uma miríade de trabalhos que buscaram interpretar os documentos históricos desvelando neles relações sociais entre romanos e bárbaros para além do confronto e violência, dando grande importância aos movimentos de assimilação e convivência pacífica. Tirou-se o foco das noções de decadência cultural, técnica, moral, social e os efeitos deletérios das relações com os povos ditos bárbaros, fazendo com que as narrativas sobre Antiguidade Tardia ganhassem um novo contorno.

Nesse ínterim, o diálogo intenso dos historiadores da Antiguidade Tardia com diversas áreas do conhecimento, como a linguística, a arqueologia, a sociologia e a antropologia, bem como o conhecimento de seus vários desdobramentos teóricos, possibilitaram o desenvolvimento de diversos modelos interpretativos acerca das relações entre bárbaros e romanos e do estabelecimento dos reinos bárbaros no interior do território romano. Essa renovação historiográfica veio a calhar para os estudiosos da Antiguidade Tardia ocidental que desejavam se afastar das ideias raciais que haviam fundamentado a ideologia nazista anos antes. Esse anseio pode ser percebido muito bem, quando em 1958 Eugen Ewig publicou um estudo no qual argumentava pela fluidez das denominações étnicas antigas, postulando que o elemento da territorialidade tinha mais importância na autodefinição étnica dos indivíduos na Antiguidade do que sua descendência propriamente dita. Ou seja, era mais provável que qualquer um que vivesse em um território denominado *Francia* regido por um *rex Francorum*

desenvolvesse um sentimento de pertencimento aos francos do que por causa de uma suposta afiliação genética/biológica (James, 2009: 105). Ou seja, os debates em torno da Antiguidade Tardia permitiram aos estudiosos do pós-guerra contestar a antiga ideia de que uma continuidade imutável, de natureza biológica e genética, conectava os povos germânicos da antiguidade aos povos europeus modernos.

Munidos de novas ferramentas de pesquisa e conhecimentos e imbuídos de um espírito multidisciplinar, estudiosos da segunda metade do século XX abriram caminho para novas interpretações sobre o período das "grandes migrações" e as sociedades singulares que surgiram desse processo, bem como as novas identidades que vieram paulatinamente suplantando as antigas. Surge assim o modelo de etnogênese, conceito cunhado por Reinhard Wenskus, que foi utilizado e popularizado pelo historiador austríaco Herwig Wolfram em 1979 para descrever a transformação do mundo romano tardio como uma sucessão de processos etnogênicos. Segundo a teoria de Wenskus, a existência de um pequeno *Traditionskern* (um núcleo de tradição que não era necessariamente uma casa real) era capaz de transmitir e disseminar tradições étnicas poderosas o suficiente para servir de substrato para a formação identitária de uma população maior. A etnogênese é, portanto, o processo pelo qual pessoas de origens diversas são atraídas a uma nova comunidade étnica e acabam por se convencerem por tais tradições ancestrais, oralmente transmitidas, de que elas partilhariam de uma origem comum e deveriam viver de acordo com determinadas normas (Pohl, 2002: 221–40). Para os pesquisadores da chamada Escola de Viena, as dinâmicas culturais específicas de etnicidade traçadas desde a "proto-história" do norte da Europa emergem como as engrenagens de mudança que vieram a criar as novas identidades, que por sua vez formaram a base para os chamados "reinos sucessores". Esse modelo historiográfico busca explicar a transição do mundo clássico ao medieval como consequência de identificações étnicas que suplantaram as formas helenísticas de discurso público (Gillett, 2006).

No entanto, a ideia de Wolfram de que era possível resgatar essas tradições orais que jaziam por trás dos documentos escritos e reconstruir a *gens* que era o cerne portador da tradição aglutinadora não tardou a encontrar seus oponentes. A crítica recai sobre o romantismo mítico com o qual os seguidores de Wenskus extrapolaram a natureza germânica das tribos que migraram para o Império Romano. As confederações de povos eram absolutamente heterogêneas em suas línguas, costumes, técnicas e estruturas sociais (Bowlus, 1995). O conceito mesmo de "invasões germânicas", que havia se enraizado nos estudos acerca da Antiguidade e influenciou as leituras sobre a relação entre os provinciais romanos e os povos

da fronteira reno-danubiana desde então, foi relativizado enormemente. A ideia era "reformar o pensamento (...) sobre os bárbaros na antiguidade tardia ao rejeitar os conceitos anacrônicos de 'germano' e 'germânico'" (Goffart, 2006: 6). Contrariamente ao grande guarda-chuva étnico dos germanos sob o qual eram colocados indistintamente quase todos os povos da Europa central, historiadores como Walter Goffart argumentam que os "bárbaros" não eram forasteiros vindos de muito longe, mas "eram partes conhecidas da paisagem" (Goffart, 2006: 237).

O debate entre defensores da etnogênese e seus críticos se prolongou nas décadas seguintes[3] e novos desenvolvimentos do contexto historiográfico trouxeram outros elementos para a discussão. Durante os anos 1990 o entusiasmo diante da possibilidade de reunir todos os países europeus numa aliança diplomática e econômica impulsionou novos estudos acerca dos mais variados aspectos da Antiguidade Tardia. No mesmo ano da fundação da União Europeia, em 1993, a European Science Foundation decidiu financiar um projeto monumental chamado *The Transformation of the Roman World*, reunindo 150 pesquisadores renomados para investigar "as origens da Europa e a emergência das nações europeias, retomando as encruzilhadas do fim do mundo antigo."[4] Apesar de não ter como foco as interações entre romanos e bárbaros na Antiguidade Tardia, o tema está sempre presente em um dos cinco eixos temáticos do projeto. No espírito de unidade europeia que aflorava da recém-criada comunidade, muitos estudos passaram a se concentrar na compreensão do papel das interações pacíficas entre os provinciais romanos e os povos que habitavam além da fronteira reno-danubiana na construção da identidade étnica dos "reinos bárbaros" que viriam a surgir no território do Império Romano do Ocidente.

Na esteira dessas interpretações, historiadores como Guy Halsall (2007: 411) argumentaram que houve uma simbiose entre o Império e os bárbaros, de forma que as transformações internas criaram um vácuo de poder aproveitado pelos "chefes das fronteiras" para se moverem em direção aos confins do Império Romano. E se esse foi um longo processo observável nos documentos dos quais dispomos, o estabelecimento desses povos em território romano e sua etnogênese podem certamente ser descritos em termos de assimilação, aculturação e acomodação (James, 2010). Essa corrente historiográfica tende a relativizar enormemente a forte oposição entre romanos e bárbaros que encontramos nos registros historiográficos antigos, usando da teoria crítica literária para enfatizar o contexto cultural, político e social dos indivíduos que produziam os documentos escritos, bem como suas intencionalidades e os

[3] A coleção organizada por Andrew Gillett em 2002, já citada, traz artigos de ambos os grupos e mostra o quão produtivo e longevo foi o debate.

[4] http://www.brill.com/publications/transformation-roman-world acesso em 21/08/2017.

públicos aos quais eram destinados.

Porém, nem todos os historiadores se convenceram do caráter relativamente pacífico pelo qual se deram as interações entre provinciais e bárbaros na Antiguidade Tardia. Dando uma ênfase maior à questão da narrativa histórica, os opositores dessa corrente interpretativa, como Peter Heather, argumentam que "o processo intelectual próprio para a crítica literária nem sempre é adequado para os estudos históricos", pois diferentemente da ficção, "o que as fontes descrevem não são sempre construções da imaginação de seu autor. A História, como o sistema legal, tem de lidar com quantidades reais de propriedade saqueada e cadáveres (Heather, 2006: 483)." Utilizando-se eles também de um vasto conhecimento arqueológico, Brian Ward-Perkins, outro representante desse grupo de historiadores desafia a visão corrente na Europa e Estados Unidos de que "os assentamentos bárbaros ocorreram de maneira natural, orgânica e geralmente pacífica", argumenta "que a chegada dos povos germânicos foi bastante desagradável para a população romana e que os efeitos em longo prazo da dissolução do Império foram dramáticos" (Ward-Perkins, 2005: 10).

Em resposta a esses críticos, anos depois da consolidação da Antiguidade Tardia como uma periodização independente e um campo de estudos autônomo, os proponentes de uma visão mais nuançada desse período chamam a atenção para a perigosa virada em direção às imagens convencionais da queda de Roma que estão no cerne de discursos eivados de medo e preconceito de políticos extremistas e demagogos. Em um longo prefácio à edição especial do décimo aniversário de seu *The Rise of Western Christendom*, Peter Brown (2013: xxx–ii) designa os autores de obras que retomam narrativas de declínio e queda de catastrofistas e tece uma série de críticas aos seus trabalhos. Brown chama a atenção para uma imagem idealizada presente nesses trabalhos de um Império Romano entendido como um maravilhoso precedente para o qual a moderna Europa deveria aspirar, ao mesmo tempo em que aponta duramente a forma caricatural com a qual esses autores apresentam os argumentos de seus adversários, como se eles negassem que qualquer violência envolvendo bárbaros e romanos tivesse acontecido no período.

Ao fim, Brown (2013: xxxii) chega mesmo a concordar com os argumentos de um "catastrofista" como Wolf Liebeschuetz (2004), quando ele afirma que muitas das mudanças no mundo romano teriam sido acompanhadas daquilo que muitas pessoas entenderiam como uma piora em sua condição material de vida. Mas mesmo essa piora, continua o estudioso, tem sua historicidade e deve ser compreendida como tal em seu próprio ritmo e em sua própria região, não como produto de um cataclisma generalizado que resultou das "invasões bárbaras"

e se estendeu do último século do Império Romano do Ocidente até o período de Carlos Magno. Devemos reconhecer, conclui Peter Brown, que não houve tão somente um mundo pós-romano, mas várias realidades pós-romanas.

Nesse contexto, temos observado grandes avanços nos debates do campo da teoria social. Os modelos normativos de culturas e identidades fixas, favorecidos tanto pelas nossas noções de Estado-nação modernas quanto pela herança da historiografia antiga, começaram a dar lugar a abordagens mais construtivistas que questionam a ideia de que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo partilham o tempo todo da mesma identidade e orientam seus comportamentos quotidianos a partir de um sentimento único de pertencimento. Considera-se hoje mais a pluralidade e fluidez das identidades sociais do que a rigidez dessas categorias. Mesmo a ideia de "etnogênese", que pressupõe o nascimento, a continuidade e a fixidez de uma identidade étnica, foi colocada em xeque (Gillett, 2006). Pode-se dizer que os estudos sobre as identidades sociais têm sido transformados nas últimas décadas à luz dos debates da teoria social.

De fato, o atual processo de globalização tem instigado os historiadores a buscarem abordar questões identitárias em seus trabalhos e, como notou Margarida Maria de Carvalho (2009: 10), o estudioso da antiguidade não se encontra, de forma alguma, alheio a esse movimento. Os recentes desdobramentos do campo da teoria social no que tange os estudos sobre as identidades têm muito a contribuir com os estudos sobre as relações entre as populações provinciais e os bárbaros. Os modelos normativos de culturas e identidades fixas, favorecidos tanto pelas nossas noções de Estado-nação modernas quanto pela herança da historiografia antiga, podem dar lugar a abordagens mais construtivistas que questionam a ideia de que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo partilham o tempo todo da mesma identidade e orientam seus comportamentos quotidianos a partir de um sentimento único de pertencimento. Nosso trabalho se insere num esforço mais amplo de questionamento desses modelos normativos, considerando, portanto, mais a pluralidade e fluidez das identidades sociais do que a rigidez dessas categorias (Oliveira, 2020). Seguindo o apontamento de Regina Bustamante (2006: 131), consideramos que a "identidade romana" se constitui como uma construção social que emerge não apenas do hábito, mas também das tensões e negociações próprias da prática social.

Neste estudo, partimos também do ponto de vista de que as identidades assumidas por grupos ou indivíduos em suas diversas relações quotidianas não são cristalizadas e homogêneas, mas sim fluidas. O que significa que, para determinadas finalidades e em várias circunstâncias,

diferentes identidades podem ser assumidas pelos agentes sociais, ainda que aparentemente antagônicas entre si. O ponto de vista da "etnicidade sem grupos" vem sendo defendido por sociólogos como Rogers Brubaker (2002: 163), que desenvolve sua teoria em oposição ao que ele chama de grupismo:

> [grupismo é] a tendência de tomar grupos distintos, nitidamente diferenciados, internamente homogêneos e externamente delimitados, como constituintes básicos da vida social, protagonistas centrais de conflitos sociais e unidades fundamentais da análise social. No domínio da etnicidade, nacionalismo e raça, quero dizer por 'grupismo' a tendência de tratar grupos étnicos, nações e raças como entidades substanciais para os quais podem ser atribuídas ações e interesses.

A tendência a tomar bárbaros e romanos como grupos distintos e nitidamente diferenciados prevalece no interior dos estudos sobre os contatos entre romanos e bárbaros em parte devido ao fato de que os próprios historiadores e cronistas da Antiguidade Tardia, documentos cruciais para o período, se utilizavam de construções identitárias internamente homogêneas e externamente delimitadas. Devemos, então, desviar o olhar da constituição dos grupos sociais para o processo pelo qual as categorias são utilizadas pelos indivíduos para atribuir sentido ao mundo social (Brubaker, 2002: 170). Isso implica em considerar o fenômeno dos agrupamentos (mais do que grupos) como eventos contingentes, circunstanciais, que definem o que poderíamos chamar de "etnicidade quotidiana". Tal perspectiva teórica já foi adotada com sucesso em estudos da antiguidade, como o trabalho de Éric Rebillard (2012) sobre as várias identidades cristãs no norte da África. No entanto, não extrapolaremos a crítica feita por Brubaker ao ponto de ignorarmos as pressões sociais que atuam sobre os indivíduos para agirem de acordo com as expectativas da comunidade na qual ele está inserido. Assim sendo, buscaremos observar as relações entre provinciais galorromanos e populações bárbaras para além do fenômeno identitário, mas sem perder de vista em quais circunstâncias sociais ou políticas, e para quais fins, essas identidades são mobilizadas.

O presente estudo trata das relações entre provinciais galorromanos e grupos bárbaros nas Gálias do século IV e V. Mais especificamente, nosso recorte temporal se inicia em meados do século IV, quando a nova e robusta estrutura imperial de Diocleciano e Constantino é colocada a prova tanto por pressões internas quanto pelas confederações bárbaras[5] e termina

[5] Utilizaremos o termo bárbaros ao longo do trabalho de maneira deliberada e não-pejorativa, como o fazem Michael Kulikowski (2002: 69, n. 2) e Ralph Mathisen (2017: 101, n. 4), no sentido de um termo conveniente para se referir a todas as *externi gentes* que viviam nos entornos do Império e não falavam latim ou grego, muitos dos quais se estabeleceram em territórios romanos ao longo da Antiguidade Tardia. Esse termo ainda é preferível a "germânico" ou "germano", que nos são legados da filologia do século XIX e cujo uso remete às antigas noções de comunidade e etnicidade construídas na base de uma língua partilhada.

em meados de 470, quando o domínio romano é definitivamente perdido na região. A escolha da região das Gálias se deve a três fatores principais: primeiramente ao fato de ela ter sido uma das regiões onde mais houve interações entre populações provinciais e os povos do além-Reno, seja através de assentamentos pacíficos (promovidos ou não pelo poder imperial) seja através de guerras. Em segundo lugar, o estabelecimento do primeiro dos chamados "reinos sucessores" se dá nessa região. Em terceiro lugar, é nas Gálias que observamos a maior profusão de documentos escritos na época lidando com as situações que nos interessam, talvez devido ao florescimento de escolas de retórica na região que deram origem a uma elite letrada ávida por exercitar suas habilidades escritas.

De fato, há muitos trabalhos que trataram direta ou indiretamente dos efeitos dos movimentos dessas populações nas Gálias durante o período de 350 a 475, como o estudo de Ralph Mathinsen (1993) sobre as estratégias de sobrevivência da aristocracia glorromana que permitiram a manutenção dessa elite mesmo depois da perda do domínio romano na região e a coletânea organizada por Hugh Elton e John Drinkwater (1992) sobre os diversos aspectos da "crise de identidade" do século V. Mas o estudo que propomos visa identificar, para além dos esforços deliberados de uma elite aristocrática para manutenção de seu status, ou de uma estrutura imperial cujo funcionamento dependia desses fenômenos identitários, quais foram as transformações que operavam ao nível da prática social cotidiana face às interações violentas ou pacíficas entre os provinciais galorromanos e as populações bárbaras e qual o papel desempenhado pelas percepções identitárias, se é que houve algum, nessas interações.

Para isso, concentraremos nossas análises em três contextos nos quais essas interações aparecem na documentação: as fronteiras, as cidades em situação de cerco e os assentamentos. Esses contextos serão abordados em três pares de capítulos, divididos igualmente em duas partes cronologicamente subsequentes, de modo a formarem dípticos. O marco cronológico que separa as duas partes não é único, mas depende de cada um desses contextos e tem sua razão de ser em eventos que marcam transformações ou percepções das relações entre provinciais galorromanos e grupos bárbaros.

Nosso corpus para essa investigação consistirá em documentos de três tipos distintos: historiográficos, dialógicos e arqueológicos. A divisão do corpus nessas categorias justifica-se pela necessidade de confrontar documentações em diferentes níveis de práticas sociais a fim de abordarmos tanto as experiências quotidianas das relações entre provinciais e bárbaros quanto a diferença em sua representação.

O primeiro grupo de fontes é composto por documentos com alto teor normativo. Os textos historiográficos são os que mais apresentam as figuras literárias de romanos e bárbaros como categorias identitárias irreconciliáveis. As razões disso são múltiplas: desde o esforço para a construção de uma narrativa em termos que possam ser familiares a uma elite letrada, público-alvo da narrativa, até a reprodução de um ideal de romanidade próprio do meio em que a obra se insere. Como bem observaram Funari e Garraffoni (2016: 31–36), no âmbito da historiografia antiga o discurso acerca da manutenção de um ordenamento no mundo implica num julgamento moral dos eventos narrados e, por sua vez, numa proposta de ação no sentido da manutenção ou melhora desse ordenamento. O uso das categorias de romanos e bárbaros nas narrativas historiográficas visam, portanto, reforçar uma ideia de romanidade presente nos altos círculos sociais. A documentação de natureza historiográfica cumpre um papel primordial na constituição da identidade, pois parte-se do pressuposto que membros de uma mesma comunidade partilham em maior ou menor grau de uma história comum (Besserer, 2016: 101).

Comporão essa primeira parte do corpus principalmente as *Res Gestae* de Amiano Marcelino, uma obra rica em detalhes, escrita em latim, composta por volta de 390 e voltada para uma audiência essencialmente aristocrática. Amiano era um soldado romano reformado, de origem grega, que evocava constantemente em seus escritos as virtudes dos romanos e sua grandeza de outrora em contraste com a selvageria do modo de vida e a rudeza dos bárbaros. A construção dessas categorias em sua narrativa nos revela que sua obra tinha um caráter altamente moralizante, o que nos permite entrever em que circunstâncias eram produzidos os seus discursos. A bibliografia na qual é discutida a vida e a obra de Amiano Marcelino é vasta. Ver, entre outros, Thompson, 1947; Matthews, 1989; Barnes, 1998; Silva, G. V. da 2007; Carvalho, Gonçalves, Viotti, 2008, Kelly, G. 2010.

Utilizaremos também epitomes e breviários, um tipo de literatura histórica corrente em latim no final do século IV, que tinha como objetivo a rápida instrução das elites do Império (Browning, 1982: 735–736). São trabalhos bem mais curtos que a monumental obra de Amiano. O *Liber de Caesaribus* é um texto escrito em torno de 360 e consiste essencialmente em 42 curtas notícias imperiais, relatando acontecimentos importantes e os vícios e virtudes de imperadores que reinaram entre Augusto e Constâncio II. É a única obra seguramente atribuída a Aurélio Victor, homem de origem humilde e carreira brilhante, tendo chegado ao cargo de prefeito de Roma em 388/389 (Antiqueira, 2021). O *Breviarium* de Eutrópio é um compêndio de dez livros que contam a história de Roma desde sua fundação até a ascensão de Valente, imperador que o havia encomendado. Ainda a pedido desse imperador, Festo compõe seu

Breviário dos Feitos do Povo Romano, um compêndio bem menor que o de Eutrópio – apenas trinta parágrafos – que trata desde a fundação da *Vrbs* até os preparativos para a campanha de Valente contra os persas em 369 (Pohlmann, 2021). O *Epitome de Caesaribus*, obra de autoria desconhecida, também será utilizado. Esse texto é um resumo ainda menor do que o Livro dos Césares e parece ter sido escrito provavelmente pouco após a morte de Teodósio. O texto trata dos reinados de Augusto a Teodósio em 48 notícias breves que parecem também ter um sentido moral ao enunciar os vícios e virtudes de cada um desses imperadores.

Para o período posterior, a *Historia adversus paganos* de Paulo Orósio, um apologista cristão nascido na Hispânia romana, também será de grande valia. A obra, que buscava contar a história do mundo guiada por uma ideia de providência divina, foi amplamente lida e se fundou como um modelo historiográfico dos séculos que viriam. Narrando os eventos desde Adão até a ascensão do rei visigodo Valia (415), a obra tem um objetivo claro: defender os cristãos das acusações dos romanos não cristãos, que argumentavam que a chegada dos germanos seria uma punição pelo abandono dos cultos tradicionais da cidade (Fear, 2010). Nesse esforço argumentativo de caráter histórico voltado para uma elite cristã letrada é que vão surgir as figuras retóricas que tanto nos interessam para este trabalho. Para esse mesmo período, utilizaremos também especialmente o segundo livro do *Chronicon*, obra composta em 403 por Sulpício Severo, escritor cristão nascido na Aquitânia em 363, que trata da criação do mundo até o seu tempo (Goodrich, 2016).

Por fim, as várias crônicas compostas no século V completam essa parte do corpus, todas de certo modo continuações do *Chronicon* de Jerônimo. O *Epitoma Chronicon* de Próspero da Aquitânia, escritor cristão da Gália, é uma compilação rápida dessa obra em sua parte inicial e de outros escritores no resto, mas a parte autoral é extremamente valiosa para o período entre 425 e 455. A *Chronica Gallica* de 452 é uma continuação anônima que termina com a invasão de Átila na Itália em 452, mas mantém seu foco nos eventos da Gália. Mas é apenas Idácio de Límia, bispo de Aquae Flaviae, quem escreve a mais completa e detalhada continuação do *Chronicon* até 468 (Muhlberger, 1990).

Os documentos de natureza dialógica que nos interessam consistem em fontes tais como cartas de indivíduos que habitavam a região das Gálias nesse período. Esse tipo de documentação oferece um contraponto à supracitada na medida em que não apresenta as mesmas figuras literárias de romanos e bárbaros por cumprirem propósitos diferentes. As cartas lidam com situações do quotidiano, como novidades e problemas da comunidade onde o autor se insere (Haroche-Bouzinac, 2016), de modo que a dicotomia romanos/bárbaros não

desempenha o papel central, como o desempenha nos documentos historiográficos. Essa era uma atividade literária que encontrou terreno fértil a partir do final do século IV (Sogno, Storin, Watts, 2017), especialmente nas Gálias entre 420 e 520, período no qual nada menos do que 45 figuras importantes galorromanas trocaram cerca de 475 cartas (Mathisen, 1981). Os nove livros de cartas de Sidônio Apolinário, poeta e bispo nascido em torno de 430 em Lyon, comporão o cerne desse segundo *corpus*. Conhecido membro da aristocracia galorromana, Sidônio chega a se tornar prefeito de Roma em 469 e bispo de Auvergne em torno de 470, tomando um papel ativo na defesa da cidade de Clermont contra os visigodos em 474, o que torna sua obra, uma das maiores coleções de cartas da Gália da Antiguidade Tardia, imprescindível (Harries, 1994; Mratschek, 2017; Reis, 2022).

Investigaremos em ambos os *corpora* as instâncias em que as relações entre provinciais romanos e bárbaros são evocadas nas zonas fronteiriças, nos contextos das cidades e dos assentamentos, tendo sempre em mente que a mobilização das categorias de bárbaros e romanos nesses autores cumprem objetivos específicos. A partir daí, buscaremos em estudos sobre a distribuição de cerâmicas de fabricação romana em território bárbaro, sobre o enterramento de objetos próximos à fronteira, relatórios de escavações de cidades e fortificações das Gálias e relatórios de escavações em assentamentos de características bárbaras evidências do caráter poroso das fronteiras, da mobilização local das populações urbanas e da integração dos grupos bárbaros assentados de modo a nuançar a imagem dessas relações que emergem na documentação escrita. Somente através dessa leitura e confrontação de fontes de diferentes naturezas poderemos compreender em quais termos se davam as relações entre populações provinciais e grupos bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V, o quanto o fenômeno identitário pesava sobre essas relações e por quais motivos – ou em quais circunstâncias – as identidades de “romano” e “bárbaro” eram mobilizadas.

Parte I

Capítulo I

As relações entre bárbaros e provinciais na fronteira do Reno (c. 350 – 400)

A antiga ideia propagada pelos eruditos dos séculos XVIII e XIX de que, ao menos ao norte do Império Romano, o *limes* representava uma barreira que separava efetivamente os povos ditos germânicos dos romanos não está desconectada do contexto geral de formação dos estados nacionais no período e da consolidação de suas próprias fronteiras modernas (Krebs, 2012: cap. 6 e 7). Nas disputas por territórios entre a recém instaurada República Francesa e as outras potências europeias, Robert Danton, em um discurso de 31 de janeiro 1793, emitiu a noção de fronteiras naturais para a França que reverberou nos períodos subsequentes. Para justificar a anexação da Alsácia, o parlamentar argumentava que os limites do país são marcados pela natureza e justificados pela antiguidade de sua ocupação: as bordas do Reno e a costa do oceano Atlântico. Essa fronteira natural "francesa e galorromana" foi ainda evocada no Congresso de Viena em 1815 e no Tratado de Frankfurt em 1875. Como maior formador de diplomatas franceses de sua época, Albert Sorel defendia que o Reno era uma verdadeira fronteira, pois a ocupação até ele era a tradição de seus antepassados, ideia repetida ao fim da Primeira Guerra Mundial, por Georges Clemenceau. Paul Vidal de la Blache, seu discípulo e um dos pais da Geografia francesa, não hesita em fazer várias referências às fronteiras romanas e bárbaros germânicos em seu livro de 1916 (Whittaker, 2004a: 184 com referências).

Do outro lado do Reno, a noção de uma "pureza" étnica geograficamente delimitada e temporalmente contínua teve suas consequências devastadoras nos séculos que se seguiram. No manual escolar de História mais utilizado da Alemanha no século XIX, *Die deutsche Geschichte für Schule und Haus,* Heinrich Kohlrausch apresenta Armínio como um herói fundador da pátria alemã e a batalha de Teutoburgo como um dos principais eventos formativos nacionais. Para ele, o impoluto sangue alemão de seus compatriotas e os límpidos sons germânicos de sua língua mãe só eram possíveis porque a vitória na batalha de Teutoburgo impediu que o Império Romano consolidasse seu domínio para além do Reno e garantiu que o elemento cultural e racial mediterrâneo se mantivesse circunscrito ao território do Império e não contaminasse os seus antepassados (Kohlrausch, 1826: 19).

As eventuais desordens que ocorreram nos arranjos político-territoriais europeus posteriormente também foram vistas pelo prisma da fronteira do Reno como elemento separador da "civilização e da barbárie", refletidos nos eventos da Antiguidade Tardia. Influenciados pelos desastres da Segunda Guerra Mundial, historiadores franceses como André

Piganiol (1972) e Pierre Courcelle (1964) tenderam a ver nas "invasões germânicas" o triunfo dos bárbaros por razões militares (Palanque: 1948: 110) e principal motivo para o declínio do Império. Os críticos de suas obras não tardaram a vê-las como lições da História que não devem ser negligenciadas (Bossuat, 1948: 317).

Na segunda metade do século XX, porém, a renovação historiográfica operada sob o prisma da Antiguidade Tardia trouxe uma revisão sobre as relações entre provinciais e bárbaros nas fronteiras. Historiadores como Walter Goffart (1980: 3–39; 1989) buscaram nuançar uma imagem por ele considerada como deturpada da agressividade e da destruição causada pelos bárbaros no Império, questionando mesmo a validade do uso dos tradicionais mapas com as rotas tomadas pelos "invasores" para a compreensão dessas dinâmicas históricas. O próprio conceito de "invasões bárbaras", para ele, traria consigo a ideia de um processo inexoravelmente violento que se inicia em fins do século IV, no momento em que as fronteiras romanas são atravessadas em diversas ocasiões por esses povos. A partir dessa chave interpretativa, pode-se começar a questionar a imagem que havia se formado no imaginário historiográfico de ondas e ondas de bárbaros ferozes chocando-se contra a fronteira romana como se ela fosse um dique, uma barreira, que eventualmente cede em razão da incapacidade do Império em mantê-la funcionando.

Essa imagem, no entanto, tem origem na própria Antiguidade Tardia. Não raro, os bárbaros são representados como cinzas quentes do Etna que se espalham pelas províncias quando as barreiras fronteiriças são abertas (Amm. Marc. 31, 4, 9). Contudo, evidências de comércio intenso ao longo do Reno indicam que talvez a fronteira não fosse sempre compreendida como uma barreira. Neste capítulo, vamos estudar essas relações fronteiriças e investigar se e como a fronteira era mobilizada ou não pelos próprios indivíduos que a vivenciavam. Primeiramente, abordaremos as transformações pelas quais os limites do Império haviam passado até o século IV. Em segundo lugar, veremos como essas transformações impactaram a percepção da fronteira, engendrando também uma mudança no vocabulário para se referir a ela e ao surgimento de novos termos para se referir às realidades geográficas que ela determina. A seguir, analisaremos de quais maneiras o poder imperial mobilizou essas novas noções para o proveito de imperadores que precisavam estabelecer sua legitimidade e em que medida elas importavam nas relações quotidianas na zona fronteiriça do Reno.

1.1 Concebendo as fronteiras: a forma e a função do *limes*

Os estudos modernos sobre a natureza, a função e a própria concepção das fronteiras romanas se dividiram tradicionalmente em duas grandes vertentes. Por um lado, estudiosos como Edward Luttwak (2016) tenderam a ver os elementos encontrados no *limes* como barreiras propriamente ditas, componentes importantes de um complexo sistema militar defensivo. Por ser estrategista militar e estudioso das relações internacionais, é natural que Luttwak tenha analisado a série de fortes, estradas, *vici* e postos de observação do *limes* romano pelo olhar da grande estratégia. O conceito, próprio das ciências políticas e teoria das relações internacionais, se refere à mobilização e coordenação racional de recursos disponíveis a fim de atingir os objetivos políticos de longo prazo na guerra. Ele difere-se da simples ideia de estratégia por envolver mais do que os meios e forças a serem empregados em batalhas, mas principalmente as maneiras de multiplicar o poderio político-militar de um país também em tempos de paz. A grande estratégia tem por objetivo tornar o recurso à guerra desnecessário ou, em último caso, preparar o país para vencê-la nas melhores condições (Ribeiro, 2018). A execução e formulação de uma grande estratégia, requer a constante adaptação a novas realidades e ajuste de expectativas, mas sua característica principal é a atuação para além das contingências.

Nessa chave, a forma e a função do *limes*[6] devem ser entendidos não como uma resposta imediata às pressões bárbaras nas fronteiras do Império, mas como parte integrante dessa grande estratégia. Seria possível falar mesmo de uma "fronteira científica", entendida como a busca permanente pela máxima eficiência da linha defensiva. Luttwak (2016: 67–88) reconhece, com efeito, a característica porosa da fronteira, por vezes inexistente, constituindo um espaço de trânsito. No entanto, desse ponto de vista, as relações entre o Império e os povos de seus entornos são compreendidas essencialmente como defensivas tão logo os julio-claudianos estabelecem fortes e estradas ao longo do Reno e do Danúbio.

Apesar de ter o mérito de trazer a atenção dos estudiosos para a questão da estratégia do Império Romano e das fronteiras, realçando a necessidade de estudos que contribuam para uma síntese mais precisa acerca daquilo que constituía efetivamente uma fronteira romana, a obra de Luttwak não tardou a encontrar críticas, principalmente devido ao fato de ele não ser um historiador ou especialista na antiguidade. Com efeito, é difícil crer que os antigos tinham uma

[6] Entendido por Luttwak (2016: 19) "no seu sentido tardio e convencional de uma fronteira fortificada e patrulhada" que envolve o território do império, protegendo-o dos perigos externos.

noção tão similar à nossa no que tange as grandes doutrinas militares.[7] Como contraponto a essa visão, surge outra vertente que tenta compreender a fronteira para além de seus aspectos militares defensivos. Nele, o complexo sistema viário romano e sua integração com os rios navegáveis, tanto dentro das províncias romanas como nas fronteiras do Império, serviam mais do que a propósitos estratégicos e militares. Estudiosos como Piero Gianfrotta (1989: 309) passaram a ver na imbricada rede de estradas e vias fluviais que constituíam, por exemplo, o eixo Arles-Tréveris a expressão material de intensas trocas comerciais através das quais os produtos do Mediterrâneo chegavam até as províncias do norte e cruzavam as fronteiras.

Conferindo peso maior à evidência arqueológica que aos textos, esses estudiosos tendem a ver as estradas paralelas e perpendiculares ao *limes*, os rios e as cabeças-de-ponte em território bárbaro como vetores de trocas econômicas e culturais, pelos quais podia-se compreender, por exemplo, a difusão de ânforas do tipo Dressel 1 da costa do Tirreno até a Gália e a Germânia (Gianfrotta, 1989: 322), constituindo uma linha fronteiriça de fato somente para fins burocráticos e administrativos. Nessa interpretação, as fronteiras passaram paulatinamente de recursos de divisão a instrumentos de simbiose cultural, elementos que unem grupos e indivíduos (Opreanu e Lăzărescu, 2016). Essa visão, no entanto, acaba por deixar de lado as inúmeras situações em que as fronteiras constituíram barreiras propriamente ditas contra os bandos de saqueadores bárbaros e em que elas foram invocadas como instrumento de proteção dos provinciais. Afinal, veremos adiante, a segurança nas fronteiras era um elemento primordial para a manutenção da imagem e legitimidade de um imperador e, não raro, a efetivação de sua função defensiva foi usada por usurpadores para angariar o apoio das aristocracias galorromanas (Drinkwater, 1996).

Portanto, para compreender a forma e a função da fronteira do Reno no Império Romano no século IV e como os provinciais mobilizavam-na ou não em suas relações com os povos bárbaros na região, faz-se necessário levar em consideração uma abordagem que dê conta tanto de sua peculiaridade quanto de sua historicidade. Airton Pollini (2013), em seus estudos sobre a colonização grega da Magna Grécia, crê que seja possível utilizar a ideia de *Frontier History*[8]

[7] O livro de Luttwak foi publicado em 1976. Já em 1979 Mann publicou um artigo em que questionava a validade da empreitada de detectar uma grande estratégia para as fronteiras do Império, dada a sua imensa diversidade e complexidade. Uma exposição concisa das críticas à noção de uma grande estratégia do Império Romano com relação às fronteiras, bem como a própria ideia de *limes* utilizada por Luttwak, pode ser encontrada em Whittaker, 2004a: 28 – 49, onde o próprio historiador dá sua contribuição ao debate.

[8] O termo surge nos estudos da expansão americana em direção ao Oeste dos Estados Unidos. Para compreender esse processo, Frederick Jackson Turner (1893) valeu-se de um conceito de fronteira que possibilitou-lhe compreender a influência de um território cuja delimitação não era estática, mas fluida, na formação daquelas comunidades. Para ele, o fato de o país ter, durante essa fase, uma fronteira móvel e principalmente expansível foi determinante para muitos aspectos sociais e culturais dos americanos de seu tempo.

como ferramenta teórica operacional para interpretar outros contextos de colonização e expansão, valendo-se de uma abordagem principalmente comparativa. O estudioso busca, através desse prisma, analisar o processo de criação de novas colônias gregas no sul da Itália e a interação com a população nativa e com colônias gregas de outra cidade. Para Pollini, só é possível compreender essa dinâmica e seus impactos na sociedade das recém-fundadas colônias ao concebermos as fronteiras das cidades como fluidas, expansíveis ou negociáveis a depender dos povos e cidades que se encontram nas proximidades.

Contudo, apesar de os limites territoriais do Império tardio não se assemelharem às fronteiras tidas como naturais entre os países tais quais as conhecemos hoje, as quais influenciaram durante muito tempo os estudos sobre o tema (Whittaker, 1994: 1–9), elas também não são as mesmas do Velho Oeste americano, tampouco o território das novas colônias gregas na Magna Grécia estudadas por Pollini. Se há uma peculiaridade no que tange as fronteiras romanas ao longo do tempo, é que elas podem ser mais bem compreendidas se as tomarmos como zonas fronteiriças com características muito próprias que variavam de região a região, respondendo a circunstâncias específicas (Whittaker, 1994: 71). Ou seja, condições geográficas, políticas imperiais e provinciais e a relação que se estabelece com os povos além dos domínios romanos são elementos determinantes tanto para a variada forma das fronteiras quanto para as vivências que ocorrem nessas regiões limítrofes. Não por acaso, algo como a muralha de Adriano na Britânia seria um dispositivo defensivo impraticável, por exemplo, na fronteira da Tripolitânia, onde encontramos um sistema defensivo destinado mais a controlar o fluxo sazonal de pessoas e animais das áreas desérticas em direção às áreas agricultáveis perto do litoral do que necessariamente manter afastadas as tribos nômades, como podemos deduzir a partir da evidência arqueológica do sítio de Bu Njem, na Líbia (Oliveira, 2012: 189–192).

Certamente, as pretensões romanas a um império sem limites são evidentes na famosa passagem de Virgílio (*Aen*. 1, 278–9), ou na exaltação dos feitos de Pompeu por parte de Cícero (*In Cat*. 3, 26) no processo contra Catilina, ou no célebre verso ovidiano em homenagem justamente ao festival da Terminália (Ov. *Fast*. 2, 683–4). Mas talvez o melhor episódio para ilustrar concretamente o papel do Reno nessa visão geográfica imperial seja o massacre dos usípetes e tencteros por Júlio César em torno de 55 a.C. durante uma campanha punitiva contra esses povos além do Reno. Os sugrambos, que haviam hospedado esses povos, argumentam contra a empreitada, pois "o poderio do povo romano termina no Reno (*BGall*. 4, 16, 4)"[9]. O

[9] (...) *populi Romani imperium Rhenum finire.*

intuito de César, patente desde o início da empreitada, era justamente o de mostrar-lhes "que o exército romano tanto podia quanto ousaria cruzar o Reno (*BGall.* 4, 16, 1)"[10].

A ideologia do *imperium sine fine* continuou a ser, mesmo depois do abandono das empreitadas de Augusto na Germânia após o desastre de Teutoburgo em 9 d.C., marca indelével do bom imperador. No seu panegírico, Plínio louva a coragem de Trajano ao empreender campanhas além do Danúbio, o que resultaria posteriormente no estabelecimento da província romana da Dácia. Mesmo Antonino Pio, reconhecidamente um imperador não muito beligerante, tirou proveito político do avanço das fronteiras na Britânia e há indícios materiais e textuais suficientemente fortes para que acreditemos que Marco Aurélio pretendia anexar o território ao sul da atual Morávia e possivelmente criar uma província, a Marcomânia (Bullard, 2008). Isso é válido igualmente para o Reno. O rio não passou a constituir nos séculos seguintes algo que chamaríamos de uma fronteira natural. Tácito (*Germ*. 29), no século I, não conta os habitantes dos chamados Campos Decúmanos dentre os povos germânicos, pois, para ele, "assim que o limite foi traçado e os fortes colocados adiante, essas regiões foram consideradas extensão do império e parte de uma província"[11].

A situação mudou drasticamente depois de meados do século III e com ela a maneira de se referir às fronteiras e vivenciá-las. Três grandes incursões afetam essas regiões profundamente: a dos alamanos em 253–6, destes juntamente com os jutungos em 259–60 e novamente em 276–8 em aliança com os francos (Christol, 2006: 133–5; 140–4 e 177–8). Muitas fortificações no Reno e na Récia foram abandonadas ou destruídas e os Campos Decúmanos ficaram isolados. O fato de a região também ter ficado no campo de disputa entre Galieno e os usurpadores do chamado "Império das Gálias" sem dúvidas contribuiu para a instabilidade do domínio romano. Em algum momento posterior a 260, o Império Romano perdeu totalmente o controle sobre este território. O Latérculo Veronense (14), uma enumeração de cidades e províncias datada do início do século IV, depois de listar "os nomes das cidades que se encontram depois do Reno", alerta: "estas cidades foram ocupadas pelos bárbaros sob o imperador Galieno."[12]

Em consequência disso e da quase concomitante perda da província romana da Dácia depois de quase 170 anos de domínio romano, os grandes rios europeus passaram a representar efetivamente os limites do Império Romano. A população romana que habitava a província

[10] *et posse et audere populi Romani exercitum Rhenum transire.*
[11] *limite acto promotisque praesidiis sinus imperii et pars provinciae habentur.*
[12] *Nomina civitatum trans Rhenum fluvium quae sunt. (...) Istae civitates sub Gallieno imperatore a barbaris occupatae sunt.*

transdanubiana, nos contam Festo (8) e Eutrópio (9, 15), foi retirada das cidades e campos e assentada por Aureliano, em torno de 275, numa nova província, que passou a dividir as duas Mésias e reteve o nome de Dácia. Um processo semelhante pode ter ocorrido com os Campos Decúmanos e o Reno, mas as datas não são tão certas quanto a evacuação da Dácia. O que podemos saber é que, certamente, em algum momento antes do fim do século III, os Campos Decúmanos foram definitivamente perdidos e não podemos saber com certeza o que aconteceu aos seus habitantes. Análises linguísticas de topônimos na Gália parecem indicar, segundo conclui um estudo de John Hind (1984), que a população provincial teria sido transferida para *Decem Pagi* (os dez cantões), do outro lado do Reno. Após a reorganização administrativa levada a cabo por Diocleciano (imperador de 284 a 305) e intensificada por Constantino (imperador de 306 a 337), o Império Romano já não detinha controle direto sobre nenhuma região que se localizava além do Reno e do Danúbio. Não havia mais o *sinus imperii* descrito por Tácito e as fortificações e estradas foram recuadas ao leito desses grandes rios (fig. 1).

As reformas levadas a cabo no âmbito do exército romano refletem muito dessa transformação na organização espacial do Império. A fim de fazer frente às incursões cada vez mais pontuais e frequentes nas fronteiras, unidades de cavalaria móveis foram criadas provavelmente já por Galieno com destacamentos de várias legiões diferentes de maneira permanente (Dixon e Pat, 2014: 11–4). De fato, é difícil separar exatamente quais as reformas empreendidas por Diocleciano e os tetrarcas e quais as transformações empreendidas por Constantino. A quantidade de soldados aumentou significativamente, o que foi evidenciado pelas preocupações que marcaram as reformas fiscais dos tetrarcas, e os contingentes foram reorganizados. O certo é que, em 325, um documento legal (*Cod. Theod*. 7, 20, 4) distinguia entre as tropas circunscritas às fronteiras, denominadas limítanes (*limitanei*), em oposição ao exército de campo, localizado no interior do território, formado pelos *comitatenses,* encarregados, a priori, de uma "defesa em profundidade" (Le Bohec, 2006: 24–5). Mais especificamente, como citados na lei, os soldados destinados aos *limites* que coincidiam com as margens dos grandes rios eram chamados ribeirinhos (*ripenses*), cujo nome deriva justamente de *ripa* (margem, leito). Assim sendo, tendo em vista que a defesa militar do Império em suas fronteiras e em seu interior havia se tornado a maior preocupação dos governantes, impactando mesmo as outras reformas estruturais (Christol, 2006: 191–215), a fronteira romana ao norte passou aos poucos a remeter a imagem dos próprios rios e das regiões adjacentes que resguardavam o mundo romano dos ataques dos bárbaros.

No seio das sociedades do outro lado da fronteira, transformações demográficas e econômicas engendraram mudanças políticas e sociais profundas no século IV. Os imperadores tiveram de lidar com sociedades complexas que passaram a formar entidades políticas coerentes (James, 2009: 30–8) e eram capazes de reivindicar diplomaticamente seu direito a um território fora dos limites do território romano. A construção de uma fortificação romana avançada no vale do Neckar (na atual Alemanha) em 369, por exemplo, levou a uma revolta dos alamanos e ao massacre de todo um destacamento encarregado de construir sua fundação. A justificativa para tal reação era de que a empreitada violava tratados de paz firmados anteriormente com seus reis e consistiria em uma invasão romana ao seu território (Amm. Marc. 28, 2, 5–9).

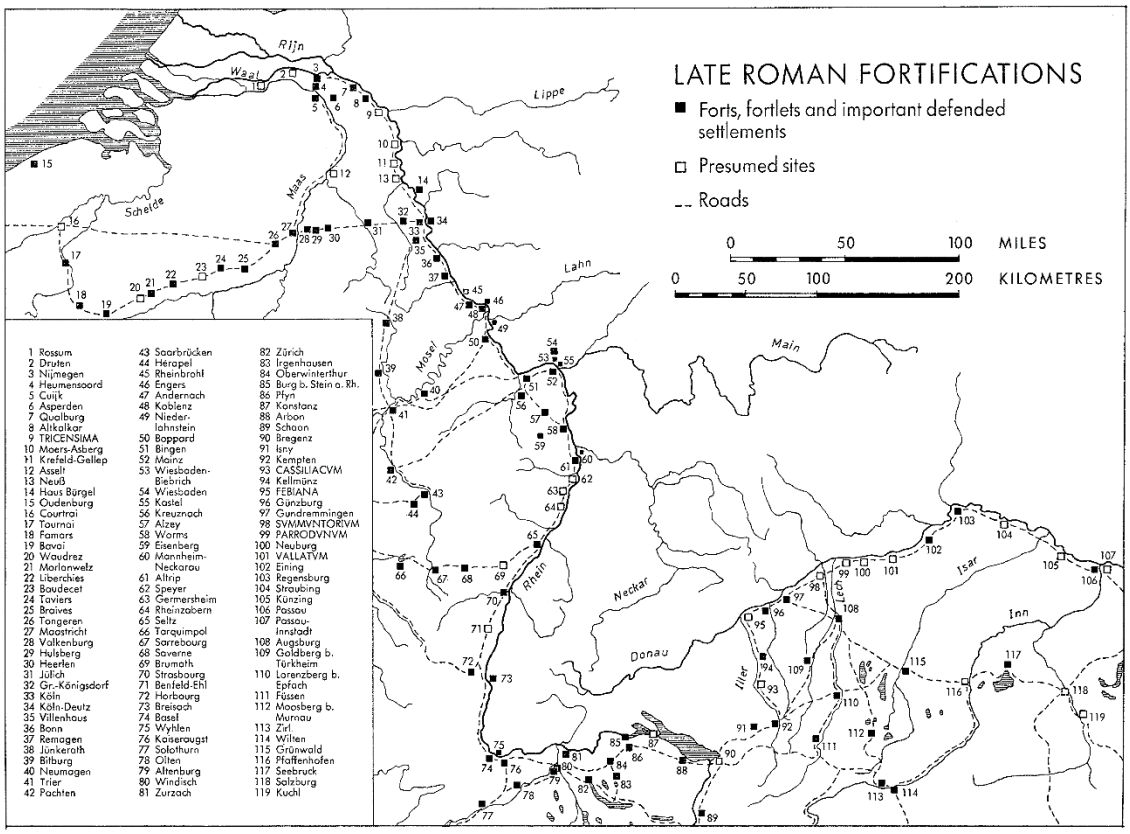


Figura 1: Mapa das fortificações romanas no Reno e Danúbio datados da Antiguidade Tardia, mostrando as estradas, bem como as estruturas defensivas encontradas e os locais onde se imagina que possa haver fortes. Note-se a perda dos Campos Decúmanos e o recuo do *limes* para o Reno. Mapa feito por W. Pischner para a Römisch-Germanische Komission e extraído de SCHÖNBERGER, 1969: 183.

As iniciativas imperiais de construção de bases e postos avançados além das fronteiras também responderam a essas realidades geopolíticas e conferiram às fronteiras suas novas formas e funções. A edificação da ponte sobre o Reno em Colônia e do forte de Divitia (Deutz) na margem oposta serve como um ótimo exemplo dos objetivos de vigilância e defesa dos programas de construções nas fronteiras após Constantino. O pequeno forte, que ocupava pouco mais de 1,5 ha capaz de acomodar de 500 a 600 soldados (Carroll-Spillecke, 1997: 143–9),

localizava-se em uma parte elevada próximo à cabeceira da ponte e cumpria o papel de supervisionar o movimento de pessoas na região e servir como ponto de partida para expedições em território bárbaro. Diferentemente dos fortes legionários construídos nos vales do Lippe e do Wetter, parte do esforço augusteano que vislumbrava o possível estabelecimento de uma província da Germânia além do Reno[13], Divitia foi concebida como uma estação bem menor, munida apenas de acomodações para os soldados, muralhas e torres. Sua função de proteção da ponte e de vigilância de um território que não pertencia ao Império fica explícita na inscrição honorífica a Constantino (*CIL* XIII, 08502 = *ILS* 8937), datada de 315, na qual consta que, "depois que os francos foram reprimidos e dominados, os vigésimos segundos (soldados da XXII Legião) construíram o forte de Divitia em suas terras" [14].

Essa nova forma da fronteira romana e sua nova função, evidenciada pelas ações imperiais nessa zona, se consolidaram no decorrer do século IV. Desde 350 reencontramos um agravamento na relação entre o Império e os povos bárbaros por diversos motivos difíceis a especificar e que provavelmente se acumularam. Na região do Reno, especificamente, os francos conhecem no seio de sua aristocracia a formação de várias monarquias rivais, dificultando a tarefa diplomática do Império. Os alamanos, por sua vez, são pressionados pela chegada dos burgúndios em direção ao território romano (Modéran, 2006: 143) e os imperadores se adaptaram também a essas circunstâncias. Valentiniano, em razão da série de incursões alamânicas de meados dos anos 360, leva a cabo um programa massivo de construção e reparo de fortificações ao longo do Reno com o claro objetivo de "selar" e vigiar a fronteira, a fim de evitar mais operações de rapinagem nas províncias.[15] O próprio Amiano Marcelino, que não guarda qualquer simpatia por Valentiniano (Paschoud, 1992), reconhece que sua estratégia apresentava vantagens e chega mesmo a elogiá-lo (Teitler, 2007), pois era melhor barrar os bárbaros na fronteira do que entrar em batalha com eles (Amm. Marc. 29, 4, 1).

[13] Dio Cass. 56, 18. Esse intuito fica bem claro quando levamos em consideração o sítio de Waldgirmes, que apesar de ser munido de muralhas e quarteis da mesma forma que os fortes legionários, contava também com estruturas civis, uma granaria, um fórum, uma basílica e pórticos semelhantes aos das cidades do norte da Itália, o que, junto a outros achados arqueológicos, indica que o assentamento foi planejado como uma "proto-cidade" destinada à colonização da Germânia Magna (Rasbach e Becker, 2003; Wigg-Wolf, 2009).

[14] *suppressis domitisque Francis / in eorum terris castrum Divitensium*/ (...) *duoetvicensimani* (...) *fecerunt*.

[15] Seguimos aqui a interpretação de Drinkwater, 2007: 296–302 *contra* Lander, 1984: 284 e Pabst, 1989: 332. Symm. *Or*. 2.31 indica que a intenção desse programa massivo de construção de fortes em ambas as margens do Reno tinha o propósito de preparar a região para o estabelecimento de novas províncias romanas. Mas é necessário ter cuidado para não confundir as palavras do senador com as próprias políticas imperiais. Afinal, o discurso proferido em 370 tem um caráter adulatório marcante, também parte do esforço de Valentiniano para apresentar suas guerras contra os alamanos, que na verdade eram operações defensivas contra grupos de salteadores nas fronteiras, como campanhas de conquista, justificando assim seus gastos.

A concepção da fronteira como elemento separador do mundo romano e dos territórios bárbaros, onde os inimigos do Império deveriam ser barrados, surge também na obra anônima *De rebus bellicis*:

> 1. Além disso, dentre as coisas que convém ao interesse comum está o cuidado com as fronteiras que circundam em todas as regiões os lados do império; cujas defesas requererão maior número de fortalezas permanentes, a tal ponto que se ergam intercaladas a cada mil passos com uma muralha sólida e torres muito firmes. 2. Que essas fortificações sejam construídas por um tipo de solicitude compartilhada entre os proprietários de terras, sem que o erário seja onerado, de modo que vigílias sejam organizadas e exercidas ininterruptamente, a fim de que a tranquilidade das províncias fique intocada, circundada por um tipo de cintura de fortificações (*De rebus bellicis*, 20, 1–2).[16]

O opúsculo pode ser datado de cerca de 355–60 (d'Ors, 1963: 46–9). Nele evoca-se o cuidado com a zona fronteiriça (*cura limitis*), através da fortificação e defesa dessas regiões, com o objetivo de manter a tranquilidade das províncias (*quies provinciarum*). Uma vez que não se trata de um panegírico, um discurso ou uma obra de historiografia "oficial", *De rebus bellicis* reflete uma visão bastante pessoal do autor acerca dos problemas de diversas naturezas enfrentados pelo Império sem muita interferência dos preceitos retóricos próprios da literatura do período (Arce, 2001: 5). O opúsculo seria uma espécie de receita para tirar o Império Romano da crise na qual se encontrava, dirigida a dois imperadores, talvez Constâncio II e Juliano. Nessa pletora de preocupações, a questão da fronteira ocupa lugar importante, surgindo não apenas nesse parágrafo que trata especificamente de sua guarnição, mas também em outros momentos, como quando ele sugere que a soldados reformados sejam dadas terras nas zonas fronteiriças para que cultivem e, quando necessário, defendam (*De rebus bellicis*, 5, 6).

Ora, se em 55 a.C. César atravessa o Reno apenas para mostrar que pode, se assim o desejar, e provar que o poderio romano não conhece fronteiras, em 374, por outro lado, Valentiniano I tem de se encontrar com o rei alamânico Macriano em uma balsa no meio do rio para concluir um tratado de paz (Amm. Marc. 30, 3, 5). Isso ocorre depois de o imperador ter tentado por duas vezes sobrepujar o chefe alamânico, em 371 e 372 (Amm. Marc. 28, 5, 8 em diante e 29, 4). Essa cerimônia de paz tem um simbolismo muito forte, colocando o imperador romano e o rei bárbaro em uma posição de negociação entre iguais, tendo de se encontrar justamente no lugar que havia chegado a representar o limite do domínio de cada um. Uma

[16] 1. *Est praeterea inter commoda rei publicae utilis limitum cura ambientium ubique latus imperii; quorum tutelae assidua melius castella prospicient, ita ut millenis interiecta passibus stabili muro et firmissimis turribus erigantur.* 2. *Quas quidem munitiones possessorum distributa sollicitudo sine publico sumptu constituat, uigiliis sane in his et agrariis exercendis, ut prouinciarum quies circumdata quodam praesidii cingulo inlaesa requiescat.*

situação bem diferente do que havia ocorrido 430 anos antes com a conversa entre Júlio César e os sugrambos.

Um evento semelhante e mais bem detalhado pela documentação ocorre com Valente no Danúbio poucos anos antes, após uma longa campanha de três anos contra os godos (367–9). Em sua última campanha em território gótico, Valente encontra resistência dos godos sob o comando de Atanarico e, apesar de ter conseguido que os tervíngios recuassem, recua ele também para passar o inverno com as tropas em Marcianópolis. Nas tratativas de paz que se seguiram, o Danúbio teve um papel primordial na negociação. Para concluir o pacto, Atanarico e Valente tiveram de se encontrar pessoalmente, mas o primeiro alegava ter jurado ao pai "que nunca colocaria os pés em solo romano (Amm. Marc. 27, 5, 9)," [17] ao passo que para o imperador "era desonroso e vil atravessar o rio para ir até ele (*ibid*.)"[18].

Uma vez que o Danúbio era visto como elemento neutro que separava ambos os poderios, "acordou-se (...) que a paz seria firmada em barcos a remo conduzidos ao meio do rio (*ibid*)." [19] Temístio, o panegirista, pinta uma cena heroica na qual os tervíngios esperam aterrorizados do outro lado do rio enquanto Valente corajosamente, de maneira tranquila e com a cabeça erguida, é conduzido até o local da reunião (*Or*. 8, 202/132; 10, 203/134). Mas Amiano Marcelino não corrobora a propaganda imperial e deixa a entender que, de fato, os três anos de campanhas contra os godos não resultaram em uma vitória definitiva (Heather e Matthews, 1991: 23). Além dos motivos alegados por Atanarico para não cruzar o rio para solo romano, também havia o fato de que ele "não podia ser obrigado (Amm. Marc. 27, 5, 9)"[20], o que dá a entender que Valente não tinha poder o suficiente para forçar os termos da negociação. Ao rememorar o evento posteriormente, Amiano afirma categoricamente que o imperador "foi coagido a firmar a paz no meio do rio (Amm. Marc. 31, 4, 13)" [21].

Assim, as fronteiras ao norte do Império em meados do século IV, o Reno em especial, consistiam em limites que se expandiram e retraíram. Se, nos primeiros séculos do Império, essa fronteira era basicamente uma zona de expansão do poderio e domínio romano em direção a um território que era considerado aberto para a conquista, a partir de finais do século III ela se tornou paulatinamente um limite final, uma zona fronteiriça a ser defendida pelo poder imperial, ainda que o discurso oficial em algumas ocasiões ainda revolvesse em torno da retórica da conquista. Esse processo histórico certamente influenciou na maneira com a qual a

[17] (...) *ne solum calcaret aliquando Romanum*
[18] *indecorumque erat et vile ad eum imperatorem transire*.
[19] *placuit navibus remigio directis in medium flumen* (...) *foederari* (...) *pacem*.
[20] *et adigi non poterat.*
[21] (...) *firmare pacem in medio flumine coegisse*.

fronteira era mobilizada na percepção geográfica dos diferentes atores históricos para os mais diversos objetivos, seja para que o poder imperial busque novas maneiras de construir sua legitimidade perante os provinciais, seja para que os escritores tardios descrevessem eventos que se desenrolaram nesses setores ou mesmo pelos próprios provinciais em suas relações cotidianas com os bárbaros. O novo "mapa mental" do mundo conhecido se evidencia pela transformação no uso dos termos para se referir à fronteira, *limes* e *fines*, e pelo surgimento de novos vocábulos para se referir a essas realidades.

1.2 Novas palavras para novas realidades: *limes*, *fines, terminus* e o surgimento do *barbaricum*

Frequentemente encontramos em estudos que lidam com a Antiguidade Tardia o uso moderno do termo *limes* para se referir às fronteiras do Império Romano de maneira geral ou ao conjunto de estruturas que compõem o sistema defensivo limítrofe. Isso é compreensível, tendo em vista que do século IV em diante o termo aparece com frequência nos documentos relacionados ao contexto fronteiriço ou cuja narrativa envolve eventos que se desenrolam nesses setores. A partir de meados do século III, como vimos, "o problema bárbaro" se tornou central e cada vez mais os imperadores dedicavam seu tempo às campanhas militares que se desenrolavam nas regiões limítrofes. Cidades que ficam perto das fronteiras, como Tréveris na Bélgica Prima, Sírmio na Panônia Segunda e Nísibis na província da Mesopotâmia, acabaram se tornando lugares de constante presença do imperador e todo o *comitatus*. Parte considerável da legitimidade do imperador se construía através do sucesso que este viesse a obter em suas campanhas contra os bárbaros nas fronteiras (Whittaker, 2004a: 28–49).

O uso moderno do termo, no entanto, nem sempre condiz com o que o *limes* representava para os próprios romanos. O *limes Germanicus*, por exemplo, é uma expressão usada por historiadores e arqueólogos (e.g.: Séguy, 2019) para fazer referência a uma série de fortificações e infraestruturas fronteiriças que perpassavam a Germânia Superior, Inferior e a Récia, do ano 83 a mais ou menos 260, ou seja, do estabelecimento da fronteira por Domiciano até a perda definitiva dos Campos Decúmanos.[22] Entretanto, o *limes* não é diretamente mencionado nas fontes como algo que se constrói ou erige (Isaac, 1988). Além disso, a expressão *limes Germanicus* não aparece em nenhum documento da antiguidade, de modo que ela representa mais uma visão moderna da organização espacial e defensiva das fronteiras do

[22] É dessa forma que a UNESCO World Heritage Centre se refere ao enorme sítio arqueológico da fronteira romana no Reno. Frontiers of the Roman Empire -- Lower German Limes (https://whc.unesco.org/en/list/1631/ acessado em 01/05/2023.

Império do que propriamente uma realidade geográfica da qual os antigos tinham plena consciência. Na documentação tardia, vemos o *limes* como parte de uma província ou região, frequentemente seguido de um genitivo: *limes Orientis* (Amm. Marc. 14, 8, 5) em referência à fronteira do conjunto das províncias que compunham a Diocese do Oriente, *limes Germaniae Secundae* (Amm. Marc. 20, 10, 1) para a região limítrofe da Germânia Segunda e assim por diante.

A lógica por trás da denominação moderna reside no fato de que, até a segunda metade do século III, o aparato defensivo que ia desde a foz do Reno até o *castrum* Abusina (atual Eining) às margens do Danúbio, parecia demarcar o limite entre o Império Romano e os povos ditos germânicos ocidentais, como jutungos, alamanos e francos. O termo *limes Germanicus* (fronteira germânica) parece, então, apropriado para designar um imenso parque arqueológico que perpassa dois países modernos, a Holanda e a Alemanha[23]. Mas isso não deixa de evidenciar certa maneira de ver a fronteira marcadamente pela ótica dos estados-nações contemporâneos. Não há na documentação escrita nada que venha a sugerir que os romanos concebiam o que chamamos hoje de *limes Germanicus* como uma entidade geográfica ou administrativa distinta ou mesmo uma categoria analítica para ser usada nas narrativas históricas. Pelo contrário, quando partes dessa fronteira não são referidas mais especificamente como pertencentes a uma província, como o *limes Raeticus* (Amm. Marc. 22, 8, 4), elas aparecem denominadas de maneira geral como *limes Romanus*, principalmente em contexto de conflito com os bárbaros. Amiano Marcelino, a principal fonte para a segunda metade do século IV, faz uso desse termo tanto para narrar as ações dos sármatas limigantes na região do Danúbio (Amm. Marc. 17, 13, 1) quanto as dos saxões nas regiões vizinhas ao Reno (Amm. Marc. 28, 5, 1).

Contudo esse termo nem sempre foi utilizado para se referir às fronteiras dessa maneira. Ele aparece originalmente nos tratados agronômicos do período republicano para se referir aos caminhos que deviam ser abertos em meio aos matagais e margens de rios nas propriedades rurais, em oposição aos campos cultivados (Colum. *Rust*. 4, 32, 1).[24] Não surpreende, portanto, que os escritores do período imperial tenham se apropriado do vocábulo para descrever os eventos fronteiriços principalmente depois do período de Augusto, cujas empreitadas além do Reno tinham um caráter muito mais permanente do que as rápidas campanhas anteriores de César e Agripa. O motivo fica evidente ao analisarmos aspectos da cultura material deixada pelo projeto augusteano além do Reno.

[23] É assim que o parque é designado na lista de sítios protegidos pela Unesco: https://whc.unesco.org/en/list/1631/ Acessado em 29/11/2022 às 20:14.
[24] Em Colum. *Rust*. 1, 8, 7 e 11, 1, 23 o termo aparece ainda associado aos sendeiros (*semitae*).

Se sobrepusermos o mapa das fortificações augusteanas (fig. 2) ao da distribuição espacial das ânforas do tipo Oberaden 74 (fig. 3), provenientes em sua vasta maioria da Hispânia (Gonzales Cesteros e Tremmel, 2011/12), conseguimos perceber como os rios eram usados como grandes vias de transporte, a fim de levar suprimentos produzidos nas províncias romanas especialmente para os esforços de Augusto na Germânia, haja vista sua concentração nos campos militares da região (Carreras e González, 2012: 269). Essa nova configuração do espaço foi o que suscitou, por sua vez, o uso do termo *limes* a fim de compreendê-lo e torná-lo inteligível. Isso se faz necessário diante de uma audiência aristocrática que, apesar de possivelmente nunca ter pisado nas zonas de expansão do Império, conhecia bem os termos ligados à administração fundiária. Tácito relata, por exemplo, que Caio Sílio, general de Germânico, "muniu toda a região entre o forte de Aliso e o Reno com novos caminhos (*limites*) e trincheiras (Tac. *Ann*. 2, 7)"[25], descrevendo assim a rede de fortificações augustanas adquiriu em termos que lhe são familiares. Se os rios como o Lippe, onde possivelmente se localizava o forte Aliso, são grandes vias de penetração em território germânico, parece acertado ao historiador chamar as estradas que correm ao longo desses elementos naturais da mesma palavra usada pelos agrimensores.

Os romanos por certo conheciam a ideia de limite territorial no sentido de contenção. A tradição romana transmitida por Dionísio de Halicarnasso nos informa que Numa Pompílio, o segundo rei de Roma, foi quem determinou que os cidadãos pusessem limites às suas possessões, no intuito de resolver disputas de propriedade e fomentar uma cultura de paz. Nas extremidades de cada terra, uma pedra deveria ser consagrada ao Ὁρίος Ζεύς (*Ant. Rom.* 2, 74, 1–2), cuja versão latina conhecemos através de CIL XI, 351 por *Iupiter Terminalis*. O *Terminus*, divindade (AE 1939, 301) incorporada por esse aspecto de Júpiter, acabou por designar também essas pedras de demarcação (AE 1960, 59). Em rememoração a esse "pacto", festejava-se a Terminalia, um "festival aos deuses dos limites" (*Ant. Rom.* 2, 74, 2).[26] Mais adiante, Dionísio (*Ant. Rom.* 2, 74, 4) nos informa que essas pedras demarcavam não apenas as terras privadas, mas as públicas também. Essa marca territorial de limite se difere em muito da noção de fronteira em constante expansão, pois o ato de mover os marcadores ou demoli-los consistia num crime passível de pena capital, pois se tratava de um sacrilégio (*Ant. Rom.* 2, 74, 3).

[25] *cuncta inter castellum Alisonem ac Rhenum novis limitibus aggeribusque permunita.*
[26] ἑορτή τῶν ὁρίων θεῶν.

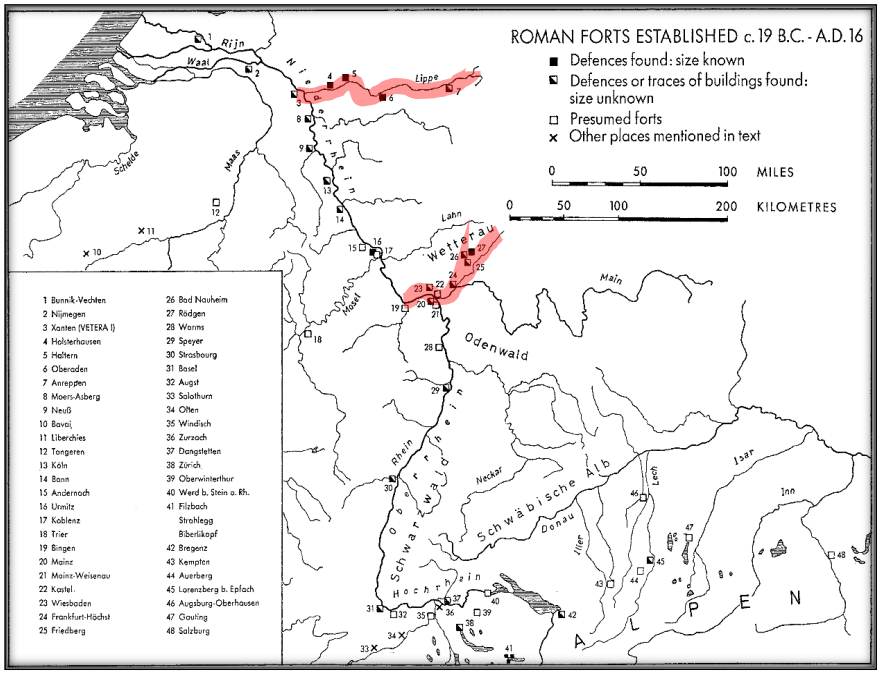


Figura 2: Mapa das fortificações romanas no Reno e Germânia entre 19 a.C. e 16 d.C., mostrando as estruturas defensivas encontradas de tamanho conhecido, desconhecido, e os locais onde se imagina que possa haver fortes. Mapa feito por W. Pischner para a Römisch-Germanische Komission e extraído de Schönberger, 1969: 150. Os destaques são de nossa autoria.

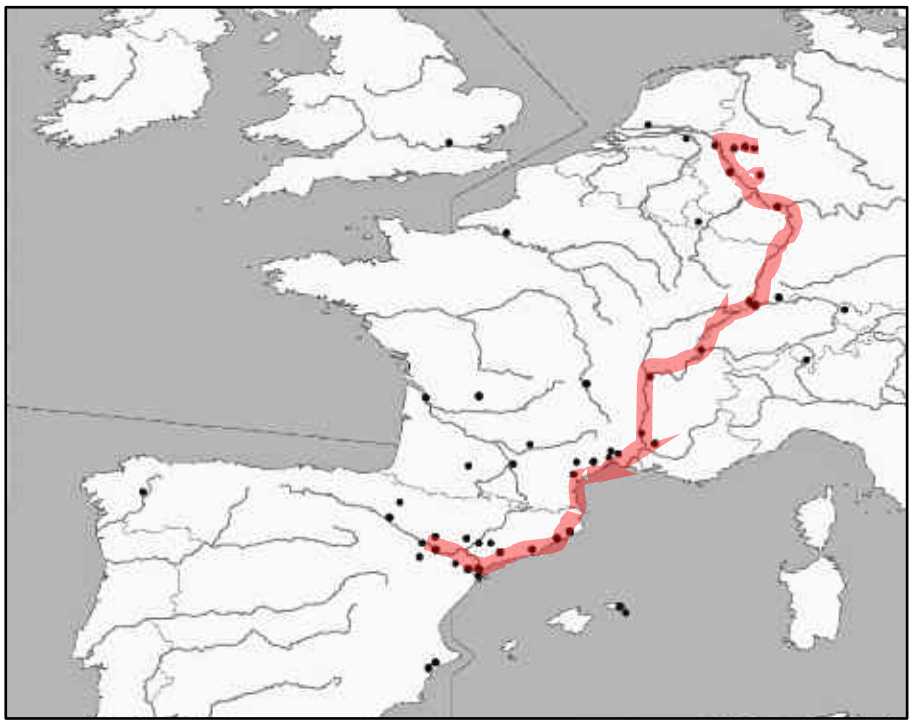


Figura 3: A distribuição de achados de ânforas do tipo Oberaden 74, seguindo a costa mediterrânea da Gália, e subindo os rios navegáveis em direção à Germânia. Extraído de Carreras e González Cesteros, 2012: 272. O destaque é de nossa autoria.

Dessa forma, os termos *finis* e *terminus* estão intimamente relacionados na concepção espacial dos romanos. Reminiscências em topônimos modernos atestam para o uso corrente de *finis* para se referir ao limite entre dois territórios dentro do Império Romano, especialmente duas províncias. Entre as cidades alemãs de Bad Breisig e Brohl-Lützing temos o córrego

Vinxtbach, que significa literalmente "córrego da fronteira", tendo em vista que Vinxt é uma germanização de *finis* (Matijević, 2010: 237–9). Esse regaço marcava, por sua vez, o limite entre as Germânias superior e inferior. Neste local, duas inscrições foram encontradas durante a construção de uma ponte na Rheinstrasse sobre o córrego em 1810, junto a moedas e fundamentos de uma antiga muralha, a vários pés de profundidade numa região vinícola, perto do Reno[27]. Uma delas (CIL XIII, 7732) consiste em um altar dedicado por soldados da trigésima legião *Vlpia Victrix*, sediada em Xanten, na Germânia inferior, "aos (deuses, protetores dos) limites, à divindade tutelar do local e a Júpiter Ótimo Máximo."[28] A outra inscrição (CIL XIII, 7731) é de um beneficiário do governador (*beneficiarius consularis*) e soldado da oitava Legião Augusta, acantonada em Estrasburgo, na Germânia superior, dedicada a Juno e também à divindade protetora do local e Júpiter Ótimo Máximo.[29]

A estação do Vinxtbach certamente não tinha as mesmas dimensões daquelas encontradas em Sírmio ou Obernburg, mas parece ter mantido as mesmas dinâmicas e cumprido aos mesmos propósitos. Os elementos arqueológicos do lugar, como as inscrições e muros, nos permitem pensar que se tratava de uma guarnição (*statio militum*), estruturas muito comumente encontradas em junções de grandes estradas e limites provinciais. Sendo assim, levemos em conta que as inscrições foram feitas por soldados de legiões de ambas as províncias, que elas foram encontradas em margens opostas do riacho e, sobretudo, dedicadas aos deuses relacionados aos limites. Tudo isso indica que a presença militar de destacamentos legionários nessa região em particular deve ser entendida em virtude do limite provincial que, por sua vez, estava explicitado pelos próprios altares em posições opostas, de modo que não se deixasse dúvidas ao transeunte que, daquele ponto em diante, ele adentraria outra província.

Com base nesses elementos, é possível perceber que havia um interesse dos agentes imperiais em deixar o *fines* bem demarcado e supervisionado em pontos chave, como na estação do Vinxtbach, para que se pudesse controlar o fluxo de informações, bens e pessoas para a área de sua jurisdição e para que não se extrapolasse as prerrogativas de sua função, circunscrita à província. Na lógica interna da administração imperial, essa divisão cumpria um propósito primordial, afinal, não devia ser incomum que houvesse atrito entre governadores de província. Basta evocarmos o caso da construção do dique entre o Mossela e o Saône em 55 d.C. (Tac. *Ann.* 13, 53), motivo de desavenças entre Lúcio Antíscio Veto e Marco Aelio Gracile, governadores da Germânia Superior e da Gália Bélgica, respectivamente. Em nível maior, esse

[27] Essa informação foi retirada da própria notícia do CIL. Não temos notícia de escavações mais recentes no local.
[28] *Finibus et* / *Genio loci* / et *I*(*ovi*) *O*(*ptimo*) *M*(*aximo*)
[29] *I*(*ovi*)] *O*(*ptimo*) *M*(*aximo*) / *et Ge*[*ni*]*o loci* / *Iuno*[*n*]*i Reginae*

abuso de prerrogativa, evidenciado pela transposição dos limites provinciais, podia levar mesmo a uma guerra civil, como quando Constantino reprimiu os godos que haviam invadido a Trácia e a Mésia e "Licínio queixou-se que este era um feito contra a boa-fé, porque suas atribuições haviam sido reclamadas por outro" (An. Val. 1, 21).[30]

Essa é a natureza da demarcação dos limites no interior do Império durante o Principado, especialmente da época dos antoninos em diante, explicitada por um caso bastante elucidativo. Há ainda muitos outros exemplos nos quais não convém nos delongarmos aqui, envolvendo marcos miliários e *termini* mencionando as províncias vizinhas (Kolb e Zingg, 2016). No universo de significados que davam sentido às relações que se estabelecem entre os indivíduos e o espaço, o *finis* e o *terminus* eram instâncias mediavam relações entre iguais, quer os romanos entre si, quer os outros povos, mas não as relações entre romanos e bárbaros.

Contudo, todo o processo que descrevemos no item anterior acabou por fazer com que, do século IV em diante, o termo *limes* estivesse mais relacionado com distritos fronteiriços do que com vias de penetração em territórios que ainda não estavam sob o controle direto do Império Romano (Isaac, 1988: 125–38), apesar de ainda reter muito de seu antigo sentido de "caminho". Não se trata, no entanto, de algo que é "feito" ou "construído" como fortes, muros e estradas, como observa Benjamin Isaac (1988: 146), mas da própria zona de fronteira cujo sentido aparece não necessariamente preso às estruturas defensivas que porventura estejam localizadas nela. Apesar de concordarmos com as conclusões de Isaac, de que o *limes* tardio não designa o sistema defensivo em si, mas a zona administrativa sob a jurisdição do *dux*, nos parece que o termo é evocado com mais significados do que este em diferentes contextos.

Em muitas ocasiões, os termos *finis* e *terminus* passaram a se referir também às fronteiras do Império, sendo praticamente intercambiáveis com *limes*. Segundo Amiano Marcelino, Constâncio II teria dito aos soldados das Gálias que, com a elevação de Juliano ao cargo de César, "as fronteiras do Império (*imperii fines*) ficarão intactas (15, 8, 7)" [31]. Com efeito, Eutrópio, ao comentar os sucessos militares do jovem Juliano na região, se alegra que "os germanos foram expulsos para além do Reno e o império foi restituído aos seus limites (*fines sui*) (10, 14, 2)"[32]. Agostinho, já no início do século V, também se refere a essas regiões usando palavras como *finis* e *terminus*, inclusive relacionando às fronteiras do Império um culto que, como vimos no começo deste item, não lhes cabia. Em sua crítica aos deuses pagãos, o filósofo dispara: "também ninguém deveria ser capaz de deslocar as fronteiras romanas (*termini*

[30] *hoc Licinius contra fidem factum questus est, quod partes suae ab alio fuerint vindicatae.*
[31] *imperii fines erunt intacti.*
[32] (...) *summotique ultra Rhenum Germani et finibus suis Romanum imperium restitutum*.

Romani) por causa do deus Término (*De civ. D.* 4, 29)"[33]. E ao comentar o fracasso de Juliano na Pérsia, Agostinho relata que foi assim que "se constituíram as fronteiras do Império (*imperii fines*), onde ainda hoje se mantém" (*ibid*.).[34]

Fica evidente por essa transformação no uso dos termos para se referir às fronteiras que a ideia de *imperium sine fine* já não fazia sentido para esses autores. Isso indica que, na mentalidade dos romanos que constituíam essa audiência, o Reno já era percebido efetivamente como uma delimitação dentro da qual estava circunscrito o mundo romano propriamente dito. Afinal, essas palavras continuaram a serem usadas para designar as fronteiras imóveis das províncias, como o eram na época da inscrição encontrada na estação de Vinxtbach. Eutrópio relata que Joviano "morreu repentinamente nas fronteiras da Galácia (*in Galatiae finibus*), quando se dirigia para a Ilíria (10, 17, 3)" [35]. E Juliano, segundo Amiano Marcelino, propõe aos seus soldados que, para se prepararem contra um possível ataque de Constâncio II, ocupassem "as fronteiras mais distantes (*fines extimi)* das Dácias, uma vez que as regiões da Ilíria estão desprovidas de suas maiores guarnições (21, 5, 6)"[36].

Essa transformação evidencia, portanto, uma mudança significativa da percepção dessas realidades espaciais, ao menos para alguns dos habitantes do Império, causada pelos processos históricos de expansão e retração do território sob domínio efetivo e direto do Império. O caráter limítrofe que os rios Reno e Danúbio vieram a assumir engendraram nas mentalidades dos autores romanos uma visão de mundo em que o *orbis Romanus* (e.g.: Amm. Marc. 19, 2, 4) e o *barbaricum* (e. g.: Amm. Marc. 17, 12, 21) constituem duas entidades territoriais distintas. Essa concepção espacial, por sua vez, acaba por compor junto a uma série de outras características mais um elemento de diferenciação entre romanos e bárbaros. Nessa visão do mundo habitado, de um lado estão os romanos, com todas as diferenças que existem entre as várias identidades que os compõem, de outro os bárbaros que, para os romanos do século IV em diante, eram os germânicos por excelência (Jones, W. M. 1971: 381).

O final da descrição geográfica das Gálias que Amiano Marcelino faz em suas *Res Gestae*, a maior de suas digressões dessa natureza (Drijvers, 2005), é bastante representativo da forma com a qual a fronteira do Reno era utilizada como elemento constitutivo do "mapa mental" de um mundo romano que encerrava em si a multiplicidade de identidades provinciais que constituíam o Império em oposição ao *barbaricum*. Depois da descrição de seus limites

[33] *Romanos quoque terminos propter deum Terminum neminem commoturum*.
[34] *imperii fines constituerentur, ubi hodieque persistunt*.
[35] *Illyricum petens in Galatiae finibus repentina morte obiit*.
[36] *dum maioribus vacant praesidiis regiones Illyricae* (...) *Daciarum interim fines extimos occupemus*.

geográficos, das origens de seus habitantes e de uma breve descrição satírica acerca dos costumes dos gauleses, a força e temperamento explosivo de suas mulheres, sua aptidão para a guerra e gosto excessivo pelo vinho, o historiador relembra:

> De fato, foi César quem [...], depois de baixas de ambos os lados em dez anos de guerra, subjugou todas as Gálias e uniu-as à nossa comunidade mediante uma aliança eterna (Amm. Marc. 15, 12, 6).[37]

Assim, Amiano apresenta a região como parte integrante de uma realidade político-geográfica bem definida temporalmente e espacialmente, como regem os preceitos narrativos da historiografia antiga (Merrills, 2005: 7). A noção de um *barbaricum*, que se refere a todo o território ao norte do Danúbio e do Reno onde habitam os bárbaros, surge como produto dessa organização espacial e só adquire sentido a partir dela, ou seja, em oposição ao *orbis Romanus* (Weiler, 1963/4), o espaço geográfico propriamente dito que abriga essa *societas nostra* a qual Amiano se refere.

É a partir dessa organização mental do mundo que o historiador descreve os eventos que se desenrolam além da fronteira, principalmente situações tensas envolvendo os povos fronteiriços. Em 358, certas convulsões no seio dos sármatas levaram uma parte deles a se aliar aos quados e juntos invadirem a Mésia e as Panônias. Diante dessa situação, Constâncio II conseguiu reunir um contingente considerável durante o inverno em Sírmio e partir para uma campanha punitiva além do Danúbio. A empreitada foi bem-sucedida e o imperador reestabeleceu os sármatas aos seus antigos territórios sob a autoridade de um rei instaurado por ele. Ao narrar a movimentação dos acampamentos para Briguetio, atual Szőny na Hungria, do lado romano do Danúbio, para lidar com os quados, Amiano se refere aos eventos anteriores como "coisas que aconteceram em solo bárbaro (*in barbarico*) (17, 12, 21)"[38]. No terceiro ano da guerra de Valente contra os tervíngios, que mencionamos acima, Amiano conta que o imperador levou as tropas adiante "depois de ter feito uma ponte de barcos em Novioduno[39] para transpor o rio e de ter irrompido em solo bárbaro (*barbaricum*) (27, 5, 6)"[40].

O mesmo vale para os eventos na zona do Reno. A retaliação de Juliano aos alamanos que haviam ocupado as Gálias em meados de 350, o que culminou na Batalha de Estrasburgo de 357, envolveu a construção de uma ponte, provavelmente de barcos, sobre o rio em um breve momento de calmaria. Terminada a tarefa, Amiano relata que, "tendo aparecido em solo bárbaro

[37] *Nam omnes Gallias* [...] *post decennalis belli mutuas clades subegit Caesar societatique nostrae foederibus vinxit aeternis.*
[38] *His in barbarico gestis* (...)
[39] Atual Isaktscha, na Romênia.
[40] *tertio quoque anno per Noviodunum navibus transmittendum amnem conexis perrupto barbarico* (...)

(*in barbarico*), o grupo de soltados cruzou os domínios de Hortário sem perturbá-los (18, 2, 14)"[41]. Percebe-se que mesmo o território sob a jurisdição de um rei aliado de Roma[42] não escapa de ser considerado pelo historiador como parte do *barbaricum*. O próprio Amiano reconhece que a revolta dos alamanos no vale do Neckar em 369, que mencionamos acima, se deve a uma construção que havia sido concebida "além do Reno, no monte Piro, que é território bárbaro (28, 2, 5)."[43]

Esse conceito aparece ainda em outras instâncias na historiografia produzida em finais do século IV. Em seu curto breviário, Festo narra as conquistas de Trajano em termos certamente estranhos para a época dele, mas familiares para a sua: "Trajano (...) estabeleceu a província da Dácia, além do Danúbio, em solo bárbaro (*in solo barbarico*) (8)".[44] Apesar de, na época de Festo, a província já ter sido há muito evacuada, os habitantes da Dácia do século II certamente não pensavam em sua província como território bárbaro somente pelo fato de se encontrar do outro lado do Danúbio (Wanner e De Sena, 2010). Eutrópio o faz igualmente ao narrar os feitos de Augusto. Após afirmar que "em nenhuma época antes dele o Império Romano prosperou tanto (7, 9)"[45], o historiador enumera a conquista das regiões do Egito, Cantábria, Dalmácia, Aquitânia, Ilíria, dentre outras, e relata que Augusto venceu os germanos e "expulsou-os para o outro lado do rio Elba, que fica em território bárbaro (*in barbarico*) bem além do Reno (*id*.)".[46] A mesma terminologia é utilizada por ele e pelo autor do Epítome dos Césares para narrar a morte de Trajano Décio e seu filho, que depois da batalha de Abrito em 251, seguiram os godos para além do Danúbio e "foram mortos em território bárbaro (*in barbarico*) (Eutr. 9, 4)"[47] ou, referindo-se apenas ao primeiro, "foi engolido pelo fundo do pântano em solo bárbaro (*in solo barbarico*) (*Epit. de Caes*. 29.3)".[48] Mesmo fora do campo da

[41] *visus in barbarico miles per Hortarii regna transibat intacta*

[42] Hortário havia composto uma coalisão de chefes alamânicos que lutaram contra Juliano em Estrasburgo, em 357. Após a derrota, no ano seguinte, ele foi forçado a firmar a paz com o Império, pois as primeiras campanhas punitivas do novo César devastaram seus territórios. O rei manteve suas boas relações com Roma a partir daí, deixando que seus cantões fossem utilizados como base por espiões romanos e dando uma oportunidade para que os soldados romanos assassinassem outros reis alamanos, reunidos por ocasião de um banquete regalado por ele (Lee, 2009: 5–6)

[43] *trans Rhenum in monte Piri, qui barbaricus locus est.* O aposto pode parecer supérfluo, mas Amiano o utiliza sempre para elucidar locais menos conhecidos, como em Amm. Marc. 25, 10, 12: "Dadástana, que separa o território da Bitínia e da Galácia ((...) *Dadastanam, qui locus Bithyniam distinguit et Galatas*)". Isso indica que, na concepção geográfica de Amiano, as terras além do Reno constituíam um território distinto e delimitado, tal qual duas províncias romanas diferiam entre si pela sua fronteira.

[44] *Traianus* (...) *Daciam trans Danuvium in solo barbarico provinciam fecit*.

[45] *Nullo tempore ante eum magis Romana res floruit.*

[46] *trans Albim fluvium summovit, qui in barbarico longe ultra Rhenum est*.

[47] *in barbarico interfecti sunt.*

[48] *in solo barbarico* (…) *gurgite paludis submersus est*.

historiografia, mas ainda no âmbito dos documentos literários, podemos encontrar o tipo de organização espacial que reflete esse processo. O autor anônimo da *Expositio Totius Mundium et Gentium*, possivelmente um mercador de tecidos sírio que escreveu o opúsculo na época de Constâncio II (Grüll, 2014: 634 – 9), terminou sua descrição do mundo, antes de discorrer sobre as ilhas do Mediterrâneo, com a seguinte frase: "Por fim, isso é tudo o que pudemos dizer sobre o globo terrestre, tanto da terra dos romanos quanto da terra dos bárbaros (62)".[49]

Essa divisão do mundo cumpre uma função retórica importante que permite que os autores representem as relações entre romanos e bárbaros como se estivessem em constante tensão ou contenda. No âmbito da historiografia, o discurso acerca da manutenção desse ordenamento do mundo e de uma proposta no sentido de manutenção ou melhora desse ordenamento guiada pelo julgamento moral dos eventos a serem narrados (Funari e Garraffoni, 2016: 31–6), implica necessariamente na mobilização retórica da fronteira como elemento de separação que confere sentido a esses dois mundos antagônicos. Para esses autores, o pertencimento ao mundo romano, parte essencial do construto identitário de sua romanidade, só pode ser concebido em relação ao seu oposto. O *barbaricum*, portanto, terra indistinta dos alamanos, sármatas, quados, francos etc., sempre aparece em contextos violentos na documentação escrita. Lá é o território aonde se leva a guerra e de onde vem apenas violência. O poder imperial, por sua vez, não deixou de explorar essa nova forma de organização mental do espaço geográfico do mundo conhecido.

1.3 Os usos políticos do *limes*: a violência na fronteira e a legitimidade do poder imperial frente aos provinciais

A defesa das fronteiras do Império no século IV demandava, na prática, muito mais do que as brutais e dispendiosas operações repressivas em território bárbaro. Além de uma complexa rede de informação e espionagem, que envolvia até mesmo assassinatos pontuais que visavam desestabilizar grupos bárbaros que porventura se organizassem em torno de um líder hostil a Roma (Lee, 2009), o poder imperial desenvolveu diversas técnicas diplomáticas refinadas para lidar com seus vizinhos do norte, costurando alianças com as elites regionais e seus chefes mediante pagamento de subsídio ou promessas de auxílio militar (Heather, 2001). Mas o contraste aparentemente radical entre as violentas campanhas militares e essas formas mais sutis de interferência imperial romana em território bárbaro não deve ser compreendido

[49] *Et haec quidem orbis terrae, Romanorum quoque et barbarorum terram, quod ex parte dicere potuimus.*

como uma contradição na condução da política fronteiriça dos imperadores nesse período, pois cada uma dessas ações serve a propósitos diferentes.

Depois dos problemas militares enfrentados pelo Império a partir de meados do século III e das inúmeras usurpações resultantes dessas dificuldades, cujas rupturas mais significativas foram o chamado Reino de Palmira e Império das Gálias, que discutiremos em mais detalhes no capítulo seguinte, fica claro que a legitimidade do Imperador reinante dependia cada vez mais de sua capacidade de manter as províncias em segurança e os bárbaros sob controle. As vitórias imperais, principalmente aquelas obtidas contra as forças bárbaras, impulsionavam a popularidade dos governantes e ajudavam a justificar tanto a presença imperial nas províncias quanto o peso da taxação sobre elas, a fim de sustentar um exército em constante movimento e um aparato imperial cada vez mais pesado. Cientes disso, os imperadores não apenas tiraram proveito de eventuais tensões nas fronteiras, como também buscaram propagar por vários meios a ideia de que havia um constante risco de invasão pendendo sobre as províncias. Nesse sentido, a ameaça bárbara nas fronteiras, especialmente no Reno, foi habilmente construída pelo poder imperial como um "artefato galorromano", como o definiu John Drinkwater (1996).

Diante das elites romanas, da qual eram oriundos em sua grande parte os autores da Antiguidade Tardia, essa estratégia facilmente obtinha sucesso, pois a própria imagem do bárbaro emergia como o oposto daquilo que a mantinha coesa. O substrato cultural do qual partilhavam esses indivíduos em quase toda a extensão do Império, tornado possível por um cânone comum dentro dos quais eles eram educados, permitia por sua vez uma autopercepção construída em cima de sua própria superioridade moral sobre o "outro", bárbaro por excelência. Nessa autoimagem da elite romana, diferente dos bárbaros, eles eram mais racionais, capazes de controlar seus impulsos e instintos pelo uso do intelecto, treinados pela imersão na literatura clássica a separar vícios e virtudes (Wiedemann, 1986). Essa racionalidade superior de cada um dos indivíduos significava que a sociedade romana como um todo era governável por leis escritas (*civilitas*), diferente das sociedades bárbaras onde imperava a lei do mais forte (Heather, 1999b: 236). Embora o próprio poder imperial não tenha sido o criador consciente dessa identidade comum que a elite romana assumia para si, diferentes imperadores souberam muito bem explorar suas possibilidades para proveito próprio (Heather, 2001: 52), permitindo-lhes se colocarem como guardiões do mundo romano, que encerrava em si essa sociedade tão prezada pelas elites, contra as investidas daqueles oriundos do *barbaricum*.

Para a maioria dos habitantes do Império, que não teve contato profundo com esse cânone ou acesso a professores de gramática e retórica, a sensação de pertencimento ao mundo

romano, do qual o poder imperial se colocava como mantenedor e protetor, devia ser promovida por outros meios. De fato, os imperadores tinham várias formas de mostrar aos provinciais que os bárbaros estavam sob controle e a paz nas províncias assegurada. Em moedas destinadas à grande circulação no século IV vemos uma profusão de temas que apresentam o imperador ou soldados atravessando bárbaros com lanças, montados ou não, e que devem ter aparecido também em esculturas (Levi, 1952: 45–9). Sabemos que não eram incomuns espetáculos em que bárbaros eram jogados às feras, como os sármatas em Roma em 383 (Symm. *Relat*. 47), ou que eram reduzidos à condição de gladiadores, como os Saxões (Symm. *Ep*. 2, 46). Outra forma de propagar em meio a população a ideia de que bárbaros e romanos constituíam categorias humanas irreconciliáveis era o uso de pôsteres em anfiteatros representando a vitória do imperador e o rechaço dos inimigos do Império de volta ao *barbaricum* (Them. *Or*. 16, 199C–D; Eunap. *fr*. 68 (Blockley)). Encontramos também indícios das percepções populares dessas vitórias em território bárbaro em grafites, como o da catacumba dos santos Pedro e Marcelino em Roma, onde lê-se "o parto (persa) morto, o bretão vencido, jogai, romanos!" (*ILS* 8626a)[50].

Mesmo as figuras mais proeminentes dos vizinhos do Império serviam para as demonstrações públicas da capacidade dos imperadores de subjugar os bárbaros. Em um panegírico dedicado a Constantino em Tréveris em 310, por ocasião do aniversário da cidade (Nixon e Rodgers, 1994: 212–4), o orador comemora que uma das medidas do recém aclamado imperador para garantir a segurança do Império foi a dureza na punição dos bárbaros que atacassem as províncias. Ele relembra, então, a crucificação dos reis francos que aproveitaram o período de insegurança após a morte de Constâncio Cloro em 306 para pilharem as regiões fronteiriças das Gálias (*Pan*. *Lat*. 6(7), 10, 1–2). Essa dura punição parece ter sido um episódio marcante para a população da cidade, uma vez que o panegirista ainda a menciona anos depois do ocorrido.

O interesse especial do poder imperial em planejar e promover execuções e humilhações públicas de lideranças bárbaras a fim de impulsionar sua legitimidade em meio aos provinciais fica evidente no episódio da execução brutal de um rei alamano por parte de um pequeno pelotão em 366. Após a campanha encabeçada pelo mestre da cavalaria Jovino para rechaçar os salteadores alamanos que pilhavam a região dos Campos Cataláunos, Amiano narra que uma unidade militar auxiliar, os ascários, haviam emboscado e capturado um pequeno grupo de soldados inimigos com seu rei. Como o reconhecimento da região não havia encontrado mais

[50] *Parthi occisi, Britto victus: ludite Romani*

ameaças, o próprio Jovino se dirigiu aos ascários depois de descobrir que os soldados haviam exposto o chefe alamano em um patíbulo. O historiador nos conta que o comandante,

> irritado com isso, decidiu repreender o tribuno que ousou perpetrar tal ato sem consultar alguma autoridade superior. Ele o teria condenado, não fosse constatado por testemunhos confiáveis que o crime atroz havia sido cometido pelo impulso típico dos soldados. (Amm. Marc. 27, 2, 9)[51]

O trecho dá a entender que Jovino não se opunha por princípio a esse tipo de tratamento a um rei bárbaro, mas sim ao fato de que toda a ação foi tomada sem o conhecimento dele. Para o mestre da cavalaria, pode ser que não houvesse realmente sentido em punir o rei alamano dessa forma apenas para o entretenimento de alguns poucos soldados auxiliares de origem bárbara[52], sem que altos comandos pudessem deliberar sobre o que fazer com a figura bárbara proeminente que fora capturada. Ao caracterizar o ato como um crime atroz, Amiano parece concordar com a ideia de que a exposição do corpo do chefe bárbaro em um cadafalso improvisado no campo de batalha, sem que as grandes figuras do Império pudessem desempenhar perante os provinciais seus papeis de protetores das províncias, não cumpria qualquer propósito para o Império. Vale lembrar que, em outras ocasiões, Amiano considerou salutares ações injustas e truculentas contra os bárbaros, contanto que fossem de alguma serventia para a manutenção do ordenamento imperial, como a emboscada preparada contra os saxões em 370 depois de eles já terem concordado com uma trégua (28, 5, 1–7).

Todo esse esforço de cunho propagandístico por parte do poder imperial era acompanhado de campanhas militares sazonais nas fronteiras para lhe conferir sentido. As respostas que foram dadas à suposta ameaça bárbara na fronteira durante o século IV também são reveladoras desse "artefato" e elas mesmas acabaram por integrar esse mecanismo de legitimidade imperial. Partindo dessa ideia, Drinkwater (1997: 2–9) reavaliou as campanhas fronteiriças de Juliano no Reno e conseguiu estabelecer uma relação entre suas vitórias após a batalha de Estrasburgo e suas ambições ao augustato. A partir de 357, como único real comandante dos exércitos nas Gálias, Juliano aproveitou a situação para construir a sua reputação como chefe militar e fortalecer sua base de poder nas províncias ocidentais. Para isso, ele teria escolhido a dedo suas batalhas contra francos e alamanos no Reno, justificando suas ações com a suposta devastação das Gálias e nunca indo demasiadamente a fundo em território bárbaro. Dessa forma, utilizando suas habilidades políticas e militares, ele teria preparado o

[51] *Ideoque iratus in tribunum animadvertere statuit ausum hoc inconsulta potestate superiore fecisse eumque damnasset, ni militari impetu commissum facinus atrox documentis evidentibus constitisset.*

[52] Os *ascarii* parecem ter derivado seu nome do termo grego ἀσκός (outro) e compunham, com outras unidades de origem não-romana, as *auxilia palatina* (*Not. Dign. occ.* 5).

terreno para os eventos que levaram à sua aclamação como Augusto pelas tropas acantonadas em Paris em 360. Essa explicação teria sido prontamente aceita e entusiasticamente difundida pelos seus admiradores Libânio e Amiano.

Algo semelhante parece ter ocorrido com Valentiniano, descrito em Amiano, Símaco e Ausônio como o "imperador de fronteiras" por excelência (Jullian, 1926: 7, 234–6). Após a partida de Juliano para a Pérsia em 361 e sua consequente morte em 363, não parece ter havido conflitos nas regiões limítrofes, inclusive durante a breve usurpação de Joviano em 363–4. A situação continua assim até a decisão unilateral romana de mudar o acordo estabelecido com os alamanos e assim diminuir a quantidade anual de presentes aos chefes bárbaros (Amm. Marc. 26, 5, 7; 27, 1, 1). Ainda assim, ao escolher as províncias ocidentais como sua esfera de influência, Valentiniano não acorre ao Reno para combater uma "grande ameaça bárbara", mas chega ao norte da Itália e deixa que os comandantes das unidades locais lidem com os problemas. Ao receber as notícias da derrota de seus chefes militares para os alamanos, o recém-aclamado imperador continua normalmente sua viagem para Paris às margens da área afetada e envia outro comandante, Dagalaifo (Amm. Marc. 26, 5, 8).

O problema bárbaro na fronteira do Reno, de fato, não parece ser tratado como uma urgência nesse primeiro momento, mas como um assunto que demanda atenção secundária diante de outros problemas que o Império enfrentava. Eles só passam realmente a chamar a atenção de Valentiniano quando chega até ele a notícia da usurpação de Procópio contra seu irmão Valente em finais de 365 e o imperador decide ficar nas Gálias ao invés de partir para o Oriente afim de consolidar seu poderio ainda recente[53] em uma região que era terreno fértil para usurpadores. Valentiniano então teria amplificado a ameaça bárbara e se utilizado de uma resposta desmesurada a esse problema para consolidar sua posição nas regiões ocidentais (Drinkwater, 1997: 9–13).

Podemos ver o "artefato galorromano" entrar em jogo mais uma vez em 368, quando o conde Teodósio foi enviado à Britânia para reprimir uma revolta e Valentiniano (Modéran, 2006: 147), cuja saúde estava debilitada desde o ano anterior, aproveitou uma escaramuça dos alamanos em Mainz para levar a cabo expedições militares contra esses povos nas fronteiras e projetar sua imagem e de seu filho como grandes defensores das províncias ocidentais. Mesmo ações menos diretas que ações militares em território bárbaro entram nessa lógica. O massivo

[53] Valentiniano parece ter utilizado como pretexto para não combater Procópio ao lado de seu irmão o fato de que ele "era tão somente inimigo seu e de seu irmão, ao passo que os Alamanos o eram de todo o mundo romano ((...) *hostem suum fratrisque solius esse Procopium, Alamannos vero totius orbis Romani.* Amm. Marc. 26, 5, 13). As palavras que Amiano utiliza ecoam a divisão do mundo entre *barbaricum* e *orbis Romanus.*

programa de Valentiniano de construção de fortes nas fronteiras também deve ser visto sob esse prisma, ou seja, não uma resposta direta e proporcional à agressão nas fronteiras[54], mas uma forma de demonstrar a proatividade do império na defesa delas (Drinkwater, 1999).

Certamente, o poder imperial reconhecia que muitas dessas estruturas e suas extensões estavam em um território que não pertencia ao Império. Na parte ocidental da *Notitia Dignitatum*, talvez o mais importante documento administrativo do Império Romano tardio compilado no início do século V, encontramos duas coortes auxiliares, estacionadas "no forte Onagrino, do lado oposto de Bonônia, em solo bárbaro (*Not*. *Dign*. *occ*. 32.21)"[55] e em um forte denominado apenas como "do lado oposto de Aquinco, em solo bárbaro (*ibid.* 33.25)"[56]. Essas entradas mencionam o *barbaricum* e se referem a ele claramente como o território imediatamente na margem oposta do rio, ou seja, do outro lado do *limes*. Não surpreende, portanto, que nesses pontos que possibilitavam o trânsito de pessoas pela fronteira ela tenha sido mobilizada pelos imperadores para deixar clara a marcação entre o mundo dos bárbaros e o mundo dos romanos e se colocarem como seus protetores.

Depois de levar a cabo uma série de campanhas militares contra os bárbaros, Constantino empreendeu um vasto programa de construções, reocupações e reformas do aparato defensivo na fronteira do Reno e do Danúbio. As inscrições que atestam esses empreendimentos nos mostram como o *limes* foi mobilizado em suas mensagens oficiais. A *Civitas Tropaensium*, atual Adamclisi na Romênia, foi uma colônia de veteranos das Guerras Dácias que havia sido tomada pelos godos, provavelmente em fins do século III. Constantino e Licínio recuperaram a cidade e reconstruíram suas fortificações, tendo, por isso, recebido em 315–317 uma inscrição honorífica:

> Petrônio Aniano, homem claríssimo, Júlio Juliano, homem eminentíssimo e prefeito pretoriano, sempre muito devotos da divindade dos imperadores [dedicaram esta inscrição] aos vingadores da segurança e liberdade romanas, nossos senhores Flávio Valério Constantino e Liciniano Licínio, pios, felizes, Augustos eternos, por cuja virtude e providência, depois de dominados em todos os cantos os povos das nações bárbaras, uma vez consagrada a obra com bons auspícios desde suas fundações, foi

[54] A exploração da agressividade bárbara nas fronteiras por parte desses imperadores, inclusive, acaba ampliando certos problemas que outrora eram resolvidos diplomaticamente e de maneira mais eficaz. Basta comparar o sucesso que obteve Constâncio II ao negociar com os bárbaros logo depois de sua vitória contra Magnêncio e a belicosidade constante entre o chefe bárbaro Macriano e Valentiniano por causa da construção das fortificações além do Reno.

[55] *contra Bononiam in barbarico in castello Onagrino.*

[56] *contra Acinco in barbarico.*

> construída também a cidade de *Tropaeum* para que ficasse assegurada a proteção da fronteira (*CIL* III, 13734 = AE 1894, 0111).[57]

Outra inscrição semelhante, mas um pouco posterior, datada de 338–340, mostra que a prática continuou depois do estabelecimento da dinastia constantiniana. Ela foi encontrada na atual cidade de Carcaliu, a cerca de 200km de Adamclisi também na Romênia, mas igualmente perto do Danúbio:

> Os imperadores Césares Flávio Cláudio Constantino, maior vencedor dos alamanos, maior vencedor dos germânicos e Flávio Júlio Constâncio, maior vencedor dos persas e dos sármatas e Flávio Júlio Constante, vencedor dos sármatas, Augustos pios e felizes, fecharam este ponto localizado na região da fronteira, sempre muito vulnerável ao desatino das nações dos godos, tendo erigido uma fortificação dessa arquitetura para que fique assegurada a segurança eterna de seus provinciais, e arrefeceram o ímpeto dos salteadores através do arranjo de uma barreira perene sob os cuidados do homem perfeitíssimo Sapo, o *dux* da fronteira da Cítia (*CIL* III, 12483 = *ILS* 0724 = AE 1891, 0148).[58]

A fórmula se perpetuou e inscrições desse tipo são comuns nas regiões danubianas, onde muitas fortificações foram bem preservadas. Outra inscrição encontrada em Gârliciu, na Romênia, por ocasião da construção de uma fortificação pelo imperador Valente em torno de 370, deixa transparecer de maneira ainda mais evidente o caráter propagandístico dessas mensagens. Ela comemora a vitória de Valente sobre Atanarico no fim de suas guerras góticas, um feito que Amiano, como vimos, já denunciou não ter sido tão grandioso quanto alardeado por Temístio:

> Nosso senhor, o mais invicto príncipe Flávio Valente, vencedor, máximo conquistador, sempre Augusto, depois de ter vencido e sobrepujado os godos em solo bárbaro [---] construiu desde os seus fundamentos este lugar fortificado, na feliz época de suas quinquenálias, para a defesa do interesse público, com o esforço [---] de seus muito devotos soldados da Prima (Legião Itálica) e [---] sob os cuidados de seus comissariados, o tribuno Marciano e do sempre vosso comandante Ursicino [---] com a ajuda do homem claríssimo, *dux* Flávio Estercório. (*CIL* III, 7494 = *ILS* 770) [59]

---

[57] *Romanae securitatis libertatisq(ue) vindicibus / dd(ominis) nn(ostris) Fl(avio) Val(erio) Constantino et [[[Liciniano]]] / [[[Licinio]]] Piis Felicibus aeternis Augg(ustis) / quorum virtute et providentia edomitis / ubique barbararum gentium populis / ad confirmandam limitis tutelam etiam / Trop(a)eensium civitas auspicato a fundamentis / feliciter opere constructa est / Petr(onius) Annianus v(ir) c(larissimus) et Iul(ius) Iulianus v(ir) em(inentissimus) praef(ecti) praet(orio) numini e[o]rum semper dicatissimi.*

[58] *Imp[pp(eratores) Caesss(ares)] / Fl(avius) Cl(audius) Constantinus Al[amann(icus) max(imus) Germ(anicus) max(imus) et] / Fl(avius) Iul(ius) Constantius Sarm(aticus) [Per]si[cu]s [max(imus) et] / [Fl(avius)] Iul(ius) Constans Sarm(aticus) Pii Felices Augg<g>(usti) / locum in parte limitis positum gentilium / Gotho[ru]m temeritati semper aptis/simum ad [co]nfirmandam provincialium / [s]uorum [ae]ternam securitatem erecta is/tius fabr[ic]ae munitione clauserun/t latru[nc]ulorumque impetum peren/nis mun[imi]nis dispositione tenuerun<t> / adcurante Sappone v(iro) p(erfectissimo) duce limitis / Scythiae.*

[59] *[D(ominus) n(oster) Invictissimus princeps Fl(avius) V]alens victor maximus triumfator(!) / [semper Aug(ustus) in solo barb]arico victis superatisque Gothis / [--- illa]s tempore feliciter quinquennaliorum / [hunc burgum a fundamentis] ob defensionem rei publicae extruxit / [labore --- devotissi]morum militum suorum Primanorum /*

Apesar de separadas por vinte anos, todas as inscrições trazem elementos muito semelhantes. Petrônio, Júlio, Sapo, Marciano, Ursicino e Flávio, todos eles membros da alta hierarquia da administração civil e militar imperial, evocam a segurança dos romanos provinciais, garantida pelas campanhas militares nas quais os imperadores venceram (ou alegam ter vencido, no caso de Valente) os bárbaros e, sobretudo, pela proteção de pontos vulneráveis do *limes* por meio dessas fortificações. Essa ideia é exteriorizada de maneira quase formular em todas as inscrições, com o uso tanto de *ad confirmandam limitis tutelam* quanto *ad confirmandam securitatem provincialium* e *ob defensionem rei publicae* para expressar a finalidade da construção das fortificações, de maneira a colocar em termos equivalentes a vigilância das fronteiras e a salvaguarda das populações provinciais e do mundo romano. O *limes* é mobilizado pelo poder imperial nesses contextos como uma barreira a separar o território dos bárbaros do território dos romanos e o verbo utilizado como finalidade da construção dessas fortificações é justamente *claudo*, de modo que a porosidade da fronteira é apresentada como vulnerabilidade a ser remediada, como portas que devem fechadas.

Dentro de um contexto em que o *limes* passa a ser percebido como uma zona fronteiriça de defesa e uma barreira que protege o *orbis Romanus* da violência do *barbaricum*, devido ao processo histórico ao qual as fronteiras romanas foram submetidas, o poder imperial buscou mobilizá-lo em seu enorme mecanismo retórico sobre a ameaça bárbara nas fronteiras para construir sua legitimidade perante os provinciais. A identidade romana dos provinciais, o pertencimento ao mundo romano e sua distinção dos bárbaros eram essenciais para a manutenção do ordenamento imperial. A fronteira, por sua vez podia ser mobilizada pelos imperadores para reforçar essa diferenciação e marcar essas identidades. Mas a vida quotidiana nessas zonas fronteiriças podia extrapolar tal esquema, pois a fronteira podia ser mobilizada pelos provinciais para estabelecerem com os bárbaros relações que não se resumiam a fenômenos identitários.

1.4 Entre a fronteira mobilizada e a fronteira vivenciada

A ideia de que o estado de violência constante nas fronteiras talvez fosse um exagero da documentação escrita ou fruto de um construto retórico imperial de cunho propagandístico

[et --- commissor]um cure Marciani trib(uni) et Ursicini p(rae)p(ositi) semper vestri / [--- adiuvante Fl(avio) Ste]rcorio viro clarissimo duce. Theodor Mommsen (1882) reconstitui na segunda linha *in fidem recepto rege Athan]arico*, influenciado certamente pelo relato de Amiano acerca do episódio. Mas achamos mais prudente manter a correção de Alfred von Domaszewski (*apud* Scholze, 1911: 35, n. 172). A argumentação mais detalhada em torno dessa reconstrução pode ser encontrada em Chastagnol, 1987: 258 – 261.

ganhou certa notoriedade no contexto de profusão de estudos que lidavam com a Antiguidade Tardia pela ótica da transformação mais do que do declínio e queda. O supracitado estudo de Dick Whittaker (1994) sobre os aspectos econômicos e sociais das fronteiras romanas levou adiante os apontamentos de Walter Goffart feitos já nos anos 80, que mencionamos na abertura desse capítulo. No ano seguinte o estudioso publica um artigo em que coloca o problema da violência bárbara em termos mais específicos e questiona se podemos mesmo confiar nos historiadores antigos sobre a importância das invasões no Baixo Império.[60] Whittaker (1995) argumenta que a historiografia de sua própria época havia sido "enfeitiçada", do ponto de vista metodológico, por uma interdisciplinaridade "capenga" com a arqueologia, na qual erros mútuos acabaram por se retroalimentar. Na tentativa de datar e dar substância a documentos incompletos, historiadores fizeram uso da arqueologia e numismática e os arqueólogos, por sua vez, se utilizaram de uma documentação textual escassa e duvidosa para identificar e datar fenômenos arqueológicos que, por vezes, são puramente acidentais, como estratos com sinais de carbonização, construções danificadas e destruídas e entesouramentos com moedas[61].

Whittaker acreditava ser esse o caso especialmente dos eventos relativos à segunda metade do século III e ao início do século V, para os quais é praticamente impossível construir uma narrativa histórica consecutiva, cronologicamente precisa e detalhada. No primeiro caso, por exemplo, as invasões nas províncias renanas são documentadas de maneira extremamente suscinta e crua, principalmente através de fontes do final do século IV como os breviários e a *Historia Augusta*, considerada por muitos historiadores como pouco confiável do ponto de vista factual. Essa documentação tomada em conjunto aponta uma grande catástrofe nas Gálias ao menos uma vez em cada reinado entre Trajano Décio e Probo. Elas são muitas vezes evocadas tão somente através de frases curtas, tenebrosas e impactantes[62], cujas construções hiperbólicas,

[60] Vale notar que a primeira versão do estudo, em francês, trazia no título o termo "Bas-Empire". Ao ser republicado e traduzido em inglês posteriormente, o termo foi substituído por "Late Empire".

[61] Relatórios de descobertas de depósitos monetários da primeira metade do século XX, por exemplo, davam frequentemente como motivo para o entesouramento nas Gálias as invasões bárbaras e momentos de instabilidade, usando a moeda terminal e menções a invasões nos panegíricos e epítomes. Adrien Blanchet (1900; 1936) publicou em duas oportunidades sínteses que refletem esse procedimento. Entretanto, estudos numismáticos mais recentes, como sobre o tesouro de Mont-Saint-Sulpice (Drost, 2009), tendem a relacionar os entesouramentos mais com as reformas monetárias imperiais que reduziram o peso das moedas do que com eventos particularmente violentos.

[62] (...) a tal ponto que as tribos dos francos, depois de saquearem a Gália, tomaram posse da Hispânia ((...) *adeo uti* (...), *Francorum gentes direpta Gallia Hispaniam possiderent.* Aur. Vict. *De Caes*. 33, 3).
Probo recuperou as Gálias, que haviam sido ocupadas pelos bárbaros (*Probus* (...) *Gallias a barbaris occupatas* (...) *restituit*. Eutr. 9, 17).
Há muitos outros exemplos: *Gallias pervagantes, cum omnes Gallias vagarentur, Galliae a Germanis possessae, Gallis parte maxima obsessis, subita irruptione*, *nutante Gallia (*SHA*. Tyr. Trig.* 5, 1; 5, 4*, Aurel.* 7, 1–2; *Tac*. 3, 4; *Prob*. 13, 5; 13, 7; cf*. Tyr. Trig.* 3, 6, *Firm.* 9, 5).

segundo Whittaker, não nos permitem mensurar a intensidade e profundidade das incursões, nem mesmo se elas realmente ocorreram.

Temos para o século IV e início do V, que nos interessa aqui, mais autores escrevendo contemporaneamente aos acontecimentos do que em qualquer outro período da Antiguidade. Isso nos permite ter acesso a uma grande quantidade de detalhes acerca dos mais diversos acontecimentos sociais, políticos e militares do Império. No entanto, de Juliano e Eunápio a Orósio e Salviano, continuamos encontrando as mesmas fórmulas hiperbólicas para se referir a eventos nas Gálias contemporâneos a eles envolvendo os bárbaros do Reno. Referindo-se àqueles que diziam que a batalha de Marcianópolis de 376/7 foi o maior mal que se abateu sobre o Império, Amiano Marcelino criticava o tom de exagero de muitos de seus contemporâneos que "petrificados, são ludibriados pela estupefação das desgraças recentes (Amm. Marc. 31, 5, 11)"[63]. Esse exagero, concorda Whittaker, advém justamente da proximidade desses autores com os eventos que eles narram, do imediatismo quase jornalístico que vem acompanhado de todas as falhas que atribuiríamos hoje aos jornalistas, como falta de perspectiva, enviesamento político ou religioso, ou tão somente "Fake News".

Além disso, complementa o historiador, os autores que mencionam as invasões em suas obras refletem o ponto de vista de uma aristocracia rica e urbana, culturalmente e ideologicamente mais engajada em manter o ordenamento romano, o que envolve um compromisso em manter retoricamente o *barbaricum* o mais distante possível do mundo romano. Eram eles, afinal, os que mais sentiam as perdas quando alguma incursão acontecia, pois tinham de abandonar as terras ou eram expulsos delas, como no caso célebre dos infortúnios de um personagem representativo da aristocracia bordalesa quando da chegada dos visigodos à Aquitânia, Paulino de Pela, contadas em seu *Eucharisticos* (Courcelle, 1964: 92–6). Por outro lado, aqueles que não possuíam terras ou muitos bens, os quais poderíamos chamar de não-elite, não parecem ter sido forçados para longe de suas regiões em virtude da violência sistemática cometida contra eles pelos bárbaros. Apesar de tratarmos dos assentamentos bárbaros apenas nos capítulos posteriores, basta mencionarmos aqui o caso dos proprietários galorromanos que foram forçados a se deslocarem depois de resistirem à divisão de suas terras com os alanos por Aécio (*Chron. Gall*. *452*, 127)

Contudo, mesmo reconhecendo e reprovando os vieses dos autores de seu tempo, em diversas ocasiões o próprio Amiano Marcelino não escapou à armadilha que ele mesmo havia denunciado e acaba fazendo uso também dessas construções narrativas de teor catastrófico em

[63] (...) *falluntur malorum recentium stupore confixi.*

diversas ocasiões. O historiador menciona, dentre uma variedade de subterfúgios, uma carta em que Constâncio II tenta persuadir o César Galo a vir a seu encontro para ajudá-lo, segundo ele, "aludindo sem dúvida à devastação das Gálias (Amm. Marc. 14, 11, 9)"[64], em uma clara referência às incursões dos alamanos após a derrota final de Magnêncio e a fragilidade que isso causou na região. A artimanha do imperador tinha, para Amiano, um fundo de verdade, pois tão logo Galo foi executado, o mestre da infantaria Silvano foi enviado por Constâncio II:

> pois as Gálias sofriam graves destruições, rapinagens e incêndios por causa da negligência sistemática, visto que os bárbaros avançavam livremente sem que ninguém os impedisse (Amm. Marc. 15, 5, 2).[65]

Não precisamos ir longe para demostrar o exagero com o qual Amiano se refere a essas incursões. Ora, que negligência sistemática era essa, se no livro anterior (14, 10) ele narra as campanhas de Constâncio II na fronteira do Reno e o seu sucesso em conseguir dos povos da região um acordo de paz bastante vantajoso ao Império? Quando os alamanos se aproveitaram da instabilidade causada pelo complô e assassinato de Silvano, Amiano relatou:

> inquietavam Constâncio os frequentes relatórios que indicavam que as Gálias já se encontravam em estado lamentável, sem que ninguém se opusesse à carnificina perpetrada pelos bárbaros, que devastavam tudo (Amm. Marc. 15, 8, 1)[66]

Por causa dessa inquietação e da necessidade que havia emergido no século III de manter sempre um representante imperial nas Gálias, como veremos no capítulo seguinte, Constâncio II elevou seu jovem sobrinho Juliano ao cesarato. O discurso que ele proferiu diante das tropas foi certamente moldado por Amiano para se encaixar em sua narrativa, o que explicaria a presença de elementos retóricos que trazem em peso essas construções exageradas e sombrias, dando para a nomeação um ar de urgência em virtude da situação catastrófica: "Os bárbaros, tendo rompido a paz das fronteiras, percorrem insolentemente as Gálias, como que sacrificando aos seus deuses ímpios com sangue romano" (Amm. Marc. 15, 8, 6).[67]

Esse cenário desolador deve ser confrontado justamente com os eventos que se seguiram à cerimônia de aclamação, a saber, as campanhas de Juliano nas Gálias. É emblemático, por exemplo, o fato de que tanto Amiano (15, 8, 19) quanto o próprio Juliano (*Ep. ad Ath*. 279B) e Libânio (*Or*. 18, 46) destacam a violência e destruição do cerco de Colônia. No entanto, Amiano

[64] *nimirum Galliarum indicans vastitatem.*
[65] *Cum diuturna incuria Galliae caedes acerbas rapinasque et incendia barbaris licenter grassantibus nullo iuvante perferrent.*
[66] *Constantium vero exagitabant assidui nuntii deploratas iam Gallias indicantes nullo renitente ad internecionem barbaris vastantibus universa.*
[67] *velut impiis eorum manibus Romano sanguine parentantes persultant barbari Gallias rupta limitum pace* (…)

(16, 3, 2) descreve a retomada da cidade praticamente como a entrada em uma cidade deserta, sem encontrar nenhuma resistência por parte dos inimigos (Elliott, 1983: 251). O historiador antioqueno nos dá a impressão de que toda a campanha de retomada da região parece transcorrer sem maiores dificuldades (Amm. Marc. 16, 2–4), com Juliano derrotando algumas pequenas escaramuças, alcançando as cidades fronteiriças, "liberando-as" e seguindo para a próxima. A discrepância entre o alarmismo presente na documentação e as efetivas ações imperiais indicam que os episódios de violência bárbara nas fronteiras não constituíam, ao menos nesse período, ameaças reais à integridade territorial do Império.

Essa chave interpretativa das relações entre o Império e os bárbaros nas fronteiras também levantou duras críticas. Mais recentemente, Yann Le Bohec (2006: 44), sem se aprofundar nos argumentos desenvolvidos pela corrente historiográfica que citamos acima, considera que "não parece sério imaginar", como Drinkwater, que o imperador Juliano teria inventado um perigo bárbaro apenas para assegurar sua reputação. Mas os pontos levantados por esses historiadores não devem ser deixados de lado e não podemos tomar mais como fato consumado as "velhas anedotas", como diz David Miller (1996: 159), de uma Europa repleta de tribos inquietas, almejando sempre estar em outro lugar às custas de outros utilizando o máximo de violência possível. Por sua vez, John Drinkwater (1997: 1), adaptando uma expressão de Charles Nixon e Barbara Rodgers (1994: 137), lamenta o fato de que ainda precisamos do "bicho-papão" germânico para dar sentido às narrativas históricas.

A frequência do contato não-violento entre provinciais e bárbaros nas fronteiras, portanto, não pode ser acessada por via da documentação escrita do século IV senão indiretamente, por meio de uma leitura a contrapelo. O discurso sobre a vitória de Valente contra os godos em 369 e as suas consequências, proferido pelo orador da corte oriental Temístio diante dos senadores de Constantinopla em 370, representa um momento importante e raro no qual essas relações cotidianas se tornaram, depois de muito tempo, objeto de debate. A partir desse texto e de uma análise do contexto no qual o discurso foi proferido, é possível termos uma ideia do escopo dessas relações fronteiriças e de sua importância para as províncias romanas e populações bárbaras.

Embora não saibamos em detalhes os termos do tratado de paz entre os godos de Erarico e Constantino em 332, que Jordanes considera, a partir de uma perspectiva anacrônica, como um *foedus*, sabemos que a fronteira foi aberta para o comércio em toda a sua extensão e ele era praticado livremente em *emporia* controlados pelas populações godas em seus territórios. As moedas de bronze de baixo valor e ampla circulação, encontradas em grandes quantidades no

baixo Danúbio, junto às imitações de moedas romanas que surgem para suprir uma demanda desses mercados, sugerem um comércio fronteiriço intenso no período entre 330 e 360 (Kulikowski, 2008: 105–109). Valente tinha plena consciência da importância desse comércio para as populações godas e, ao declarar guerra contra Atanarico por ter apoiado a usurpação de Procópio, ele fechou as fronteiras danubianas de modo tão eficiente que o rei godo teve de peticionar a paz em virtude da falta de víveres (Amm. Marc. 27, 5, 7).

O comércio livre entre os provinciais e os bárbaros no Danúbio, no entanto, não retornou depois de 369. Percebendo a necessidade de controlar o trânsito nas zonas limítrofes, para que os godos não influenciassem sobremaneira os assuntos internos do Império Romano por via dessa integração, como o fizeram durante a usurpação de Procópio, Valente tomou a decisão de fechar as fronteiras e proibir aos godos que cruzassem o rio em direção ao território romano (Zos. 4, 11, 4). Esse fechamento se materializa no novo sistema de fortificações danubianas (Them. *Or*. 10, 206/136) e no emprego corrente de barcos rápidos de patrulha, chamados *lusoriae*.[68] Essas dinâmicas demonstram que, para os seus propósitos políticos, era necessário que o imperador deixasse o mais claro possível que havia uma diferenciação entre romanos e bárbaros (Lenski, 2002: 136), o que deixa transparecer a tentativa de controle de uma realidade muito menos delimitada e bem mais fluida.

Ao relatar para o senado de Constantinopla os resultados da Primeira Guerra Gótica de Valente e do tratado de paz assinado no meio do Danúbio em Novioduno, o qual já mencionamos, Temístio (*Or*. 10, 205–6/135) se viu na posição de ter de explicar o motivo pelo qual a restrição do comércio com os godos, que ele mesmo admite ser benéfico tanto para os bárbaros quanto para os provinciais, a apenas duas cidades fronteiriças[69] traria vantagens para o Império Romano. Ele o faz por meio da velha estratégia retórica de exaltação da *philantropia* do imperador, que com essa medida buscava o bem comum tanto dos romanos quanto dos bárbaros. O argumento principal faz uso do estereótipo do bárbaro violento e justifica as restrições comerciais como uma tentativa de Valente de impedir que se criasse situações nas quais os impulsos bárbaros dos godos pudessem se manifestar, como os mercados em seu território para onde afluíam riquezas e negociantes romanos. Hartmut Ziche (2011: 215) bem nota que a insistência de Temístio nesse tópico sugere que os senadores em Constantinopla

[68] Amiano Marcelino (31, 5, 3) dá a entender que as *lusoriae* continuaram a operar até a travessia dos godos pelo Danúbio em 376. Sabemos através do *Cod. Theod*. 7, 17, 1 que novos barcos de patrulha e a restauração dos antigos ainda eram ordenados em 412.

[69] Ele não menciona quais eram essas cidades e diverge de Zósimo, que é assertivo ao afirmar que a fronteira foi totalmente fechada. Talvez isso indique que Valente foi pressionado em algum nível a permitir mesmo que um comércio controlado em pontos estratégicos do Danúbio.

estavam bastante cientes da importância desse mercado fronteiriço e, mais do que isso, estavam mais preocupados com a perda de oportunidades comerciais ocasionada pelo fechamento das fronteiras do que com os objetivos político-militares de Valente com essa decisão.

As ações de Valente com relação à fronteira danubiana não devem ser vistas como isoladas de uma política mais geral da dinastia valentiniana de fechamento de fronteiras e restrição ao comércio com o *barbaricum* (Lenski, 2002: 136). Já vimos que, nos setores do Reno, Valentiniano levou a cabo um programa massivo de construções de estruturas defensivas e uma lei de 370 ou 375 (*Cod. Just*. 4, 41, 1) proibia a exportação para o *barbaricum* de vinho, azeite e *garum*. O uso dos barcos rápidos fluviais (*lusoriae*) no Reno não foi uma novidade implantada por Valentiniano, tendo sido utilizados em pequena quantidade por Juliano em 359 contra os alamanos (Amm. Marc. 18, 2, 12) depois de uma longa interrupção desde o século I. Mas a novidade do sistema de controle fronteiriço de Valentiniano no Reno foi a presença daquilo que os arqueólogos alemães chamaram de *Schiffsländе*, uma área aberta para a margem protegida nos flancos por dois muros paralelos que chegavam perto ou até mesmo adentravam no rio (Lander, 1984: 288). Isso possibilitava o embarque e desembarque seguro e ágil das *lusoriae,* de modo a permitir o patrulhamento ostensivo em toda a extensão do Reno e a rápida intervenção de pequenas tropas em pontos estratégicos do *limes*.

Tendo em vista que as Gálias eram uma região propensa ao surgimento de novos concorrentes ao poder imperial (Drinkwater, 1989: 136–7), é possível que Valentiniano, movido pelas mesmas motivações de Valente, tenha tomado a respeito do Reno medidas semelhantes às de seu irmão na parte oriental do Império. Isso indica que havia um contato cotidiano nas fronteiras muito diferente da zona de guerra incessante que a documentação e a propaganda imperial buscam representar. Pode-se até mesmo pensar que, até a época da dinastia valentiniana, um nível de contato e integração tão intensos havia se desenvolvido nas zonas limítrofes do Reno e do Danúbio, que os imperadores começaram a se preocupar com seus possíveis efeitos adversos na política interna do Império.

O contato na fronteira do Reno está muito bem representado na cultura material. Produtos advindos de oficinas romanas, como recipientes de bronze e prata, mas principalmente vidro e cerâmica, que depois das moedas são os materiais de origem romana, são encontrados em grandes quantidades não apenas nas regiões adjacentes aos grandes rios do norte, mas bem adiante, na região da Noruega e Suécia, e até o vale do Vístula. Malcom Todd (2004: 87) ressalta com razão que essa quantidade é surpreendente, ainda mais quando levamos em consideração que essa é apenas uma fração desses materiais que chegaram até as mãos dos

bárbaros e que muitos outros, como produtos têxteis e alimentícios, estão comumente ausentes do registro arqueológico. Com a chegada do Império na região do Reno, a maior parte desses artefatos encontrados na Germânia Magna advinha da Campânia. Do final do século II em diante, os produtos das Gálias passaram a dominar esse mercado (Todd, 2004: 89).

Embora as numerosas e variadas evidências arqueológicas de objetos romanos em território bárbaro tenham instigado pesquisadores a realizarem estudos quantitativos sobre as importações romanas ao menos desde a década de 1950 (Lee, 1993: 72, n. 112), nem todos os tipos de materiais são bons indicadores de contatos comerciais pacíficos nas fronteiras. Hugh Elton (1996: 85–6) salienta que as moedas romanas e objetos finos de metal encontrados nas regiões além do rio não são necessariamente prova de que esses produtos de comércio e assumir tal postura pode mascarar um cenário mais complexo. Tanto as moedas quanto outros vestígios podem ser resultado de operações de rapinagem ou de presentes diplomáticos e subsídios do Império Romano aos bárbaros. Além disso, produtos oriundos do *barbaricum*, como o âmbar e gansos selvagens (Green, 2001: 186–8), podiam ser trocados por produtos romanos sem o uso de moeda. As moedas de ouro romanas, principalmente, parecem ter cumprido mais um importante papel no sistema de trocas simbólicas e de prestígio no interior do território bárbaro do que sua função típica em uma economia monetizada, uma vez que elas são encontradas muitas vezes com perfurações que sugerem seu uso como adereços (Bursche, 2008).

Assim sendo, esses objetos com grande valor intrínseco, duráveis e de fácil portabilidade são menos convenientes para mensurar a intensidade do comércio na fronteira. Por outro lado, é difícil conceber que a cerâmica comum, juntamente com qualquer substância perecível ou consumível que pudesse ser estocada nas ânforas, compusesse alguma forma de subsídio ou presente diplomático. O transporte dispendioso e difícil de uma quantidade de suprimentos em ânforas tão grande que compensasse um presente em metais preciosos torna essa operação inviável. Também por esses motivos, é difícil que a grande presença de cerâmica de mesa comum nessas regiões seja fruto majoritariamente de operações de rapinagem, de modo que devem representar uma atividade comercial intensa nas fronteiras (Lee, 1993: 73).

A evidência de natureza linguística pode nos ajudar a dar sentido para a enorme massa de vestígios arqueológicos envolvendo cerâmicas de fabricação galorromana encontradas além do Reno e o contexto de sua chegada em território bárbaro. John Wild (1970) foi capaz de demonstrar de maneira bastante convincente que, em uma língua, o empréstimo de uma palavra que se refere a um objeto concreto indica muito provavelmente que o próprio objeto também era "emprestado" pela sociedade que a falava. A partir daí, ele assinala as vantagens de se levar

em conta esse tipo de indício ao conduzir uma investigação arqueológica para corrigir, por exemplo, o desbalanço que se nota na cultura material entre a sobrevivência de elementos orgânicos e inorgânicos. Esse é, certamente, o caso das ânforas cujo conteúdo, seja vinho, azeite ou *garum*, já não estão mais presentes.

Na principal zona de contato entre bárbaros e provinciais, o baixo Reno e a região de Tréveris, línguas germânicas e o inglês antigo incorporaram cerca de 400 palavras do latim vulgar. Tais palavras em sua maioria, segundo linguistas como Ernst Gamillscheg (1970: 13), foram incorporadas antes da segunda virada consonantal germânica entre os séculos III e V, tendo como *terminus ante quem* a migração anglo-saxônica para as ilhas britânicas. Essas interferências lexicais, diferentemente do que ocorreu no contato com a Grécia, onde vemos um grande número de traduções-empréstimos, são compostas de transferências diretas de sequências fonéticas da língua de origem para a língua de destino. O sucesso da incorporação dessas palavras indica um uso corrente pela grande massa da população germânica, não apenas por parte de soldados (Gamillscheg, 1970: 18). Há que se notar também que, apesar do crescente recrutamento de contingentes bárbaros no exército romano nesses séculos e da suposta belicosidade dessas populações, pouquíssimas palavras do contexto militar foram incorporadas a essas línguas. Na verdade, a maioria se refere ao mundo do comércio e do consumo (Wild, 1976: 60) e, tomadas em conjunto com as evidências arqueológicas que mencionamos, revelam um contato constante e quotidiano das populações bárbaras com os provinciais na fronteira.

O *teloneum* (alfândega romana) aparece no latim vulgar como *toloneum*, no alto-alemão antigo como *zol*(*n*), no saxão antigo como *toln* e no antigo francês como *tolneu*. O termo latino para taberneiro, *caupo*, adentra o alto-alemão antigo como *choufo*/*koufo* e o antigo-inglês como *cēpa*/*cūpa* para designar "vendedor" de modo geral, antes de ser substituído posteriormente pelos derivados de *mercator*. Esse último, em especial, nos mostra a importância dada ao comércio vinífero na fronteira, de cujo universo vem uma variedade enorme de empréstimos. O próprio *vinum* (vinho) latino se torna *wein* (ou *wîn*) tanto no alto-alemão quanto no saxão e inglês antigos e seu estágio anterior, o *mustum* (vinho não-fermentado) aparece no alto-alemão antigo como *most* e no inglês antigo como *must*. Outro produto vinífero que acompanha esses outros nas línguas germânicas é o *acetum* (vinagre), que surge no alto-alemão e inglês antigos como *akeit*. O recipiente para consumo desses produtos, denominado *catillus* em latim, dá origem ao termo *katils* no alto-alemão, saxão e inglês antigos. Palavras utilizadas na preparação do vinho também foram emprestadas, o infinitivo latino *miscere* (misturar) entrou no alto-alemão antigo como *misken* e no inglês antigo como *miscian* (Green, 2001: 204 – 9).

Não apenas mercadorias romanas cruzavam as fronteiras, como também serviços e conhecimento técnico. Em meio às campanhas punitivas de Juliano em território alamânico em 357, Amiano nota:

> os soldados, avançando livremente, pilhavam vilas ricas em gado e colheita, sem poupar nada. Depois de tomados os prisioneiros, incendiaram todas as habitações, construídas muito cuidadosamente à maneira romana. (Amm. Marc. 17, 1, 7)[70]

Essa passagem bastante conhecida relata o momento em que os soldados romanos liderados por Juliano cruzam o rio Meno, do outro lado do Reno e perto do forte cabeça-de-ponte oposto a Mainz, e perseguiram os alamanos em direção aos antigos Campos Decúmanos. Primeiramente, chama a atenção o fato de Amiano mencionar *villae* com produções agropecuárias abundantes, dado que um dos grandes elementos do estereótipo bárbaro era o da vida seminômade à base de leite e carne (Shaw, 1982/1983). Sabemos que a agricultura dos alamanos era, de fato, rudimentar, mas perto do Reno há indícios de produção agrícola em larga escala, o que levou alguns estudiosos a postularem a continuação da existência de uma população rural romana nas terras além do alto Reno (Drinkwater, 2007: 134). Isso vale também para a segunda afirmação de Amiano, sobre as casas construídas à maneira romana. John Matthews (1989: 311) crê que se trate de *villae* romanas abandonadas em fins do século III e reocupadas por populações de origem germânica a partir de meados do século IV. O sítio de Ebel-bei-Praunheim, perto de Frankfurt, confirmaria essa hipótese por apresentar trechos de muros de pedra solta e postes incorporados posteriormente à sua estrutura. Mas, segundo John Drinkwater (2007: 85; 134–5), o remendo de uma ruína antiga de maneira tão simples não condiz com o que Amiano consideraria "a maneira romana" de se reformar um edifício. Para ele, as casas destruídas pelas tropas de Juliano além do Reno eram propriedades de romanos que conseguiram seguir com suas vidas após a evacuação dos Campos Decúmanos e até alcançaram alguma prosperidade até esse momento.

Não parece plausível que Amiano Marcelino teria aceitado com tranquilidade e até teria exaltado Juliano se ele tivesse saqueado e matado populações que ele considerasse romanas, mesmo que eles vivessem do outro lado da fronteira. Ainda que ele fosse uma figura pela qual o historiador nutria grande admiração, ele teria optado pelo silêncio, como o fez ao relatar os eventos posteriores à usurpação de Silvano, a fim de acobertar os fracassos de seu outro herói, Ursicino, tanto no controle da fronteira do Reno quanto na restauração da ordem de um exército

[70] (...) *miles libere gradiens opulentas pecore villas et frugibus rapiebat nulli parcendo extractisque captivis domicilia cuncta curatius ritu Romano constructa flammis subditis exurebat*.

dividido entre os partidários de Constâncio II e Silvano (Frézouls, 1962: 685–8). Além disso, vale lembrar que Amiano (22, 14, 1–2) critica Juliano abertamente e toma partido dos curiais, quando da querela entre o imperador e a cúria de Antioquia envolvendo uma ordem de diminuição de preços dos víveres. Não há motivos, portanto, para acreditar que Amiano não criticaria Juliano diante de um massacre de populações romanas.

Uma análise das palavras emprestadas pode, novamente, nos trazer alguns esclarecimentos em torno dessa questão. Uma das categorias de interferências lexicais do latim nas línguas germânicas estabelecidas por Dennis Green (2001: 210–1), além daquelas pertencentes ao universo semântico do comércio, que já vimos, consiste em palavras relacionadas às técnicas de alvenaria, em oposição à maneira mais tradicional de construção encontrada nas regiões do *barbaricum*, em madeira. Palavras que denotam materiais importados usados para essas construções podem ser encontradas nas línguas germânicas, como o termo latino *calx* (calcário), que origina *calc*/*calch*/*calh* no alto-alemão antigo, e *tegula* (telha), que adentra o alto-alemão antigo como *ziagal* e o antigo inglês como *tigele*. Esse processo ocorre não somente com os materiais de construção, como também com as próprias estruturas, como o termo encontrado no latim vultar *mura* (muro), que adentra o alto-alemão antigo como *mûra*, e *puteus* (poço artesiano), que aparece no alto-alemão antigo como *puzzi*/*phuzzi* e no antigo inglês como *pytt*. Esse último chama a atenção por realmente designar a própria construção, composta pelo fosso e estruturas nos entornos para captação e preservação da água, uma vez que fontes de água naturais eram chamadas *brunno* no alto-alemão antigo. Para além dos materiais e construções simples de alvenaria, encontramos também termos que se referem a estruturas mais complexas, que exigem técnicas de edificação mais avançadas, como *astracum*/*astricum* (laje)[71] e *solarium* (varanda), encontrados no alto-alemão antigo como *astrîh*/*estrîh* e *solâri*, respectivamente.

A passagem na qual Amiano faz referência a casas construídas à maneira romana, portanto, não pressupõe nenhuma sofisticação demasiada, mas tão somente edifícios construídos utilizando técnicas de alvenaria. Isso parece se confirmar quando, séculos depois, ao escrever sobre a adesão do rei picto Nectan à comemoração da Páscoa romana em torno de 712, Beda nos conta que o soberano não apenas requereu ao abade Ceolfrido mais informações em carta para que pudesse defender sua conversão com mais autoridade, "mas também pediu que lhe fossem enviados arquitetos, para que construíssem em seu reino uma igreja de pedra,

[71] O vocábulo latino é tardio, mas encontrado nas traduções latinas dos textos de Oribásio (c. 320 – 400) que, presume-se, foram escritas em uma época bastante próxima ao autor. Para referências, remetemos à entrada no léxico de latim medieval de Jan Niermeyer e ao *Dictionary of Medieval Latin from British Sources*.

de acordo com o costume dos romanos (Beda, *Hist. Eccl.* 5, 21)".[72] Tudo isso indica que, no século IV, tal conhecimento e os materiais necessários para colocá-lo em prática teriam chegado às regiões do *barbaricum* sem maiores dificuldades. [73]

As duas situações analisadas aqui mostram que o trânsito de pessoas para um lado e outro do Reno era intenso e seus contatos extrapolavam o que se esperava das categorias retóricas rígidas de romanos e bárbaros propagadas pelos autores durante o século IV. A despeito da imagem transmitida pela documentação escrita, os contatos cotidianos entre as populações provinciais e os povos do além-Reno nesse período não se resumiam a fenômenos identitários. Vale lembrar ainda que o regime atual do Reno é produto de interferências humanas dos últimos duzentos anos[74] e no período romano, diferentemente do Danúbio, não era raro que bancos de areia em determinados pontos do rio possibilitassem a travessia a pé (Todd, 1996: 482). Apesar de Amiano enfatizar enormemente a violência bárbara na fronteira e as diferenças quase naturais e irreconciliáveis entre os romanos circunscritos a um lado do rio e os bárbaros confinados no *barbaricum*, personagens que não se encaixam nesses conceitos emergem em sua narrativa quando o historiador se vê na posição de relatar eventos que efetivamente se passam nesses setores. Em determinado momento das campanhas de Constâncio II contra os alamanos, ele se encontra impossibilitado de construir uma ponte de barcos sobre o Reno por causa dos ataques inimigos, quando

> eis que apareceu de improviso certo guia conhecedor das regiões e, tendo aceitado uma propina, mostrou durante a noite um lugar cheio de bancos de areia por onde o rio pôde ser atravessado. (Amm. Marc. 14, 10, 7)[75]

O guia não é identificado como romano ou como bárbaro, é tão somente alguém que atravessa o rio em seus pontos mais rasos com frequência e sabe quais são os pontos mais propícios para a travessia. Por não ser chamado pelo nome, tendo feito uma aparição rápida na grande obra historiográfica em latim da Antiguidade Tardia, o guia não recebeu a mesma atenção que outras figuras famosas das *Res Gestae*, como os imperadores e generais. No

---

[72] *Sed et architectos sibi mitti petiit, qui iuxta morem Romanorum ecclesiam de lapide in gente ipsius facerent*.

[73] Fora do contexto do Reno, na região da atual Moravia e Eslováquia, Lynn Pitts (1987) analisa cinco sítios arqueológicos de caráter civil que apresentam uma mistura de estruturas e artefatos bárbaros e romanos e sugere que a influência romana, para além da ocupação militar associada às guerras marcomanas de Marco Aurélio, se estendia para muito além do Danúbio.

[74] Ainda assim, em certos períodos do ano, o nível do rio pode chegar a níveis bem baixos. Durante uma estiagem prolongada em 2018, alguns trechos do Reno apresentavam uma profundidade de apenas trinta centímetros! https://www.cnbc.com/2019/07/31/low-water-levels-in-the-river-rhine-could-create-havoc-for-germanys-economy.html acessado em 20/11/2021 às 17:39.

[75] *Ecce autem ex improviso index quidam regionum gnarus advenit, et mercede accepta, vadosum locum nocte monstravit, unde superari potuit flumen.*

entanto, se quisermos acessar o universo das relações quotidianas entre provinciais e bárbaros nas fronteiras do Reno no século IV, é justamente nesses indivíduos e suas práticas que as análises devem se centrar.

A outra face desses contatos eram, naturalmente, as relações violentas entre provinciais e bárbaros. Essas relações também se fazem presentes na cultura material, mas os vestígios arqueológicos que nos permitem acessá-las são de mais difícil interpretação. Como mencionamos acima, sabemos hoje que os depósitos monetários, tradicionalmente interpretados como marcas da passagem de bandos de salteadores bárbaros, podem não estar diretamente ligados a episódios violentos envolvendo esses povos e os provinciais. Antes, os entesouramentos deviam servir como uma forma proteção contra a política de desvalorização monetária por parte da administração imperial que havia se tornado comum nesse período. Outro tipo de vestígio que comumente foi interpretado como resultado de supostas relações violentas entre provinciais e bárbaros são as chamadas "camadas de destruição". Sinais de carbonização e detritos em estratos cuja datação se aproximava de meados do século IV eram tomados automaticamente como evidência de destruição generalizada pelas mãos dos bárbaros. Simon Esmonde-Cleary (2000: 36) nota, por exemplo, que na Britânia do período romano tardio muitas casas dispunham de fornos e lareiras e não raro as cinzas e material queimado descartados foram confundidos em escavações de pequena escala com camadas de destruição que, nesse caso específico, confirmariam a gravidade da "conspiração bárbara" do ano de 367[76]. Além disso, nas casas com estruturas de madeira, que prevaleciam em muitas das províncias ocidentais, era bem possível que incêndios acidentais fossem deflagrados por diversos motivos (Esmonde-Cleary, 2013: 31). Na região das Gálias é ainda mais difícil atribuir as camadas de destruição aos conflitos entre provinciais e bárbaros tendo em vista a propensão ao incêndio acidental dos edifícios que ficaram localizados no exterior do território murado das cidades, quando da redução de seu espaço ocupado no final do século III e início do IV, fenômeno que veremos no capítulo seguinte.

Não há, portanto, uma relação automática entre traços de carbonização e eventos históricos específicos. Traços de incêndios nos sítios arqueológicos eram atribuídos a eventos específicos que conhecemos pela documentação escrita e esses vestígios, por sua vez, eram apresentados como prova das consequências catastróficas desses eventos. No entanto, há mais

[76] A expressão impactante *barbarica conspiratio* foi usada por Amiano Marcelino (27, 8, 1) para descrever o colapso militar da Diocese das Britânias decorrente de um impressionante ataque coordenado entre os francos e os anglo-saxões através do Mar do Norte, os pictos, atacotas e escotos na região da Escócia e Irlanda que afetou até mesmo o litoral norte das Gálias por dois anos. Sobre esse evento, ver Álvarez-Jiménez, 2013.

camadas de destruição em certos sítios dos três primeiros séculos de nossa era do que eventos catastróficos historicamente documentados, ao passo que para os séculos IV e V essa situação se inverte (Schallmeyer, 1987: 489). De fato, como nota Hugh Elton (2013: 676–7), incursões e campanhas militares são como a política no tocante às relações humanas, processos efêmeros e de rápida transformação que muitas vezes deixam poucos vestígios duradouros.

Outras evidências arqueológicas, no entanto, podem ser sinais de interações violentas entre provinciais e bárbaros, como os depósitos de objetos metálicos próximos às fronteiras. O enterramento de ferramentas encontrado em Soulce-Cernay em 1996 é um ótimo caso. O conjunto é composto de 30 peças bem preservadas que foram depositadas de maneira ordenada e a pouca profundidade dentro de dois caldeirões e em seus entornos (fig. 4). O contexto no qual esses objetos foram encontrados são reveladores do universo rústico de uma pequena comunidade agrícola. A cerca de 350 metros do local da descoberta situa-se a gruta do Château de la Roche, cujos vestígios arqueológicos indicam seu uso como habitação semi-permanente entre o período La Tène tardio e meados do século IV, arco cronológico fornecido pelas 24 moedas encontradas no sítio (Aimé e Louis, 1982).

Figura 4: O depósito de objetos metálicos de Soulce-Cernay. Foto de Jonathan Fauquet.

As ferramentas têm sua utilidade em diversas atividades praticadas em regiões montanhosas por uma grande célula familiar ou uma pequena comunidade rural. São objetos destinados à agricultura, como as foices, ponta de arado, estribos e pedaleiras; à pecuária, como os sinos de vaca; ao trabalho com a madeira, como a cabeça de machado e a talhadeira, e à atividade culinária, como caldeirões, colheres e uma xícara, que em conjunto com os outros objetos de vidro nos fornecem um período provável do enterramento de meados do século IV ao início do século V. O fato de que esses utensílios foram escondidos diretamente em contato com a terra, a pouca profundidade, mas com certo zelo em sua disposição, aponta para a

intenção de que esse fosse um esconderijo temporário. O enterramento apressado desses itens, a certa distância da gruta que servia de habitação sazonal e podia ser pilhada por inimigos, dá a entender a iminência de um perigo e exclui qualquer finalidade ritual do conjunto ou depósito permanente. Quando tomados em conjunto, esses utensílios revelam a importância de um "capital a ser preservado", por se tratar de objetos de difícil fabricação e essenciais para a sobrevivência e trabalho de uma pequena comunidade rural, sendo mais importantes do que moedas de prata ou bronze. Soulce-Cernay, afinal, se situa a 70km da zona fronteiriça do baixo Reno, na zona de expansão de grupos alamanos durante o século IV (Mazimann, 2012).

A preocupação desses provinciais se justifica pelo fato de que objetos como esses foram recuperados de outros depósitos identificados como butim perto da fronteira. Em um antigo braço do Reno, em Neupotz, foram encontrados mais de mil objetos de metal entre armas, moedas, objetos votivos, espelhos, recipientes de prata e bronze, mas também implementos e materiais de cozinha, ferramentas, fechaduras e grilhões, equipamentos para montaria e para animais de tração, sinos e partes de uma carroça (Künzl, 1993). Os objetos têm origem nas regiões próximas da Bélgica entre a bacia do Sena e o território do Mosela-Saar. Os arqueólogos que analisaram o achado creem se tratar de espólio de operações de rapinagem efetuadas naquela região, carregados em uma carroça que afundou no setor do Reno entre os fortes legionários de Mainz e Estrasburgo, local escolhido cuidadosamente para a travessia onde também foram encontrados outros depósitos parecidos (Hagenbach, Otterstadt e Mechtersheim). Pensa-se que as carroças, carregadas em barcaças, tenham afundado no rio, ou o grupo tenha sido interceptado pelas *lusoriae*, ou que tenha havido uma má avaliação da profundidade do rio e da força da correnteza na hora de atravessar para o *barbaricum* (Künzl, 1993). Apesar de os estudiosos situarem o ocorrido no contexto das invasões dos francos e alamanos em 276 por causa das moedas, fica evidente por essa descoberta que os objetos depositados em Soulce-Cernay seriam alvo de operações de rapinagem e, portanto, valeria a pena escondê-los para serem recuperados quando a situação se normalizasse.

Ossadas encontradas em contextos não-funerários devem sempre ser analisadas com cuidado, tendo em vista que o tratamento incomum dos mortos é um fenômeno muito difundido na Antiguidade Tardia. Especialmente na região romana do alto Reno, conhecemos uma grande quantidade de poços que contêm esqueletos humanos, ossos de animais e outros vestígios (Kramis, 2009). Explicações para esses fenômenos variam entre o descarte de detritos resultantes de uma situação de combate, o envenenamento dos poços e sepultamentos e performances ritualísticas incomuns, provavelmente interditados pelas leis romanas que

instituíam rigorosamente locais e formas de sepultamento extramuros. Em cada caso, deve-se analisar os indivíduos aos quais pertencem as ossadas, se são adultos, crianças, homens ou mulheres, se são depositados juntos, se com eles se encontra algum objeto, sinais de trauma, dentre outras tantas variáveis antes de admitirmos, apenas com base no local (zonas fronteiriças) e na datação (a maioria do século III) que esses enterramentos são fruto de uma situação de conflito (Kramis, 2009).

Alguns desses depósitos apresentam claros sinais de violência cometida por ocasião de uma incursão no *limes*. As escavações na *villa rustica* em Regensburg-Harting, na fronteira do Danúbio, mas ainda adjacente ao território alamânico, revelaram dois poços distantes 45 metros um do outro repletos de ossos humanos. As estruturas puderam ser datadas de meados do século IV e os esqueletos totalizavam treze indivíduos, onze adultos e dois adolescentes, todos com vários traumas cranianos. Reconstruções com base na antropologia física sugerem tortura e morte por golpes na região frontal da cabeça e posterior decapitação e escalpelamento dos indivíduos. Abaixo das ossadas, diversas ferramentas foram encontradas, propositalmente jogadas nos poços antes dos corpos. Os autores que analisaram esses achados descartam a possibilidade que essas mortes tenham ocorrido em situação de combate, mas consideram os habitantes da *villa* tenham sido sacrificados ritualmente (Osterhaus, 1985; Schröter, 1985).

Quando necessário, os provinciais parecem ter sido capazes de elaborar essas experiências violentas em termos semelhantes aos que encontramos na documentação escrita. O termo *barbaricum*, que por si só carrega toda a concepção de um mundo dividido nas fronteiras do norte entre romanos e bárbaros, não foi de uso exclusivo da elite intelectual, como os arcaísmos de Amiano Marcelino, ou da classe dirigente, como parte da linguagem administrativa do Império para aludir ao território que não estava sob a jurisdição imperial. Esse termo, que pertence ao instrumental que permite descrever as relações violentas entre provinciais e bárbaros mobilizado pelos próprios provinciais para se referir a acontecimentos dramáticos ocorridos entre eles e os bárbaros na fronteira como fica particularmente evidente em uma inscrição encontrada no já mencionado forte de Divitia (fig. 5).

Nela lemos: "O guarda Viatorino serviu por trinta anos e foi morto em solo bárbaro perto de Divitia por um franco. O vice tribuno de Divitia [lhe fez esta homenagem] (CIL XIII, 08274 = ILS 2784 = AE 1953, 0273)"[77]. Uma série de características nessa lápide a torna única

[77] *Viatorinus prot/ector mi<li>tavit an/nos triginta o/ccis{s}us in bar/barico iuxta D/ivitia*(*m*) *a Franco / vicarius Divite*(*n*)*si*(*u*)*m.* Parece improvável ler a última linha como propõem os editores do AE, *Diviti*(*ensium*) *con*(*tubernali*). Mommsen (1889: 270, n. 5) propõe que se subentenda *tribuni* depois de *vicarius*.

para o propósito do nosso estudo. A que nos salta primeiramente aos olhos é o acabamento bastante grosseiro do monumento, que consiste em um bloco de pedra sem as ornamentações funerárias típicas. Nota-se também a irregularidade no tamanho e na forma das letras, bem como o fato de muitas estarem tortas, a falta de linearidade das linhas e os erros ortográficos em *mi<li>tavit* e *occi{s}sus* e a separação desajeitada das palavras *o/ccisus* e *D/ivitia*(*m*).

Todos esses elementos nos levam a crer que não houve uma etapa de preparação da

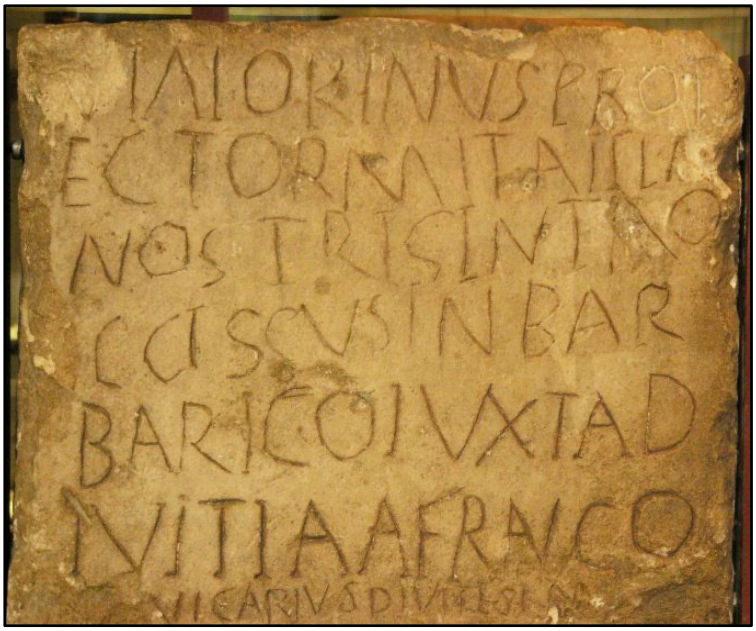


Figura 5: Lápide de Viatorino, conservada no Römisch-Germanisches Museum Köln

pedra antes da gravação da inscrição, ou seja, não houve a medição das linhas para calcular o comprimento das palavras e o tamanho das letras, nem o esboço da mensagem em tinta antes da gravura definitiva. Logo, o monumento provavelmente não foi encomendado a um lapicida profissional, sendo possivelmente feito a mão pelo próprio vice tribuno. Isso explica também a falta das costumeiras fórmulas funerárias e até mesmo da maneira convencional de se referir ao falecido, que deram lugar a uma mensagem bastante pessoal, em tom mesmo de indignação, expressa pelo dedicante, talvez antigo companheiro de caserna de Viatorino. Nessa mensagem, o autor mobilizou o a ideia de *barbaricum* para deixar bem claro de onde tinha vindo o franco, assassino de seu amigo, e marcar a diferença entre si e aqueles que habitavam além da fronteira. Mas isso não significa necessariamente que o dedicante dessa inscrição, bem como de várias outras mobilizam o *barbaricum* (AE 1991, 1378; AE 1998, 1139; *CIL* X, 216 = *ILS* 2047), tenha tido contato com toda essa produção literária que mencionamos. Na verdade, essa variedade de inscrições mostra que o termo já havia se tornado parte da linguagem coloquial para os habitantes das províncias renodanubianas no século IV (Sarnowski, 1991: 143).

Apesar da violência que transparece na documentação escrita, as relações entre provinciais e bárbaros nas fronteiras eram essencialmente pacíficas e o próprio *limes* não parecia constituir um elemento de separação entre ambos os grupos da forma que o poder imperial buscava colocar. Nos momentos em que relações violentas aconteciam, no entanto, os provinciais parecem ter sido plenamente capazes de mobilizar a fronteira como elemento distintivo entre eles, habitantes do mundo romano, e aqueles que pertenciam ao *barbaricum*.

Capítulo II

As respostas das populações urbanas das Gálias diante das invasões bárbaras (c. 350–395)

Apesar de todos os problemas envolvendo estudos demográficos que lidam com sociedades antigas, podemos afirmar que 80–90% da população do Império Romano consistia em camponeses pobres (Hopkins, 1978: 6–7). Isso parece contradizer a bem estabelecida ideia de que o Império Romano era essencialmente um império urbano. No entanto, o Império era administrado em sua vastidão por uma rede de cidades e municípios, através de cúrias e assembleias locais, das quais os territórios rurais eram administrativamente dependentes. Do ponto de vista administrativo, a cidade era a unidade básica sobre a qual se calculava o censo, os impostos e onde esses eram recolhidos (Günter, 2016: 13). Ademais, como observou Mark Jefferson (1939: 227), as cidades não surgem sem motivo, elas acabam se desenvolvendo a partir da necessidade das regiões circunvizinhas de levar a cabo tarefas que precisam ser executadas em lugares centrais. Sociedades complexas exigem lugares que funcionem como focos de atividades políticas, religiosas e econômicas.

Isso fez com que as cidades romanas se tornassem centros para onde convergia a riqueza de seus territórios circunvizinhos. Em virtude dessa concentração de riqueza, elas se tornam o alvo principal de incursões de rapinagem tão logo os povos que habitavam além das fronteiras se tornaram capazes realizar tais operações. Isso, por sua vez, leva diversas populações urbanas do Império a terem de lidar com situações de cerco, principalmente depois de meados do século III.[78]

As Gálias, com sua atividade urbana pungente, não foram poupadas de semelhante destino. A deterioração da situação política e militar na região abriu oportunidades para que os povos transrenanos pilhassem as províncias em ao menos duas ocasiões no século III. Não é possível conhecer muito sobre as situações de sítio impostas às cidades galorromanas nessa época. No entanto, a ideia de uma grande disparidade entre o Oriente grego e o Ocidente latino no que tange a resposta dada pelos provinciais aos cercos impostos pelos bárbaros, como alerta

[78] Há um episódio narrado brevemente em Paus. 10, 34, 5, no qual um campeão olímpico chamado Mnesíbulo organiza os cidadãos de Elateia para opor resistência a um ataque dos costobocos em torno de 170. Mas os ataques sistemáticos contra as cidades do Império parecem ter começado posteriormente.

Fergus Millar (2004: 296), não deve ser levada ao extremo, uma vez que a escassez de evidênciasnão nos permite fazê-lo. [79]

Depois de uma sangrenta guerra civil que desguarneceu as Gálias em 350 e após controversa usurpação de 28 dias envolvendo Silvano (Drinkwater, 1994; Hunt, 1999), os francos e alamanos aproveitaram a chance e tomaram Colônia, espalhando-se a partir daí por uma extensa faixa de terra repleta de cidades que foram sitiadas e saqueadas. Tendo os alamanos sido encorajados ou não por iniciativa do próprio Constâncio II a atacarem as Gálias que se encontravam sob o domínio do usurpador Magnêncio desde 350 (Drinkwater, 2007: 200–203), o fato é que os provinciais tiveram que lidar novamente com as incursões bárbaras depois de um período de relativa paz.

Neste capítulo trataremos das relações entre bárbaros e provinciais que se desenrolaram no contexto das investidas contra as cidades galorromanas de meados do século IV até a mudança da capital da prefeitura das Gálias de Tréveris para Arles, que muda completamente a relação entre essas populações provinciais e o Império. Investigaremos primeiramente os meios que viabilizaram a resistência urbana contra os bárbaros; a formação de um regionalismo muito próprio da Gália que emerge a partir do sistema de *civitates*; a relação desse regionalismo com o governo central e como isso constituiu um elemento de coesão que levou à mobilização em momentos de cerco. Também abordaremos as condições materiais que possibilitaram a resistência, a construção das muralhas tardias e seu propósito. Depois, buscaremos compreender como esses elementos estiveram presentes e foram ou não mobilizados nas relações entre as populações urbanas da Gália e os bárbaros durante os cercos impostos a elas.

2.1 Realidades locais e a urbanização das Gálias: O surgimento da *civitas* e sua importância para a emergência de uma identidade regional galorromana

Muitos estudiosos da antiguidade (e.g.: Ando, 2000) perceberam que a longevidade e extensão territorial excepcionais do domínio romano dependiam essencialmente da lealdade provincial e da cooperação das elites locais e não da simples coerção Imperial. De fato, não havia em cada cidade do Império um contingente dedicado ao policiamento constante dos provinciais. Mas o momento em que a conquista romana pela força passou a ser o domínio

[79] Para além do cerco de Tours narrado por Eusébio de Nantes (*fr*. 2, Müller), há no Ocidente latino do século III somente um outro caso sobre o qual temos evidência de resistência civil e popular a um cerco imposto pelos bárbaros. O cerco de Saldae nos é conhecido pela inscrição AE 1928, 38, um voto às divindades (*Numinibus*) feito pelos "jovens, por terem os inimigos sido repelidos das muralhas da cidade (*iuvenes ob pulsum moenibus hostem*)". Sobre o significado de *iuvenes* nesse contexto, a datação do evento e quem seriam os inimigos sitiantes, ver Leschi, 1927.

romano pela ideologia imperial não é fácil de ser apontado. Afinal, como notou Clifford Ando (2000: 19), a história da transformação de um mero agregado de grupos étnicos em uma *communis patria* não pode se apoiar em marcos bem estabelecidos. Nas Gálias, essa transformação envolveu a reorganização das populações gaulesas em torno de *civitates*, centros urbanos desenhados para servirem como capitais de tribos que antes ocupavam vários assentamentos nucleados.

Os admiradores do planejamento da cidade clássica, com seu traçado ortogonal e espaços abertos, acreditavam que era isso o que fundamentalmente separava o mais simples traço de civilização do barbarismo (Haverfield, 1913: 14). De fato, apesar das diferenças entre o urbanismo grego e romano, a malha ortogonal parece ter sido um elemento primordial de uma tradição urbanística que se expandiu por um vasto território durante o primeiro milênio a.C., do qual vieram a fazer parte, eventualmente, as províncias ocidentais do Império Romano. Em virtude de um contexto marcado pelo imperialismo e pelas ideias de progresso e superioridade cultural, os estudiosos do final do século XIX e início do XX, ainda apegados à ideia da dicotomia entre civilização e barbárie, enxergaram na implantação do planejamento ortogonal típico do mundo mediterrâneo nas várias cidades que surgiram após o domínio romano como um vetor de civilização em direção à barbárie. Nessa chave interpretativa típica do contexto de expansão imperialista, a urbanização das Gálias consistiria em uma ruptura radical com o passado selvagem das regiões ao norte dos alpes e, posteriormente, além da Gália Narbonense.

Com o avanço das técnicas de escavação, o desenvolvimento de uma perspectiva descolonial após a Segunda Guerra e o surgimento de outros interesses no campo arqueológico, começou-se a reconhecer algumas características de proto-urbanismo nos assentamentos nucleados da Europa continental, chamados *oppida*.[80] Cunliffe (1985), chama a atenção para a importância de se estudar os assentamentos não como meros artefatos arqueológicos, mas como complexos sistemas socioeconômicos e políticos. Essa abordagem rompe com o antigo paradigma de civilização e selvageria que orientou o olhar sobre o processo de constituição das

[80] O termo *oppidum* foi originalmente emprestado da obra de Júlio César por Reinecke, Dechelette e Dehn para descrever os sítios de Bibracte, Manching e Závist. Ele se referia a assentamentos da Idade do Bronze tardia, localizados no topo de colinas, fortificados, com presença de atividade artesanal e área enclausurada de cerca de 30 hectares. A descoberta de outros sítios arqueológicos do período com características urbanas levou ao uso do termo para uma variedade de assentamentos, mas muitos diferiam significativamente entre si para que pudessem ser classificados sob um mesmo conceito ou estudados como parte de um mesmo fenômeno. Isso levou historiadores como Greg Woolf (1993) a questionarem a utilidade do termo mesmo como categoria analítica. Tom Moore (2017), com base nos estudos de Roland Fletcher, argumenta que os *oppida* representam assentamentos de baixa densidade, comparando-os com outros exemplos de épocas diferentes. Deixando de lado critérios demasiadamente rígidos, essa abordagem foca na função dos *oppida* como centros econômicos, religiosos ou administrativos e seus entornos, refletindo as estruturas sociais das quais emergem.

cidades nas províncias romanas recém conquistadas, especialmente na Gália. O que se observa, ao menos até fins do século II a.C., é na verdade uma atividade urbana intensa na forma de uma complexa rede de centros de ocupação permanente cujos desenhos refletiam diversas influências urbanísticas diferentes (Cunliffe, 1985: 2–4). Os *oppida*, que funcionavam como centros regionais, eram focos sociais e econômicos para os quais convergiam as atividades dos territórios circunvizinhos.

Ao invés de um ambiente selvagem a ser civilizado por vias de uma urbanização repentina, como se pensou por muito tempo, a longa tradição urbana que já se encontrava em franco desenvolvimento foi a base sobre a qual o Império Romano constituiu seu domínio após a conquista. Em um quarto dos casos da Gália além da zona mediterrânea, a cidade romana foi construída no início do Principado sobre o antigo *oppidum*, como *Lutetia* (Paris) e *Durocortorum* (Reims) (Fichtl, 2004: 303). Se, de fato, a integração efetiva ao Império Romano levou a uma transformação nas dinâmicas urbanas da Gália sob circunstâncias políticas e sociais totalmente novas, em contrapartida esse processo não ocorreu senão lentamente e de maneira irregular, perdurando até meados do século I d.C. e, em alguns casos, bem adentro do período flaviano (Reddé, 2015).

Por um lado, portanto, podemos identificar nas Gálias uma guinada no desenvolvimento urbanístico em direção a um modelo de cidade clássico. Foram implementados traçados ortogonais, espaços abertos e grandes monumentos públicos, como fóruns e anfiteatros com os recursos dos quais dispunham e de acordo com suas necessidades, criando suas próprias versões dos panoramas urbanos "canônicos" do Mediterrâneo (Woolf, 1998: 106–41). Isso demandou um investimento massivo da classe curial, mas longe de ser um desenvolvimento artificial surgido de expectativas irreais que trouxeram consigo fardos quase insuportáveis para as economias locais (Godineau, 1980: 307; 386), esses foram os meios pelos quais as elites locais buscaram se inserir e legitimar sua posição na sociedade romana (Drinkwater, 1985: 51). Por outro lado, nota-se em regiões como a dos Éduos que o episódio da conquista, o deslocamento da capital para *Augustodunum* (Autun) e o estabelecimento das vias de comunicação de Agripa não parecem ter influenciado consideravelmente muitas das dinâmicas locais (Labaune e Kasprzyk, 2015: 211–3). Isso sugere que, no processo de reorganização da província recém-conquistada, houve uma combinação de continuidade e mudança drástica (Drinkwater, 1985: 49) que acabou por engendrar um regionalismo muito peculiar e duradouro, designado por Greg Woolf (1998) de "civilização provincial".

Para a análise que desenvolveremos aqui, é importante notar que as Gálias não se tornam romanas de maneira repentina sem qualquer relação com seu passado celta, tão logo se tornam repletas de cidades inspiradas no modelo mediterrâneo. Com efeito, se nos ativermos demasiadamente à adoção do traçado ortogonal e da forma monumental tanto dos edifícios públicos quanto privados, presentes no processo de criação urbana das províncias recém-conquistadas e advindas das práticas mediterrâneas, corremos o risco de aderirmos à velha ideia de romanização como um processo uniforme[81], imposto de cima para baixo e aceito passivamente pelas populações subordinadas ao Império. Mas o que se esconde por trás do novo e ostentoso panorama urbano monumental, tanto em termos populacionais quanto em termos de práticas sociais e culturais, é não apenas a permanência de antigas práticas e tradições como também a ressignificação dos novos modelos (Reddé, 2015: 16–7). Observa-se, por exemplo, que na nova cidade dos Éduos mantiveram-se os cultos locais à deusa epônima do antigo *oppidum*, Bibracte, e a uma divindade conhecida apenas na região de Autun chamada Anvalos. Os santuários a esses deuses coexistem na época julio-claudiana com o templo de Apolo, decorado de maneira marcadamente romana, com mármore carrara. Essa mescla de tradições, continuidades e rupturas confere às cidades da recém-estabelecida província da Gália, a exemplo de *Augustodunum* (Autun), um aspecto "galorromano" que se reveste de características marcadamente locais (Labaune e Kasprzyk, 2015: 205–6).

Há dois eventos que constituem o cerne desse processo e estão intimamente relacionados (Drinkwater, 1985: 49–50). O primeiro foi a imposição de uma estratégia militar geral nas Três Gálias que visava assegurar o Reno e preparar o Império para as futuras empreitadas na região da Germânia. A construção dos fortes e o rearranjo das estradas visando seu aprovisionamento causou uma ruptura nas hierarquias locais dos antigos *oppida*, muitos dos quais passaram a estar localizados longe das vias principais criadas por esse novo padrão. A participação efetiva das populações gaulesas na criação de uma nova ordem social, mais do

[81] Não é necessário que nos aprofundemos no longo debate acerca do conceito de romanização. Convém, no entanto, levarmos em conta as considerações de David Mattingly (2004: 13), que ao explorar os aspectos identitários da Britânia romana, não constatou qualquer uniformidade cultural que pudesse ser corretamente concebida nos moldes tradicionais da romanização. Para o arqueólogo, só é possível compreender tais processos de estabelecimento do domínio romano e integração das populações locais partindo da intenção de se explorar a diversidade que deles resulta, mais do que tentar buscar alguma solução unívoca como o modelo tradicional de romanização (Mattingly, D. J. 2004: 9). Ao revisitar o tema anos depois, já abandonando totalmente tal conceito e argumentando em favor do uso das teorias pós-coloniais no estudo da antiguidade, ele toma as regiões da Britânia e Tripolitânia romanas como casos em que o fenômeno tradicionalmente descrito como romanização pode ser interpretado como práticas variantes regionais que refletem a maneira com a qual essas sociedades se integravam ao mundo romano (Mattingly, D. J. 2011: 211–45). Cremos que o mesmo possa se aplicar ao caso das Gálias.

que sua mera assimilação a um ordenamento anterior (Woolf, 1997: 347), dependia fundamentalmente de sua capacidade de comunicação com o restante do Império. Isso fez com que essas populações se reorganizassem em torno dessas vias centrais.

O segundo evento foi a criação das *civitates* gaulesas, no contexto da reorganização augustana da província, por ocasião do censo de 27 a.C., a fim de facilitar a administração dos territórios recém-conquistados. Fora da Gália Narbonense, que há muito já havia sido colonizada por gregos e romanos, havia certamente um sentido tribal associado a *civitas*, utilizado para se referir vagamente à "nação" (Allen, 1989: 26). Mas foi Augusto, depois do fim das guerras civis que foram travadas em consequência do assassinato de Júlio César em 44 a.C., quem atribuiu um sentido jurídico à palavra. Não se trata, com efeito, de novas províncias menores, ou territórios plenamente independentes, mas de regiões administrativas às quais estavam circunscritas as tribos gaulesas recém conquistadas.

O termo passa a designar, portanto, nada mais do que a tribo gaulesa em uma roupagem jurídica romana (Drinkwater, 2014: 22; 103). Trata-se da institucionalização de comunidades étnico-políticas coextensivas, as quais possibilitaram tanto a integração das elites ao Império quanto a mediação entre as populações locais e o poder imperial. A criação das *civitates* constituiu, portanto, uma resposta ideológica e funcional para a questão da administração de um território vasto como a nova província da Gália. Depois que o domínio romano já estava plenamente estabelecido, esse foi um meio de devolver em grande parte a autonomia às elites regionais, cujo poder era exercido institucionalmente através das assembleias.

No âmbito prático, dois problemas foram solucionados por tal arranjo. A administração imperial utilizou o sistema de *civitates* a fim de maximizar a eficiência das governanças locais em favor do Império e como forma de monitorar efetivamente as classes dirigentes regionais. Em troca da autonomia, os dirigentes locais ficavam incumbidos de manterem a ordem e supervisionarem a extração de recursos. Na esfera ideológica, o sistema de *civitates* reflete certa disposição do Império em deixar a cargo dos provinciais a iniciativa para sua decisiva integração à sociedade romana (Loseby, 2013: 225). Isso ocorre uma vez que se reconhece nas populações da recém-conquistada Gália certas similaridades com os hábitos e costumes romanos, contato que certas tradições consideradas excêntricas ou excessivas fossem expurgadas, como demonstra o tratamento reservado à prática do druidismo.[82] Junta-se a isso

[82] Como é comum no caso de proibições, esse parece ter sido um processo que levou alguns anos. Suet. *Claud*. 25, 5 afirma que foi Cláudio quem definitivamente proibiu o druidismo na Gália, mas Augusto já pressionava a isso ao proibir a concessão da cidadania romana aos adeptos da prática. Plin. *HN*. 30, 4 menciona que o druidismo "ainda presente na memória dos vivos (*quidem ad nostram memoriam*)", foi proibido por Tibério, uma medida

o estabelecimento do Altar de *Lugdunum* (Lyon) por Druso em 12 a.C., cujo propósito era a celebração de Roma e Augusto, e onde os nomes das 60 *civitates* gaulesas estavam inscritos. Afinal, a "Gália" era um construto romano por excelência e a assembleia anual que se reunia em torno do altar serviu para que tomasse forma uma identidade provincial que congregasse as várias experiências locais e as inserisse no mundo romano mais amplo, de modo a facilitar a administração do novo território (Wolff, 1989).

De fato, o sistema padronizado de municípios e colônias, amplamente atestados na Itália e Espanha, não parece ter existido da mesma forma nas Três Gálias, pois não há, de início, quaisquer *municipia* atestados nessas províncias (Johnston, 2017: 23). Essa peculiaridade da região, pode-se dizer, permitiu a longa sobrevivência de identidades e práticas sociais e culturais locais em meio ao mundo romano. A importância do passado pré-romano na memória social das comunidades provinciais, perenizado por esse sistema administrativo particular, se mantém nas expressões identitárias articuladas muitas vezes a nível local, em um universo cotidiano que existiu fora do alcance prático e discursivo do aparato imperial romano (Johnston, 2017: 65 *contra* Woolf, 1996). Isso não significa, no entanto, que essas populações não foram efetivamente integradas ao mundo romano. Afinal, como notou Greg Woolf (1998: 242), essa integração não envolvia a convergência à semelhança de todos os habitantes do Império, mas a participação em um sistema cultural estruturado em torno de diferenças sistemáticas. Mais do que um mero arranjo administrativo, portanto, a *civitas* acaba por se tornar o lugar privilegiado da experiência provincial da Gália, onde as expressões locais coexistiam e se comunicavam com um universo cultural mais amplo.

Nesse processo, que não foi uniforme e delongou-se por todo o século I, chama a atenção a criação do que podemos chamar de capital-*civitas*. Não se trata, com efeito, de municípios, capitais provinciais ou colônias romanas, como *Lugdunum* (Lyon), mas de centros urbanos concebidos especialmente para servirem como capitais dos povos gauleses, de forma a designá-los como membros de uma cidade específica (van Andringa, 2015). A natureza dispersa e multinucleada do urbanismo das populações gaulesas, as quais ocupavam uma vasta área, colocou um desafio à estrutura administrativa do Império, modelada para lidar com as cidades-estados do mundo mediterrâneo, especialmente as gregas (Ando, 1999: 30). Nesses contextos, um único centro urbano concentra todas as atividades sociais e políticas de um território circunvizinho subordinado à cidade-estado. Para adaptar as comunidades da Gália aos moldes

que ele comemora: "e nem se pode apreciar o bastante o quanto se deve aos romanos por terem colocado um fim a esses ritos monstruosos (*nec satis aestimari potest, quantum Romanis debeatur, qui sustulere monstra*)".

da administração imperial, os primeiros séculos testemunharam uma mudança gradual do sentido de *civitas*. Ela passou de uma designação um tanto vaga de "nação", como utilizada por Júlio César, ao espectro mais específico que remete ao universo da "cidade-estado", de modo que, com o passar do tempo, o território ocupado pela "nação" começa a se confundir com o próprio centro urbano no significado da palavra.

Dessa maneira, os treveros, por exemplo, que habitavam a vasta região do vale do baixo Mosela, passaram a serem considerados não como pertencentes a uma "nação", no sentido que antes se atribuía às populações gálicas, mas a um corpo cívico, a *civitas Treverorum*. A capital desse corpo cívico, criada pela administração imperial no século I d.C., toma o significativo nome de *Augusta Treverorum* (Tréveris) e sua fundação leva ao declínio os *oppida* de Titelberg, Donnersberg e Martberg. A solução do Império foi, portanto, definir toda a área ocupada por um povo gaulês como subordinada a um centro urbano único, ignorando todos os outros centros urbanos já existentes, de modo que "a tribo seja tratada como uma espécie de cidade imaginária" (Stevens, C. E. 1970: 22 *apud* Drinkwater, 2014: 105) que engloba todo o território tribal. Disso resulta que, já no período romano tardio, território e centro urbano imiscuem-se de tal forma que se torna difícil distinguir entre o uso de *urbs* e *civitas* para se referir à cidade ou à cidade e sua região. Sidônio Apolinário (*Ep*. 4, 22, 1) utiliza *urbs* para se referir a Toulouse sem que se possa saber pelo contexto se se trata apenas da cidade ou também da região que lhe era subordinada. Ao discorrer sobre bispos e condes (e.g. *Ep*. 4, 17, 3), parece certo que *urbs* e *civitas* se referem à cidade e o território sobre o qual exercem seu poder, mas em outros contextos ele parece preferir *patria*, *territorio* e *regio* para se referir à região propriamente dita (Allen, 1989: 27).

Com o avanço da cristianização das regiões ocidentais do Império a partir do século IV, as *civitates* continuaram a ser a unidade básica da formação das comunidades cristãs e suas capitais constituíram o centro privilegiado de atuação de líderes cristãos e o local de convergência de pessoas que buscavam fazer carreira no meio eclesiástico (Harries, 1992).

2.2 A ameaça bárbara às cidades, as mobilizações locais e o regionalismo galorromano em relação ao poder imperial

Para o que nos interessa aqui, a mobilização possibilitada por essa forma de organização sociopolítica, o regionalismo engendrado e abrigado por ela e seu lugar no ordenamento político mais amplo do Império foi o pano de fundo para as respostas dadas pelos provinciais da Gália aos ataques dos bárbaros nos séculos que se seguiram. Essa capacidade de mobilização da

população provincial da Gália encontra sua primeira grande expressão no cenário político mais amplo quando das incursões dos alamanos no interior da província no fim dos anos 260. Póstumo, o então governador Germânia Inferior e encarregado da defesa do Reno, consegue com êxito interceptar um exército dos Jutungos que se retirava da Itália depois de uma derrota que lhes fora imposta por Galieno em Milão. Em virtude da controvérsia, ainda não muito clara, sobre o destino dos espólios retomados na operação, Póstumo acaba por cercar o então César Salonino e seu preceptor, o prefeito pretoriano Silvano, em Colônia. Diante da execução de ambos, da captura de Valeriano pelas mãos do rei persa Sapor II e em vista da dificuldade de Galieno de consolidar seu poder na totalidade do Império, as tropas aclamam, enfim, Póstumo como imperador (Potter, 2004: 257).

A natureza da revolta de Póstumo, que deu origem ao episódio tradicionalmente conhecido como Império das Gálias[83], é bastante controversa e gerou debates longevos, sintetizados na obra de John Drinkwater (1987) sobre o tema. É tentador ver na tomada de poder de Póstumo e na instauração de um regime independente de Roma nas Três Gálias, Hispânia, Récia e Britânia, um movimento separatista que remetesse ao período da Gália independente dos tempos de Vercingetórix. Afinal, depois de três séculos, a província não mais respondia ao governo central e poder-se-ia esperar que esse momento teria despertado algum sentimento de um passado longínquo. As emissões monetárias das novas oficinas de cunhagem em homenagem aos cultos locais ao Hércules Magusano (Mairat, 101 e 117) e Deusoniense (Mairat, 8, 12, 25 etc.) seriam reflexos daquilo que Ramsay MacMullen (1990: 49–55) chamou de um "nacionalismo" gaulês, que teria emergido nesse contexto.

Entretanto, já notava Camille Jullian (1924: 4, 575–8), não há nenhum documento que nos permita crer que isso havia ocorrido. As inscrições e suas fórmulas, moedas, títulos imperiais e estrutura administrativa remetem ao modelo romano, de modo que o império de Póstumo em nada diferia daquele de seu rival Galieno. O historiador nota que, por mais que os conselhos de Lyon e Narbona tivessem aproximado os laços entre as cidades da Gália e seus líderes de modo a manter uma unidade política e cultural estreita dentro da província, isso não parece ter refletido em um movimento de caráter separatista nesse período. Póstumo, conclui o estudioso, havia rompido com Galieno, não com Roma. Adrian Sherwin-White (1996: 447–8), por sua vez, argumentou que as homenagens aos cultos locais constituem apenas dois tipos dentre dezesseis que trazem a imagem de Hércules e era comum que do século III em diante a

[83] A expressão *Imperium Galliarum* aparece, na verdade, somente em Eutr. 9, 9, 3.

figura da divindade fosse associada aos esforços hercúleos dos imperadores para garantir a estabilidade do Império.

O chamado "Renascimento Celta", que começa em finais do século II e avança no século III, reforçou a ideia de que uma força político-cultural centrífuga, latente nos séculos anteriores, havia emergido com a revolta de Póstumo de modo a não mais retroceder até que o domínio romano na Gália fosse perdido. O conceito, utilizado por Ramsay MacMullen, (1990: 49–55), se refere ao ressurgimento de certas tradições culturais comuns na região antes da conquista romana que haviam se tornado mais raras posteriormente. Observa-se um retorno aos estilos tipicamente associados à cultura La Tène na cerâmica, notória pelos grandes bocais em *terra nigra*, e na escultura, caracterizada pela tendência a representar curvas dominantes, círculos e triângulos em seus objetos. Além disso, acompanha esse processo a crescente adoção de nomes de origem celta no lugar dos *trianomina* latinos. Eles dobram nas regiões de Lyon, Reims, Metz e Langres e quadruplicam na região de Autun. Nota-se também um ressurgimento de cultos pré-romanos cujos templos reflorescerам e cujas representações artísticas se tornaram mais comuns nessa época. No contexto do Império das Gálias, essa retomada de uma identidade gaulesa se refletiu na ressurgência da antiga moeda gálica *minimi* e no fato de Pósumo e Carausio serem os primeiros governantes a se fazerem representar quase que frontalmente em emissões monetárias, ao invés do tradicional perfil, refletindo o gosto celta pela frontalidade (MacMullen, 1990: 49–55).

Diante disso, ganha força interpretações inspiradas na ideia moderna de patriotismo, como a de Maurice Bouvier-Ajam (2000: 23; 210), segundo a qual o Império das Gálias seria a expressão maior de uma vontade de libertar a Gália da opressão romana e de "assegurar os direitos próprios à uma nação gaulesa (...) uma pré-França gaulesa". Em contrapartida, historiadores como Yann Le Bohec (2009: 212) consideram duramente que esse tipo de interpretação, que imprime na antiguidade a marca dos nacionalismos contemporâneos, "não passa de um delírio". Para compreender o que essa experiência significou para a relação entre os provinciais e o Império Romano posteriormente e como isso influenciou na forma com a qual os provinciais reagiram aos cercos impostos pelos bárbaros no século seguinte é necessário olhar para além da dicotomia separatismo/romanidade.

David Potter (2006: 161–2) observa que, de fato, era de pouca serventia que Colônia pudesse celebrar sua fundação como colônia romana em homenagem à mãe de Nero, alçando-se assim a um alto patamar no ordenamento imperial romano, se isso não impedisse que os alamanos cruzassem o Reno e pilhassem seu território. Se havia algum benefício no domínio

romano, esses eram a estabilidade política e a segurança contra agressores externos. Quando foi impossível para o Império a garantia de ambos, por conta das usurpações frequentes e ameaças simultâneas em vários frontes, os provinciais tiveram de tomar para si a responsabilidade de se defenderem e se organizarem. É nessa circunstância que surge na região da Síria o Império de Palmira e nas províncias ocidentais o Império das Gálias (Christol, 2006: 141–3).

A legitimidade imediata do poder de Póstumo diante dos provinciais e do exército residia, portanto, em sua capacidade de proteger as Gálias de ameaças externas e de gerir um poder imperial estável e facilmente acessível aos provinciais. Tão logo consolidou seu poder, ele estabeleceu sua capital em Colônia ou Tréveris (Drinkwater, 1987: 24–7), ambas localizadas de maneira a proporcionar uma ação ágil contra eventuais problemas nas fronteiras. Tratava-se, portanto, de uma autonomia nascida da urgência, que possibilitou a emergência de um poder específico, facilmente acessível aos provinciais das Gálias e das Germânias em tempos nos quais era necessária uma resposta rápida aos problemas locais (Christol, 2006: 151). Nota-se, já em meados de 260, a concomitância de duas mensagens oficiais nas primeiras emissões monetárias da oficina de cunhagem recém-fundada em Tréveris[84], uma remete à vitória imperial (VICTORIA AVG: Mairat, 5 e 6) e outra à segurança das províncias (SALVS PROVINCIARVM: Mairat 3 e 4).

Figura 6: Moeda de Póstumo do tipo Mairat 3

No reverso dessas últimas (fig. 6), a iconografia traz uma divindade alegórica do Reno reclinado, com uma ânfora e um maço de juncos ou uma âncora e a mão direita repousando

[84] A localização das oficinas de cunhagem responsáveis por abastecer o Império das Gálias foi alvo de extensos debates, cuja síntese pode ser encontrada em Mairat, 2014: 23–50. Concordamos com a argumentação do autor, que identifica em Tréveris as oficinas de onde saíram as primeiras emissões monetárias de Póstumo e a principal oficina de cunhagem até o reinado de Tétrico.

sobre a proa de uma embarcação, em alusão à tranquilidade que reinava no rio graças às vitórias do novo imperador celebradas no reverso das primeiras.

Apesar de as práticas oficiais em nada diferirem daquelas dos demais imperadores do século III, o fato de Póstumo ter estabelecido um consulado autônomo nas Gálias, paralelo ao de Roma, aponta para a capacidade dos provinciais de estabelecerem formas de poder locais que servissem às suas necessidades imediatas. Isso se torna evidente pelo grande número de oficiais que alcançaram posições de prestígio e possuíam uma onomástica reveladora de suas origens locais, demonstrando uma rápida provincialização da nova administração já sob Póstumo (Drinkwater, 1987: 125–31). A linguagem do poder imperial romano, observa David Potter (2004: 261), havia fornecido o vocabulário para que se pudesse expressar as ideias acerca do poder, mas elas não vieram atreladas com receitas exatas a serem aplicadas por essas respostas locais.

Episódios como esse parecem ter se originado mais como protestos contra a ineficiência imperial do que contra o Império propriamente dito. Eles revelam, portanto, a insatisfação com a incapacidade dos imperadores de manterem um contrato implícito com os provinciais, segundo o qual a manutenção da lealdade das populações locais dependia essencialmente da habilidade dos imperadores em garantir a segurança nas províncias (Potter, 2006: 162–3). Não há qualquer evidência de que Póstumo ou aqueles que participaram de seu peculiar arranjo imperial desejassem tomar Roma, ou mesmo que eles se quisessem representar de alguma maneira como não-romanos (Ando, 2012: 162). As circunstâncias dos anos 260, especialmente as ameaças de incursões bárbaras, foram as catalizadoras de um provincialismo galorromano que encontrou sua expressão no cenário político mais amplo dessa época no Império das Gálias. Esse universo galorromano, que havia se desenvolvido a partir do estabelecimento das *civitates* e da forma como elas se integraram ao Império, proveu o substrato que possibilitou uma experiência política marcadamente regional que durou uma década.

Entretanto, não é apenas no grande quadro político que essa dinâmica se faz presente. A resposta dos provinciais aos cercos impostos pelos bárbaros do Reno já nessa época exigiu uma coesão social ao nível das *civitates* na qual o regionalismo teve papel fundamental. Graças às fontes gregas e sua transmissão, conhecemos em algum detalhe os cercos às cidades da parte oriental do Império, mais do que das regiões ocidentais, e como os cidadãos organizaram de maneira autônoma, sem a presença de tropas romanas, a resistência aos cercos impostos pelos bárbaros (Mecella, 2006). Porém, temos documentos o suficiente para afirmar que esse fenômeno não deve ter sido estranho para as populações urbanas ocidentais.

O cerco de Tours, descrito no segundo fragmento atribuído a Eusébio de Nantes, teria ocorrido provavelmente nessa época.[85] Nele podemos perceber que os princípios da poliorcética tão difundidos e ensinados nas cidades do oriente grego também encontravam lugar nas cidades do ocidente latino (Cicco, 2013/2014: 229–30). Como prelúdio à narrativa, Eusébio menciona o cerco à uma cidade da Macedônia numa época não especificada. Os habitantes dessa cidade desenvolveram uma espécie de projétil enrolado em lã e encharcado de óleo, o qual era incendiado e servia para atear fogo às máquinas de cerco dos sitiantes, uma vez atirados de cima das muralhas da cidade. O historiador nos conta (Eusébio de Nantes, *fr*. 2, Müller) que não ouviu essa história dos próprios macedônios, mas dos habitantes de Tours, que utilizaram essa estratégia contra os sitiantes e que, por sua vez, tiveram de desenvolver outro mecanismo que neutralizasse essa defesa.

O cerco, empreendido possivelmente pelos francos, que Eusébio chama de "celtas do além-Reno (*fr*. 2, Müller)"[86], durou cerca de um ano e seu desfecho não nos é conhecido. Mas a forma que a narrativa toma, considerando também o primeiro fragmento sobre o cerco de Tessalônica, parece ser semelhante à de Dexipo (Martin, 2006) e isso indica que a obra de Eusébio de Nantes cumpriria aos mesmos propósitos daquela do historiador ateniense: a exaltação da bravura das populações locais e seus líderes. Há um ataque dos bárbaros, os habitantes das cidades se mobilizam localmente em torno de algumas figuras de liderança para resistir mesmo sem a presença das tropas imperiais e, por fim, os bárbaros batem em retirada, sem sucesso (Millar, 2004: 289).

As mobilizações locais e as grandes dinâmicas políticas no mundo romano não estavam dissociadas. Resistir a uma invasão bárbara significava também deixar clara uma demonstração de autonomia. Esse aspecto fica muito evidente no célebre altar de Augsburgo, descoberto em 1992 (AE 1993, 1231). Dedicado à deusa Vitória, originalmente feito para o imperador Severo Alexandre, o altar recebeu uma nova inscrição em meados de 260 (Christol e Loriot, 1997: 223–7) para celebrar o triunfo sobre os jutungos:

> (...) à santa deusa Vitória, por terem os bárbaros do povo dos semões ou jutungos sido feitos em pedaços e postos em fuga no oitavo e sétimo dias para as calendas de maio [24 e 25 de abril] pelos soldados da província da Récia, bem como da Germânia e igualmente pela população civil local, tendo sido liberados muitos milhares de cativos italianos. Obtentor de seus votos, Marco Simplicínio Genial, homem perfeitíssimo, na função de governador, com esse mesmo exército, erigiu [este altar] de bom grado e

[85] Admite-se, de maneira geral, uma datação para o século III. No entanto, a menção à insurreição das Gálias nos parece remeter mais precisamente ao período do Império das Gálias. Sobre as várias possibilidades de datação e referências, ver Cicco, 2013/2014: 232–3.

[86] οἳ Κελτοί οἳ περῆν Ῥήνου.

> merecidamente, tendo o dedicado ao nosso senhor imperador Póstumo Augusto e ao cônsul Honoraciano no terceiro dia para os idos de setembro. (AE 1993, 1231)[87]

Não causa surpresa o fato de o nome do dedicante, um membro da ordem equestre e substituto do legado augusto propretor[88], ter sido apagado posteriormente junto ao de Póstumo e o cônsul, para quem o altar foi dedicado. A martelagem, no entanto, não afetou a leitura dos nomes, nem o restante da inscrição, que apresenta um vocabulário comum, porém preciso, com expressões bem atestadas em outros monumentos. Apesar da simplicidade e da brevidade típica dos documentos epigráficos, a inscrição de Augsburgo apresenta uma forma retórica que a torna muito peculiar (Le Roux, 2011: 205). O texto é todo construído de modo a realçar e dar testemunho dos méritos de cada grupo que compôs o peculiar exército reunido por Simplicínio para enfrentar os jutungos que retornavam da Itália com os espólios e presos de guerra italianos: os soldados da Récia[89], as legiões das Germânias[90] e os *populares*, um termo menos familiar do que os outros utilizados nesse contexto epigráfico. Lothar Bakker (1993: 377) sugere que se traduza o termo como "compatriotas (*Landleute*)", sentido do qual se reveste também o termo na célebre Tábula Banasitana (AE 1961, 142) [91], um século antes. Nesse caso, ele poderia se referir às reservas militares de veteranos regionais ou milícia local (*Landsturm/Bürgerwehr*). Henri Lavagne (1994: 436–9) sugere que se trate de milícias rurais reunidas por força das circunstâncias, talvez predecessoras dos *limitanei*, forças militares locais às quais o Império passou a recorrer cada vez mais.

Há várias possibilidades de leitura para o termo *populares* nessa inscrição (Le Roux, 2011: 205–8). Levando em conta o contexto da segunda metade do século III, no qual cidades do Império experimentaram amplamente o fenômeno de iniciativas locais de resistência, a melhor solução parece ser considerá-lo como um substantivo no mesmo plano dos soldados (*milites*), regido pela preposição *a* e marcadamente distinto deste. Na documentação textual dos séculos seguintes, não é incomum encontrar a palavra para se referir à plebe de Roma de modo geral, ou em contraste com os soldados (*milites*) na cidade e nas províncias (SHA. *Prob*. 19, 4;

---

[87] (...) *deae sanctae Victoriae*, / *ob barbaros gentis Semnonum* / *sive Iouthungorum die* / *VIII et VII Kal*(*endarum*) *Maiar*(*um*) *caesos* / *fugatosque a militibus prov*(*inciae*) / *Raetiae sed et Germanicianis* / *itemque popularibus*, *excussis* / *multis milibus Italorum captivor*(*um*), / *compos votorum suorum* / [[*M*(*arcus*) *Simplicinius Genialis*, *v*(*ir*) *p*(*erfectissimus*), *a*(*gens*) *v*(*ices*) *p*(*raesidis*)]], / [[*cum eodem exercitu*]], / *libens merito posuit*, / *dedicata III Idus Septemb*(*res*) *Imp*(*eratore*) *d*(*omino*) *n*(*ostro*) / [[*Postumo Au*]]*g*(*usto*) *et* [[*Honoratiano consulibus*]].

[88] Sobre todas as peculiaridades da carreira de Simplicínio e como seu cargo de *a. v. p.* indica também nessa época a suspensão das formas habituais de governo provincial, ver Christol, 1997: 231–41.

[89] Provavelmente as tropas auxiliares da província, não a III Legião Itálica que estava estacionada em Castra Regina desde 179, mas se encontrava à disposição de Galieno.

[90] Em Suet. *Tib*. 26 também vemos o termo *Germaniciani* ser utilizado para se referir a esses soldados.

[91] Aurélio Juliano, chefe da tribo dos Zegrenses, recebe a cidadania romana por ser "um dos líderes de seus compatriotas (*de primoribus esse popularium suorum*)".

Pesc. *Nig*. 2, 3; *Marc*. 17, 2). Amiano Marcelino (22, 2, 4) distingue no seio da multidão de Constantinopla, presente na ocasião da elevação de Juliano ao augustato, os senadores (*senatus*), os civis (*populares*) e o entourage militar do imperador (*agmen armatorum et togatorum*). No contexto epigráfico desse período, o termo é utilizado com frequência para aludir à população urbana que se reúne nos banquetes comemorativos, por exemplo, quando da reforma de um templo (AE 1905, 35), da construção de um arco triunfal (CIL VIII, 1577), ou em comemoração ao avanço na carreira de um parvenu (CIL VIII, 15497). Não raro, ele surge também para diferenciar os decuriões do restante da população (CIL VI, 9062 = ILS 5590).

No altar de Augsburgo, portanto, *populares* é empregado não apenas para distinguir esses atores dos soldados regulares, nem mesmo como simples designação dos membros de um *populus*. Como notou Patrick Le Roux (2011: 215), independentemente de a batalha ter ocorrido nas proximidades de Augsburgo ou em outra região, a intervenção dos *populares* só pode ser entendida como a resistência dos habitantes das cidades aos cercos. A sua presença na inscrição é significativa, pois tratava-se tanto de mostrar o conjunto das províncias que reconheciam a legitimidade de Póstumo quanto de colocar em evidência que os exércitos locais, líderes do Império das Gálias e provinciais eram perfeitamente capazes de impedir um ataque dos bárbaros mobilizando-se localmente e de maneira bastante coesa. Essa mensagem, celebrada no altar da Vitória, era direcionada muito claramente a Galieno e, mais amplamente, ao poder central.

Tais episódios foram efetivamente compreendidos pelos imperadores posteriormente e transformaram a relação entre os provinciais, o poder central e os bárbaros do Reno. Em 274, as tropas de Tétrico se retiraram dos setores renanos e seguiram em direção ao sul, onde entraram em confronto com as forças de Aureliano. A Batalha de Châlons marcou a derrota do Império das Gálias e o efetivo retorno das províncias à Roma. A força com a qual o domínio imperial foi reestabelecido, bem como a instabilidade que se sucedeu ao assassinato de Aureliano em 275, completaram o cenário para que, em 276, os bárbaros tivessem a oportunidade de cruzar a fronteira desprotegida e efetivar incursões de pilhagem tão profundas quanto aquelas de 269–270, tendo chegado possivelmente até a Península Ibérica (Christol, 2006: 177).

Probo, que assume a púrpura em meados 276, não tardou a responder aos ataques dos francos e alamanos e em 277 e 278 comandou pessoalmente campanhas defensivas no Reno. Segundo o relato de um dos autores da *História Augusta* (SHA. *Prob*. 13, 6), a empreitada teria tido tanto sucesso "que ele recuperou dos bárbaros nas Gálias sessenta das mais célebres

comunidades". [92] Campanhas bem-sucedidas, no entanto, não eram o suficiente por si só. Fazia-se necessário também mostrar o êxito das operações no âmbito maior. Assim, Probo teria enviado uma carta ao senado, na qual afirmava ter "liberado do jugo dos inimigos setenta das mais célebres cidades" (SHA. *Prob*. 15, 3)[93]. Os números exagerados do relato sobre a campanha de Probo nas Gálias[94], junto à discrepância no número de cidades liberadas pelo imperador nas duas passagens, levantaram dúvidas acerca da veracidade da carta e do relato (Dannhäuser, 1909: 53). Embora a *História Augusta* seja bastante imaginativa em muitos momentos, vale notar que a primeira passagem se refere às *civitates* e a segunda, às *urbes*. Independentemente disso, os feitos de Probo ficaram conhecidos e ecoaram por muito tempo, de modo a ficarem associados à imagem do próprio imperador, descrito quase cem anos depois como "aquele que restabeleceu setenta cidades" (Julian. *Caes*. 314B).[95] Isso indica que a construção da imagem do imperador como defensor presencial das cidades do Império foi percebida como essencial para evitar que episódios como o Império das Gálias e de Palmira se repetissem.

A participação ativa do imperador na defesa das cidades das Gálias a partir de então tornou-se a regra. Os eventos na província durante os anos entre Probo e a tetrarquia continuam ainda um tanto obscuros, mas é certo que Maximiano, ao se tornar augusto em 286, estabelece uma residência imperial permanente em Tréveris, se não a antiga capital do Império das Gálias, como vimos, ao menos uma de suas cidades mais importantes. Convenientemente localizada às margens do Mosela, de modo a ser facilmente abastecida com os víveres que chegavam pelo porto de Arles, e um pouco recuada na metade do Reno, possibilitando uma resposta rápida tanto a problemas nas fronteiras quando no interior das províncias, a cidade passa a ser, no início do século IV, capital da Prefeitura Pretoriana das Gálias (Heinen, 1985: 211–65). A região abrangida por essa prefeitura, vale ressaltar, vem a tomar uma forma quase idêntica àquela do Império das Gálias.

A partir de então, houve um gradual processo de homogeneização das magistraturas locais e centralização das carreiras públicas, algo que foi acelerado com as reformas administrativas dos tetrarcas e, posteriormente, de Constantino. A expansão de uma "burocracia pessoal" em torno do imperador está ligada principalmente ao suposto aumento da pressão nas fronteiras. A resposta do império exigiu gastos militares cada vez maiores e o desenvolvimento

[92] *ut a barbaris sexaginta per Gallias nobilissimas reciperet civitates*.
[93] *septuaginta urbes nobilissimae a captivitate hostium vindicatae*.
[94] Em SHA. *Prob*. 13, 7 o autor afirma, por exemplo, que Probo matou 400.000 germânicos.
[95] ὃς ἑβδομήκοντα πόλεις ἀναστήσας.

de uma burocracia robusta, centralizada e padronizada, a fim de tornar mais eficiente a captação e alocação de impostos (Eich, 2005: 356–9).

Nesse processo, poderíamos esperar perda de poder e autonomia das *civitates* por dois motivos. Primeiramente, o aumento do número de províncias nas Gálias, resultado da divisão e reorganização das antigas províncias, levou a um aumento da quantidade de governadores responsáveis por territórios ainda menores. Isso lhes dava a oportunidade de vigiar de perto um número reduzido de *civitates* e, uma vez diminuídas a distância entre governador provincial e cidades, tornar mais eficientes ações fiscais e jurídicas. Em segundo lugar, a presença constante de um imperador e sua corte em Tréveris faz com que o prestígio de uma posição no alto escalão da administração imperial se torne mais facilmente acessível aos notáveis galorromanos (Kelly, C. 2004: 193). Para alcançar poder e prestígio social os esforços das elites locais foram desviados em direção à carreira burocrática imperial em detrimento das instituições das *civitates* e do tradicional investimento nos espaços urbanos.

Por outro lado, o fato de esses novos governadores dependerem de menos *civitates* abria oportunidades para que elas os controlassem, uma vez que eles dependiam de sua total cooperação. Quanto ao segundo ponto, a presença imperial constante em Tréveris tornou possível aos representantes dessas *civitates*, muitos dos quais já haviam alcançado altas posições na administração imperial, como Eumênio, contornarem os governadores e peticionarem diretamente ao próprio imperador, como mostra o bem documentado caso da "diplomacia interior" envolvendo os éduos no final do século III e início do IV (Hostein, 2012). A partir desses indícios, é possível pensar em outro cenário que se desenrola daqui em diante, no qual as *civitates*, ao invés de esmaecerem perante a acachapante e centralizadora burocracia imperial tardia, utilizaram-se dessas estruturas para fazer valer as demandas dos provinciais (Lewis, 2000: 71–2).

Do outro lado dessa equação, os imperadores passaram a utilizar sua capacidade de defender as cidades dos bárbaros e a falta dessa capacidade por parte de seus adversários políticos como arma para a manutenção de seu poder. O caso do conflito entre Constâncio II e Magnêncio é bastante instrutivo nesse sentido. Depois da morte de Constantino I e da carnificina que varreu a dinastia nos meses que se seguiram, o Império ficou dividido entre dois augustos: Constante I nas províncias ocidentais e Constâncio II nas orientais. A documentação não deixa clara a razão do descontentamento das províncias ocidentais com Constante I. Pode ser que o reaparecimento de agressões nas fronteiras, ainda que não realmente massivas, tenha feito com o que o jovem Augusto tivesse de enfrentar francos e alamanos no Reno e Danúbio

superior, depois combater nas fronteiras da Panônia, antes de viajar para a Britânia para lutar contra pictos e escotos. A onipresença de problemas militares pode tê-lo levado a impor uma rígida disciplina aos seus exércitos logo no início de seu reinado, quando ainda era muito jovem (Modéran, 2006: 100). Sua política monetária, desfavorável àqueles que negociavam em peças de menor valor e sua política fiscal dura (Mazzarino, 2007: 701–2) contribuíram para sua rejeição de modo geral. Ele também se mostrava impiedoso contra os donatistas, contra o paganismo e malicioso em relação à aristocracia de Roma. Diante disso, pode ser que Magnêncio tenha sido proclamado Augusto em Autun na noite do dia 17 de janeiro de 350 por conta de uma conspiração motivada por querelas pessoais, mas sem dúvidas a impopularidade de Constante contribuiu para a sua queda em favor do usurpador (Petit, 1974: n.p.).

As circunstâncias da usurpação de Magnêncio nos fazem pensar em uma situação análoga à do Império das Gálias. Todos os envolvidos na empreitada estavam de algum modo ligados à administração, tanto civil quando militar, dessas províncias. Magnêncio, então chefe das unidades de elite da guarda palatina, era natural de Amiens; Marcelino, que esteve à frente da insurreição, era conde dos assuntos privados de Constante e Fábio Titiano era prefeito pretoriano das Gálias à época. Os motivos alegados para a empreitada e as ações tomadas pelo recém aclamado augusto nos interessam bastante e também remetem ao episódio de Póstumo. Segundo Zósimo, em uma nota ao senado de Roma, levada por Titiano, Magnêncio "atribuía o estado de ruína das cidades à negligência do poder imperial" (2, 49, 1)[96] e ele não tardou a nomear seu irmão Decêncio César e a encarregá-lo da defesa dos setores renanos. Novamente, a defesa das cidades galorromanas estava no centro dos interesses políticos dos usurpadores ocidentais. Por isso, alguns historiadores como Paul Petit (1974: n.p.) e André Piganiol (1972: 94–9) pintaram Magnêncio como um personagem que, em outras circunstâncias, teria se tornado um "novo Póstumo", se não lhe faltasse tempo e um projeto político coerente.

De fato, tão logo a notícia se espalhou, Zósimo menciona que a aclamação se confirmou pelos habitantes de Autun e, depois, pela população da *civitas* num sentido mais amplo, que viajaram até a cidade com esse propósito, e pelos comandantes menores de tropas acantonadas nas Gálias (Zos. 2, 42, 4). A autoridade de Magnêncio foi prontamente aceita em quase todas as províncias ocidentais, à exceção da Panônia, cujas tropas aclamaram imperador Vetranião. Mas o recém aclamado imperador não buscou estabelecer cônsules independentes do senado de Roma, como o fez Póstumo, e as províncias das Gálias sob seu domínio não se tornaram mais autônomas do que o eram sob Constante (Zeisel, 1967: 4). No caso de Magnêncio, a proteção

[96] καὶ τὴν τῶν πόλεων ἀπώλειαν τῇ περὶ τὴν ἀρχὴν ἀναθεὶς ἐκμελείᾳ.

das cidades galorromanas foi o pretexto para que ele tentasse se tornar imperador. Apesar de não ser um novo Império das Gálias, sua usurpação, como tantas outras que ocorreram no decorrer do século, começa e se solidifica nessas províncias, o que mostra o quanto a questão gálica havia se tornado central no mundo romano tardio. Nessa busca por legitimação, ganhar o apoio das *civitates*, colocando-se como garantidor de sua segurança, como o fez Probo quase cem anos atrás, era essencial.

Na esfera da "diplomacia interna", portanto, Constâncio II teve de minar a confiança dos provinciais galorromanos na capacidade de Magnêncio em manter a segurança e fazer frente às incursões bárbaras vindas do Reno. Somos informados por Eutrópio (10, 1, 3) que seu avô, Constâncio Cloro, "foi não apenas amado, mas também venerado pelos gauleses"[97], mas isso por si só não havia impedido que uma figura oriunda do cenário galorromano conseguisse angariar amplamente os apoios locais, como vimos. A documentação da época e pouco posterior é bem categórica ao condenar Constâncio II por ter incitado os alamanos a atacarem os setores renanos[98] a fim de enfraquecer os usurpadores. Libânio (*Or*. 18, 33–4; 52), Amiano Marcelino (16, 12, 3), Sozômeno (5, 1, 2), Sócrates de Constantinopla (3, 1, 16) e Zósimo (2, 53, 3) dão a entender que, trocando correspondências e presentes com os chefes alamanos, especialmente Cnodomário, o imperador lhes incitou a atacar os setores renanos, com o objetivo de desviar a atenção de Magnêncio e Decêncio dos frontes da guerra civil.

A julgar pelos entesouramentos da região e seu contexto, tal como os conhecemos pelas escavações arqueológicas, a campanha dos alamanos contra o césar de Magnêncio nas Gálias teria ocorrido em 352 (Bastien, 1983: 22–3) e os seus efeitos não demoram a se fazer sentir. Amiano relembra posteriormente que certo Poemênio, "tinha sido escolhido para defender o povo (*ad defendendam plebem*) quando fecharam a cidade de Tréveris ao César Decêncio (Amm. Marc. 15, 6, 4)".[99] Apesar de essa breve menção das *Res Gestae* ser tudo o que temos sobre esse episódio, a linguagem utilizada pelo historiador no trecho destacado pode nos ajudar a esclarecer algumas coisas. A *plebs*, revestida do mesmo sentido atribuído a *populares* na inscrição de Augsburgo que analisamos acima, faz com que o verbo *defendo* não seja imbuído

[97] *non modo amabilis, sed etiam venerabilis Gallis fuit.*

[98] Houve quase um consenso dos estudiosos em tratar tais acusações de maneira um tanto cética, pois Constâncio II estaria ciente dos riscos envolvidos em negligenciar as cidades galorromanas e a documentação do período lhe era extremamente hostil (lorenz, 1997: 43). Drinkwater (2007: 202–3), entretanto, chama a atenção para o fato de que Cnodomário e o seu entourage vieram dos vilarejos (*pagi*) próximos ao rio e estavam, portanto, dentro da esfera de influência romana e é possível pensarmos que eles se consideravam aliados da dinastia reinante, ajudando Constâncio II em seu plano de derrubar Magnêncio através da sensação de insegurança nas *civitates* galorromanas.

[99] *cum Treveri civitatem Caesari clausissent Decentio, ad defendendam plebem electus est.*

de um caráter militar, pois tem como objeto um grupo de pessoas e não coisas. Juridicamente, a expressão pode significar que Poemênio foi incumbido de representar a cidade contra Decêncio em um tribunal[100] depois de uma possível retomada da cidade, uma vez que os habitantes de Tréveris podem ter sido acusados de crime de lesa majestade (Overbeck e Overbeck, 2001). Portanto, Poemênio pode ter sido escolhido como o "advogado de defesa" dos tréviros, mas não foi o líder dos revoltosos, pois os portões da cidade se fecharam contra os usurpadores antes de sua nomeação.

Devido ao fato de Tréveris abrigar um importante ateliê monetário, é de se esperar que a revolta dos habitantes da cidade contra o césar Decêncio houvesse deixado algum indício numismático. John Kent (1959) identificou duas séries locais, uma de moedas de ouro e outra de bronze, cujos obversos trazem o nome e a efígie de Constâncio II, mas cujos reversos trazem mensagens que não encontram qualquer paralelo em outras de suas emissões, mas são muito parecidas, também em tamanho e peso, àquelas cunhadas em Tréveris a mando de Magnêncio. Assim sendo, tão logo o césar teve de retroceder para Amiens, os habitantes da cidade cessaram a cunhagem das moedas de Magnêncio e Decêncio e voltaram a produzir as de Constâncio II em demonstração de apoio, mas com os reversos utilizados pelos usurpadores, que eram os que lhes estavam disponíveis. A datação da produção dessas séries monetárias, acrescida o tempo necessário para que Decêncio fugisse e outras contingências, nos dá uma data aproximada para o episódio da última semana de julho à última semana de agosto de 353 (Holt, 2006: 78). Isso significa que, apesar de ter ocorrido no final da usurpação de Magnêncio, a revolta de Tréveris nos evidencia que o plano de Constâncio II de incitar os alamanos a atacarem as cidades para fazer com que os provinciais se voltassem contra os usurpadores foi bem-sucedido. As populações urbanas, manifestando sua costumeira capacidade de mobilização, tomaram partido contra aquele que lhes pareceu incapaz de proteger as cidades contra os bárbaros.

A relação que se desenvolveu entre as populações urbanas das Gálias e os imperadores ou usurpadores no que diz respeito às respostas dadas às invasões dos bárbaros nas Gálias, portanto, constituiu uma via de mão dupla. Por um lado, os provinciais galorromanos passaram a esperar a presença constante do Imperador e sua ação rápida diante de uma situação de cerco, por outro lado, os imperadores mobilizaram essa expectativa a seu favor, explorando a incapacidade dos seus rivais em cumprir esse papel. Tendo como pano de fundo esse "contrato

[100] Ainda que não possamos pensar na instituição do defensor da cidade (*defensor civitatis*), estabelecido como tal de maneira mais ampla somente sob Valentinano (Jones, 1964: 144–6), o verbo *eligo* remete à escolha de Poemênio por parte de um corpo restrito de cidadãos ou uma nomeação e nunca é usado, ao menos em Amiano, para falar de uma eleição ou aclamação por um grande número de pessoas.

implícito", as cidades galorromanas foram munidas de meios para que pudessem resistir às invasões até que o poder imperial pudesse retomar o controle da situação.

2.3 As muralhas das cidades galorromanas e os meios de defesa de seus habitantes

Esse novo paradigma engendrou uma mudança profunda na forma urbana de muitas das cidades das Gálias. Observa-se um lento, porém decisivo, recuo no que se poderia chamar de urbanismo clássico, marcado pela diminuição de projetos de construções públicas e privadas que o caracterizam, a insuficiência de manutenção de monumentos públicos por parte da aristocracia e uma redução relativamente precoce do tamanho e da complexidade da forma urbana, ainda que os arredores das muralhas pudessem continuar a serem ocupados. Se, por um lado, isso por vezes foi visto como declínio ou decadência do urbanismo provincial, por outro lado há a oportunidade de perceber as novas formas urbanas das cidades na Gália em seus próprios termos e compreender seus novos atributos e transformações em função das novas demandas dos provinciais (Loseby, 2006).

O aspecto mais marcante dessas transformações foi, além do surgimento de igrejas com o progressivo avanço da cristianização das províncias ocidentais na segunda metade do século IV, a construção em torno das cidades de muralhas cujo perímetro não chegava a ultrapassar 2600 metros (Blanchet, 1906: 194–5). Até meados do século III observa-se que as províncias galorromanas eram repletas de centros urbanos definidos por seu caráter expansivo, monumentalizado e sem defesas, em sua maioria. Já a partir do século IV observa-se a conversão dessas cidades em centros menores, mais densamente povoados e altamente fortificados (Johnson, 1983: 69–71). Nos primeiros séculos, a concessão de direitos romanos para uma cidade dependia da construção de muralhas que se revestiam de um sentido mais honorífico do que defensivo (Février, 1969: 279). Não raro, o imperador e sua família doavam muralhas ricamente ornamentadas não apenas para compor o panorama monumental de uma cidade já existente e aumentar seu prestígio, reforçando seus laços com Roma, mas também com o intuito de fazê-la referência para a organização do espaço social, jurisdicional e religioso da cidade romana (Stevens, S. 2016). Esse era o caso de alguns centros urbanos, especialmente as colônias romanas, da Gália Narbonense, cujo processo de urbanização diferiu muito de outras regiões gaulesas devido à sua prematura incorporação ao Império Romano, em 121 a.C.

No período tardio, porém, o estatuto jurídico da cidade amuralhada já não estava em questão e não se encontra na documentação qualquer distinção entre os *municipia* (De Man, 2013: 108). As muralhas tardias se revestiam, portanto, de um valor prático muito diferente

daquelas mencionadas. Há uma série de traços típicos das fortificações das cidades galorromanas tardias, dentre os quais as alturas e espessuras consideráveis, o uso de *spolia* sem argamassa na construção de sua base e de aparelho pequeno articulado com camadas de tijolos no restante do muro. Seu potencial defensivo era aumentado com a presença de torres semicirculares voltadas para fora, colocadas de maneira intervalada e munidas no topo de aberturas grandes o suficiente para arqueiros e maquinário de artilharia e de portões pequenos e reforçados (Butler, 1959). Esse processo é observável não apenas nas capitais, como também em aglomerações secundárias que serviam de estações viárias para a estocagem de produtos da área rural (Anse), centros regionais de produção (Mâcon) e entrepostos para a coleta da anona em espécie (Tournus). Apesar de não terem sofrido uma redução de espaço ocupado com a construção das muralhas, sua tipologia é muito semelhante àquelas dos grandes centros e sua função era claramente a de defender as mercadorias e produtos que convergiam para lá (Jonasch, 2016).

Não há, no entanto, uma uniformidade arquitetônica nem de disposição das muralhas no tecido urbano que possa ser observado nas Gálias ou em qualquer outra província ocidental (fig. 7–8). Apesar de algumas obras guardarem certa semelhança com a Muralha de Aureliano, ela não parece ter servido como um protótipo a ser replicado nas cidades tal qual se cogitava anteriormente (De Man, 2013: 109–10). Da mesma maneira, graças ao aprimoramento das técnicas de datação, pode-se afirmar com certeza que não há uma simultaneidade na cronologia das construções desses aparatos defensivos em todas as regiões galorromanas (Heijmans, 2006). Esses dados apontam para a inexistência de um amplo plano de edificações defensivas das cidades e assentamentos menores a nível imperial ou diocesano, diferentemente dos extensos programas de construções de fortificações fronteiriças, sobre os quais discorremos no capítulo anterior. Em verdade, uma análise detalhada das dissimilaridades materiais e cronológicas das muralhas tardias dos três maiores sítios murados da Narbonense I (Narbona, Carcassona e Toulouse), circunscritos a uma pequena região e localizados na Via Aquitania, aponta para ausência de um planejamento provincial ou mesmo regional para essas estruturas monumentais (Underwood, 2016), o que sugere que a iniciativa de construção dessas obras defensivas na Antiguidade Tardia, ao menos em algumas províncias galorromanas, cabia às próprias cidades.

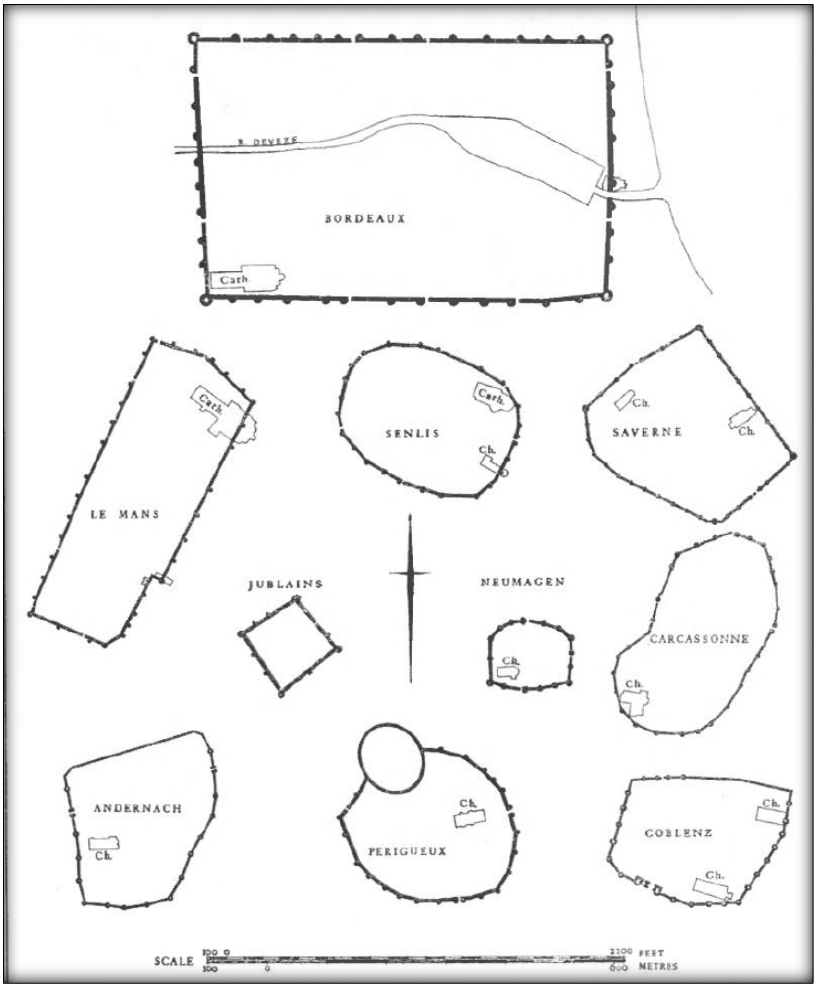


Figura 7: A diversidade do traçado das muralhas e da disposição torres e portões de diversas cidades das Gálias construídas posteriormente a 260. Retirado de Butler, 1959: 33.

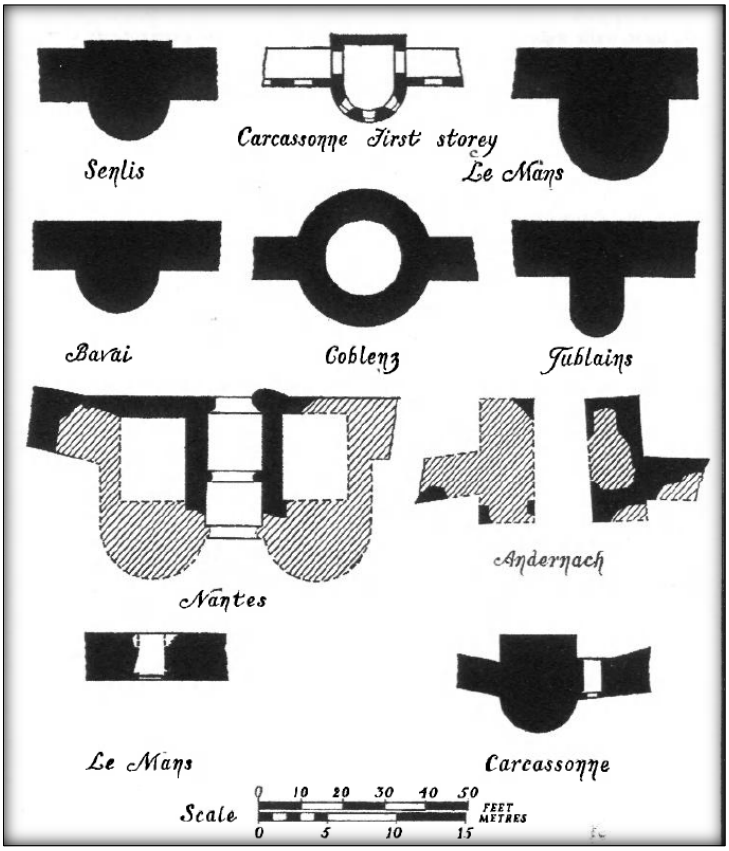


Figura 8: A diversidade do formato de torres e portões de diversas cidades das Gálias construídas posteriormente a 260. Retirado de Butler, 1959: 32.

No entanto, não se pode ignorar que a legislação imperial desde o século II determinava que "não é permitido reconstruir os muros da cidade sem a autorização do imperador ou do governador nem construir algo adjacente ou em cima deles (*Dig*. 1, 8, 9, 4 = Ulp. 68)".[101] E mesmo quando o governador fosse informado, a autorização do próprio imperador ainda era necessária (*Dig*. 50, 10, 6). Outro ponto importante a se considerar é o custo para a construção dessas muralhas. Estimativas de excedente de força de trabalho e de recursos materiais e animais necessários para esses esforços de construção monumentais, maiores mesmo que os dos séculos anteriores, indicam que não se tratava de muralhas erigidas às pressas e desordenadamente. O tempo e os recursos indispensáveis para a conversão de cidades abertas em fortificadas no final do século III e início do IV juntam-se a uma série de outras evidências arqueológicas que nos permitem questionar a dimensão do impacto demográfico e econômico da chamada "Crise do Século III" nas Gálias (Bachrach, 2010) e se as cidades sozinhas seriam capazes de executar esses empreendimentos. Sabe-se, por exemplo, que Galieno teria enviado times de engenheiros e arquitetos para organizar as defesas das cidades da Trácia (Johnson, 1983: 69, 72, 74).

O interesse do Império em fortificar as capitais-*civitates* das Gálias fica claro ao se sobrepor os dados arqueológicos às informações da *Notitia Dignitatum* e da *Notitia Galliarum*. Constata-se a forte correlação existente entre a denominação de *civitas* nas fontes, a presença de muralhas e a alocação de funcionários civis ou militares nesses centros (Esmonde-Cleary, 2020: 29–42). Os imperadores em campanha na região, vale lembrar, se deslocavam sempre entre lugares fortificados, como no bem documentado caso de Juliano (Amm. Marc. 16, 2, 4–13). Ademais, o cuidado com o qual muitos desses circuitos foram acabados, inclusive com a presença de policromia, afasta a antiga ideia de que tais monumentos foram construídos às pressas como respostas locais às invasões bárbaras, podendo, ao contrário, representar parte de uma iniciativa imperial para reafirmar suas prerrogativas e exaltar o papel do Império no coração do antigo Império das Gálias (Dey, 2020). Ainda assim, a análise da evidência textual e epigráfica (*termini ante quos*), bem como das moedas, cerâmica e a datação arqueométricas do cozimento dos tijolos (*termini post quos*) nos fornece uma curva de datação entre 270 e 330 para a maioria desses monumentos (Bayard, 2019). Não é coincidência que esse seja justamente o período de recrudescimento das hostilidades entre os bárbaros do Reno e os provinciais das Gálias.

[101] *Muros autem municipales nec reficere licet sine principis vel praesidis auctoritate nec aliquid eis coniungere vel superponere*.

Ao fim, devemos ter em mente que a participação da administração imperial no que diz respeito à decisão de fortificar determinada cidade nesse período e à execução da obra era parte de um dinâmica complicada e, infelizmente, mal documentada. Talvez uma solução seja considerar o fenômeno da construção dessas muralhas da Antiguidade Tardia no contexto das novas relações entre o poder imperial e as cidades. Da mesma forma que Eumênio pede a Constâncio Cloro, por vias de um governador provincial que visitava Autun, dinheiro e mão-de-obra qualificada para a reconstrução das escolas de retórica da cidade, comprometendo-se ele também a doar recursos próprios e a supervisioná-las (*Pan. Lat*. 9(4), 4, 2–3), é possível que as comunidades locais tenham reagido às incursões bárbaras peticionando em termos semelhantes ao imperador através de embaixadas e representantes, talvez comprometendo-se ativamente com a construção das muralhas. De fato, as evidências aqui apresentadas apontam tanto para a atuação do Império em tornar as cidades galorromanas centros protegidos que pudessem abrigar oficiais, magistrados e destacamentos militares, quanto para a iniciativa dos próprios habitantes das cidades, que visavam ter meios de se protegerem das depredações decorrentes das incursões bárbaras e revoltas dos bagaudas[102] (Esmonde-Cleary, 2020: 44–7).

Nos séculos que se seguiram, as muralhas já haviam se tornado um componente tão primordial da paisagem urbana das Gálias que, ao descrever em detalhes as monumentais estruturas defensivas de Dijon no século VI, Gregório de Tours (*HF* 3, 19) não deixa de expressar sua indignação: "ignoro o motivo pelo qual ela não é chamada de cidade."[103] Assim, as capitais-*civitates* vieram a se tornar os centros urbanos, fortificados por excelência, de comunidades cujas práticas sociais continuaram permeadas por um regionalismo persistente que se tornou a base sobre a qual se construiu uma nova relação com o Império Romano no século IV em diante.

Talvez seja demasiado arriscado afirmar que as Gálias como um todo tenham passado por um período pacífico e próspero desde a reunificação do Império Romano e as vitórias de Probo contra os francos e alamanos em 276 até os anos 350. Mas um acontecimento do início do século V pode nos ser útil para compreender como as populações urbanas das Gálias passaram a se mobilizar e a utilizar as muralhas recém-construídas para resistir à incursões bárbaras que visavam saquear os centros urbanos.

[102] Originalmente, no século III, os bagaudas foram grupos de camponeses insurgentes que se rebelaram na ausência do poder imperial em razão da opressão que lhes era imposta pelos grandes proprietários de terras nas Gálias e na Hispânia (Sánchez León, 1996).
[103] *Qui cur non civitas dicta sit, ignoro*.

Durante o tempo em que o César Constâncio Cloro teve de reprimir a revolta de Alecto na Britânia, em 296, tudo indica que o setor renano foi mantido em segurança por Maximiano até que ele teve de partir para as províncias ibéricas em preparação para uma campanha contra os *Quinquegentiani* na Mauritânia (Elton, 2018: 31–2). Em algum momento entre os anos de 301 e 305[104], Constâncio viajava no interior da província com uma pequena escolta quando, segundo Eutrópio, foi surpreendido:

> Nas cercanias de Langres, Constâncio experimentou em um único dia a má e a boa sorte. Pois, como tivesse sido forçado a entrar na cidade porque os bárbaros atacaram repentinamente, o fez em tão precipitada urgência que, tendo encontrado os portões fechados, foi içado pela muralha por cordas. Assim que seu exército chegou, em quase cinco horas, ele destruiu quase sessenta mil alamanos. (Eutr. 9, 23,1)[105]

Eutrópio não é o único que menciona essa emboscada. Ela reaparece em autores posteriores e contemporâneos a ele com um fraseado e cifra semelhantes[106], o que sugere talvez uma fonte comum. Sua narrativa é, no entanto, a única que traz alguns detalhes acerca do ocorrido que podem ser interessantes para a nossa análise. A escaramuça passou largamente despercebida por boa parte da historiografia sobre o período, merecendo não mais do que uma breve menção como ocasional reminiscência dos eventos que ocorreram na segunda metade do século III em um Império que já estava recuperado e com suas fronteiras asseguradas. John Drinkwater (2007: 188), no entanto, chama a atenção para o fato de que nesse período os alamanos não deveriam conseguir executar incursões tão profundas no Império e um imperador romano não deveria se encontrar em tamanho perigo em território romano ao ponto de ficar ferido em batalha (*Pan*. *Lat*. 6(7), 6, 2).

O problema na fronteira renana, da perspectiva imperial, foi resolvido em parte pelo assentamento de grupos germânicos aliados de Roma em territórios à margem direita do rio, como veremos no capítulo seguinte, depois das campanhas fronteiriças bem-sucedidas dos tetrarcas. Mas vale lembrar que, apesar de esse processo estar em um estágio já bastante avançado no início século IV, ele ocorreu de maneira desigual ao longo das fronteiras do norte, afetando o alto Reno e o alto Danúbio bem depois de outras áreas (Drinkwater, 2007: 80–3).

---

[104] Tradicionalmente, data-se a Batalha de Langres da segunda metade dos anos 290 (Lippold, 1981: 362–3; Donathan, 2016: 117), mas parece mais prudente considerarmos que uma vitória tão expressiva de Constâncio Cloro lhe teria valido uma das três aclamações de *Germanicus Maximus* que recebeu no período de 301–305 (Kolendo, 1970: 200–1 e Barnes, 1982: 61 para uma data de 302).

[105] *Circa Lingonas die una adversam et secundam fortunam expertus est. Nam cum repente barbaris ingruentibus intra civitatem esset coactus tam praecipiti necessitate, ut clausis portis in murum funibus tolleretur, vix quinque horis mediis adventante exercitu, sexaginta fere milia Alamannorum cecidit.*

[106] O único que corrige o altíssimo e improvável número de 60 mil alamanos mortos para 6 mil é Teoph. *Chron*. AM 5788. Outras fontes são Jer. *Chron*. ann. Abr. 2317b; Zonar. 12, 31, Oros. 7, 25, 7; Jord. *Rom*. 300; Cassiod. *Chron*. an. 302.

Logo, é bem possível que ainda houvesse bandos de salteadores capazes de realizar incursões profundas nas províncias galorromanas na época da emboscada contra Constâncio Cloro, quando a presença de aliados romanos do outro lado do Reno não era assegurada e a linha defensiva entre Mainz e Basileia, que havia se tornado uma fronteira propriamente dita depois da evacuação dos Campos Decúmanos, ainda não estava altamente fortificada como sob Valentiniano.

O incidente das cordas, mencionado por Eutrópio, pode ter sido uma adição posterior ao evento com objetivos anedóticos ou literários (Drinkwater, 2007: 188). De qualquer forma, apesar de a cena do César sendo alçado por cima das muralhas enquanto batia em retirada não ser muito heroica para ser descrita em um panegírico, ela não é completamente inverossímil. O César Juliano, veremos adiante, também encontra os portões de Troyes fechados ao chegar inopinadamente na cidade. No caso de os salteadores alamanos estarem realmente no encalço de Constâncio, é perfeitamente possível que os portões de uma muralha dupla com mais de três metros de espessura (*Carte Archéologique de La Gaule*, 52/2, p. 51–5) não pudessem ser levantados rápido o suficiente, antes que os inimigos o alcançassem.

Chama a atenção o fato de que nem Constâncio havia sido informado que a cidade estava fechada, nem os habitantes sabiam de sua presença nas proximidades. A decisão de enclausurar Langres, portanto, parece ter sido tomada localmente, pelas pessoas que já sabiam da presença dos bandos alamanos nos entornos, mas não do imperador e sua escolta. Do ponto mais perto na fronteira do Reno até Langres, podemos estimar que se levaria até cinco dias a pé, talvez mais, evitando as estradas principais.[107] Isso significa que, tão logo os bárbaros cruzaram o Reno, a informação correu as cidades próximas e os habitantes de Langres, a *civitas Lingonum* (*Not. Gal*. 1, 3), decidiram pelo fechamento da cidade e se prepararam para o cerco. Isso teria sido feito sem a presença mesmo do exército romano, que chega só depois que Constâncio Cloro já está abrigado no interior das muralhas.

A brevidade do relato, devido à própria natureza da documentação, não nos permite saber com certeza sobre a situação no interior da cidade, os sentimentos de seus habitantes, como a decisão foi tomada e de que maneira a informação de uma incursão bárbara chegou até os ouvidos de seus habitantes. Um clima de insegurança e incerteza pode ter surgido de dois fatores. Primeiramente, por conta da revolta de Caráusio, que desde 286 tomou controle da Britânia e do norte da Gália, até que Maximiano retomasse suas possessões no continente até

[107] Chegamos a essa estimativa ao simularmos em https://orbis.stanford.edu/ (acessado em 30 de julho de 2021, às 11:15) o tempo de viagem de Kembs até Besançon (trajeto *Cambete–Vesontio*) e compararmos com a distância do Reno até Langres.

Boulogne-sur-Mer e Constâncio Cloro finalmente o restringisse somente à província insular, em 293 (Christol, 2006: 193–7). Segundo, em razão da derrocada final de Alecto e a partida de Maximiano para o norte da África. Apesar dessas limitações, podemos afirmar que o episódio de Langres e suas muralhas antecipou a forma que a resistência das populações urbanas aos cercos bárbaros tomou a partir da segunda metade do século IV.

2.4 Cidades sitiadas: os provinciais galorromanos diante dos cercos impostos pelos bárbaros durante o século IV

Depois do episódio envolvendo Constâncio Cloro e as muralhas de Langres, a situação na fronteira do Reno se manteve relativamente estável, de modo que as populações urbanas não tiveram de enfrentar situações de cerco novamente até os momentos de incerteza dos anos 350. Esse contexto colocou finalmente à prova o compromisso que havia se desenvolvido nos anos anteriores entre o poder imperial e os provinciais galorromanos segundo o qual, em uma situação de invasão das fronteiras e na ausência das tropas romanas, as autoridades romanas esperavam que as populações urbanas se enclausurassem na cidade e resistissem até a chegada de reforços. Elas, por sua vez, esperavam que o Império garantisse a liberação das cidades o mais rápido possível, como vimos.

Constâncio II, reconhecido pelos autores antigos como alguém que obteve mais sucesso em confrontos internos do que em campanhas externas (Amm. Marc. 14, 10, 16; 11, 8; Eutr. 10, 15), venceu Magnêncio em 351 nas proximidades de Mursa, na Panônia. Nessa batalha, chamada por alguns de "a mais sangrenta do século" (Stein, 1959: 140), morreram 30 mil dos 80 mil soldados de Constâncio II e 24 mil dos 36 mil de Magnêncio (*ibid*.). Com o duplo suicídio de Magnêncio e Decêncio em 353, o Império recuperou sua unidade, mas essas duras perdas se fizeram sentir nas Gálias, cujas cidades tiveram de lidar com frequentes incursões de grupos bárbaros que aproveitaram a posterior fragilidade das províncias. Silvano, que no fim da usurpação de Magnêncio havia desertado para o lado de Constâncio II, sendo promovido rapidamente a mestre das milícias (*magister peditum*) por seus serviços, participa com Constâncio II de duas campanhas sucessivas contra os bárbaros que ainda estavam nas Gálias e juntos conseguem submetê-los provisoriamente em 354.

No entanto, o general franco foi eliminado, vítima de intrigas palacianas e de um imperador que, depois da usurpação de Magnêncio, tornava-se cada vez mais desconfiado. Seguramente podemos afirmar que Tréveris já não era uma base viável desde o fim da usurpação de Magnêncio, dos ataques dos alamanos e da contenda entre Decêncio os habitantes

da cidade (Heinen, 1985: 233; Van Ossel, 1992: 74; 93). Silvano havia escolhido como base de suas operações a cidade de Colônia, lugar onde Ursicino ficou encarregado de eliminá-lo. Há indicativos de que até então o problema bárbaro estava sob controle, graças às ações de Silvano e Constâncio II mencionadas acima. Ursicino não precisou se preocupar com salteadores francos ou alamanos nem para se encontrar com Silvano em Colônia, nem para enviar seus supostos apoiadores, Poemênio inclusive, para serem julgados em Milão (Amm. Marc. 15, 5, 24; 6, 1–4).

Ainda assim, Ursicino se encontrava em uma situação complicada, pois estava isolado em uma região onde podia contar com pouquíssimos seguidores fiéis, mantendo-se na defensiva tanto contra os seguidores do general que ele acabara de trair quanto contra um imperador instável que já o havia acusado de traição uma vez. Sem poder recorrer a Tréveris nem a Colônia, base de operações de Silvano, ele reúne as forças sob seu comando junto às tropas do setor renano e estabelece seu quartel-general em Reims, onde Juliano o encontra no início do ano seguinte. Até então, o general fica paralisado diante de todas essas circunstâncias. Depois da execução de Silvano, talvez em 7 de setembro, Ursicino se tornou de fato o representante imperial na região, mas suas atividades até a chegada de Juliano não são documentadas e Amiano apenas se limita a dizer que, antes da nomeação do César, os bárbaros percorriam as Gálias "sem que ninguém lhes reprimisse (Amm. Marc. 15, 8, 1)".[108]

Nesse contexto, os alamanos parecem ter aproveitado a oportunidade para pôr em prática a ocupação em massa dos setores renanos à margem esquerda do rio. John Drinkwater (2007: 201–2; 217–8) argumentou, com base na oração fúnebre de Libânio a Juliano citada acima, que o acordo entre Constâncio II e os alamanos na época da usurpação de Magnêncio envolvia uma espécie de assentamento permanente em que o Império cederia territórios entre Estrasburgo e Mainz aos bárbaros. Do ponto de vista dos alamanos, portanto, o recuo das tropas romanas, que lhes permitiu o assentamento, pode ter sido percebido como o cumprimento do acordo por terem ajudado Constâncio II a conter a usurpação de Magnêncio. Nesse sentido o *foedus* acordado entre o imperador e os alamanos em 352 teria levado ao descontrolado assentamento de 355 (Stroheker, 1975: 35). O fato de que Amiano menciona, como veremos a seguir, que eles ocupavam os territórios das cidades e não as cidades em si, poderia indicar que não se tratava de uma operação de rapinagem em grande escala, mas sim de um movimento de assentamento, como foi o caso posteriormente dos francos na Toxandria.

[108] *nullo renitente*.

Entretanto, a abordagem inovadora e instigante, mas não menos polêmica, de Drinkwater, não deve ser levada ao extremo. Peter Heather (2020: 78–9) chama a atenção para a necessidade de compararmos a ocupação dos francos e alamanos nesse período com outros tipos de *receptio* de povos bárbaros levados a cabo principalmente por Constâncio II. Veremos no capítulo seguinte que, por uma série de razões práticas, mas principalmente propagandísticas, o poder imperial estava sempre disposto a assentar populações fronteiriças em território romano. Esses assentamentos, no entanto, eram feitos somente em condições impostas pelo Império, o que envolvia um domínio propriamente militar que possibilitava ao poder imperial fazer valer seus termos e vigiar de perto os assentados.

Os alamanos, nota Heather, tiveram de derrotar tropas romanas, mesmo sob o comando de Decêncio, para poderem ocupar o vale do Reno e, tão logo o conseguiram, continuaram a destruir toda a infraestrutura militar romana dos arredores, como muralhas e granarias. Nenhum caso documentado de *receptio* de povos bárbaros no interior do Império envolvia o assentamento de populações não subjugadas que deteriam o domínio de fato sobre uma extensa, rica e estratégica porção do território romano nas Gálias. Ademais, ao estabelecermos que os alamanos não ocupavam esses territórios com a anuência imperial até que Constâncio II foi persuadido por Juliano a confrontá-los, constatamos que, nessa ocasião, o Império perdeu o acesso a importantes fontes de tributos, estradas e vias fluviais, bem como a produção agrícola da região. Por si só, isso já faz com que os francos e alamanos não devam ser considerados apenas uma ameaça simbólica ao Império Romano.

Levando em conta também que Cnodomário, na ocasião da Batalha de Estrasburgo em agosto de 357, havia conseguido reunir em torno de si forças alamânicas de um poderio considerável que já se encontravam em território romano[109], não parece que o assentamento dos alamanos no vale do Reno foi um processo pacífico desde o princípio. Em pouco tempo eles ocuparam a oeste do rio um território contínuo de cerca de 55km que englobava 45 cidades bastante prósperas. Nessa região, separada do restante do Império por uma faixa de terra de aproximadamente 150km abandonada pelos camponeses galorromanos que se sentiam

[109] No início de sua narrativa sobre a Batalha de Estrasburgo, Amiano Marcelino (16, 12) menciona que Cnodomário encabeçava as forças conjuntas de sete reis alamanos, mais as de Vadomário e Gundomado que foram obrigados a se juntarem à coalisão, além de diversos mercenários. Drinkwater (2007: 123–4; 236–7) argumenta que essa coalisão só se formou em resposta aos ataques de Juliano aos assentados alamanos do lado romano do Reno em julho 357. Mas uma coalisão dessa magnitude, segundo Heather (2020: 83–4), que envolveria várias negociações, deslocamento de tropas e suprimentos, não poderia ser feita em apenas algumas semanas, de modo que a aliança deve ter se formado tão logo Juliano expulsou os alamanos do território de Brumath, em 356.

inseguros para permanecer em suas terras (Stein, 1959: 143), a população urbana teve de lidar novamente com os bárbaros nas cidades na ausência do poder imperial.

Ora, se Constâncio II havia percebido que era possível jogar a seu favor com as inclinações das populações das *civitates* em um cenário de invasões durante a usurpação de Magnêncio e o fez com maestria, por outro lado ele demonstrou estar bastante ciente das consequências de deixar as cidades galorromanas desprotegidas ao ponto de a população agir contra ele tão logo se sentissem em um ambiente de insegurança. Afinal, a relação entre a insatisfação dos provinciais galorromanos com a ineficácia imperial no tocante à proteção das cidades contra os ataques bárbaros e o risco de novas usurpações já era bem conhecida desde a experiência do Império das Gálias, como fica claro no relato de Aurélio Victor:

> Por esse motivo, a fim de não se tentasse novas empreitadas imperiais entre os gauleses, precipitados por natureza, sobretudo porque os germânicos ocupavam muitos de seus territórios, [Constâncio II] nomeou Juliano como César para as regiões transalpinas, reconhecido por causa de sua consanguinidade (Aur. Vic. *Caes*. 42, 17).[110]

Assim, apesar dos esforços de Constâncio II contra os alamanos no sul dos setores limítrofes, ele se viu obrigado a designar um césar para auxiliá-lo na empreitada e, no final de 355, anunciou para a posição o último sobrevivente do massacre dinástico, seu primo Juliano. Amiano Marcelino havia acompanhado seu superior Ursicino nas Gálias para a eliminação de Silvano e, graças ao seu interesse em narrar os feitos de Juliano, ele é o chefe militar romano cuja movimentação nas Gálias é mais bem documentada desde Júlio César. É através desse relato minucioso, no qual são descritos os avanços do imperador em direção às cidades sitiadas, que podemos conhecer como as populações locais haviam reagido às invasões bárbaras e em que situação se encontravam quando da chegada de Juliano. A primeira informação importante aparece com o relato dos primeiros dias de Juliano como césar e da chegada de notícias de Colônia. Esses marcos nos permitem estimar quanto tempo decorreu desde a eliminação de Silvano até que o poder imperial começasse a agir e quanto tempo as cidades das Gálias tiveram de lidar com as invasões na ausência de um representante imperial.

> (...) preparadas todas as coisas que a prontidão exigia para sua partida, depois de recebida uma pequena escolta, [Juliano] partiu [de Milão] nas calendas de dezembro e (...) chegou por caminhos rápidos até Turim, onde foi perturbado por uma grave notícia que, trazida recentemente até a corte do augusto, estava mantida em segredo de propósito, para que não impedisse os preparativos. 19. O relatório indicava que

[110] *Qua causa ne quid apud Gallos natura praecipites novaretur, praesertim Germanis pleraque earum partium populantibus Iulianum Caesarem cognatione acceptum sibi Transalpinis praefecit.*

> Colônia, cidade renomada na Germânia Segunda, foi tomada e destruída por grandes forças de bárbaros num cerco incessante. (Amm. Marc. 15, 8, 18–9)[111]

Da anunciação de Juliano para o cesarato em Milão e seu casamento com Helena, irmã de Cosntâncio II, até sua definitiva partida em direção às Gálias, transcorre-se quase um mês. Se as notícias chegaram pouco antes de Juliano partir de Milão, como indica o trecho das *Res Gestae*, isso significa que Colônia teria sido tomada no mínimo no dia 25 de novembro e Juliano teria tomado conhecimento disso apenas no dia 3 de dezembro.[112] Isso significa que, depois da retirada de Ursicino, Colônia, defendida por não mais que uma guarnição simbólica, foi atacada pelos francos e resistiu provavelmente por dois meses até sucumbir.

Os estudos mais recentes sobre a Antiguidade Tardia, estimulados pela publicação do célebre trabalho de Edward Thompson sobre a obra de Amiano em 1947, têm sido cautelosos em aceitar prontamente sua versão sobre alguns fatos e têm apontado certas inconsistências e demais problemas em sua narrativa, como vimos anteriormente. Em certas ocasiões, como em seu relato da usurpação de Silvano que mencionamos, Amiano parece capaz não apenas de suprimir, mas de deliberadamente alterar certas informações para cumprir determinados propósitos. John Drinkwater (1997: 5–8), por exemplo, crê que outra ocasião em que Amiano distorce a realidade é em seu relato da situação das Gálias quando do início das campanhas de Juliano. Não lhe parece verossímil que Colônia, uma cidade altamente fortificada, munida desde a época de Constantino por uma ponte sobre o Reno e um forte permanente em território franco (Grünwald, 1989), tenha sucumbido depois de um período de cerco pelos francos, nessa época o mais fraco dos povos renanos que o Império enfrentava. De maneira geral, admite-se ao menos nesse período uma fraqueza generalizada da capacidade de cerco dos povos bárbaros (Elton, 1996: 82). Para Drinkwater, Amiano teria exagerado a situação caótica da região primeiro para depreciar a imagem de Constâncio II e retratá-lo como um imperador displicente, depois para exaltar os feitos de seu herói Juliano, que reestabeleceu a ordem nas províncias. A tomada de Colônia pelos francos seria o componente principal desse cenário desolador. Tendo em vista que essa era uma das cidades mais importantes das províncias ocidentais, esse evento seria a prova da seriedade da situação. Na verdade, a captura de Colônia não havia sido uma

---

[111] (...) *paratisque universis, quae maturitas proficiscendi poscebat, comitatu parvo suscepto kalendis Decembribus egressus est* (...) *itineribus rectis Taurinos pervenit, ubi nuntio percellitur gravi, qui nuper in comitatum Augusti perlatus de industria silebatur, ne parata diffluerent.* 19. *Indicabat autem Coloniam Agrippinam, ampli nominis urbem in secunda Germania, pertinaci barbarorum obsidione reseratam magnis viribus et deletam.*

[112] Fizemos essas estimativas calculando o caminho mais rápido por revezamento de cavalos de *Ara Agrippinensium* até *Mediolanum* (5,2 dias) e por carruagem rápida de *Mediolanum* até *Augusta Taurinorum* (3 dias) no site https://orbis.stanford.edu/ (acessado em 30 de julho de 2021, às 11:15).

derrota catastrófica, ela apenas resultou do fato de os francos terem se aproveitado de um momento de debilidade do Império.

No entanto, é importante levarmos em consideração que as confederações dos povos do Reno se encontravam no século IV bem mais organizadas que no século III. Se as cidades das Gálias se reorganizaram espacialmente depois dos turbulentos anos 270 para fazerem frente às incursões, devemos admitir também que os bárbaros se adaptaram a essas novas circunstâncias e se tornaram capazes de levar a cabo operações de cerco, apesar de ainda falharem com frequência (Burns, T. S. 2003: 332). Os alamanos, por exemplo, sitiaram Sens durante um mês na presença de Juliano acompanhado de um pequeno contingente (Amm. Marc. 16, 4, 1–2) e não há motivos para pensarmos que os francos, sabendo da ausência de forças romanas consideráveis em Colônia, não poderiam ter tentado algo semelhante. Se, por um lado, devemos obviamente levar em conta os enviesamentos, inclinações e preconceitos de Amiano ao analisarmos os fatos que ele narra (Silva, G. V. da 2007), questionando no limite a veracidade de sua narrativa e de todo o arcabouço que a ampara quando estamos diante de outras evidências,[113] por outro lado não podemos descartar todo o seu relato sobre a situação das Gálias por considerarmos, arbitrariamente, que se trata de um exagero do autor para enaltecer os feitos de Juliano em detrimento de seu rival Constâncio II.

Não há, com efeito, nenhuma evidência de que, no caso de Colônia, os francos tenham "entrado em uma cidade virtualmente aberta, sem dúvidas atônitos com seu próprio sucesso" (Drinkwater, 1997: 7). O fato de que a contraofensiva lançada por Ursicino e Juliano os tenha levado a entrar em Colônia sem encontrar resistência pode indicar tão somente que os francos se retiraram da cidade tão logo souberam da chegada de tropas romanas ou mesmo que eles sequer buscassem ocupar e manter domínio sobre os territórios urbanos propriamente ditos. Esse é, inclusive, um aspecto importante da ocupação bárbara nas Gálias desse período que foi muito bem percebida pelos autores contemporâneos, como Amiano:

> Sabendo também que os bárbaros que ocupavam as cidades de Estrasburgo, Brumath, Saverne, Seltz, Spire, Worms e Mainz moravam em seus territórios – pois evitavam as próprias cidades fortificadas como se fossem tumbas cobertas por redes – Juliano

[113] No caso do episódio envolvendo Silvano, apesar de ele ter se estabelecido em Colônia, que contava com um ateliê monetário, não há qualquer emissão monetária em seu nome que sustente a ideia de que de fato houve uma usurpação, contrariamente ao caso, por exemplo, de Magnêncio. Parece claro aqui que Amiano criou a narrativa e uma usurpação por parte do general, forçado a isso por intrigas palacianas (afinal, Amiano demonstra inclusive uma afinidade pela figura de Silvano) para que a tarefa de eliminá-lo, entregue a Ursicino, não parecesse um "trabalho sujo" feito a mando de Constâncio II (Kulikowski, 2016: 296–8).

> ocupou Brumath antes de todas e, enquanto ele se aproximava, uma tropa de bárbaros acorreu-lhe com a intenção de lutar (Amm. Marc. 16, 2, 12).[114]

Por trás do *topos* literário empregado por Amiano Marcelino para descrever a situação, segundo o qual o bárbaro de hábitos selvagens e seminômades (Shaw, 1982/1983) considera a vida na cidade como encarceramento e abandono da mãe terra e sua abundância nutridora (e.g.: *fr*. 9.2 Müller FHG IV, p. 196), podemos perceber que a hesitação da permanência desses invasores no interior das cidades está relacionada principalmente à presença de muralhas. As estruturas defensivas das quais as cidades galorromanas dispunham certamente representavam um perigo para os saqueadores, como mostra o caso de Autun:

> Ele [Juliano] soube que os muros da antiga cidade de Autun, certamente de perímetro espaçoso, mas deteriorados pela corrosão dos séculos, depois que foram ocupados por um ataque repentino dos bárbaros, porque a força de soldados estacionada lá se encontrava paralisada, foram defendidos pela rápida mobilização atenta dos veteranos, pois é comum que o extremo desespero acabe muitas vezes por repelir os perigos iminentes de morte (Amm. Marc. 16, 2, 21).[115]

As muralhas, portanto, são utilizadas pelos provinciais de duas maneiras. Em um primeiro momento, elas podem servir efetivamente para proteger a população dentro da cidade quando do contato com um grupo de salteadores que cruzaram as fronteiras. Os víveres amealhados permitem que os sitiados protejam a si e a seus pertences no interior das cidades enclausuradas por bastante tempo, até a chegada do representante imperial nas Gálias e seu exército. Em um eventual sucesso dos sitiantes, as muralhas podem servir, como no caso de Autun, como uma barreira de contenção dos inimigos dentro do espaço urbano a partir da qual uma contraofensiva pode ser lançada. Talvez nesse sentido, para os bárbaros, as cidades fortificadas realmente possam adquirir o sentido de túmulos com redes, verdadeiras arapucas que podem ser mortais. Logo, a estratégia de pilhar as riquezas das cidades e continuar as operações de rapinagem em seus entornos parece ter mais sentido do que tentar manter o controle de toda uma rede urbana dentro de território romano. Era mais importante manter a vantagem da mobilidade em campo aberto diante da capacidade de mobilização dos provinciais nas cidades do que arriscar o enfrentamento de uma contraofensiva. Esse aspecto estratégico das incursões bárbaras nas Gálias fica bem claro quando Amiano Marcelino (16, 2, 11)

---

[114] *Audiens itaque Argentoratum, Brotomagum, Tabernas, Salisonem, Nemetas et Vangionas et Mogontiacum civitates barbaros possidentes territoria earum habitare – nam ipsa oppida ut circumdata retiis busta declinant – primam omnium Brotomagum occupavit eique iam adventanti Germanorum manus pugnam intentans occurrit.*

[115] *(...) comperit Augustuduni civitatis antiquae muros spatiosi quidem ambitus, sed carie vetustatis invalidos barbarorum impetu repentino insessos torpente praesentium militum manu veteranos concursatione pervigili defendisse, ut solet abrupta saepe discrimina salutis ultima desperatio propulsare.*

menciona a cautela com a qual Juliano avança na região, "considerando que ele não podia transitar nas estradas nem atravessar os rios sem cair numa emboscada."[116]

Em outras obras do período, como é de se esperar, todo o processo entre a escolha de Juliano como César e o reestabelecimento da ordem nas Gálias é descrito em algumas poucas linhas, com as típicas construções hiperbólicas que mencionamos no capítulo anterior, sem espaço para que se possa inferir algo acerca da reação das populações sitiadas nas cidades. Alguns autores, como Eutrópio, no entanto, mesmo em uma curta narrativa desses eventos, não deixam de notar os cercos e as tomadas das cidades galorromanas como principais aspectos dessas incursões:

> Rapidamente Constâncio II enviou Juliano César para as Gálias (...), tendo em vista que os bárbaros tomavam de assalto muitas cidades, sitiavam tantas outras, que havia devastação por todo lado e que o Império Romano sem dúvidas já dava sinais de estar em calamidade. A partir daí, com uma tropa reduzida, as enormes hordas de alamanos foram dizimadas, seu mais nobre rei foi capturado e as Gálias foram restauradas (Eutr. 10, 14).[117]

Uma vez que as populações urbanas das Gálias se viram mais uma vez na necessidade de responder aos avanços dos bárbaros na ausência de uma autoridade imperial, ao menos até a chegada de Juliano, essas mobilizações foram organizadas novamente ao nível da *civitas*. O caso de Colônia não deve ter sido diferente, ainda mais por se tratar de uma cidade bastante próspera e próxima à fronteira do Reno especialmente desguarnecida nessa situação. A chegada de Juliano a Troyes mostra o quão profunda havia sido a ocupação bárbara das Gálias. A narrativa de Amiano Marcelino deixa transparecer novamente o caráter local dessas mobilizações e a estratégia dos bárbaros de ocupar os territórios e aproveitar as janelas de oportunidade para levar a cabo eventuais operações de cerco contra os provinciais enclausurados:

> [Juliano] tendo atravessado muitos perigos, chegou a Troyes de maneira tão inesperada que, quando estava prestes a bater nos portões, a entrada da cidade não se abriu senão com ansiosa hesitação, por conta do medo da horda bárbara que estava espalhada pela região (Amm. Marc. 16, 2, 7).[118]

---

[116] *nec itinera nec flumina transire posse sine insidiis putans* (...)

[117] *Mox Iulianum Caesarem ad Gallias misit (...), cum multa oppida barbari expugnassent, alia obsiderent, ubique foeda vastitas esset Romanumque imperium non dubia iam calamitate nutaret. A quo modicis copiis apud Argentoratum, Galliae urbem, ingentes Alamannorum copiae extinctae sunt, rex nobilissimus captus, Galliae restitutae.*

[118] (...) *per multa discrimina venit Tricasses adeo insperatus, ut eo portas paene pulsante diffusae multitudinis barbarae metu aditus urbis non sine anxia panderetur ambage*.

Notamos que a presença de tropas bárbaras na região de Troyes, uma cidade bastante afastada da fronteira do Reno, mas ainda assim fortificada desde finais do século III e início do IV por uma muralha com características semelhantes àquelas que discutimos no item anterior (Bourguignon, 2015: 338), faz com que os habitantes decidam enclausurar a cidade. Ao chegar em Troyes, Juliano encontra uma situação semelhante àquela de Langres envolvendo os alamanos e Constâncio Cloro. Não parece, pelo relato de Amiano, que os troienses soubessem da aclamação de Juliano ao cesarato e tenham decidido não abrir os portões da cidade ao César propositadamente, como o fizeram posteriormente os habitantes de Aquileia, junto às legiões de Sírmio quando ele foi aclamado Augusto e declarou guerra contra Constâncio II, sob pena de sofrerem um processo de lesa majestade (Amm. Marc. 21, 11, 2; 12, 19–20). O fato de os sitiados troienses não saberem da presença da autoridade imperial nas imediações e, mais ainda, hesitarem em receber o César certamente por desconhecerem que ele havia sido nomeado corregente de Constâncio II, mostra que, assim como no caso de Langres cerca de 50 anos antes, a decisão de enclausurar a cidade não apenas foi tomada localmente sem que fosse necessária nenhuma ordem imperial, como, dada a ausência de sanções aplicadas à *civitas* posteriormente em virtude desse episódio, era esperado que os provinciais agissem dessa maneira.

Isso também pode ser deduzido a partir dos eventos que acontecem na segunda fase das operações, depois que a paz é concluída com os reis francos em Colônia, que Juliano passa o inverno em Sens e que Severo toma o lugar de Marcelo como mestre da cavalaria. Podendo, enfim, concentrar-se nas áreas ocupadas pelos alamanos, Juliano coordena com Barbatião, enviado da Récia por Constâncio II, uma estratégia que consistia em "pinçar" os inimigos fazendo com que os dois exércitos se unissem em Estrasburgo, de modo que eles não conseguissem retornar pelo Reno, nem avançar em direção a outras regiões. Mas, como relata Amiano, antes que a estratégia pudesse ser colocada em prática algo aconteceu:

> os bárbaros letas, espertos para tirar proveito do roubo ocasional, depois de terem atravessado entre os acampamentos de ambos os exércitos sem serem percebidos, atacaram Lyon desprecavida e a teriam reduzido a cinzas depois de destruí-la com violência repentina, se não tivessem devastado o que quer que pudesse ser encontrado fora da cidade fortificada, uma vez que se depararam com os portões fechados (Amm. Marc. 16, 11, 4)[119]

Ainda que os letas, bárbaros assentados no interior do Império sobre os quais trataremos em mais detalhes no capítulo seguinte, conhecessem as regiões e possuíssem grande

[119] (...) *Laeti barbari ad tempestiva furta sollertes inter utriusque exercitus castra occulte transgressi invasere Lugdunum incautam, eamque populatam vi subita concremassent, ni clausis aditibus repercussi quicquid extra oppidum potuit inveniri vastassent*.

mobilidade, a ponto de escaparem de duas grandes tropas imperiais nas imediações, os habitantes de Lyon demonstraram rápida capacidade de mobilização para fazer frente a esse avanço. Tendo em vista que Severo se manteve em Reims durante a empreitada, que Barbatião havia acabado de chegar da Récia com outra porção do exército e que Juliano só teve conhecimento da escaramuça posteriormente, quando envia três destacamentos de cavalaria para interceptar os salteadores em seu retorno para o Reno (Amm. Marc. 16, 11, 5–6), é seguro afirmar que a decisão dos habitantes de Lyon de fechar a cidade contra os bárbaros foi tomada localmente e de maneira rápida, sem a necessidade de uma ordem emitida por algum agente imperial.

Fica claro ao longo da campanha de Juliano nas Gálias, principalmente por causa do relato de Amiano, que o principal alvo dos bárbaros durante uma incursão eram as cidades e a forma mais comum de resposta dos provinciais era a auto-organização ao nível local das *civitates*, mesmo que isso significasse retomar a cidade a partir de suas muralhas. O motivo que levava os habitantes a se fecharem dentro das *civitates* e se prepararem para os cercos contra os bárbaros na ausência de contingentes militares expressivos e de uma autoridade imperial reconhecida nas Gálias também emerge na narrativa de Amiano à medida em que a campanha de Juliano avança em direção ao norte:

> E como tivesse chegado a Vienne, pessoas de todas as idades e condições acorreram para recebê-lo com honrarias como um imperador considerado próspero e desejado. Tendo visto-o de longe, toda a população com a vizinhança próxima celebrava diante dele com louvores uníssonos, chamando-o de clemente e afortunado e admirando muito avidamente a pompa real num imperador legítimo. Ela depositava em sua chegada a solução das desgraças que afligiam a todos, convencida de que certa força favorável brilhou sobre sua situação desesperadora (Amm. Marc. 15, 8, 21).[120]

O trecho chama a atenção do leitor mais atento e gera algumas suspeitas, afinal de contas, apesar de reconhecermos hoje em dia que as *Res Gestae* possuem inúmeros enviesamentos e inconsistências narrativas, o favoritismo com o qual Amiano Marcelino trata figuras como Ursicino e Juliano, mas também a classe dos curiais e os pagãos, costuma ser coberto de certa sutileza, diferentemente desse trecho que se assemelha ao tom exagerado dos panegíricos. Primeiramente, Vienne, que além de capital-*civitas* era também capital da província da Gália Vienense, é a primeira cidade aonde o recém-aclamado César chega para

[120] *Cumque Viennam venisset, ingredientem optatum quidem et impetrabilem honorifice susceptura omnis aetas concurrebat et dignitas proculque visum plebs universa cum vicinitate finitima imperatorem clementem appellans et faustum praevia consonis laudibus celebrabat avidius pompam regiam in principe legitimo cernens. Communiumque remedium aerumnarum in eius locabat adventu salutarem quendam genium affulsisse conclamatis negotiis arbitrata.*

iniciar sua campanha militar nas Gálias. Depois de um período de extrema instabilidade decorrente da usurpação de Magnêncio e Decêncio e depois das escaramuças praticadas por francos e alamanos nas Gálias que desde 355 causavam grandes danos nos territórios das cidades, é difícil acreditar que a população, após meses de privação, estivesse em condições de receber Juliano com toda a pompa anunciada por Amiano Marcelino. Ademais, parece improvável que os habitantes de Vienne já em 356, fechados na cidade e isolados do contato com o resto do Império, tivessem conhecimento da nomeação da nova autoridade imperial nas Gálias a ponto de reconhecê-la de longe, se nem mesmo os habitantes de Troyes foram capazes de fazê-lo mesmo nas etapas mais avançadas da expedição.

Entretanto, essa pode simplesmente ser a forma favorável à figura de Juliano com que Amiano decidiu retratar uma situação que diz respeito tão somente à celebração do cumprimento correto do "contrato" implícito entre os provinciais galorromanos e o Império, o qual se desenvolveu na virada do século após o episódio das invasões dos jutungos e o surgimento do Império das Gálias. Esperava-se que o poder imperial, diante de uma incursão dessa natureza, viesse o quanto antes em socorro aos provinciais. Eles, por sua vez, diante da notícia de uma invasão, organizavam localmente as preparações para o cerco. Uma vez dentro das muralhas, construídas nesse contexto regional ao nível mesmo da *civitas* com anuência imperial, esperava-se que os habitantes resistissem aos bárbaros até a chegada do representante imperial, que fazia uso de sua estrutura fortificada para tornar a cidade uma base a partir da qual, junto ao exército, outras operações pudessem ser lançadas em direção a outros centros urbanos fortificados.

Essa delicada dinâmica que se desenvolveu entre as cidades e o Império durante o século IV constitui o substrato sobre o qual se desenvolveram as relações entre os provinciais e os bárbaros no contexto da resistência urbana aos avanços desses últimos. A falha de qualquer uma dessas partes em cumprir o seu papel é vista com reprovação, podendo levar a sérias consequências como o surgimento de um novo pretendente ao poder imperial nas Gálias. O relato do episódio em que Juliano é sitiado por uma força bárbara em Sens, onde invernava após firmar a paz com os reis francos, é um dos casos nas *Res Gestae* nos quais Amiano Marcelino não apenas narra o episódio, mas também emite um juízo de valor sobre o que aconteceu de maneira bastante categórica:

> Mas – algo que deve ser reconhecido como ultrajante nessas circunstâncias – o mestre da cavalaria Marcelo, que estava guarnecido em estações das proximidades, desviou o envio de reforços ao César que estava em perigo, ao passo que mesmo que a cidade

> estivesse sendo atacada na ausência do imperador, ele deveria livrá-la dos flagelos do cerco por meio da intervenção de uma grande tropa. (Amm. Marc. 16, 4, 3).[121]

Mesmo que os habitantes das cidades demonstrassem capacidade de resistir às investidas bárbaras contra as cidades de maneira até bastante eficiente, a celeridade no reestabelecimento da situação por parte do poder imperial era essencial para evitar posteriores crises internas decorrentes de sua mobilização em torno de novas figuras que se apresentem como mais capazes de responder às suas demandas. Por trás do apego de Amiano em relação ao ordenamento imperial romano, subjaz uma preocupação com a manutenção da unidade do Império caso os provinciais galorromanos percebessem que, no contexto das invasões desse período, o "contrato implícito" com o Império já não fosse mais tão vantajoso.

Após a paz firmada com os reis francos e a vitória decisiva do César contra a confederação alamana sob comando de Cnodomário na Batalha de Estrasburgo em 357, mesmo que Juliano tenha morrido na campanha persa de 363, o breve reinado de Jovino não vivenciou qualquer aumento de tensões na região do Reno. É somente em 365 que, por causa da mudança unilateral do tratado firmado com os alamanos que lhes diminuiu o subsídio anual de Roma, as hostilidades são reavivadas e Valentiniano se vê na posição de ter de lidar com o problema bárbaro nas Gálias. No entanto, Amiano Marcelino não demonstra nem de perto o mesmo interesse e empenho com o qual narra as campanhas de Juliano. Afinal, as Gálias foram o grande cenário de suas vitórias mais importantes. Elas fizeram com que o César ganhasse a admiração dos exércitos das províncias ocidentais e pavimentaram seu caminho ao augustato. Nada mais natural que as "Guerras Gálicas de Juliano" ocupassem um lugar privilegiado na composição de seu admirador antioqueno.

John Matthews (1989: 204–5) sem dúvida está correto ao afirmar que o livro 26 das *Res Gestae* não deve ser lido como um novo início dentro da obra completa, mas que a narrativa, devido ao seu nível de detalhes sobre a usurpação de Procópio, foi planejada desde o início. Amiano demonstra interesse especial em indivíduos com quem ele se relacionou pessoalmente ou que influenciaram de maneira decisiva sua vida ou de Antioquia (Drinkwater, 1999: 116). Valente é esse personagem nos livros finais e sua morte se encaixa perfeitamente na missão moral da qual o historiador reveste sua obra, que pudemos analisar em outra ocasião (Benedetti, 2016: 106–7). No entanto, para que a última héxade não ficasse desbalanceada em relação ao restante da obra, o historiador se viu obrigado a relatar os eventos nas regiões ocidentais e o fez

[121] *Sed, quod indignitati rerum est assignandum, periclitanti Caesari distulit suppetias ferre Marcellus magister equitum agens in stationibus proximis, cum etiam, si civitas absque principe vexaretur, opposita multitudine malis obsidionalibus expediri deberet.*

de tal forma que somente podemos vislumbrar a natureza das empreitadas de Valentiniano no Reno e na nascente do Danúbio, sendo impossível reconstruir cronologicamente e em detalhes os eventos. Bastou para ele apresentar o imperador superficialmente como um bom general, tal qual a narrativa propagada pelo próprio poder imperial (Drinkwater, 1999: 117).

Apesar disso, um evento desse período interessa à nossa investigação. Um dos reis menores (*reguli*) que povoam a narrativa de Amiano após a queda de Cnodomário resolve aproveitar a ausência de Valentiniano para empreender uma rápida operação de rapinagem nas imediações do Reno em 368:

> Quando Valentiniano partiu em uma campanha, tendo cuidado de tudo, como acreditava, um rei alamano de nome Rando (...) adentrou sorrateiramente com guerreiros de armamento leve em Mainz, que estava desprovida de guarnição, a fim de pilhá-la. 2. Por certa obra do acaso, pois calhou de os cristãos estarem celebrando uma solenidade, ele levou desimpedido consigo homens e mulheres de todas as condições, sem chance de se defenderem, junto aos seus muitos pertences. (Amm. Marc. 26, 10, 1–2)[122]

Utilizando-se de uma tautologia que lhe é bem própria, Amiano usou diversas expressões para reforçar a ideia de que Mainz se encontrava desprotegida em vários níveis. Primeiramente tendo em vista que Valentiniano provavelmente retirou as tropas da cidade para engrossar as fileiras de seu contingente na campanha contra os bárbaros em outro setor do Reno, iniciada em 367. Em segundo lugar, que a população da cidade foi surpreendida, tanto porque se ocupavam com a celebração, provavelmente, da Páscoa, quanto porque Rando e seu grupo conseguiram efetivar uma ação furtiva ao ponto de não serem detectados e desencadearem uma reação na população.

Para Amiano, portanto, os habitantes da cidade só não ofereceram resistência nessa ocasião por conta de uma circunstância excepcional. Caso contrário, o historiador deixa a entender, eles teriam se organizado e se preparado para o cerco, mesmo sem os soldados e sem Valentiniano, como o fizeram outras *civitates* na época de Juliano. Apesar da narrativa desinteressada de Amiano e embora as outras fontes, como o discurso de Símaco, forneçam mais informações sobre as ações de Valentiniano de caráter ofensivo no Reno do que sobre eventuais cercos durante as invasões dos alamanos, podemos assumir com segurança que havia certo protocolo que se repetiu nas relações entre provinciais e bárbaros no contexto das cidades sitiadas nas Gálias durante todo o século IV.

---

[122] *Valentiniano ad expeditionem caute, ut rebatur, profecto, Alamannus regalis Rando nomine*, (...), *Mogontiacum praesidiis vacuam cum expeditis ad latrocinandum latenter inrepsit.* 2. *et quoniam casu Christiani ritus invenit celebrari sollemnitatem, inpraepedite cuiusque modi fortunae virile et muliebre secus cum supellectili non parva indefensum abduxit*.

Ao fim, pudemos notar que, no século IV, a atitude das populações urbanas galorromanas diante dos cercos impostos pelos bárbaros foi de resistência. Contudo, essa resistência não ocorria desinteressadamente, ou por conta de uma aversão natural ao bárbaro invasor. O fenômeno identitário dentro desse universo de relações parece ter cumprido um papel secundário, se é que cumpriu algum. As populações urbanas das Gálias organizavam localmente sua resistência aos bárbaros em um contexto de relações dentro do ordenamento imperial, sob a condição de que o próprio imperador se empenhasse pessoalmente na defesa das cidades e províncias.

Capítulo III

Bárbaros de dentro? As populações bárbaras assentadas nas Gálias e os provinciais (c. 350–406)

Aquilo que a historiografia tradicional chamou de "germanização" das Gálias refere-se ao processo de difusão de povos ditos germânicos, juntamente com seus costumes e instituições, nessas províncias romanas. A penetração de elementos considerados bárbaros no interior do Império chamou a atenção dos historiadores europeus ao menos desde o século XVIII, mas por muito tempo esse processo foi encarado de maneira pejorativa. Edward Gibbon (1932: 244; 323), baseando-se certamente nos panegíricos, argumentou que os assentados fingiram se adequar, mas jamais abandonaram o sentimento antirromano típico de sua natureza bárbara. No contexto intelectual de mudança entre o antigo romantismo e o novo positivismo (Mazzarino, 1991: 142), Jacob Burckhardt, para quem as sociedades envelheciam como qualquer organismo vivo, argumentou que o elemento cultural germânico, cada vez mais presente nas províncias ocidentais do Império, se tornou o agente corruptor de uma tradição e de um modo de vida tipicamente romanos (Burckhardt, 1949: 219–23). Posteriormente, influenciado enormemente pelas publicações das teorias darwinistas, Otto Seeck se destaca como expoente do darwinismo social de uma geração de pensadores convicta de que os conceitos de hereditariedade e seleção natural pudessem ser transplantados com sucesso para as ciências humanas. Em sua obra, Seeck argumenta que o fim do Império Romano foi causado pela "eliminação dos melhores" da sociedade, que seria consequência, dentre outras coisas, de uma barbarização decorrente da fixação dos letas[123] em território romano a partir de Marco Aurélio (Mazzarino, 1991: 185).

Nas obras dos eruditos do século XVIII e XIX, portanto, os provinciais romanos e assentados bárbaros aparecem como incompatíveis moralmente, culturalmente e socialmente.[124] Assim sendo, o declínio do mundo antigo, seja sua degeneração moral, sua

[123] Seeck se refere aos letas tão somente como assentados bárbaros de modo geral, sem levar em conta que até o século III o termo podia se referir aos soldados romanos resgatados da catividade em solo bárbaro e restituídos aos seus antigos direitos pelo princípio do *postliminium*.

[124] O único estudioso desse período que parece não ter considerado negativamente a presença bárbara em território romano foi Eugène Léotard. No entanto, o forte contraste entre o elemento germânico selvagem e a civilização romana ainda estava no cerne de sua análise. Para ele, foi através da incorporação e educação política de grupos bárbaros assentados no Império no século IV que a cultura, as instituições, leis e a organização pública romanas foram perpetuadas nos reinos sucessores, tal qual o espírito da civilização grega "conquistou" a Roma conquistadora anteriormente. A chama da civilização, que jamais deve se apagar, se transmite assim de um povo a outro ao longo das eras, conclui ele (Léotard, 1837: 225–226). Nessa perspectiva, a assimilação dos assentados bárbaros antes do definitivo estabelecimento dos reinos sucessores cumpre o papel de preservar o legado romano para a posteridade.

decadência cultural, a queda do Império como organismo político ou a desagregação social que são marcas do advento da "Idade das Trevas" resulta, dentre outras coisas, da incompatibilidade desses grupos que são forçados a coabitarem a partir do século IV.

A historiografia posterior, menos romântica e fatalista, levou a estudos mais nuançados e detalhados da presença bárbara no Império Romano. Desse modo, o processo de instalação de grupos bárbaros em território romano passou a interessar particularmente aos pesquisadores em cujos estudos dinâmicas sociais importantes como o colonato ocupavam uma posição de destaque. Isso levou a uma catalogação minuciosa dessas operações (de Ste. Croix, 1981: 247–9; 509–18) e identificação dos variados tipos de presença bárbara no Império (Modéran, 2004).

A atenção voltada às dinâmicas próprias aos assentamentos e ao estatuto dos assentados diante da sociedade romana engendrou debates acerca de sua assimilação que superaram o mero apontamento dos efeitos da presença bárbara para a grande história do Império e sua posteridade. O esforço do poder imperial em manter o caráter jurídico inferior desses grupos podia indicar que eles se mantiveram à margem da sociedade enquanto o domínio romano perdurou (Liebeschuetz, 1990: 13–14). Mas as tratativas de Teodósio com os godos em 382 sugerem que pode ter havido uma tentativa de manter em funcionamento um longevo mecanismo de integração dos assentados que incluía eventualmente a concessão da cidadania romana (Modéran, 2004: 389). Nessa chave, a integração efetiva dessas comunidades na sociedade romana é avaliada segundo o esforço ou vontade do poder imperial para que isso ocorresse.

Neste capítulo, tentaremos abordar o tema para além da perspectiva imperial. Exploraremos, em um primeiro momento, as condições que possibilitaram o surgimento dessa política sistemática no século IV, a questão dos *agri deserti* e como o poder imperial mobilizou-a para seus fins "propagandísticos". Depois, buscaremos compreender qual o papel dos assentamentos no construto retórico imperial sobre a ameaça bárbara e como o discurso normativo sobre eles se constituiu. A partir daí, no âmbito prático, veremos sob quais condições essas populações bárbaras eram assentadas no Império para, por fim, avaliarmos em que medida as relações entre os provinciais romanos e os assentados se conformava ou fugia à normatização pretendida pelo Império.

3.1 O plano de fundo do tema dos assentamentos bárbaros: a questão dos *agri deserti*

O cenário que Mikhail Rostovtzeff nos apresenta, nos últimos capítulos de sua célebre *História de Roma*, é deveras desolador. Um mundo romano que havia entrado em franco declínio após as tribulações do século III e cujas províncias ocidentais estavam completamente esvaziadas, seja nos campos, que haviam sido abandonados e não mais eram cultivados, seja nas cidades, reduzidas drasticamente em seu perímetro, como vimos no capítulo anterior. Segundo ele, os provinciais mudavam constantemente de domicílio e ocupação para escaparem aos altos tributos e, para corrigir isso, os habitantes foram forçados a permanecerem em suas terras por força de lei. A participação em conselhos e magistraturas, por sua vez, se tornou compulsória para aqueles pertencentes ao que o historiador chama de "classe média", sendo assim forçados a cumprirem com suas onerosas obrigações. Nas oficinas indispensáveis ao "Estado", como as de instrumentos de guerra, vestuário e padarias, era exigido que os proprietários fornecessem seus artigos a preços não compensatórios e, se eles falhassem em fazê-lo, os proprietários e trabalhadores eram obrigados a permanecerem em suas fábricas. Nos campos, o historiador enxergava uma situação idêntica. Os camponeses atrasavam o pagamento dos tributos, os proprietários e arrendatários das propriedades se arruinavam e todos abandonavam as terras, que acabavam por se tornarem improdutivas. O "Estado" então transformou os camponeses em servos, impedindo-os de deixar as propriedades (Rostovtzeff, 1986: 264–72).

Embora a *História de Roma* tenha sido muito bem recebida e amplamente lida e traduzida para diversos idiomas[125] e ainda que ela tenha estabelecido novas perspectivas de análise histórica, muitas críticas foram feitas à obra. Rostovzeff, de fato, se vale de muitas categorias de análise que não cabem ao mundo antigo. Proletariado, empreiteiros, indústria, classe média, sindicato e capital são exemplos de palavras recorrentes em sua obra, embora ele não fosse considerado um marxista. Além desses problemas conceituais, que o autor não se preocupa em esclarecer, há também uma série de anacronismos notáveis em diversas passagens. As reformas administrativas de Diocleciano, por exemplo, não buscavam de maneira alguma estabelecer "igualdade" entre seus súditos. Na verdade, a ideia de que o Estado deva corrigir uma desigualdade social ou mesmo de que todos nascem iguais jamais teve lugar no arcabouço ideológico da política na antiguidade.

[125] A versão brasileira, da editora Zahar, é na verdade a tradução da versão de 1960 publicada pela Oxford University Press, que por sua vez é uma reedição da reimpressão de 1928 do segundo volume de *A History of the Ancient World*, intitulado *Rome*.

Aos leitores atentos, é inescapável que o tratamento duro reservado por Rostovtzeff a Diocleciano e seus sucessores, que "nacionalizaram setores da indústria e lucraram com o trabalho forçado dos servos ali empregados", dando início a uma era em que "o Estado realmente estabeleceu a igualdade entre a maioria de seus súditos, no sentido de que todos eram igualmente mendigos e escravos (*ibid.*: 271.)", se assemelha em muito às críticas que o historiador faz ao bolchevismo em um artigo publicado ainda nos seus primeiros anos morando nos Estados Unidos (*id*. 1921). A experiência de fugir da União Soviética em 1918 marcou sua trajetória de tal maneira que essa parte de seu livro constitui um manifesto aviso aos seus contemporâneos de que a História se repete. Aos olhos do historiador, desgostoso com os rumos que sua terra natal havia tomado, a URSS se enveredava pelo caminho que já havia levado ao declínio várias outras civilizações ao longo da História, o da perda de liberdades individuais em favor do agigantamento do aparato estatal.

O maior sintoma desse processo, no caso de Roma, é o vazio demográfico que se produz nas províncias, evidenciado pelos repetidos esforços do "Estado" em manter à força os cidadãos e camponeses em seus respectivos lugares. Rostovtzeff via no crescimento do aparato estatal e militar romano e no aumento de impostos para mantê-los a razão do abandono das cidades e províncias. Embora ele considerasse que o sistema tributário romano não tenha sido alterado em sua essência, as excepcionalidades do século III, justificadas apenas pela situação de guerra constante que vivia o Império Romano, haviam tomado forma de lei e se tornaram definitivas.

De fato, ele não foi o primeiro a mencionar o fenômeno da despopulação em uma obra histórica sobre o Império Romano. Na série de eventos sombrios da segunda metade do século III narrados por Edward Gibbon, ela aparece como consequência das invasões bárbaras, ao lado da destruição das cidades. Depois, como um mal da guerra a ser remediado por Diocleciano nas Gálias, por meio da instalação de cativos bárbaros na condição de escravos. Esses bárbaros, segundo Gibbon (1932: 244; 323), continuaram inimigos do Império, enganando os provinciais que parabenizavam os imperadores por terem transformado guerreiros em camponeses. Jacob Burckhardt (1949: 342) considerava que a barbarização do exército romano era uma consequência do assentamento de povos germânicos no interior do Império para remediar a despopulação. Já Theodor Mommsen, embora não tenha escrito uma História de Roma no período tardio, considerava a devastação e a vastidão desabitada como fatores que favoreceram o surgimento dos bagaudas nas Gálias, o que seria impossível em uma região realmente civilizada, como mostram notas tomadas em suas aulas. Ao lecionar sobre o período de Constâncio Cloro, Mommsen (1999: 354; 359) faz referência ao seu panegirista para afirmar

que o assentamento de bárbaros nas Gálias ajudou a aliviar a despopulação, o que contribuiu para o retorno à ordem na região no final do século III e início do IV. Portanto, na tradição historiográfica até fins do século XIX, a despopulação tanto no campo quanto na cidade já aparecia como mais um elemento dentre os vários que compunham o plano de fundo da cena trágica e lamentável, quase apocalíptica, dos últimos séculos do Império Romano do Ocidente.

Mas apesar de todas as críticas válidas que possam ser feitas ao método historiográfico de Mikhail Rostovtzeff, um de seus grandes méritos certamente foi o de trazer essas "peças cenográficas" para o centro do palco. O historiador encarou o problema da despopulação e esvaziamento de províncias do império não como um mero acidente histórico, subproduto de processos maiores e mais importantes, sendo digno de nada mais que uma curta menção no encadeamento dos grandes eventos políticos e militares que marcam a longa história do Império Romano, mas como fator que influenciou profundamente o curso dos acontecimentos posteriores e que mereceu em sua obra uma análise coerente de suas causas e um lugar de destaque. Isso se deve, sem dúvida, ao pioneirismo de sua abordagem histórica, que consistiu em deslocar o foco dos grandes eventos militares e políticos para as dinâmicas sociais e processos econômicos, utilizando-se habilmente tanto da documentação escrita quanto do registro arqueológico (Funari, 2021). Assim, para o historiador russo, foi no afã de tornar essas terras desertas e abandonadas produtivas novamente que os bárbaros teriam sido encorajados a se estabelecerem em solo romano, enraizando-se nesses territórios e construindo as bases do que mais tarde seria o feudalismo (Rostovtzeff, 1986: 286–90).

Posteriormente, muitos estudiosos continuaram considerando a baixa na produtividade, o abandono dos campos e o declínio das cidades mais como efeitos da "grande crise do século III", herdadas pelo Império Romano no século IV, do que como consequências das políticas fiscais desastrosas dos tetrarcas (Engel e Palanque, 1978: 171; 174). No entanto, acabou consolidando-se na *communis opinio*, expressa nos manuais de História de Roma subsequentes, que a crescente presença dos bárbaros no interior do Império Romano visava preencher os vazios criados pela insuficiência de mão-de-obra rural e mesmo remediar a deficiência dos contingentes regulares do exército, cujo recrutamento no período tardio era feito em boa parte em meio a essa mesma população campesina (Le Bohec, 2006: 56–7). Isso teria acarretado a barbarização do Império e do exército, abrindo assim caminho para o mundo medieval (Engel e Palanque, 1978: 183).

Mesmo tendo expressado certa reticência com relação a grandes teorias de declínio e decadência, como vimos na introdução desse trabalho, Arnold H. M. Jones (1964: 1039–45)

ainda considerava que a devastação e subsequente abandono dos campos constituíam um problema crescente e indiscutivelmente real, com o qual a administração imperial teve de lidar do século III ao VI. O historiador chega a essa conclusão a partir de uma série de leis datadas do século IV e V que lidam com os *agri deserti*, especialmente um decreto imperial de 422 nas províncias da Bizacena e África (*Cod. Theod.* 11, 28, 13) que menciona esse problema nos domínios imperiais. Essa legislação, por sua vez, confirmaria a impressão geral de esvaziamento dos territórios rurais na Antiguidade Tardia transmitido pela documentação escrita de natureza literária.

Ora, não é difícil perceber, ao compararmos os relatos de finais do século III e início do IV com suas contrapartes dos séculos anteriores, o motivo pelo qual a impressão de esvaziamento demográfico marcou tão fortemente a historiografia sobre esse período. A constatação de Eumênio de que "tantas cidades por muito tempo ficaram cobertas de mato e habitadas por feras (*Pan. Lat*. 9(4), 18, 1)"[126] não poderia estar mais distante do que celebra o filósofo cristão Tertuliano, quase cem anos antes:

> Em verdade, este mundo é evidentemente mais cultivado e mais instruído do que o de outrora. Já tudo é acessível, tudo é conhecido, tudo tem ocupação. Os campos agradabilíssimos suplantaram as vastidões anteriormente famosas, as lavouras domaram as selvas, o gado afugentou as feras, os terrenos áridos são semeados, muros são firmados, as lagoas são purificadas, há tantas cidades quanto não havia outrora casebres. As ilhas já não amedrontam, nem os rochedos aterrorizam; por toda casa, por todo o povo, por toda a república, por toda a vida (Tert. *De anim*. 30, 3).[127]

É bem verdade que, como mencionamos anteriormente, Eumênio buscava elogiar Constâncio Cloro para que ele aprovasse a reconstrução da escola de retórica de Autun. Para ele, foi o imperador quem remediou esses males, construindo muros e repopulando as cidades. Mas no período tardio, o tema do abandono dos campos e do esvaziamento das cidades era recorrente tanto nos autores cristãos quanto nos pagãos e compunha ambas as visões de mundo. Para os primeiros, a diminuição do trabalho na terra, a queda nas colheitas indicando o cansaço da terra, bem como qualquer aspecto negativo que pudesse ser percebido por eles na sociedade e no mundo, anunciavam o fim dos tempos e o Segundo Advento (Oros. 7, 21, 5). Para os últimos, esses eram os sintomas de uma era de declínio irreversível em comparação a um passado mais feliz e próspero (Cypr. Carth. *Ad Demet*. 3). Os campos desertos e cidades

[126] (...) *tot urbes diu silvis obsitas atque habitatas feris*

[127] *Certe quidem ipse orbis in promptu est cultior de die et instructior pristino. Omnia iam peruia, omnia nota, omnia negotiosa, solitudines famosas retro fundi amoenissimi oblitterauenint, siluas arua domuerunt, feras pecora fugauerunt, harenae seruntur, saxa panguntur, paludes eliquantur, tantae urbes quantae non casae quondam. Iam nec insulae horrent nec scopuli terrent; ubique domus, ubique populus, ubique respublica, ubique uita.*

abandonadas dão o tom nostálgico de uma época na qual o cristianismo não era dominante, de modo que qualquer característica que lhes permitisse pintar a "era dos cristãos" em cores desfavoráveis era bem recebida (Witthaker, 1976: 137–8; Cleary, 2000: 24). Para além disso, como no caso de Eumênio, mas também de Lactâncio (*De Mort. Pers*. 7, 3–4) com relação a Diocleciano, o exagero dos infortúnios agrários servia como ferramenta para a exaltação ou depreciação de determinados imperadores.

Sobre esse assunto, Charles Whittaker (1976: 139–40) expressou a mesma preocupação que o afligia com relação ao tema da violência bárbara nas fronteiras. A saber, que as vozes contemporâneas desse período, cheias de pessimismo e enviesamento, contaminassem as análises de outros tipos de documentação, conferindo a situações pontuais de infortúnio e instabilidade o peso de condições gerais vivenciadas no Império Romano Tardio. O primeiro problema reside no fato de que a legislação imperial que lida com os *agri deserti*, presente nos códigos compilados nos períodos de Teodósio e Justiniano, data principalmente do século IV e foi tomada como evidência de que o Império teve de lidar com uma série de problemas envolvendo campos abandonados que se acumularam desde as turbulências do século III. A própria maneira com a qual essa documentação se constituiu e chegou até nós, no entanto, é problemática. Por se tratar de compilações desordenadas de disposições, ajuntadas tão somente segundo a matéria sobre a qual legislam, fica difícil saber o contexto, a efetividade e a abrangência dessas disposições imperiais. Não há como saber se essas leis foram criadas com a intenção de remediar um problema crônico e generalizado ou uma emergência temporária.

O segundo problema é que, ao buscar na documentação literária a chave interpretativa desse conjunto específico de legislações, corremos o risco de superestimar as "breves flutuações da fortuna" e tomar o abandono dos campos como uma situação generalizada própria da Antiguidade Tardia. O próprio Arnold H. M. Jones, no trecho referenciado acima, recomenda cautela e afirma que a dimensão da queda na produção agrícola não deve ser exagerada. Se a principal causa do abandono das terras foi de fato o aumento dos impostos para sustentar um exército cada vez maior, isso deve ter afetado campos cuja produtividade era menor, de forma que aqueles de média ou alta qualidade continuaram a suportar os fardos dos impostos e a produzir o suficiente para gerar excedente aos seus proprietários.

Quando investigamos nas próprias fontes escritas quais foram as ações da administração imperial que envolvem diretamente a questão da produtividade agrícola, uma situação totalmente diferente salta aos olhos. Probo teria drenado os pântanos de Sírmio (SHA, *Prob*. 21, 2) e Galério teria drenado o lago Balaton e derrubado as florestas dos entornos (Aur. Vict.

Caes. 40, 9) a fim de abrir espaço e criar condições para o surgimento mais campos agricultáveis. Revertendo o édito de Domiciano de 92 (Suet. *Dom*. 7), o próprio encorajamento de Probo à viticultura fora dos campos da Itália, mencionado em diversas fontes (Aur. Vict. *Caes*. 37, 3–4; *Epit*. *de Caes*. 37, 4; SHA, *Prob*. 18, 8; Jer. *Chron. an*. *Abr*. 2296a; Eutr. 9, 17, 2), parece indicar que, de fato, não havia desabastecimento de víveres essenciais. Ora, a menos que se consiga provar que realmente houve uma crise nas forças produtivas por causa da adoção de métodos menos eficientes de cultivo ou do trabalho insuficiente na terra pelos mais diversos motivos, há claramente informações conflituosas que de pronto emergem tão somente da análise documentação escrita desse período.

Para Whittaker (1976: 156–8), essa aparente contradição na documentação escrita só poderia ser esclarecida por meio de uma análise detalhada caso a caso das províncias, com ampla utilização de dados arqueológicos. No caso das Gálias, o historiador menciona os trabalhos inovadores de Roger Agache utilizando o levantamento aéreo de baixa altitude em busca de sítios rurais na região de Picardy. O arqueólogo ainda aceita o antigo postulado do abandono generalizado do meio rural em decorrência das destruições de meados do século III, muito em função de sua datação de certos sítios depender da documentação escrita, mas aponta para um elemento novo dessa dinâmica populacional, que é a reorganização dos assentamentos rurais e sua concentração em torno de certos lugares centrais, como grandes *villae*, vilarejos ou santuários. Esses novos centros, cujos locais de enterramento evidenciam uma pungente população rural, viriam a se tornar os vilarejos medievais nos séculos subsequentes.

Whittaker cita ainda a síntese desenvolvida por Edith M. Wightman dos trabalhos desenvolvidos por seus colegas na Gália Bélgica e a incorporação desses ao quadro mais amplo do que se sabia sobre as outras províncias. Seus estudos sobre os cemitérios do período romano tardio permitiram-na avançar a hipótese do retorno a um tipo de assentamento nucleado na maior parte das Gálias durante o século IV. Seguindo ideias semelhantes às de Agache, o declínio do assentamento disperso seria evidência, para ela, da emergência de maiores, porém menos numerosas, propriedades fundiárias. Os arrendatários e camponeses teriam se aglomerado em comunidades aldeãs, do tipo *vici circa villam* descrito por Agênio Urbico em finais do século IV (*Corpus Agrimensorum Romanorum*, p. 45 (Thulin)), cujo padrão, no caso da Gália, revelaria um movimento de retorno a práticas pré-romanas de trabalho na terra.

Por um lado, algumas conclusões desses estudos serviram para corroborar a ideia de que, apesar de não se poder falar em uma "crise agrária" propriamente dita característica apenas do século IV, houve uma regressão da economia do "Baixo-Império" ao nível de uma

"economia natural". Em meio às características dessa nova configuração econômica encontramos os *agri deserti*, junto ao aumento da exploração da mão-de-obra, do autoconsumo e a concentração de terras tanto imperiais quanto particulares nas mãos de alguns poucos proprietários privados. Essa grande propriedade, que se tornou característica do período e cuja origem se localiza em finais do século III como consequência das instabilidades da época, seria a base sobre a qual se desenvolveriam as estruturas produtivas dos períodos subsequentes. Era sobre a capacidade produtiva dessa grande propriedade, portanto, que pesavam cada vez mais a partir do período tetrárquico os impostos sobre a terra. Tendo esse processo em mente, entende-se que os campos de baixa produtividade foram abandonados por esses grandes proprietários em favor de outras terras mais produtivas e, portanto, mais rentáveis, por motivos puramente fiscais, o que não necessariamente corrobora com a ideia de uma crise estrutural da economia agrária a partir do período tardio (Bravo, 1979: 162–4).

Por outro lado, embora esses estudos se apoiassem na ideia de que as invasões do século III causaram consideráveis perturbações nas ocupações rurais das Gálias que perdurariam no século IV, eles apontaram para novas perspectivas de interpretação das evidências que viriam a substituir a velha ideia de mero esvaziamento das províncias por outra mais nuançada, a de reorganização dessas populações em padrões distintos de assentamento. Anos mais tarde, com o surgimento de novos trabalhos que mostravam cada vez mais sítios rurais em ocupação contínua durante o século IV, confirma-se a suspeita de Whittaker de que uma *villa* danificada no século III não significava automaticamente o abandono de todo o campo no período subsequente. Isso fez com que Wightman (1985: 257–8) corrigisse as conclusões às quais tinha chegado nos seus estudos nos anos 1970 e admitisse ter superestimado as consequências das invasões do século III nas regiões rurais das Gálias.

Paul van Ossel e Pierre Ouzoulias (2000: 134–5), ao revisar esses estudos, concluem que a evidência arqueológica disponível para os assentamentos rurais tardios das Gálias até os anos 80 era demasiado frágil para possibilitar qualquer conclusão geral sobre os processos de abandono e reorganização. Isso seria devido a uma série de fatores, como a dependência da pesquisa de sondagem de campo em detrimento dos relatórios de escavação propriamente ditos, que eram bastante escassos à época. Nas décadas seguintes houve uma melhoria considerável tanto dos métodos de reconhecimento aéreos utilizados por Agache quanto daqueles referentes à escavação dos ambientes rurais, até então demasiadamente concentrados nas áreas habitadas das *villae*. Junta-se a isso os avanços feitos na datação ceramológica para esses sítios e o interesse crescente tanto na arqueologia rural quanto nos níveis mais tardios dos sítios

arqueológicos desde os anos 1980, culminando em diversos estudos regionais que incorporaram esses novos métodos e se valeram do aumento de operações de escavação de resgate devido a construção de estacionamentos e rodovias.

A partir desses novos avanços na área, Paul van Ossel (1992) foi capaz de desenvolver uma compilação e síntese que nos permitiu questionar a ideia de uma evolução uniforme do ambiente rural ao longo da Antiguidade Tardia e reavaliar concepções de abandono e despopulação há muito enraizadas. Mesmo focando-se no território do norte das Gálias, o estudioso percebeu uma série de situações diferentes em cada região que torna qualquer generalização impossível. A depender da natureza da ocupação do solo, seis diferentes evoluções dos assentamentos rurais tardios puderam ser identificadas: estabelecimento com atividade de construção em alvenaria, estabelecimentos sem nenhuma modificação no período tardio, declínio ou empobrecimento, reocupação e restauração imediata, novas habitações em madeira e ocupação esporádica. De maneira quase contraintuitiva, percebe-se a partir de seu estudo que é na região que mais teria sofrido com as invasões do século III, o território de Tréveris, onde encontramos os maiores sinais de continuidade de ocupação dos estabelecimentos rurais posteriormente. Diante disso, van Ossel conclui que, quaisquer que tenham sido as consequências das invasões do século III e das reformas fiscais da tetrarquia, elas não levaram ao abandono sistemático e generalizado dos assentamentos rurais no século subsequente como se postulou durante muito tempo.

Essa constatação, no entanto, não responde a determinadas questões que são fundamentais para a nossa análise. Ela fornece tão somente o enquadramento dentro do qual a nossa investigação deve se guiar. Primeiramente, faz-se necessário examinar os motivos pelos quais, na ausência de uma queda brutal na produtividade ou na taxa de ocupação do solo, a administração imperial estaria tão preocupada com a questão dos *agri deserti* no século IV. A partir daí, levanta-se a questão sobre a origem das percepções de vazio demográfico nos campos transmitidas pela documentação literária contemporânea a essas legislações e, por fim, quais seriam os motivos para o assentamento de populações germânicas nas Gálias por parte do Império durante este período. Somente ao investigar esses pontos, de modo a fornecermos uma compreensão sobre o estatuto real dos assentados germânicos e a forma como o assentamento ocorreu em território galorromano, poderemos acessar de forma clara as relações entre eles e as populações provinciais.

É importante termos em mente, também, que da mesma forma que as fontes literárias tardias nos passam uma impressão de esvaziamento geral no Império, a leitura das obras de

agrimensores do período tardo-republicano e alto-imperial, juntamente com a grande quantidade de pedras de demarcação (*termini*) encontradas e datadas desses períodos, nos fazem crer que todas as províncias eram totalmente ocupadas de uma maneira ordenadamente romana, seguindo a razão perfeita (*ratio pulcherrima*) da *centuriatio* (Takács, 2018: 41–2). No entanto, campos vazios também são mencionados como um problema desde o período republicano e as expressões que se referem a eles (*agri vacui*, *solitudo*, *rus vacuum* etc.) variam de acordo com o autor que a utiliza e refletem alguma interpretação subjetiva que visa acentuar um ou outro aspecto deste fenômeno (*ibid.*: 49–50). Columela (1, *praef.* 1–3; 11–2) usa a infecundidade e improdutividade dos campos, resultante das más práticas de agricultores que não tinham expertise ou diligência, para justificar a composição de sua obra. Na boca de Cícero (*Leg. agr.* 2, 70), o campo "não-cultivado por causa da infertilidade ou deserto e devastado por causa das pragas"[128] se torna uma arma contra os proponentes da lei da reforma agrária que estariam por trás do tribuno da plebe Públio Servílio Rulo e buscariam através dela se livrar de suas terras ruins vendendo-as à comissão por um preço mais alto a fim de que fossem redistribuídas ao povo. Em Tito Lívio (28, 11), o problema surge como um dos efeitos da instabilidade decorrente do fim da Segunda Guerra Púnica, quando as colônias de Placentia e Cremona enviaram emissários ao Senado pedindo ajuda contra as incursões dos gauleses, que "deixaram o campo deserto e devastado"[129].

Logo, a preocupação da administração imperial nos séculos IV e V, além de não evidenciar uma situação generalizada de abandono do campo no Império, como vimos, parece não refletir também um problema novo, ainda que evocado de maneira intermitente e com relação somente a territórios específicos. Os *agri deserti* da legislação imperial da Antiguidade Tardia têm um sentido jurídico específico e se referem a campos não-cultivados e não necessariamente abandonados. O termo emerge de uma preocupação com os impostos sobre as terras produtivas e não com a produtividade dos campos em si, ou seja, a motivação desse conjunto de legislações foi mais fiscal do que propriamente econômica. Como o imposto sobre a terra era uma grande fonte de receita para o erário, em tempos de crescimento de gastos com o aparato burocrático civil e militar, a administração imperial buscava maximizar a quantidade de terras cultivadas taxáveis. Isso significava assegurar o cultivo mesmo de campos marginais, cuja produtividade era relativamente baixa ou intermitente, o que era feito mediante dispositivos legais que visavam forçar os proprietários a não abandonarem o cultivo de suas

[128] (...) *propter sterilitatem incultum, propter pestilentiam vastum atque desertum*
[129] *agrum vastum ac desertum habere*

terras. Os privilégios legais e isenções fiscais dados àqueles que se dispusessem a cultivar os *agri deserti* não visavam, portanto, aumentar a produtividade agrícola de modo a remediar um problema econômico, mas sim forçar aqueles que já eram proprietários dessas terras improdutivas a retomarem seu cultivo e pagarem seus impostos, sob pena de perderem suas terras (Tarozzi, 2013).

Mas a periodicidade do cultivo da terra e a variação da produtividade não significa que os *agri deserti* da legislação tardia se referiam exclusivamente aos campos considerados marginais. Cam Grey (2007) argumenta que os métodos de produção agrícola que envolviam o plantio de pastagem e a criação alternada de rebanhos em sistemas de cultivo que alternavam zonas cultivadas e solo em descanso eram conhecidos na Antiguidade e se tornaram mais comuns ainda no período tardio. Para isso, ele menciona o *Opus Agriculturae* de Paládio, um texto datado do século V que por muito tempo foi considerado mera imitação ou resumo das obras de Varrão e Columela e revela a partir dele uma gama de práticas de rotação de culturas e alqueive, em que se recomenda que terras em pousio ou pós-colheita sejam utilizadas temporariamente como pasto para evitar a degradação do solo.

Para o estudioso, esses sistemas de cultivo mais flexíveis, de grande variedade regional, entraram em conflito com o sistema tributário introduzido em finais do século III que tinha por objetivo padronizar a coleta de impostos em todas as regiões do Império. Nesse contexto, a expressão *agri deserti* na legislação imperial tardia revela uma interação problemática entre práticas diversificadas nos campos e um sistema fiscal idealizado que se pretendia universal. Esses textos de natureza legal eram compostos por membros da corte imperial comprometidos com as necessidades da administração imperial e seus agentes, de modo que o mundo ideal colocado no papel pelos legisladores não refletia necessariamente ou respondia às realidades socioeconômicas do Império. Pelo contrário, a análise que Grey desenvolve indica que a distância entre os legisladores da corte imperial e a prática do cultivo dos campos fez com que eles compreendessem mal os processos aos quais eles se referiram nas disposições legais. Esse descompasso, por fim, constitui o plano de fundo sobre o qual se estruturaram as políticas imperiais de assentamento dos bárbaros em território romano no século IV.

3.2 Percepções de vazio nos campos e o construto retórico imperial acerca dos assentamentos

Se a percepção do abandono da terra, suscitada seja por conta da produtividade vacilante dos campos marginais, seja por conta das novas práticas que envolviam o alqueive e pastagem de campos em pousio, impactou os legisladores da corte imperial que não compreendiam essas situações, é de se imaginar que isso tenha influenciado também na documentação de natureza literária, oriunda muitas vezes do mesmo meio aristocrático. Géza Alföldy (1974: 90–1) já havia percebido que, qualquer que seja a realidade vivenciada pelo Império durante o século III, a variedade de fontes que mencionam cenários catastróficos nos oferece, no mínimo, a garantia de que havia uma crença bastante difundida na crise generalizada do Império. Ao menos no tocante ao abandono dos campos, podemos afirmar que essa percepção tinha algum fundamento naquilo que se podia observar empiricamente.

Dessa percepção de crise generalizada no campo surge a oportunidade de os imperadores integrarem mais um elemento ao mecanismo de teor propagandístico que explorava a "ameaça bárbara" para a construção de sua imagem e legitimidade. Seguindo-se às campanhas bem-sucedidas nas fronteiras contra os povos germânicos, como vimos no primeiro capítulo, as sucessivas celebrações em inscrições, moedas, artes e desfiles triunfais serviam para mostrar aos provinciais que os imperadores eram líderes capazes de manterem sua segurança. Em um segundo momento, complementando essa narrativa, associa-se ao imperador a imagem do clemente portador da paz, capaz de fazer o bárbaro, violento por natureza, se submeter à lei e abandonar seus impulsos selvagens. Esse dispositivo retórico fica bem evidente nos panegíricos dedicados aos imperadores de finais do século III e início do IV.

> 8, 4. Mas nem as ciladas daquelas regiões nem a grande quantidade de fugitivos das florestas poderiam esconder os bárbaros para que não fossem coagidos a se entregarem todos à autoridade de tua divindade. E juntamente com suas esposas e filhos e o restante de sua parentalha e de seus pertences, se encaminharam para regiões há muito abandonadas, as quais talvez eles mesmos outrora tenham devastado pela rapinagem, a fim de que as tornassem novamente cultivadas com seu serviço. (...) 9, 1. Em todos os pórticos das cidades sentam-se grupos de cativos bárbaros, homens tremendo de selvageria à flor da pele, idosas contemplando a impotência de seus filhos e as mulheres de seus maridos, meninos apinhados e amarrados às meninas se tranquilizando com sussurros reconfortantes e todos aqueles distribuídos aos vossos provinciais para o serviço, até que sejam levados às vastidões desabitadas que lhes foram atribuídas para serem cultivadas. (...) 3. Pois agora é para mim que o Chamavo e o Frísio aram a terra, e aquele vagabundo e outro saqueador cuidam do campo improdutivo com seu esforço e frequentam meus comércios com animais para vender e o camponês bárbaro alivia o imposto. 4. Além disso, se chamado ao dever, se apressa e é disciplinado pelos exercícios, coagido pelo couro e alegra-se de colocar-se ao serviço pelo nome de soldado. (...) 21, 1. Da mesma forma que depois, Maximiano Augusto, por tua vontade o leta resgatado pelo *postliminium* e o franco acolhido nas

> nossas leis cultivam com cuidado as searas abandonadas dos tréviros e nérvios, também agora através de tuas vitórias, ó invicto César Constâncio, o que quer que restasse ermo nas terras dos ambianos, belovacos, tricassos e lingones, refloresce sob o camponês bárbaro. (*Pan. Lat.* 8(5), 8, 4; 9, 1;3–4;21, 1)[130]

Este panegírico em específico foi apresentado em Tréveris e foi endereçado a Constâncio Cloro, em sua própria presença quando ele ainda detinha o título de César, possivelmente no início de 297. Seu autor permanece anônimo, mas pelas informações no restante do texto sabe-se que se trata de um decurião éduo falando em nome da cidade de Autun, possivelmente um retórico ou professor experiente que já não exercia mais sua profissão no momento em que pronunciou o discurso (Hostein, 2014: 74; 449). Ao fim do panegírico, seu propósito de instigar a generosidade de Constâncio Cloro para a reconstrução da cidade de Autun fica claro e, para ganhar os favores do tetrarca, o orador celebra o sucesso de suas recentes expedições militares. É nesse contexto que o autor evoca e constrói em várias ocasiões a imagem do bárbaro que troca o ferro da espada pela foice e o arado, transforma os campos improdutivos em produtivos e deixa assim de ser uma ameaça aos provinciais.

De fato, é importante não esquecermos que políticas de assentamento de partes ou mesmo de grupos étnicos inteiros eram práticas atestadas desde antes do início do principado. Sabemos que em 38 a.C., graças à lealdade desses povos aos romanos, Agripa fez com que os úbios cruzassem o Reno e os instalou em suas margens, possivelmente no antigo território dos eburões, para que impedissem a passagem de outros povos (Tac. *Germ*. 28). Na região do Danúbio, Estrabão (*Geo*. 7, 3, 10) relata o número um tanto exagerado de 50.000 getas que teriam sido assentados por Sexto Élio Cato na Mésia, quando ele foi governador da província em algum momento na primeira década do primeiro milênio. O assentamento de grupos dos povos que habitavam além das fronteiras do norte parece ter sido algo possibilitado pelas guerras levadas a cabo por Júlio César, a partir de quando o Império Romano passou a controlar extensos territórios nos quais se encontravam anteriormente os vários povos da Idade do Ferro

[130] 8, 4. *Sed neque illae fraudes locorum nec quae plura inerant perfugia silvarum barbaros tegere potuerunt quominus dicioni tuae divinitatis omnes sese dedere cogerentur, et cum coniugibus ac liberis ceteroque examine necessitudinum ac rerum suarum ad loca olim deserta transirent ut, quae fortasse ipsi quondam depraedando vastaverant, culta redderent serviendo.* (...) 9, 1. *totis porticibus civitatum sedere captiva agmina barbarorum, viros attonita feritate trepidantes, respicientes anus ignaviam filiorum nuptas maritorum, vinculis copulatos pueros ac puellas familiari murmure blandientes, atque hos omnes provincialibus vestris ad obsequium distributos, donec ad destinatos sibi cultus solitudinum ducerentur*. (...) 3. *Arat ergo nunc mihi Chamavus et Frisius et ille vagus, ille praedator exercitio squali<di> ruris operatur et frequentat nundinas meas pecore venali et cultor barbarus laxat annonam*. 4. *Quin etiam si ad dilectum vocetur accurrit et obsequiis teritur et tergo coercetur et servire se militiae nomine gratulatur.* (...) 21, 1. *sicut postea tuo, Maximiane Auguste, nutu Nerviorum et Trevirorum arva iacentia Laetus postliminio restitutus et receptus in leges Francus excoluit, ita nunc per victorias tuas, Constanti Caesar invicte, quidquid infrequens Ambiano et Bellovaco et Tricassino solo Lingonicoque restabat, barbaro cultore revirescit*.

(Woolf, 2017: 38). Nessas ocasiões, a concessão de território romano para os assentamentos, sob termos não totalmente esclarecidos, mas que certamente variavam caso a caso e se referiam a situações particulares, parece ter tido um sentido geopolítico circunstancial que visava assegurar tanto a ordem interna das regiões recém-conquistadas quanto a segurança das novas províncias contra os invasores externos.

Todavia, os levantamentos de Hartmut Wolff e Geoffrey E. M. de Sainte Croix (*apud* Woolf, 2017: 38 n. 47) sobre os assentamentos em larga escala de bárbaros do norte em territórios diretamente sob o controle do Império Romano indicam que, após alguns poucos casos sob os julio-claudianos, não houve ocorrências dessa prática até o reinado de Marco Aurélio. Temos na documentação cerca de seis casos até o fim do século I, oito casos no fim do século II e início do século III e dezenove ao longo da Antiguidade Tardia. De fato, depois do reinado de Cláudio II (268–270), não houve um imperador sequer, cujo reinado teve uma duração substancial, que não tenha empreendido uma ou mais instalações de populações bárbaras, por vezes bastante numerosas, em território romano (Modéran, 2004: 351).

Pode ser que muitas ocasiões em que populações das regiões ao norte do Império foram instaladas em território romano não tenham sido registradas nesse longo período. Afinal, quando se trata da Antiguidade, qualquer argumento construído *ex silentio* é problemático desde o princípio. Contudo, quando levamos em conta a quantidade de documentação escrita relativa aos dois primeiros séculos em comparação com a escassez desse tipo de fonte para o século III, a discrepância no número de assentamentos parece indicar que, de fato, a prática se torna cada vez mais comum a partir do momento em que o Império Romano consegue se reestabelecer após os períodos turbulentos do século III, especialmente do período tetrárquico em diante.

As razões por trás das políticas de assentamento, no entanto, não continuaram as mesmas durante todo esse período. Ao analisar o panegírico a Constâncio que mencionamos acima, Anthony Hostein (2014: 173) nota que o elogio à instalação de bárbaros e letas em território romano acaba se encaixando bem no contexto geral de exaltação dos feitos dos tetrarcas e que o fato de ele apresentar esses assentamentos em uma luz favorável pode ser um indicativo de que eles foram vantajosos para muitos provinciais galorromanos. Dessa forma, para Hostein, haveria três vantagens concretas advindas do estabelecimento dos bárbaros em território imperial: a prevenção da multiplicação de terras abandonadas, os *agri deserti*, que causavam problemas fiscais e econômicos; o aumento das possibilidades de recrutamento e a garantia de abundância de mão-de-obra para os proprietários de terras.

Mas ainda que todos esses benefícios possam ter sido reais em alguma medida, as práticas de assentamento de populações bárbaras em território romano a partir de finais do século III não devem ser retiradas do mesmo contexto retórico do qual faz parte também o "artefato imperial" da ameaça germânica nas fronteiras no mesmo período. A grande vantagem dessa política para os imperadores consiste em fornecer-lhes mais um elemento para a construção de sua imagem em um período no qual uma legitimidade imperial vacilante trazia consigo o risco quase certo de usurpação, principalmente nas províncias ocidentais. Essa elaboração retórica passa a ocorrer em dois momentos: primeiramente, o imperador é apresentado como o protetor dos provinciais, subjugando os bárbaros pela força e coragem. Depois de lidar com o problema bárbaro com uma ação direta e incisiva, ele emerge como a figura clemente e providente capaz de abrandar o temperamento destrutivo do bárbaro e transformá-lo em um útil cultivador dos campos abandonados.

Esse construto retórico fica muito claro em um panegírico dedicado por um orador anônimo a Constantino em Tréveris em 310 (Nixon e Rodgers, 1994: 212–4) por ocasião de sua vitória contra os francos que apoiaram a usurpação de Caráusio:

> Não contente de tê-los vencido, transportou esses mesmos povos para terras romanas, para que não somente fossem obrigados a depor suas armas, como também sua selvageria. (*Pan. Lat.* 6(7), 5, 3)[131]

O período de consolidação do poder de Constantino frente aos seus rivais, contexto dessa declamação, é convidativo ao emprego desses elementos de legitimação. Portanto, não é coincidência que tanto as menções a assentamentos bárbaros em território romano quanto o "uso e abuso" da figura do bárbaro selvagem que abandona a espada pelo arado se tornem comuns justamente na época em que a legislação imperial se preocupa cada vez mais com os *agri deserti* e em que a percepção de esvaziamento dos campos, sobre a qual discorremos acima, se torna cada vez mais presente na documentação escrita. Afinal, é justamente dessa percepção que emerge a justificativa para que as ações concretas de assentamento possam ocorrer com frequência de modo a tomar a forma de uma política imperial propriamente dita, incrementando assim esse mecanismo retórico para proveito principalmente dos próprios imperadores a partir de finais do século III.

Essa conclusão é reforçada pelo fato de que isso se reproduz não só através dos panegíricos, mas também em todos os outros meios nos quais se faz presente igualmente o

[131] *Nec contentus vicisse ipsas in Romanas transtulit nationes,* ut non solum arma sed etiam feritatem ponere cogerentur.

"artefato imperial" da ameaça bárbara nas fronteiras que exploramos no primeiro capítulo deste trabalho. O medalhão de Lyon, uma contraprova de chumbo do reverso de um medalhão de ouro encontrada durante escavações no Saône, perto da cidade de Lyon em 1862, mostra como a própria administração imperial buscava propagar a narrativa do assentamento bárbaro a serviço do Império.

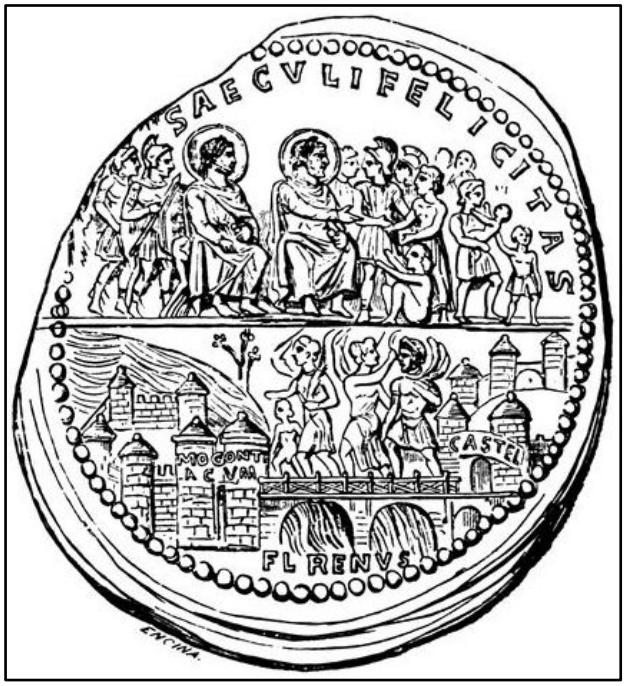


Figura 9: Desenho do medalhão de Lyon feito por Encina a partir do original e publicado por Louis de La Saussaye (1862).

Infelizmente, tão logo entrou em contato com o ar, a contraprova de chumbo começou a se oxidar rapidamente, mas não antes que um desenho detalhado pudesse ser feito a partir dele (fig. 9) e um molde tirado e preservado no Museu de Belas Artes de Lyon. Na cena de cima, sob a inscrição "felicidade do século (*saeculi felicitas*)", evocando a paz proporcionada pelo ato retratado abaixo, vários soldados guardam dois imperadores reconhecíveis pelas aureolas em torno da cabeça e pelas túnicas cobertas com paludamento. Essas figuras imperiais seguram uma bolsa redonda perto dos joelhos e entregam algo, talvez dinheiro, a um personagem ajoelhado[132], como em uma cena de *largitio* (Bastien, 1989: 6), a distribuição de presentes por parte dos imperadores em razão de alguma ocasião especial. Atrás do homem ajoelhado que recebe dos imperadores, surge uma figura feminina com túnica e um elmo, talvez uma alegoria de Roma. Ela age como intermediária entre os imperadores e o grupo de homens, mulheres e crianças no fundo da cena. Chama a atenção no canto direito um homem com uma criança de

[132] O desenho de Encina tem algumas falhas, como a representação do homem sentado no chão ao invés de ajoelhado e os objetos cilíndricos nas mãos dos imperadores ao invés das bolsas redondas.

colo e outra em idade mais avançada de costas para os imperadores, em movimento de saída de cena, como se já tivessem recebido o que quer que os imperadores estivessem distribuindo.

Embaixo, uma criança e três adultos ocupam o centro da cena. Eles trazem consigo, sobre os ombros, sacos de bagagem (que não aparecem claramente no desenho de Encina) e estão atravessando a ponte. As cidades fortificadas representam o ponto de partida e o ponto de chegada dessas pessoas e podem ser identificadas pelos nomes inscritos nelas. Portanto, o grupo está atravessando o Reno (*Fl*(*uvius*) *Renus*) pela ponte entre o forte cabeça-de-ponte Castelo dos Matíacos (*Castel*(*lum Mattiacorum*)) e Mainz (*Mogonti*/*acum*). Ambas as cenas devem ser lidas em conjunto como um gibi, de modo a se complementarem como uma narrativa contínua tal qual os quadros representados na coluna de Trajano. O homem com as duas crianças prestes a sair do enquadramento da primeira cena leva o olhar para a travessia da ponte na segunda cena, onde se vê que o indivíduo adulto do meio, olhando para trás e fazendo um gesto com o braço erguido, parece exortar seus conterrâneos, no primeiro quadro, a seguirem seus passos das terras bárbaras em direção ao território romano.[133]

Pierre Bastien (1989: 7–12) foi capaz de identificar a figura sentada à direita com Maximiano e, tendo em vista que durante a primeira tetrarquia aquele que detinha o cargo mais alto na hierarquia geralmente ocupava o campo esquerdo na iconografia, o outro imperador seria Diocleciano. Apesar de este último jamais ter ido à região do Reno, até onde sabemos, a representação dos dois augustos juntos pode ser mais uma evocação da concórdia entre os imperadores do que de uma cena real em que ambos estariam presentes. Mas vale lembrar que medalhões de ouro como esse eram feitos para comemorar ocasiões específicas e eram os alamanos que ocupavam a região oposta a Mainz, onde ficava o Castelo dos Matíacos, o que indica que as cenas possivelmente se referem aos episódios que se seguiram às vitórias de Maximiano contra esses povos (Drinkwater, 2007: 364–7).

Sobretudo, é importante notar que os indivíduos ali representados não são cativos de guerra em situação deplorável, como os bárbaros embaixo dos pórticos mencionados no panegírico citado acima. Segundo Yves Modéran (2004: 372–4), o fato de que os bárbaros são recebidos um por um pelos imperadores durante a *largitio* é um indício de que a situação pode dizer respeito à condição dos bárbaros que receberam individualmente terras para serem cultivadas em território romano depois de terem sido aceitos coletivamente como assentados

[133] O fato de um grupo bárbaro estar presente em uma cena de *largitio*, algo inédito, causou certo incômodo e fez com que estudiosos como Robert Turcan (1987), baseando-se na menção aos letas resgatados pelo direito de *postliminium* no panegírico supracitado, interpretasse as cenas como o retorno de soldados romanos liberados das mãos dos alamanos pelos tetrarcas. A presença de mulheres e crianças, no entanto, nos faz desconsiderar essa hipótese.

pelas autoridades. Eles teriam, portanto, estatuto semelhante ao franco mencionado no mesmo panegírico como *receptus in leges*. Assim, seguindo um apontamento de Ralph Mathisen, John Drinkwater (2007: 266) argumenta que a ideia central da peça não é representar os tetrarcas como conquistadores impiedosos, mas como clementes acolhedores dos bárbaros, conduzidos até eles pela própria alegoria de Roma. A ideia de que se pretendia com esse ato levar adiante uma repopulação das Gálias é transmitida nesse medalhão pela presença marcante de crianças de várias idades, de modo que a "felicidade do século" é levada pelos imperadores aos provinciais não somente através da vitória militar, mas também pela transformação do bárbaro violento em um assentado produtivo e sob rígido controle do Império.

Ainda que a distribuição de medalhões comemorativos de ouro seja destinada a uma audiência bastante restrita, aristocrática e próxima ao imperador, o tema do bárbaro conduzido de seu ambiente selvagem para o mundo romano surge de maneira um pouco mais simplificada também em emissões destinadas à grande circulação em meados do século IV. As peças de bronze produzidas com as efígies de Constante, Constâncio Galo, Constâncio II e Juliano que portam em seu reverso a legenda "retomada dos bons tempos (*fel*(*icium*?) *temp*(*orum*?) *reparatio*, daqui em diante FTR)" apresentam iconografias que, quando interpretadas em sua totalidade, mostram de maneira muito clara como esse tema foi inserido na narrativa imperial da restauração da ordem e do retorno aos "tempos áureos" de Roma (Vaneerdewegh, 2017: 157–61).

As séries monetárias que portavam esses reversos foram feitas a partir de 348 (Kent, 1967) em diversas oficinas espalhadas por todo o Império. A ideia de "novo começo" que emerge das moedas do tipo FTR foi interpretada de diversas maneiras pelos estudiosos, como cenas das Bucólicas de Virgílio, sem conotação religiosa específica, em comemoração ao décimo primeiro centenário de Roma (Mattingly, H. 1933: 185–91) ou como ressurgimento do Império cristianizado das cinzas do antigo mundo pagão (Rivera, 2009: 31). Seja qual for o sentido da restauração dos tempos áureos expresso pela legenda dessas moedas e pela iconografia da fênix surgindo das cinzas (e.g.: RIC VIII, Tréveris, 228), ou do imperador segurando a fênix e um lábaro a frente de uma galé com a Vitória ao leme (e.g.: RIC VIII, Siscia, 200), essas séries monetárias apresentavam também reversos que veiculavam a narrativa imperial sobre a ameaça bárbara e as formas pelas quais, nesse renascimento do Império, o imperador controlou-a (fig. 10, abaixo).

Figura 10: Reversos de moedas do tipo FTR que apresentam motivos envolvendo bárbaros. A: Constâncio Galo (RIC VIII, Alexandria, 74); B: Constante (RIC VIII, Alexandria, 56); C: Constâncio II (RIC VIII, Roma, 139) e D: Constâncio II (RIC VIII, Roma, 153).

Deixando de lado a imensa variedade regional nos detalhes de cada série que era produzida (Rivera, 2009: 26–31), esses reversos podem ser classificados em quatro tipos principais (Levi, 1952: 47). Quando tomados em conjunto, essas quatro cenas compõem uma narrativa coesa do domínio romano sobre os bárbaros em suas mais variadas formas. Os dois primeiros reversos mostram cenas bastante violentas, que representam a subjugação física do bárbaro por meio da força bruta. No reverso que denominamos A, o soldado romano, após derrubar um guerreiro de seu cavalo, avança sobre ele de maneira impetuosa, com o joelho a frente e a lança prestes a neutralizar o inimigo suplicante, com suas armas caídas ao chão. Seus atributos bárbaros são perceptíveis nas calças, na barba pontiaguda e nos cabelos grandes. A cena parece evocar os salteadores bárbaros do Reno e do Danúbio e a segurança trazida pela inclemência com a qual o poderio romano, personificado no soldado, trata os transgressores (Rivera, 2009: 26). Por sua vez, o tipo B foi um reverso cunhado apenas na cidade de Roma. Nele, uma figura nimbada em trajes militares e a cavalo, possivelmente retratando o próprio imperador portando uma lança e um escudo, investe contra dois inimigos representados em escala menor, que já estão em vias de caírem e serem pisoteados e golpeados.

A outra parte desse conjunto de reversos traz cenas que representam tratativas do poder imperial com os bárbaros após a subjugação pela força física ou para além dela. Parte importante do aparato retórico imperial sobre a ameaça bárbara, afinal, consistia na clemência dos imperadores diante daqueles que ele havia subjugado ou que estavam em posição desvantajosa. No reverso C, dois cativos bárbaros amarrados jogados ao chão se entreolham enquanto uma figura em trajes militares, portando um lábaro e segurando um escudo apoiado no solo, provavelmente o imperador, se apoia sobre eles em pose triunfante. De certa maneira, os temas A, B e C não são completamente novos, mas constituem releituras de outros reversos comuns em séries monetárias anteriores que o poder imperial escolheu para compor as moedas com a temática FTR.

A novidade iconográfica que causou maior debate entre os estudiosos foi o reverso do tipo D, não raro denominado "o bárbaro e a cabana". Na interpretação de Harold Mattingly (1933: 193), não se trata de um bárbaro, mas de uma criança. O reverso se encaixaria com o tema virgiliano dos reversos FTR por representar uma cena da quarta écogla, na qual um soldado romano conduz um menino relutante de seu ambiente campestre para sua primeira experiência como recruta. Mais recentemente, Gavin Richardson (2008) examinou o tipo D à luz de representações pictóricas de Eneas fugindo de Troia, conduzindo Ascânio por um braço e levando Anquises no ombro, como descrito no segundo livro da Eneida. Mais especificamente, ele notou a semelhança entre esse tipo de reverso e a iconografia virgiliana presente nas moedas emitidas no reinado de Antonino Pio por ocasião dos 900 anos da fundação de Roma, das quais três tipos traziam representações da fuga de Troia. O próprio estudioso, no entanto, não exclui a possibilidade de que o reverso D carregue uma imagem polivalente, podendo igualmente representar um bárbaro sendo conduzido de sua cabana por um soldado.

A diferença entre o tamanho das duas figuras não precisa ter necessariamente um sentido literal. De fato, após a primeira tetrarquia e especialmente sob Constantino, os bárbaros passaram a ser frequentemente representados em relevos e moedas em estatura bem menor do que os outros personagens (Levi, 1952: 33). Algumas características da figura menor, como o uso de calças e o cabelo grande preso para trás, apontam definitivamente para a representação de um bárbaro. Tendo isso em mente, Annalina Levi (1952: 47–8) conecta a cena ao panegírico de Constâncio que mencionamos acima e a interpreta como a evocação de um episódio de assentamento forçado. A cabana e a árvore simbolizariam o ambiente selvagem onde habitam os bárbaros e a figura em trajes militares romanos estaria conduzindo o cativo para seu novo lar, em território romano. Konrad Kraft (1958), por sua vez, segue essa interpretação, mas relaciona cada série do tipo FTR a um evento específico do reinado de Constante e Constâncio II[134]. O reverso do tipo D representaria o assentamento pacífico dos francos na Toxandria em 342, sob o reinado de Constante. Winfried Thoma (1996) aceita as conclusões de Kraft e argumenta (*contra* Weiser, 1987) que os gestos na cena retratada em D se assemelham mais àqueles encontrados nas representações da fuga de Eneas, Ascânio e Anquises de Troia do que às imagens de cativos bárbaros arrastados violentamente por soldados romanos. Com efeito, a lança do soldado em todas as variações de D não parece ameaçar o personagem menor.

[134] O estudioso se apoia em uma passagem bastante vaga de um discurso de Libânio (*Or*. 59, 124–34). A grande operação de instalação dos francos salianos na Toxandria teria ocorrido apenas sob Juliano, em 358 (Amm. Marc. 17, 8, 3–4). Uma síntese mais completa dos debates em torno das moedas do tipo FTR pode ser encontrada em Vaneerdewegh, 2017: 150–6.

Encontramos a ponta da arma apontada para o chão atrás do soldado, ou para o chão em meio às suas pernas, ou inclinada para cima, como que apontado o caminho a ser seguido.

Dado que todos os reversos do tipo FTR portavam a mesma inscrição sobre imagens absolutamente distintas; que as séries monetárias foram cunhadas na mesma época e, à exceção de B, em mais de dez oficinas espalhadas pelo Império, parece mais acertado abordá-las por um viés simbólico (Tybout, 1980). Assim, sob o lema do retorno à ordem e segurança de outrora, os reversos da fig. 10 (acima) transmitiriam a ideia de submissão do mundo bárbaro ao poderio romano seja pela força militar (reversos A, B e C), seja pelo assentamento dos bárbaros no interior do território romano (reverso D) a fim de aplacar sua selvageria em favor de seu serviço aos provinciais e ao Império.

Como bem notou Nick Vaneerdewegh (2017: 158–9), Kraft acerta ao comparar as imagens dos reversos das emissões do tipo FTR com o panegírico de Libânio. Se considerarmos que as moedas são também uma ferramenta de comunicação política do poder imperial (Kemmers, 2019: 15–8), o próprio imperador constitui um interlocutor importante nesse processo, o que faz com que as mensagens nas moedas adquiram de certa forma um teor panegírico (Levick, 1982). No entanto, como no caso dos panegíricos, as cenas retratadas nas moedas não precisam necessariamente estar relacionadas a eventos reais, mas tão somente exaltar o imperador por feitos genéricos que o relacionem a alguma virtude. Se os reversos A, B e C mostram cenas que remetem à bravura e à implacabilidade com a qual os imperadores lidam com a ameaça bárbara, o bárbaro conduzido de seu ambiente inóspito e selvagem pelo soldado para ser assentado em território romano certamente alude à clemência e à benevolência do Imperador regente. Menos de 40 anos depois das primeiras emissões do tipo FTR, não é de se espantar que Temístio (*Or.* 16, 211a) mobilize esse mesmo construto retórico para maquiar de certa forma o tratado de 382 e elogiar a clemência (φιλανθρωπία) de Teodósio, que escolheu assentar os godos nas Trácias e "melhorar o seu caráter" ao invés de aniquilá-los por completo.

Ora, isso significa que certas dinâmicas próprias à Antiguidade Tardia, como a questão dos *agri deserti* e o "artefato imperial" da ameaça bárbara no Reno e Danúbio, desenvolvido por imperadores em torno dos quais se concentrava cada vez mais poder e que, por sua vez, necessitavam de cada vez mais ferramentas que legitimassem sua posição, fizeram com que os assentamentos desses povos adquirissem um caráter absolutamente diferente daqueles que eram praticados nos séculos anteriores. Não é surpresa, então, que a magnitude e frequência dessas operações tenha aumentado no século IV. Graças a essas circunstâncias, tais assentamentos acabaram por se tornar uma importante engrenagem no elaborado mecanismo retórico imperial

de cunho propagandístico, cujo cerne consistia em enfatizar e explorar ao máximo as diferenças entre os bárbaros, mesmo assentados em território romano, e os provinciais romanos.

Parece claro, diante do exposto, que os imperadores buscavam por vários meios mostrar aos provinciais que, graças às suas operações, as terras que se percebiam abandonadas estavam sendo cultivadas por bárbaros que abdicaram de sua violência inata e depuseram suas armas em favor do arado. Mas para que esse construto retórico funcionasse efetivamente, o poder imperial precisava fazer com que houvesse ao menos alguma correspondência entre essa imagem e a realidade. Logo, diante da miríade de formas de assentamento de que temos notícia, alguma dessas devia cumprir o papel de conferir sentido à "propaganda" imperial.

3.3 Formas de assentamento: definições, cronologia e particularidades da prática nas Gálias

Ao buscarmos o tipo de assentamento específico que refletia na prática a figura retórica do bárbaro que abandona a espada e a selvageria em favor do arado e de uma vida de cultivo dos campos, esbarramos em uma variedade de situações e termos que muitas vezes são imprecisos ou se entrelaçam. Se essa construção retórica pressupõe a existência comunidades bárbaras claramente identificáveis no panorama rural das províncias, diferenciadas substancialmente da população provincial, faz-se necessário estabelecermos algumas balizas para que possamos definir com mais precisão a forma de assentamento que nos interessa.

O primeiro parâmetro a ser considerado é a perenidade da instalação de grupos bárbaros nas províncias. Assim sendo, não lidaremos com os trabalhadores sazonais e soldados bárbaros recrutados via *foedera*, ou seja, pelo tempo de duração de uma campanha. Dentre aqueles que foram recebidos permanentemente no Império, Yves Modéran (2004: 340) distingue três grandes categorias: os escravos, aqueles que foram recebidos individualmente e os assentamentos de grupos inteiros. Os escravizados bárbaros, reduzidos a essa condição por ocasião de campanhas militares além das fronteiras ou adquiridos por meio do intenso tráfico de escravos (Harper, 2011: 67–99), são colocados em uma condição de subordinação aos seus senhores. A relação que se estabelece nesse cenário é entre senhores e escravos das mais diversas origens, que não mantiveram comunidades no interior das províncias onde podiam preservar seus costumes e modos de vida. Os casos individuais de bárbaros recebidos no Império, por sua vez, dizem respeito principalmente a reis e nobres que receberam cargos dentro da hierarquia militar romana e acabaram por se integrar eventualmente à aristocracia romana. Silvano, por exemplo, não parece ter sido percebido como menos romano que outros

comandantes. Mesmo quando as intrigas palacianas o transformaram em um usurpador, sua ascendência franca não chamou a atenção de seus contemporâneos (Paradziński: 2015).

Nos interessa, portanto, os casos de instalações permanentes de grupos inteiros que não foram reduzidos a uma condição servil e que mantiveram seu estatuto coletivo. O segundo parâmetro que levaremos em conta diz respeito ao intervalo temporal em que essa política imperial foi empreendida na forma em que seria útil ao construto retórico imperial. Já conseguimos estabelecer com alguma segurança que foi ao final do século III e início do IV que a instalação de populações bárbaras em território romano ganhou contornos de política imperial. À medida que o século avança, termos referentes ao universo das relações diplomáticas e militares entre o Império e os povos além de suas fronteiras se confundem com a terminologia referente aos assentamentos bárbaros. Assim, a transformação no uso dos termos *foedus* e *foederati* pode nos fornecer o limite temporal máximo necessário para a nossa busca.

De modo geral, durante os séculos IV e V, os *foederati* eram definidos como tropas compostas de guerreiros não-romanos a serviço do Império. Por não ser um termo técnico jurídico-administrativo, significando tão somente aqueles com os quais um tratado (*foedus*) foi estabelecido, os *foederati* podiam estar vinculados ao serviço militar por diversos tipos de obrigação. Isso pode ser explicado pelo fato de que esses termos, na documentação do século IV, eram usados para conferir à relação entre o Império Romano e os povos fronteiriços um caráter de subjugação e dominação, não uma relação entre iguais, dentro do contexto específico de uma construção retórica imperial que permitia retratar o resultado das campanhas contra os inimigos externos, qualquer que tenha sido, sempre em uma luz favorável ao Império (Heather, 2006: 251–3).

Na concepção dos autores do século VI, como Jordanes e Procópio, o termo *foederati* passa a designar os estrangeiros a serviço regular do exército romano, não mais aqueles que eram recrutados do *barbaricum* somente na ocasião de uma campanha, com os quais um *foedus* havia sido estabelecido em condição de igualdade, não mais de submissão, tornando-se assim parte do aparato imperial romano (*ibid*.: 244). Essa mudança certamente tem relação com a travessia dos godos pelo Danúbio em 376 e as subsequentes tratativas imperiais para conter sua revolta no interior do território romano. O tratado de paz firmado em 382 é descrito por Jordanes (*Get*. 27.141) como um *foedus* e os soldados recrutados a partir desse acordo são referidos como *foederati* (Jord. *Get*. 28, 145). A ideia de que a partir de então os guerreiros godos serviram "com o exército tal qual um só corpo (*ibid*.)" [135] ecoa a esperança de Temístio que,

[135] *cum milite velut unum corpus*

contemporâneo aos eventos, acreditava que um dia aqueles que ele chama de citas pagariam impostos e obedeceriam às mesmas leis que os cidadãos romanos, partilhando dos mesmos juramentos, deveres públicos e lutando nas mesmas guerras (Them. *Or*. 16.211d). Os termos desse tratado, ao qual retornaremos no capítulo seguinte, deviam envolver essencialmente as mesmas condições daquele de 376: terras agricultáveis para cultivo por parte dos refugiados, serviço militar, manutenção da paz e a possibilidade de integração ao sistema legal romano (Sivan, 1987: 762).[136]

Por um lado, Peter Heather (2006: 252) tem razão ao afirmar que a documentação do século VI deve ser excluída da discussão acerca dos *foedera* e dos *foederati* do século IV, em virtude do uso anacrônico desses termos para se referirem a relações equânimes entre o poder imperial e os bárbaros, muitas vezes já dentro do território romano. Por outro lado, o que mais nos interessa aqui, o fato de que o posterior assentamento dos visigodos na Aquitânia em 419 pôde ser descrito nos termos de um *foedus* por Isidoro de Sevilha (*Hist*. 23) nos mostra que, no decorrer da longa e conturbada relação entre os godos e o Império Romano durante o século IV, o termo veio paulatinamente a fazer parte do universo referente ao assentamento de grupos bárbaros no interior do Império.

Isso significa que a terminologia que permitia ao poder imperial construir retoricamente suas relações com os povos fronteiriços da maneira que lhe fosse favorável, independentemente das circunstâncias, teve de ser utilizada quando o Império se viu diante de uma situação claramente desvantajosa com relação grupos que não mais se encontravam no *barbaricum*, mas espalhados pelas províncias romanas. A partir de um determinado momento, portanto, a instalação de grupos bárbaros no interior das províncias deixa de ser empreendida segundo a vontade dos imperadores para seu benefício e ditada segundo seus termos, como parte de um complexo mecanismo retórico de teor propagandístico.

O momento exato em que o Império Romano perde o controle sobre suas fronteiras, como bem notou Yves Modéran (2004: 337–338), não foi o mesmo para todas as regiões do Império e nem sempre pode ser estabelecido precisamente. Afinal, mesmo que em certas ocasiões esses povos tenham forçado o Império a aceitar seu assentamento em solo romano,

[136] Dado que, além da documentação do século VI, os únicos relatos do *foedus* de 382 são os discursos de Temístio (*Or*. 16; 24) e o panegírico de Pacato a Teodósio de 389 (*Pan*. *Lat*. 2(12)), muitos de seus aspectos não são claros. Herwig Wolfram (1990: 146–7) argumenta que, apesar de o tratado ser o divisor de águas na história das instituições romanas, não havia previsão para que os godos usufruíssem do direito romano ou mesmo pudessem se casar com os provinciais. Já Émilienne Demougeot (1988a: 52–60) considera que o tratado envolveu dois grupos distintos: aqueles que foram integrados ao exército e aqueles que foram assentados como camponeses.

legalmente eles eram *hospites* que podiam gozar de residência em seu interior, mas não de soberania sobre a terra que lhes foi designada. O caráter universalista do domínio imperial romano não permitia que, legalmente, os imperadores cedessem território para outras entidades políticas, de modo que mesmo muito posteriormente Bizâncio ainda possuía reivindicação legal sobre os antigos territórios após a dissolução de sua contraparte ocidental (Chrysos, 1989: 19–21). Em termos práticos, no entanto, o Império eventualmente perde sua capacidade de impor totalmente os termos dos assentamentos. Embora não houvesse nada como uma declaração formal de independência dos povos que vieram a se instalar nas províncias sem a anuência imperial, certos marcos importantes sinalizam para essa transformação em finais do século IV e início do século V.

Em 395, a revolta de Alarico e seus seguidores significou definitivamente a perda do controle do poder imperial sobre esses povos nas províncias danubianas. No norte da África, isso ocorreria apenas mais tardiamente, com a entrada dos vândalos nessas províncias em 429. Nas Gálias, o episódio da instalação forçada dos francos e alamanos nos territórios das cidades nos anos 350, que mencionamos no capítulo anterior, pôde ser contornado por Juliano; ainda em 378 houve uma campanha vitoriosa de Graciano nesses setores e em 393 Eugênio conseguiu empreender operações punitivas bem-sucedidas em território bárbaro. Somente no derradeiro dia de 406, com a travessia em massa de suevos, alanos e vândalos pelo Reno em virtude do avanço dos hunos em direção ao ocidente[137], podemos perceber realmente a perda do controle da parte ocidental do Império sobre os povos que circulavam e se instalavam nas províncias.

Até esse momento, portanto, o poder imperial detinha o controle sobre essas dinâmicas e as utilizava em seu benefício. Mas diante desse recorte, encontramos ainda outro problema. Embora o assentamento de grupos bárbaros no interior do território romano ter ganhado contornos de uma política imperial, esse processo curiosamente não se traduziu no desenvolvimento de um vocabulário técnico preciso e bem definido. O uso indiferenciado de termos relativos aos assentamentos e assentados no século IV, *coloni*, *laeti*, *gentiles* e *tributarii*, principalmente na documentação de natureza literária, levou alguns estudiosos a afirmarem que não havia qualquer plano coerente para a instalação de bárbaros em território romano, nem

[137] Walter Goffart (1981: 287–92) e Guy Halsall (2007: 210–12) argumentam que essa travessia somente pôde ocorrer em virtude da divisão do Império após a morte de Teodósio em 395 e o subsequente recuo do poderio romano dos setores renanos. Pela proximidade desse evento com a travessia do Danúbio pelos godos e os padrões dos movimentos dos povos além das fronteiras ao norte do Império em 405–408, a hipótese tradicional (Lot, 1939: 78–9; Thompson, 1948: 28), defendida mais recentemente por Peter Heather (2009) de que um movimento dos hunos em direção ao oeste da Europa desencadeou a travessia do Reno de 406 parece mais convincente. Assim, a perda de controle sobre a fronteira do Reno e os setores adjacentes não teria desencadeado esse processo, mas seria decorrência dele.

qualquer finalidade econômica nessas políticas além do uso barato da mão-de-obra rural bárbara (Lieu, 1986: 486). No sentido oposto, outros historiadores argumentaram que a variedade de termos empregados nesse campo lexical reflete a multiplicidade igualmente entrelaçada de problemas que o poder imperial buscava sanar com essas operações. Militarmente, o império já dependia em grande medida de recrutas bárbaros tanto em suas unidades regulares de limítanes quanto em seus contingentes federados. Soldados recrutados em meio aos colonos bárbaros não apenas substituiriam os camponeses, que ficariam na terra e aumentariam a *captatio*[138], como também aliviariam a pressão fiscal sobre os grandes proprietários de terras. Politicamente, a penetração de oficiais de origem bárbara de alta patente no entourage do imperador poderia se traduzir em facilidades diplomáticas para o Império, pois eles mantinham laços com suas comunidades de origem no *barbaricum* (Whittaker, 2004b: 144–9).

O desinteresse dos autores antigos pelas minúcias dessas operações certamente constitui um entrave para a sua compreensão. Para Amiano Marcelino, por exemplo, a instalação de grupos bárbaros no Império era relevante somente na medida em que impactava na sua grande narrativa. Ao relatar as tratativas com os taifalos após sua derrota para Frigérido em 377, o historiador se limita a dizer que ele "desterrou todos os sobreviventes para que cultivassem os campos nos arredores das cidades italianas (Amm. Marc. 31, 9, 4)"[139], sem qualquer interesse em mencionar seu estatuto específico. Nos panegíricos, tais operações são mencionadas de maneira bastante retórica, pois seus autores se preocupavam mais com o efeito discursivo do que com a exatidão de uma narrativa factual (Whittaker, 2004b: 129–132). Apesar disso, devemos admitir que havia diferentes interesses que subjaziam às diferentes modalidades de assentamento. Uma dessas modalidades devia cumprir o papel de dar substância à peça retórica imperial que mencionamos no item anterior.

Em muitas ocasiões os assentados bárbaros são mencionados na documentação como se tivessem as mesmas obrigações dos colonos[140]. No panegírico a Constantino de 310, podemos

[138] As reformas do sistema fiscal empreendido pelos tetrarcas tinham por objetivo uniformizar o sistema fiscal em todas as províncias do império. Nesse contexto, o imposto sobre a propriedade se baseava em um cálculo, feito a cada cinco ou quinze anos pelos *censitores*, que levava em conta tanto a porção de terra cultivada (*iugera*) quanto os "recursos vivos" da propriedade, ou seja, os animais e a quantidade de mão-de-obra a disposição do proprietário (*capita*). O sistema de *capitatio-iugatio* estaria no cerne do que se entendia por colonato, o qual, apesar de todo o debate que o circunda, teria papel importante nas transformações sociais do mundo rural no Império Romano tardio (Goffart, 1974).

[139] *vivosque omnes circa* (...) *Italica oppida, rura culturos exterminavit*.

[140] A instituição do colonato se referiria a uma espécie de arrendamento regulado por um conjunto de disposições legais do período tardio que visavam "prender" o colono à terra a fim de suprir as demandas fiscais da administração romana. A visão tradicional a respeito do colonato era de que ele assinalava uma grande transformação nas relações de trabalho rurais, precisamente a transição de um modo de produção agrícola típico

ver claramente o funcionamento do mecanismo retórico que utiliza o processo de assentamento para compor um elogio à clemência imperial após a exaltação de seus sucessos militares, bem como as obrigações que pesariam sobre os assentados:

> O que direi de sua misericórdia, pela qual abrandou os vencidos? (...) O que falarei, uma vez mais, sobre as distantes nações da Francia, arrancadas não daqueles lugares que outrora os romanos invadiram, mas das próprias terras de onde se originaram e dos mais afastados litorais bárbaros para que, uma vez alocadas nas regiões desertas das Gália, fossem úteis tanto à paz do Império Romano pelo cultivo da terra quanto às suas armas pelo recrutamento? (*Pan. Lat.* 6(7), 6, 1–2)[141]

No já citado panegírico a Constâncio Cloro, a condição de colonos dos cativos bárbaros fica ainda mais evidente, uma vez que eles são distribuídos aos proprietários de terras e passam a ser contabilizados na *captatio*, pois se tornavam encarregados do cultivo da terra e ficavam disponíveis para recrutamento. Isso significa que tão logo se instalavam nas propriedades, esses bárbaros eram integrados ao sistema fiscal, segundo o qual os grandes proprietários de terras – em grande parte os curiais – eram responsáveis pelo fornecimento de um ou mais recrutas escolhidos em meio àqueles que trabalhavam suas terras proporcionalmente ao imposto sobre a propriedade, podendo substituir essa obrigação por uma contribuição pecuniária, a *adaeratio* (Le Bohec, 2006: 56).

As vantagens da instalação de colonos bárbaros em terras privadas alegadas pelo panegirista podem ser mais do que meros recursos retóricos. Recentemente, Sebastian Schmidt-Hofner (2019) argumentou que, devido à competição das elites fundiárias pela mão-de-obra rural em um contexto de recuperação econômica, os proprietários de terra não apenas se beneficiavam dessas políticas imperiais, como tinham um papel muito ativo nessas dinâmicas, interessados no grande potencial dessa força produtiva e procurando depender menos dos colonos provinciais. Para o próprio capitulado, essa ainda era uma condição melhor que a escravidão, pois o serviço militar passava a constituir um meio de escapar de sua nova situação e alcançar melhores posições dentro da sociedade romana (Demougeot, 1972: 103).

Esse arranjo deixou sua marca na legislação da antiguidade tardia. Em 409, os ésciros, um grupo germânico associado aos hunos, foram assentados nas regiões da Bitínia depois de

---

da antiguidade, baseado em pequenas propriedades possuídas e cultivadas por camponeses livres, para o contexto medieval dos servos dependentes de grandes proprietários. Desde os anos 1980, entretanto, os vários aspectos dessa instituição têm sido questionados. Para os propósitos desse capítulo, os elementos básicos do colonato sobre os quais há algum consenso, já bastam. Uma síntese do debate em torno do colonato pode ser encontrada em Silva, U. G. 2017.

[141] 1. *Quid de misericordia dicam qua victis temperavit*? (...) 2. *Quid loquar rursus intimas Franciae nationes iam non ab his locis quae olim Romani invaserant sed a propriis ex origine sui sedibus atque ab ultimis barbariae litoribus avulsas, ut in desertis Galliae regionibus conlocatae et pacem Romani imperii cultu iuvarent et arma dilectu*?

serem derrotados na retirada das tropas de Uldin para além do Danúbio (Soz. 9, 5). As condições de uma operação de assentamento apareceram em uma lei do mesmo ano (*Cod. Theod*. 5, 6, 3), que determinava explicitamente que os prisioneiros de guerra deveriam ser assentados mediante uma petição formal "por nenhuma outra regra que não a do colonato (*non alio iure quam colonatus*)". Embora lacunar, a lei reitera que esses indivíduos não deviam ser escravizados nem retirados de suas funções rurais, tampouco podiam habitar as regiões da Trácia e Ilíria, mas podiam ser transferidos dentro da mesma província por um período de até 5 anos. A rígida restrição a seu movimento e a supervisão constante do poder imperial que pesavam sobre os ésciros, bem mais do que sobre os colonos de origem provincial, levaram Cam Grey (2011) a encaixar essa disposição legal em uma série de outras do mesmo período que buscavam controlar e limitar o comportamento de grupos marginais considerados perigosos para a sociedade. Esse aspecto da legislação, bem como o esforço de dispersão desses indivíduos por vários domínios diferentes, sem um estatuto coletivo que permitisse identificá-los (Modéran, 2004: 368), indicam que sua instalação no regime de colonato também trazia a vantagem de mitigar as possibilidades de mobilização e revolta dentro das províncias.

O fato de termos essa lei mencionando explicitamente o *ius colonatus* e de podermos identificar os interesses das elites fundiárias por trás das políticas instalação de colonos bárbaros em propriedades privadas não quer dizer que todas as menções aos colonos bárbaros na documentação escrita se referiam especificamente a essa modalidade. Ao exaltar as vitórias de Cláudio II nos setores danubianos, um dos autores da *História Augusta* afirma que "as províncias romanas foram preenchidas por escravos bárbaros e agricultores citas. O godo se tornou o colono da fronteira bárbara (SHA, *Claud*. 9, 4)."[142] Certamente, estamos diante de um escritor que projeta no século III práticas muito típicas do século IV e a própria *História Augusta* deve ser lida com muito cuidado nesse sentido. Mas se levarmos em conta a prática dos autores tardoantigos de identificarem os citas aos godos e o quiasmo marcante dessa passagem, o vocábulo *colonus* emerge tão somente como sinônimo de *cultor*, termo que ressalta a natureza rural da atividade dos assentados godos que o autor tinha em mente na zona fronteiriça.

Outro termo utilizado para descrever os colonos no século IV, *tributarius*, enfatiza a situação fiscal dos colonos, pagadores de impostos por intermédio do proprietário rural ao qual

[142] *inpletae barbaris servis Scythicisque cultoribus Romanae provinciae. Factus limitis barbari colonus e Gotho*. Há que se observar a equivalência de termos proporcionada pelo quiasmo nas expressões *cultor Romanae provinciae* / *limitis barbari colonus*.

estavam vinculados (Ziche, 2011: 207, n. 24). No entanto, Amiano Marcelino relata que, após a vitória contra os alamanos na Récia em 370, o então mestre da cavalaria Teodósio

> capturou os sobreviventes e enviou-os sob a ordem do imperador para a Itália, onde depois de terem recebido terras férteis, ainda hoje habitam em torno do Pó, na qualidade de tributários (Amm. Marc. 28, 5, 15).[143]

Nesse trecho, tanto quanto no excerto anterior, não há qualquer menção à instalação desses grupos em *agri privati*. Pelo contrário, os autores deixam bem claro que o estatuto étnico coletivo desses grupos foi preservado, sendo possível identificá-los, no caso de Amiano, em meio à paisagem rural do norte da Itália ainda em seus dias. Isso significa que, mesmo quando são mencionados na documentação literária como *coloni* ou *tributarii*, nem todos os bárbaros recebidos coletivamente em território romano estavam sujeitos às regras do colonato. Em muitas ocasiões, como era o caso dos letas (*laeti*) e dos *gentiles*, grupos bárbaros eram assentados nas províncias em domínios imperiais e mantinham seu estatuto étnico coletivo. [144] Essa modalidade respondia claramente a demandas outras que não àquelas imediatas das elites fundiárias em busca de colonos.

A diferenciação entre letas e *gentiles* é difícil e ambos parecem ter tido um estatuto semelhante no século IV, como fica evidente na nomenclatura de um oficial sob o comando do mestre do exército, o "prefeito dos letas [e?] *gentiles* suevos em Clermont-Ferrand (Auvergne), na Aquitânia I (*Not*. *Dign*. *occ*. 42, 44)"[145]. A falta de precisão do restante da lista, que conta com doze prefeitos dos letas, e o fato de que ela se encontra em estado bastante lacunar, levaram alguns estudiosos como Émilienne Demougeot (1972) a pensarem que nela encontraríamos uma espécie de transição cronológica, as etapas sucessivas pelas quais ambos os estatutos se amalgamaram. Os primeiros letas estariam, como no panegírico de Constâncio Cloro, associados à antiga noção jurídica do *postliminium*, que versava sobre o retorno de prisioneiros de guerra romanos e a restauração de seus antigos direitos em novas terras. Esse seria o caso, por exemplo, dos "letas nérvios, [instalados] em Famars, na Bélgica II (*Not*. *Dign*. *occ*. 42,

[143] *quoscumque cepit, ad Italiam iussu principis misit, ubi fertilibus pagis acceptis iam tributarii circumcolunt Padum.*

[144] Apesar de reconhecer que nenhum documento faz menção explícita a isso, Yves Modéran (2004: 368–74) considera a possibilidade de haver ainda outra categoria de assentamentos além de colonos e letas/*gentiles*. Esses, depois de uma cerimônia de capitulação, ficariam desprovidos de um estatuto coletivo e seriam dispersados pelas províncias, como os colonos, mas receberiam individualmente terras sem mestres em uma situação de semi-propriedade, podendo assim ter acesso à cidadania romana plena. É possível que esse tenha sido o caso de alguns dos assentados denominados tributários e até mesmo dos francos "recebidos em nossas leis (*recepti in leges*)" mencionados pelo panegirista de Constâncio Cloro que citamos mais acima.

[145] *Praefectus laetorum gentilium Suevorum, Arumbernos Aquitanicae primae*

39)"[146]. Esse modelo teria servido para o assentamento posterior de grupos bárbaros em certas condições (Demougeot, 1988b). Isso explicaria a menção aos letas *gentiles* suevos de Clermont-Ferrand e o posterior desaparecimento dessa segunda denominação nas Gálias, restando somente a primeira como no caso dos "letas francos, [instalados] em Rennes, na Lugdunense III (*Not*. *Dign*. *occ*. 42, 36)"[147].

Para outros estudiosos, o caso do "prefeito dos letas batavos e *gentiles* suevos, em Bayeux e Coutances, na Lugdunense II (*Not*. *Dign*. *occ*. 42, 34)"[148] indica que a expressão *laeti gentiles* de algumas das entradas na lista deva ser entendida tão somente como uma abreviação de *laeti Suevi et gentiles Suevi* (Simpson, 1988: 82). Ainda é possível que a diferença entre letas e *gentiles* diga respeito regime fundiário. Os primeiros receberiam a terra em troca do serviço militar, ao passo que os últimos a receberiam ainda enquanto estivessem arrolados no exército (Mathisen, 2012a: 752). De qualquer forma a instituição dos primeiros parece ser mais antiga, como mostra uma inscrição (*CIL* XIII, 6592) de Walldürn mencionando *gentiles* bretões datada precisamente de 232. Por sua vez, é somente em meados do século IV que os letas aparecem como bárbaros especificamente, quando Amiano Marcelino (20, 8, 13) os enumera em meio aos *gentiles* e *scutari* enviados por Juliano a Constâncio em 360 e os caracteriza como soldados "descendentes de bárbaros criados do lado de cá do Reno."[149]

Ora, se o assentamento baseado no direito do *postliminium* realmente serviu de modelo para a posterior instalação dos letas bárbaros no interior principalmente das Gálias, isso significa que essas unidades militares teriam sido recrutadas em meio a comunidades que mantiveram seu estatuto étnico preservado, se diferenciavam dos demais cidadãos romanos e recebiam terras específicas para cultivo. Por esse motivo, concebeu-se tradicionalmente que esse tipo de assentamento era condicionado pela estratégia imperial de criar em áreas limítrofes e ao longo dos grandes eixos uma espécie de milícia bárbara composta bárbaros estacionados com seus grupos familiares (Demougeot, 1981: 381–2). Essa conclusão é reforçada tanto por disposições imperiais de 399 que mencionavam especificamente as "terras léticas (*Cod*. *Theod*.

[146] (...) *laetorum Neruiorum, Fanomantis Belgicae secundae.*
[147] (...) *laetorum Francorum, Redonas Lugdensis tertiae*.
[148] *Praefectus laetorum Batavorum et gentilium Sueuorum, Baiocas et Constantiae Lugdunensis secundae*.
[149] *cis Rhenum editam barbarorum progeniem*. O trecho na verdade advém da reprodução do "sentido geral de uma carta (*sensus litterarum*. (Amm. Marc. 20, 8, 4))" supostamente enviada por Juliano, já proclamado Augusto, a Constâncio II. Não há nada que indique que uma missiva dessa natureza teria por objetivo mostrar a Constâncio II que Juliano tinha poder o suficiente para submeter à sua vontade os letas do norte da Gália e que essa atitude indicaria que eles seriam bárbaros livres e independentes do controle imperial, constituindo um elemento dotado de identidade tribal totalmente à parte da sociedade galorromana, como sugere Christopher Simpson (1977).

13, 11, 10)"[150], as quais deveriam ser distribuídas aos recém-chegados, quanto por uma lei de 409, que regulamentava "os pedaços de terra que foram concedidos por determinação ao *gentiles*, para o cuidado e aprovisionamento da fronteira (*Cod. Theod*. 7, 15, 1)"[151].

A ideia do soldado-camponês, já sugerida por um autor anônimo do século IV (*de rebus bellicis*, 5, 6; 20, 2), seria a solução com o melhor custo-benefício para o problema da defesa na fronteira, o que levou à noção predominante na historiografia do século XX (e.g.: Southern e Dixon, 2014: 47) que as formas de assentamento dos letas e *gentiles* responderiam melhor a essa necessidade. Ou seja, esses grupos bárbaros receberiam terras imperiais em setores fronteiriços na qualidade de arrendatários e em regime hereditário e esperava-se que os homens em idade militar as defendessem contra inimigos, formando um tipo de patrulha bárbara, sob pena de perderem o arrendamento para veteranos, caso falhassem (MacMullen, 1963: 13–7).

Entretanto, fica claro que a lei preservada em *Cod. Theod*. 7, 15, 1, endereçada ao vicário da África, diz respeito especificamente à fronteira africana (*fossatum*). A própria geografia da região e a forma que essa fronteira assumiu no século IV podem ter demandado precisamente esse sistema de ocupação territorial, de modo que não há qualquer evidência do uso desse modelo de assentamento para outras regiões do Império (Simpson, 1988: 83–4). De fato, como mencionamos acima, alguns desses grupos eram instalados bem no interior das Gálias, como a Aquitânia, e não há nada que nos autoriza a pensar que os letas seriam uma espécie de gendarmaria bárbara instalada em colônias rurais militares com seus chefes, armados constantemente em meio a uma população provincial majoritariamente desarmada. Nesse sentido, os letas seriam uma lenda historiográfica (Barbero, 2006: 121–34) e o recrutamento de unidades militares léticas devia seguir os mesmos procedimentos das unidades regulares.

Devemos buscar, assim, outros motivos que fizeram o poder imperial assentar os bárbaros na condição de letas. A própria lei sobre as terras léticas pode nos fornecer pistas importantes, nela os imperadores Honório e Arcádio apontam a existência de meios corruptos pelos quais as elites urbanas, os *principales* e *defensores civitatum*, agiam em conluio com indivíduos que se apropriavam de mais terreno do que lhes havia sido atribuído. Para identificar as terras erroneamente distribuídas ou ilegalmente ocupadas a fim de devolvê-las, os imperadores designariam um fiscal imparcial (*inspector idoneus*). A forma como a lei foi escrita deixa claro que havia um papel fundamental da administração local na acomodação dos grupos bárbaros recém-chegados e que, por meio de falsificações e ocupações abusivas, essas elites

[150] *terrae laeticae*
[151] *terrarum spatia, quae gentilibus propter curam munitionemque limitis* (...) *fuerant provisione concessa*.

municipais conferiam aos bárbaros porções de terra maiores (Papa, 2016). O cabeçalho da lei, carregado de um forte teor propagandístico, nos mostra que o poder imperial não estava realmente preocupado com a quantidade de terras distribuídas, mas com o fato de que os imperadores é que deveriam ser reconhecidos como os benfeitores que as concederam:

> Dado que pessoas de muitas nações, que buscam a felicidade romana, adentraram o nosso Império, aos quais terras léticas devem ser providenciadas, ninguém receberá algum desses campos a não ser pela nossa concessão (*Cod*. *Theod.* 13, 11, 10).[152]

Se os magistrados locais tinham acesso às terras públicas e podiam dispor delas, pois nas Gálias a maioria dos assentamentos letas parecem ter ocorrido em torno das capitais-*civitates* (*Not*. *Dign*. *occ*. 42, 33; 36; 38–41; 43), o interesse dos proponentes da lei parece ter sido o de manter a relação entre o poder imperial e os assentados nos termos mais pessoais possíveis. Um caso concreto pode nos ajudar a elucidar o funcionamento dessa dinâmica. Ao relatar as tratativas de Constâncio II com os sármatas agaragantes, que pediam para serem recebidos no Império Romano após a revolta dos sármatas limigantes contra seus mestres em 358 ou 359, Amiano Marcelino deixa transparecer uma relação também de natureza bastante pessoal que se estabeleceria na ocasião do assentamento:

> (...) recebidos sob nossa proteção depois de terem ganhado o perdão, requeriam garantias para sua liberdade, e o imperador, tocado pela injustiça da situação, tendo se expressado por palavras mais doces àqueles que estavam reunidos sob a vigilância de todo o exército, instruiu-lhes que não obedecessem a ninguém que não a ele e aos comandantes romanos. (Amm. Marc. 17, 12, 19)[153]

O receio dos sármatas agaragantes gira em torno da possibilidade de redução à escravidão tão logo se assentassem em território romano. Constâncio II, por sua vez, condiciona essa liberdade e, consequentemente, sua instalação sob algum estatuto coletivo, talvez como letas/*gentiles*, à uma relação pessoal de lealdade. Certamente, um dos objetivos dessa exigência

---

[152] *Quoniam ex multis gentibus sequentes Romanam felicitatem se ad nostrum imperium contulerunt, quibus terrae laeticae administrandae sunt, nullus ex his agris aliquid nisi ex nostra adnotatione mereatur*. Sebastian Schmidt-Hofner (2019: 71–2 e n. 44) admite que o fraseado da lei é ambíguo e não é possível saber se quem detém as terras léticas são cidadãos romanos ou próprios letas. A lei lhe parece ter sido feita para resolver um problema entre membros da elite romana. Assim, os letas seriam colonos instalados em terras públicas, que seriam arrendadas para senhores romanos. Mas a presença constante de um *prefectus* ou de um *praepositus* mais administrativo do que militar (Barbero, 2006: 129) responsável por cada assentamento, dá a entender que os letas recebiam as terras letas coletivamente e estavam subordinados a um procurador imperial. Schmidt-Hofner se pergunta, nesse caso, o que as elites romanas municipais teriam a ganhar com a distribuição de terras léticas sem o aval do imperador. Talvez a mesma coisa dele: prestígio político ao mostrar que conseguiram trazer camponeses bárbaros, agora apaziguados, para cultivar os campos supostamente vazios nos entornos da cidade.

[153] *(...) post impetratam veniam recepti in fidem, poscebant praesidia libertati eosque iniquitate rei permotus inspectante omni exercitu convocatos allocutus verbis mollioribus imperator nulli nisi sibi ducibusque Romanis parere praecepit.*

também era evitar que eles se aliassem a possíveis usurpadores, como o fizeram os francos ao lado de Carausio e depois Alecto contra Maximiano décadas atrás (Casey, 2005: 85). Mas essa personalização seria necessária principalmente para conferir substância à construção retórica imperial, a fim de que se soubesse que os bárbaros receberam a clemência do imperador e por meio dele depuseram suas armas, aceitando a vida campestre e cultivando os campos outrora desertos e, agora como letas, não mais representavam um perigo para os provinciais romanos.

Se os assentamentos *gentiles* e letas cumprem de fato a função de conferir sentido à uma estrutura retórica imperial pela qual o imperador busca sua legitimação, não surpreende que esse fenômeno esteja particularmente perceptível nas Gálias[154], uma região cujos habitantes tinham a reputação de se inclinarem demasiadamente a apoiar usurpadores ocidentais ao se sentirem desamparados pelo poder imperial (Drinkwater, 1989) e mesmo experiências políticas fora do ordenamento imperial romano, como no caso do Império das Gálias (Christol, 1985: 92–96).

Uma vez que conseguimos estabelecer quais os tipos de assentamentos que se encaixam melhor nos parâmetros e no período pertinentes à nossa investigação, podemos finalmente compreender de quais formas o poder imperial buscava normatizar as relações entre os bárbaros assentados e os provinciais galorromanos, no interesse de manter a distinção entre ambos, essencial para a "propaganda" imperial, depois de concluídas as operações de assentamento em território romano. Se, como vimos, os colonos de origem bárbara estavam sujeitos a regras muito mais rígidas sobre sua conduta e movimentação, é de se esperar que restrições igualmente pesadas recaíssem sobre os letas e os *gentiles*. A partir daí poderemos avaliar em que medida as relações entre assentados bárbaros e provinciais galorromanos se conformavam ou escapavam à normatização pretendida pelo poder imperial.

[154] Para Alessandro Barbero (2006: 184), a relação entre letas e *gentiles* seria semelhante à que temos nas ciências biológicas entre gênero e espécie. Dentro do tema dos *gentiles*, teríamos aqueles bárbaros assentados na condição de letas, cujo modelo era restrito à prefeitura das Gálias. Valerio Marotta (2015: 130 e n. 45) aceita a primeira parte dessa premissa, mas rejeita que os letas bárbaros se restringissem às Gálias, dado que a disposição imperial preservada em *Cod*. *Theod*. 13, 11, 10 foi endereçada a Messala Avieno, prefeito pretoriano da Itália e África, e outro decreto imperial envolvendo os letas em 465 foi endereçado a Basílio (*Nov*. *Sev*. 2, 1), detentor do mesmo cargo. Não há, no entanto, nenhum documento que mencione um caso concreto de assentamento leta na Itália tal qual a lista de prefeitos letas nas Gálias exposta em *Not*. *Dign*. *occ*. 42, 33–44. Diante disso, deve-se ao menos admitir que esse tipo de assentamento bárbaro era predominante nas Gálias.

3.4 As relações entre os assentados bárbaros e as populações provinciais: entre normatização e prática

Argumentamos que os assentamentos de comunidades bárbaras que mantiveram seus estatutos étnicos preservados em território romano serviram como demonstrações aos provinciais da capacidade do imperador de mostrar clemência aos bárbaros, aplacar sua selvageria e torná-los seus súditos. Para impedir que esses grupos se diluíssem em meio à população provincial, tornando impossível ao poder imperial explorar para seu proveito as diferenças construídas retoricamente entre romanos e bárbaros para seu benefício, vários dispositivos normativos foram implementados. Há que se notar, primeiramente, que cada prefeito leta mencionado na parte ocidental da Notícia dos Dignatários era responsável por apenas um assentamento leta em apenas uma localidade, à exceção do exemplo acima mencionado (*Not*. *Dign*. *occ*. 42, 34) e do "prefeito dos letas de Langres dispersos pela Bélgica I (*Not*. *Dign*. *occ*. 42, 37)"[155], embora esse último não se refira ao assentamento de bárbaros. Esses oficiais não respondiam ao governo provincial, mas diretamente ao mestre dos exércitos de infantaria, e a sua localização oportuna perto das capitais-*civitates* das Gálias podia fazer com que toda informação que dizia respeito aos assentados chegasse no alto-escalão do Império o mais rápido possível.

O episódio do massacre das tropas auxiliares godas pouco depois da batalha de Adrianópolis em 378, embora não tenha relação direta com os assentamentos nas províncias ocidentais, nos mostra que o monitoramento constante das populações bárbaras em território romano não era algo meramente formal. Amiano Marcelino relata que Júlio, o então mestre dos exércitos no Oriente (*magister militum per Orientem*), colocou em prática um plano ousado a fim de evitar que os grupos já instalados nas províncias orientais, que certamente mantinham contato com suas comunidades de origem, se mobilizassem e se unissem aos godos rebelados:

> Depois de descoberta a condição das Trácias através de cartas muito secretas entregues a todos os seus comandantes, todos romanos – o que nesses tempos acontece com raridade – ele mandou que fossem mortos num mesmo dia, como que depois de levantado um estandarte, todos os godos que foram anteriormente acolhidos e estavam dispersos pelas várias cidades e acampamentos, depois de serem atraídos aos subúrbios assegurados pela expectativa de um soldo que lhes havia sido prometido. (Amm. Marc. 31, 16, 8)[156]

[155] *Praefectus laetorum Lingonensium per diversa dispersorum Belgicae primae*.

[156] *Comperta enim fatorum sorte per Thracias, Gothos antea susceptos, dispersosque per varias civitates et castra, datis tectioribus litteris ad eorum rectores Romanos omnes, quod his temporibus raro contingit, universos tamquam vexillo erecto uno eodem die mandavit occidi, exspectatione promissi stipendii securos ad suburbana*

O historiador antioqueno considera que a ação de Júlio foi "salutar e veloz (*salutaris et velox*)" e que isso foi possível somente porque essas unidades eram comandadas e supervisionadas por oficiais romanos (*rectores*, termo um tanto genérico) que não possuíam laços étnicos com essas tropas. Talvez possamos ver aí uma crítica velada ao tratado concluído com os godos em 382, que previa que as tropas federadas pudessem servir sob o comando de seus próprios chefes (Jones, A. H. M. 1964: 621 e Angliviel de la Beaumelle: 1999, n. 585). Embora, como era de se esperar, Amiano atribua grande importância à identidade romana desses *rectores* incumbidos de cumprir a ordem de Júlio, a realização de um plano tão elaborado de execução sumária e simultânea exigiu sobretudo uma rede de informações precisas sobre esses grupos e uma decisão rápida centralizada na figura do *magister militum*.

Infelizmente, não conhecemos precisamente todas as formas pelas quais os comportamentos e ações das comunidades gentílicas e léticas eram controlados. Fora a lei de terras léticas que já mencionamos, uma disposição enviada por Honório a Estilicão do ano de 400 repreendia "o leta alamano e o vagabundo sármata (*Cod*. *Theod*. 7, 20, 12)"[157] que tentavam entrar de maneira fraudulenta nas tropas de elite. Mas talvez a lei que mais chame a atenção nesse sentido seja aquela referente à proibição do casamento entre provinciais e *gentiles* de ambos os sexos:

> Nenhum provincial, de qualquer ordem ou posição, deve contrair matrimônio com uma esposa bárbara, nem qualquer dos *gentiles* deve se unir com uma mulher provincial. Pois se houver alianças entre os provinciais e os *gentiles* por qualquer forma de casamento, que seja percebido como suspeito ou danoso, que se resolva pela pena capital. (*Cod*. *Theod*. 3, 14, 1)[158]

Enviada pelos imperadores Valentiniano e Valente ao mestre da cavalaria Teodósio em algum momento dos anos 370, essa determinação, como tantas outras no Código Teodosiano, foi editada de tal forma que perdeu seu preâmbulo, que geralmente continha as explicações circunstanciais e os motivos para tal decisão imperial, como no caso da lei sobre o colonato

productos. Os dois relatos sobre as ações de Júlio na diocese da Trácia são de Amiano e Zósimo (4, 26). O primeiro é mais sucinto, o segundo, derivado da obra de Eunápio, é mais delongado. Ambos têm como cerne a ação coordenada por Júlio para a eliminação dos godos nas províncias orientais, mas diferem em pontos cruciais. Para Zósimo (4, 26, 1–2; 5), foram as crianças godas, entregues como reféns em 376, que foram mortas sob as ordens de Júlio assim que Teodósio chegou na Tessália em 379. O relato de Zósimo é contraditório em vários pontos, pois como é possível que esses reféns planejassem saquear as cidades para vingar seus pais e conterrâneos (Zos. 4, 26, 3), se eram crianças? Isso nos faz preferir o relato de Amiano Marcelino, mais próximo aos eventos. Uma síntese do debate sobre a data desse acontecimento e seus pormenores pode ser encontrada em den Boeft *et al*. 2018: 290–7.

[157] *laetus alamannus sarmata vagus*

[158] *nulli provincialium, cuiuscumque ordinis aut loci fuerit, cum barbara sit uxore coniugium, nec ulli gentilium provincialis femina copuletur. quod si quae inter provinciales atque gentiles affinitates ex huiusmodi nuptiis exstiterint, quod in iis suspectum vel noxium detegitur, capitaliter expietur.*

bárbaro que mencionamos no item anterior. Em virtude disso, assumiu-se que havia motivações políticas (Sivan, 1998: 191–2) e/ou "raciais" (Piganiol, 1972: 108) para essa lei, conectando-a a contextos históricos específicos nos quais poderia haver algum receio que conspirações anti-romanas emergissem dessas uniões mistas, ou que a "mistura racial" fizesse com que cargos da administração romana ficassem nas mãos de semi-bárbaros.

Para os estudiosos que aceitam a data de 370, a lei se encaixava no contexto das campanhas de Valentiniano no Reno e a instalação dessas populações no vale do Pó e tinha por objetivo responder as inquietações da aristocracia italiana, que mostrava uma reação "nacionalista" à operação (Marcone, 2012). Para os proponentes da data de 373, a decisão imperial tinha a ver com a usurpação de Firmo na Mauritânia e os laços sociais tradicionais que passaram a ser percebidos nesse contexto como um risco ao poder imperial por uma corte distante que não os compreendia. Assim, a proibição do casamento misto podia ser uma forma de criar divisões étnicas em uma sociedade onde essas fronteiras não eram claras, de criá-las (Sivan, 1997).

Ralph Mathisen (2009), com base na análise dos termos utilizados para descrever as categorias passíveis de punição, levando em conta a grande quantidade de casamentos atestados entre bárbaros e romanos do século IV em diante (Blockley, 1982), considera que essa lei não proibia casamentos entre todos os romanos e bárbaros, mas entre mulheres provinciais e homens bárbaros que detinham obrigações militares e entre homens provinciais e mulheres bárbaras que estavam associadas a comunidades gentílicas. Para o estudioso, o que tornava tais casamentos problemáticos para a administração imperial não era o receio de "miscigenação" ou deslealdade dos soldados recrutados dessas comunidades, mas o complicado estatuto legal dos filhos desses casamentos, que podia resultar tanto na falta de pessoas legalmente habilitadas para cumprir os deveres da administração provincial quanto a perda de indivíduos capazes de proteger o limes, a zona fronteiriça onde geralmente os bárbaros eram assentados. Essa lei, portanto, seria apenas uma dentre um conjunto de disposições legais que visavam proibir o casamento entre pessoas de diferentes estatutos legais e sociais.

As conclusões de Mathisen parecem corretas, mas não excluem outras possibilidades de interpretação e contextualização desse dispositivo legal. Não parece totalmente convincente o argumento de que as inúmeras uniões atestadas entre bárbaros e romanos indicam que a lei proibia somente alguns tipos de casamento entre romanos e bárbaros com estatutos específicos e não todos os matrimônios. Afinal, o fato de essa lei figurar no Código Teodosiano não significa que ela tenha sido invariavelmente aplicada. Da mesma maneira que a legislação moral

augusteana parece ter sido em sua maior parte uma legislação "ética" ou "ideal", como argumenta Andrew Wallace-Hadrill (2009: 268), essa disposição imperial deve ser compreendida no próprio contexto da instalação de comunidades bárbaras no território romano e das tentativas de normatização desses grupos. Mais do que um pretexto legal para a efetiva punição dos provinciais e assentados bárbaros que se relacionassem, essa lei visava deixar marcada no arcabouço legal do império uma distinção fundamental para que o propósito imperial com as operações de assentamento fosse alcançado, fornecendo as balizas dentro das quais se esperava adequar a conduta dos provinciais com relação aos assentados.

Esse tema emerge frequentemente na obra do autor cristão galorromano Sulpício Severo, especialmente em suas Crônicas, publicadas em dois livros entre 404 e 406 (Goodrich, 2016: 14). O fato de que as Crônicas foram escritas, segundo o próprio autor, com a intenção de instruir os iletrados e convencer os letrados (Sulp. Sev. *Chron*. *praef*. 2), faz com que várias questões cotidianas, como o casamento misto, sejam tratadas de maneira bastante pessoal quando Sulpício passa pelos eventos do antigo testamento. Já no início da narrativa, que cobre o período bíblico do Gênesis, Sulpício atribui o surgimento dos gigantes à corrupção moral dos anjos[159], que se deixaram seduzir pela beleza das mulheres humanas, abandonando assim suas origens e rejeitando sua natureza superior. Ao fim, o escritor adverte:

> Esses, semeando paulatinamente costumes nocivos, corromperam a primeira geração de humanos e diz-se que do cruzamento entre eles surgiram os gigantes, pois a mistura de naturezas diferentes entre si gera monstros. (Sulp. Sev. *Chron*. 1, 1, 3)[160]

O vocabulário de Sulpício é alusivo e a diferença entre a natureza de homens e anjos certamente faz referência à distinção que se considerava inata entre romanos e bárbaros e ao perigo de deixar que os costumes pagãos ou arianos dos últimos se difundissem na sociedade galorromana. O autor, como se percebe, utiliza o Antigo Testamento e textos apócrifos para fazer conferir sentido à sua realidade e refletir sobre aspectos de seu tempo (Senneville-Grave, 1999: 369). À medida em que a narrativa avança e os episódios bíblicos passam a envolver apenas figuras humanas, reis e povos diversos, a mensagem de Sulpício vai ficando cada vez mais clara. Depois da fuga de Jacó para a Mesopotâmia, seu pai o instrui a se casar com uma mulher da casa de Labão, irmão de Rebeca, conselho que ele considera prudente: "Eles tiveram

[159] Para a história dos anjos e gigantes, Sulpício provavelmente se apoiou em I *Enoque*, 7, 1–2; 9, 8–9; 15, 3–8. A relação dos pais da igreja com o Livro de Enoque, com sua versão da corrupção e queda dos anjos, foi inconstante. Até o início do século II, os filósofos cristãos aceitavam o texto como prova da dimensão física dos anjos caídos. No período posterior, especialmente depois do escrutínio de Agostinho (*De civ*. *D*. 15, 23), o texto perdeu toda a sua autoridade canônica (Barker, 2005: 7).

[160] *hi paulatim mores noxios conserentes humanam corrupere progeniem, exque eorum coitu Gigantes editi esse dicuntur, cum diversae inter se naturae permixtio monstra gigneret.*

tanto cuidado que, mesmo que estivessem estabelecidos em terras estrangeiras, ainda conduziram a linhagem dentro de sua família. (Sulp. Sev. *Chron*. 1, 7, 3)"[161].

Os laços familiares nessa passagem, cuja preservação diante do elemento estranho Sulpício Severo considera salutar, aludem à comunidade maior de cristãos galorromanos, que devem se resguardar diante da presença bárbara. Em outro momento da narrativa, depois da morte de Josué, quando os israelitas viviam sem um líder, mas escolhiam Judá como seu comandante em tempos de guerra e empreendiam grandes conquistas, o autor alerta:

> Então, como sempre acontece quando a situação está favorável, tendo se esquecido do costume e dos ensinamentos, o povo começou a contrair matrimônio com os vencidos e a adotar pouco a pouco costumes estrangeiros e logo a sacrificar aos ídolos de maneira profana, de tal forma que toda união com estrangeiros é perigosa. (Sulp. Sev. *Chron*. 1, 23, 1)[162]

O que sugere que Sulpício se refere aos assentamentos bárbaros nessa ocasião é justamente o uso do verbo *dedo* e da fórmula *receptus in fidem* utilizadas no capítulo anterior (Sulp. Sev. *Chron*. 1, 22, 1), ao falar da rendição voluntária dos gibeonitas aos hebreus. Isso faz com que, pelo universo semântico, esses eventos sejam aproximados da realidade que Sulpício vivenciava nas Gálias e de suas preocupações cotidianas. A completa incompatibilidade entre povos de costumes diferentes torna absolutamente reprovável a união homens e mulheres de um e outro. Os conselhos e avisos de Sulpício contra o casamento misto fazem eco, portanto, aos dispositivos normativos que visavam manter a distinção entre provinciais e bárbaros assentados. Isso mostra que lideranças e figuras aristocráticas galorromanas nesse período, ao menos em parte, consideravam importante a manutenção dessas diferenças e, dentro das suas esferas de influência, buscavam reforçá-las.

A diacronia marcante das Crônicas de Sulpício Severo finalmente se conclui quando, no episódio da interpretação do sonho de Nabucodonosor, ele tem a chance de relacionar um presságio do passado com os acontecimentos do seu tempo. Nesse sonho, uma estátua feita de vários materiais se apresenta diante do rei, sua cabeça é feita de ouro, seu peitoral e braços são de prata, coxas de bronze e o restante das pernas de ferro até os pés, feitos com argila, "mas o ferro e a argila, misturados entre si, não podiam dar liga. (Sulp. Sev. *Chron*. 2, 2, 3)"[163]. Para cada material de que é feita a estátua, Sulpício atribui um grande império do passado. As pernas de ferro seriam o Império Romano e por fim:

---

[161] *tanta illis cura fuit, cum in alienis terris consisterent, genus tamen intra familiam suam ducere.*

[162] *inde, ut semper fieri secundis rebus solet, morum disciplinaeque immemor matrimonia ex victis assumere paulatimque externos mores trahere ac mox profano ritu idolis sacrificare occepit; adeo cuncta cum externis societas perniciosa est.*

[163] *sed ferrum atque testum inter se confusum coire non poterat.*

> a argila e o ferro, como nunca se combinam em um material homogêneo, representam as misturas futuras do gênero humano, mutualmente conflitantes. Com efeito, é certo que o solo romano foi ocupado por povos estrangeiros ou rebeldes ou cedido aos que se entregaram através de uma falsa aparência de paz. Vemos também que nações bárbaras, entranhadas em nossos exércitos, cidades e províncias (...) vivem entre nós, embora não adotem nossos costumes. (Sulp. Sev. *Chron*. 2, 3, 2)[164]

Dentre os vários aspectos de sua experiência provincial cotidiana, é bastante significativo que Sulpício tenha escolhido justamente a presença bárbara em território romano para conferir significado à parte fraca da estátua que corresponde ao Império Romano. Para ele, esse é um tema fundamental a ser tratado com seus leitores e sua comunidade. O assentado bárbaro é um inimigo interno silencioso capaz de subverter os valores romanos e cristãos. Essa é certamente uma opinião diferente daquela emitida pelos panegiristas, bem menos otimista, e Sulpício encara as políticas de assentamento com bastante reserva e desconfiança. De qualquer maneira, a figura do "bárbaro de dentro" e sua mobilização consciente nas Crônicas de Sulpício Severo são essenciais como elemento de alteridade na percepção identitária do autor e em seu esforço de construção e preservação de uma comunidade cristã galorromana.

Em documentos produzidos por outros círculos fora da aristocracia cristã galorromana, as menções aos assentados também são negativas e servem para marcar a diferença entre a sua conduta e dos provinciais. Os letas surgem no relato de Amiano Marcelino no contexto da instabilidade das Gálias ocasionada pelas incursões dos alamanos após a derrota dos usurpadores Magnêncio e Decêncio nos anos 351–353, como vimos no capítulo anterior:

> os bárbaros letas, espertos para tirar proveito do roubo ocasional, depois de terem atravessado entre os acampamentos de ambos os exércitos sem serem percebidos, atacaram Lyons desprecavida (Amm. Marc. 16.11.4).[165]

Para o historiador, a natureza do comportamento dos letas, quando por algum motivo de força maior são deixados sem supervisão, é retornar à barbárie que lhes é própria e agir contra os provinciais. Esse tema emerge novamente na narrativa para exaltar os feitos de Juliano e preparar o leitor para o seu advento como Augusto em Paris em 360, "depois de ter retomado as cidades das Gálias anteriormente saqueadas e destruídas pelos bárbaros que ele mesmo havia transformado em tributários e súditos. (Amm. Marc. 20, 4, 1)[166]". A tautologia que Amiano utiliza nesse caso tem o propósito de reforçar o caráter pessoal da operação de assentamento

[164] *commisceri testum atque ferrum numquam inter se coeunte materie commixtiones humani generis futurae a se invicem dissidentes significantur, siquidem Romanum solum ab exteris gentibus aut rebellibus occupatum aut dedentibus se per pacis speciem traditum constet, exercitibusque nostris, urbibus atque provinciis permixtas barbaras nationes (...) inter nos degere nec tamen in mores nostros transire videamus.*

[165] *Laeti barbari ad tempestiva furta sollertes inter utriusque exercitus castra occulte transgressi invasere Lugdunum incautam*

[166] (...) *receptaque oppida Gallicana ante direpta a barbaris et excisa, quos tributarios ipse fecit et vectigales*.

que ligou essas populações a Juliano por um laço de fidelidade e a natureza pouco confiável dos bárbaros que rompem esse pacto, embora ele não critique abertamente a decisão de Juliano de assentar grupos alamanos nas Gálias depois de sua vitória decisiva. Em ambos os casos Amiano deixa transparecer certo receio de que a vida camponesa seja incompatível com a natureza selvagem do bárbaro (Ziche, 2011: 208) e que há sempre a possibilidade de que, sem supervisão e controle, essa última sempre se manifestará no momento oportuno. Essas populações eram entendidas como marginais, perigosas e pouco confiáveis.

Há que se lembrar também dos usos políticos da figura desses "bárbaros de dentro". No capítulo anterior, mencionamos a campanha difamatória movida por Constâncio II contra seu adversário, o usurpador galorromano Magnêncio, em um momento em que ainda havia grande necessidade de consolidação da legitimidade da dinastia constantiniana. Um dos elementos essenciais desse processo foi a ênfase nas origens obscuras de Magnêncio na narrativa oficial. Dentre as várias versões que acabaram por se perpetuar na documentação de natureza historiográfica, chama atenção aquela em que o elemento lético de seu passado ganha proeminência. No início do século VI (Cameron, 1969), Zósimo ainda reproduzia, provavelmente se baseando em Eunápio de Sardis, que o usurpador era "de origem bárbara, mas assentado em meio aos letas, um povo gaulês (Zos. 2, 54, 1)"[167]. Certamente, o historiador já não compreendia bem um conceito tão antigo e próprio à parte ocidental do Império Romano, mas sua versão pode ser melhor compreendida juntamente ao relato de um autor anônimo de finais do século IV (Barnes, 2002), para quem Magnêncio era "nascido de pais bárbaros que habitam as Gálias (*Epit. de Caes*. 42, 7)"[168]. Nesse caso, o elemento leta foi mobilizado não apenas para explicar o temperamento selvagem do usurpador (Aur. Vict. *Caes*. 41, 25), assassino de Constante, mas serviu principalmente para retratá-lo como indigno da posição de Augusto. Magnêncio morre, portanto, duas vezes: fisicamente primeiro, depois como romano ao ser genealogicamente associado aos assentados bárbaros (Drinkwater, 2000: 145).

Vemos, portanto, que essa separação entre assentados bárbaros e provinciais, tão incentivada e chancelada pelo poder imperial e tão marcada e reforçada na documentação escrita, foi mobilizada pelos autores contemporâneos aos processos de assentamento para as mais variadas finalidades. Não surpreende que nos estudos focados nos aspectos econômicos e sociais do Império Romano Tardio, os assentamentos bárbaros em território romano, especialmente nas Gálias, tenham sido tratados frequentemente como redutos controlados e

[167] γένος μὲν ἔλκων ἀπὸ βαρβάρων, μετοικήσας δὲ εἰς Λετούς, ἔθνος Γαλατικόν.
[168] *Ortus parentibus barbaris, qui Galliam inhabitant*.

isolados nos quais o poder imperial mantinha e "reproduzia" bárbaros (Jones, A. H. M. 1964: 620) para fins militares ou econômicos.

Se, de fato, essas comunidades foram pensadas para serem "vitrines" dos sucessos imperiais para os provinciais, devia ser possível identificá-las na paisagem rural das províncias. Em 368 (Green, 1991: 456), ao relatar sua viagem pelo Moselle na forma de um poema em que descreve as paisagens e as pessoas de sua amada terra, Ausônio não deixa de observar uma comunidade peculiar:

> Passo perto da sedenta Dunisso, com suas terras ressequidas em toda parte,
> e de Tabernas, banhada por um manancial infindável
> e terras aráveis loteadas ainda há pouco para os colonos sármatas. (Aus. *Mos*. 7–9)[169]

Geoffrey de Sainte Croix (1981: 514) hesita em identificar esses assentados com os sármatas limigantes, mencionados por Amiano. Em razão do termo *nuper*, o estudioso cogita que possa se tratar de um assentamento da época de Valentiniano, não mencionado em nenhum outro documento, mas possivelmente ligado às invasões de 365 (Amm. Marc. 26, 4, 5). Roger Green (1991: 465) nota que, dada a enorme escala temporal do parágrafo de abertura, *nuper* não precisa necessariamente se referir a um passado tão recente. Parece mais provável, portanto, que Ausônio se refira ao grupo sármata, ou parte dele, que foi assentado por Constâncio II.

Identificar a presença desses agrupamentos bárbaros na cultura material esbarra no velho problema de atribuir a certas práticas e objetos uma etnicidade própria. O paradigma que Bruce Trigger (2004: 145–202) chama de "histórico-cultural", dominante no século XX desde os trabalhos ufanistas de Gustav Kossinna sobre os povos germânicos, centrou-se nas práticas funerárias como fonte de elementos definidores de etnicidade. Assim, buscou-se também nesse período identificar os letas através de práticas funerárias que destoavam daquelas conhecidas no interior do Império. Os cemitérios que apresentavam enterramentos arranjados em fileiras, com sepulturas ricas em objetos funerários metálicos, joias para as mulheres e armamento para os homens, foram tidos como indicadores da presença de uma *Reihengräberzivilisation* (cultura das sepulturas em fileira), em oposição ao elemento galorromano representado pelos enterramentos irregulares e com cada vez menos objetos funerários, principalmente cerâmica.

Para Joachim Werner (1950), esses costumes funerários, tidos como merovíngios, deviam ter se originado no norte das Gálias ao final do século IV e seriam indicadores da presença dos letas. Eles teriam ficado em seus assentamentos compostos de grupos familiares

[169] *Praetereo arentem sitientibus undique terris*
Dumnissum riguasque perenni fonte Tabernas
Aruaque Sauromatum nuper metata colonis.

sem serem integrados à sociedade romana provincial, mantendo sua semelhança à população de origem do *barbaricum*, dada a diminuição da força da romanização a partir de meados do século III (MacMullen, 1990: 49–55) e juntando-se posteriormente aos francos durante as conquistas de Clóvis. No entanto, não há qualquer evidência escrita para a afirmação de Werner de que a partir de Juliano os letas, diferentemente dos provinciais, receberam o privilégio de portar armas e começaram a ser enterrados com elas como forma de marcar sua identidade (Fehr, 2002: 195–6). No que tange a cronologia, esse tipo de enterramento só começa a surgir no final do século IV, muito depois dos primeiros assentamentos letas (Halsall, 1992: 197).

Com efeito, a ausência desse costume funerário ao sul do Loire no século V leva a pensar que, por si só, ele talvez não fosse um marcador étnico para a presença bárbara, mas sua distribuição no norte das Gálias em torno do ano 400 sugere que uma nova forma de enterramento tenha surgido em resposta a transformações políticas e sociais, como o enfraquecimento da presença imperial e as revoltas dos bagaudas (*ibid*.: 204). Por outro lado, a presença de casas longas do tipo *Wohnstallhaus* (casa-estábulo), típicas de territórios além do Reno, juntamente à cerâmica não-torneada do tipo germânico em assentamentos rurais das Gálias do século IV, podem ser indicativos melhores da presença de comunidades bárbaras assentadas pelo poder imperial nessas regiões (Lenz, 2005). Essas estruturas peculiares, diferentes das construções rurais galorromanas, talvez tenham chamado a atenção de Ausônio, que logo reconheceu a identidade de seus ocupantes, ao longo de seu itinerário.

Graças ao refinamento de técnicas de escavação e datação e ao interesse crescente dos estudiosos em ocupações rurais, alguns elementos da cultura material de sítios recentemente escavados e estudados em detalhes nos permitem ter uma visão mais nuançada das relações que se estabeleciam entre seus ocupantes e a população provincial dos entornos. O sítio de Nereth/Balen, descoberto em 2003, tem essas características. No setor 2, foram encontrados restos datados da Antiguidade Tardia, indicando um período intensa atividade entre 320 e 380 (Hanut; Goffioul e Goemaere, 2012: 244). Esses restos consistem em uma casa-estábulo de dimensões superiores a 16x6 m, cercada de fossas ligadas atividades domésticas, com três lareiras circulares e uma área privativa. Os artefatos encontrados sugerem uma vida doméstica, com o cultivo da terra e uma presença feminina atestada pelas fíbulas, mas se mesclam aos objetos de caráter militar, como uma cabeça de machado de guerra. Isso aponta para um assentamento tal qual descrito nas fontes: a concessão de terras para cultivo de grupos familiares bárbaros em troca de serviço militar.

As fossas eram usadas como depósito pelos ocupantes e os cerca de 2.290 fragmentos de cerâmica encontrados permitem uma análise quantitativa do mobiliário doméstico do sítio. Uma quantidade considerável (25,2%) é composta de cerâmica modelada não-torneada do tipo germânica, caracterizada pela grosseria de sua fabricação. Seu repertório morfológico é idêntico ao encontrado em muitos a assentamentos germânicos escavados na Germânia Segunda ou além do Reno. A análise mineralógica dessas peças aponta para uma origem em território além dos limites do Império Romano (Hanut *et al*., 2013: 153). A maior parte, no entanto, (52,2%) é composta pela cerâmica rugosa de Eifel, cujas origens se dividem entre o ateliê Speicher e o de Mayen, sendo as peças dessa última quase duas vezes mais numerosa que as da primeira. A cerâmica de mesa é constituída por produções em *terra sigilata* de Argonne/Lorena (8,3%), além de um pequeno número de peças em *terra nigra* (6,8%). Todas essas peças são tipicamente galorromanas. A cerâmica rugosa de Mayen, especialmente, é encontrada em grandes quantidades em sítios nos vales do Moselle e do Reno, em território romano, datados do último terço do século IV (Brulet, 2010: 416; 422). Esses dados apontam para um contato intenso dessa comunidade com as populações provinciais dos entornos. O sítio, afinal, não ficava muito distante de um importante centro urbano, a capital-*civitas* de Tongres.

Esse tipo de sítio não se restringe às regiões fronteiriças, como seria de se esperar se estivéssemos falando de comunidades de "soldados-camponeses". Em Saint-Ouen-du-Breuil, a quase 500 km do *limes* na Lugdunense II, uma comunidade agropastoril instalada nas grandes planícies de solo argiloso do Sena, propícias à agricultura, apresenta mais de trinta edifícios em madeira distribuídos em 9 ha, rodeados de celeiros suspensos, fornos e habitações anexas. Dessas construções, as maiores são compostas de três naves medindo até 38x8 m e apresentam características das *Wohnstallhäuser*. A datação do sítio entre 345 e 350 provém dos *solidi* e peças de prata encontradas em um vaso originário de Tréveris, talvez parte de um *donativum* militar mais do que moedas para circulação comum em meio rural. Isso aponta, outra vez, para um assentamento de natureza gentílica ou lética.

Nesse contexto arqueológico, a presença de cerâmica não-torneada de tradição germânica (29%), produzida com a matéria-prima local, segundo análises mineralógicas, novamente se mistura às cerâmicas comuns galorromanas típicas do século IV (45%), produzidas regionalmente e na região de Île-de-France, e às peças de *terra sigilata* (12%), produzidas exclusivamente na região de Argonne, e às peças *black burnished* (12%), provenientes da região de Poole Harbor, ao sul da Inglaterra e de Dieppe, em Seine-Maritime. Essa variedade de tipos ceramológicos mostra inegavelmente a integração dessa comunidade

ao mercado local e inter-regional (Gonzalez, Ouzoulias e van Ossel, 1999; 2003). Esse acesso era possível graças à proximidade do sítio com a capital-*civitas* de Rouen, que era inclusive a capital da Lugdunense II, às margens do Sena.

Se, de fato, essas comunidades rurais devem ser identificadas aos assentamentos letas, elas definitivamente não parecem os "guetos" isolados nas fronteiras de bárbaros violentos e inconstantes, embora necessários ao cultivo de terras abandonadas e ao recrutamento, que emergem da legislação e da documentação escrita de natureza literária. Pelo contrário, apesar dos esforços do poder imperial e de figuras provinciais proeminentes em mantê-los diferenciados da população provincial, os indícios materiais dos assentamentos apontam para uma vida cotidiana que extrapolava a rigidez das categorias discursivas opostas de "bárbaros de dentro" e romanos provinciais. Isso significa que nem sempre esses elementos identitários foram mobilizados de maneira antagônica, como os escritores tardoantigos frequentemente o fizeram para marcar sua identidade romana, pelas pessoas que efetivamente vivenciavam essas relações. Ao nível quotidiano, parece que essas distinções pouco importavam e podiam mesmo ser mobilizadas concomitantemente, sem qualquer conflito entre elas. É isso que mostra o epigrama funerário de um soldado franco encontrado nas proximidades de Budapeste:

> Eu, um franco, cidadão romano, soldado em armas, sempre trouxe minha mão direita para a guerra com exemplar coragem. (*CIL* III, 03576 = *ILS* 2814)[170]

Esses três elementos[171] pelos quais o soldado se identifica não apresentam qualquer contradição entre si, nem precisam representar necessariamente três coisas totalmente distintas e não-paradoxais, como sugere Kent Rigsby (1999): origem, status social e carreira. Certamente, o uso de *Francus* e *Romanus* na mesma frase para se referir ao mesmo indivíduo poderia causar certo impacto ao transeunte desavisado, mas talvez essa tenha sido sua intenção. Contudo, ainda que ele estivesse tão distante de Cícero no tempo quando na escala social, o anônimo soldado franco curiosamente lhe faz eco quando dá a entender ao leitor curioso como Ático no diálogo das *Leis* (2, 5), em suas palavras, que ele também não tem qualquer problema com sua identidade multifacetada.

[170] *Francus ego*, *civ<e=i>s Romanus*, *miles in armis*, / *egregia virtute tuli bello mea*(*m*) *dextera*(*m*) *sem*(*p*)*er*.

[171] Certamente faz mais sentido ler *civis* junto a *Romanus* na inscrição do que junto a *Francus* como o fazem Thomas Burns (1984: 8; 10) e Edward James (1988: 42). O que seria, afinal, um "cidadão franco e soldado romano" nesse período?

Parte II

Capítulo IV

Novos atores e novas fronteiras: as relações entre bárbaros e provinciais da perda do controle do Reno à fronteira da Aquitânia visigótica (406–475)

Há dois eventos no início do século V que transformaram profundamente as fronteiras das províncias ocidentais do Império Romano e como elas eram percebidas como os limites que separavam geograficamente romanos e bárbaros no *orbis Romanus* e no *barbaricum* respectivamente. O primeiro desses eventos é a travessia em massa dos alanos, vândalos e suevos pelo Reno, possivelmente no derradeiro dia do ano de 406, impelida pelo avanço dos hunos em direção ao oeste (Heather, 2009). Diferentemente das incursões pontuais dos francos e alamanos no século anterior, habilmente utilizadas pelo poder imperial para propagar a imagem da ameaça bárbara perene na fronteira e tirar vantagem disso, como vimos, a travessia do Reno de 406/7 não foi uma operação de rapinagem ou ocupação de terras nas zonas fronteiriças. Depois da passagem para a Hispânia em 409, as figuras proeminentes desses grupos obtiveram sucesso, em maior ou menor grau, ao estabelecerem seus domínios nas províncias ocidentais.

O segundo desses eventos foi o estabelecimento definitivo dos visigodos no sul das Gálias em 418, depois de uma campanha bem-sucedida do Império contra os Vândalos e Suevos na Hispânia e de mais de 20 anos de negociações e tensões entre seus chefes e o Império Romano. O retorno de Gala Placídia, irmã do imperador Honório raptada durante o saque de Roma de 410 e, nessa época, viúva de Ataulfo, por parte de Vália em 416 teve como contrapartida a instalação desses grupos no vale do Garona, na Aquitânia segunda e territórios adjacentes dois anos depois (Mitchell, 2015: 219). Não nos é possível saber os termos exatos em que essa operação ocorreu, se o *foedus* de 416–8 foi basicamente a reafirmação daquele mais antigo firmado entre os godos da Trácia e os oficiais de Teodósio em 382, ou se um tratado absolutamente novo foi desenhado pelo patrício Constâncio, envolvendo garantias de autonomia aos visigodos e a concessão de algum tipo de autoridade sobre esse território ao rei Vália. O que se pode perceber, ao menos até a "grande aliança" contra os hunos de 451 entre o rei dos godos Teodorico e seu adversário, o general romano Aécio, arranjada por Ávito, antigo prefeito pretoriano das Gálias, é que as ações góticas oscilavam entre a cooperação e a hostilidade ao Império Romano, sempre buscando melhorar as condições de seu estabelecimento em solo provincial a depender dos momentos de solidez ou fraqueza do poder imperial (Heather, 1992: 84–6).

O contexto do surgimento dos estados nacionais modernos, que influenciou sobremaneira a visão dos estudiosos sobre a fronteira na Antiguidade, como vimos no primeiro capítulo, exerceu também sua influência nas interpretações desse processo que acabamos de descrever. Pierre Courcelle (1964: 143) se refere ao *foedus* como um pacto concluído entre duas nações, a romana e a visigótica. Sob esse prisma, quando tomados em conjunto, os dois acontecimentos mencionados parecem sugerir um processo histórico pelo qual as fronteiras que separavam o mundo romano do território bárbaro entraram em colapso e se desintegraram em favor do surgimento de novas fronteiras, dessa vez, entre os reinos bárbaros e o território romano no qual esses estavam incrustados. Para Ernest Stein (1959: 267), essas fronteiras haviam sido desenhadas cuidadosamente pelo poder imperial para que nem a rota terrestre entre a Itália, a Hispânia e o norte das Gálias, nem a costa do Mediterrâneo lhes escapasse ao controle.

Dessa forma, as operações militares góticas sobre Arles em 425 e 430 e novamente sobre Arles e Narbona em 436–7 (Heather, 1992: 84), foram vistas como tentativas de expansão territorial do Reino Visigótico de Toulouse. John Bury (1923: 242; 2015: 63), em dois trabalhos influentes, atribuiu aos próprios godos um ponto de vista segundo o qual um reino gótico com ímpeto expansionista havia sido estabelecido na Aquitânia e ao rei Teoderico I o propósito maior de expandir seu domínio para a costa do Mediterrâneo. Recentemente, no entanto, no contexto de uma historiografia mais atenta às particularidades político-territoriais da Antiguidade, algumas interpretações tenderam à direção oposta, de considerar que todas as relações entre os visigodos e o Império até 476 foram entre tropas federadas, ocasionalmente rebeldes, e os imperadores e generais romanos (Delaplace, 2015).

O presente capítulo, que se concatena ao primeiro deste trabalho, visa compreender em que medida esses processos transformaram as relações entre provinciais e bárbaros para além de uma identidade construída a partir dessas novas fronteiras. Primeiramente, analisaremos o impacto da travessia do Reno de 406 no mundo romano e na percepção das fronteiras entre o mundo romano e o *barbaricum*, em seguida, investigaremos acerca da natureza do assentamento visigótico na Aquitânia em 418 suas fronteiras. Depois abordaremos como os novos termos *Gothia* e *Romania* surgiram para descrever as relações entre romanos e bárbaros na documentação escrita nessa nova realidade fronteiriça. Por fim, veremos como essa nova divisão, que pressupõe uma nova organização espacial, foi mobilizada ou não por provinciais e bárbaros em suas relações cotidianas.

4.1 A retirada da fronteira do Reno e a travessia de 406/7

A perda do controle romano sobre a fronteira do Reno não foi algo que aconteceu em apenas um evento específico, cujas causas poderiam ser buscadas localmente, ou mesmo apenas nas províncias ocidentais do Império. Tampouco pode-se dizer que a retirada da presença imperial, outrora constante, e dos contingentes romanos dessa zona defensiva possa ser identificada a uma única ação deliberada de um imperador, ou que essa foi uma política sustentada por todos os imperadores e generalíssimos a partir da última década do século IV. O processo histórico que culminou na travessia em massa dos vândalos, alanos e suevos pelo Reno em 406/7 levou, em última instância, à gradativa desintegração da fronteira como elemento separador do *barbaricum* e do mundo romano dentro das percepções identitárias romanas, de modo que uma reelaboração do discurso imperial sobre "o lugar dos bárbaros" se fez necessário.

Pode-se dizer que a última grande demonstração do poderio romano no Reno, relatada por Amiano Marcelino, coincide justamente com a revolta dos godos na Trácia em 378. Segundo ele, os alamanos lentienses souberam por um soldado alamano a serviço do palácio que o então imperador Graciano havia congregado tropas de várias províncias ocidentais para ir ao encontro de seu tio Valente a fim de unir forças contra a rebelião gótica e aproveitaram da situação para saquear os territórios fronteiriços. A discrepância entre os acontecimentos e a narrativa chama a atenção e remete aos casos envolvendo Juliano e os francos e Valentiniano e os alamanos, que exploramos no primeiro capítulo e sobre os quais se debruçou John Drinkwater (1997; 1999). O historiador se refere à operação de rapinagem como um "desastre" e à deserção do soldado alamano como o "princípio mortífero (Amm. Marc. 31, 10, 2)"[172] de toda a movimentação. No entanto, logo em seguida, vemos que a investida dos alamanos, iniciada em fevereiro, é contida por não mais do que dois regimentos auxiliares, os Celtas e os Petulantes, que estavam nas proximidades do ponto de travessia, proporcionada pelo congelamento do rio.

Mesmo em um segundo momento, quando os alamanos se reagruparam ao tomar conhecimento da presença maciça dos exércitos ocidentais na Ilíria, Graciano não se prontificou a combatê-los pessoalmente como se fossem uma grande ameaça à integridade territorial romana e manteve-se em Tréveris até pelo menos o início de junho (*Cod. Theod*. 1, 15, 9). Ele deixou a tarefa a cargo de dois comandantes de posição superior aos *duces*, mas ainda inferior aos *magistri*: Malobaudes, rei franco que chefiava os *protectores domestici*, e Nanieno,

[172] *clades hinc exitiale primordium* (...)

provavelmente *comes rei militaris* [173] . Uma vez mais, como nos casos analisados por Drinkwater, a superioridade do exército romano prevaleceu em confrontos abertos e diretos, o chefe alamano Priário pereceu em combate e os alamanos foram forçados a retroceder, extremamente reduzidos em número. Foi somente depois dessa vitória de seus comandantes que Graciano, possivelmente já em movimento em direção ao Oriente, desvia seu caminho pelo outro lado do Reno a fim de oportunamente conduzir uma campanha contra os alamanos fugitivos. Sua vitória sobre eles lhe garante um tratado de paz vantajoso com os sobreviventes.

Duas coisas chamam a atenção no relato de Amiano (31, 10) sobre esses eventos. Primeiramente a altíssima cifra de 40 mil guerreiros lentienses reunidos às pressas dos vilarejos alamânicos (*pagi*) por uma pequena liderança que sequer foi mencionada em outros momentos da obra. Vimos no segundo capítulo que foi necessária a união de sete reis dos alamanos para aglomerar os 35 mil guerreiros, segundo Amiano, que lutaram em Estrasburgo contra Juliano. Em segundo lugar, o fato de que Graciano já havia sido chamado por Valente para auxiliá-lo na contenção da rebelião dos godos, que havia se tornado um problema de dimensões consideráveis, quando decidiu chamar de volta destacamentos que já estavam em movimentação para uma campanha punitiva contra os sobreviventes de uma vitória esmagadora de seus oficiais.

Apesar de Amiano, como de costume, mostrar grande entusiasmo com a derrota desses povos que ele qualifica como uma "gente maléfica e ávida por desordem (Amm. Marc. 31, 10, 11)"[174] e de elogiar o sucesso de Graciano em uma passagem de teor quase panegírico (31, 10, 18), a empreitada foi um desastre completo quando analisada com cuidado. Os lentienses sobreviventes demonstraram grande capacidade de resistência, recorrendo a um complexo sistema de refúgios nas montanhas, e Graciano não teve outra escolha senão vencê-los pela fome. Isso levou algum tempo, talvez de meados ao final de junho, o suficiente para que Graciano só conseguisse chegar a *Castra Martis* no dia 2 ou 3 de agosto, ainda a 18 ou 19 dias de marcha até Adrianópolis, o que fez com que Valente decidisse enfrentar os godos sem os reforços de seu sobrinho nas cercanias da cidade em 9 de agosto (Drijvers e Teitler, 2019).

A obsessão de Graciano pelos alamanos foi descrita por Noel Lenski (2002: 365–7) como teimosia, ou, no pior dos casos, um ato de perversidade contra seu tio Valente, com quem o imperador mantinha uma relação conflituosa desde a ascensão de Valentiniano II, decidida unilateralmente por Graciano, e a questão do controle sobre a Ilíria. O jovem imperador parece

[173] Amiano (31, 10, 6) se refere a Nanieno como *dux*. Perece correto admitir que o autor utiliza o termo somente como designação genérica de "comandante", uma vez que ele afirma que Malobaudes era seu par.
[174] (...) *malefidam et turbarum avidam gentem*.

ter usado muito bem um "mecanismo propagandístico" que buscava mostrar ao seu tio mais velho que ele o havia superado em sucessos militares nas fronteiras. Não por acaso, Amiano (31, 10, 5) dá a entender que os aduladores do imperador aumentaram o número de lentienses derrotados de 40 para 70 mil e que o próprio Graciano, em suas cartas a Valente e mensagens trazidas pelo seu entourage, se autopromovia (Amm. Marc. 31, 11, 6–12, 1).

Por outro lado, da mesma forma que Valentiniano escolheu a dedo suas campanhas punitivas na fronteira do Reno em resposta a escaramuças relativamente pequenas e frequentes, a fim de evitar um confronto direto com o usurpador Procópio e fazer frente aos sucessos do conde Teodósio na Britânia, é possível que Graciano não estivesse disposto a enfrentar os godos com seu tio na Trácia, esperando que ele fosse vencê-los. Para tal, ele teria buscado uma atividade militar que o detivesse no Reno. A morte de um chefe alamano em solo romano, ainda que em uma operação de rapinagem combatida com facilidade pelos seus subordinados, era o pretexto ideal para uma campanha punitiva além do Reno. O jovem imperador do Ocidente talvez tivesse a esperança de que essa seria uma vitória fácil e rápida sobre os remanescentes de um exército já derrotado, cujos números podiam facilmente ser exacerbados para que ele estivesse à altura de seu tio Valente, quando ele saísse vitorioso sobre os godos (Drinkwater, 2007: 310–4). Como o confronto entre Graciano e os lentienses é um evento secundário no livro 31, o único capítulo que lida com os eventos na parte ocidental do Império, mas essencial para explicar por que Valente lutou sozinho contra os godos na batalha de Adrianópolis, é possível que Amiano tenha incorporado muito da "propaganda" de Graciano em sua narrativa sem buscar confrontar testemunhos e detalhes, como ele fez em outras ocasiões.

Fica claro, sob essa perspectiva, que Graciano buscou nortear suas decisões pelas práticas político-militares que haviam se tornado comuns na fronteira do Reno desde ao menos meados do século IV, utilizando uma suposta grande ameaça bárbara na fronteira para consolidar seu poder na esfera de influência que lhe competia, seja diante dos provinciais, seja perante seu colega imperial mais velho e experiente. O jovem imperador do ocidente, no entanto, não foi tão hábil no manuseio do "artefato galorromano" quanto seu pai Valentiniano, talvez o imperador que melhor utilizou o artifício, desde as campanhas punitivas até o maciço programa de construções de fortificações do Reno. A revolta dos godos no interior da Trácia, afinal, não podia ser comparada com as escaramuças ou ocupações efêmeras de territórios fronteiriços que podiam ocorrer em razão de uma brecha momentânea nas defesas fronteiriças. Valente não foi capaz de conter a rebelião e pereceu em batalha. Graciano falhou em auxiliá-lo e não conseguiu nenhuma vitória rápida e decisiva sobre os alamanos sobreviventes.

A seriedade da situação fez com que Graciano nomeasse Teodósio como co-imperador no oriente e transferisse a residência imperial no ocidente de Tréveris para Milão na primavera de 380 (Halsall, 2007: 187) ou 381 (Curran, 1998: 104), mas os pormenores dessa movimentação não são conhecidos. Infelizmente a narrativa histórica detalhada de Amiano Marcelino se estendeu tão somente até batalha de Adrianópolis, à tentativa fracassada dos godos de tomar Constantinopla e à resposta imediata de Júlio a esses eventos, que comentamos em certa medida no capítulo anterior. No entanto, podemos presumir que, na tomada de decisão de Graciano, a necessidade real de defesa da península italiana contra a rebelião dos godos, que continuaram hostis ao Império até 382, prevaleceu sobre a demanda da presença imperial constante em Tréveris e as costumeiras demonstrações de força na fronteira do Reno.

Esse movimento de Graciano antecipou a forma que a estratégia dos imperadores e generalíssimos da parte ocidental do Império tomaria no final do século IV e início do século V. Mas, à época, nada disso parecia ser definitivo, uma vez que não faria sentido transferir a corte e a residência imperial para Milão e manter a prefeitura pretoriana da Gálias em Tréveris, dificultando substancialmente a comunicação do núcleo da administração imperial e o prefeito pretoriano. Essa reorganização mais profunda das estruturas administrativas imperiais nas províncias ocidentais, que envolveu a transferência da prefeitura pretoriana das Gálias para Arles, evento que discutiremos em mais detalhes no capítulo seguinte, só viria a acontecer efetivamente em ao menos uma década. Em Milão, influenciado por Ambrósio, Graciano se engajou no combate ao paganismo desde 382, tendo se afastado de seus exércitos e confiado a defesa das províncias ocidentais aos seus generais tanto romanos quanto de origem bárbara. A perda de poder do jovem imperador se fez sentir quando Teodósio elevou seu filho Arcádio ao augustato sem lhe consultar e o comandante das tropas da Britânia, Magno Máximo, foi proclamado Augusto em 383 (Modéran, 2006: 153).

O risco político de negligenciar Tréveris e os setores fronteiriços em função de Milão e o norte da Itália, portanto, ainda era muito grande. No entanto, a relação vacilante entre os assentados godos e o Império, bem como as usurpações nas províncias ocidentais que se tornaram mais frequentes a partir de então, deslocaram o centro do poder imperial para o sul, aproximando-o cada vez mais da Península Itálica e da própria cidade de Roma. Até sua morte em 392, Valentiniano II visitou Tréveris apenas algumas vezes, tendo estabelecido sua corte em Milão e Vienne, onde cometeu suicídio (Croke, 1976). Depois disso, foi somente quando Clóvis conseguiu reunir sob sua autoridade todas as tribos francas, estabelecendo

definitivamente um poder real e um princípio dinástico (Wood, 1994: 41–9), que uma força política estável retornou à região do Reno.

Magno Máximo, talvez reconhecido oficialmente como coimperador de Teodósio e do jovem Valentiniano II já em 384, governou as províncias da Britânia, Gálias e Hispânia a partir de Tréveris, até sua decisão de utilizar as tropas que ajudavam Valentiniano II a repelir uma invasão bárbara nas Panônias para invadir a Itália em 387. Teodósio logo se pôs em auxílio de seu protegido Valentiniano II e sua mãe Justina e derrotou as tropas de Máximo na Ilíria, executando o usurpador em Aquileia em 388 (Modéran, 2006: 153). Desse momento até 391 Teodósio se instalou em Milão, de onde conduziu suas políticas de interdição ao paganismo, abrindo espaço para que novas aspirações políticas surgissem no vácuo de poder gerado no ocidente e se utilizassem também da ameaça bárbara no Reno como elemento legitimador de seu poder.

A morte de Valentiniano II e a provável culpabilização de Arbogasto por parte de Teodósio impeliu o general franco a se aliar aos senadores pagãos de Roma infelizes com as políticas religiosas do imperador e encabeçados pelo célebre Nicômaco Flaviano e juntos a elevarem o professor de retórica Eugênio ao augustato no ocidente (Szidat, 2010: 265). Apesar de a documentação, de origem cristã em sua maioria, retratar a empreitada como o ápice do movimento de reação da aristocracia pagã às investidas cristãs de Graciano e Teodósio, as ações de Eugênio durante seu reinado não indicam um ponto de inflexão nesse sentido (Sheridan, 1966). O grande número de aristocratas pagãos em altos cargos sob Honório posteriormente mostra que eles ainda eram influentes o suficiente para serem considerados no cálculo político, algo que Eugênio e Arbogasto perceberam bem antes (Szidat, 1979: 508). A questão religiosa não era, portanto, a única, mas somente uma peça, embora importante, no jogo político imperial no qual Eugênio se dispôs a entrar. Outro ponto essencial para a legitimação do regime de Arbogasto e Eugênio no ocidente era o reconhecimento de Teodósio em Constantinopla. Para isso, Eugênio buscou a intercessão de Ambrósio em Milão e começou a cunhar moedas com as efígies de Teodósio e seu filho Arcádio (Mitchell, 2015: 94).

Um terceiro elemento crucial na estratégia política de Arbogasto, antes mesmo da concretização da usurpação de Eugênio, foi a demonstração de força da parte ocidental do Império defesa da fronteira do Reno para angariar justamente o apoio dos provinciais galorromanos. Já no inverno de 391/2[175], quando Valentiniano II ainda residia em Vienne, o

[175] Ao selecionar os trechos da obra de Sulpício Alexandre para a sua investigação acerca dos primeiros reis francos, Gregório de Tours não deixa claro se os organizou de maneira cronológica, nem fornece dados

generalíssimo empreendeu uma expedição contra os francos no Reno a partir de Colônia. Possivelmente poucos meses depois da aclamação de Eugênio, ambos voltaram à fronteira do Reno para mais uma ostentação de poder diante dos francos e alamanos. Sulpício Alexandre, um autor contemporâneo aos acontecimentos (van Hoof e van Nuffelen, 2020: 84), deixa claro que ambas as campanhas não penetraram profundamente em território bárbaro. Na primeira delas ele nota que "depois de reunido o exército e de atravessado o Reno, (Arbogasto) devastou o território dos brúcteros próximos à margem, bem como a povoação onde habitam os chamavos (Sulp. Alex. *Fr*. 6, FLHLA)[176]". A segunda expedição sequer parece ter sido uma campanha propriamente dita:

> O usurpador Eugênio, depois de recrutar uma força expedicionária, chegou à fronteira do Reno a fim de que ostentasse diante daqueles povos selvagens durante aqueles tempos calamitosos um gigantesco exército, tão logo foram renovados os antigos tratados com os reis dos alamanos e dos francos, como de costume. (Sulp. Alex. *Fr*. 7, FLHLA)[177]

Em algum momento entre essas demonstrações de força, Eugênio e Arbogasto puderam empreender algumas reformas nas cidades fronteiriças, uma ótima oportunidade para reforçarem seu papel de representantes legítimos do poder imperial, protetores dos provinciais guardiões das fronteiras, como mostra a seguinte inscrição encontrada em Colônia:

> Aos nossos incólumes senhores e imperadores Flávio Teodósio, Flávio Arcádio e Flávio Eugênio. (...) derrubada pela ação das eras, por ordem do claríssimo e ilustre conde Arbogasto, e pela perseverança do claríssimo (...) comandante dos domésticos dele, (...). O mestre (...) Aélio cuidou da construção (desse edifício) até que a obra fosse completada. (*CIL* 13, 8262 = *ILS* 792)[178]

Não é possível saber qual construção foi reformada, mas a importância política da fronteira do Reno para Arbogasto e Eugênio fica evidente a partir desses documentos. De fato, os usurpadores já se encontravam em Roma quando Teodósio, insensível aos seus cortejos, elevou ao augustato do ocidente seu filho Honório em janeiro de 393 (Modéran, 2006: 154). Mas apesar da brevidade de sua estadia nos setores renanos, Arbogasto e Eugênio buscaram utilizar em seu benefício, tão logo quanto possível, o mesmo "artefato galorromano" da mesma

---

contextuais para que possamos atribuir datas precisas aos eventos descritos em cada um deles. Seguimos aqui a cronologia dos fragmentos delineada nos comentários de Lieve van Hoof e Peter van Nuffelen (2020: 81–98).

[176] *Collicto ergo exercitu, transgressus Rhenum, Bricteros ripae proximos, pagum etiam quem Chamavi incolunt depopulatus est.*

[177] *Eugenius tyrannus, suscepto expeticionale procincto, Rheni limitem petit, ut, cum Alamannorum et Francorum regibus vetustis foederibus ex more initis, inmensum ea tempestate exercitum gentibus feris ostentaret.*

[178] *[Salvis domini]s et imperatoribus nost/[ris Fl(avio) Theodo]sio, Fl(avio) Arcadio et Fl(avio) Eugenio / [--- vetustat]e conlabsam(!) iussu viri cl(arissimi) / [et inl(ustris) ------Arboga]stis, comitis, et instantia v(iri) c(larissimi) / [--- co]mitis domesticorum ei(us) / [---]s ex integro opere faciun/[dam cura]vit magister pr(---) Aelius [---]*

forma que o fizeram os imperadores de meados do século. Primeiramente, escolheram com cuidado suas ações militares no Reno, tomando riscos calculados e amplificando seus feitos.[179] Em segundo lugar, colocaram-se na posição de restauradores das fronteiras e representantes legítimos do governo de Teodósio nas províncias ocidentais ao reconstruírem edifícios públicos das cidades próximas ao Reno em benefício dos provinciais.

No jogo político do Império, portanto, o Reno continuou a ocupar um lugar importante. A fronteira ainda era mobilizada como elemento de separação entre o mundo romano e o *barbaricum* e as zonas limítrofes do Reno ainda eram evocadas como lugar de relações violentas. Colocar-se como protetor do mundo romano, portando-se como guardião desses limites diante dos provinciais, ainda era uma fonte importante de legitimidade na parte ocidental do Império. Entretanto, como mostram os casos de Graciano em 380/1 e de Eugênio e Arbogasto em 393, essa tarefa se tornava cada vez mais difícil à medida em que os imperadores, usurpadores e generais nos territórios ocidentais tinham de desviar sua atenção para os movimentos de outras forças que surgiam e ganhavam espaço no interior do Império, principalmente em direção à Itália.

O confronto inevitável entre Teodósio e Eugênio e Arbogasto marcou um ponto crucial nesse processo. Tão logo pôde-se perceber que Teodósio se preparava para a guerra, o usurpador e seu generalíssimo angariaram um grande exército, possivelmente com muitos recrutas francos das fronteiras com os quais um tratado havia sido assinado no ano anterior, e tomaram o controle das fortificações dos Alpes Julianos. O imperador do oriente, por sua vez, deixou Constantinopla em meados de maio e reuniu contingentes em seu caminho até a Itália, inclusive alguns milhares de godos, recrutados por força do tratado de 382 e colocados sob o comando de Gainas e Alarico para tomarem a linha de frente (Burns, T. S. 1994: 104–7). A guerra entre ambas as partes, agora aberta, se resumiu em uma única batalha que teria durado de 5 a 6 de setembro de 394, no rio Frígido, entre Aquileia e Emona (Mitchel, 2015: 94).

A vitória incontestável de Teodósio terminou com o suicídio de Nicômaco Flaviano e Arbogasto, com a captura e decapitação de Eugênio (Modéran, 2006: 154). O exército remanescente da parte ocidental do Império jamais dispôs do tempo necessário para se reestruturar completamente a ponto de supervisionar, guarnecer e servir da forma devida aos interesses dos imperadores e usurpadores ocidentais nas fronteiras do Reno. Os eventos dos próximos dez anos dentro do Império Romano, desencadeados por outras figuras que buscaram

[179] Vale lembrar que nenhum outro documento da época comenta sobre o tamanho impressionante das tropas de Eugênio como o faz Sulpício Alexandre (van Hoof e van Nuffelen, 2020: 98), o que pode indicar a incorporação da propaganda imperial em seu relato.

atuar no cenário político delicado deixado pela morte de Teodósio em 395, demandaram constantemente o uso dos exauridos contingentes ocidentais. Contrariado por não ter recebido um comando militar condizente com o esforço em guerra que ele havia desprendido, pois as tropas auxiliares góticas sofreram as maiores baixas do exército vencedor da batalha no rio Frígido, Alarico se revoltou enquanto retornava para os Balcãs naquele mesmo ano. O então mestre de ambos os exércitos (*magister utriusque militiae*), Estilicão, teve de mover os estandartes ocidentais pelos Alpes contra ele naquele ano, mas sem chegar a enfrentá-lo em batalha, tendo que devolver ao Oriente a parte do exército sob o comando de Gainas. O avanço de Alarico sobre a Grécia nos anos seguintes, no entanto, forçou Estilicão a entrar em uma campanha naval contra ele em ao menos duas ocasiões em 397, fazendo-o recuar até o Épiro, mas jamais submetendo-o completamente (Kulikowski, 2008: 192–5).

Ainda que a situação tenha sido controlada quando Eutrópio, eunuco da corte oriental que exercia sua tutela sobre Arcádio, conferiu o cargo de mestre do exército na Ilíria (*magister militum per Illyricum*) a Alarico em 397, fazendo com que Estilicão recuasse para a Itália, as tropas ocidentais tiveram novamente de ser mobilizadas no ano seguinte, dessa vez em direção às províncias africanas. O conde da África (*comes Africae*) Gildão, título único conferido a ele por Teodósio em 393, mantinha laços fortes com os círculos aristocráticos de Constantinopla e decidiu eventualmente bloquear o envio de grãos a Roma quando Estilicão buscou estender sua influência sobre Arcádio e o oriente. Afinal, os sucessivos movimentos das tropas nos Balcãs e na Grécia contra Alarico, mesmo antes de sua nomeação a um cargo oficial no exército romano, eram vistos como uma intervenção do generalíssimo ocidental no território de Arcádio. Para evitar uma revolta na capital do Império por conta do desabastecimento de grãos, algo que não seria inédito, Estilicão agiu assim que o problema com Alarico parecia resolvido e enviou um contingente contra Gildão, colocando fim ao bloqueio em 398 (Wijnendaele, 2015: 25).

O desgaste das tropas ocidentais finalmente se fez sentir quando uma série de intrigas políticas na parte oriental do Império impeliu para a Itália as forças que antes pressionavam a corte de Constantinopla. O revés da tentativa de golpe de Gainas, que buscava também uma posição sênior no exército do oriente, gerou uma deterioração nas relações entre Constantinopla e as forças góticas que deixou Alarico em uma posição delicada, despojado de seu título oficial (Liebeschuetz, 1990: 89–131). Isso fez com que ele partisse em direção à Itália no final de 401 em uma tentativa de pressionar Honório e Estilicão a conferir-lhe o mesmo título de *magister militum* que ele tinha no oriente. O fracasso nas negociações levou Alarico e Estilicão ao conflito aberto em duas ocasiões, em Polêntia e em Verona, nas quais o generalíssimo do

ocidente não conseguiu senão vitórias modestas, tendo de conceder ao derrotado anos depois, já nos Balcãs em 405, o mesmo posto que lhe havia sido entregue por Eutrópio em 397.

Esse enfrentamento nos revela definitivamente e de maneira muito clara o quão importante para o poder imperial no ocidente havia se tornado a defesa do norte da Itália na nova configuração geopolítica do Império. Diante disso, unidades militares foram transferidas das zonas fronteiriças do Reno e alto Danúbio para reforçar as fileiras do exército de campo no norte da Itália (Kulikowski, 2019: s.p.), em detrimento da manutenção da antiga política de demonstração do poderio romano no Reno, preocupação que havia se tornado secundária diante desses acontecimentos. Claudiano (*Contra Eutr*. 1, 390–6; *IV Cons. Hon*. 439–56 e *Cons. Stil*. 2, 244–55) até nos informa de uma campanha de Estilicão no norte da Britânia e no Reno e menciona uma reorganização dessas zonas fronteiriças, mas a natureza desses textos panegíricos e a impossibilidade cronológica de uma campanha contra os pictos deixa a entender que esses são apenas artifícios retóricos utilizados para enaltecer o alcance do poderio do generalíssimo. Em um desses mesmos panegíricos o orador dá a entender que não foram campanhas propriamente ditas, mas uma mera demonstração de força:

> Quem se lembra do Reno dominado somente pelo medo?
> O que outros só puderam conseguir mediante longas guerras
> Estilicão lhe deu somente com a marcha. (Claud, *IV Cons. Hon*. 457–59)[180]

Em outra ocasião, utilizando certamente arcaísmos, o orador é ainda mais específico e menciona até mesmo a retirada de tropas da fronteira:

> [os bárbaros] deixam o Reno em paz apenas pela força do medo.
> (...) [a Germânia] se oferece tão calma sob as rédeas de Estilicão,
> que não tenta avançar sobre o solo desprotegido
> pela fronteira despida de fortificações, nem atravessa o rio,
> temendo chegar a uma margem desguarnecida. (Claud. *BGet*. 422; 426–9)[181]

O fato de que Claudiano parece reiteradamente justificar a decisão de Estilicão de desguarnecer o Reno, argumentando que o medo de retaliação romana é impedimento mais do que o suficiente, indica que ele talvez tivesse de lidar com críticas feitas justamente nesse âmbito. Sob o manto adulatório do panegírico, afinal, persistia a realidade de que o poder imperial já não era mais capaz de utilizar o "artefato galorromano" da ameaça bárbara no Reno da mesma maneira que antes. Nesse momento, um pretexto floreado para a ausência guarnições

[180] *quis uictum meminit sola formidine Rhenum? / quod longis alii bellis potuere mereri, / hoc tibi dat Stilichonis iter.*

[181] (...) *Rhenum solo terrore relinquunt. /* (...) *tam sese placidam praebet Stilichonis habenis, / ut nec praesidiis nudato limite temptet / expositum calcare solum nec transeat amnem, / incustoditam metuens attingere ripam.*

e campanhas militares nessa zona fronteiriça, ainda que presunçoso, tinha de servir. Mas, como haveria de ficar claro nos eventos subsequentes na fronteira do Reno, o sistema defensivo já não estava apto para lidar com uma operação em larga escala dos povos vizinhos, seja por conta do enfraquecimento do exército ocidental, em constante demanda desde 394, seja por conta das frequentes retiradas de contingentes fronteiriços para reforçar a defesa da Itália.

A compreensão da escala, causas e consequências do período de crises que sobreveio em 405–8, do qual a travessia do Reno por parte dos vândalos, alanos e suevos é um elemento importante, jaz na raiz de um longevo debate historiográfico. De um lado, temos os estudiosos que argumentam que o esfacelamento do poder imperial no Ocidente ocorreu devido a mudanças no sistema político imperial romano que distanciaram as partes ocidental e oriental do Império, o que introduziu novas forças centrífugas no sistema imperial (e.g.: Goffart 2006; Halsall, 2007). Nessa perspectiva, a segunda onda de penetrações bárbaras massivas no Império, que ocorreu nesse intervalo, seria consequência não apenas da incapacidade dos poderes imperiais de se articularem de maneira efetiva para a defesa de seu território, mas o resultado de uma política deliberada por parte da corte oriental para impedir que os generalíssimos ocidentais, como Estilicão, e demais usurpadores estendessem seu domínio até Constantinopla (Goffart, 1981). Alternativamente, a interrupção do fluxo de moedas ao norte do Reno desde Eugênio pode indicar que o Império se tornou incapaz de manter os pagamentos regulares de subsídios aos seus aliados nas fronteiras devido aos problemas internos. Os chefes bárbaros, dependentes desses recursos, teriam sido levados a buscar via rapinagem em território romano a riqueza necessária para se manterem no poder, dentro de estruturas políticas organizadas em torno dos pagamentos diplomáticos (Halsall, 2006a: 35–55).

Por outro lado, céticos com relação a esses argumentos, alguns estudiosos continuaram a buscar em fatores externos as razões do colapso das fronteiras ocidentais. A pressão da migração dos hunos sobre os povos vizinhos ao Império, como motor primeiro oculto nas planícies da Eurásia de suas movimentações em direção ao território imperial, longe do alcance da documentação escrita no período, foi chamada por Otho Maenchen-Helfen (1973: 61) de "teoria da bola de bilhar" e julgada improcedente por não ser corroborada pela documentação. Mas o fato de que os godos de Radagaiso, que penetraram a fronteira da Nórica e Panônia em direção à Itália em 405, e os vândalos, alanos e suevos, que atravessaram o Reno em 406/7, surgiram no médio Danúbio, um território que eles não ocupavam no século IV, sugere justamente algum tipo de grande convulsão em meio às sociedades bárbaras ao oeste dos Cárpatos. Uma série de respostas de Constantinopla nos anos 410 a uma ameaça do médio-

Danúbio, bem como os reforços de mercenários hunos que chegaram para ajudar Honório contra Alarico em 409, eventos posteriores à derrota do chefe huno Uldin em 408/9, indicam uma segunda fase posterior a 395 do movimento de outros grupos hunos que entraram na esfera de influência do ocidente romano no início dos anos 400 (Heather, 1995; 2009).

Não nos interessa adentrar nas minúcias desse debate, mas apenas abordar alguns pontos relevantes para compreender a travessia de 406/7 e seus significados mais amplos. Se, por um lado, os argumentos de Peter Heather (1995; 2009) são convincentes no que diz respeito à pressão do movimento dos hunos em direção ao ocidente colocada sobre os povos médio-danubianos, por outro lado sua afirmação de que não há indícios de ter ocorrido um enfraquecimento da defesa fronteiriça do Reno desde o confronto entre Eugênio e Teodósio não procede. Todo o processo histórico que levou os imperadores, usurpadores e generalíssimos do ocidente a desviarem cada vez mais sua atenção militar do Reno, desde o estabelecimento de Graciano em Milão em razão da revolta dos godos na Trácia até as preparações de Estilicão contra os avanços de Alarico em direção norte da Itália, sugere que a travessia do Reno de 406/7 e a perda de controle romano nessa fronteira são eventos relacionados, mas que não devem ser vistos pela ótica dual de causa/consequência. As breves menções à travessia, ainda que numerosas, não atestam qualquer grande resistência por parte das guarnições romanas. Mesmo depois de o usurpador Constantino III atravessar para o continente com o exército de campo da Britânia em 407, ele não foi capaz de vencer em confrontos diretos a grande quantidade de invasores (*contra* Drinkwater, 1998: 272–3), tendo que lidar com eles através de tratados.[182]

Assim sendo, a situação das províncias ocidentais do Império às vésperas da travessia do Reno em 406 não era de forma alguma análoga ao contexto das Gálias após o conflito entre Magnêncio e Constâncio II que também desguarneceu a fronteira do Reno, como afirma Peter Heather (2009: 18). De fato, apesar da magnitude da batalha de Mursa Maior em 351, as tropas

[182] Em um instigante artigo, Michael Kulikowski (2000) propôs que a tradicional data de 31 de dezembro de 406 para a travessia do Reno fosse revista para 405. Ele argumenta que a autoridade de Edward Gibbon consolidou a datação fornecida por Próspero da Aquitânia (*Chron*. 1230), mas que se a série de usurpações na Britânia que teve início em 406 e culminou com a escolha de Constantino III pelas tropas em 407 foi uma resposta à travessia do Reno, essa só pode ter ocorrido no ano anterior. Próspero, então, teria organizado os eventos à sua maneira, a invasão de Radagaiso na Itália, a travessia do Reno e a usurpação de Constantino III, de modo a preencher três entradas consecutivas em sua crônica, tendo em vista a regra do gênero cronográfico de não deixar anos em branco. Anthony Birley (2005: 458–9) argumenta que as contradições que emergem da datação de Próspero se resolvem com o relato de Zósimo. Baseando-se nos comentários de François Paschoud em sua tradução, ele afirma que a travessia dos bárbaros em 406 que causou a inquietação das tropas na Britânia, relatada de maneira desajeitada em Zos. 6, 3, 1–2, na verdade se refere à passagem dos godos remanescentes de Radagaiso pelos Alpes em direção às Gálias. Se o trecho de Zósimo se refere de fato a uma vitória sobre os remanescentes da guerra contra Radagaiso, convém levarmos em conta a breve menção de Orósio (7, 40, 4) às tratativas fracassadas com os bárbaros que atravessaram o Reno em 406/7, ainda que ele fosse claramente hostil à figura de Constantino III e propagasse o *topos* do bárbaro traiçoeiro, incapaz de respeitar tratados de paz.

retornaram aos seus postos e o recrutamento recompôs as fileiras perdidas, o que permitiu que Constâncio II e Juliano levassem a cabo campanhas militares contra os francos e alamanos a fim de recuperar os territórios ocupados, restaurar a estabilidade da fronteira e mesmo empreender campanhas punitivas em território bárbaro, como vimos no segundo capítulo. No entanto, além de não ter sido esse o caso no período posterior à batalha do rio Frígido de 394, Estilicão ainda teve de lidar com duas ameaças praticamente simultâneas, dando prioridade para a defesa da Itália e o coração do Império.

As tropas dispersas de Radagaiso ainda saquearam o norte da Itália por quase seis meses até que Estilicão conseguisse, com a ajuda dos mercenários alanos e hunos de Uldin e os godos de Saro, reunir tropas o suficiente para enfrentá-lo. A vitória decisiva do generalíssimo ocidental ocorreu nas cercanias de Florença somente em agosto de 406. Orósio (7, 37, 13–15) fala de uma "vitória sem derramamento de sangue", conseguida através da inanição dos soldados de Radagaiso em Fiesole quase sem mencionar Estilicão, a quem era hostil, o que levou estudiosos a minimizarem a seriedade do confronto (e.g.: MacMullen: 1988, 191). Mas outras fontes (e.g.: *CIL* VI, 1196 = *ILS* 798; Zos. 5, 26, 5...) não deixam dúvidas com relação à dimensão e dificuldade do confronto, ainda que ele tenha sido ofuscado nas narrativas posteriores pela travessia de 406/7 e a usurpação de Constantino III (Wijnendaele, 2016). Depois do confronto, os sobreviventes do exército de Radagaiso que não foram incorporados às tropas regulares ocidentais ou vendidos como escravos continuaram espalhados pelos territórios adjacentes. Isso certamente teve um impacto decisivo na capacidade de resposta à invasão dos vândalos, suevos e alanos pelo Reno em 31 de dezembro de 406, uma vez que o exército ocidental se encontrava desfalcado e em sua maior parte removido de suas posições originais, sem tempo hábil para se recompor e reorganizar.

A perda do controle romano da fronteira do Reno, portanto, não deve ser atribuída somente ao evento pontual da travessia de 406/7. Pelo contrário, ela deve ser compreendida como o ponto culminante de um longo e paulatino processo de reorganização das prioridades do poder imperial no ocidente. De fato, a negligência das províncias transalpinas continuou a ser usada como arma política, tornando-se parte importante da campanha difamatória do mestre dos ofícios (*magister officiorum*) Olímpio contra Estilicão, o que eventualmente o derrubou em 408 (Wijnendaele, 2018). Mas já havia se tornado evidente o fato de que o Império se tornara incapaz de garantir a segurança nas fronteiras e sequer conseguia demonstrar o poderio romano no Reno aos provinciais como fazia anteriormente. Assim, rompia-se através desse processo a noção espacial segundo a qual o mundo habitado se dividia pelo Reno entre o *orbis Romanus* e

o *barbaricum*. Essa fronteira não podia mais ser utilizada retoricamente como elemento de separação entre romanos e bárbaros, antes circunscritos geograficamente. Uma reelaboração dessa distinção geográfica, portanto, se fez necessária.

4.2 A natureza do domínio visigótico na Aquitânia e suas fronteiras

O estabelecimento dos visigodos na Aquitânia e territórios adjacentes em 418 coloca ainda outro problema quando tratamos do tema da mobilização das fronteiras nas relações entre romanos e bárbaros e nas construções identitárias por parte do poder imperial e da aristocracia galorromana. Se as travessias do Danúbio e do Reno respectivamente em 376 e 406/7 e a retirada do poder imperial dos setores renanos realmente fizeram ruir a ideia de que havia um território próprio aos bárbaros, separado do mundo romano por esses rios, parece razoável presumir que os assentamentos posteriores desses grupos no interior do Império engendraram uma reestruturação dessa distinção com base em novas fronteiras. Para que possamos investigar se isso ocorreu e como esse processo se desenrolou, faz-se necessário questionarmos a própria natureza do assentamento visigótico e suas transformações ao longo do tempo.

Com efeito, a existência de uma fronteira pressupõe uma entidade política ou uma instituição dotada de mecanismos de sucessão e da qual emanam regras e disposições legais válidas para uma população em um dado território, regulando também a relação dessa entidade política com outras reconhecidas além de seus limites. No caso da Aquitânia visigótica, poder-se-ia presumir a existência de um reino propriamente dito que confira sentido aos limites territoriais e que exerça autoridade sobre o território que neles estão contidos. Mas o fato de que o momento fundador dessa entidade política não é claro na documentação, podendo ser mobilizado por diferentes autores para finalidades específicas a depender de suas inclinações e motivações, nos leva a postular a existência de uma fronteira mais elusiva do que concreta ao menos até retirada do poder imperial de Auvergne em 476.

Discrepâncias entre documentos produzidos sob os reis visigóticos da Hispânia e aqueles produzidos nas Gálias do século V podem nos ajudar a elucidar essa questão. As duas versões da História dos Godos (*Historia Gothorum*) de Isidoro de Sevilha foram publicadas em 621 e 625 e coincidem, respectivamente, com a morte do rei Sisebuto e com os meados do reinado de Suintila. O objetivo da obra era claramente o de celebrar os feitos desses governantes, especialmente seus triunfos contra as investidas bizantinas e outros reinos bárbaros, colocando-os dentro do contexto maior de exaltação dos visigodos e sua longa história

(Wood, 2020: 160–1). Em sua breve narrativa, Isidoro relata o primeiro dos ataques a Arles por parte de Teodorico I da seguinte forma:

> Depois de morto o rei Vália, Teoderedo (Teodorico I) o sucedeu por trinta e três anos. Ele, não satisfeito com o reino da Aquitânia, desfez o tratado de paz romano, invadiu diversos municípios dos romanos vizinhos aos seus assentamentos e opôs um duro cerco a Arles, a mais nobre cidade das Gálias. (Isid. *Hist*. 23)[183]

Ora, essa não é a primeira vez em que o termo *regnum* surge em sua obra. Em passagens anteriores, a palavra é utilizada para designar o poder exercido por Alarico, Radagaiso, Ataulfo e Vália sobre os godos e por Atax sobre os alanos, vândalos e suevos (Isid. *Hist.* 15; 18; 19; 21; 22). No entanto, é a segunda vez que o bispo de Sevilha a emprega para designar o domínio exercido por um chefe gótico sobre um grupo de pessoas em um dado território. Ao relatar a perseguição de Atanarico aos godos convertidos ao cristianismo em 369, Isidoro afirma que ele "obrigou-os a sair de seu reino e a migrar para a província em solo romano (Isid. *Hist*. 6)."[184] O uso da locução *regnum Aquitanicum* significa, portanto, que aos olhos de Isidoro de Sevilha o acordo entre Constâncio III e os godos concretizado em 418 conferia a Vália mesmo tipo de poder exercido outrora pelos chefes godos nas regiões além do Danúbio, estabelecendo entre os assentados e o Império o mesmo tipo de relação diplomática entre duas entidades políticas distintas com suas fronteiras.

A brevidade do relato de Isidoro e as inconsistências em sua narrativa, resultantes da interpolação de várias fontes diferentes, levaram alguns estudiosos, como Edward Thompson (1969: 7), a considerá-lo de pouca valia como documento histórico sobre a migração dos godos e a constituição de seus reinos e identidades. De fato, é inescapável a semelhança entre o trecho citado acima e a descrição do início das hostilidades após o assentamento de 418 na crônica de Próspero da Aquitânia:

> Os godos romperam as regras do tratado de paz e ocuparam vários municípios vizinhos aos seus assentamentos, tendo mostrado especial hostilidade à cidade de Narbona. (Prosp. *Chron*. 1324)[185]

Mas apesar do estilo breve da escrita de Isidoro, parte de sua própria concepção de exposição eficiente da História e suas lições morais (Wood, 2020: 173–4), seu trabalho não consistiu apenas em copiar trechos de crônicas diferentes. O bispo sintetizou e acrescentou

[183] *Wallia rege defuncto Theuderidus succedit in regnum annis XXXIII. Qui regno Aquitanico non contentus pacis Romanae foedus recusat pleraque municipia Romanorum uicina sedibus suis occupat, Arcilas nobilissimum Galliae oppidum multa ui obsessum oppugnat*.

[184] *coegit de regno suo exire atque in Romani soli migrare prouinciam*.

[185] *Gothi pacis placita perturbant et pleraque municipia uicina sedibus suis occupant, Narbonensi oppido maxime infesti*.

informações e interpretações próprias a essas fontes para que sua narrativa histórica cumprisse o papel desejado (Wood, 2012: 116–7). Nesse caso específico, a estratégia compositiva de Isidoro visa claramente conferir legitimidade ao domínio gótico pelo argumento da antiguidade de sua história e assentamento. Vemos que é o próprio bispo que adiciona tanto a expressão *regnum Aquitanicum* ao relato de Próspero quanto o genitivo *Romanorum* para qualificar as cidades para as quais os godos expandiram seu domínio, modificando seu relato histórico para dar a entender que desde o começo se estabelece na Aquitânia uma entidade política separada do Império, à qual corresponde uma identidade diferente dos romanos nos entornos.

Essa reinterpretação do passado por parte de Isidoro certamente reflete a tensão entre o Reino de Toledo de sua época e o Império Romano do Oriente, buscando conferir-lhe sentido. Próspero, por sua vez, teria nascido por volta de 388 na Aquitânia em uma família aristocrática galorromana e teria em torno de 30 anos quando os godos foram estabelecidos em sua região (Hwang, 2009: 38–41). Contemporâneo ao fato, ele menciona apenas o rompimento do tratado de paz em 436 e em momento algum dá a entender que existia um reino visigótico em sua região independente do Império Romano do Ocidente. Na maior parte das vezes, o termo *regnum* aparece em seu texto para se referir ao poder exercido por um imperador e a sua posição política (Prosp. *Chron*. 1238; 1251) e só é usado uma vez para se referir ao poder exercido por um rei gótico, quando Vália sucede a Ataulfo depois de seu assassinato e antes do assentamento na Aquitânia (Prosp. *Chron*. 1257). Em todos os casos, portanto, não há qualquer sentido territorial associado a *regnum*, diferentemente do uso em Isidoro.

Embora Isidoro tenha utilizado a obra de Próspero em sua empreitada historiográfica, a perspectiva e o contexto de sua fonte não poderiam ser mais diferentes. A crônica de Próspero da Aquitânia, apesar de extremamente breve em todas as suas versões, carrega um teor claramente favorável à dinastia teodosiana, apresentando o período de 406–17 principalmente como anos de guerra civil e não um cenário de caos completo causado pelas invasões bárbaras. Para Próspero, a figura responsável por reestabelecer o poder de Honório e preservar o princípio dinástico teodosiano através de seu casamento com Gala Placídia foi Constantino III, mantendo a unidade imperial e sua força. Ele foi o parâmetro pelo qual foram julgados todos os generalíssimos dos turbulentos anos de 422–33 que sucederam sua morte e a de Honório, os quais se mostraram incapazes de lidar com a ameaça vândala e se enfrentaram em guerras civis (Muhlberger, 1992: 28–31). Por isso, o assentamento dos godos na Aquitânia não é tratado como a fundação de um reino bárbaro dentro de um Império fragilizado, mas como um triunfo de Constâncio III (Prosp. *Chron*. 1271). De fato, o tratamento reservado aos bárbaros na sua

obra é secundário diante das ações de líderes romanos e mesmo os godos só lhe interessam quando interferem na política imperial, como no apoio a usurpação de Prisco Átalo, ou na sucessão dinástica, em relação a catividade de Gala Placídia (Prosp. *Chron*. 1238; 1240; 1246; 1254; 1256; 1257; 1259).

A criação do Concílio das Sete Províncias no mesmo ano, uma congregação permanente dos governadores e magistrados da Diocese Vienense que se reuniria anualmente em Arles, é uma forte evidência de que não havia a menor intenção do poder imperial romano em ceder a região aos godos. Pelo contrário, o anúncio oficial emitido pelo imperador Honório incluía muito claramente a Aquitânia II (*Ep*. *Arel*. 8) dentre as províncias que deveriam enviar seus representantes. Veremos posteriormente que o reavivamento desse concílio deve ser visto juntamente com o assentamento dos godos como parte integrante do esforço imperial de reorganização das províncias, ao invés de uma resposta ao estabelecimento de um grupo hostil no coração do Império (Kulikowski, 2001: 36 *contra* Matthews, 1975: 336). Por ora, basta constatarmos que, ao menos durante o período em que esse órgão administrativo imperial esteve em funcionamento, a posição do Império era de que a região continuava sendo controlada a partir de Arles, então capital da prefeitura pretoriana das Gálias.

Se, por um lado, o emblemático ano de 418 se presta a ser mobilizado em narrativas posteriores e até mesmo modernas como momento fundacional de um primeiro reino visigótico, por outro lado, como bem notou Michael Kulikowski (2008: 212), nada nos leva a crer que os habitantes da Aquitânia dessa época, como Próspero, encaravam a situação como a entrega de parte do território imperial para um rei gótico e seus seguidores. De fato, com o passar do tempo, os reis góticos souberam aproveitar os momentos de fragilidade do poder imperial no ocidente e utilizaram suas forças para pressioná-lo a lhes conceder condições mais vantajosas. Se eles o fizeram na qualidade de reis soberanos, cujas ações refletem tradições étnicas e experiências políticas que remontam ao período formativo de seu núcleo de tradição (*Traditionskern*) anteriores à sua entrada no Império Romano (Wolfram, 1979), ou como simples chefes de tropas auxiliares federadas que se rebelavam em busca de melhorar seu estatuto e de seus soldados (Delaplace, 2013), o fato é que um reino gótico na Aquitânia só existiu como uma formulação muito posterior em um contexto totalmente diferente daquele das Gálias no início do século V.

Outro autor na Hispânia visigótica também utilizou em seus escritos conceitos semelhantes que buscassem definir a presença gótica no sul das Gálias e conectá-la com seu contexto sociopolítico. A primeira aparição da expressão Reino de Toulouse, adotada

largamente como categoria analítica por muitos estudiosos das sociedades bárbaras (e.g.: Wolfram, 1990: 187–261), ocorre em um breve relato sobre a batalha de Vouillé de 507, o episódio final das guerras franco-góticas que marcou justamente sua dissolução e consolidou a hegemonia dos francos nas Gálias (Mathisen, 2012b; Bachrach, 2012), restringindo o domínio visigótico principalmente à península Ibérica e à Septimânia: "Nesses dias, tendo havido uma batalha entre godos e francos em Vouillé, o rei Alarico II foi assassinado e o reino de Toulouse foi destruído. (*Crônica de Zaragoza*, 88a)"[186].

A fonte, conhecida como Crônica de Zaragoza, é extremamente problemática. Trata-se possivelmente de uma série de anotações marginais que visavam complementar as crônicas de Victor de Tununa e João de Biclaro de um ponto de vista bastante regional. Elas teriam sido feitas por mais de um autor, utilizando fastos consulares e listas de reis visigodos, e elaboradas em momentos diferentes entre o início do século VII e meados do século VIII, na própria região da Tarraconense, possivelmente na própria cidade de Zaragoza (Jiménez Sánchez, 2007). Apesar dessas imprecisões, podemos afirmar com certo grau de certeza que, tal qual Isidoro, o autor da entrada acima a compôs sob o já bem estabelecido Reino de Toledo, que contava com uma estrutura institucional, burocrática e administrativa que lhe podia valer essa denominação. Ao menos para esse anotador, portanto, o universo sociopolítico no qual ele estava inserido, com todas as suas leis e estrutura de poder, era herdeiro daquele que havia se formado na Gália há quase um século e meio. Apesar das muitas rupturas dinásticas que já haviam ocorrido e dos casamentos mistos entre a nobreza visigótica e ostrogótica de sua época, parece que ele considerava o assentamento visigótico nas Gálias uma espécie de reino predecessor, mas com outra capital.

Não é estranho que esse anotador tivesse considerado como um reino propriamente dito a organização política que precedeu aquela que lhe era familiar, dado o curso das relações romano-góticas nos últimos anos do Império Romano do Ocidente. Se podemos dizer que o ponto de vista gótico sobre esse processo foi preservado em alguma medida no relato bastante posterior de Jordanes, vemos que já em 469 Eurico "se esforçou para ocupar as Gálias por seu direito (Jord. *Get*. 45, 237)"[187]. A expressão *suo iure* denota a intenção do rei de emitir disposições legais, logicamente a partir de um centro de poder e dentro de um território demarcado por fronteiras. Essa empreitada de Eurico ficaria completa, por fim, com a promulgação de seu próprio código de leis em torno de 477. Apesar de ter sido escrito em latim

[186] *His diebus pugna Gotthorum cum Francorum Boglada facta. Alaricus rex in proelio a Francis interfectus est:regnum Tolosanum destructum est.*
[187] *Gallias suo iure nisus est occupare.*

e de ter contado com a ajuda de um jurista romano, provavelmente Leão de Narbona, as poucas disposições legais que sobreviveram na tradição manuscrita sugerem que o Código de Eurico não era um mero compilado do Código Teodosiano e diferia substancialmente de uma legislação tipicamente romana em muitos aspectos. Várias dessas disposições, por exemplo, lidavam com situações que emergiam do contexto marcadamente local, afastando-se substancialmente da ideia romana de uma lei escrita aplicável a todos os casos dentro das diversas realidades do Império. O poder de juiz supremo conferido ao rei dentro de um sistema legal concebido por ele mesmo, segundo Jill Harries (2001), foi uma enfática afirmação de soberania do reino visigótico diante do Império Romano.

A partir de então é possível afirmar que os galorromanos estavam sujeitos a um reino totalmente estabelecido, com fronteiras, leis e instituições políticas funcionais, concebidas independentemente do Império, e um princípio dinástico consolidado. Esse arranjo político peculiar certamente tinha características próprias às tradições guerreiras das sociedades bárbaras, mas as estruturas administrativas galorromanas foram aproveitadas e houve espaço para a integração de membros da aristocracia local nos conselhos reais, como foi o caso do próprio Leão de Narbona (Díaz, 1999: 333–5). Sem dúvidas, a batalha de Vouillé em 507 causou uma transformação no processo de amadurecimento das instituições desse reino da Aquitânia, mas não uma ruptura completa. Com a morte de Alarico II, a transmissão de poder dentro da linhagem de Teoderico I foi questionada, mas tanto o Código de Eurico quanto o Breviário de Alarico, uma compilação de várias obras jurídicas romanas com suas *interpretationes* promulgada em Toulouse em 506, continuaram a ser aplicados ao menos pelos próximos 150 anos na Hispânia visigótica (King, 1972: 10–3). Essas leis, promulgadas por reis góticos na Aquitânia e em Toulouse, ainda estavam em vigor na época e na região em que o autor da entrada de 507 na Crônica de Zaragoza utilizou o termo *regnum Tolosanum*.

Entretanto, a ideia de que um reino visigótico e suas fronteiras se estabeleceram a partir da consolidação de instituições reais autônomas com relação ao Império Romano e leis próprias pode não ter sido tão natural para alguns membros sociedade galorromana contemporânea ao próprio Eurico. A concepção de Sidônio Apolinário sobre a natureza do poder exercido pelo rei gótico pode parecer semelhante a essa à primeira vista. Porém, uma investigação mais atenta acerca da carta escrita pelo então bispo de Clermont ao bispo Basílio de Aix, nas vésperas da conclusão do tratado entre Eurico e Júlio Nepos em 475, bem como uma análise de seu contexto mais amplo, nos revelam que outros elementos pesavam mais para que uma figura provincial como Sidônio, apegada à sua romanidade (Ferguson, 2007; Grzywaczewski, 2007),

considerasse a presença gótica no sul das Gálias como uma entidade autônoma, alheia e até mesmo hostil à concepção de mundo romano.

Em virtude de um período de crises políticas incessantes que sucederam a morte do generalíssimo Aécio em 454 e o assassinato de Valentinano III no ano seguinte, o Império Romano do Oriente pouco a pouco teve de intervir nas relações entre sua contraparte ocidental e os bárbaros instalados nas províncias. Júlio Nepos, colocado na posição de imperador do ocidente por Leão I em 474, depôs o usurpador Glicério, elevado à purpura pelo seu mestre dos soldados e rei dos burgúndios Gundebaldo um ano antes, e voltou suas atenções para os avanços do rei visigótico Eurico sobre as cidades da região de Auvergne, buscando restaurar a autoridade do poder imperial nessas regiões (Mitchell, 2015: 124).

A hostilidade da aristocracia constantinopolitana ao sucessor de Leão I, seu genro Zenão, por conta de suas origens isaurianas, fez com que a legitimidade de seu reinado fosse abalada. No início de 475, um complô fez com que Zenão fugisse para a Isáuria e Basilisco assumisse a púrpura em seu lugar. O novo imperador concentrou seus esforços em uma disputa religiosa com Acácio, patriarca de Constantinopla, teve de lidar com o descontentamento popular em torno do aumento de impostos e direcionou suas forças contra os vândalos na África (Lee, 2013: 100; 149). Júlio Nepos, que já havia aberto as negociações com Eurico em 474 através de seu questor do palácio Liciniano, ainda sem muito sucesso, se viu de repente desprovido do necessário apoio da administração imperial do oriente, tendo que levar adiante outras negociações em termos bem mais desvantajosos através de outras duas embaixadas enviadas no ano seguinte (Becker, 2012: 37–8).

A ordem em que essas embaixadas chegaram até Eurico em 475 não é clara, mas não há dúvidas que os bispos do sul das Gálias, Grego de Marselha, Leôncio de Arles, Fausto de Riez e Basílio de Aix, estiveram envolvidos em algum nível na elaboração dos tratados, ainda que não tivessem eles mesmos se apresentado ao rei (Becker, 2012: 124–5 *contra* Harries, 1994: 233–7). Através de suas conexões com essas figuras proeminentes, Sidônio Apolinário tentou influenciar nas negociações buscando garantir ao menos a continuidade da ordenação de bispos nicenos nas cidades sob dominação gótica, uma vez que o avanço de Eurico, aparentemente inevitável, trazia consigo um processo de "arianização" de caráter mais político do que puramente religioso (Wolfram, 1990: 211–6; Harries, 1996: 43):

> Não é permitido a nós pecadores acusarmos, nem a vós santos discutirdes, o fato de que o rei dos godos Eurico defende ou expande a fronteira de seu reino pelo direito das armas, tendo rompido e aniquilado o antigo tratado. (Sid. Apoll. *Epist*. 7, 6, 4)[188]

Legalmente, como já mencionamos no capítulo anterior, o Império Romano jamais renunciou a suas províncias ocidentais (Chrysos, 1989: 19–21). No entanto, o fato de que Sidônio já se referia à entidade política de Eurico como *regnum*, com seu próprio *limes*, antes mesmo da conclusão do tratado com Júlio Nepos, indica que, ao menos no tocante ao reconhecimento da autonomia visigótica, o documento não seria nada além de uma formalidade. Com efeito, as palavras utilizadas por Sidônio não devem ser compreendidas em sua estrita acepção jurídica. As figuras de linguagem e a tautologia empregadas por ele têm certamente o intuito de criar um sentido de urgência em seu destinatário Basílio para que ele atendesse ao seu pedido. O termo *regnum* emerge dessa elaboração retórica como expressão de sua indignação pelo fato de haver nas Gálias uma entidade que agia à revelia do poder romano. Ou seja, certamente o uso do termo *regnum* nessa passagem difere de sua acepção tanto na expressão *regnum Aquitanicum*, utilizada por Isidoro de Sevilha, quanto na formulação *regnum Tolosanum* encontrada na Crônica de Zaragoza, cujos sentidos discutimos acima. O emprego desse vocábulo foi a forma encontrada por Sidônio para definir uma realidade sociopolítica contenciosa e abordar as questões territoriais que emergiram dela. Isso fica bem claro ao relacionarmos esse trecho com outro ao final da mesma carta, quando o bispo pede a Basílio:

> Aja (...) para que, através da permissão da ordenação episcopal, as comunidades gaulesas, que serão inclusas nos limites do território gótico, nos pertença pela fé, mesmo que não as tenhamos mais por causa do tratado. (Sid. Apoll. *Epist*. 7, 6, 10)[189]

Nesse trecho, o domínio visigótico que exercerá o controle sobre as populações galorromanas pelo novo tratado não é chamado de *regnum*, mas de *sors*, um termo juridicamente complexo que surge na legislação romana tardia e marca presença também nos códigos de leis dos reinos sucessores. Mesmo que originalmente as *sortes* tenham sido lotes de terra propriamente ditos (Barnish, 1986) ou uma parcela dos impostos e encargos sobre as propriedades rurais (Goffart, 1980: 103–26), distribuídas aos assentados godos de 418 segundo o regime de hospitalidade (Lot, 1928), Sidônio parece considerar o termo quase como um sinônimo de *regnum*, dada a peculiar locução *limes Gothicae sortis* para se referir à fronteira do domínio de Eurico. Uma carta enviada por Sidônio a Mamerto, bispo de Vienne, em 473

[188] *Evarix, rex Gothorum, quod limitem regni sui rupto dissolutoque foedere antiquo vel tutatur armorum iure vel promovet, nec nobis peccatoribus hic accusare nec vobis sanctis hic discutere permissum est*.

[189] *Agite* (...) *ut episcopali ordinatione permissa populos Galliarum, quos limes Gothicae sortis incluserit, teneamus ex fide, etsi non tenemus ex foedere*.

mostra que mesmo antes que o tratado de 475 começasse a se desenhar ele já se referia à ambição gótica como um projeto de "colocar os limites de suas fronteiras do oceano até o Ródano e o leito do Líger (Sid. Apoll. *Epist*. 7, 1, 1)"[190]. Dessa forma, o uso intercambiável de *sors* e *regnum* evidencia que, no pensamento de Sidônio, um se transformou em outro em algum ponto. Esse momento parece ter sido aquele em quem Eurico percebeu a fragilidade política do Império Romano do Ocidente e aproveitou a oportunidade para consolidar e expandir por força das armas um poder de tipo real nas Gálias em 469, rompendo o acordo anterior de 416, colocado em prática em 418 e reafirmado em 439 ainda em condições favoráveis ao Império (van Waarden, 2009: 248).

Os termos usados por Sidônio para definir o domínio de Eurico no sul das Gálias, portanto, não são neutros e trazem consigo um forte julgamento do bispo acerca do abandono imperial e da submissão dos galorromanos ao poder dos godos. Não surpreende que os termos do tratado de 475, no qual Júlio Nepos sucumbiu à pressão de Eurico e acabou lhe cedendo a região de Auvergne ao invés confrontá-lo, tenham causado a ira do bispo de Clermont. Em uma eloquente carta enviada a Grego de Marselha pouco depois do acordo, Sidônio (*Epist*. 7, 7) repreende duramente seu colega por ter permitido que Clermont, cuja resistência contra as investidas góticas entre 471 e 474 foi liderada pelo próprio bispo (Harries, 1994: 226–7), caísse em mãos góticas. Para tal, ele mobiliza em um jogo retórico a noção de *libertas*, entendida como a essência de uma vida balizada pela certeza da lei escrita, romana por excelência, e o conceito oposto de *servitus*, entendida como o cerne do modo bárbaro de viver, sujeito às arbitrariedades de um senhor (van Waarden, 2009: 279).

A defesa enfática da autonomia de Clermont resultou no exílio de Sidônio depois que a cidade finalmente entrou em domínio gótico. Mas mesmo que ele só tenha sido liberado para retornar à sua sede graças à intervenção de seu amigo Leão junto a Eurico (Sid. Apoll. *Epist*. 8, 3), a animosidade do bispo com relação ao rei não arrefeceu. A carta que Sidônio (*Epist*. 8, 9) enviou em 476 para Lamprídio, cliente de Eurico, deveria ser uma descrição elogiosa de sua corte e do poder real, contendo ao seu final um encômio ao rei. Porém, a inescapável alusão às Éclogas de Virgílio desvela uma dura crítica à natureza ímpia e selvagem de Eurico (Fo, 1999; 2002), como uma mensagem cifrada aos possíveis leitores ou ouvintes familiarizados com o cânone latino, elemento tão caro na autopercepção da romanidade de Sidônio e outros aristocratas galorromanos (Mathisen, 1993: 105–18).

[190] (...) *terminos suos ab Oceano in Rhodanum Ligeris alveo limitaverunt*.

Ora, outros reis visigodos se rebelaram contra o Império desde o estabelecimento dos godos na Aquitânia em 418 e não receberam o mesmo tratamento que Sidônio reservou a Eurico, nem levaram o bispo a questionar a integridade territorial das Gálias ou mesmo a mencionar a existência de uma entidade política independente do Império Romano, com fronteiras próprias. Pelo contrário, em uma carta bastante elogiosa enviada a seu amigo Ferreolo em 476, Sidônio relembra a época em que ele foi prefeito pretoriano das Gálias em 451–3:

> Nossa pena se esqueceu das Gálias, então administradas por ti, quando ainda eram totalmente intactas. Se esqueceu que tu resististe a Átila, inimigo do Reno, a Torismundo, hóspede do Ródano e que auxiliaste Aécio, libertador do Líger, somente pela sobriedade de suas decisões (Sid. Apoll. *Epist.* 7, 12, 3)[191]

A diacronia é essencial para que possamos compreender como Sidônio pôde utilizar a expressão *maxume incolumes* para descrever as Gálias durante um período tão turbulento para a região quanto o início dos anos 450, representado pelos três desafios de Ferreolo. Primeiro, apesar de a invasão dos hunos ter causado pouco ou nenhum impacto a longo prazo no Império Romano, uma vez que não fazia parte da estratégia de seus chefes conquistar território romano ou buscar assentamento nas províncias, as operações militares de Átila penetraram as Gálias até Orléans (Kelly, C. 2015) e suscitaram a mobilização de um grande exército por parte de Aécio. Teodorico I já havia empreendido desde 425 expedições periódicas contra Arles, em um gesto simbólico no coração da prefeitura pretoriana das Gálias que buscava demonstrar sua força ao poder imperial, a fim de barganhar melhores termos para os assentados. Teodorico I chega mesmo a cercar Narbona em 436, sofrendo um contra-ataque em 437, mas derrotando as forças de Litório em 439 perto de Toulouse (Mathisen e Sivan, 1999: 16). Ainda assim, as autoridades romanas conseguiram invocar o *foedus*, e o rei, cumprindo com seu compromisso junto ao poder imperial, contribuiu com tropas federadas que ele mesmo comandou na Batalha dos Campos Cataláunicos em 451.

Em segundo lugar, a contraposição de *hospes Rhodani* a *hostes Rheni* deixa clara a ambivalência da relação do Império com Torismundo. Ele sucedeu seu pai Teodorico I, que havia morrido na batalha contra as forças de Átila em 451, e logo voltou para Toulouse a fim de consolidar o poder perante seus irmãos (Kulikowski, 2020: 206). Como os ataques a Arles haviam se tornado praticamente um ritual para a legitimação do rei gótico e melhoria das condições do tratado de assentamento, como bem notou Herwig Wolfram (1990: 196), já em

[191] *Praetermisit Gallias tibi administratas tunc, cum maxume incolumes erant. Praetermisit Attilam Rheni hostem, Thorismodum Rhodani hospitem, Aetium Ligeris liberatorem sola te dispositionum salubritate tolerasse*. A figura da pena do escritor que "se esquece" dos muitos feitos de Ferreolo deve ser entendida como uma forma de realçar as suas qualidades.

453, Torismundo, o *hospes* que havia ajudado as forças imperiais contra Átila, se tornou um *hostes* ao sitiar a cidade às margens do Ródano. Mais adiante em sua carta, Sidônio exalta Ferreolo por ter conseguido, através de um banquete diplomático, que Torismundo abandonasse o cerco, coisa que nem mesmo Aécio com um exército conseguiu.

Em terceiro lugar, há que se observar também nesse trecho o uso do verbo *tolero*, que tem por objetos tanto Aécio, quanto Átila e Torismundo e teve de ser traduzido de modo diferente para cada um. Sidônio certamente não quis dizer que as Gálias foram atacadas por Aécio, mas que o apoio às movimentações massivas dos exércitos do generalíssimo ocidental estava dentre os muitos problemas que Ferreolo teve de enfrentar quando esteve no cargo. De fato, na época em que a carta foi escrita, todas as formas de solucionar as situações enumeradas por Sidônio e enfrentadas pelo seu amigo haviam escapado ao poder imperial nas Gálias.

Do ponto de vista do poder imperial na Itália, os federados godos já não podiam mais ser mobilizados somente por força do tratado original, como em 451. Em 461, o generalíssimo do ocidente Ricimero executou o imperador Majoriano e colocou em seu lugar um títere, Severo. Egídio, que havia sido nomeado mestre do exército nas Gálias (*magister militum per Gallias*) por Majoriano em 458, se rebelou contra o novo imperador, que também não havia recebido o reconhecimento de Leão I, no oriente. Possivelmente, Egídio buscou legitimar sua posição de comando nas Gálias através de uma aliança com o imperador do oriente de maneira independente de Roma. Agripino, oficial de Ricimero, teve de ceder Narbona aos godos em 462 para conseguir o apoio de Teoderico II contra Egídio em favor do poder imperial na Itália (MacGeorge: 82–110; 226–7; Hyd. *Chron*. 212 (217)). Outro problema que também fica evidente na revolta de Egídio é a incapacidade do poder imperial de controlar os exércitos nas Gálias e de exercer sua influência na região depois da morte de Marjoriano. Surpreendentemente, Egídio não tomou a decisão de se fazer declarar imperador nem mesmo de tentar colocar um títere a frente de Roma, como o faziam os generais que se rebelavam contra o regime imperial de sua época, mas manteve o controle das tropas romanas nas Gálias para uso próprio, estabelecendo em Soissons seu próprio domínio. A insubordinação do exército das Gálias certamente tinha a ver com a diminuição da receita imperial e a consequente dificuldade do Império de custear os exércitos nas províncias ocidentais (Elton, 1992: 172–3).

Do ponto de vista da própria aristocracia provincial, a cooperação romano-gótica era um ponto essencial na manutenção da estabilidade imperial nas Gálias e sua integridade, como haveria de mostrar a questão de Avito e o empenho de Sidônio em fazer com que ele fosse reconhecido em Roma. A famosa e detalhada descrição de Teodorico II, a primeira que se tem

notícia sobre um rei bárbaro instalado em território romano (Wolfram, 1997: 149–51), se assemelha inescapavelmente àquela de um aristocrata galorromano, longe da imagem do rei bárbaro coberto de peles que havia se tornado um *topos* da documentação latina tardia. Em uma carta enviada a Agrícola (Sid. Apoll. *Epist*. 1, 2), filho de Avito, na qual elementos de panegírico se entremeiam à escrita epistolar, o tema que parece permear toda a descrição do rei é o da *civilitas*, entendido não apenas como a qualidade da boa governança, ligada a *civis*, mas também a atitude amigável às atividades intelectuais. Na carta, são explorados tanto sua aparência física quanto seu dia a dia. A ideia central é que o aspecto exterior do rei seja um reflexo de suas qualidades interiores, que por sua vez se manifestam em um cotidiano típico da aristocracia provincial (Bonnan-Garçon, 2018). O banquete artístico e literário (*symposion*) ao final do dia, no qual o rei podia demonstrar todo o conhecimento de uma educação nos moldes romanos, certamente não pareceria estranho aos pares de Sidônio.

Essa carta se encontra logo no primeiro livro, publicado em 469 (Mathisen, 2013a: 225–31), mas a semelhança da descrição de Teodorico II nela e no panegírico a Avito (Sid. Apoll. *Carm*. 7) dão a entender que ambas circularam juntas em 456 e tinham um claro objetivo político. Depois da morte de Petrônio Máximo durante o saque de Roma pelos vândalos em 455, Sidônio foi encarregado de apresentar diante do senado de Roma o candidato conjunto da aristocracia e da corte gótica ao augustato no ocidente, seu sogro Epárquio Avito. O espaço dedicado à descrição de Teodorico II no panegírico buscava justamente tornar palatável à elite da cidade de Roma um dos principais apoiadores de Avito, ainda que descendente do maior inimigo do Império, e defender a ideia da aliança romano-gótica diante de uma audiência que havia formado sua concepção sobre os godos através da poesia antigótica de Claudiano. A carta ao seu cunhado pode ter sido pensada como uma sequência ao panegírico, para ser lida abertamente em Roma e nas Gálias (Sivan, 1989: 88–90).

No ano seguinte, Avito enfrentou uma revolta em Roma e a forte oposição dos altos comandos na Itália (Mathisen e Sivan, 1999: 19). Ricímero, neto de Vália que havia servido sob Aécio e ganhado notoriedade depois de derrotar uma frota vândala, emergiu como generalíssimo e depôs o imperador (Lee, 2013: 94). Segundo Sidônio, Avito era uma figura que se dizia "há muito tempo acostumada a lidar com os assuntos góticos (Sid. Apoll. *Carm*. 7, 471–2)"[192]. Depois de sua morte em uma tentativa de retorno para as Gálias em 457, nenhuma outra autoridade romana conseguiu fazer com que os godos mantivessem sua adesão ao *foedus*.

[192] *tractare solebam / res Geticas olim.*

Portanto, para uma figura como Sidônio, que cumpriu uma carreira na administração romana e esteve presente nas cortes tanto de Avito quanto de Majoriano, chegando mesmo a se tornar prefeito de Roma entre 468 e 469 (Harries, 1994: 141–68), o estado de insubmissão constante de Eurico ao poder imperial romano era muito mais importante como elemento definidor do poder que ele passou a exercer no sul das Gálias e no surgimento das novas fronteiras do que as leis e instituições que vieram a sedimentar posteriormente o Reino Visigótico de Toledo. Para o bispo, um reino na Aquitânia toma forma efetivamente a partir do momento em que os godos nem mesmo tentam remodelar o *foedus* original, mas abandonam-no completamente, e quando não mais se prestam às ambições da aristocracia galorromana. Ou seja, a *sors* se transforma em *regnum* assim que os godos passam a agir à revelia do ordenamento imperial, tomando para si o universo provincial no qual estavam inseridos.

Vale lembrar que mesmo esse momento não foi percebido da mesma maneira por todos os observadores. Para o anônimo escritor da *Crônica de 452*, provavelmente baseado em Marselha, seu tempo era bem mais sombrio do que aquele em que seu conterrâneo Próspero havia escrito, dada a chegada das notícias de que Átila e os hunos remanescentes ameaçavam a Itália em meados de 452 (Burgess, 2001: 52) e o fato de que o recém aclamado rei Torismundo já dava sinais de que buscaria reafirmar a sua legitimidade com uma campanha em direção a Arles. A ameaça bárbara ganhou protagonismo em sua enumeração de eventos e os descendentes de Teodósio, bem como as figuras que os orbitavam, são retratados como incapazes, ambiciosos e frívolos. A Gália que importava ao autor, aquela ao redor de sua cidade natal, se encontrava em uma situação delicada e transborda de seu texto um ressentimento com relação ao poder imperial na Itália (Muhlberger, 1992: 32–7). Por isso, ele não vê com bons olhos as operações de assentamento de povos bárbaros no interior das Gálias (*Chron. Gall. 452* 75; 124; 127; 128). Seu lamento final não deixa dúvidas de que, para ele, a situação em meados de 452 havia se tornado insustentável:

> Durante esses tempos calamitosos, a situação do poder público parece completamente miserável, pois não há sequer uma província em que não haja um camponês bárbaro, e a abominável heresia ariana, que se imiscuiu aos povos bárbaros, está tomando o nome de fé católica, infusa em todo o mundo. (*Chron. Gall. 452* 138)[193]

[193] *Hac tempestate ualde miserabilis rei publicae status apparuit, cum ne una quidem sit absque barbaro cultore prouincia et infanda Arrianorum heresis, quae se nationibus barbaris miscuit, catholicae nomen fidei toto orbe infusa praesumat*. Próspero da Aquitânia, diferentemente do cronista anônimo de 452, não parece se importar com as preferências religiosas dos bárbaros de modo geral. Como bem notou Steven Muhlberger (1992: 36), o "termômetro religioso" media a saúde do Império e a efetividade do governo imperial.

Na perspectiva de Idácio, que foi bispo de Límia de 428 ao final dos anos 460 (Burgess, 1993: 4–5), durante a ocupação contenciosa dos suevos e alanos da Hispânia, a gradual transformação das Gálias em território gótico estava intimamente ligada à manutenção da presença romana em sua própria região (Burgess, 1992). Por isso, as atividades góticas na Hispânia na qualidade de federados romanos que lhes renderam o assentamento de 418 ainda são vistas com bons olhos (Hyd. *Chron*. 55; 59) e a imagem das Gálias no período entre 411 e 439 é a de uma região defendida com sucesso contra usurpadores e bárbaros. Entre 440 e 455, Idácio parece considerar que as Gálias atravessavam um período nebuloso com a crescente autonomia de Teoderico e seu interesse na Hispânia, que o levou a uma aliança com Requiário, rei dos suevos em 449 (Hyd. *Chron*. 132; 134). O ponto de virada ocorre nos anos 456–7, em que os godos efetivamente adentram a Hispânia junto a Avito, considerado pelo bispo como um traidor (Hyd. *Chron*. 166), e rompem a aliança com os suevos, deixando a península propensa aos saques e à desordem depois de sua retirada. A partir de então, à exceção de duas ocasiões, todas as vezes que Idácio se refere às Gálias, ele se refere aos godos (Burgess, 1992: 26).

De fato, como notou Christine Delaplace (2013: 33), foram os grandes debates historiográficos sobre a instalação dos bárbaros nos territórios romanos do ocidente, guiados pelas narrativas de origem dos estados nacionais modernos, que tornaram emblemático o ano de 418 e elegeram-no como momento fundador do primeiro reino sucessor e da consolidação suas fronteiras em detrimento do recuo do poder imperial nas Gálias. Entretanto, esse julgamento da tradição historiográfica deve ser nuançado, uma vez que tanto a documentação posterior quanto contemporânea ao assentamento gótico na região conferiram pesos diferentes a momentos distintos das relações romano-góticas para definir quando houve a perda do controle imperial sobre as Gálias e a manifestação dos godos como um poder independente, a depender da inclinação e do contexto específico de seus autores. Ao menos até a segunda metade dos anos 470, vale termos em mente a consideração tecida por André Loyen (1934) quando se encontrou às voltas com a mesma questão abordada por seus contemporâneos, que se o *foedus* já havia sido abandonado no tempo de Eurico e Júlio Nepos, ele morreu sem jamais ter recebido seu *coup de grâce*. Em consequência disso, para que a territorialidade continuasse a ser mobilizada como um elemento identitário nas relações entre provinciais e bárbaros, o território sobre o qual os godos passaram a exercer sua influência teve de ser referenciado de modo a refletir a fluidez de suas fronteiras.

4.3 Fronteiras em negociação: um mundo dividido entre a *Romania* e a *Gothia*

Talvez o mais conhecido trecho de um documento que menciona o novo paradigma territorial do Império sejam as palavras que Orósio relata como tendo sido ditas pelo rei Ataulfo na ocasião de um banquete:

> 4. Pois também eu mesmo ouvi que um certo narbonense, homem ilustre do exército sob Teodósio, também religioso, prudente e importante, que se referia ao beatíssimo Jerônimo na cidade de Belém da Palestina, era íntimo de Ataulfo em Narbona e muitas vezes ouviu deste sob testemunho que o próprio, quando estava exaltado de alma e inspiração pelos homens costumava dizer 5. que ele primeiramente desejou ardentemente que, obliterado todo o nome romano, fizesse, chamasse e existisse um só Império dos Godos em todo o solo romano, como diria vulgarmente, que a *Gothia* suplantasse a *Romania* e que Ataulfo se tornasse então o que outrora foi César Augusto. 6. Contudo, como tinha provado por muita experiência que os godos não podiam de qualquer modo se submeter às leis por causa de sua barbárie desenfreada e que não convinha que as leis fossem proibidas ao governo, sem as quais o governo não é governo, decidiu que ao menos procuraria a glória para si restituindo na integralidade e estendendo o nome romano aos homens dos godos e seria tido como autor da restauração Romana dentre a posteridade, uma vez que não teria podido ser seu transformador. 7. Por causa disso, comedido pela prudência e instigação a todas as obras das boas ordenações, esforçava-se em abster-se da guerra, por causa disso esforçava-se em desejar a paz, sobretudo por causa de sua esposa Placídia, mulher muito aguçada de gênio, bastante íntegra religiosamente (Oros. 7, 43, 4–7)[194]

Por ser um documento que supostamente retrata a declaração de um rei godo sobre suas intenções primeiras e objetivos em suas operações em solo romano, o trecho orosiano chamou a atenção de muitos estudiosos que o tomaram como ponto de partida para suas reflexões acerca dos posteriores desenvolvimentos do assentamento gótico. Os termos *Gothia* e *Romania*, assim, foram usados como parâmetro para medir o sucesso ou fracasso das ações dos soberanos godos em suas empreitadas após o assentamento. Para John Wallace-Hadrill (2020: 47–8), tendo em vista que, por um lado, eles não se romanizaram durante a sua estadia nas Gálias de modo a serem absorvidos pela *Romania* e, por outro, jamais conseguiram estabelecer uma *Gothia* em seu lugar, se essa alguma vez foi sua intenção, os godos se mantiveram isolados em seu contexto provincial sem conseguir grandes sucessos, tendo em vista que os francos restringiram à

[194] 4. *Nam ego quoque ipse uirum quendam Narbonensem inlustris sub Theodosio militiae, etiam religiosum prudentemque et grauem, apud Bethleem oppidum Palaestinae beatissimo Hieronymo presbytero referentem audiui, se familiarissimum Athaulfo apud Narbonam fuisse ac de eo saepe sub testificatione didicisse, quod ille, cum esset animo uiribus ingenioque nimius, referre solitus esset*: 5. *se inprimis ardenter inhiasse, ut oblitterato Romano nomine Romanum omne solum Gothorum imperium et faceret et uocaret essetque, ut uulgariter loquar, Gothia quod Romania fuisset et fieret nunc Athaulfus quod quondam Caesar Augustus*, 6 *at ubi multa experientia probauisset neque Gothos ullo modo parere legibus posse propter effrenatam barbariem neque reipublicae interdici leges oportere, sine quibus respublica non est respublica, elegisse saltim, ut gloriam sibi de restituendo in integrum augendoque Romano nomine Gothorum uiribus quaereret habereturque apud posteros Romanae restitutionis auctor, postquam esse non potuerat immutator.* 7 *Ob hoc abstinere a bello, ob hoc inhiare paci nitebatur, praecipue Placidiae uxoris suae, feminae sane ingenio acerrimae et religione satis probae, ad omnia bonarum ordinationum opera persuasu et consilio temperatus*.

Península Ibérica posteriormente sem muita dificuldade. Nessa chave interpretativa, portanto, os termos dizem respeito mais a estruturas de poder, reais ou almejadas, do que o território ocupado por romanos e godos, de modo que o fracasso dos últimos nas Gálias consistiu tanto em sua incapacidade de se incorporar a um ordenamento político já existente quanto de buscar a construção de um novo que lhe pudesse suplantar.

Wallace-Hadrill (*ibid*. 25–6) percebeu um tom jocoso na anedota contada por Orósio, mas admitiu que não havia muito o que fazer a não ser interpretá-la literalmente. Outros estudiosos, como John Matthews (2000: 32–3), colocaram ênfase na seriedade do momento em que o rei teria dito essas palavras. O próprio homem que relatou tê-las ouvido, possivelmente um mestre dos ofícios (*magister officiorum*) de Teodósio chamado Marcelo (Matthews, 1971: 83–7), era uma figura política importante que tinha conexões com a dinastia reinante, tendo talvez conhecido a própria Gala Placídia quando mais jovem. Sua presença não era mero acidente e tampouco a menção de que ele havia repetidas vezes ouvido essas palavras na presença de outras testemunhas. Para Matthews (2000: 32–3), essa anedota deve ser entendida no contexto maior do casamento entre Placídia e Ataulfo no ano anterior, em que ambos se apresentaram em vestimentas romanas não só na presença da aristocracia narbonense, como na casa de um de seus notáveis. Suas palavras, portanto, não nada tinham de meramente retóricas, mas faziam parte de um elaborado plano de Ataulfo para mostrar para os próprios galorromanos que a lei romana seria o elemento mediador fundamental na construção da relação entre godos e romanos. À luz do comentário sobre a incapacidade dos godos de viverem sob a lei escrita e do uso que os reis bárbaros no mundo pós-romano fizeram da lei romana, a *Romania* é entendida como o próprio conjunto de leis que regem uma sociedade e a *Gothia* como a representação de um estado de ausência de leis.

No entanto, como notou Guy Halsall (2002: 99–102), o cerne da afirmação de Ataulfo é um joguete com os bem estabelecidos estereótipos da etnografia romana acerca da diferença entre bárbaros e romanos. Certamente, se essas palavras tivessem sido proferidas pelo próprio *vir inlustris* elas não teriam tanto impacto. O teor humorístico da passagem consiste justamente na figura de Ataulfo afirmando, na qualidade de rei dos godos, que os próprios godos são bárbaros ingovernáveis. A anedota pode ter sido criada pelo próprio Orósio ou seu informante em um tom de ironia e o clérigo decidiu incluí-la na parte final de sua obra como uma forma de *plot twist* bem-humorado no qual a eternidade de Roma, tema que lhe era caro (Paschoud, 1967: 288–92), se tornava preocupação de um rei bárbaro.

Mas, dado que Orósio dedica certo espaço à construção da autoridade de seu informante por sua proximidade a Jerônimo e serviço pelo Império, há também a possibilidade, segundo Halsall (2002: 101), de que ele tenha de fato relatado algo que Ataulfo costumava falar e que a brincadeira tenha sido feita pelo próprio rei. Há que se levar em consideração também que o informante de Orísio dá a entender sutilmente que Ataulfo repetia essa anedota quando estava embriagado, logo, em um momento de maior descontração propício a uma brincadeira dessa natureza. Nesse ponto de sua trajetória, Ataulfo já havia passado a maior parte de sua vida dentro do Império Romano e certamente conhecia a imagem que a elite romana tinha dos bárbaros como incapazes de cumprir a lei. Seus soldados, por sua vez, já faziam parte do exército romano regular desde o final do século IV. O elemento humorístico na fala de Ataulfo, portanto, joga com a autoatribuição de uma identidade bárbara por parte de um rei e seus seguidores que pareceriam tão romanos quanto qualquer um presente na ocasião.[195]

Considerando que o rei godo teria dito de forma jocosa aquilo que foi relatado a Orósio, a linguagem que ele utiliza pode ter sido realmente retirada de um universo popular, como o próprio clérigo nota. Ora, o sufixo *-ia* após um etnônimo designa no universo etnográfico latino o território onde se encontra um povo, de forma que o elemento da territorialidade não pode escapar a qualquer análise que aborde os termos *Gothia* e *Romania*. Desde a revolta de Alarico no final do século IV, os godos buscavam um ponto de travessia para a África, empreitada que fracassou no sul da Itália e sob Ataulfo ainda tentariam fazê-lo pela Hispânia. No momento relatado por Orósio, os godos haviam tomado Narbona, mas haveriam de ser expulsos de lá por Constâncio ainda em 414, retornando para Bordeaux para saqueá-la e impondo um sítio a Bazas junto aos alanos ainda no mesmo ano (Delaplace, 2013: 28).

A *Gothia* de Ataulfo, portanto, consistia no conjunto de seus seguidores, sobre os quais ele exercia algum poder, mas ainda desprovidos de um território próprio, em contraste com a *Romania* que se constituía como tal em seu *solum Romanum*, objeto de disputa e elemento chave para a compreensão da dimensão territorial desses termos. A diferenciação entre godos e romanos é fundamental para a elaboração da anedota de Ataulfo e para construí-la perante sua audiência o rei mobiliza dois conceitos antagônicos de uso aparentemente corrente que têm como cerne a sua territorialidade, mas cujas fronteiras nesse período já haviam se tornado mais elusivas do que reais.

[195] Vale ressaltar, como o faz Halsall (2002: 101), que o teor humorístico da passagem e a identificação do autor da "piada" como Ataulfo em nada compromete a validade do estudo de Matthews sobre o uso da lei romana pelos reis bárbaros nas Gálias do século V. A autodepreciação jocosa era uma estratégia retórica conhecida na Antiguidade e Ataulfo pode muito bem ter se utilizado dela em seus esforços para mostrar sua inclinação a promover as leis romanas sob seu domínio.

Certamente, essa não foi a primeira vez que esses termos apareceram na documentação escrita do Império. Nas obras gregas de Atanásio (*Hist. Arian. ad Mon*. 35) e Epifânio (*Pan*. 66; 69), compostas em 358 e 365 respectivamente, Ῥωμανία evidencia-se com uma conotação estritamente territorial. O primeiro a utiliza para designar o território que tem Roma como capital, o segundo a emprega para se queixar que o arianismo havia tomado quase todo o mundo romano e em uma breve descrição geográfica para designar o mundo ao qual o Mar Vermelho dá acesso a partir do Oriente. Contudo, como bem notou Jacques Zeiller (1929: 195), há outra dimensão no sentido de *Romania* em escritos latinos posteriores que torna o termo mais multifacetado que sua contraparte grega.

Em uma carta de Auxêncio de Durostoro, discípulo de Úlfila citado pelo teólogo ariano Maxêncio em sua *dissertatio* sobre o Concílio de Aquileia de 381, preservada nas margens de um manuscrito de *De Fide* de Ambrósio (Heather e Matthews, 1991: 135–6), *Romania* é utilizada em contraposição ao mundo bárbaro propriamente dito:

> (...) o supracitado santíssimo homem beato Úlfila, tendo sido expulso do território bárbaro com uma grande comunidade de fiéis, foi recebido com muitas honrarias no solo da *Romania* ainda sob Constâncio, imperador de santa lembrança. (...) 38. Ele pregou a verdade ao seu povo no solo da *Romania* por trinta e três anos, além daqueles sete anteriores (*Epistola de fide, vita et obitu Wulfilae*, 37–8)[196]

Composta entre 383 e 384 (Williams, 1995: 204–23), pouco depois do tratado de 382 que pacificou os godos que haviam se revoltado na Trácia, a carta é uma defesa apaixonada de Úlfila e suas convicções por parte de seu discípulo e retrata a carreira do bispo, a perseguição aos convertidos em território gótico e sua recepção por parte de Constâncio II, simpático ao arianismo. Certas palavras de seu texto apresentam uma grafia alternativa, frutos de um latim bastante rudimentar, mas chama a atenção a sua escolha da locução *in solo Romaniae* para se contrapor ao curioso vocábulo *varbaricum* de onde a comunidade de Úlfila havia sido expulsa. Ainda que o autor claramente busque substituir a expressão *orbis Romanus* em um período no qual o Danúbio não mais fazia o papel de elemento separador do mundo romano e da terra dos bárbaros, ele sentiu a necessidade de enfatizar o sentido territorial que *Romania* por si só ainda não tinha.

Na chamada *Consularia Constantinopolitana*, uma lista consular quase completa que conta com algumas notas históricas em determinados anos e foi compilada em várias versões

[196] 37. (...) *supradictus sanctissimus vir beatus Vlfila cum grandi populo confessorum de varbarico pulsus in solo Romanie athuc beate memorie Constantio principe honorifice est susceptus* (...) 60. *Et suo populo in solo Romaniae absque illis septem annis triginta et tribus annis veritatem predicavit*. Utilizamos a numeração da edição de Roger Gryson para a *CCSL* 87.

do século I ao V, o termo surge na entrada do ano de 261 e continua a ser utilizado até 386 sempre em contextos de tensão com os bárbaros ou de recepção deles nas províncias, já plenamente imbuído de seu sentido territorial:

> Muitos inimigos invadiram a *Romania*. (a. 261)
> (...)
> Todo o povo dos carpos se entregou na *Romania*. (a. 295)
> (...)
> Os escravos sármatas expulsaram seus senhores para a *Romania* (a. 334)
> (...)
> Os godos foram vencidos e expulsos pelo povo dos hunos e foram recebidos na *Romania* em virtude da misericórdia pela ordem de Valente Augusto. (a. 376)
> (...)
> Todo o povo dos godos se entregou na *Romania* junto a seu rei no quinto dia para as nonas de outubro (3 de outubro de 382)
> (...)
> O povo dos greutungos foi vencido e expurgado e teve os seus cativos conduzidos para *Romania* pelos nossos Teodósio e Arcádio (a. 386) (*Cons*. *Constant*. a. 261; 295; 334; 376, 1; 382, 2; 386, 1)[197]

Como bem notou Richard Burgess (1993: 210), o texto foi tão recopiado, traduzido, aumentado e utilizado por outros autores ao longo dos anos que qualquer tentativa de reconstruir o documento em um ponto específico de sua trajetória é em vão. Entretanto, o uso recorrente do termo *Romania* e de locuções como *universa gens,* bem como a peculiaridade das construções frasais nessas entradas, dão a entender que elas tenham sido inseridas pelo mesmo autor. Tendo em vista que a última delas, um breve relato sobre a vitória de Teodósio sobre os godos da Mésia e sua instalação na Frígia (Wolfram, 1990: 148; 432 n. 107), aparece logo antes da eulogia de Cinégio, prefeito pretoriano do Oriente de Teodósio, inserida no ano de 388, tudo indica que foram compostas no final do século IV, antes de sua esposa Acância trazer seu corpo junto com a *Consularia* de Constantinopla para a Hispânia em 389 (Burgess, 1993: 197–8). Isso nos mostra que, da perspectiva de um autor situado na capital da parte oriental do Império *Romania* cumpre o papel que *orbis Romanus* tinha anteriormente, com todas as suas nuances, inclusive seu sentido territorial.

Diante da presença dos bárbaros no interior das províncias e da perda do sentido do tradicional *limes* como elemento separador do mundo romano e do território bárbaro, a *Romania* emerge como um conceito que ressignifica o unitarismo romano, a totalidade da presença imperial e a particularidade de um modo de vida romano diante da intromissão do que esses

[197] (...) *hostes multi inruerunt in Romania.* / (…) *Carporum gens uniuersa in Romania se tradidit.* / (…) *Sarmatae serui uniuersa gens dominos suos in Romaniam expulerunt* / (...) *uicti et expulsi sunt Gothi a gente Vnorum et suscepti sunt in Romania pro misericordia iussione Aug. Valentis* / (...) *uniuersa gens Gothorum cum rege suo in Romaniam se tradiderunt die V non. Oct.* / (...) *uicti atque expugnati et in Romania captiui adducti gens Greothyngiorum a nostris Theodosio et Arcadio*.

autores consideravam a barbárie (Meslin, 1964: 4–5). Auxêncio de Durostoro e o autor das entradas supracitadas da *Consularia Constantinopolitana*, afinal, escreveram em momentos de incerteza e insegurança na parte oriental do Império. O primeiro compôs sua carta pouco depois do *foedus* de 382, que assentou na Trácia muitos dos godos que eram hostis à sua pequena comunidade gótica cristã. O segundo teria compilado os *fasti* para Acância não mais do que dois anos depois da profunda incursão de uma liga multiétnica, formada nos Balcãs sob o comando dos greutungos de Odoteu, na Trácia, defendida pelo mestre da infantaria Prômoto, e de seu subsequente assentamento no Império Romano do Oriente (Wolfram, 1990: 144–52).

Não é de surpreender, portanto, que autores da parte ocidental do Império tenham mobilizado o mesmo conceito em um período posterior ao da retirada do poder imperial do Reno e da consequente travessia do rio pelos povos renanos em 406/7. O próprio Orósio, trazendo para seu tempo uma reflexão sobre o período das conquistas de Alexandre, estabelece um diálogo fictício no qual seu interlocutor defende a violência do Império contra os bárbaros porque "eles são inimigos da *Romania* (Oros. 3, 20, 11)"[198]. Ou seja, ainda que ele busque defender a ideia de que ações de grandes impérios contra povos pacíficos são reprováveis, mesmo que o domínio dos reis bárbaros não seja preferível ao dos imperadores, ao construir a argumentação antagônica que ele pretende combater, Orósio ainda emprega o termo para designar o mundo romano em oposição à barbárie.

Outra dimensão abarcada pelo termo *Romania,* ainda complementar às outras que abordamos aqui, fica evidente na obra hagiográfica sobre Agostinho composta pelo bispo africano Possídio, em algum momento entre 432 e 439 (Hermanowicz, 2008: 20 e n. 11). Ele relata que Honorato, bispo de Tiabe, consultou Agostinho através de uma carta para saber se os bispos e demais clérigos deveriam abandonar a igreja diante da chegada de forças hostis. Possídio relata que Agostinho "deu a entender, em sua resposta, o que mais se deveria temer desses destruidores da *Romania* (Possid. *Vita Aug.* 30, 1)"[199]. A carta do bispo de Hipona é citada em sua totalidade logo depois, mas ele mesmo não utiliza esse termo. Ao invés disso, aconselha seu colega para tomar cuidado, pois mais do que a destruição material, os bárbaros trazem consigo a danação espiritual com seu arianismo. Para Possídio, portanto, a fé nicena era parte essencial da ideia de *Romania*, em oposição à heresia ariana da terra dos bárbaros (Bastiaensen, 1975: 437), que agora ameaçava seu mundo também espiritualmente. Afinal, à

[198] *isti hostes Romaniae sunt.*
[199] (...) *rescriptis insinuasse quid magis ab illis Romaniae eversoribus esset metuendum.*

medida em que esses povos foram se cristianizando, o arianismo passou a compor a lista de elementos distintivos entre romanos e bárbaros (Heather, 1999b: 245).

Da mesma forma que Auxêncio e o autor da *Consularia*, Orósio e Possídio compõem suas obras em momentos de incerteza e insegurança, dessa vez na parte ocidental do Império que tinha de lidar tanto com os godos que haviam atravessado os Alpes Julianos e saqueado Roma em 410 para nunca mais retornar, estabelecendo-se na Aquitânia em 418, quanto com os alanos, vândalos e suevos que atravessaram o Reno em 406/7, se estabeleceram na Hispânia em 409 e cruzaram para as províncias africanas, no caso dos vândalos, em 429. Orósio teve de fugir da Hispânia, possivelmente depois de os suevos tomarem Braga em 411, e escreveu suas Histórias durante sua estadia na África, antes e depois de sua peregrinação para a Palestina e certamente após a tentativa frustrada de retornar à Península Ibérica após o Concílio de Cartago de 416 (Fear, 2010: 1–7). No caso de Possídio, é significativo que ele tenha inserido em sua obra o conselho de Agostinho sobre a retirada dos bispos de suas igrejas ao sinal da aproximação de inimigos, juntamente com sua carta a Honorato na íntegra, logo antes de relatar a morte e o funeral do bispo de Hipona. Ele certamente considerava que esse era o último aviso importante aos seus colegas da *Romania*, diante do avanço dos vândalos em sua região.

O surgimento da *Romania* nos autores latinos foi considerado por alguns estudiosos como uma tomada de consciência coletiva diante dos bárbaros análoga ao surgimento de um sentimento nacionalista, com todas as ressalvas que essa colocação demanda (Meslin, 1964: 4–5). Ainda que o termo seja sempre encontrado em contextos nos quais contrasta com o mundo bárbaro ou o território dos bárbaros[200], esse fenômeno certamente não deve ser compreendido como o surgimento de uma nação dos romanos no sentido do Estado-nação que conhecemos hoje, mas como uma reelaboração no campo discursivo de fronteiras com o mundo bárbaro que deixaram de existir uma vez que o Império perdeu o controle sobre o *limes* danubiano.

Se, com efeito, a *Romania* é mobilizada por esses autores em resposta à desagregação das fronteiras que mantinham o *orbis Romanus* separado do *barbaricum*, acomodando toda uma extensa gama de sentidos (Zeiller, 1929: 198) dentre os quais a territorialidade era central, as novas fronteiras discursivas erigidas nesse processo separavam-na de outros mundos bárbaros

[200] Ao mencionar a sabotagem de Barbatião contra Juliano em seus relatórios enviados a Constâncio II, na ocasião da formação da estratégia contra os alamanos que ocupavam o norte das Gálias nos anos 350, Amiano (16, 11, 7) teria escrito que o mestre da infantaria agiu "contra o interesse da *Romania* (*contra utilitatem Romaniae*)", utilizando o termo fora de um contexto de contraste com os bárbaros ou o território bárbaro. Mas essa leitura, apoiada no autoritativo manuscrito V e mantida na edição de Wolfgang Seyfarth, deve ser corrigida para "contra o interesse do poder romano (*contra utilitatem Romanae rei*)", como sugeriu Theodor Mommsen, leitura essa mantida por Édouard Galletier e Jacques Fontaine em sua edição para a Budé, tendo em vista o uso inequívoco da expressão *ab utilitate Romanae rei* em outro momento da obra (Amm. Marc. 17, 14, 1).

que não mais estavam geograficamente delimitados, mas cujas novas fronteiras discursivas tiveram de ser também delineadas, como é o caso da segunda palavra utilizada na anedota de Ataulfo, *Gothia*.

Para a audiência de Orósio, o termo não traria consigo qualquer surpresa ou espanto. *Gothia* já havia sido inserida no exergo de duas séries monetárias de ouro cunhadas em Trier (RIC VII, Trier, 531 e 534) para comemorar a vitória retumbante de Constantino contra os godos em 332. A iconografia do obverso é semelhante nas duas peças, trazendo o imperador, um soldado em trajes militares e um cativo bárbaro entre os dois ou puxado pelo soldado pelo cabelo, juntamente à mensagem "ao conquistador dos povos bárbaros"[201]. Outros termos semelhantes, derivados de etnônimos, podem ser encontrados nas emissões constantinianas, como *Alamannia* e *Sarmatia* (e.g.: RIC VI, Trier, 823; VII, London, 289). Não há dúvida que Constantino percebeu o potencial "propagandístico" de diferenciar os povos sobre os quais saía vitorioso e que, nesse contexto, *Gothia* cumpre o papel de representar os godos vencidos em suas campanhas danubianas.

O termo começa a adquirir um sentido mais territorial no final do século IV. Amiano Marcelino o utiliza para sintetizar o motivo pelo qual a estratégia de Valente na disputa pela Armênia com Sapor fracassou terrivelmente, assunto que ele desenvolveria completamente no último livro de suas *Res Gestae*: "(...) pois havia circundado o poder Romano uma outra ameaça, de que toda a *Gothia* destruía as Trácias sem impedimento (Amm. Marc. 30, 2, 8)"[202]. O historiador se refere à revolta dos refugiados godos em 376, cujo estopim foi a tentativa de assassinato dos líderes góticos Alavivo e Fritigerno por parte do oficial encarregado do assentamento, Lupicínio, em um banquete. Essa é a única instância em que a *Gothia* é empregada nas *Res Gestae* e sua posição junto ao nome da diocese das Trácias, formando assim um contraste com a região onde os godos se encontravam, sugere mais do que a designação de uma unidade fictícia dos povos godos (Angliviel de la Beaumelle, 1999: n. 231). Amiano, em um jogo literário que tem por objetivo nomear de maneira sucinta a ameaça que se encontrava dentro do Império, opõe a Trácia à *Gothia*, conferindo-lhe um sentido territorial idealizado, erigindo entre esses bárbaros revoltosos e os romanos fronteiras elusivas, que antes da travessia existiam materialmente.

[201] *debellatori gentium barbarum*
[202] (...) *quia rem Romanam alius circumsteterat metus totius Gothiae Thracias licentius perrumpentis*.

Na obra de Orósio, a dimensão territorial do termo *Gothia* pode ser constatada quando a encontramos em seu primeiro livro, já na descrição geográfica que faz do mundo para que o leitor consiga acompanhar a sua narrativa histórica:

> 53. A partir do oriente, encontramos a *Alania*, no meio a Dácia onde também temos a *Gothia*, depois se situa a Germânia, cuja maior parte é dominada pelos suevos. Dentre esses todos, há 54 povos. 54. Agora, exporei o que quer que o Danúbio separe do *barbaricum* até o nosso mar. (Oros. 1, 2, 53–4)[203]

Não há uma coerência cronológica na descrição geográfica de Orósio para as partes do mundo que se encontram para além do *limes* renodanubiano, como é de se esperar na historiografia da Antiguidade Tardia[204], o que significa que ele deve ter utilizado como fonte principal alguma descrição que não nos é conhecida. Resulta disso que não conseguimos estabelecer em que medida Orósio seguiu a descrição geográfica original e em quais pontos desviou dela. Contudo, a introdução dessa parte da obra do bispo se assemelha bastante a dois compêndios geográficos datados do século IV, a *Dimensuratio provinciarum* e a *Divisio orbis terrarum* (Merrills, 2005: 70–9), que por sua vez derivam certamente do mapa geopolítico desenhado por Agripa, no século I (Schnabel, 1935). Ao descreverem as regiões além do Danúbio (*Dim*. *Prov*. 8; *Div. orb*. *Ter*. 11), a primeira nomeia de *Getica* uma região perto da Dácia e segunda só menciona a Germânia e a Dácia.

Logo, Orósio adicionou de próprio punho a *Gothia* dentre as regiões que faziam parte do *barbaricum* em seu primeiro livro para que o leitor pudesse compreender a anedota contada por Ataulfo no último. Uma vez que o Danúbio não mais separava os godos do Império, a *Gothia*, entendida como a terra dos godos sobre a qual Ataulfo exerceria autoridade na qualidade de rei, imbui-se de uma potencialidade territorial que ainda não havia sido consumada, mas cujas fronteiras idealizadas com o mundo romano continuavam a existir no campo retórico. Orósio constrói, assim, uma continuidade narrativa entre a *Gothia* do *barbaricum* e aquela sob o comando de Ataulfo, de modo a conferir sentido às categorias

---

[203] 53*. Ab oriente Alania est, in medio Dacia ubi et Gothia, deinde Germania est ubi plurimam partem Suebi tenent. quorum omnium sunt gentes LIIII.* 54*. Nunc quidquid Danuuius a barbarico ad mare Nostrum secludit expediam.*

[204] Talvez o exemplo mais notável seja a dupla digressão de Amiano no último livro de suas *Res Gestae*, na qual o historiador antioqueno descreve os hábitos e a sociedade dos hunos e alanos, bem como as regiões de outros povos da Cítia, antes de narrar como o reino de Ermanarico e o território dos godos foi invadido pelos primeiros. Na falta de informações precisas sobre essas populações e suas divisões territoriais em sua época, Amiano recorre à descrição etnográfica e geográfica de Heródoto sobre a estepe asiática e povoa sua Cítia com os mesmos povos, atribuindo aos hunos e alanos os mesmos comportamentos descritos pelo historiador de Halicarnasso muitos séculos antes (Burgersdijk, 2016: 125–7).

retóricas que o rei mobiliza em sua fala jocosa. As fronteiras entre esses mundos continuavam, desse modo, a existir dentro do universo de representações dos autores romanos.

Mesmo depois do estabelecimento dos godos na Aquitânia em 418, a *Gothia* continuou a ser mobilizada com um sentido territorial fluido, sempre quando as relações entre os godos e o Império se deterioravam. Na correspondência a Ferreolo que mencionamos acima, ao elogiar brevemente a capacidade diplomática de seu amigo que convenceu Torismundo a se retirar dos portões de Arles sem que uma batalha fosse travada, Sidônio Apolinário o caracterizou como "o muitíssimo selvagem rei da *Gothia* (Sid. Apol. *Epist*. 7, 12, 3)"[205], termo que André Loyen (2003: 66, n. 71) considerou como análogo a *sors Gothica*. Logo, na perspectiva do bispo de Clermont, um breve "território gótico" tomou forma mesmo antes de Eurico, visto que Torismundo foi assassinado por seus irmãos logo depois. Levando em conta o jogo semântico que o próprio autor faz em sua carta, a *Gothia* emerge como a antítese do mundo de Sidônio tão logo o *hospes* se torna *hostes*. Ou seja, em um momento de ameaça à ordem romana estabelecida, Sidônio mobiliza um elemento identitário que evoca a territorialidade que existia anteriormente no *barbaricum* e no *orbis Romanus* para marcar a distinção entre o feroz rei bárbaro e seu amigo Ferreolo, um autêntico representante da *romanitas*, capaz de dissuadir a ferocidade bárbara com o uso das palavras. Essa territorialidade do domínio gótico, portanto, se fez sentir para Sidônio quando um chefe godo se rebelou contra a ordem romana, mesmo que de maneira efêmera, como foi o caso de Torismundo.

Vemos, portanto, que o processo de retirada do poder imperial do Reno e a instalação dos godos na Aquitânia pode ter apagado progressivamente as fronteiras entre o mundo romano e o bárbaro. Mas isso não impediu que os autores do século V continuassem a mobilizar o elemento territorial na construção das categorias retóricas de romanos e bárbaros em suas obras, erigindo assim novas fronteiras no campo discursivo para conferir sentido às relações conflituosas sobre as quais colocavam ênfase. Afinal, é justamente sobre essas categorias retóricas, reformuladas com base em uma nova fronteira mais fluida e elusiva do que material entre a *Romania* e a *Gothia*, que Ataulfo constrói sua brincadeira durante os momentos de descontração. Contudo, o fato de que ambos os termos ocorrem nas obras latinas do século V somente em situações conflituosas pode mascarar uma gama de relações distintas entre indivíduos que circulavam entre um e outro mundo.

[205] (...) *regem Gothiae ferocissimum*

4.4 Vivenciando as novas fronteiras: circulação de pessoas e restrições de trânsito no sul das Gálias no século V

Como vimos na introdução desse trabalho, a medida em que a Antiguidade Tardia se consolidava como campo de estudo na segunda metade do século XX, duas grandes correntes interpretativas sobre a questão do papel dos bárbaros nas transformações que se operaram na Antiguidade Tardia e consequentemente na violência envolvida nesse processo, passaram a se distinguir. Guy Halsall (2006b) definiu-as, muito pertinentemente, como *movers* e *shakers*. Os primeiros, tal qual Peter Heather, tendem a conferir um grande peso no caráter desagregador e violento das migrações bárbaras, os segundos, como Patrick Amory, tendem a enfatizar os processos pacíficos de acomodação e assentamento desses povos. No caso específico das Gálias, o pessimismo e catastrofismo evidentes na documentação do início do século V certamente favorece a visão dos primeiros, que colocam uma ênfase maior no caráter disruptivo da chegada dos bárbaros. Mas é importante notar que, ao menos até meados do século V, os escritores cristãos galorromanos partilhavam de uma tradição ascética inspirada nas práticas de Martinho de Tours e essa perspectiva os levava a enfatizar as desgraças do presente, a fim de apontar a decadência moral de seu tempo e promover a necessidade de um estilo de vida ascético (Wood, 1992).

Entretanto, o fato de que o *Epigrama Paulini* (18–25), o mais antigo dos quatro poemas cristãos que constituem um corpus das respostas imediatas à invasão dos vândalos, suevos e alanos em 406/7, já faz referência a esforços de reconstrução, pode ser um indício de que, ao menos na primeira década do século V, a desagregação causada pela passagem dos bárbaros do Reno envolveu um nível considerável de violência. A linguagem pesada utilizada tanto pelo *Epigrama Paulini*, quanto pelo *Carmen de Providentia Dei*, o *Carmen ad Uxorem* e o *Commotiorum* de Oriêncio pode ser, de fato, usada para exagerar em certa medida a destruição dessa invasão nas Gálias, mas o contraste entre a transitoriedade das coisas materiais e a eternidade divina é uma reação esperada de um grupo de cristãos devotos do ascetismo confrontados com uma situação calamitosa (Roberts, 1992).

Isso se traduz, evidentemente, em um problema real de trânsito no interior das regiões ocidentais do Império Romano, exemplificado no caso da correspondência de Paulino de Nola. O aristocrata galorromano, oriundo da região de Bordeaux, havia cumprido uma brilhante carreira política sob o reinado de Graciano, tendo sido cônsul em Roma e governador da província italiana da Campânia, até a usurpação de Magno Máximo, quando decidiu interromper sua vida pública e retornar à Aquitânia para dez anos de retiro em suas terras (*otium*

ruris). Depois desse período, nos anos 390, Paulino reapareceu na vida pública, tendo sido ordenado presbítero em Barcelona contra a sua vontade e retornando para Nola. Lá, ele se dedicou à Igreja e à promoção do culto de São Félix, assumindo as responsabilidades da igreja de Nola, na antiga região que havia governado, a Campânia (Trout, 1999: cap. 2 e 4).

Tendo adotado uma vida ascética com sua esposa Terásia, Paulino se correspondeu com os maiores nomes do cristianismo de sua época, como Agostinho e Jerônimo, mas manteve intenso contato com seus pares na Aquitânia e no restante das Gálias, que constituem os destinatários da maioria das cartas que sobreviveram. Para se corresponder com eles, especialmente com Sulpício Severo, o mensageiro mais frequente era Víctor, um jovem que havia servido o exército nas Gálias antes de se voltar a uma vida monástica, tornando-se parte da comunidade de Sulpício. Víctor passou a fazer, a partir de 400, viagens anuais a Nola, para onde levava as cartas a Paulino (Walsh, 1967: 302, n. 22). Em uma carta a Desidério, um nobre da Aquitânia, somos informados de que Vitor chegou até Nola antes do inverno de 406 e insistiu para fazer a viagem de volta o mais rápido possível, motivo pelo qual Paulino se queixa de que não teria tempo para escrever outra carta para seu amigo.

No entanto, a carta pôde ser escrita porque, segundo Paulino: "enquanto isso, repentinos obstáculos de seus planos seguraram-no prestes a seguir viagem, pois o inverno impedia a navegação e o medo fechava as estradas (Paul. Nol. *Epist*. 43, 1)"[206]. É possível que, como ex-militar, Víctor estivesse a par da situação na fronteira do Reno e quisesse chegar à Aquitânia antes que os bárbaros conseguissem alcançar a região, mas o receio do mensageiro revela que isso já havia ocorrido e as estradas não estavam mais seguras. De fato, a perda da fronteira do Reno fez com que surgisse, ao menos momentaneamente, outra fronteira que fez com que Paulino suspendesse o contato com seus conterrâneos. Sem dúvidas, a carta 43 só chegou ao seu destinatário posteriormente e apenas ela e a carta a Euquério e Gala em Lerins, datada de 521, são posteriores à invasão dos vândalos, alanos e suevos nas Gálias, em contraste com uma atividade epistolar intensa nos anos 390 e nos primeiros anos da década de 400 (Trout, 1999: 253).

Esse momento de muita incerteza e insegurança causou um grande impacto nos contemporâneos, mas foi certamente passageiro. Retornando aos poetas galorromanos do início do século V, todos esses textos que foram escritos no mesmo meio e para audiências semelhantes, as comunidades cristãs do sul das Gálias, terminam em um tom otimista, como se a salvação moral apregoada por seus autores trouxesse consigo também uma reconstrução no

[206] *interea proficiscentem subiti rerum obices retraxerunt, cum hiems nauigationem et itinera metus clauderet*

mundo material, à exceção do *Carmen ad Uxorem*, cujo autor foi possivelmente Próspero da Aquitânia (Roberts, 1992). Mesmo Próspero, como vimos, assume uma postura mais otimista na composição de seu *Epitome Chronicon* depois de meados do século, quando a situação já se encontrava mais estabilizada.

A retomada do controle do poder imperial nas Gálias e o retorno da estabilidade na região é bem representada no célebre poema de Rutílio Namaciano, *De Reditu Suo*. O nobre galorromano, que havia conseguido o cargo de prefeito de Roma em 414, depois de cumprir a função de mestre de ofícios (*magister officiorum*) em 412 graças à educação clássica que recebera na capital do Império (Malamud, 2016: 8), relata o itinerário de volta a sua terra natal com muito pesar sobre toda a destruição que encontrou no caminho. No entanto, o retorno apressado de Rutílio em 417 não teve qualquer relação com as depredações, mas possivelmente com a necessidade de sua presença na assembleia provincial de Arles de 418, que foi um importante instrumento na reestruturação do poder imperial nas províncias tão logo o ainda patrício Constâncio conseguiu expulsar os godos do sul das Gálias e utilizá-los contra os bárbaros do Reno que haviam se estabelecido na Península Ibérica (Sivan, 1986). Sua viagem segura nesse contexto certamente explica o otimismo em certas partes do poema, especialmente seu apelo aos exemplos da história romana, dada sua possível inclinação ao paganismo, para dar ênfase à resiliência de Roma.

Veremos posteriormente que o assentamento dos godos na Aquitânia não foi algo conseguido pela imposição dos godos ao Império, mas por iniciativa do próprio poder imperial, em especial, levado a cabo por Constâncio no contexto da reorganização das províncias galorromanas após a turbulenta primeira década do século V. A presença gótica por si só em território gálico, portanto, não era vista necessariamente como parte da catástrofe que se seguiu à perda do controle romano no Reno. Como bem notou Carl Nixon (1992: 73–74), o uso das estruturas administrativas romanas por parte dos reis góticos na Aquitânia mostra que, para a manutenção de seus interesses, a preservação da economia romana e das estruturas sociais galorromanas era essencial.

Por isso, enquanto houvesse relações políticas harmônicas entre o Império e os godos assentados, de modo que os aristocratas galorromanos não ameaçassem as ambições de sua elite, a livre circulação de pessoas para dentro e para fora de território gótico não era problema. Paulino de Pela, o poeta neto de Ausônio, mesmo tendo uma casa destruída na invasão de 407 e outra pilhada pelos godos antes do tratado, em 414, conseguiu o cargo de chefe do tesouro privado (*comes privatae largitiones*) durante o breve regime imperial do títere gótico Prisco

Átalo ainda em 414 e viu um de seus filhos se tornar um clérigo em Bordeaux posteriormente (Paul. Pel. *Euchar*. 239; 282; 291; 500–514).

Isso vale mesmo para os períodos posteriores, depois de os godos já terem atacado as cidades de Narbona e Arles repetidas vezes, reformando o tratado original e estabelecendo um domínio mais concreto no sul das Gálias. Em uma carta datada de 477 ou 478 a Lupo, o retórico de Périgueux, Sidônio lamenta a morte de seu amigo Lamprídio, também professor de retórica, que havia sido assassinado em um motim organizado pelos escravos de sua casa. Nessa missiva eivada de sentimentos de luto, Sidônio escolhe não compor um poema fúnebre, mas interpolar uma carta em forma de poema que ele havia enviado para Lamprídio por ocasião de sua visita a Bordeaux em 463 (Loyen, 2003b: 112, n. 43). Nessa carta, uma série de instruções fictícias de Febo, apelido carinhoso que lhe dava Lamprídio, para Tália, a musa da comédia e da poesia idílica, encontramos importantes informações sobre a possibilidade de locomoção de Sidônio pelas Gálias nesse período:

> Diz-lhe: "Febo está chegando. Depois dos cavalos de viagem
> ele agita com os remos o navegável Garona;
> ele pede que venhas a seu encontro, mas antes que prepare
> sem demora, sua hospedagem." E a Leôncio
> (...) diz: "ele já está chegando!" Vá a ver o bem espirituoso
> Rústico, que o é apensa no nome.
> Porém, se me negarem um teto, por estarem ocupadas suas casas,
> prossegue sem demora à soleira dos bispos,
> e depois de beijar a mão do santo Galicino,
> pede-lhe um humilde espaço sob o teto. (Sid. Apol. *Epist*. 8, 11, 3, v. 30–40)[207]

Se a viagem transcorreu um ano depois de Agripino ter cedido Narbona aos godos em 462 para que Teoderico II apoiasse o poder imperial na Itália contra Egídio, como vimos, o livre trânsito de uma figura do porte de Sidônio, favorável à figura do rei gótico, certamente foi possibilitado pela estabilidade entre os poderes na região. Seu acesso aos cavalos de viagem e à navegação fluvial no Garona não dão a entender, de maneira alguma, que Sidônio haveria de cruzar uma fronteira entre a *Romania* e a *Gothia* para visitar seus amigos em Bordeaux. Pelo contrário, Lamprídio continuou a lecionar retórica na cidade (Sid. Apol. *Epist*. 9, 13, 2, v. 21–3), bem como o próprio Lupo em Périgueux (Sid. Apol. *Epist*. 8, 11, 1–2). Leôncio, por sua vez, deve ser identificado com o dono do burgo suntuoso descrito em um dos poemas de Sidônio (*Carm*. 22), que mantinha ainda uma casa em Bordeaux nesse período. Dessa forma, o mundo

[207] *Dic: 'Phoebus venit atque post veraedos / remis velivolum quatit Garumnam; / occurras iubet, ante sed parato / actutum hospitio.' Leontioque, /* (...) */ dic: 'iam nunc aderit.' Satis facetum et / solo nomine Rusticum videto. / Sed si tecta negant ut occupata, / perge ad limina mox episcoporum, / sancti et Gallicini manu osculata / tecti posce brevis vacationem*

que Sidônio haveria de encontrar em Bordeaux, acolhido em meio à aristocracia galorromana da cidade, não lhe seria nem um pouco estranho.

Essa rede de contatos que possibilitava a aristocratas da estatura de Sidônio um ambiente de troca de gentilezas, opções de acolhimento e deleites literários, sempre acompanhada de um código formal de expressões, gestos e deveres de amizade partilhado e compreendido por seus pares, dava forma ao universo romano que lhe era familiar. Mas os momentos de instabilidade do poder imperial abriam oportunidades para que os chefes godos iniciassem hostilidades a fim melhorarem sua posição no contexto geopolítico da Gália do século V, impedindo, assim, o funcionamento normal de todas as práticas tornavam possível a existência dessa rede. Uma das cartas preservadas no corpus epistolar de Sidônio, que lhe fora enviada em fins de 470 ou início de 471 por Claudiano Mamerto, bispo de Vienne, atesta para essa interrupção:

> Se me fosse possível, meu senhor, ir de encontro a ti, mesmo que por um breve momento de tempos em tempos, eu não procuraria quem quer que seja por todo canto cujas vontades ou necessidades me fossem úteis para o cumprimento de minha obrigação. Por certo, a chance de nosso reencontro está impossibilitada de muitas maneiras e igualmente por infelizes razões. E o que é mais, a possibilidade de escrever ou se apresenta raramente apropriada, ou sequer se apresenta. Agora, sejam esses motivos perdoáveis ou não, tu mesmo decidirás. (Sid. Apol. *Epist*. 4, 2, 1)[208]

Como notou David Amherdt (2001: 98), a expressão do desejo de encontrar o destinatário é um lugar-comum na escrita epistolar da Antiguidade Tardia. As cartas de Sidônio se encaixam certamente na categoria de cartas familiares delineada por Geneviève Haroche-Bouzinac (2016: 11; 39–40; 105–10), a saber, missivas efetivamente enviadas em caráter privado a pessoas do círculo de convivência do autor. A missiva irrompe no cotidiano para transmitir a uma pessoa ausente uma mensagem que, de outra forma, lhe seria dita presencialmente, se o remetente estivesse em condições de encontrá-la. Implicitamente, e por motivos óbvios, Claudiano não menciona o motivo de não poder encontrar Sidônio, o início das hostilidades de Eurico contra o Império Romano do Ocidente no fim de 470 ou início de 471[209] e essa reclamação também parte de Sidônio em outros momentos de tensão.

---

[208] *Si possibile factu esset, ut te, dominum meum, vel aliquotiens aliquantulum convenirem, non undeunde quarumpiam personarum aut voluntates aut necessitates anquirerem, quae in rem debiti mei usui mihi esse possent. Quippe revisionis potestas multis modis et miseris perinde causis intercluditur. Enimvero scribendi facultas aut raro idonea suppetit aut nec suppetit. Istaec eadem remissibilia sint necne, tute iudicaveris*.

[209] Claudiano Mamerto escreveu e dedicou a Sidônio Apolinário uma obra filosófica intitulada *De statu animae* logo depois que ele recebeu o título de patrício em virtude de seus serviços como prefeito de Roma em 469 ou 470. O fato de que Claudiano o chama de *papa* na *inscriptio* da carta indica que ela foi enviada depois de sua ordenação como bispo de Clermont, fazendo com que tenha transcorrido quase um ano sem que Sidônio lhe respondesse sobre a obra, justificando assim sua indignação. É possível também que um dos motivos que impediram os dois de se encontrarem fosse uma enfermidade de Sidônio (Amherdt, 2001: 94–100).

Depois da derrota de Antêmio e da ocupação gótica de Nîmes em 471, Apolinário, primo de Sidônio (Mathisen, 2020: 58–9), teve de abandonar seus domínios na região e seguir para Vaison, a fim de se refugiar junto ao irmão Simplício (Amherdt, 2001: 167–8). Em uma carta endereçada a ambos, na qual Sidônio muito sabiamente não menciona o paradeiro de seus primos, ele se diz "desejoso de ver-vos, se Cristo quiser o mais rápido possível, se a situação pública me permitir (Sid. Apol. *Epist*. 4, 4, 2)"[210]. Anos depois, quando as tropas de Eurico já cercavam Clermont em 474, Sidônio exprimiu sua tristeza com o infortúnio de Calmínio, nativo de Clermont, que fora forçado a lutar ao lado do rei contra sua cidade. As cartas são difíceis de chegar a ele e Sidônio lamenta "o fato de que, tendo sido segregados pelo turbilhão das facções em discórdia, não conseguimos nos vermos nem um pouco (Sid. Apol. *Epist*. 5, 12, 1)"[211].

Sidônio e Claudiano não reclamavam da impossibilidade da visita pessoal por mero receio infundado ou pelo aspecto temeroso de sua personalidade individual. Nesse sentido, devemos considerar a carta como um documento que se encontra na encruzilhada de caminhos individuais e coletivos, testemunho tanto de seu autor quanto do grupo social ao qual ele se insere (Haroche-Bouzinac, 2016: 25). O bispo de Clermont demonstra ter plena consciência dos motivos que impediam especificamente o trânsito seu e de seus amigos nas Gálias durante os períodos de conflito. No inverno de 471/2, momento em que os soldados se retiraram do conflito para invernar nas instalações militares, Apolinário, o primo de Sidônio, planeja sair em uma peregrinação. Sidônio o alerta: "Então, é prudente que tu adies para teu bem uma viagem incerta e não jogues com tamanha sorte o destino de tão grande família (Sid. Apol. *Epist*. 4, 6, 3)"[212]. O perigo do deslocamento em tempos de conflito, portanto, está ligado diretamente ao status dos indivíduos em questão. A captura de um membro de uma família influente da aristocracia galorromana pelos soldados nas estradas era uma possibilidade a ser considerada.

Ora, o empecilho a essas figuras aristocráticas não significou o fim das obrigações de amizade que as mantinham coesas. Lembremo-nos que Claudiano Mamerto lamenta a ausência de Sidônio, mas sobretudo reclama de seu silêncio. Apesar de reconhecer a dificuldade de encontrar pessoas que fizessem o caminho de Vienne a Clermont, essas oportunidades de comunicação ainda existiam e podiam ser concretizadas por pessoas que não corriam os mesmos riscos que os aristocratas galorromanos na movimentação entre o território sobre o poder dos godos e o território romano. Grande parte dos mensageiros de Sidônio não são

[210] (...) *videre vos sub ope Christi quam maturissime, si per statum publicum liceat, cupiens*.
[211] (...) *quod turbine dissidentium partium segreges facti mutuo minime fruimur aspectu*.
[212] *Proinde factum bene est, quod anceps iter salubriter distulistis neque intra iactum tantae aleae status tantae familiae fuit.*

conhecidos, mas dos 27 que ele menciona, temos apenas um senador, Faustino, quatro decuriões, um *clericalis*, 18 plebeus, um liberto e dois escravos. Mais da metade desses não são nomeados e oito cumpriam funções clericais (dois padres, dois diáconos, dois leitores e dois ocupantes de cargos não especificados). Três dos mensageiros são os únicos judeus mencionados na obra de Sidônio: Gozolas, Prômoto e um anônimo (Mathisen, 2020: 67).

Por certo, isso não significa que indivíduos fora do alto círculo aristocrático de Sidônio não corriam quaisquer riscos ao se aventurarem pelas estradas de uma região cuja ordem política não estava plenamente estabelecida. Somos informados, por meio de uma carta a Lupo (Sid. Apol. *Epist*. 6, 4), que um negociante de Sidônio havia comprado como escrava, por recomendação de Pudente, uma mulher que havia sido capturada em um ataque de salteadores locais denominados vargos (*Vargi*), quando seu grupo de viajantes se aproximava de Troyes. No ataque, um dos viajantes foi morto e a mulher morreu em Clermont depois de ser vendida. Os próprios mensageiros eram seus entes queridos e Sidônio pede que Lupo, em Troyes, investigue como Pudente pôde validar uma transação tão duvidosa.

Mas a violência à qual estavam sujeitos os mensageiros que mantinham as redes de contato dos aristocratas galorromanos em períodos de incerteza era de natureza diferente daquela que causava receio em figuras como Sidônio. De fato, como percebeu Carl Nixon (1992: 74), nos níveis mais altos da sociedade, as tensões entre godos e romanos se ancoravam em razões políticas, não culturais ou étnicas. Lembremo-nos de que, quando lhe interessou, Sidônio foi perfeitamente capaz de retratar Teodorico II como um aristocrata romano, mas confessou a Filágrio: "tu evitas os bárbaros porque julga-se que são maus, eu os evito mesmo se são bons (Sid. Apol. *Epist*. 7, 14, 10)"[213], depois que Eurico iniciou as hostilidades contra Auvergne. O fato de que o *limes* não mais podia ser mobilizado retoricamente como elemento de separação entre o mundo bárbaro e o romano não impediu que essas relações conflituosas fossem representadas pelo viés da territorialidade de uma fronteira que separava a *Gothia* da *Romania*, tão circunstancial quanto a própria percepção da natureza da presença gótica nas Gálias.

Não raro, os mensageiros de Sidônio são descritos em termos bastante derrogatórios. Em uma carta aos seus primos Simplício e Apolinário, datada de 470, o bispo de Clermont conta que se enfureceu com a perda de suas cartas pelo leitor Constante, a quem ele chamou de "aquele mesmo Hermes mais do que imbecil (Sid. Apol. *Epist*. 6, 4, 12)"[214]. Amâncio, um

[213] *Barbaros vitas, quia mali putentur; ego, etiamsi boni.*
[214] *illum ipsum hermam stolidissimum* (...)

negociante que fazia frequentemente o caminho de Clermont a Marselha entre 470 e 480 e que conseguiu se inserir nos altos círculos da cidade, é caracterizado por Sidônio como uma espécie de alpinista social charlatão (Sid. Apol. *Epist*. 7, 2). Em outra missiva escrita em Lyon no ano de 470 para Riotamo, o mensageiro anônimo é descrito como "humilde, obscuro e mesmo desprezível (Sid. Apol. *Epist*. 3, 9, 2)"[215]. Apesar disso, em uma carta a Simplício, cuja datação não pode ser fornecida com exatidão (Amherdt, 2001: 209), Sidônio reconhece:

> Mas, embora muitas vezes pessoas desse tipo sejam desprezíveis – com poucas exceções –, ainda se tratando do cultivo das relações através das cartas, o dever da amizade sofre grandes perdas se nos abstivermos de conversas mais frequentes por causa da baixeza daqueles que portam as cartas. (Sid. Apol. *Epist*. 4, 7, 3)[216]

A fronteira entre a *Gothia* e a *Romania*, portanto, não era experienciada por essas pessoas da mesma forma do que o era para os membros da elite galorromana. De certo modo, o sentido impeditivo da fronteira e, por conseguinte, sua função como elemento distintivo entre romanos e bárbaros, não parecia tão marcado para as pessoas dos estratos sociais inferiores. Chega a ser irônico, por fim, que a rede de contatos que compunham o universo social de Sidônio, através do qual ele vivenciava o mundo romano, dependia tanto de pessoas para as quais a fronteira com o mundo bárbaro talvez já tivesse perdido o sentido.

[215] *humilis obscurus despicabilisque* (...)

[216] *Sed quamquam huiuscemodi saepe personae despicabiles ferme sunt, in sodalibus tamen per litteras excolendis dispendii multum caritas sustinet, si ab usu frequentioris alloquii portitorum vilitate revocetur*.

Capítulo V

As cidades e a presença gótica no sul das Gálias: o regionalismo galorromano entre cooperação e resistência (418–475)

À medida em que o poderio romano recuava do norte das Gálias cada vez mais em direção ao norte da Itália, os provinciais encontravam novas formas de responder localmente ao avanço dos bárbaros e ao mesmo tempo se relacionar com a administração imperial. Se, por um lado, muitos habitantes da região da Armórica preferiram aderir a formas locais de poder a pagar impostos para um governo imperial negligente, tendo sido chamados de bagaudas por isso no discurso oficial do Império (Drinkwater, 1992), por outro lado, grupos de poder em cidades como Lyon (Sid. Apol. *Epist*. 5, 7) preferiram tirar proveito da colaboração com os bárbaros, ao passo que cidades como Clermont impuseram resistência aos avanços visigóticos, sob a liderança do próprio Sidônio Apolinário (Harries, 1994: 222–38).

Não é de surpreender, dado o contexto que suscitava respostas de cooperação ou resistência aos novos poderes, que essas várias formas de lidar com o enfraquecimento do poder imperial tenham sido interpretadas por observadores modernos como espelhos de suas realidades políticas contemporâneas dominadas pela figura do Estado-nação. Quase vinte anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, André Loyen (1963: 437) ainda dividia os galorromanos do século V entre resistentes e colaboradores, sem dúvida um eco da escolha que os franceses tiveram de fazer diante do avanço nazista na Europa. Essa classificação, exposta no título mesmo de seu artigo, era mais do que mera analogia, uma vez que a universalidade da experiência humana transcende os quinze séculos que separam a França ocupada pelos alemães e as Gálias ocupadas pelos germânicos. Para ele, portanto, não havia qualquer anacronismo em tentar compreender as atitudes de seus contemporâneos pelas reações dos galorromanos que buscaram se acomodar e até mesmo lucrar com a presença germânica, ou que não desejavam senão a resistência em nome de certos princípios "mais sagrados que a própria vida".

O elemento sociopolítico mais elementar sobre o qual essas experiências de resistência ou cooperação diante dos bárbaros e conformidade ou rejeição do ordenamento imperial, continuou a ser nas Gálias a capital-*civitas*. Oriunda do próprio processo da formação das províncias galorromanas, da "romanização" dessas populações e da organização dos povos conquistados em centros urbanos, como pudemos ver no segundo capítulo deste trabalho, as capitais-*civitates* das Gálias passaram também por intensas transformações, tanto de natureza material quanto administrativa e sociopolítica, no final do século IV e início do século V.

Observa-se nesse período tanto a diminuição da manutenção dos edifícios e espaços públicos, o que levou à sua depredação por *spolia* e sua ocupação pela população citadina, um processo que parece ter sido mais acentuado no ocidente romano do que na sua contraparte latina, bem como a substituição gradual da governança curial, marcadamente local, pela administração de notáveis que alternavam entre o contexto municipal e o Império, foram vistos como sintomas de uma decadência urbana por historiadores como Wolf Liebeschuetz (1992a). Tradicionalmente, esses aspectos foram interpretados como o declínio de um urbanismo tipicamente romano e de uma forma romana de vivenciar a cidade, abrindo caminho para a vila medieval. Se, como afirma Wolf Liebeschuetz (2001: 1–11; 29–30) a cidade clássica era a unidade básica do Império Romano e consistia, em termos de estruturas administrativas, em uma série de instituições de autogoverno, o declínio e eventual extinção dessas instituições estariam estreitamente relacionadas com a queda do próprio Império. Segundo ele, uma vez substituída a uniformidade da cidade clássica pela diversidade regional da Antiguidade Tardia, abre-se espaço para o surgimento de novas lealdades e sentimentos de identidade com relação aos reinos sucessores.

Em outra chave interpretativa, estudiosos como Paul-Albert Février (1981) enfatizam mais a transformação e o reavivamento das cidades galorromanas nesse período, catalisadas pela adoção de uma nova identidade religiosa por parte das populações. Isso possibilitou-as misturar antigas tradições com inovação entre os séculos III e VI, de modo a se reinventarem como capitais cristãs diante da paulatina retirada do poder imperial. É sobre essas novas capitais-*civitates* que se construiu, por exemplo, a mais fundamental relação político-administrativa na Gália merovíngia, até entrar em declínio em virtude da ruralização das relações de poder, mas não antes do século VII (Loseby, 2013). Para que possamos compreender melhor os fenômenos que tanto chamaram a atenção de André Loyen e que dizem respeito fundamentalmente às respostas dadas localmente, ou seja, pelas próprias *civitates* galorromanas, aos avanços dos godos, precisamos abordá-los dentro desse contexto de recuo da presença imperial e da consequente emergência do bispo como figura de liderança citadina. Neste capítulo exploraremos como a transferência da capital da Prefeitura Pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles, levando consigo a patronagem imperial essencial para a manutenção da ordem local, suscitou a emergência de novos sentimentos de pertencimento local. A partir daí, buscaremos compreender como a figura do bispo, utilizando-se desse "regionalismo", emerge como liderança local para, por fim, analisarmos as respostas dadas pelas cidades galorromanas aos avanços bárbaros a partir de uma perspectiva das próprias capitais-*civitates*.

5.1 A transferência da capital da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles e o enfraquecimento da presença imperial nas Gálias

Na época do reestabelecimento do Concílio das Sete Províncias em 418, Arles havia se tornado, além de capital da prefeitura pretoriana das Gálias no lugar de Tréveris, também capital da diocese civil das Sete Províncias no lugar de Bordeaux e capital da província Vienense no lugar de Vienne, de modo que o vicário das Sete Províncias havia se tornado também responsável pela diocese das Gálias ao norte (Chastagnol, 1973: 31–5). Quando levamos em conta também a transferência da corte italiana para Ravena, uma rota dessa cidade a Arles, mais rápida[217], acabou por substituir o caminho de Milão a Tréveris como eixo dos dois grandes centros administrativos da parte ocidental do Império Romano, evidenciando uma tomada de posição de recuo do poder imperial do norte das Gálias. Ou seja, em algum momento no período anterior, nem a corte imperial, nem a maior parte da estrutura administrativa romana nas Gálias marcavam mais presença no território além de Lyon, em contraste com a política corrente desde o início do século IV, que detalhamos no segundo capítulo deste trabalho.

Para os aristocratas galorromanos, isso levou à perda de oportunidades de carreira na administração romana. Apesar de todos os prefeitos pretorianos das Gálias terem saído desse meio após a usurpação de Constantino III, algo que não acontecia anteriormente (Matthews, 1975: 333–4), nenhum notável galorromano ocupou altos cargos imperiais entre 414 e 448 (Sundwall, 1915: 42–3), o que significa inclusive que as cidades galorromanas passaram a ter cada vez menos acesso à patronagem imperial, essencial para a manutenção do ordenamento imperial na região (Halsall, 2006a: 48). Para que possamos compreender melhor os motivos do poder imperial para essa mudança, seu impacto na relação entre os provinciais e o Império e como isso afetou as respostas das cidades galorromanas ao avanço dos bárbaros, precisamos nos deter por um momento na data da transferência da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles e situá-la no contexto político maior do Império no final do século IV e início do século V.

A escolha de Arles como novo centro administrativo imperial certamente não foi fortuita. Desde o começo do século IV, quando Arles gozava do prestigioso status de capital-*civitas* na recém-criada província da Vienense, a cidade teve um importante papel comercial como grande entreposto das Gálias, uma vez que se encontrava na embocadura do Ródano e

[217] Em uma simulação feita em https://orbis.stanford.edu/ (acessado em 14 de março de 2023, às 14:21), o trajeto entre *Arelate* e *Ravenna*, apesar de mais longo, leva apenas 12,6 dias para ser concluído. Por sua vez, o trajeto entre *Mediolanum* e *Augusta Treverorum* leva quase o dobro, 24,9 dias.

servia tanto como porto fluvial quanto marítimo. Apesar da presença apenas episódica dos imperadores no século IV, a vitalidade da cidade ainda procedia do Império e dependia dele, pois ela tornava Tréveris acessível ao Mediterrâneo via Ródano, Saône e Mossela (Loseby, 1996: 46). A função que Arles passou a desempenhar como porto de Tréveris, após o estabelecimento do poder imperial nas proximidades da fronteira do Reno, já era reconhecida em meados do século IV pelo anônimo autor da *Expositio totius mundi et gentium* em sua descrição das Gálias:

> Depois da Panônia, temos a província da Gália que, por ser enorme e sempre exigir um imperador, o tem para si. (...) Dizem que ela possui uma grande cidade, que se chama Tréveris, onde também dizem habitar o imperador (...). Da mesma forma, há outra cidade que em tudo lhe auxilia, pois se localiza perto do mar, que chamam de Arles. Recebendo mercadorias de todo o mundo, ela as envia à cidade supracitada. (*ETMG*, 58)[218]

Além de Arles já contar com uma infraestrutura portuária que lhe garantia esse papel proeminente na rede de abastecimento e comunicação imperial nas Gálias, a cidade foi imensamente beneficiada com o patrocínio da dinastia constantiniana, tendo inclusive recebido o nome de *Constantina* ou *Constantia*. Sabemos que Constantino residiu em Arles em 308 e 310, participou do concílio de Arles em 314 e emitiu disposições imperiais nessa cidade em 316. Constâncio II celebrou suas tricenálias em Arles no inverno de 353/4. Esse favoritismo incluiu certamente um vasto programa de construções monumentais patrocinado pelo poder imperial, como as termas ao norte da cidade (Loseby, 1996: 50–1).

Outro elemento primordial para o funcionamento de um centro administrativo imperial que se encontrava também em Arles é a oficina de cunhagem. Na primavera de 313, Constantino fechou a oficina de Ostia e transferiu as operações e força de trabalho para Arles, transformando-a, junto a Tréveris e a própria Roma, em um dos principais centros produtores de moedas para as províncias ocidentais, especialmente a Hispânia e o sul das Gálias. A frequente produção de moedas dotadas de símbolos cristãos na oficina de Arles durante o reinado de Constantino, mais do que em outros lugares, aponta para uma conexão importante entre os oficiais de cunhagem e a casa imperial, principalmente quando levamos em conta os primeiros tipos monetários experimentados por Constantino e replicados em grandes quantidades nessa oficina (Odahl, 2008).

[218] *Post Pannoniam Gallia prouincia, quae, cum maxima sit et imperatorem semper egeat, hunc ex se habet*. (...) *Ciuitatem autem maximam dicunt habere quae uocatur Triueris, ubi et habitare dominus dicitur* (...). *Similiter autem habet alteram ciuitatem in omnibus ei adiuuantem, quae est super mare, quam dicunt Arelatum, quae ab omni mundo negotia accipiens praedictae ciuitati emittit*.

Essa posição de prestígio fica evidente no elogio a Arles tecido por Ausônio em sua classificação de cidades, composto após 388 (Green, 1991: 571), possivelmente pouco antes de a cidade assumir o papel de capital:

> Abre, ó dúplice Arles, teus portos como uma aconchegante anfitriã,
> Arles, a Roma gaulesinha, está vizinha à marcial Narbona,
> à Vienne rica em camponeses alpinos.
> Tão cindida pela corrente impetuosa do Ródano,
> que fazes de tua rua principal uma ponte de navios,
> pela qual recebes mercadorias do mundo romano,
> e não as prendes e enriqueces outros povos e cidades,
> benesses usufruídas de peito aberto pela Gália e Aquitânia. (Auson. *Ordo nob. urb*. 73–80)[219]

Tudo isso indica que, bem antes de Arles ascender na hierarquia do Império, a cidade já era vista como um importante centro urbano tanto pelo poder imperial quanto pela aristocracia galorromana a partir do século IV (Loseby, 1996: 50). Logo, tornar a *Gallula Roma* de Ausônio em uma capital pretoriana propriamente dita não foi uma decisão que envolveu um grande esforço imperial de realinhamento de expectativas com relação à residência do alto oficialato, visto que há muito Arles era associada à casa imperial, nem mesmo um esforço material de construção de estruturas administrativas e amenidades urbanas para a elite governante, presentes desde o início desse período na cidade. A facilidade da transferência da capital da prefeitura pretoriana de Tréveris para Arles, portanto, fazia com que a operação pudesse ser realizada em qualquer momento durante o turbulento final do século IV e o início do século V.

Embora nenhuma fonte nos forneça uma datação precisa para este evento, sabemos que, quando o Concílio das Sete Províncias foi reestabelecido por Honório em 418, Arles já era a capital pretoriana há algum tempo e uma lei de Teodósio (*Cod. Theod*. 8, 5, 50), emitida em Milão, foi endereçada ao prefeito pretoriano em Tréveris ainda em meados de junho de 390. Ou seja, a operação de transferência da prefeitura pretoriana de uma cidade para a outra, quer em etapas consecutivas ao longo de anos, quer em um só movimento pontual em resposta a alguma circunstância, aconteceu seguramente entre os anos de 390 e 418.

Ao entrarmos nas minúcias dessa baliza cronológica, podemos presumir que, quando Eugênio e Arbogasto estabeleceram sua residência em Tréveris em 392–394, o prefeito pretoriano das Gálias ainda se encontrava na cidade (Chastagnol, 1973: 23), mas o fechamento da oficina de cunhagem trévira em 395 (Wightman, 1970: 68) aponta ao menos para o início

[219] *Pande, duplex Arelate, tuos blanda hospita portus, / Gallula Roma Arelas, quam Narbo Martius et quam / accolit Alpinis opulenta Vienna colonis, / praecipitis Rhodani sic intercisa fluentis, / ut mediam facias navali ponte plateam, / per quem Romani commercia suscipis orbis / nec cohibes, populosque alios et moenia ditas, / Gallia quis fruitur gremioque Aquitania lato.*

do abandono de suas funções como capital. Por outro lado, a ordem de Honório que instituiu o Concílio em Arles (*Epist*. *Arelat*. 8) menciona a existência dos planos de Petrônio, prefeito pretoriano das Gálias entre 402 e 407, de reunir, presumivelmente em Arles, um concílio diocesano meridional. Isso parece indicar que, tendo em vista a necessidade da presença do prefeito pretoriano nessas assembleias, a transferência da prefeitura havia ocorrido durante esse período. Com essa ideia, Petrônio teria vislumbrado uma reorganização das estruturas administrativas galorromanas depois que a travessia do Reno por parte dos vândalos, suevos e alanos em 406/7 tornou inviável a manutenção de Tréveris como capital (Chastagnol, 1973: 32). Honório, por sua vez, teve de reestabelecer a assembleia em 418 porque seus encontros haviam cessado em razão da "falta de cuidado da época ou preguiça dos usurpadores (*Epist*. *Arelat*. 8)"[220], aludindo certamente à ocupação de Arles por Constantino III na primavera de 408 (Drinkwater, 1998: 276–7), o que significa que a transferência já havia ocorrido quando o usurpador estabeleceu sua capital nessa cidade.

Dessa forma, seguindo em linhas gerais o instigante debate travado entre Jean-Remy Palanque (1934; 1973) e André Chastagnol (1973), os estudiosos dividiram suas opiniões sobre a data da transferência da capital da prefeitura pretoriana de Tréveris para Arles entre 395, defendida pelo primeiro, e 407, sugerida pelo último. A evidência documental disponível sobre esse evento é limitada e carece de clareza, de modo que a escolha por uma ou outra data dependerá, essencialmente, do peso conferido a cada indício.

Em seu argumento original, Palanque (1934: 360) evoca uma carta de Símaco (*Ep*. 4, 28) a seu amigo Protádio como evidência para diminuir ainda mais a data final desse intervalo. Nela o aristocrata lhe questiona o motivo de fazer uma viagem a Tréveris, uma vez que já não se encontravam lá nem o *optimus princeps* nem o *magistratus potissimus*, ao que o historiador interpretou serem o imperador e o mais alto magistrado, o prefeito pretoriano das Gálias. Não há nenhum indício interno ou externo que nos permita datar a carta precisamente[221], mas a morte de Símaco em 402 nos fornece um *terminus ante quem*. Outro indício que Palanque (*ibid*. 362) considera fundamental é a mudança de denominação da diocese do sul das Gálias de *Quinque provinciae* para *Septem provinciae*, observada já em 396, no Concílio de Nîmes. Se a operação realmente tomou lugar antes de 402, em um momento no qual a fronteira do Reno não

[220] *vel incuria temporum, vel desidia tyrannorum*

[221] Em sua edição para a Budé, Jean-Pierre Callu data a carta do ano de 400, considerando que *magistratus potissimus* se referiria ao consulado de Estilicão e argumentando que essa expressão se encontrava em outros autores tardoantigos e em outras cartas do próprio Símaco para designar "cônsul". Em verdade, ele a utiliza para aludir a um cônsul novamente apenas em *Ep*. 2, 64, 1. Nas outras referências utilizadas por Callu (Symm. *Ep*. 4, 31; *Pan*. *Lat*. 3(11), 2, 4; Amm. Marc. 21, 6, 5; 23, 1, 1; 26, 9, 1) a expressão empregada é *amplissimus magistratus*.

corria riscos iminentes, a mudança no nome da diocese do sul das Gálias e a transferência das atribuições da diocese das Gálias para o vicário das sete províncias devem ter acompanhado a transferência da capital pretoriana por motivos administrativos, certamente em 395, depois da guerra civil contra Eugênio e Arbogasto e antes do Concílio de Nîmes.

As respostas de Chastagnol (1973: 25–8), por sua vez, se centraram em esclarecer as fraquezas das evidências mobilizadas por Palanque para sua datação. Ele aponta que o uso intercambiável de *Septem provinciae*, *Quinque provinciae* e *Aquitania* para designar o território sob a jurisdição de Bordeaux até o início do século V. O uso de *Septem provinciae* pelo Concílio de Nîmes não precisaria necessariamente refletir uma reforma administrativa na região meridional das Gálias, pois desde ao menos 381 o vicário já era responsável por um conjunto de sete províncias e, no momento dessa suposta mudança, o vicário já estaria encarregado das 17 províncias das duas dioceses juntas. Quanto à carta de Símaco, o estudioso considera que *optimus princeps* e *magistratus potissimus* se refiram especificamente ao jovem Honório e Estilicão, cônsul em 400, pois faria sentido mencionar juntamente o imperador títere e seu regente para dizer que os representantes maiores do poder imperial já não se encontravam em Tréveris. De fato, o primeiro residia em Milão e jamais esteve em Tréveris e o segundo se apresentou brevemente na fronteira do Reno em 398, para tentar garantir a segurança das zonas limítrofes através de tratados com os francos e alamanos (Wolfram, 1997: 95) antes de mover os contingentes romanos para o norte da Itália a fim de defender a região contra as investidas de Alarico.

Por sua vez, o argumento em torno da data de 407 proposta por Chastagnol (1973: 35) envolve a simultaneidade da transferência para Arles das funções de três capitais, da prefeitura pretoriana das Gálias, da diocese das Sete Províncias e da província Vienense, em resposta ao colapso da fronteira do Reno em 406/7. Particularmente, a evidência utilizada pelo estudioso para dar sustentação à sua tese é o epitáfio do senador romano Evêncio (AE 1953, 200 = 1958, 210), descoberto nos anos 1950 no Vaticano. Segundo a inscrição, o notável "emitiu as leis em Vienne e então partiu para a Itália a fim de ser agraciado com a maior das honras"[222], tendo morrido pouco depois, entre 16 de julho e 13 de agosto de 407. Para Chastagnol (1973: 31–2), isso indica que o governador da Viensense e, por conseguinte, o prefeito pretoriano das Gálias, ainda não se encontravam em Arles no início de 407, e que Evêncio foi forçado a fugir para Roma em virtude do avanço de Constantino III e dos bárbaros do Reno, levando à subsequente escolha de Arles como tríplice capital.

[222] *dixit iura Viennae / inde iter Italiam magno cumulandus honore*

Muitos dos vários historiadores que aceitaram a data de 407 para a transferência da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles[223] expressaram certa insatisfação com a interpretação de Chastagnol sobre a inscrição de Evêncio para a definição desse marco cronológico (e.g.: Drinkwater, 1998: 276; Matthews, 1975: 333, n. 1). De fato, não há nada na inscrição que nos permita datar precisamente essa etapa da carreira de Evêncio, nem nada que indique uma fuga às pressas para Roma. Pelo contrário, a cerimônia de honrarias que ele acabara de receber significa que ele partiu para a Itália a fim de avançar em sua carreira pública. Ademais, parece plausível que, diante do avanço dos bárbaros e de Constantino III, o governo imperial tenha ordenado a partir de Ravena a transferência da prefeitura provincial e diocesana para Arles, uma vez que a prefeitura pretoriana já havia se instalado lá (Palanque, 1973: 34). Ao fim, isso significa que a data de 407 para a mudança da capital da prefeitura pretoriana das Gálias é apoiada tão somente por uma suposição histórica, a saber, que o desígnio de Petrônio de estabelecer o Concílio das Sete Províncias em Arles deve ter se concretizado ao final de seu mandato por causa da travessia dos bárbaros pelo Reno e a usurpação de Constantino III.

Em sua resposta aos questionamentos de Chastagnol, Palanque (1973: 31) reafirma sua posição quanto à mudança de denominação da diocese das Sete Províncias, alegando que a aparição de uma nova expressão só pode ser oriunda de um novo fato. Quanto à carta de Símaco, como observou Ralph Mathisen (2013b: 286), quem quer que queira identificar o *optimus princeps* e o *magistratus potissimus* especificamente com Honório e Estilicão deve explicar o motivo pelo qual o senador avisa seu amigo, nativo de Tréveris, da ausência pontual de duas figuras que jamais se esperaria encontrar na cidade de qualquer maneira. Ademais, Símaco dá a entender que o único motivo para empreender tal viagem seria "por causa de um assunto privado (Symm. *Ep*. 4, 28, 1)"[224], em oposição aos assuntos públicos, e essa afirmação só faz sentido se os cargos mais importantes da administração secular já não se encontrassem mais em Tréveris no momento em que ele redigiu a carta.

O cânone II do Concílio de Turim, ou do segundo Concílio de Turim (*Concilium Taurinense*, *CCSL* 148, p. 52–8), também traz uma informação importante a respeito da reorganização da Prefeitura Pretoriana das Gálias. Nele, a assembleia delibera sobre a querela

[223] John Drinkwater (1998: 274–7) ainda propõe um estágio intermediário no qual a capital da prefeitura pretoriana das Gálias foi instalada em Lyon, a antiga capital, antes de seguir para Arles, pois uma mudança dessa magnitude não poderia ser feita em tão pouco tempo e sob circunstâncias tão alarmantes quanto uma usurpação e uma invasão em larga escala simultâneas. Esperamos ter mostrado, porém, que desde o início do século IV Arles já possuía toda a infraestrutura necessária para abrigar o alto oficialato galorromano juntamente com o imperador e sua corte.

[224] *ob rem priuatam*

entre os arcebispos de Arles e de Vienne sobre a primazia na província da Vienense. A razão dessa disputa deve ter sido, certamente, uma mudança nas circunstâncias administrativas seculares que levaram ambos a crerem que sua cidade era a metrópole de acordo com o Concílio de Niceia de 325, cujo cânon VI determinava que a autoridade metropolitana deveria acompanhar a designação de capital (Chastagnol, 1973: 37). A situação foi resolvida pelos demais participantes no concílio pela exigência de comprovação por parte dos queixosos de que sua cidade era, de fato, a sede metropolitana. Até então, os bispos deveriam exercer sua autoridade sobre as cidades que estivessem geograficamente mais próximas às suas.

A incapacidade dos participantes do concílio de fornecer uma solução direta para o impasse significa que também eles não tinham certeza sobre como ficaria a hierarquia eclesiástica na província após alguma mudança que teria ocorrido na administração secular. Tendo em vista que, desde a constituição da província que levou seu nome, Vienne foi efetivamente sua capital, seu bispo deve ter baseado seu caso na tradição e na aplicação rigorosa das regras de Niceia, ao passo que Arles foi a cidade que experimentou uma mudança de estatuto, certamente sua promoção a capital da prefeitura pretoriana. Essa confusão tem sua razão de ser, portanto, em um momento em que tanto Arles quanto Vienne são capitais, a primeira pretoriana, a segunda provincial. Se houve apenas um Concílio de Turim, datado de 398 ou 399 (Palanque 1973: 34–8; Mathisen, 2013b: 264–82 *contra* Chastagnol, 1973: 36–40; Kulikowski, 1996), a transferência da capital da prefeitura pretoriana de Tréveris para Arles deve ter ocorrido antes, em 395.

Ora, se essa datação é correta, a operação deve ter acontecido por razões de política interna, mais do que pressões dos povos além das fronteiras (Palanque, 1973: 33). Seu contexto era justamente o de instabilidade do poder imperial causada pela morte de Teodósio em 395 e a sucessão nas partes oriental e ocidental do Império de seus dois filhos Arcádio e Honório respectivamente, ainda muito jovens. A recente memória da usurpação de Eugênio e Arbogasto deve ter levado Estilicão a efetuar a transferência para Arles na esperança de impedir que eventuais usurpadores se apoderassem da estrutura administrativa da Prefeitura Pretoriana das Gálias enquanto ele se ausentava das zonas fronteiriças e da própria capital Tréveris para preparar a defesa da península italiana contra as forças de Alarico, que havia se revoltado no mesmo ano e marchava em direção ao ocidente. O receio do generalíssimo do ocidente se explica pela fragilidade da legitimidade de Honório, à época com apenas dez anos, e pela antipatia que a aristocracia italiana nutria por sua figura, agora como tutor do imperador, em

razão de sua origem vândala, que foi utilizada por seus adversários políticos em uma campanha difamatória (Hughes, 2010: 207–8).

Assim sendo, a transferência da capital da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris pra Arles em 395, mesmo que tenha sido empreendida rapidamente em razão de circunstâncias urgentes, encerra uma série de medidas tomadas para reorganizar as prioridades do poder imperial no ocidente que abordamos no capítulo anterior. Lembremo-nos de que, a partir do momento em que Graciano se estabeleceu em Milão para guardar a Itália contra os avanços dos godos revoltosos no início dos anos 380, nenhum outro imperador considerado legítimo pelo discurso oficial voltou a residir em Tréveris. Embora Valentiniano II tenha visitado a cidade em algumas ocasiões, o jovem imperador alternou sua residência entre Milão e Vienne e, depois da derrota de Magno Máximo em 388, estabeleceu-se definitivamente em Vienne, de modo que a corte imperial jamais retornou a Tréveris (Mathisen, 2013b: 289).

Se a presença imperial constante no norte das Gálias tinha por objetivo tirar proveito do "artefato imperial" da ameaça bárbara no Reno a fim de fortalecer a legitimidade do Império nessas regiões, evitando assim outra experiência como o Império das Gálias, a mudança de prioridade do poder imperial para o norte da Itália, buscando sua autopreservação em face de uma ameaça real, com certeza foi percebida pelos provinciais que esperavam do imperador o papel de guardião das fronteiras e libertador célere das cidades em caso de invasão, como veremos na justificativa dada por Pacato para o apoio galorromano ao usurpador. Por esse motivo, ainda que o último residente imperial em Tréveris tenha sido um usurpador na narrativa oficial do Império, Magno Máximo parece ter gozado de uma popularidade nas províncias ocidentais que reverberou para além de seus contemporâneos, como veremos abaixo.

Por certo, para os ambiciosos aristocratas galorromanos que souberam aproveitar a oportunidade aberta pela vitória de Teodósio sobre Máximo em 388, enquanto a corte imperial se manteve em Milão até meados de 391 (Matthews, 1971), não era prudente se referir ao usurpador em termos lisonjeiros. Uma dessas figuras, Pacato, dedicou a Teodósio um panegírico em Roma, na presença do próprio homenageado, no ano seguinte à sua vitória contra Magno Máximo (Nixon e Rodgers, 1994: 443–4). Ele descreve o adversário do imperador como um "sanguinário coberto com a púrpura" (*Pan*. *Lat*. 2(12), 24, 1)[225] e se refere a ele com o termo latino próprio para designar um usurpador, *tyrannus* (*Pan*. *Lat*. 2(12), 24, 5).

Essa, no entanto, não foi a imagem predominante nas fontes de origem provincial galorromana, ou mesmo insular britânica, que não tinham por objetivo a exaltação da casa

[225] *carnifici purpurato* (...)

teodosiana e posteriormente trataram do episódio.[226] Gildas (*De Exc. Brit.* 13), escrevendo nas Ilhas Britânicas no século V, ainda rememora Máximo como um tirano estabelecido em Tréveris, com todos os seus defeitos, mas deixa transparecer que ele foi o último a exercer o poder romano na região. Privados dos exércitos, recursos militares e "governadores, por mais cruéis que fossem" (*De Exc. Brit* 14)[227], os habitantes da ilha, relata Gildas (*De Exc. Brit*. 18), tiveram de lutar sozinhos depois de serem abandonados por Roma. Apesar de também mencionar o deslocamento definitivo das tropas para o continente, o anônimo autor da *Historia Brittonum* (26–7), compilando sua obra também nas ilhas britânicas em meados do século IX, não o considera um usurpador, mas elenca Máximo como o sétimo[228] e último imperador legítimo, segundo a tradição consultada por ele, a exercer a autoridade romana em sua região.

Na parte continental do Império e quase contemporâneo ao acontecimento, Orósio (7, 34, 9), conterrâneo do próprio Teodósio, elogiou Magno Máximo por suas qualidades de liderança e habilidades militares e afirmou que essas lhe teriam trazido as maiores honras, tornando-o digno de ser um Augusto, se ele não tivesse se deixado levar pela usurpação. Uma opinião parecida[229] e ainda mais favorável é expressa em duas ocasiões nos escritos de Sulpício Severo, um autor que não apenas foi contemporâneo aos acontecimentos, como também representa os sentimentos de uma parcela da aristocracia galorromana. Ao abordar em sua obra hagiográfica o jantar de Martinho com Magno Máximo, Sulpício Severo (*Mart*. 20, 1–2) não apenas o chama de *imperator*, como também relata que o bispo de Tours aceitou seu argumento de que ele não assumiu o poder de livre e espontânea vontade, mas foi forçado por seus soldados, que tinham a anuência divina, pois ele saiu vencedor do conflito civil.

Em sua outra obra, *Dialogi*, ao preparar e contextualizar o leitor para uma história sobre a esposa do usurpador a predileção de Sulpício por Máximo é ainda mais evidente:

> (Nessa época) o imperador Máximo governava o Império. Homem que havia de ser celebrado por toda a vida por sua virtude, se lhe tivesse sido permitido rejeitar o

[226] Há que se notar também as opiniões favoráveis a Magno Máximo emitidas por Rufino de Aquileia e Teodoreto de Cirro. Essas, no entanto, não têm relação direta com a atenção dada ao usurpador aos assuntos galorromanos, mas sim ao seu empenho, atestado através de uma carta preservada na *Collectio Avellana*, em dissuadir o jovem Valentiniano II de suas inclinações pró-arianas, alimentadas por sua mãe Justina (Escribano, 2021).

[227] (...) *rectoribus licet immanibus*

[228] Na verdade, o autor escreve sobre dois imperadores que foram o sexto e o sétimo que governaram na ilha: Maximiano e Máximo. O primeiro foi o que recebeu Martinho de Tours para uma conversa, o segundo foi o assassino de Graciano. Disso se deduz que se trata do mesmo indivíduo: Magno Máximo.

[229] Maxwell Craven (2023: 22–3) sugere que a presença do comentário sobre a relutância de Magno Máximo em assumir a púrpura tanto em Sulpício quanto em Orósio seja um indício de que ambos derivaram sua narrativa sobre esses episódios de uma fonte comum, possivelmente oriunda das regiões ao noroeste do Império, como Sulpício Alexandre. Nos parece mais acertado, todavia, supor que ambos incorporaram em seus escritos a narrativa propagada pelo próprio Magno Máximo sobre sua aclamação a contragosto ao augustato. Afinal, Máximo conseguiu por um breve momento ser reconhecido por Teodósio (Modéran, 2006: 153).

> diadema ilegítimo que lhe fora imposto por um exército rebelado, ou se abster de confrontos civis: mas o mais alto poder não pode ser recusado sem risco, nem mantido sem a força das armas. (Sulp. Sev. *Dial*. 2, 6, 1)[230]

Aqui, na boca de seu interlocutor Galo, Sulpício não apenas chama Máximo de imperador, como também tenta justificar tanto sua aclamação pelas tropas quanto a guerra civil que veio posteriormente. Em outra ocasião, na mesma obra, Sulpício (*Dial*. 3, 11, 10–1) retrata Magno Máximo como um homem em luta contra o desejo de tomar as posses daqueles que se mantiveram fiéis a Graciano e dos envolvidos no caso de Prisciliano, eximindo-o também de culpa por eventuais expropriações, que eram necessárias para que ele mantivesse seu domínio. A passagem, que é uma defesa das ações de Máximo, é absolutamente supérflua para a história que o autor estava construindo (Goodrich, 2016: 297 n. 27).

Outro trecho dessa obra que poderia ser visto como uma afronta ao poder imperial da Itália consiste em uma profecia que Sulpício (*Dial*. 2, 14) diz ter sido feita por Martinho sobre o fim do mundo que se aproximava. O primeiro sinal seria o retorno de Nero no ocidente e o surgimento do anticristo no oriente. Ambos se enfrentariam e o anticristo sairia vencedor, iniciando seu reinado maligno. Para Martinho, o anticristo já teria nascido, o que significa que, quando Sulpício compôs sua obra, ele já teria a idade suficiente para colocar seu plano em andamento.

De fato, é difícil concebermos que Sulpício Severo, ou qualquer outro galorromano de sua época, tinha total desconhecimento do perigo de escrever tais coisas tão abertamente. A *Vita Martini* e os *Dialogi* foram publicados certamente na Aquitânia, em 396 e 406 respectivamente (Goodrich, 2016: 9; 18), ainda sob o reinado dos filhos de Teodósio. Richard Goodrich (2008: 14–7) observou que muitos indivíduos já haviam sido condenados e executados por muito menos do que Sulpício escreveu. Em primeiro lugar, conferir legitimidade ao regime de Magno Máximo chamando-o propriamente de imperador e dizer que sua aclamação imperial foi justificável, ainda devia ser perigoso nessa época. Não mais que 40 anos antes, apoiadores galorromanos do usurpador Magnêncio haviam sido executados em grande número e sem muitas chances de defesa (Amm. Marc. 14, 5, 1–5). Em segundo lugar, a profecia de Martinho lhe traria duplo constrangimento, pois poderia ser interpretada como uma acusação a Honório e Arcádio, de modo que o primeiro seria Nero e o segundo o anticristo, ou como a deposição iminente de ambos. Da mesma forma, não muito tempo antes, altos oficiais do

[230] *Maximus imperator rempublicam gubernabat. Vir omni vita merito praedicandus, si ei vel diadema non legitime tumultuante milite impositum repudiare, vel armis civilibus abstinere licuisset: sed magnum imperium nec sine periculo renui, nec sine armis potuit teneri.*

Império sob Valente foram perseguidos, julgados em circunstâncias duvidosas e executados sob a acusação de terem tentado predizer o destino do imperador e a sucessão imperial (Amm. Marc. 29, 1, 5–7; 31, 3).

O longo processo de recuo da presença imperial das Gálias, que culminou na transferência da prefeitura pretoriana de Tréveris para Arles em 395, permitiu a Sulpício escrever previsões sobre o destino do Império e dos imperadores e expressar suas opiniões sobre um usurpador do ponto de vista de uma região que outrora foi central na política imperial, mas havia se tornado secundária. Para ele e tantos outros provinciais, como ficou claro nas versões perpetuadas também em Orósio e nas fontes da Britânia pós-romana, era preferível a presença de um usurpador em Tréveris do que a indiferença de um imperador legítimo. Mesmo Pacato, cujo panegírico tinha não somente o objetivo de exaltar a vitória contra Magno Máximo, mas também de eximir os provinciais galorromanos do papel que desempenharam na usurpação, tem o cuidado de desenvolver muito sutilmente um argumento que, no fundo, era uma crítica ao poder imperial na Itália. Se o imperador estava impossibilitado ou não estava inclinado a cumprir com seus deveres nas Gálias, não se poderia culpar os provinciais por apoiarem um líder que se dispusesse a fazer da região a sua prioridade (Mathisen, 1993:18–9). A diferença é que Sulpício, nas circunstâncias em que se encontrava, podia dizê-lo abertamente.

O apoio galorromano a Magno Máximo, o estabelecimento do usurpador, sua corte e seu alto oficialato em Tréveris e sua recusa, em um primeiro momento, em expandir seu poder para além da Prefeitura Pretoriana das Gálias, levaram alguns estudiosos a considerarem que ele havia tomado controle daquilo que era efetivamente um Império das Gálias reavivado (Craven, 2023: 97–104). De fato, Magno Máximo não foi o último usurpador que recebeu apoio nas Gálias. Constantino III, como vimos, também foi um usurpador da Britânia que cruzou o Canal da Mancha e caiu nas graças de uma aristocracia galorromana pronta para servi-lo (Drinkwater, 1998: 288), depositando nele sua esperança contra as ameaças que vinham dos remanescentes do exército de Radagaiso e os bárbaros do Reno. Mas apesar de ele ter conseguido manter os vândalos, suevos e alanos contidos no norte das Gálias ao menos até 409 (Kulikowski, 2000: 331–2), a documentação do período não menciona qualquer grande sucesso contra esses grupos. Ao contrário, ela indica que ele preferiu lidar rapidamente com esse problema, através de tratados, para que pudesse se estabelecer em Arles, a nova capital, e fortalecer seu poder contra Honório e sua corte em Ravena (Wood, 1998: 527–8), ao invés de entregar-se às necessidades dos galorromanos.

Constantino III foi capturado e executado a caminho de Ravena em 411, mas isso não significou a retomada do controle das Gálias por parte de Honório. Os partidários do usurpador derrotado nas Gálias logo apoiaram a proclamação imperial de Jovino, um aristocrata galorromano, provavelmente em Mainz. Havia, portanto, um alto grau de insatisfação ao menos de certa parte da sociedade galorromana com a reimposição do controle imperial sobre as Gálias a partir de Ravena (Drinkwater, 1998: 287–90). Isso só pôde ser resolvido com o apoio de Ataulfo a Honório para reprimir a usurpação em 413 e a subsequente instalação dos godos nas Gálias arranjada por Constâncio, como veremos em mais detalhes no capítulo seguinte.

A execução de Magno Máximo em Aquileia marca, portanto, o fim da última tentativa que obteve algum êxito por parte dos galorromanos em retornar ao foco dos assuntos imperiais. Mas a mudança da capital de Tréveris para Arles, motivada mais por uma reorganização das prioridades imperiais do que por uma grande pressão dos povos que cruzaram o Reno em 406/7, fez com que a partir de 395 os notáveis galorromanos se encontrassem definitivamente excluídos do centro político do Império (Halsall, 2007: 209). A transformação das Gálias nesse período em uma região secundária, mesmo periférica, notada com certo ressentimento pelos escritores provinciais contemporâneos e posteriores, levou à dissolução do antigo arranjo pelo qual as lealdades locais ao ordenamento imperial se mantinham condicionadas à presença de um imperador em Tréveris comprometido com os interesses da região. Ao fim desse processo, os regionalismos que subjaziam à estrutura imperial romana e compunham um sentimento de pertencimento ao ordenamento romano foram trazidos ao primeiro plano e suscitaram o surgimento de novas formas de lideranças locais e de relações com as forças bárbaras que se estabeleceram posteriormente nas Gálias no século V.

5.2 Novos pertencimentos e a proeminência do regionalismo galorromano

Em tempos de mudanças nas estruturas administrativas romanas, listas de oficiais, províncias e cidades eram instrumentos indispensáveis para nortear as decisões dos agentes públicos nos mais diversos âmbitos. Sabe-se, por exemplo, que um panorama imperial no período augusteano após a reorganização das províncias, que não chegou até nós, serviu de base para a descrição que Plínio, o Velho, fez das regiões e províncias do Império. Na qualidade de frutos dessas reformas, é natural que encontremos esse tipo de documentação cada vez mais frequentemente no período tardio, graças à intensa burocratização do Império e suas constantes reorganizações e à consequente necessidade de manter informações dessa natureza o mais simples e acessível quanto possível (Harries, 1978: 26–9).

A mais completa e mais conhecida dessas listas é, sem dúvidas, a *Notitia Dignitatum*, que nos possibilita traçar, através de seu labirinto de unidades do exército, cargos civis e militares, fábricas imperiais etc., a evolução de aspectos políticos, administrativos e sociais do Império Romano desde as reformas de Diocleciano até o final do século IV e início do V (Kulikowski, 2000b). Um desses documentos, mais reduzido em escopo e conteúdo, nos permite acessar informações essenciais para a compreensão do fenômeno crescente de regionalização nas Gálias a partir da progressiva ausência do poder imperial na região, graças às suas peculiaridades com relação aos outros documentos de mesma natureza. A *Notitia Galliarum*, cujo nome já indica, lida apenas com a Prefeitura Pretoriana das Gálias e consiste em uma lista simples das 17 províncias que a compõem, agrupadas sob as duas dioceses, juntamente com suas 115 capitais-*civitates*, seis ou sete assentamentos menores fortificados (*castra*) e uma cidade portuária (Rivet, 1978).

A rubrica da *Notitia Galliarum*, cuja composição foi encomendada pelos bispos, não deixa dúvidas quanto à natureza eclesiástica da lista na forma em que ela se encontra e seu objetivo como ferramenta para resolver disputas acerca da autoridade metropolitana. Afinal, se a organização eclesiástica seguia em certa medida a estrutura administrativa secular, mudanças no status das cidades, na divisão das províncias e autoridades das dioceses deviam suscitar alegações de primazia sobre uma determinada região por parte dos bispos encarregados de cidades que se tornavam novas capitais, como vimos anteriormente. Indícios internos nos permitem datar o documento do final do século IV. O fato de que Grenoble é chamada de *Civitas Gratianopolitana* (*Not*. *Gall*. 11, 3) nos dá um *terminus post quem* de 367, data da elevação de Graciano ao augustato por Valentiniano, ou até mesmo de 381, quando a cidade foi primeiramente chamada por esse nome no Concílio de Aquileia (Harries, 1978: 27). Por sua vez, a designação de Vienne como *Metropolis civitas Viennensium* (*Not*. *Gall*. 11, 1) ao invés de Arles nos fornece um *terminus ante quem* de 395. A transferência da capital da prefeitura pretoriana de Tréveris para Arles certamente conferiria a essa última o estatuto metropolitano, como atesta a adição de *metropolis* antes ou depois de *Civitas Arelatensium* em manuscritos posteriores (Harries, 1978: 41).

Isso fez com que estudiosos a interpretassem como um retrato da própria organização eclesiástica das Gálias no século IV. Jill Harries (1978: 27–8), no entanto, relembra que esse nível de organização não condiz com uma região onde o cristianismo tardou a chegar e se consolidar e chama a atenção para a última frase da rubrica, que diz respeito à finalidade do documento: “para que a antiguidade em nada possa ser revirada pelas circunstâncias (*Not*. *Gall*.

rub.)"[231]. Ora, um autor ou compilador no século IV dificilmente se referiria ao sistema de dioceses, províncias e *civitates* descrito no documento como *antiquitas*, o que indica a rubrica foi escrita posteriormente em um documento que havia sido reutilizado com propósitos eclesiásticos. Inconsistências entre essa lista e o que se sabe sobre os bispos das cidades da Gália pelas hagiografias e listas dos concílios do século IV, notadas detalhadamente por Harries (1978), levam a crer que, de fato, a *Notitia Galliarum* seja uma lista da administração secular datada do final do século IV reutilizada pela administração eclesiástica no século VI.

Seu contexto original pode ser deduzido de duas novas províncias, a Lugdunense Senonia e a Lugdunense III, que não são mencionadas em outros documentos anteriores, em especial, o *Laterculus Veronensis*, uma lista de províncias romanas e povos bárbaros limítrofes do início do século IV. Por um breve momento, especificamente durante a usurpação de Magno Máximo, a Lugdunense Senonia levou o nome de Máxima Senonia, como vemos em duas inscrições de seu governador Cláudio Lupicínio (*CIL* XIII, 921a; b = *ILS* 6117; a), o que significa que a Lugdunense III também seria resultado dessa reforma. Ou seja, é bem possível que a *Notitia Galliarum* tenha sido, em sua forma original, resultado de uma reorganização das províncias galorromanas levada a cabo por Magno Máximo depois que ele estabeleceu seu governo em Tréveris (Nesselhauf, 1938: 22).

Uma reforma administrativa centrada no universo galorromano e empreendida por um usurpador que buscava basear-se nas Gálias, à semelhança de outros governantes no século IV, explicaria muito bem o surgimento de uma lista isolada de dioceses, províncias e cidades que compreendia apenas essa região. Nessa esteira, a criação de duas novas províncias, cujas capitais seriam Tours e Sens, respectivamente a *Metropolis civitas Turinorum* e a *Metropolis civitas Senonum* (*Not*. *Gall*. 3, 1; 4, 1), possibilitariam a Magno Máximo fortalecer o seu regime junto à aristocracia galorromana através de novas oportunidades na carreira pública provincial e participação em sua corte.

A *Notitia Galliarum*, portanto, surgiu de um esforço local de manutenção e fortalecimento das estruturas políticas romanas voltadas para as Gálias, em contraposição ao recuo do próprio poder imperial desde Graciano. O regionalismo galorromano que constitui o substrato sociopolítico a partir do qual ela tomou forma fica evidente nas novas designações de várias *civitates* que adotaram o antigo nome latino da tribo que ocupava seu território. Essas são 52 das 115 *civitates* galorromanas, representando, portanto, pouco mais de 45% do total.

[231] (…) *ut antiquitas nulla possit convelli condicione.*

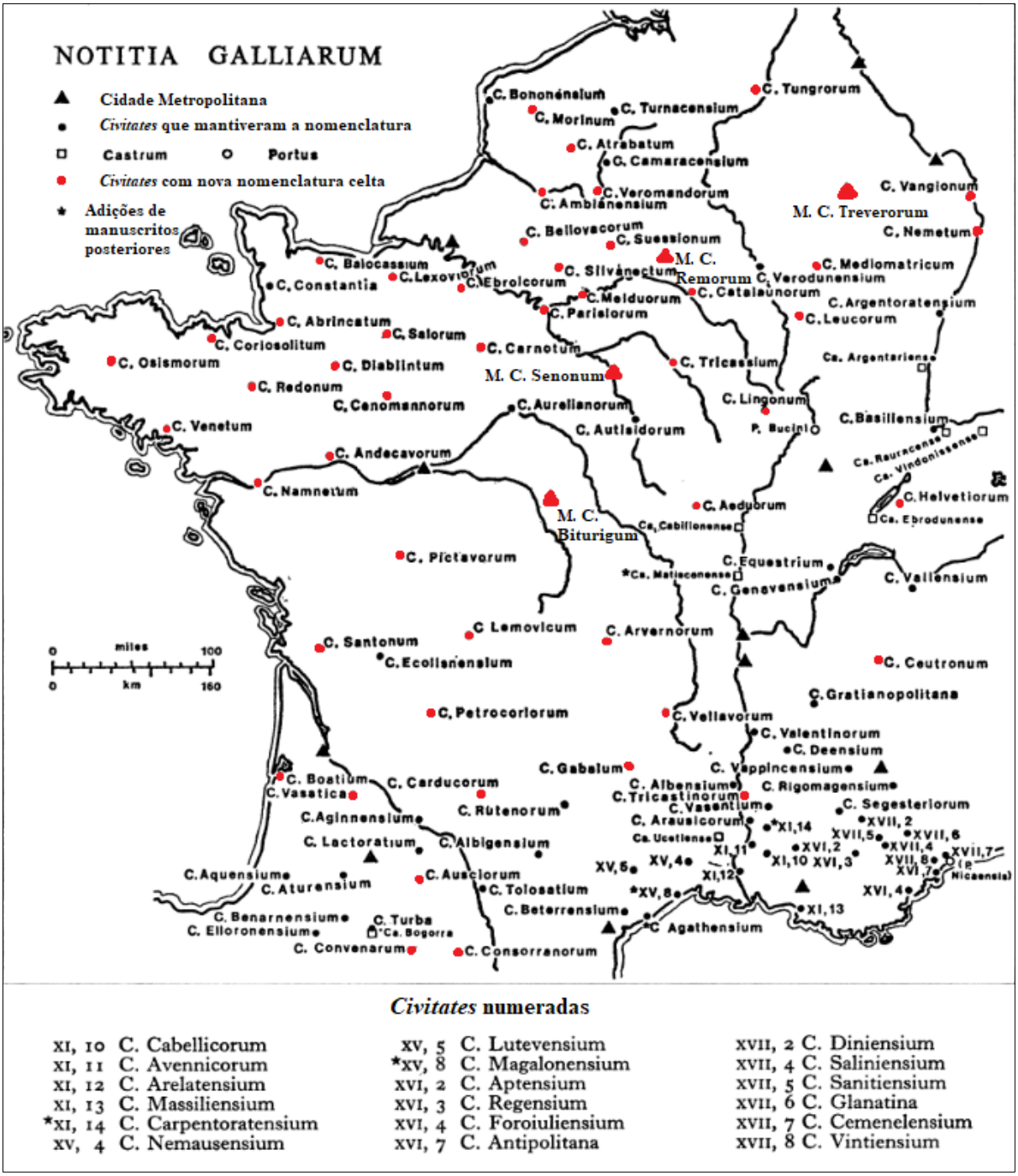


Figura 11: Mapa dos lugares mencionados na *Notitia Galliarum*. Adaptado do mapa confeccionado por J. B. Kenworthy e utilizado em Harries, 1978: 40.

No mapa acima (fig. 11), podemos perceber claramente que somente duas das *civitates* mencionadas na *Notitia Galliarum* pelo seu nome tribal latino se encontram a direita do Ródano, na província Vienense. Em verdade, apenas as províncias Narbonense I e II e os Alpes Marítimos, os primeiros territórios a serem incorporados ao domínio romano já no século II a. C., conservaram todas as suas vinte *civitates* com o mesmo nome que apresentavam nos primeiros séculos do Império. Podemos notar também a permanência dos nomes das *civitates*

que se encontram na grande rota que liga a Hispânia pelo litoral do sul das Gálias até o norte da Itália, passando por Nice (*Portus Nicaensis*, dependente de Marselha), Marselha, Arles e Narbona. Daí em diante, verifica-se que as *civitates* cujos novos nomes retornaram às raízes tribais gálicas vão se tornando progressivamente mais numerosas a partir da Aquitânia em direção ao norte. Partindo dessas constatações, podemos dizer que há uma correlação importante entre a proximidade com o poder imperial no norte da Itália e suas vias de comunicação com outras províncias e a conservação dos nomes alto-imperiais das *civitates* galorromanas.

Como bem notou Michel Rouche (1965: 97), o fenômeno da substituição da nomenclatura romana das capitais-*civitates* pelo nome que os romanos davam aos povos de sua região não tocou todas as províncias ocidentais, mas ficou restrito às Gálias, tendo sido registrado na antiga região da Gália Transalpina somente os casos de Turim e Bene Vagienna. Essa "nova-antiga" denominação das cidades e seus territórios tampouco foi estabelecida apenas no final do século IV, tendo sido observada já em uma série de miliários que podem ser datados do período entre 237 e 275 (Rouche, 2003: n. 32). Camille Jullian (1924, t. 4: 525–30) sugeriu que essas denominações tivessem sido consequências do Édito de Caracalla de 211. Porém, tendo em vista que as mudanças não ocorreram ao mesmo tempo nem da mesma forma para todas as cidades e seus territórios, o estudioso acredita que não deve ter havido uma regra absoluta colocada em prática por uma medida oficial do Império.

Michel Rouche (2003) notou também que esse processo é posterior em mais de vinte anos à concessão da cidadania romana a todos os provinciais livres. O estudioso, por sua vez, chama a atenção para o período em que se concentram esses miliários e busca o motivo do surgimento de nomes que recuperavam a herança gaulesa nas tribulações vividas pelas províncias ocidentais em meados do século III. Para ele, o "elemento gálico", até então adormecido pelo peso da presença ubíqua romana, retornou com força tão logo o Império se enfraqueceu. Inclusive, a permanência dos nomes romanos das cidades na região originalmente denominada Narbonense nos primeiros séculos se explicaria pela força de uma romanização antiquíssima. Já a persistência da mudança no nome das *civitates*, depois da dissolução do Império das Gálias e da reimposição da autoridade imperial, estaria relacionada a uma disposição dos imperadores do século IV em se mostrarem favoráveis às aristocracias locais, concedendo assim às cidades galorromanas os nomes que elas mesmas haviam escolhido.

De fato, ao longo do século IV, enquanto o "acordo tácito" que mencionamos no segundo capítulo esteve em vigor, as cidades galorromanas eram referidas indistintamente por

seus dois nomes. A substituição operada por Amiano do nome romano da cidade pelo nome romano da tribo gaulesa em sua origem fica ainda mais evidente nas vezes em que ele menciona a estadia de Juliano em Paris. O imperador nunca é referido como tendo invernado *in Lutetia*, mas na maioria das vezes *apud Parisios* (17, 8, 1; 20, 1, 1; 8, 2; 21, 2, 1), o que literalmente se traduziria como "em meio aos parísios", da mesma forma que Amiano utiliza *apud Burgundios* ou *apud Persas* (e.g.: 18, 5, 6; 28, 5, 14) para descrever algo que se passava "em meio aos burgúndios" ou "em meio aos persas". Em outro momento, ao narrar a emboscada sofrida por Juliano a caminho de Troyes, ele utiliza o etnônimo de seus habitantes na locução *ad Tricasinos* (16, 2, 6), ou tão somente *Tricasses* (16, 2, 7) ao invés de *Augustobona*, o que indica que em alguns casos o nome mesmo da tribo gaulesa se confundia com a própria cidade, da qual podia derivar ainda outro gentílico (*Tricasses*/*Tricassini*).

Da mesma forma, ao listar as cidades que foram liberadas pelo César, no lugar de *Noviomagum* e *Borbetomagum* o historiador utiliza os nomes de *Nemetas* et *Vangionas* no plural, como em referência às tribos, em contraste com *Argentoratum*, *Brotomagum*, *Mogontiacum* e *Salisonem*, todos no acusativo como complemento do objeto *civitates* (16, 2, 12). O uso desse tipo de construção para se referir a uma cidade romana por parte de Amiano se restringe justamente às *civitates* das Gálias, mas isso não é de maneira alguma uma regra. Ainda no mesmo contexto das cidades acima, Amiano Marcelino se refere à Autun como a *Civitas Augustuduni* (16, 2, 1) ou simplesmente como *Augustudunum* (16, 2, 2) ao invés de *Civitas Aeduorum*. Poucos anos antes das *Res Gestae*, Ausônio (*Mos*. 10), um escritor que exalta suas raízes galorromanas, curiosamente se referia a Spier não pelo nome latino de sua tribo, como o faz Amiano, mas pelo antigo nome romano de *Noviomagus*.

A mudança de nome das *civitates* galorromanas para seu nome tribal gaulês, portanto, não foi um fenômeno correlacionado ao nível de romanização de cada região das Gálias, como pensava Rouche. A convivência dos vários tipos de denominações em registros diversos sem qualquer regra que possa ser deduzida de seus usos sugere, ao contrário, que o pertencimento[232] a determinada *civitas* galorromana, depois da reimposição do poder imperial, engendrou um

[232] Embora compreendamos que o termo "patriotismo", longe da definição moderna de "amor à pátria", possa ser usado para descrever tanto o apego de um cidadão romano ao império, a partir do momento em que Roma aparece sob a designação de *patria communis*, κοινὴ πατρίς, quanto sua afeição pela região e cidade em que nasceu, preferimos nos referir a um sentimento de pertença. Contudo, nos referiremos à *patria* aqui, sem traduzi-la, sobretudo no sentido da cidade como instituição, lugar de origem, comunidade natural. Sobre esses desdobramentos, ver Paschoud, 1967: 11–4, quem sabiamente lamenta a inexistência de um termo mais adequado para nos referirmos a esse tipo de sentimento na Antiguidade, nos deixando à mercê de "penosas circunlocuções".

novo tipo de identidade local que se relacionava de maneira multifacetada com o lugar que as Gálias passaram a ocupar no ordenamento imperial romano.

Essa experiência provincial plural transparece claramente nas obras de Ausônio. Dentre elas, uma coletânea de poemas dedicados a enaltecer algumas importantes cidades do Império. O primeiro poema da série, como não poderia deixar de ser, exalta a própria Roma em apenas um verso: "Primeira dentre as cidades, morada dos deuses, a áurea Roma. (Auson. *Ordo nob. urb.* 1)".[233] O último e o mais longo poema, composto de 41 versos, é dedicado à sua cidade natal. Não que Bordeaux fosse a mais importante cidade do Império, François Paschoud (1967: 31) bem nota, mas era a estimada *patria* do poeta, palavra que ele usa com mais frequência para designar a terra natal, mas por vezes Roma, no sentido de uma cidade que se estende idealmente por todo o Império. No fechamento da coletânea, a última estrofe de seu poema traz uma comparação entre suas duas *patriae*:

> Se no início da lista está a famosa Roma, da mesma forma no final
> Bordeaux consolida seu lugar, em uma extremidade simétrica.
> Esta é minha pátria, mas Roma supera todas as pátrias,
> amo Bordeaux, venero Roma; nela sou cidadão,
> em ambas, cônsul; aqui é meu berço, lá meu assento curule. (Auson. *Ordo nob. urb*. 37–41)[234]

Certamente, essa elaboração evoca as palavras de Cícero que, ao ser questionado por Ático sobre os sentimentos dele com relação a Arpino: "Mas o que é que disseste há pouco? Que este lugar (...) é tua verdadeira pátria? Por acaso tens duas pátrias? Não temos uma única pátria comum? (Cic. *leg*. 2, 5)" [235] responde:

> Penso que todos os habitantes dos municípios têm duas pátrias, uma de nascimento e outra de direito. (...) Assim sendo, eu jamais negarei que esta é minha pátria, desde que aquela seja maior e esta esteja contida nela. (id.)[236]

François Paschoud (1967: 32) acredita que os versos ausonianos mostram que a ideia de duas *patriae* expressa por Cícero ainda estava viva no século IV e que mesmo que Ausônio tivesse em mente seu *De Legibus* ao escrever esses versos, sua imitação em forma poética em nada diminuíam sua sinceridade. Em verdade, quando levamos em conta outras passagens da

---

[233] *Prima urbes inter, divum domus, aurea Roma*.

[234] *Utque caput numeri Roma inclita, sic capite isto / Burdigala ancipiti confirmet vertice sedem, / haec patria est: patrias sed Roma supervenit omnes, / diligo Burdigalam, Romam colo; civis in hac sum, / consul in ambabus; cunae hic, ibi sella curulis.*

[235] *Sed illud tamen quale est quod paulo ante dixisti, hunc locum* (...) *germanam patriam esse vestram? Numquid duas habetis patrias, an est una illa patria communis?*

[236] *Omnibus municipibus duas esse censeo patrias, unam naturae, alteram civitatis*. (...) *Itaque ego hanc meam esse patriam prorsus numquam negabo, dum illa sit maior, haec in ea contineatur.*

obra de Ausônio, vemos que ele expressa esses sentimentos de maneira bem diferente daquela de Cícero. Em seu mais célebre poema, o *Mosella*, uma evocação poética da vida e da paisagem no curso do rio que conheceu grande circulação já na época de sua composição[237], encontramos uma *sphragis* na qual o autor concatena o universo provincial e romano ao qual pertence da seguinte maneira:

> Canto audacioso essas coisas, com pouca confiança,
> trazendo a origem vivisca de minha linhagem,
> conhecido na hospitalidade dos belgas através de antigos laços,
> eu, Ausônio, de nome latino, mas com pátria e morada
> entre os confins das Gálias e a altitude dos Pirineus,
> por onde a alegria da Aquitânia suaviza os costumes nativos. (Auson. *Mos*. 438–43)[238]

A diferença fundamental reside no fato de que, além do nome latino que marca seu lugar em um mundo romano mais amplo, o pertencimento do poeta a uma *patria* que se estende por toda a Gália se realiza por meio de afiliações regionais. Apesar de os habitantes de Bordeaux da época de Ausônio já não guardarem qualquer semelhança com os bituriges viviscos que fundaram a cidade antes do domínio romano e foram descritos por Estrabão (*Geo*. 4, 2, 1), Plínio (*HN*. 4, 33, 108) e Ptolomeu (*Geog*. 2, 7, 7), a expressão dessas afiliações regionais por meio de antigos nomes tribais evoca, dentro do mundo romano, uma série de sentimentos de pertença constitutiva de uma experiência provincial mais ampla. Mesmo sua presença na corte imperial em Tréveris por cinco anos é descrita como uma estadia em meio aos belgas.

Em outro poema, que deve ter servido ele próprio como *sphragis* para alguma outra coleção maior, para além de sua cidade natal, poeta se define como a confluência de uma miríade de identidades regionais presentes em sua ancestralidade, todas notadamente gaulesas:

> Ausônio foi meu pai e eu de mesmo nome;
> escrevi para que saibas, bom homem, quem quer que sejas,
> quem sou eu, de que classe, estirpe, lar e pátria,
> e uma vez conhecido, me cultives na memória da alma.
> Os vasates são a pátria de meu pai,
> a família materna édua por parte de seu pai,
> mas de *Aquae Tarbellicae* (Dax) por parte de sua mãe,
> Eu próprio nascido em *Burdigala* (Bordeaux):
> por quatro antigas cidades

[237] Uma datação em torno de 371 para a finalização do poema e sua publicação parece bem estabelecida (Green, 1991: 456). Em uma carta a Ausônio, Símaco (*Ep*. 1, 14) relata que, em Roma, "teu Mosela, em divinos versos por ti consagrado, grassa nas mãos e nos bolsos de muitos (*Volitat tuus Mosella per manus sinusque multorum divinis a te versibus consecratus*)". A obra teria até mesmo conhecido uma segunda edição, em 378/9 (Shanzer, 1998: 231 – 2).

[238] *haec ego, Viuisca ducens ab origine gentem, / Belgarum hospitiis non per noua foedera notus, / Ausonius, nomen Latium, patriaque domoque / Gallorum extremos inter celsamque Pyrenen, / temperat ingenuos qua laeta Aquitanica mores, / audax exigua fide concino.*

estão espalhadas as origens de minha estirpe. (Aus. *Praef*. 1, 1–8)[239]

Nesse trecho, o poeta prefere citar a cidade de seu nascimento ao invés do povo gaulês que ocupava o território anteriormente, porém, ao mesmo tempo, não nomeia Bazas para falar da cidade de origem de seu pai, mas os antigos vasates. Os habitantes de Autun são chamados éduos e, apesar de Ausônio preferir nomear a cidade de origem de sua avó ao invés da tribo que habitava a região, ele não utiliza *civitas Aquensium*, como aparece na *Notitia Galliarum* (14, 3), mas a denominação que carrega o nome dos tarbelos. A menção à antiguidade dessas cidades também não é despretensiosa, há aqui mais do que a mera descrição do local de nascimento dos familiares de Ausônio. Encontramos a reivindicação de uma ancestralidade ainda muito presente nas comunidades locais e reavivada a partir da segunda metade do século III.

Nessa articulação de sua autodefinição, se imiscuíam em Ausônio as noções de *patria* povo e cidade (*urbs*), todas devidamente englobadas pelo sentido da *civitas*. Ao mesmo tempo, o pertencimento à *civitas* se relacionava de maneira mais ampla ao próprio pertencimento às Gálias e, consequentemente, ao seu lugar dentro do ordenamento imperial romano. Propositadamente, todos esses elementos se entrelaçam e evidenciam um complexo sentimento de pertencimento expressado por Ausônio, os quais, por sua vez, são reveladores da natureza multifacetada da experiência romana provincial nas Gálias. Ao relatar a história de um soldado romano que havia desertado aos persas, Amiano Marcelino também utiliza uma expressão que recupera todas essas camadas de pertencimento, referindo-se ao desertor como "nascido nas Gálias em meio aos parísios (18, 6, 16)"[240].

Ora, isso não quer dizer que não havia indivíduos que escolhessem se representar como cidadãos romanos propriamente ditos. Tito Flávio Draco, em uma estela funerária encontrada em Viena e datada do final do século I, se faz representar como um "cavaleiro da ala Prima Flávia Domiciana Britânica composta de mil cidadãos romanos" e igualmente como um "cidadão sequano (*CIL* III, 15197)"[241]. Em uma época na qual a cidadania romana por si só era um sinal de ascensão social, convinha deixá-la gravada em pedra como uma insígnia de distinção, juntamente com a menção à cidadania local. Essa última, apesar de usar a mesma linguagem, certamente não carregava o mesmo sentido jurídico da cidadania romana, mas seria

[239] *Ausonius genitor nobis, ego nomine eodem; / qui sim, qua secta, stirpe, lare et patria, / adscripsi ut nosses, bone vir, quicumque fuisses, / et notum memori me coleres animo. / Vasates patria est patri, gens Aedua matri / de patre, Tarbellis sed genetrix ab Aquis, / ipse ego Burdigalae genitus: divisa per urbes / quattuor antiquas stirpis origo meae*.

[240] *apud Parisios natus in Galliis*

[241] *eq*(*u*)*es alae I F*(*laviae*) *D*(*omitianae*) / *Brit*(*annicae*) *m*(*illiariae*) *c*(*ivium*) *R*(*omanorum*) *civi*/*s Sequanus*

tão somente uma forma de deixar registrada sua região de origem de modo a compor sua identidade regional.

Contudo, partir do édito de Caracala de 212, que determinou a extensão da cidadania romana a todos os indivíduos livres do Império Romano, os indivíduos passaram a não se identificar nos termos da cidadania romana, mantendo apenas suas afiliações regionais ou étnicas. De fato, se a cidadania romana já não era um sinal de distinção social, valia a pena mencionar tão somente uma "cidadania" geográfica ou étnica, uma vez que se subentende com essas o status de *civis Romanus* (Mathisen, 2018b: 260–3). Não por acaso, o epitáfio do soldado franco que mencionamos no terceiro capítulo desse trabalho, deixa explícita sua condição de cidadão romano. Afinal, a chamada Constituição Antonina não estendia irrestritamente o privilégio da cidadania romana aos assentados bárbaros, sendo interessante que essa condição, marca de distinção perante outros bárbaros estabelecidos no interior das províncias, fosse gravada em seu túmulo. Podia ser óbvio que Donato, um *protector* enterrado em Colônia no século IV, era um cidadão romano por ter se identificado como "cidadão africano (AE 1995, 1115)"[242], mas não era óbvio que um soldado franco o fosse, mesmo que estivesse a serviço do Império.

A novidade trazida pela *Notitia Galliarum* no que diz respeito à expressão de formas de pertencimento regionais e sua relação com o ordenamento romano pode ser observada tanto em seu propósito original quanto na sua reutilização posterior pelas autoridades eclesiásticas. Como documento do período de Magno Máximo, ela mostra a importância da incorporação dessas novas afiliações locais dentro do arcabouço administrativo para um regime centrado em Tréveris e voltado aos interesses locais galorromanos. O reconhecimento oficial dessas autodenominações por parte do usurpador indica claramente que ele reconhecia as vantagens políticas de apresentar seu governo como uma força centrípeta de aglutinação dessas lealdades locais, angariando para si o apoio das *civitates* galorromanas. Já aquelas que ainda se mantinham na zona de influência de Valentiniano II, então instalado em Vienne, conservaram suas antigas denominações romanas.

Ao que tudo indica, o interesse de Magno Máximo nas particularidades do regionalismo galorromano lhe rendeu bons frutos, como vimos no item anterior. De fato, a estratégia de posicionar-se no centro de uma estrutura de poder que concatenava pertencimentos locais e lealdade ao ordenamento imperial romano, ocupando assim um espaço que havia sido deixado vazio pelo próprio poder imperial, serviu a Magno Máximo até a sua decisão de partir em uma

[242] *civis Afer*

campanha contra Valentiniano II. A transferência da capital da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles em 395 mudou essa estrutura de tal forma que mesmo os usurpadores do início do século V que obtiveram, nas províncias ocidentais, algum apoio da aristocracia galorromana, optaram por outras estratégias políticas tendo como objetivo a nova capital ou o centro do poder imperial no norte da Itália.

Pouco mais de trinta anos depois dessa reorganização de prioridades do poder imperial, Salviano de Marselha se queixava:

> Assim pois, o nome de cidadãos romanos, que outrora não apenas era altamente valorizado, mas também comprado a alto valor, agora é rejeitado amplamente e vilipendiado (Salv. *De gub. Dei*. 5, 22)[243]

O motivo desse fenômeno relatado por Salviano era a arbitrariedade dos poderosos e o peso desmesurado dos impostos que pesavam sobre os provinciais. Para ele, aqueles que se refugiavam junto aos bárbaros ou se juntavam aos bagaudas tinham seus motivos e era a iniquidade dos administradores romanos que deveria ser repudiada. Certamente, há que se levar em conta o exagero do autor, que buscava argumentar que era necessário esperar com resignação a tribulação purificadora trazida pelos bárbaros, punição divina pelos vícios romanos (Paschoud, 1967: 306–7). Com efeito, durante todo o século IV os impostos também pesavam demasiadamente sobre os provinciais galorromanos.[244] Porém, subjacente a essa retórica cristã do fim dos tempos, há o fato de que a ausência do poder imperial nas Gálias e a retirada dos contingentes romanos na fronteira do Reno já não justificavam um arcabouço fiscal dessa magnitude. Para muitos provinciais galorromanos da época de Salviano, podia parecer que o pertencimento ao ordenamento romano já não era realmente muito vantajoso.

Por sua vez, o uso da *Notitia Galliarum* para fins eclesiásticos nos períodos subsequentes nos aponta que o regionalismo nele expresso havia entrado em consonância com a ênfase dada pelo cristianismo às comunidades locais e seus bispos. Dessa forma, à medida que a nova religião encontrou adesão em meio às populações galorromanas, o pertencimento a uma comunidade cristã maior tomou paulatinamente o lugar do ordenamento imperial romano como elemento capaz de amalgamar as várias identidades locais (Martínez Jiménez, 2020: 89).

---

[243] *Itaque nomen civium Romanorum, aliquando non solum magno aestimatum, sed magno emptum, nunc ultro repudiatur ac fugitur.*

[244] Não sem motivo, a fim de ganhar o apoio dos provinciais galorromanos para sua elevação ao augustato, Juliano cortou e renunciou a impostos, estabeleceu a equidade nas disputas entre autoridades fiscais e indivíduos e decretou a remissão de dívidas antigas com o erário. Os objetivos políticos dessas medidas parecem ter sido alcançados, uma vez que Juliano foi lembrado por muitos autores posteriores como exemplo de *civilitas* e *liberalitas* por ter se preocupado com as necessidades das cidades e dos provinciais (Mleczek, 2020: 105–6).

As diferenças fundamentais entre as noções pertencimento expressas por Ausônio e Sidônio Apolinário têm origem nesse novo contexto. Tal qual seu conterrâneo cem anos antes, o bispo de Clermont não tinha problemas em mesclar as antigas denominações de tribos gaulesas e nomes propriamente romanos das cidades. Em sua carta a Basílio (*Epist*. 7, 6, 7) que precedeu a embaixada de 475 enviada a Eurico, Sidônio enumerou as cidades que se mantinham desprovidas de bispos pelos nomes dos povos que habitavam seu território (*Petrogorii, Ruteni, Lemovices, Gabalitani, Helusani, Vasates, Convenae, Auscenses*) à exceção de Bordeaux (*Burdigala*). Contudo, jamais encontramos nos escritos de Sidônio o termo *patria* para se referir à ideia de Roma como a *patria* cívica que engloba todas as *patriae* naturais (Bonjour, 1980). Na maioria das ocasiões, a *patria* é a própria *civitas* e o vocábulo carrega consigo as nuances de um sentimento de pertencimento local (*e.g.*: Sid. Apol. *Epist*. 3, 2, 2; 3, 1; 3, 9; 4, 4, 1; 5, 12, 1).

Quando Sidônio se expressava em relação ao governo imperial na Itália, como em seu panegírico a Avito, a *patria* ainda podia assumir um sentido mais amplo de pertencimento a uma comunidade galorromana, na qual estão aglomeradas as *civitates* (*Carm*. 7, 530–70). Esse pertencimento mais amplo também emerge ao final da mesma carta a Basílio que mencionamos anteriormente (*Epist*. 7, 6, 10), quando, em referência às cidades desprovidas de bispos, Sidônio as engloba sob a denominação de *populi Galliarum*, literalmente, "povos das Gálias". Isso significa que, quando os interesses galorromanos estavam em jogo, seja nas tentativas tomar o protagonismo da política imperial no ocidente, quando isso ainda era possível, seja no esforço de negociar a manutenção das comunidades locais sob a égide da fé nicena, Sidônio ainda era capaz de mobilizar um sentimento de pertencimento a uma *patria* das Gálias que aglomerava os vários regionalismos galorromanos.

Por fim, em apenas uma ocasião na obra de Sidônio encontramos a menção a uma *patria* que transcende a *civitas* e as próprias Gálias e ainda assim o termo não faz alusão a Roma. Ao final de um elogio fúnebre a São Abraão, encomendado pelo seu amigo Volusiano, o bispo de Clermont escreve: "já adentras a pátria, mas aquela da qual foi expulso Adão (Epist. 7, 17, 2, v. 29)"[245], dando a entender que, se há uma *patria* universal, essa é a *patria* celeste à qual pertencem todos os cristãos e para onde todos retornarão. A partir desse longo processo de reorganização dos sentimentos de pertencimento locais, sua relação com um poder imperial e seu patrocínio cada vez mais ausentes e o avanço do cristianismo nas Gálias, o bispo saiu do lugar modesto que ocupava no início do século V, como um notável que exercia sua influência

[245] *iam patriam ingrederis, sed de qua decidit Adam;*

tão somente sobre a igreja local e a comunidade cristã, para se tornar a principal figura de poder da *civitas* galorromana (Beaujard, 1996: 127–9).

5.3 A ascensão do bispo como *caput civitatis* nas Gálias

Com o avanço da cristianização das regiões ocidentais do Império, as *civitates* continuaram a ser a unidade básica da formação das comunidades cristãs e suas capitais constituíram o centro privilegiado de atuação de líderes cristãos e o local de convergência de pessoas que buscavam fazer carreira no meio eclesiástico. O gradual esgotamento do ordenamento político romano no século V eventualmente fez com que as populações locais recorressem cada vez mais às *civitates*, as unidades básicas da vida política e social nas Gálias, e seus líderes. Nesse período, isso significa que a retirada do centro do poder imperial das Gálias deu início a um processo que acabou por concentrar poder político, econômico e social nas mãos dos bispos (Harries, 1992).

Vimos no segundo capítulo desse trabalho que as reformas de Diocleciano e Constantino, posteriormente, centralizaram e homogeneizaram as carreiras imperiais e a captação de impostos de modo a tornar a carreira na administração local bem menos atrativa para as aristocracias regionais. De fato, se outrora as poucas posições de prestígio no governo central estavam reservadas para a antiga aristocracia italiana, a cúria era o lugar onde por excelência se concentrava a ação política dos notáveis provinciais. Na dignidade de curiais, como eram chamados os membros da cúria nos primeiros séculos, ou decuriões, como ficaram conhecidos posteriormente, era prerrogativa desse grupo seleto a coleta de impostos e a competição por prestígio local através da munificência urbana, bem como a aplicação das disposições imperiais e a representação da cidade junto ao governador da província e à corte imperial (Durliat, 2014: 56–8).

O esvaziamento das responsabilidades da cúria a partir do século IV fez com que uma posição dentro dessa assembleia trouxesse menos ganhos e fosse mais arriscada do que se eximir dos deveres municipais e buscar status na carreira senatorial, cuja classe se expandiu enormemente nesse período, ou em uma posição palatina, em um cargo provincial ou, posteriormente, na hierarquia eclesiástica. No século V, a cúria já havia perdido seu prestígio, uma vez que uma posição na assembleia já não era mais o topo da carreira para um notável municipal, bem como sua função econômica, já que os membros mais ricos da comunidade muitas vezes abandonavam a cúria e deixavam que o fardo dos impostos e obrigações municipais recaíssem sobre membros menos afortunados da elite local. A partir de então,

encontramos a instituição das *civitates* sob o comando de membros locais da ordem senatorial, chamados *honorati*, e os bispos exercendo a função central de representantes das cidades ao passo que fica cada vez mais difícil encontrar cúrias em funcionamento pleno fora da Itália (Wickham, 2005: 596–7).

Por um lado, a ascensão da figura do bispo no contexto da administração urbana pode ser compreendida como o outro lado de uma moeda cuja face mais visível é o declínio das instituições políticas cívicas, da cultura política clássica e de um modo de vida aristocrático urbano típico do período clássico (Liebeschuetz, 2001: 138). Por outro lado, a transformação do bispo no patrono de sua cidade, mais do que apenas de sua igreja e comunidade cristã, pode ser entendida como produto de um longo processo de retirada das estruturas administrativas imperiais das Gálias e do consequente ressurgimento de pertencimentos locais que antes subjaziam ao ordenamento imperial romano. Desprovido de qualquer integração às instituições municipais normais, o bispo emerge como uma liderança natural que agrega esses sentimentos populares locais (Liebeschuetz, 2001: 137) e sobre a qual passaram a pesar as tarefas administrativas outrora reservadas aos curiais.

Nesse sentido, grupos de liderança informais que consistiam no bispo da cidade e em seu entourage senatorial, como Sidônio Apolinário e seu cunhado Ecdício em Clermont, ocuparam o vazio de poder deixado pela cúria de modo a trazer de volta para a esfera política local senadores que antes focavam seus esforços em carreiras junto ao imperador em Tréveris (Wickham, 2005: 598). Dessa forma, para além da decadência da cidade como unidade básica da vivência política e social nas regiões ocidentais do Império, o que se observa é uma ressignificação e reavivamento da *civitas* como entidade política sob a égide do bispo (Beaujard, 1996: 127), para onde os provinciais se voltaram diante do esvaziamento do patrocínio imperial e de sua presença, especialmente nas Gálias.

Ora, não por acaso, ainda que Patiens não detivesse qualquer magistratura municipal em Lyon, ao elogiar sua ação na eleição do bispo de Chalon-sur-Saône, Sidônio o descreve como "chefe da nossa cidade pelo sacerdócio e, pela cidade, chefe de nossa província (*Epist*. 4, 25, 5)"[246]. Essa função não-oficial do bispo como *caput civitatis* efetivamente faz com que as tradições da aristocracia galorromana se tornem aquelas mesmas das igrejas das Gálias nas quais os bispos se comportavam como verdadeiros patronos. Brigitte Beaujard (1996: 131–2) chama atenção para o caso do bispo Rústico de Narbona e seus programas de construções eclesiásticas comemoradas em uma série de inscrições (*CIL* XII, 4311; 5335; 5336; 5338) que

[246] *caput est civitati nostrae per sacerdotium, provinciae vero per civitatem*.

evocam o hábito epigráfico do evergetismo das elites municipais dos primeiros séculos. Assim, se na fase de expansão do cristianismo nas Gálias o grande modelo de vida eclesiástica era a renúncia monástica de Martinho de Tours, a partir do momento em que a figura do bispo teve de assumir as responsabilidades de chefe da cidade esse modelo muda para a vida de Germano de Auxerre. O bispo consagrou a maior parte de sua atividade episcopal à defesa da cidade, intervindo junto ao prefeito pretoriano das Gálias para a diminuição dos impostos sobre seus concidadãos e garantindo a segurança de Auxerre ao negociar em 448 uma trégua com o rei dos alanos, Goar, e a paz com a corte em Ravena.

Resulta disso que, não raro, os bispos galorromanos no século V eram escolhidos dentre homens dotados de alguma experiência política e cujas relações pudessem, de alguma forma, ser úteis para seus concidadãos diante das iniquidades de um período no qual vários poderes disputavam a primazia nas Gálias. Esse foi o caso, por exemplo, da eleição episcopal de Bruges em 470 na qual Simplício, conhecedor dos meandros da administração romana, saiu vitorioso por ser filho de um senador e por manter boas relações diplomáticas com os reis bárbaros. Talvez mais do que os méritos espirituais do pretendente ao cargo, a nova realidade das populações locais galorromanas passou a exigir dos bispos habilidades políticas que pudessem ser úteis às *civitates* nas suas relações com os diversos poderes conflitantes. O exílio de Sidônio Apolinário depois que Julio Nepos entregou Auvergne para Eurico em 475 mostra como, nesse novo contexto, o bispo havia se tornado uma peça central no cálculo dos atores políticos que agiam nas Gálias no século V. Para os reis bárbaros, o domínio sobre uma cidade passava necessariamente pelo controle sobre a sua sede episcopal e seu bispo (Beaujard, 1996: 135).

Em sua nova forma cristianizada, as *civitates* galorromanas sobreviveram até mesmo ao próprio Império Romano. Durante o século VI a relação entre rei e cidade era a mais fundamental relação político-administrativa na Gália merovíngia. Na narrativa de Gregório de Tours, os conflitos civis entre os reis merovíngios aparecem essencialmente como disputas sobre o domínio das *civitates*. O tratado de Andelot de 587, que estabeleceu um tênue equilíbrio entre Gontrão e Quildeberto II após a morte de Cariberto, lidou essencialmente com as atribuições de *civitates* e *leudes*[247] ao domínio de cada um (Greg. Tour. *Hist*. 9, 20). Em última instância um reino franco era percebido fundamentalmente, tanto no plano secular quanto no eclesiástico, como a soma das *civitates* que o compunham, vinculadas ao soberano por um juramento de lealdade comunitário. A importância das *civitates* na qualidade de elementos

[247] Aristocratas guerreiros que fizeram um juramento especial de lealdade ao rei e formavam a sua guarda pessoal.

organizacionais da vida política e social era tamanha que os soberanos francos acabaram por não fazer qualquer uso da antiga província romana como unidade administrativa (Esders, 2015: 458 – 62; Murray, 2015: 213–5).

É somente sob o reinado de Clotário II (r. 613 – 629) que observamos uma mudança na ênfase das atividades político-administrativas dos francos para o meio rural. O tratado de Andelot finalmente havia surtido efeito no sentido de vincular os *leudes* mais firmemente aos seus *regna*, o que permitiu que os soberanos francos pudessem se voltar a um sistema de governo baseado em relações pessoais e políticas de terra de modo a paulatinamente, mas de maneira resoluta, abandonar o sistema de *civitates* como elemento de mediação para o exercício de seu poder. A crescente ruralização do poder dos reis e nobres, por sua vez, leva ao interesse cada vez maior no estabelecimento de fundações monásticas no campo, onde seus precursores aristocratas buscavam livrar os investimentos religiosos do controle episcopal urbano.

Em decorrência desse processo, é apenas no início do século VII que podemos ver o eclipse final das *civitates* tanto como sistema administrativo quanto como unidade de coesão comunitária (Loseby, 2013). Até esse período, no entanto, a relação entre os provinciais galorromanos no âmbito das *civitates* e os bárbaros nas Gálias foi mediada pela figura do bispo. A decisão de negociar com os novos poderes ou resistir aos avanços bárbaros dependeu essencialmente da capacidade de mobilização das populações locais por parte dessas novas figuras de liderança em um contexto de exaltação das identidades regionais depois da retirada do poderio romano e de seus recursos do norte das Gálias.

5.4 O bispo na muralha e o bispo na corte: estratégias de resistência ou cooperação das cidades galorromanas diante dos avanços visigóticos

Desde antes do estabelecimento definitivo dos godos no sul das Gálias, as populações urbanas dessa região tiveram que lidar com as operações de cerco impostas pelos bárbaros na ausência do poder imperial. A forma que essa resistência adquiriu no começo do século V antecipou o modus operandi das cidades galorromanas em situações de cerco por todo o restante do século, ao menos até a cessão de Auvergne aos visigodos de Eurico em 475.

Após a tentativa fracassada de cruzar o sul da Itália para a Sardenha e para a África depois do saque de Roma de 410, Alarico morreu fazendo o caminho de volta para o norte da península e seu cunhado e sucessor Ataulfo teve de liderar os godos famintos para as Gálias. Nessas condições Ataulfo buscou negociar, pela força e persuasão, termos mais vantajosos para seus seguidores. Para isso, ele suprimiu a usurpação de Jovino em 411 e buscou colocar no

poder seu próprio imperador, o senador romano Prisco Átalo em 414. Seu casamento com Gala Placídia em Narbona e o fato de que seu primogênito recebeu o mesmo nome do avô Teodósio mostra que Ataulfo tinha claramente o plano de tornar os godos a força por trás do trono imperial. Seus desígnios foram frustrados pelo general de Honório, Flávio Constâncio, que conseguiu reunir os exércitos ocidentais sob seu comando depois de derrotar alguns aspirantes à púrpura e impôs aos godos no sul das Gálias um bloqueio que os levou à fome (Heather, 1998: 513–4).

Diante dessa situação, Ataulfo saqueou Bordeaux e impôs um duro cerco junto a seus aliados alanos à cidade de Bazas em 414. Paulino de Pela foi testemunha ocular desses acontecimentos, tendo fugido de Bordeaux para Bazas a fim de escapar dos godos e sendo obrigado a tomar parte no cerco que se desenhou em torno da cidade. Em seu relato autobiográfico (*Euch*. 334–97), Paulino se vangloria de ter conseguido romper a aliança alano-gótica através de suas conexões com um dos reis, certamente Ataulfo (Perevalov, 2000: 181–2), de tal forma que o cerco foi levantado e os alanos foram cooptados pelos magistrados da cidade a lutarem em favor de seus habitantes.

No século seguinte, em uma obra dedicada a comemorar os grandes feitos dos bispos das Gálias, Gregório de Tours (*In glor. mart*. 12) relembra do episódio[248] de maneira diferente. Durante o longo cerco, o bispo de Bazas caminhava pela cidade durante a noite cantando os salmos e rezando para que Deus tivesse piedade da cidade enquanto os inimigos pilhavam vilas, incendiavam casas nos entornos das muralhas e destruíam os campos. Em um primeiro momento, o rei bárbaro se irritou com a audácia dos homens vestidos de branco que percorriam as muralhas da cidade com velas e cânticos, como se isso de alguma forma lhes fosse proteger do destino inevitável. O relato de Gregório de Tours fica mais fantasioso quando na noite seguinte o rei bárbaro desiste do cerco por conta de uma visão na qual uma bola incandescente desceu sobre a cidade, mas sem queimar nenhuma construção. Diante desse milagre, o bispo congregou os cidadãos, manteve vigílias e celebrou a missa em ação de graças pela liberação de sua comunidade.

[248] Em seu relato, o bispo de Tours não dá nenhum indicativo cronológico de quando o cerco a Bazas teria acontecido. Além disso, ele afirma que eram os hunos quem cercavam a cidade, sob o comando de um rei cujo nome tem uma sonoridade bastante vândala: Gauserico. Os hunos só pilharam as cidades da Gália do norte e somente nos anos 450, o que torna o cerco de Bazas por eles uma impossibilidade histórica. E se Gauserico deve ser identificado a Geiserico, rei dos vândalos de 428 a 477, o problema consiste no fato de que desde 409 esses povos cruzaram os alpes para a península Ibérica para nunca mais retornar, sendo também impossível que tivessem sitiado Bazas sob esse rei. Seguimos, portanto, a interpretação de Pierre Courcelle (1964: 93–5; 289 n. 2), para quem o cerco deve ser identificado àquele sofrido por Bazas diante da aliança alano-gótica em 414.

O que podemos deduzir a partir desses relatos, para além do ímpeto vanglorioso de Paulino de Pela em se colocar como a peça-chave da salvaguarda da cidade de Bazas e do objetivo de Gregório de Tours em celebrar os milagres conseguidos pela santidade dos bispos galorromanos, é que a retirada do poder imperial das Gálias e o ressurgimento de uma identidade local forte favoreceram uma nova forma de resistência por parte das *civitates* galorromanas. Nessa nova forma de resistência, o bispo assumia tanto a responsabilidade de garantir a salvaguarda espiritual dos cidadãos, quanto de manter alta a moral dos sitiados e de organizar materialmente a defesa da cidade. Ao mesmo tempo, uma vez que o "acordo implícito" que mencionamos no segundo capítulo deste trabalho já não conseguia ser mantido efetivamente pelo poder imperial, que além de enfraquecido havia colocado suas prioridades na defesa da própria Itália, podemos perceber que as cidades galorromanas passaram a dispor de certa autonomia, ainda que informal, para buscar se aliar individualmente com outras forças que pudessem trazer alguma vantagem diante do cenário de vários poderes que competiam pela supremacia nas Gálias.

Vimos no capítulo anterior que a constituição de um reino visigótico propriamente dito no sul das Gálias não foi um evento que se pudesse ser identificado pontualmente, dependendo em muito da percepção dos observadores da época ao menos até a promulgação do Código de Eurico em 476. Mas o fato é que a estabilidade do princípio dinástico que se instaurou sob Teoderico I, após a série de assassinatos dos soberanos que sucederam Alarico, possibilitou aos visigodos, que no início consistiam em vários grupos bárbaros diferentes congregados em torno de sua autoridade, um período de tranquilidade importante para se posicionarem de maneira vantajosa dentro do jogo político das Gálias. Para termos uma ideia, entre 455 e 475, os godos na Aquitânia tiveram dois chefes, ao passo que o Império Romano do Ocidente experimentou nada menos do que sete imperadores (Mathisen e Sivan, 1999: 20).

As mortes de Aécio, Valentiniano III, Petrônio Máximo e Avito em um curto intervalo de tempo de três anos (454–7) mudaram significativamente a inclinação gótica com relação ao Império. Essas figuras da administração romana, de certa forma, conseguiam lidar com os godos de maneira relativamente harmônica, conseguindo utilizar suas forças diante de ameaças mais urgentes, como os reinos bárbaros na Hispânia ou os hunos no norte das Gálias. A partir de 456, no entanto, encontramos sob Teoderico II uma série de missões diplomáticas independentes enviadas aos suevos na Hispânia simultaneamente às missões romanas, algo que, segundo Hidácio (*Chron*. 170), chega a deixar o rei dos suevos um tanto confuso. Isso significa que, ao

menos até esse momento, era de se esperar que os visigodos estivessem agindo sob as ordens do Império.

Nas Gálias, os godos buscaram se apossar de Narbona, uma vez que, para além de Arles, a cidade era o principal ponto de acesso ao Mediterrâneo e consequentemente à Hispânia e África. Dessa vez, diferentemente das demonstrações de força costumeiras na região da Provença, que tinham mais por objetivo melhorar o tratado concretizado com o Império do que efetivamente o domínio sobre a região, Teoderico II usou de sua vantagem diplomática para fazer com que o poder imperial da Itália lhe cedesse Narbona em 462 em troca de apoio em favor do novo imperador Severo contra Egídio, que se rebelou depois do assassinato de Majoriano em 461. O fato de que Sidônio Apolinário afirma que Narbona deve ser louvada "pela sua fortaleza esplêndida um tanto em ruínas (*Carm*. 23, 59)"[249] indica que, tendo em mente que a cidade foi cedida pacificamente para os godos, eles mesmos teriam dilapidado as muralhas a fim de impedir qualquer tipo de resistência por parte dos cidadãos durante sua ocupação. Se isso for correto, podemos admitir que os godos já previam a possibilidade de não-cooperação das populações locais ao seu domínio.

Têm-se tradicionalmente, como vimos, que o ímpeto expansionista visigótico encontra sua maior expressão no reinado de Eurico, em 466, quando as investidas militares dos visigodos passaram a não mais serem meramente demonstrações de força, mas verdadeiras operações de ocupação territorial. Se, por um lado, o rei visigodo soube aproveitar da ausência de um imperador na Itália e depois das querelas entre Ricimero e Antêmio, por outro lado a pressão exercida por Eurico também tinha a ver com a expansão tanto de outros poderes bárbaros nas Gálias. Desde 463, quando Frederico, um dos seis filhos de Teodorico I, pereceu em batalha contra os francos associados às forças de Egídio em Orléans, a presença franca ao norte do domínio visigótico se consolidou. Há que se levar em conta também a ação de caudilhos romanos, como o filho de Egídio, Sigário, e seu domínio em Soissons e o *comes* Paulo que liderava um bando de romanos e francos contra os godos no início dos anos 470 (Harries, 1994: 223). De certa forma, as atitudes de Eurico podem ser interpretadas como uma reação defensiva em meio a um ambiente de competição cada vez mais intensa pelo poder nas Gálias.

Do outro lado do domínio visigótico no vale do Ródano, o reino dos burgúndios, apesar de pequeno, ocupava uma posição importante. Ele se localizava nos entornos de Lyon e gozava do status de federado do Império Romano do Ocidente. Essa posição era fortalecida pelo casamento entre o rei Gondíoco e a irmã de Ricimero, o patrício romano de origem sueva e

[249] *per semirutas superbus arces*

visigótica por trás dos imperadores títeres Majoriano e Severo. Por essas alianças, tanto Gondíoco quanto seus filhos Gundobado e Chilperico detinham dentro do governo romano posições legítimas de *magistri militum* (Collins, 2008: 115). Do ponto de vista de Eurico, a captura de Clermont era absolutamente necessária não apenas para impedir o avanço dos burgúndios em direção ao oeste (Harries, 1994: 224), mas também para conseguir a posição e os recursos necessários para fazer frente aos francos ao norte.

As hostilidades podem ser observadas já no início de 470 (Loyen, 2003a: 246, n. 1), em uma carta a Ecdício na qual Sidônio reclama de Seronato, responsável pela coleta de impostos – talvez vicário das Sete Províncias – que recebe a alcunha de "o próprio Catilina do nosso tempo (*Epist*. 2, 1, 1)"[250]. O bispo de Clermont pede para que seu cunhado retorne à cidade e livre os arvernos das iniquidades desse oficial romano que foi posteriormente acusado de conluio com os visigodos e de lhes entregar o domínio sobre mais províncias. A forma que esse pedido toma é reveladora da situação na qual se encontrava Clermont entre o governo imperial impotente e o avanço dos visigodos:

> Por isso, põe fim imediatamente à tua demora e corte o que quer que te detenha. A liberdade por um fio dos cidadãos angustiados está a tua espera. O que quer que se há de esperar, o que quer que há de se desesperar, nos agrada que ocorra contigo, sob a tua proteção. Se, tal é o rumor, a República não tem mais homens, não tem mais fortalezas e o imperador Antêmio não tem mais recursos, a nobreza decidiu sob teu comando renunciar ou à pátria ou aos cabelos (Sid. Apol. *Epist*. 2, 1, 4)[251]

Os resistentes desde o início já não podiam contar com o auxílio das forças imperiais na Itália, de modo que Sidônio prefere mesmo buscar a ajuda de seu cunhado, que havia conseguido certo sucesso como caudilho após a morte de seu pai, o pretendente ao trono imperial Avito. A renúncia à *patria* pode ser uma referência à morte que os nobres arvenos estavam dispostos a enfrentar para livrar a cidade da extorsão de Seronato e da ameaça visigótica, certamente um elogio de Sidônio às virtudes aristocráticas galorromanas. A perda dos cabelos, por sua vez, certamente é uma referência à vida eclesiástica que preconizava o uso de cabelos curtos e que muitos aristocratas estavam dispostos a adentrar diante do crescente risco. De qualquer maneira, vemos desde o começo do enfrentamento entre os arvenos e os visigodos de Eurico que Sidônio, já na posição de bispo de Clermont, se coloca na posição buscar auxílios outros para os sitiados que não aquele advindo do poder imperial na Itália e que,

[250] *Ipse Catilina saeculi nostri*

[251] *Proinde moras tuas citus explica et quicquid illud est, quod te retentat, incide. Te exspectat palpitantium civium extrema libertas. Quicquid sperandum, quicquid desperandum est, fieri te medio, te praesule placet. Si nullae a republica vires, nulla praesidia, si nullae, quantum rumor est, Anthemii principis opes, statuit te auctore nobilitas seu patriam dimittere seu capillos.*

diante de uma figura de liderança como Ecdício, muitos dos sitiados se colocavam à disposição para guerrear.

Em 471, encontramos ainda um ímpeto por parte do governo imperial romano na Itália de trazer alguma estabilidade para as Gálias quando um exército liderado pelo filho de Antêmio, Antemíolo, chegou à região (*Chron. Gall. 511*, a. 471). Sidônio (*Epist*. 3, 1, 4), apesar de animado com a possibilidade de uma negociação entre o Império na figura de Avito, o sobrinho de Epárquio Avito, e os godos, não expressa grandes esperanças de que, por causa disso, Eurico abandonaria seu objetivo de conquistar Auvergne. De fato, o rei visigodo atravessou o Ródano com suas tropas e massacrou as tropas de Antemíolo perto de Arles, de modo que ele e seus três generais pereceram em batalha. No ano seguinte, muito em decorrência dessa derrota, Ricimero, junto com o rei dos burgúndios Gundobado, assassinou seu padrasto, o imperador Antêmio, e causou uma reviravolta no poder imperial na Itália que impossibilitou outra operação como a de Antemíolo nas Gálias (Harries, 1994: 225). A partir desse momento, os arvenos se encontraram totalmente furtados da possibilidade de ajuda por parte do poder imperial na Itália.

É justamente a partir desse momento que podemos encontrar um esforço no sentido de autopreservação e auto-organização das comunidades galorromanas diante do avanço dos visigodos sobre Auvergne, baseando-se em uma espécie de experiência identitária local compartilhada. Os agradecimentos de Sidônio a Ecdício por ter ajudado na defesa da cidade mostram com muita clareza não apenas a forma que essa capacidade de autodefesa se construiu, como também revela como a mobilização da cidade na situação de cerco ocorreu independentemente da possibilidade de auxílio por parte do poder imperial na Itália:

> Os cidadãos jamais poderão apagar de seu peito a lembrança do grande homem que foste quando, do alto das muralhas meio destruídas na ocasião, uma multidão de todas as idades, sexo e classes observava que tu forçavas a passagem em meio a alguns milhares de godos, tendo percorrido o caminho que o separava dos inimigos somente com 18 cavaleiros que o acompanhavam (Sid. Apol. *Epist*. 3, 3, 3)[252]

Por certo, há no elogio de Sidônio um elemento de exagero quase panegírico. Entretanto, a presença de uma multidão nas muralhas da cidade em comemoração à chegada das tropas de Ecdício é verossímil, uma vez que o término do cerco significava também o fim da temporada de campanhas, o retorno dos víveres pra cidade e uma temporada de reconstrução dos danos da

[252] *Non enim potest umquam civicis pectoribus elabi, quem te quantumque nuper omnis aetas ordo sexus e semirutis murorum aggeribus conspicabantur, cum interiectis aequoribus in adversum perambulatis et vix duodeviginti equitum sodalitate comitatus aliquot milia Gothorum non minus die quam campo medio* (…) *transisti*.

guerra. Para o bispo de Clermont, era ainda um alívio que Ecdício tivesse tomado nas próprias mãos a responsabilidade que outrora era do exército romano:

> Calo-me sobre o fato de que, em seguida, tu reuniste com seus esforços privados uma espécie de exército público, recebendo não mais do que uma pequena ajuda de personagens externos, e que tu controlaste os ataques inimigos, metendo fim às suas devastações (Sid. Apol. *Epist*. 3, 3, 7)[253]

Esses personagens externos, a bem saber, são Ricimero e Antêmio. Dentro dos motivos para elogiar Ecdício, para além de sua popularidade junto a seus conterrâneos arvenos, Sidônio deixa claro que sua proatividade na constituição de uma força defensiva para Clermont ocorreu apesar da ausência e negligência do poder imperial. Sob o enaltecimento da figura do caudilho arveno jaz não apenas uma crítica ao abandono imperial, mas sobretudo a constatação e exaltação da capacidade dos provinciais de buscarem seus próprios interesses.

A razão dessa resistência, portanto, já não tinha relação com a esperança de que o Império viesse em algum momento ao resgate dos provinciais galorromanos. A carta do bispo a Grego de Marselha (Sid. Apol. *Epist*. 7, 7) composta logo após a concretização do tratado entre Julio Nepos e Eurico em 475 que entregou a região aos visigodos, está repleta de reprimendas sobre os termos da negociação que tocam especificamente nesse ponto. Sidônio, na qualidade de bispo, certamente tinha uma preocupação de ordem religiosa, que era barrar o avanço do arianismo visigótico sobre a Auvérnia. Como figura de liderança em Clermont, contudo, o bispo se mostrava interessado na autonomia de sua região, mais do que propriamente com o simples pertencimento da Auvérnia ao ordenamento imperial romano.

[253] *Taceo deinceps collegisse te privatis viribus publici exercitus speciem parvis extrinsecus maiorum opibus adiutum et infrenes hostium ante discursus castigatis cohercuisse populatibus.*

Capítulo VI

As relações entre os assentados godos e os provinciais no sul das Gálias (418–475)

O paradigma do bárbaro imigrante que, com seu estilo de vida absolutamente diferente, modifica as entranhas de uma sociedade romana provincial culturalmente homogênea, foi usado por muito tempo por comentadores modernos e mesmo figuras políticas como espelho de dinâmicas sociais de seu próprio tempo. Apesar de as relações entre os assentados bárbaros de modo geral e as populações romanas terem interessado aos eruditos do século XVI, no contexto das guerras religiosas europeias, o assunto só toma a grande proporção que teve no debate político e historiográfico em finais do século XVIII e início do século XIX, com o estabelecimento dos Estados-nacionais na qualidade de entidades políticas cuja legitimidade se pretendia derivar da presença de determinado "povo" em um dado território (Bloch, 1963: 92–100).

Em suas notas preliminares sobre a história alemã publicadas no periódico de atualidades e assuntos estrangeiros francês *Revue des deux Mondes* em 1885, o então professor na École Normale Superieure, Ernest Lavisse, buscava nas tribos germânicas e seu contato com os povos mediterrâneos as origens dos países e sociedades do norte da Europa. Seu grande apanhado das interações entre os povos do Norte e o Mediterrâneo começa com a invasão dos cimbros e teutões no século I a.C. e termina com a ascensão de Clóvis no início do século VI d.C. Dentro da baliza cronológica escolhida para compor esse breve ensaio histórico, em um contexto posterior à Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) que fez com que Lavisse se interessasse pelo surgimento de novos países, o assentamento visigótico no sul das Gálias, que ele considera ter ocorrido em 419, ocupa um lugar importante.

Para ele, a entrada dos godos no Império marca uma nova fase da história alemã, aquela de uma Germânia emigrada. Sua instalação na Aquitânia, a fim de proteger a região, é comparada a uma situação hipotética na qual tribos árabes ficam incumbidas de servir na defesa de uma França desabitada pela guerra sem nunca se integrar verdadeiramente ao país. Desse modo, as relações entre os assentados e as populações provinciais são compreendidas, sob a ótica do estado-nacional moderno, como aquelas entre uma nação menor, estrangeira e propensa à revolta, dentro de uma nação maior, porém enfraquecida, que foi feita refém por terras, víveres e pagamentos (Lavisse, 1885: 401–9).

Essa posição, contudo, não foi unívoca em sua época. Seis anos mais tarde, em uma obra póstuma completada por Camille Jullian, as teses diametralmente opostas de Fustel de Coulanges foram publicadas no segundo volume da coleção *Histoire des Institutions Politiques de l'Ancienne France*, intitulado *L'Invasion Germanique et la Fin de l'Empire*. Para o historiador, as invasões bárbaras não se apresentavam de maneira alguma como um combate entre dois "mundos organizados" romano e germânico, no qual sobressaiu o mais forte. Diferentemente do que apregoava o Pangermanismo, não havia nos antigos povos germânicos qualquer pretensão de unidade contra os romanos. Fustel de Coulanges afirmava que essa oposição de "raças" jamais existiu e que a ideia de antagonismos étnicos era uma invenção recente, jamais tendo encontrado lugar em meio às pessoas do período que se denominava Alta Idade Média (Bloch, 1963: 101).

Em um balanço historiográfico sobre o tema escrito ainda sob as tribulações da Segunda Guerra Mundial, Marc Bloch (1963: 93) se lamentava que a controvérsia sobre as invasões tivesse se infiltrado nas rivalidades nacionais pela primeira vez no século XIX, mas, infelizmente, não pela última. De fato, nem depois da derrocada de seus algozes pudemos ver o fim do abuso da ideia de que migrações bárbaras foram o elemento de desagregação e desestabilização social que levou ao fim o Império Romano e que, igualmente, as migrações modernas colocam em risco os países. Crises migratórias recentes novamente trouxeram aos holofotes da opinião pública e do debate historiográfico a questão da presença de populações bárbaras em território romano e suas relações com as populações provinciais. Alguns historiadores, como Guy Halsall (2019), manifestaram sérias preocupações, por exemplo, com estudos que envolvem análises de DNA histórico para tentar conectar regiões modernas a identidades étnicas específicas atestadas na documentação escrita, sugerindo continuidades étnico-geográficas e genéticas que podem ser usadas em discursos racistas e xenófobos.

Este capítulo tem por objetivo explorar as relações entre as populações bárbaras assentadas e os provinciais romanos no contexto da instalação dos godos no sul das Gálias. Primeiramente, buscaremos compreender as motivações do poder imperial para a realização dessa operação nessa região específica e, a partir daí, como a instalação dos godos ocorreu no tocante à distribuição de terras ou impostos sobre as propriedades galorromanas. Uma vez que tenhamos estabelecido quem foram os assentados, o porquê de terem sido assentados e como foram assentados, investigaremos como as relações entre eles e os provinciais galorromanos surgem na documentação escrita e na cultura material de modo a descobrirmos se, de alguma forma, essas diferenciações sobre as quais operava a retórica imperial eram decisivas.

6.1 Por que os godos e por que o sul das Gálias? Os motivos para o assentamento de 418

Sem dúvidas, o maior problema quando nos propomos a investigar os vários aspectos da instalação dos godos no sul das Gálias em 418 (Mathisen, 2018a *contra* Schwarcz, 2017: 15–8) é a brevidade com que a documentação contemporânea trata o evento, que aparece apenas em quatro passagens de autores diferentes. A primeira ocorre na *História Eclesiástica*, de Filostórgio:

> A partir de então, os bárbaros fizeram um pacto com Honório e devolveram ao imperador sua irmã e o usurpador (Prisco) Átalo, tendo depois recebido grãos e terra para cultivo na Gália. (Philost. *HE*. 12, 4)[254]

A segunda aparece nas *Crônicas*, de Próspero da Aquitânia: "Constâncio firmou a paz com Vália e deu-lhe para habitar a Aquitânia II e algumas cidades das províncias vizinhas" (Prosp. Aquit. *Chron*. 1271)[255]. A terceira, na *Crônica*, de Idácio de Chaves:

> Os godos, uma vez interrompida a campanha que faziam por Constâncio, foram chamados às Gálias e receberam assentamentos na Aquitânia de Toulouse até o oceano. (Hyd. *Chron*. 61)[256]

Por fim, a *Crônica Gala* de 452 menciona apenas que "A Aquitânia foi entregue aos godos" (*Chron. Gall. 452*, 73)[257].

Por certo, podemos concluir a partir desse conjunto de trechos que o assentamento dos godos não foi, ao menos no início, um ato de conquista ou uma imposição de Vália ao Império, mas tão somente uma decisão do próprio poder imperial romano (Thompson, 1982a: 25). Como vimos no quarto capítulo, em nenhum momento o poder imperial vislumbrou a fundação de um Reino Visigótico de Toulouse independente dentro de seu território, de modo que a percepção de sua existência por parte de diferentes indivíduos dentro e fora das Gálias e em diferentes épocas dependeu de suas experiências particulares com as relações entre os godos e o Império que se desenvolveram posteriormente. Não se pode afirmar, portanto, que o reestabelecimento do Concílio das Gálias em 418 foi uma resposta à fundação de um reino independente nas cercanias de Toulouse em uma época na qual o prestígio romano estava abalado nessas regiões (Matthews, 1975: 336).

---

[254] ἐκ τούτου τὸ βάρβαρον πρὸς Ὀνώριον σπένδεται· καὶ τήν οἰκειαν ἀδελφὴν καὶ τὸν Ἄτταλον τῷ βασιλεῖ παρατίθενται αὐτοί, σιτήσεσί τε δεξιωθέντες, καὶ μοῖράν τινα τῆς τῶν Γαλατῶν χώρας εἰς γεωργίαν ἀποκληρωσάμενοι.

[255] *Constantius pacem firmat cum Vallia data eidem ad habitandum secunda Aquitanica et quibusdam ciuitatibus confinium prouinciarum*.

[256] *Gothi intermisso certamine quod agebant per Constantium ad Gallias reuocati sedes in Aquitanica a Tolosa usque ad Oceanum acceperunt*.

[257] *Aquitania Gothis tradita*.

Contudo, as certezas não podem ir muito além disso. As curtas entradas que encontramos em Próspero da Aquitânia, Idácio, Filostórgio e na Crônica de 452 não nos permitem saber por quais motivos ou mesmo de que forma especificamente o assentamento aconteceu. Filostórgio, que teria escrito nos primeiros anos de 430 (Nobbs, 1994), é nossa fonte cronologicamente mais próxima do acontecimento e sequer menciona o patrício Constâncio. Ao contrário dos outros testemunhos, no entanto, ele é o único que menciona a concessão de terras aos godos para cultivo em troca do retorno de Gala Placídia e Prisco Átalo. Próspero e Idácio, por sua vez, relacionam o assentamento, referido através de expressões vagas (*data eidem ad habitandum*; *sedes acceperunt*), tão somente à conclusão das campanhas nas Hispânias e colocam como personagem principal desse processo Constâncio, não Honório.

Tudo isso levou ao desenvolvimento de teorias sobre os motivos e cláusulas do assentamento que se fundam em dados circunstanciais ou derivam de documentos muito posteriores, como veremos. Em razão dessas dificuldades, alguns estudiosos, como Peter Heather (1998: 515, n. 48) chegaram mesmo a questionar a validade de se investigar os motivos de o poder imperial ter escolhido a Aquitânia II e regiões adjacentes como lugar para o assentamento dos godos comandados por Vália, vitoriosos contra o até então imbatível exército vândalo. Afinal, os godos erravam pelo império ao menos desde 395 e deviam ser colocados em algum lugar e a Aquitânia, sem acesso ao Mediterrâneo e longe de ficar no meio do caminho das vias de comunicação entre o poder imperial na Itália e os territórios ibéricos que ainda permaneciam sob o controle do Império, parecia um bom lugar. Porém, a escolha da região e da forma do assentamento deve ter cumprido algum propósito, uma vez que seria igualmente simples estabelecer os godos na Hispânia de modo a criar em meio aos suevos e vândalos uma região sob o controle de um grupo bárbaro aliado ao Império. Assim sendo, para que possamos compreender quem foram os assentados e como eles se relacionaram com os provinciais galorromanos, faz-se necessário explorar os detalhes em torno dos motivos para o poder imperial instalar os godos na Aquitânia.

Naturalmente, a situação militar do início do século V foi a que mais atraiu a atenção dos estudiosos. A defesa das Gálias havia sido substancialmente comprometida desde a travessia do Reno por parte dos vândalos, alanos e suevos em 406/7. Tanto os letas francos estabelecidos na Toxandria quanto as forças de reserva das Gálias e auxiliares haviam sofrido grandes perdas no período de dois anos em que esses povos percorreram essas províncias até atravessarem para a Hispânia (Burns, T. S. 1994: 263). Logo, a explicação que se consolidou na historiografia, que abordaremos abaixo, foi a de que os godos foram instalados na Aquitânia

II para combater uma ameaça externa iminente. Dado o desenho da área do assentamento original (fig. 12), uma faixa de ocupação com apenas uma saída para o Atlântico, admitiu-se que a operação visava conter os desembarques dos piratas saxões, cujas incursões se aproveitavam do enfraquecimento das forças navais romanas e seu movimento em direção ao sudoeste (Lot, 1967: 355).

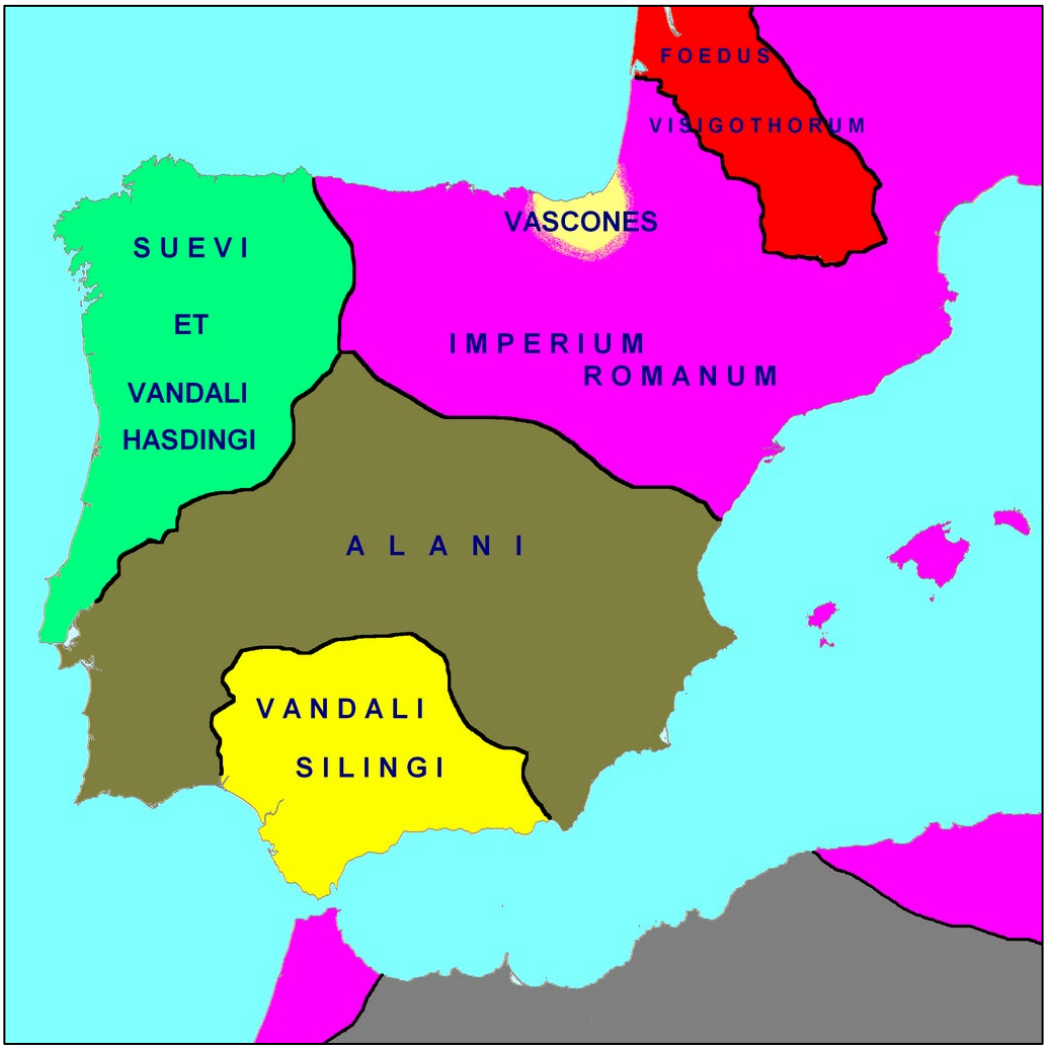


Figura 12: mapa mostrando o assentamento gótico em 418 em relação aos territórios de outros domínios bárbaros e romanos na Hispânia. Imagem de autoria desconhecida em domínio público na wikimedia commons.

Edward A. Thompson (1982a), com sua aguda visão marxista, voltou sua atenção para os eventos que ocorriam internamente e encontrou esses inimigos na massa camponesa revoltosa que havia tomado o controle da região da Armórica em 409 e foi contida somente em 417, chamada na documentação do século V pelo mesmo nome dos camponeses revoltosos de finais do século III: bagaudas. No ano seguinte, os visigodos teriam sido assentados na Aquitânia justamente para proteger a província e as terras de sua aristocracia dessa insurgência e "revolução" dos camponeses galorromanos que aproveitaram da fraqueza da presença imperial na região para se levantar contra seus opressores, os grandes proprietários de terras

(*contra* Drinkwater, 1984). Para essa classe que encontrava sua hegemonia ameaçada, valeria a pena renunciar a dois terços de suas propriedades[258] e abrigar os godos a fim de manter o status quo social na província. Segundo o historiador, portanto, em um contexto de conflito aberto entre classes sociais, a instalação dos godos no sul das Gálias compunha a estratégia de uma classe dominante que havia decidido que era melhor entregar parte de sua riqueza aos bárbaros a perder sua posição de dominância na sociedade galorromana.

A chamada Teoria Armoricana de Thompson não tardou a encontrar opositores. De fato, como notou John Wallace-Hadrill (1962: 26–9), se o propósito do assentamento dos godos nessa região era o de proteger as propriedades aristocráticas dos ataques dos bagaudas, era estranho que o setor onde a operação teve lugar estivesse tão afastado da própria Armórica. Por consequência, uma vez que não há qualquer registro de embate entre os godos e os bagaudas, o propósito de defender as propriedades aristocráticas da própria Aquitânia do avanço dos revoltosos se mantém no campo das suposições. Wallace-Hadrill (1962: 26–9) chama a atenção novamente para o formato do assentamento e retoma a antiga ideia de combate a uma ameaça bárbara. Nessa posição estratégica, os godos serviriam para impedir tanto qualquer movimento em direção ao norte por parte dos povos bárbaros estabelecidos na Hispânia quanto possíveis deslocamentos de piratas saxões e francos pela costa e para o interior do território romano através do Garona. Para isso, o historiador faz um paralelo com o assentamento dos burgúndios na Savoia em 443. Apesar de aparentar não ter sido uma resposta a qualquer ameaça imediata, tão logo os alanos passaram a ocupar a região da Alsácia em 455, uma expansão do território sob domínio burgúndio foi acertada pelas figuras aristocráticas de Lyon. Da mesma forma, a ameaça da pirataria saxônica se mostrou concretizada anos depois, quando encontramos Sidônio Apolinário (*Epist*. 8, 6) pedindo ao seu amigo Namácio cuidado ao patrulhar a costa atlântica contra os barcos recurvados dos "arquipiratas" saxões em 469 ou 470 (Loyen, 2003b: 216, n. 6).

Em uma réplica bastante assertiva, Thompson (1982b) concordou que sua Teoria Armoricana é apenas uma dentre várias possibilidades, uma vez que abundavam os inimigos da ordem imperial romana em várias regiões ao redor da Aquitânia. Tudo é, de fato, muito conjectural, mas para ele apenas a Teoria Armoricana lidava plenamente com todos os fatos conhecidos. Thompson afirmou que a aristocracia galorromana apenas abdicaria de uma porção

[258] Vale lembrar que as teorias de Walter Goffart (1980: 3–39) e Jean Durliat (1988) de que a *hospitalitas* era na verdade a entrega de dois terços do imposto sobre a terra diretamente para os godos, ao invés da renúncia de dois terços da terra propriamente dita, ainda não haviam sido publicadas quando Edward Thompson escreveu seu artigo nem sua réplica a John Wallace-Hadrill. Ele tinha em mente, portanto, as ideias originalmente expostas por Theodor Gaupp (1844) e Ferdinand Lot (1928), que abordaremos em detalhe mais adiante.

considerável de seus domínios, em uma medida desesperada, se a alternativa vislumbrada fosse perdê-los por completo em um curto intervalo de tempo e não por conta de uma possível ameaça que só se tornaria concreta 50 anos depois. Diante disso, Thompson conclui que as perguntas essenciais que se colocam face a essa operação: por que a Aquitânia e não a fronteira do Reno? Por que uma forma de assentamento que condicionaria a defesa dos interesses dos godos à defesa de seus anfitriões aristocratas? Como explicar a total complacência dos grandes proprietários galorromanos? Só podem ser respondidas em sua totalidade por sua Teoria Armoricana. A argumentação incisiva de Thompson fez com que suas ideias ganhassem notoriedade e certa aceitação, tanto que nos anos que se seguiram elas passaram a compor as grandes sínteses de Paul King (1972: 1) e Herwig Wolfram (1990: 188–9) sobre a história, sociedade e instituições políticas dos godos.

Ainda debruçando-se sobre esse debate, Bernard Bachrach (1969) expressou certa dúvida com relação à Teoria Armoricana de Thompson, uma vez que o comandante – talvez vicário das Gálias – Exuperâncio já havia obtido sucesso em reprimir a revolta dos bagaudas em 417. Igualmente, o estudioso critica Wallace-Hadrill por ter retornado à antiga ideia de uma ameaça externa sem apresentar qualquer outra alternativa à Teoria Armoricana, quando havia tantos outros elementos hostis ao Império dentro mesmo dos territórios ocidentais. Para desenvolver sua própria ideia dos motivos que teriam levado o poder imperial a estabelecer os godos na Aquitânia, Bachrach rememora o cerco a Bazas e a ruptura da aliança alano-gótica, que já abordamos em certa medida no capítulo anterior. Baseando-se no relato de Paulino de Pela (*Euch*. 395–8) e nos topônimos do sul das Gálias que evocam o nome dos alanos, o historiador apresenta a ideia de que o acordo de paz costurado com Paulino envolveu a concessão de terras para o assentamento dos alanos a fim de que eles estivessem posicionados de modo a evitar o retorno dos godos da Hispânia para as Gálias. Para ele, isso indica que o poder imperial estava menos preocupado com os bagaudas do que pensava Thompson, mas que uma estratégia real de defesa dos interesses romanos envolvia a manutenção do balanço entre as forças bárbaras dentro do Império.

Depois do fracasso do cerco a Bazas, Constâncio obteve sucesso em impor um embargo aos godos no sul das Gálias, de modo a forçá-los a atravessar os Pirineus para a Hispânia, onde sofreram com um embargo novamente em Barcelona. Forçados a ir para o sul, em uma tentativa de cruzar para a África, eles foram novamente bloqueados pelas forças navais romanas no estreito de Gibraltar. A partir daí, os godos, já sob o comando de Ataulfo, entraram em um acordo com o generalíssimo para subjugar os vândalos, obtendo sucesso nessa campanha

militar. Bachrach considera a possibilidade de que o poder imperial tinha pleno conhecimento de que um exército gótico vitorioso e bem guarnecido acabaria por aniquilar a presença vândala na província e se tornaria a força preponderante na região.

O enfraquecimento das forças bárbaras, mas não sua destruição completa, para que elas pudessem ser subsequentemente utilizadas pelo interesse romano, já havia se tornado uma política imperial comum desde as tratativas entre o Império e os godos em 395 e 401 e continuou a sê-lo no caso dos burgúndios em 436 e dos hunos após a batalha dos Campos Cataláunicos de 451. A partir disso, Bachrach conclui que a ideia por trás do assentamento dos godos no sul das Gálias era justamente o de manipular o balanço de poder entre os bárbaros de modo a preservar os interesses imperiais nessas regiões. Afinal, um exército vândalo enfraquecido ainda poderia ser útil ao Império Romano e os godos colocados em xeque pelos alanos na Aquitânia II poderiam ser usados para a defesa das Gálias, como o foram em 451. A instalação dos godos em 418 seria, portanto, o evento mais representativo de uma dinâmica na qual os assentamentos na região das Gálias eram feitos *ad hoc*, para que o poder imperial conseguisse utilizá-los no controle uns dos outros.

A ideia de que a modulação dos poderes bárbaros estabelecidos na Hispânia constituía o motivo para o estabelecimento dos godos no sul das Gálias certamente explicaria a rapidez com a qual Idácio (*Chron*. 61) dá a entender que as campanhas dos godos em nome do Império na Hispânia foram interrompidas e a operação de assentamento foi levada a cabo. Mas, em uma interpretação diametralmente oposta, essa pressa também pode ser entendida como um receio da corte imperial de Ravena de que, uma vez vitoriosos na Hispânia, os godos pudessem usar sua posição privilegiada para negociar uma aliança com os próprios vândalos que eles foram incumbidos de combater, ou mesmo com os suevos e alanos, contra os interesses romanos (Scharf, 1992). Thompson (1982b: 254–5) reconhece que a manutenção do equilíbrio entre as forças bárbaras explicaria o momento em que os godos foram retirados da Hispânia, mas não dá conta da forma de assentamento no sul das Gálias.

Voltando ainda sua atenção para eventos fora das Gálias, Hagith Sivan (1987: 771) argumenta que a presença dos vândalos, suevos e alanos na Hispânia de certa forma transformou a Aquitânia em uma zona fronteiriça, o que justificaria a instalação dos godos nos mesmos termos da concessão de terras aos veteranos e não com base no direito da *hospitalitas*. Isso explicaria também a forma de tampão que assumiu a região do assentamento. Thomas Burns (1992: 57–62), apesar de ter certas reservas com relação à sugestão de Sivan de que os godos foram assentados na condição de veteranos, reconhece que a maior necessidade do

Império nesse momento e nessa região era a de estacionar tropas do modo que apresentasse o melhor custo-benefício para proteger o norte da Itália de um possível avanço dos vândalos em direção ao leste. Segundo ele, o cenário da Hispânia nessa época fazia com que a região do sul das Gálias se assemelhasse a uma zona fronteiriça de tal forma que o poder imperial buscou assentar os godos nela segundo os mesmos processos de assentamento dos letas e *gentiles* no antigo *limes* reno-danubiano.

Sob o prisma da situação política e social do Império no início do século V e levando em conta os últimos desenvolvimentos da historiografia acerca dos processos de instalação de populações bárbaras no Império do final dos anos 1980, Vincent Burns (1992) reavaliou os estudos anteriores sobre o tema e levantou ainda outros possíveis motivos para o assentamento dos godos e para a escolha dos territórios da Aquitânia II, Novempopulana e Narbonense I. Para ele, apesar da elegância da tese de Thompson, a ideia de que a *hospitalitas* pela qual os vários grupos bárbaros foram assentados no Império poderia ser um pagamento de dois terços do imposto sobre a terra minou um dos principais elementos da Tese Armoricana: a voluntariedade e ausência de resistência dos aristocratas galorromanos para entregar parte substancial de suas propriedades. Da mesma forma, Burns questiona: qual grupo bárbaro os godos deveriam colocar em xeque, uma vez que não havia nenhum assentado na Aquitânia?

Para o historiador, a explicação deve envolver nada além dos próprios godos e os esforços para o reestabelecimento do poder imperial nas Gálias após as usurpações de Constantino III e Jovino. Para garantir a lealdade da aristocracia provincial ao ordenamento imperial romano sob sua direção, Constâncio teria reestabelecido o Concílio das Sete Províncias em 418 e estabelecido os godos nas Gálias no mesmo ano. Tendo em vista que o exército a disposição do generalíssimo estava reduzido e empregado na defesa do norte da Itália, sendo impossível guarnecer as Gálias e manter seus interesses na região contra futuros usurpadores, entregar a tarefa nas mãos de um grupo bárbaro aliado seria uma boa solução.

A região escolhida para a instalação dos godos, por sua vez, devia ter relação com o acesso dos godos ao Mediterrâneo. O estudioso ressalta que, desde as invasões pelo Mar Negro e pelo Egeu no século III, os godos demonstraram grande capacidade de desenvolver atividades marítimas. Mesmo no século V, o próprio Rutílio Namaciano (1, 333–4) não deixou de notar o quão destrutiva podia ser uma campanha naval de cavaleiros godos. De fato, em 410, os godos tentaram sair da Itália pelo mar ao sul da península, em Régio da Calábria (Olymp. *fr*. 16 (Blockley); Jord. *Get*. 157 e Oros. 7, 43). Em 416, Vália tentou levar seus seguidores para a África através do Estreito de Gibraltar e só foi impedido por uma tempestade (Jord. *Get*. 173).

O receio do poder imperial com as atividades navais góticas, portanto, justificaria assentá-los recuados junto ao Atlântico e isolados das prósperas cidades portuárias que davam acesso ao mar Mediterrâneo. Isso se confirmaria por uma disposição imperial de Honório e Teodósio II (*Cod. Theod*. 9, 40, 24) datada de 419 e endereçada a Monáxio, então prefeito pretoriano do oriente, que concedia o perdão a alguns homens que haviam ensinado o ofício da construção naval aos bárbaros. Porém, apesar de o pedido do bispo de Quersoneso ter sido atendido nessa ocasião, a lei determinava punição capital para quem instruísse bárbaros a construir navios.

De fato, como notou Michael Kulikowski (2017), nenhuma dessas hipóteses é intrinsecamente implausível ou definitivamente demonstrável. Mas todas elas, de certo modo, partem do pressuposto de que a partir de categorias homogêneas, fixas e autoevidentes de "romanos" e "godos" ou "bárbaros" emanam interesses coletivos unânimes próprios a cada uma delas. Assim, partindo do próprio contexto das tribulações do século V, buscou-se alguma crise específica que se abateu sobre o Império e para a qual os visigodos poderiam ter sido originalmente pensados como solução. Em verdade, a própria documentação posterior sobre o assentamento contribuiu para isso, uma vez que descreveram a operação pelo viés do próprio contexto de seus autores e de suas inclinações. Ao afirmar que a Aquitânia foi entregue aos godos na ocasião do assentamento, o autor da *Crônica de 452* parte de um cenário no qual as cidades costeiras do Mediterrâneo, como a sua Marselha, estavam ameaçadas pelo recém aclamado rei Torismundo, que tentaria reforçar sua posição como o fizeram aqueles que o antecederam ao menos desde o primeiro cerco a Arles em 425. Assim, Kulikowski alerta que não se pode assumir que qualquer coisa que tenha acontecido após o assentamento ocorreria necessariamente, ou mesmo que essas consequências foram vaticinadas pelos idealizadores da operação.

Isto posto, o assentamento dos godos no sul das Gálias em 418 deve ser visto tão somente como uma resposta de seus contemporâneos, quaisquer que tenham sido seus interesses, a eventos do passado recente. Sem admitir uma coesão completa, resultante de uma identidade étnica fixa, entre os grupos que poderiam ter algum interesse no assentamento gótico de 418, Kulikowski distingue os seguidores vândalos de Gunderico e os suevos na Galícia, os seguidores góticos de Vália, os provinciais galorromanos – especialmente aqueles com certo poder e influência – e o próprio poder imperial na Itália. Ou seja, mesmo que um interesse que ele caracteriza como "monolítico" não possa ser encontrado, seria ao menos proveitoso compreender o assentamento de 418 em seus próprios termos e à luz das políticas de instalação

de grupos bárbaros no Império de seu tempo, mais do que vê-lo como o germe de tudo o que viria a acontecer nas províncias ocidentais no decorrer do século.

Os grupos que haviam se estabelecido na Galícia certamente tinham interesse na retirada dos godos de Vália. Anos antes, sob as ordens do Império, eles haviam destruído seus antigos aliados alanos e vândalos silingos, o que os teria tornado uma ameaça, tendo em vista que a presença dos vândalos asdingos sob o comando de Gunderico e os suevos nessa região, apesar de pacífica, não era – e certamente nunca foi – regulamentada pelo poder imperial. Contudo, o próprio estatuto "irregular" desses grupos diante da administração romana constituiria um obstáculo para que suas vozes pudessem ser ouvidas. Assim, é difícil concebermos que os godos tivessem sido retirados da Hispânia em 418 em resposta a alguma petição ou requerimento formal de Gunderico ou dos suevos ao Império.

Da mesma forma, os godos sob o comando de Vália na Hispânia não são os mesmos godos sob o comando de Eurico nas Gálias meio século depois, buscando tornar-se um reino independente e a força preponderante nas regiões ocidentais de um Império Romano enfraquecido. Não há qualquer evidência, ressalta Kulikowski, das demandas dos godos na época do assentamento e qualquer argumento de que eles conseguiram o que desejavam seria circular. Tampouco podemos compará-los aos godos de Alarico e Ataulfo, que estiveram em uma posição privilegiada para negociar com o poder imperial, supondo que suas exigências eram as mesmas. Apesar de terem conseguido vencer os vândalos e alanos, ao menos desde a Batalha de Polência de 402 os godos não obtiveram uma grande vitória sobre as forças do Império, tendo obtido sucesso em ocasiões nas quais o exército romano não era seu oponente, como no Saque de Roma de 410 e as operações de rapinagem que culminaram no saque de Bordeaux e o cerco a Bazas de 414. A partir de então, por mais de dois anos os godos foram debilitados pelos sucessivos bloqueios, como vimos.

Além disso, se depois do assentamento Teodorico conseguiu estabelecer um princípio dinástico no seio da aristocracia visigótica, esse definitivamente não era o caso na época de Vália. Ele assumiu a liderança dos godos após o assassinato de seu predecessor Sigerico, quem, por sua vez, havia se tornado rei após o assassinato de Ataulfo em Barcelona nas mãos de um servo de seu pai Saro, nobre gótico da linhagem dos Amales que havia sido assassinado por Ataulfo anteriormente (Wolfram, 1990: 178–85). O próprio Vália teve de se livrar de importantes rivais para ser eleito, mas mesmo depois de consolidar sua posição, um grupo gótico decidiu abandoná-lo na Hispânia e atravessar para a Mauretania Tingitana a partir de Gades (Oros. 7, 43, 11–12). Vale lembrar também que ele mesmo não foi sucedido por um

membro da própria família, o que aponta para uma crise política que só seria solucionada com a ascensão de Teoderico. Portanto, em contraste com a força que os godos haviam de se tornar no decorrer do século V, às vésperas do assentamento de 418 eles eram um grupo enfraquecido, pouco coeso e castigado pelas dissenções no interior de sua classe dirigente, buscando de todas as maneiras atravessar para a África, o celeiro do Império. Quaisquer que fossem os objetivos de Vália e seus seguidores, portanto, eles definitivamente não estavam em posição de fazer grandes exigências ao poder imperial.

A aristocracia galorromana, possivelmente o grupo mais interessado nessa operação, quer os godos tenham recebido uma parte de suas terras, quer tenham recebido uma fração dos impostos fundiários, quer tenham recebido o direito de serem pagos pelos *curiales*, curiosamente não parece ter tido um papel muito decisivo na operação, nota Kulikowski. Certamente, também não se pode assumir que um grupo tão diverso tivesse apenas um interesse monolítico no tocante ao assentamento. Mas, apesar de termos visto no capítulo anterior que desde o final do século IV houve um crescimento do regionalismo galorromano, não parece que em meio à poderosa aristocracia senatorial esse sentimento tivesse se convertido em um interesse político compartilhado por toda essa classe de uma mesma maneira (Matthews, 1975: 284–306). Interesses familiares e individuais certamente predominavam sobre qualquer solidariedade local ou provincial. Diante disso, Kulikowski argumenta que, ainda que um grande interesse provincial galorromano existisse, até o reestabelecimento do Concílio das Sete Províncias em 418, não havia maneira sistemática de organizar as forças políticas galorromanas nesse sentido e fazer com que esse interesse fosse ouvido.

O último grupo identificado por Kulikowsi, a própria administração imperial, é o único para cujos interesses podemos ter evidências concretas. De fato, não há qualquer declaração oficial do Império Romano com relação aos objetivos a serem alcançados pelo assentamento de 418. Porém, dos grupos de interesse apresentados, o governo imperial era o único que se constituía nessa época como uma estrutura administrativa. Por definição, esse corpo burocrático era designado para funcionar dentro de um quadro de continuidade, independente do imperador e das forças que agiam por trás dele. Dessa forma, ressalta o historiador, os indivíduos que ocupavam um lugar nessa máquina administrativa tendiam a agir diante de determinadas situações buscando precedentes. O motivo do poder imperial para o estabelecimento dos godos na Aquitânia devia ter alguma relação, portanto, com algo que preocupava os administradores naquele momento.

Kulikowski identifica essa ameaça nas constantes usurpações que haviam acontecido na última década do século IV e no início do século V. De fato, como já mencionamos, a repressão de um usurpador sempre tomava a prioridade sobre as operações contra os bárbaros. Afinal, como nota o historiador, a aclamação imperial de um indivíduo que não era reconhecido pelo imperador reinante era uma ameaça a sua autoridade muito maior do que qualquer invasão, ainda que conseguisse furtá-lo momentaneamente do controle sobre alguma região do Império. Diante de uma usurpação, todas as forças imperiais disponíveis eram mobilizadas para contê-la, de tal forma que os maiores conflitos desse período envolviam os exércitos do imperador legítimo e as tropas do usurpador (Omissi, 2018: 71–2).

Ora, desde meados do século IV, quase toda usurpação ocorreu nas Gálias ou teve nela seu centro de atuação. Magnêncio em Autun em 351 e Juliano dez anos depois em Paris desencadearam uma guerra civil entre os exércitos da parte ocidental e oriental do Império. A empreitada de Magno Máximo (r. 383–8) começou na Britânia, mas ele logo se estabeleceu em Tréveris após vencer Graciano em Paris. A usurpação de Arbogasto e Eugênio (r. 392–4) em Lyons, como vimos, buscou ainda consolidar sua legitimidade nas Gálias antes que os dois partissem em campanha contra Teodósio. Mesmo depois da transferência da capital da prefeitura pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles em 395, Constantino III (r. 407–11) foi aclamado augusto na Britânia e cruzou para o continente afim de estabelecer seu domínio na nova capital e Jovino (r. 411–3), tentando trazer de volta o centro de poder das regiões ocidentais para perto da fronteira do Reno, foi aclamado imperador em Mainz. Todas essas experiências haviam ocorrido senão com a participação ativa da aristocracia galorromana ao menos com sua complacência. Assim, mesmo que não se possa postular uma hostilidade natural dos galorromanos ao poder imperial, havia motivos em 418 para que as figuras proeminentes da administração romana considerassem as Gálias como uma região propensa a apoiar usurpadores, principalmente depois da transferência da capital da prefeitura pretoriana.

Para Kulikowski, é nesse contexto de esforço da manutenção das lealdades provinciais ao ordenamento imperial romano que devem ser entendidos tanto o estabelecimento do Concílio das Sete Províncias quanto o assentamento dos godos no sul das Gálias. Em 418, ainda na qualidade de patrício, Constâncio parece ter utilizado nas Gálias uma política de "morde e assopra" para reafirmar a autoridade imperial na região. O Concílio foi reestabelecido em Arles explicitamente para fazer com que as vozes dos proprietários de terras galorromanos (*possessores*) fossem ouvidas dentro de um sistema integrado à administração imperial, de modo a evitar que os interesses desses indivíduos desembocassem em eventuais apoios a

usurpadores. Por outro lado, a instalação dos godos deve ser compreendida como o elemento do medo nesse cálculo político. Caso houvesse novamente uma usurpação nas Gálias, o poder imperial poderia mobilizar os godos contra os insurgentes da mesma forma que o fez contra Jovino anos antes. Isso explicaria mesmo a localização do assentamento principalmente na Aquitânia II. Qualquer usurpação que se fortalecesse nas Gálias estaria flanqueada tanto pela região de Arles, facilmente acessível ao exército do norte da Itália, quanto pelos godos.

Se, de fato, aqueles que Kulikowski chama de "modelos de crise" constituem explicações insuficientes para o assentamento dos godos de 418, a ideia de que a presença deles nas Gálias teria como objetivo desencorajar e reprimir usurpações na região, por sua vez, não deixa de ter seus problemas. Não mais do que dez anos antes, quando os godos ainda estavam na Itália, Alarico impôs sobre uma Roma sitiada um imperador, Prisco Átalo, figura de liderança no senado romano que detinha à época o cargo de prefeito de Roma. Quando Átalo falhou em assegurar para o novo regime a província da África, o próprio Alarico o depôs em 410 (Mitchell, 2015: 100). No ano seguinte, Átalo convenceu Ataulfo a apoiar a usurpação de Jovino, que já contava com o amparo dos burgúndios, alanos, francos e alamanos. Mas o assassinato de Saro, que havia desertado Honório e também apoiava Jovino, complicou as relações entre Ataulfo e o usurpador.

O rei gótico parecia determinado a ser a força por trás do Império, mas o projeto de poder de Jovino começou a degringolar quando os burgúndios chegaram a um acordo com Honório. Ataulfo se voltou contra Jovino quando, durante a expansão de seu domínio para o sudoeste das Gálias, o usurpador nomeou seu irmão Sebastiano como coimperador contra a vontade do chefe gótico. Isso, porém, não significou o fim das ambições de Ataulfo nem marcou o início de uma nova cooperação entre os godos e o poder imperial. O casamento entre Ataulfo e Gala Placídia, irmã de Honório, em Narbona em 414, mostra que as pretensões imperiais do rei gótico ainda não tinham cessado. O evento levou o patrício Constâncio a dirigir um bloqueio naval contra Narbona pessoalmente, a partir de Arles. Pressionado pela privação, Ataulfo respondeu elevando novamente Prisco Átalo ao augustato. O regime de Átalo entrou em colapso graças ao bloqueio e ele foi capturado pelas tropas romanas quando os godos partiram em direção à Hispânia (Blockley, 1998: 130–1).

Portanto, em um passado recente, imediatamente anterior a 418, os interesses dos reis góticos estiveram por trás de usurpações nas regiões ocidentais ao menos em três ocasiões. Posteriormente, sob Teodorico II, os godos ainda apoiariam as pretensões imperiais de Epárquio Avito, também amparado pela aristocracia galorromana. Por mais que o acordo costurado entre

416 e 418 tenha envolvido o retorno de Gala Placídia à corte imperial, explicar o assentamento de 418 com base na necessidade de defesa contra os usurpadores nas Gálias envolveria pressupor que as autoridades imperiais responsáveis pela operação decidiram subitamente confiar essa tarefa aos godos, mesmo que os acontecimentos recentes tivessem apontado para o contrário. Nada garantia ao poder imperial que, uma vez assentados, os godos não se aliariam novamente à aristocracia galorromana e tentariam fazer com que um imperador títere fosse aclamado.

Algo nos salta aos olhos, no entanto, ao retornarmos à documentação contemporânea relativa ao assentamento. Os autores baseados na parte ocidental do Império, Próspero e Idácio, não utilizaram uma construção impessoal, na voz passiva, nem afirmaram que Honório foi o idealizador da operação. Pelo contrário, eles mencionam explicitamente o patrício Constâncio, futuro imperador Constâncio III, como único responsável por uma operação de assentamento que ocorreu quando Honório ainda era imperador. Isso indica que, para além do interesse do poder imperial como um todo, talvez devêssemos buscar as razões para o assentamento dos godos no sul das Gálias nas próprias ambições de Constâncio, uma figura da administração imperial que se encontrava em plena ascensão na época em que o assentamento de 418 foi concretizado.

Pouco se sabe sobre Constâncio antes dos eventos de 411 para além do fato de que ele nasceu em Naisso, mesma cidade de Constantino, e que serviu no exército sob Teodósio. Em 409 ou 410, Constâncio surge como um dos principais executores dos responsáveis pelo assassinato de Estilicão. Sua atuação nessa ocasião deve ter lhe rendido o título de *comes* e o cargo de mestre dos dois exércitos que encontramo-lo ocupando na campanha contra Constantino III em Arles em 411. Seu prestígio deve ter aumentado depois que ele, juntamente com Ulfila, comandante da cavalaria, fez com que Gerôncio retrocedesse e capturou Arles, executando Constantino III e colocando fim a uma usurpação que durara quatro anos. Em 414, Constâncio recebeu o consulado e no ano seguinte o honorífico título de patrício[259] (McEvoy, 2013: 197–204).

Depois do fim da usurpação de Jovino em 413, Honório e Constâncio finalmente puderam voltar seus esforços para o retorno de Gala Placídia, que desde o Saque de Roma de 410 se encontrava sob o poder dos godos. O resgate provavelmente envolveu a distribuição de

[259] No período republicano e no início do período imperial, o título de patrício era hereditário e conferido somente para membros das famílias aristocráticas mais antigas. Constantino recuperou o título e utilizou-o para designações pessoais mais do que hereditárias. Durante a antiguidade tardia, especialmente nas regiões ocidentais, o título foi utilizado com essa conotação e conferido somente para aqueles que já haviam ocupado o cargo de cônsul (Barnwell, 1992: 44–7).

víveres aos godos, especialmente grãos, mas a revolta de Heracliano na África e sua tentativa de invasão à Itália impediu o envio de suprimentos, fazendo com que o acordo não fosse concretizado naquele momento. A ocupação de Toulouse e Narbona em 414 permitiu a Ataulfo manter consigo Gala Placídia, que havia se tornado o foco da ambição tanto do rei gótico quanto de Constâncio. Para Ataulfo, um casamento com a irmã de Honório garantiria aos godos um lugar privilegiado no ordenamento romano acima de qualquer tratado. Para Constâncio, casar-se com Gala Placídia era sua chance não apenas de consolidar sua posição como figura proeminente no Império, mas principalmente de entrar para a família imperial e possivelmente se tornar imperador, uma vez que Honório ainda não havia e não haveria de deixar descendentes (Blockley, 1998: 131). A obstinação de Constâncio lhe rendeu frutos, pois a série de bloqueios que ele comandou contra os godos fizeram com que eles retornassem Gala Placídia a Honório. Ataulfo havia sido assassinado em 415 sem deixar descendentes, depois de ele e Placídia terem enterrado seu filho Teodósio em Barcelona. Após a chegada de Gala Placídia em Ravena em 417, Constâncio casou-se com ela, possivelmente contra a vontade da própria noiva, e ao mesmo tempo celebrou seu segundo consulado, galgando ainda mais degraus em direção ao seu objetivo (Dunn, 2014: 15–7).

Nessa posição privilegiada, prestes a assumir a posição mais alta do Império, restava a Constâncio garantir a lealdade dos galorromanos à dinastia teodosiana que continuaria consigo e seus descendentes. Esse plano meticuloso certamente envolveu a mobilização de mecanismos de legitimação que já haviam funcionado no passado. Se a aristocracia galorromana não tinha mais acesso irrestrito ao imperador em Tréveris como antes, o estabelecimento do Concílio das Sete Províncias em Lyon foi uma tentativa de fazer com que ela voltasse a participar ativamente da política imperial, defendendo seus interesses dentro do ordenamento do próprio Império, como antes.

Os godos, por sua vez, devem ter cumprido o mesmo papel de reforçar a legitimidade imperial que os letas e *gentiles* haviam cumprido no passado. Thomas Burns (1992: 57–62; 1994: 263–74) já avançou a hipótese de que o assentamento de 418 havia sido acertado segundo os termos da *receptio*, mas o estudioso tinha em mente que esse procedimento visava instalar bárbaros como soldados-camponeses nas regiões fronteiriças a fim de fornecerem uma defesa de bom custo-benefício contra inimigos externos. Considerando que a Hispânia estava ocupada pelos vândalos, suevos e alanos, a Aquitânia teria se tornado, de certa forma, uma região fronteiriça. O fato de que Próspero e Idácio mencionam especificamente Constâncio como personagem principal dessa operação e as *civitates* do sul das Gálias como regiões para onde

os godos foram alocados nos mostra que havia um interesse por parte do patrício em utilizar os assentados para consolidar sua imagem perante os provinciais como um futuro imperador pacificador e clemente, da mesma forma que os imperadores do século IV haviam feito com os letas e *gentiles*. Ou seja, a relação pessoal que se busca estabelecer entre Constâncio e os assentados, evidente na documentação do período, retoma as práticas próprias do estabelecimento de grupos bárbaros especialmente nas Gálias no século IV.

Constâncio, portanto, voltou-se para uma estratégia de consolidação da imagem imperial que havia se mostrado frutífera no passado e que exploramos no terceiro capítulo desse trabalho. Ele buscou colocar-se como a figura que foi capaz de dominar a horda gótica que havia devastado e saqueado as cidades galorromanas, de modo a fazê-la abdicar de sua violência bárbara inata e colocá-la a serviço do império e dos provinciais que antes haviam sofrido as iniquidades da invasão. A narrativa de teor propagandístico que emerge disso é que antes os godos estavam nessas regiões como inimigos e salteadores irrefreáveis, mas agora, graças a Constâncio, a presença desses povos é benfazeja. Foi essa versão oficial que encontrou lugar nos relatos contemporâneos, ainda que breves, de Próspero e Idácio. De certa forma, se notarmos que Filostórgio se refere aos godos explicitamente como "bárbaros", o esforço de distinção entre eles e os provinciais no ato do assentamento também fica bastante explícito.

Se essa argumentação for correta, para fazer com que o mecanismo retórico do assentamento funcionasse a seu favor, Constâncio tratou os godos não como uma parte revoltosa do exército romano, mas mobilizou-os como um "povo bárbaro" de modo a ressaltar suas diferenças com os provinciais romanos no mesmo sentido em que, por exemplo, os alamanos foram mobilizados ao serem assentados nas Gálias por Juliano. Assim sendo, é sob esse prisma que devemos buscar compreender quais foram as condições do assentamento, quem foram os assentados e, por fim, como era a relação entre eles e as populações provinciais galorromanas.

6.2 As condições do assentamento dos visigodos no sul das Gálias e suas peculiaridades

Os historiadores do século XIX já mostravam certo desconforto com a narrativa simplista, ainda que amparada em documentos como os poemas galorromanos do início do século V (Roberts, 1992), de que os bárbaros chegaram ao Império e causaram destruição e morte por onde passaram, tomando à força as propriedades dos provinciais e estabelecendo seus reinos diante de um Império impotente (Halsall, 2007: 422). Esse cenário era, de fato, irreconciliável com a escassa documentação que dava a entender que, ao menos no início, o

estabelecimento não apenas dos visigodos, mas de outros grupos bárbaros no interior dos territórios ocidentais, foi levado a cabo pelo próprio poder imperial. Ainda assim, apesar de algumas fontes, como Filostorgio, mencionarem explicitamente a concessão de terras aos assentados, não se podia ter certeza de como esse processo se desenrolou.

Em uma obra influente publicada em 1844, cujo extenso título envolve o assentamento de germânicos e divisão de terras nas províncias ocidentais do Império Romano, o jurista alemão Theodor Gaupp buscou resolver esse impasse concatenando documentos posteriores e anteriores aos assentamentos, de modo a compreender essas operações como aboletamentos de tropas regulares junto a proprietários romanos. Dada sua expertise na história jurídica alemã, Gaupp percebeu que tanto as leis visigóticas (*Cod*. *Eur*. 277; *LVisig*. 10, 1, 16) quanto as leis burgúndias (*LBurg*. 54) mencionavam a divisão de terras em terços, de modo que os bárbaros ocupavam uma porção e os romanos outra. Uma divisão tripartite de terras também se encontrava no Código Teodosiano (*Cod*. *Theod*. 7, 8, 5), em uma lei de 398 que estipulava, para fins de barateamento do aboletamento do exército em movimento, que as tropas romanas deveriam ser aquarteladas em propriedades de civis. Os *hospites* deveriam ficar com um terço da propriedade para se alojarem. Essa similaridade parecia indicar, para Gaupp, que os mecanismos legais pelos quais os bárbaros foram assentados no Império deviam ter sido uma espécie de leitura expandida da regra de *hospitalitas*.

A teoria de Gaupp mudou completamente a forma como os estudiosos abordaram a transformação do Império Romano tardio nos reinos bárbaros da Alta Idade Média, tendo recebido ampla aceitação ao menos até os anos 1980. No entanto, sua argumentação levantou questões importantes e difíceis de serem respondidas, como a necessidade de uma ação de expropriação dessa magnitude para o assentamento dos bárbaros em uma época em que o Império se encontrava em posição de superioridade e a total ausência de resistência por parte dos expropriados. Edward Thompson fez do silêncio e da complacência dos grandes proprietários de terra galorromanos um dos cernes de sua argumentação em favor da Teoria Armoricana, mas essa inquietação partiu originalmente dos estudiosos que se debruçaram sobre o mecanismo de assentamento proposto por Gaupp.

De fato, como já afirmamos, argumentos *e silentio* são sempre problemáticos. Não é porque não encontramos qualquer indício de revolta dos proprietários galorromanos na documentação escrita que não tenha havido resistência ao assentamento de grupos inteiros de bárbaros em suas terras em 418. Afinal, a documentação do início do século V é notoriamente lacunar. Mas chama a atenção o fato de que uma insurgência contra uma operação de

assentamento bem menor, ocorrida em 442, tenha encontrado seu espaço na *Crônica Gálica de 452*, um documento que também menciona o assentamento de 418, ainda que de maneira muito breve:

> Os alanos, aos quais terras da Gália ulterior foram entregues pelo patrício Aécio para serem divididas com os habitantes, subjugaram pelas armas aqueles que resistiam, e, expulsos os senhores de terra, tomaram as posses à força (*Chron. Gall*. *452*, 127).[260]

Ora, poder-se-ia pensar que, se houvesse uma grande insurgência dos proprietários galorromanos por causa do assentamento dos godos em 418, um evento dessa magnitude seria ao menos mencionado em alguma documentação contemporânea. Partindo da ideia de que não houve qualquer protesto dos provinciais nessa ocasião, Numa Fustel de Coulanges (1904: 520–30) propôs, pela primeira vez, que aquilo que os burgúndios e visigodos receberam não era, de fato, dois terços da terra arável dos proprietários galorromanos, mas sim do produto dela durante um tempo determinado. Assim, os assentados, ao menos em um primeiro momento, não detiveram a propriedade dessas terras, mas tão somente sua posse. A falha nessa teoria é que, como notou Julien Havet (1878), as disposições legais visigóticas e burgúndias mencionam indubitavelmente a terra e não aquilo que é proveniente dela. Para reforçar sua crítica, o historiador rememora outras leis dos mesmos códigos que utilizam o mesmo vocabulário fundiário com relação à reivindicação de terras erroneamente ocupadas depois de trinta (*LBurg*. 79) ou mesmo cinquenta anos (*LVisig*. 10, 1, 14). Prescrições tão longas só poderiam ser concebidas em matéria fundiária e não que fosse possível a um indivíduo reclamar retroativamente décadas de pagamentos sobre o produto da terra.

Coube a Ferdinand Lot (1928) dar a forma final à ideia de que, no século V, os bárbaros foram assentados nos territórios romanos segundo as regras da *hospitalitas* modificadas para se adequar à nova situação do Império. O historiador argumentou, juntamente com Hans Delbrück a partir do caso burgúndio, que as propriedades romanas foram divididas apenas com os nobres burgúndios, mas somente os grandes lotes de terra. Juntamente com Fustel, buscando compreender o problema da falta de insurreição dos proprietários de terras, Lot defendeu que os burgúndios devem ter inicialmente recebido apenas a posse e não a propriedade da terra, de modo que a situação mudou gradualmente à medida em que o Reino dos Burgúndios se estabelecia como uma entidade política independente.

[260] *Alani, quibus terrae Galliae ulterioris cum incolis diuidendae a patricio Aetio traditae fuerant, resistentes armis subigunt et expulsis dominis terrae possessionem ui adipiscuntur*.

A contribuição original de Lot ao debate em torno da *hospitalitas* constituiu na elaboração de um modelo de assentamento segundo o qual as terras se tornaram bipartidas entre um aristocrata romano e um aristocrata burgúndio, de modo que uma das metades era trabalhada por escravos e a outra metade por arrendatários. Logo, o burgúndio recebia um terço do domínio juntamente com a terça parte dos escravos e dois terços dos arrendamentos, de maneira semelhante à divisão de terras conhecida posteriormente, no período carolíngio. Algum tempo depois, Alfonso García-Galo (1941) aplicou o modelo de Lot ao caso visigótico e concluiu que as divisões de propriedade tinham principalmente a intenção de manter a paridade entre proprietários godos e romanos na exploração da terra.

A questão da condescendência ou ausência de protestos dos provinciais expropriados não parece ter chamado a atenção ou ter sido um problema grave para esses proponentes do regime da *hospitalitas* como modelo de assentamento bárbaro. Posteriormente, Lot (1967: 355) se limitou a afirmar que, tendo em vista que o regime de hospitalidade era utilizado no Império há muito tempo para o aquartelamento de tropas regulares, que eram em sua maioria de origem bárbara no século V, o assentamento dos godos nesse modelo não traria qualquer inconveniente com o qual os provinciais galorromanos já não estivessem acostumados. Segundo ele, a diferença, que apesar de importante não pesa nesse aspecto do aquartelamento, é que essas novas forças a serviço do Império não eram comandadas por oficiais romanos nem mesmo por chefes germânicos romanizados, como havia sido no século passado, mas pelos seus próprios "reis nacionais", de modo que suas ações no decorrer do século priorizaram seu povo assentado mais do que os interesses romanos.

A partir de então, por mais de 60 anos, o regime de hospitalidade figurou nas obras historiográficas como o principal motor de assentamento dos povos bárbaros no Império. Como vimos no item anterior, ao discutir sobre os motivos do assentamento dos visigodos no sul das Gálias, muitos estudiosos sequer sentiram a necessidade de retornar ao assunto ou mesmo elucidar como os assentamentos teriam ocorrido. Até que Walter Goffart (1980) decidiu retomar o debate demonstrando, como Fustel de Coulanges, certa inquietação com o fato de que os romanos simplesmente abriram mão de dois terços de suas terras para os bárbaros sem qualquer resistência por parte de seus proprietários. Não se pode deixar de notar que, por mais que os estudiosos defensores da ideia da *hospitalitas* tivessem postulado uma lenta e gradativa divisão dessas terras, isso apenas circunda o problema da ausência de protesto por parte dos grandes proprietários romanos sem jamais lidar com ele diretamente. Ao fim e ao cabo, essa

aristocracia fundiária devia saber que grande parte de suas propriedades estavam, *de facto*, sendo entregues aos assentados bárbaros.

Tendo se deparado com o problema durante seus estudos sobre o sistema fiscal romano e pós-romano, foi sob esse prisma que Goffart buscou compreender a legislação dos reinos bárbaros com relação à *tertiae* e *sortes*. Primeiramente, o estudioso argumentou pelo rompimento da relação que havia se estabelecido no século XIX entre a lei de hospitalidade do Código Teodosiano e as leis dos reinos bárbaros sobre a divisão de terras, algo que havia tomado força de fato incontestável nos estudos do período. A lei de hospitalidade, em verdade, não diz nada sobre as terras propriamente ditas, nem mesmo sobre pagamentos, salários ou víveres para as tropas. Ela tão somente regulamenta o acolhimento de soldados romanos em trânsito, ou seja, acomodação de caráter manifestamente temporário para as tropas. Uma associação automática entre essa disposição imperial e as leis bárbaras somente porque em ambos os casos encontramos menção à terça parte de algo é, de fato, problemática.

Diferentemente dos estudos anteriores, que focaram na questão do assentamento dos burgúndios, Goffart toma como ponto de partida o último dos assentamentos ocorridos no século V, aquele dos ostrogodos na Itália. O motivo para isso foi que, apesar de a legislação burgúndia ser a mais completa no tocante à suposta divisão de terras, o caso ostrogótico é aquele sobre o qual se tem a maior variedade de documentação. Além da narrativa de Procópio, o procedimento é notado também nas cartas de Cassiodoro e Enódio. Apesar de Procópio afirmar categoricamente que Odoacro, ao tomar o controle da península em 476, expropriou um terço das terras de proprietários romanos em favor de seus seguidores e que Teoderico passou essas terras para os ostrogodos em 493, devemos levar em conta suas inclinações pró-justinianas ao escrever a *História das Guerras.* Uma expropriação em massa da aristocracia romana na Itália era uma ótima justificativa para as guerras de reconquista de Justiniano na região.

Goffart, então, se volta para a evidência que se encontra em duas passagens de Cassiodoro (*Var*. 1, 14; 2, 16–7). A primeira fazia referência à *illatio tertiarum* como um imposto sobre um terço da renda da terra colocado sobre aqueles que efetivamente não entregaram um terço de suas propriedades para um soldado gótico. Além do próprio Cassiodoro, Enódio (*Epist*. 9, 26) é categórico ao afirmar que a acomodação dos ostrogodos na Itália não foi ressentida pelos proprietários romanos nem os empobreceu significativamente. Pelo contrário, encontramos a elite aristocrática romana prosperando sob os ostrogodos e participando da política do reino. Diante disso, Goffart propôs que se compreendesse a *illatio*

tão somente como um terço dos impostos fundiários tradicionais, revertidos depois do estabelecimento dos ostrogodos para o pagamento dos soldados.

Tendo em mente que o sistema fiscal romano era organizado em torno de unidades específicas de avaliação e receita, como a *capitatio-iugatio* (Goffart, 1974), o estudioso relaciona a *illatio tertiarum* com outro termo que surge em Cassiodoro (*Var*. 5, 27), os *millenarii*. Tradicionalmente, pensava-se que o *millenarius* era o comandante responsável por uma unidade de mil homens. Mas, recorda Goffart, a *millena* era também uma unidade específica de avaliação fiscal romana que podia ser direcionada para diferentes propósitos, de modo que, na Itália ostrogótica, o *millenarius* passou a designar o soldado godo que recebia um pagamento através dessa unidade fiscal.

É a partir da constatação dessa forma de assentamento, muito posterior e em uma região diferente, que Goffart (1980: 118–23) passa a discutir o caso dos visigodos nas Gálias. Uma lei do Código de Eurico (277), ainda que fragmentária, faz uma distinção semelhante entre a *sors* destinada aos godos e a *tertia* dos romanos. A preocupação da lei era, claramente, que a apropriação indevida de propriedades romanas por parte dos godos causava perdas ao erário do reino de Eurico, de forma que a *tertia Romanorum* era claramente uma unidade fiscal. Assim sendo, o sistema tributário visigótico previa, segundo Goffart, que o próprio rei mantivesse um terço dos proventos fiscais de seu domínio e distribuísse dois terços dentre os seus seguidores.

Diante desse renovado interesse nos procedimentos de assentamento dos bárbaros, outras possibilidades foram exploradas a partir do prisma do sistema fiscal romano e sua continuidade nos reinos bárbaros. Jean Durliat (1988) propôs que os impostos destinados ao pagamento dos godos eram, na verdade, levantados pelas próprias cidades do Império. No sistema fiscal tardio, as cidades podiam manter um terço dos impostos que coletassem e dois terços deveriam ser repassados ao erário imperial. Era essa divisão em terços, não a da lei da *hospitalitas*, que estava por trás das leis burgúndias e visigóticas. O rei havia substituído o imperador no recebimento de dois terços dos impostos, mas as cidades ainda mantinham o seu terço e esse seria o "salário da paz social" que explicaria a ausência de confrontos entre bárbaros e proprietários romanos na ocasião de seu estabelecimento.

As vantagens dos modelos de assentamento propostos por Goffart e subsequentemente Durliat consistem na simplicidade de sua aplicação. Se os termos presentes na documentação analisada por esses historiadores se referem realmente a unidades fiscais e não à terra propriamente dita, bastava redirecionar as receitas dos impostos de um sistema fiscal já existente aos bárbaros. Não é necessário, portanto, que imaginemos um cenário em que

batalhões de agrimensores imperiais identificavam e mensuravam cada propriedade da região do assentamento, dividindo-as em frações para entregar aos bárbaros recém-chegados, enquanto os proprietários assistiam à dilapidação de seus bens sem esboçar qualquer reação (Halsall, 2007: 429).

Contudo, tanto as teses de Goffart quanto de Durliat não tardaram a receber críticas. Notoriamente, Wolf Liebeschuetz (2006) apontou que o modelo de finanças cívicas proposto por Durliat tinha suas fraquezas, pois os textos nos quais ele se apoiava (*Cod. Theod*. 4, 13, 7; *Cod. Just*. 4, 61, 13) não mostravam a divisão de impostos como ele descreveu. Na verdade, essas disposições legais diziam respeito a rendas oriundas de propriedades municipais e não a um terço dos impostos imperiais. Ademais, no caso visigótico, aconteceria justamente o contrário, dois terços dos recursos fiscais seriam destinados aos godos e um terço ao rei.

Apenas dois anos depois do surgimento da teoria de Goffart, Maria Cesa (1982) publicou a resposta mais completa, segundo o próprio estudioso (Goffart, 2013: 46) aos seus argumentos. Sua crítica tem como ponto principal o fato de que os textos analisados por Goffart falam indubitavelmente de *terra* no sentido de propriedade fundiária e que, para aceitarmos que os bárbaros foram recebidos em território romano com base na distribuição dos impostos sobre a propriedade, devemos admitir que o sentido de uma palavra tão direta no latim tenha mudado em tão pouco tempo para acomodar também a acepção bastante específica de "terras aráveis passíveis de taxação". Apesar de a historiadora ter preferido retornar às ideias de Fustel de Coulanges e Lot, posteriormente Cesa (1994: 171–2) manifestou uma preferência pelas ideias de Hagith Sivan (1987) segundo as quais os bárbaros foram assentados em terras na qualidade de veteranos. De qualquer forma, a sua crítica acabou por se estabelecer como a base do desenvolvimento de outros argumentos contrários às ideias de Goffart e Durliat.

Sam Barnish (1986) e Yves Modéran (2002), por sua vez, criticaram o modelo de Goffart em casos específicos. O primeiro apontou várias instâncias nas quais há evidência de assentados bárbaros vivendo em terras nos territórios ocidentais, propondo ainda que a razão por trás da ausência de resistência por parte dos grandes proprietários aristocráticos se devia ao fato de que apenas as pequenas propriedades foram distribuídas. Entretanto, a tentativa de Barnish de detectar assentamentos "não-romanos" na cultura material do século V, evocando-os como evidência de ocupação bárbara, é problemática, como vimos no terceiro capítulo deste estudo. Por sua vez, atentando-se para o caso dos vândalos no norte da África, Modéran argumentou que, embora Geiserico e seus sucessores fossem oficialmente reis clientes "amigos e aliados do Império Romano", eles agiam na prática como soberanos independentes das

amarras da administração romana, principalmente no tocante ao assentamento de seus seguidores em terras confiscadas.

Posteriormente, Goffart (2013: 46) afirmou que os críticos de seu modelo de assentamento se caracterizaram mais por uma forte resistência a novas ideias do que por contribuições que superassem o esquema baseado no regime de hospitalidade de Gaupp e Lot. De fato, ao analisar todo o debate em torno da *hospitalitas* até a sua época, Halsall (2007: 422–47) concluiu que os críticos de Goffart não puderam refutar definitivamente suas ideias nem as ignorar. Contudo, quer aceitemos seu modelo ou não, o debate que ele buscou retomar com seu *Barbarians and Romans, A.D. 418-584: The Techniques of Accommodation* (1980) definitivamente abalou a ideia de que o sistema romano de *hospitalitas* estava de alguma forma relacionado com as propriedades fundiárias e por isso serviu de modelo para o assentamento dos povos bárbaros no Império.

Em suas respostas, Goffart (2013) se concentrou em esclarecer os sentidos que se atribuem aos termos que também podem designar "propriedade" na documentação legal do século V. Além disso, o estudioso chamou novamente a atenção para algo que continua sendo central dentro desse debate, a saber, que os procedimentos administrativos de assentamento de populações bárbaras especialmente nas Gálias e na Itália foram levados a cabo de maneira pacífica e ordeira, sem encontrar qualquer protesto ou oposição por parte dos provinciais. Qualquer explicação, seja para os motivos imperiais para os assentamentos, seja para a forma que esses assentamentos assumiram, deve dar conta desse aspecto.

Apesar de aceitar em muitas instâncias as teorias de Goffart, Guy Halsall (2010) chama a atenção para a variedade de contextos nos quais esses assentamentos ocorreram ao longo de um longo período e para a necessidade de nos atentarmos para os múltiplos sentidos que lhes foram conferidos nos documentos. Para ele, o fenômeno do assentamento dos bárbaros em território romano no século V seria melhor compreendido através de interpretações flexíveis e multifacetadas que dessem conta da variedade de contextos e documentos, mais do que se tentarmos enquadrar toda a evidência em um único modelo explicativo.

No caso do assentamento visigótico no sul das Gálias, não é possível escaparmos do fato de que Filostórgio menciona de maneira cristalina terras para cultivo (χώραι εἰς γεωργίαν) que deveriam ser entregues aos assentados godos. Por certo, a condensação em sua narrativa no ano de 416 de eventos que aconteceram em 418, como o próprio assentamento, e em 416, como o retorno de Gala Placídia, inspiram cautela com relação à sua confiabilidade na exatidão dos fatos relatados. Afinal, encontramos os godos combatendo como unidades móveis os bárbaros

na Hispânia ainda em 417, antes de serem assentados. No entanto, podemos perceber que, desde a entrada de Alarico na Itália no início do século V, tanto a entrega de víveres quanto a concessão de terras para assentamento eram demandas recorrentes feitas pelo comandante godo às autoridades imperiais, juntamente com um alto cargo sobre tropas regulares para si. O poder imperial falhou em todas as ocasiões no cumprimento dessas demandas. Mas em 416, apesar de todos os bloqueios impostos pelo poder imperial e das privações experimentadas pelos godos, a posse da irmã de Honório, motivo do empenho pessoal de Constâncio, garantia a eles alguma vantagem na negociação, algo que não era verdade para 418, quando eles realmente conseguiram as terras para assentamento. Poder-se-ia esperar, portanto, que a questão das terras para assentamento tivesse feito parte da negociação desde o começo das tratativas entre Constâncio e os godos. O acordo costurado em 416 e finalizado em 418, portanto, incluía algumas etapas (Dunn, 2015): primeiro o retorno de Gala Placídia, que depois da morte de Ataulfo havia se tornado para os godos mais uma vulnerabilidade que um trunfo, em troca de 600.000 módios de grãos (Olymp. *fr*. 30 (Blockley); Oros. 7, 43, 12), depois a concessão de terras para assentamento condicionada ao serviço dos godos na Hispânia (Hyd. *Chron*. 63; 67; 69; Oros. 7, 43, 13). Não há, portanto, qualquer inconsistência no relato de Filostórgio. Ele afirma, tão somente, que o retorno de Gala envolveu a concessão de terras.

Também não podemos ignorar que o fraseado utilizado por Próspero, Idácio e o cronista de 452 remete àquele empregado pela documentação do século IV que mencionava os assentamentos de bárbaros no interior do Império, à exceção da menção explícita de campos para cultivo. Podemos comparar, por exemplo, a referência de Próspero às *civitates* galorromanas como lugares de instalação dos bárbaros e o relato de Amiano (31, 9, 4) sobre a instalação dos taifalos nos arredores dos *oppida* italianos em 377. Na verdade, quase todos os acordos feitos entre o poder imperial romano e as mais diversas populações bárbaras antes de 418 envolviam pedidos de terras cultiváveis para assentamento (Chrysos, 1989: 17), o que significa que a ausência de uma cláusula dessa natureza no acordo de 418 exigiria uma explicação bastante convincente (Mathisen e Sivan, 1999: 13).

Embora o século V tenha sido em muitos aspectos um período de enfraquecimento do poder imperial nas províncias ocidentais, devemos ter em mente que nas primeiras décadas esse não era o caso. O poder imperial do ocidente estava em uma posição vantajosa, pois havia conseguido enfraquecer substancialmente os reinos estabelecidos na Hispânia através de uma operação que empregou seu mais formidável inimigo no período, também enfraquecido pelos constantes bloqueios. O momento era propício, portanto, para que as figuras em altas posições

na administração romana voltassem suas atenções para a consolidação e ampliação de seu poder dentro da estrutura imperial. Se partirmos do pressuposto de que a instalação dos godos nas Gálias por parte de Constâncio tinha como objetivo reafirmar e impulsionar a sua imagem diante dos provinciais galorromanos, da mesma maneira que os imperadores do século IV buscaram fazer através do estabelecimento dos letas, devemos assumir que o plano de assentamento dessas populações envolvia igualmente alguma forma de ocupação de terras cultiváveis de modo a mantê-las distintas dos provinciais.

De fato, o debate sobre a etnogênese dos povos bárbaros nos leva a pensar que os godos que encontramos prestes a serem assentados em 418 não deviam ser, em termos de identidade étnica, os mesmos que cruzaram o Danúbio em 376. Apesar disso, a documentação tanto em latim quanto em grego, dá a entender que os grupos bárbaros, sob a designação de "godos", por exemplo, constituem grandes e integradas comunidades de descendência comum. Qualquer que seja o resultado dos debates sobre a identidade étnica desses povos, parece claro para os autores que se pertenciam a uma tradição literária greco-romana – e certamente para um aristocrata romano como Cosntâncio – que as diferenças entre agrupamentos humanos designados de *gentes* ou *ethne* derivavam de diferenças em sua ancestralidade (Kulikowski, 2002: 70–1). Assim, é possível que, em suas tratativas com os godos de Ataulfo e Vália, Constâncio tivesse em mente o longo histórico de tratados entre os godos dentro do Império e as autoridades romanas ao menos desde a travessia dos tervíngios pelo Danúbio. Afinal, em diversas ocasiões nesses longos anos de tratativas, outras grandes figuras do Império buscaram tirar proveito pessoal dos acordos firmados com os godos, como o próprio Constâncio buscava fazer.

Amiano Marcelino, apesar de detalhar muito do momento da travessia e como ela foi planejada, curiosamente se cala diante do estatuto legal exato que os godos haveriam de receber uma vez que estivessem assentados. Ao invés de negligência, isso pode significar que, fora o número enorme de pessoas a serem recebidas no Império, o processo não seria nada diferente dos habituais sob o ponto de vista legal. Ainda assim, ele deixa claro que os termos do tratado envolviam a garantia de paz e o fornecimento de soldados para o exército bem como suprimentos para os refugiados e terras agricultáveis que deveriam ser cultivadas, posteriormente, sem mais subsídios:

> (Os godos) pediam com humildes súplicas que fossem amparados, propondo-lhe que haveriam de viver pacificamente e fornecer auxílios se a situação exigisse. (...) E primeiramente Fritigerno foi acolhido com Alavivo, para os quais o imperador tinha

> mandado atribuir alimentos de acordo com as necessidades e campos aráveis. (Amm. Marc. 31, 4, 1; 8)[261]

O uso do verbo *subigo*, no sentido de trabalhar a terra com o arado, em sua forma gerundival parece indicar que os tervíngios receberam terras não ocupadas e ainda não trabalhadas. O pedido de asilo não foi uma capitulação diante de uma derrota militar para os romanos, no qual se estabelece uma relação desigual entre vencidos/prisioneiros de guerra e vencedores, como vimos. Mas a prática da *receptio*, cujos preceitos transparecem no relato de Amiano, nem sempre envolviam capitulados, como vimos no caso do assentamento dos sármatas agaragantes que pediram asilo no Império por conta da revolta de seus servos limigantes.

Ainda antes de cruzarem o Danúbio, os tervíngios escolheram as terras férteis da Trácia para se assentarem e Valente as concedeu (Amm. Marc. 31, 3, 8). As condições extremamente favoráveis do tratado segundo o qual eles seriam acolhidos no Império nos remete, como afirma Peter Heather (1994: 29), a duas possibilidades. A primeira é que, uma vez recebidos com seus chefes Fritigerno e Alavivo e assentados em terras não antes ocupadas, de modo a manterem suas estruturas hierárquicas próprias, esses refugiados teriam estabelecido um reino gótico propriamente dito em território romano sancionado pelo próprio imperador. Isso constituiria uma ruptura radical das formas tradicionais de política diplomática imperial, tendo em vista que nem mesmo o estabelecimento dos godos nas Gálias em 418 envolveu esse tipo de condição. A outra possibilidade, mais provável, é que o acordo previa que os godos deveriam ser assentados em termos mais favoráveis que aqueles dos *dediticii*, mas ainda em uma forma tradicional de assentamento semelhante àquela conferida a outros acolhidos em massa dentro do império como os letas. Se isso for correto, esse é mais um argumento para que o assentamento de 418 seja compreendido como um desdobramento dessa primeira tentativa natimorta de instalação dos godos no interior do Império.

Esses primeiros tervíngios, pressionados pelas privações e pela opressão de oficiais romanos, rebelaram-se e impuseram uma vitória inesperada em Marcianópolis em 377. A partir daí a revolta cresceu rapidamente, as forças de Fritigerno receberam reforços de uma diversidade de revoltas locais que convergiam para ele. Esses reforços eram godos que haviam sido recrutados anteriormente e foram escorraçados das cidades, como o caso dos comandantes Suérido e Colias, escravos fugitivos, alguns deles godos, e mineiros insatisfeitos com os

[261] (...) suscipi se humili prece poscebant, et quiete victuros se pollicentes et daturos, si res flagitasset, auxilia. (…) 8. *Et primus cum Alavivo suscipitur Fritigernus, quibus et alimenta pro tempore et subigendos agros tribui statuerat imperator.*

pesados impostos. Michael Kulikowski (2008: 158–9) bem observa que em menos de dois anos, esses não eram mais apenas os tervíngios de Fritigerno e Alavivo, mas uma força formidável composta de godos das mais diversas origens e grupos insatisfeitos com o poder imperial e oprimidos por ele. É notável que Amiano Marcelino, desse ponto em diante, apenas se refere a essa massa revoltosa como "godos", não mais como tervíngios.

A célebre batalha de Adrianópolis terminou com a destruição de dois terços do exército romano e a morte do próprio imperador Valente em batalha. Graciano foi bem-sucedido em manter os godos afastados das províncias, mas os revoltosos continuaram nas regiões da Trácia em uma situação que nos é pouco conhecida até 382. Teodósio, escolhido por Graciano como seu colega responsável pela parte oriental do Império em 379, tentou controlar a situação em 380, mas sem sucesso. Mudando o tom combativo, o imperador, chamado por Jordanes (*Get*. 29, 146) de "amigo da paz e do povo godo"[262] abriu as negociações de paz que foram concluídas em 382. Infelizmente, não temos mais para esse período o relato detalhado de Amiano Marcelino. Apesar de, como vimos, o historiador antioqueno não ser uma fonte neutra, os relatos pouco elucidativos dos cronistas só podem ser substanciados pelos escritos panegíricos de Temístio. Apesar de historiadores como Herwig Wolfram (1990: 146) afirmarem que esse foi sem dúvidas o tratado mais importante da história romana, pouco sabemos sobre ele. A documentação cronográfica e apologética (*Cons*. *Constant*, 382, 2; Hyd. *Chron*. 7; Oros. 7, 34, 7) dá a entender que se tratava, de fato, de uma capitulação, mas esse ponto de vista pode simplesmente refletir a propaganda imperial e os panegíricos.

Os fatos que parecem ser estabelecidos, segundo Wolfram (1990: 147), é que eles receberam terras isentas de impostos nas regiões ao norte da Trácia e da Dácia, entre o Danúbio e o massivo dos Balcãs. Há também a obrigação de fornecer contingentes militares e o direito ao recebimento de um subsídio anual. Apesar de essas terras continuarem sendo território romano soberano, foi conferida aos godos certa autonomia. Sinésio (*De Regno*, 19), vinte anos depois, relata que os godos mantiveram seus costumes tribais. Apesar de isso carregar uma conotação negativa, de um autor notavelmente contrário ao recrutamento de contingentes bárbaros, essa afirmação pode significar que, de algum modo, houve um interesse do poder imperial em manter essas populações diferenciadas dos provinciais. Talvez Teodósio, ainda no processo de consolidar seu poder, tivesse almejado utilizar os godos como letas, mostrando aos provinciais seu poder de transformar os bárbaros que haviam causado tantos problemas anos antes em forças produtivas úteis ao Império.

[262] *amator pacis generisque Gothorum.*

Diante do exposto, argumentamos que, para compreender os mecanismos de instalação dos godos em 418, é mais frutífero voltar nossa atenção para seus antecedentes, tendo em mente o contexto imperial e as intenções do patrício Constâncio que exploramos no item anterior, do que buscar em documentos legais muito posteriores reminiscências daquilo que o assentamento deve ter sido em termos de divisão de terras ou impostos. Afinal, essas leis que se encontram no Código de Eurico ou nas Leis Visigóticas tardiamente podem ter sido respostas a problemas colocados pela posterior expansão e consolidação do Reino Visigótico e não reflexos dos primeiros mecanismos de assentamento.

Se Constâncio realmente vislumbrou assentar os godos nas Gálias em 418 como letas ou algo semelhante, resgatando os termos de tratados anteriores, não seria necessário nenhum confisco de propriedades galorromanas. Nas Gálias, certamente, havia uma quantidade suficiente de terras como *agri deserti* (campos percebidos como improdutivos), *res privatae* (terras da administração imperial) ou mesmo *caducae* (terras cuja propriedade havia caducado) para acomodar os godos (Mathisen e Sivan, 1999: 13). A devastação, ou melhor, a percepção da devastação sofrida pela região primeiro na passagem dos vândalos, alanos e suevos e depois pela passagem dos godos, tão ressaltada pelos poetas galorromanos (Roberts, 1992), era a oportunidade perfeita para que uma figura ambiciosa como Constâncio colocasse em prática o tradicional mecanismo propagandístico do qual faziam parte as políticas de assentamento do século IV, especialmente nas Gálias. A *Crônica de 452*, afinal, nota que em 418 houve uma "grande fome nas Gálias (72)"[263] e o estabelecimento de camponeses bárbaros para o cultivo das terras devastadas por anos de guerra faria com que Constâncio fosse visto com bons olhos pelos provinciais galorromanos. A partir disso, podemos compreender melhor quem foram os assentados e como se desenrolaram as relações entre eles e os provinciais.

6.3 Quem eram os assentados e quais foram suas relações com os provinciais galorromanos?

Uma vez que tenhamos exposto que o assentamento de 418 ocorreu de maneira semelhante e pelos mesmos motivos dos assentamentos de grupos bárbaros no interior do Império no século IV, podemos enfim compreender quem foram os indivíduos que receberam as terras agricultáveis do poder imperial e como eles se relacionaram com os provinciais. Ao argumentar que o retorno de Gala Placídia a Constâncio envolveu a entrega de víveres e a concessão de terras agricultáveis para os godos, Geoffrey Dunn (2015: 384) subentendeu que

[263] *Ingens in Galliis fames*.

cada demanda gótica ao longo das negociações visava atender às necessidades de uma parte de seus seguidores. Aceitando a argumentação de Hagith Sivan (1987) de que as terras concedidas aos godos nada mais eram do que a tradicional conceção de terras *vacantes* (abandonadas ou nunca ocupadas) para os veteranos do exército regulada ao menos desde 320 (*Cod. Theod*. 7, 20, 2; 3; 8; 11), Dunn afirma que os godos de Alarico, Ataulfo e Vália constituíam mais um exército do que propriamente um grupo populacional. As demandas de terra visavam suprir as necessidades dos guerreiros que já não tinham mais condições de lutar e, portanto, buscavam um pedaço de terra onde pudessem envelhecer. As exigências de pagamento, por sua vez, teriam por objetivo sustentar aqueles soldados que ainda estavam na ativa.

A ideia de que os seguidores de Alarico e posteriormente de Ataulfo e Vália constituíam um exército que depois se tornou uma "nação", graças a forças de amalgamação identitária que emanavam dos bandos guerreiros germânicos em resposta à banalização da cidadania romana, foi explorada com mais profundidade por Wolf Liebeschuetz (1992b). Para ele, os visigodos que se formaram em torno de Alarico entre 395 e 411 tinham pouca ou nenhuma relação com os grupos góticos anteriores. Ele argumenta que, na verdade, Alarico e seus seguidores começaram como um bando de mercenários tervíngios atraídos para as entranhas do Império na perspectiva de conseguir viver da organização militar romana que pagava a *annona* em espécie. Com o passar do tempo, os eventos posteriores a 376 geraram um fluxo de grupos e indivíduos que podiam ser recrutados, recombinados e amalgamados por líderes que tivessem alguma habilidade (Liebeschuetz, 1990: 48–85).

Apoiando-se principalmente na narrativa de Zósimo, Liebeschuetz (1990) argumenta que Alarico, de fato, só apareceu em meio aos eventos políticos do Império em 391, ao liderar um pequeno grupo gótico que se rebelou, sem qualquer posição que tenha conseguido graças a alguma ascendência real em meio aos tervíngios. Depois, como já vimos, Alarico ressurge como oficial do exército de Teodósio em 394, comandando um destacamento entre os cerca de 20.000 federados godos comandados por Gainas. O historiador considera que, diante dessa situação, é uma conjectura plausível que Teodósio tenha finalmente apaziguado os godos na Trácia e Macedônia ao incorporá-los, junto a seus líderes, formalmente ao exército romano. Como já vimos, o momento que marca uma história mais ou menos contínua dos seguidores godos de Alarico consiste na revolta de 395, em que ele liderou seu regimento para a Trácia por não ter conseguido, graças aos seus serviços contra Eugênio, o cargo oficial que desejava.

Assim sendo, Liebeschuetz argumenta que os godos revoltosos na Trácia eram tão somente o regimento de Alarico, ainda que acrescido de novos grupos e indivíduos que haviam

cruzado o Danúbio congelado na ausência do exército romano (Claud. *In Ruf*. 2, 27), mas que ele não era o líder de um povo. Mesmo em 395, Alarico não parece sequer ter mobilizado os godos que estavam assentados na Mésia para se juntar a sua rebelião. A afirmação de Wolfram (1990: 152–3) de que os assentados da Mésia abandonaram em massa seus assentamentos para seguir Alarico por causa da insegurança trazida pela chegada dos hunos na Trácia, para Liebeschuetz, carece de confirmação documental. Segundo o historiador, todo o comportamento subsequente de Alarico e seu grupo nos próximos vinte anos dentro do Império, seja recebendo novos recrutas dos exércitos remanescentes de Estilicão e escravos fugitivos, seja percorrendo a Itália em busca de butim, não pode ser reconciliado com a imagem de um chefe liderando seu povo em busca de terras férteis.

O fato é que os anos que se seguem ao acordo firmado com os godos em 382 são um tanto obscuros e as leituras da magra documentação dependem, essencialmente, de suposições prévias sobre a natureza da identidade gótica (Kulikowski, 2002: 79). Por um lado, se a narrativa de Zósimo dá a entender que as ações de Alarico e seus seguidores são as de um exército e não de um grupo populacional inteiro, por outro lado Claudiano (*IV cons. Hon*. 474; *Get*. 99, 134, 169, 533, 645–47), um escritor contemporâneo aos eventos, se refere explicitamente aos seguidores de Alarico como uma *gens*. Orosio (7, 37, 2; 38, 2), da mesma forma, entende que Alarico era o rei de uma *gens Gothorum*, quer isso seja verdade da perspectiva gótica ou não. Mesmo o relato de Zósimo (5, 5, 4) não nos permite afirmar categoricamente que os godos de Alarico eram tão somente um exército móvel, ele apenas nos informa das ambições do próprio Alarico. Mesmo assim não é possível saber se ele buscava um cargo militar romano para se reafirmar diante de seus seguidores godos ou se essa era tão somente a ambição de um indivíduo que era essencialmente um soldado romano (Kulikowski, 2002: 79).

Sabemos que, na ocasião da travessia do Danúbio em 376, havia entre os refugiados tervíngios homens, mulheres e crianças (Eun. *fr*. 42 (Blockley); Zos. 4, 20, 6; Amm. Marc. 31, 4; 6, 1). Dos autores que relatam o acontecimento, todos se surpreendem com o tamanho da empreitada e Eunápio nos fornece a cifra, talvez exagerada de cerca de 200.000 pessoas. Tentativas de estimar esse número corretamente sempre serão conjecturas, mas à luz dos eventos posteriores, não se pode pensar que o número de godos que cruzaram as fronteiras do Império tenha sido muito menor. Qualquer que fosse a composição étnica do grupo que seguiu Alarico para fora da Trácia em direção à Itália, depois para a Hispânia e de volta pelos Pirineus,

tudo indica que seus números compreendiam também mulheres e crianças, que não foram deixados para trás em situação vulnerável.

Certamente os guerreiros de Alarico foram acompanhados por seus grupos familiares e isso explicaria em grande parte que a principal preocupação do comandante godo era alimentar seus seguidores constantemente. Não sem motivo, tanto Alarico quanto Ataulfo e Vália tentaram em várias ocasiões chegar nas províncias africanas, a granaria do Império. O fato de que, mediante o retorno de Gala, Vália recebeu uma remessa de 600.000 medidas de cereal e que essa ação foi urgente porque, segundo Olimpiodoro (*fr*. 29, 1; 30 (Blockley)), os godos estavam comprando desesperadamente grãos a um preço altíssimo das mãos dos vândalos, só se explica pela necessidade de alimentar rapidamente uma quantidade considerável de pessoas (Nixon, 1992: 65–8).

A presença de grupos familiares inteiros juntamente com os soldados foi o cenário ideal para que Contâncio colocasse em prática um modelo de assentamento que, como vimos no terceiro capítulo desse estudo, envolvia a atribuição de terras para o trabalho de núcleos familiares cujos homens em idade de servir ao exército podiam ser recrutados. Da mesma forma que os assentamentos bárbaros nas Gálias no século IV eram utilizados para propagar a imagem de um imperador forte e clemente, fez-se necessário para o funcionamento do plano de Constâncio que se estabelecesse entre ele e os assentados uma relação pessoal, o que transpareceu na documentação contemporânea à instalação, e que o patrício mobilizasse o caráter bárbaro dessas populações em contraste com os provinciais. Para que esse último elemento funcionasse, era preciso acomodar esses núcleos familiares em determinados lugares circunscritos e identificáveis.

Nesse sentido, esbarramos novamente na dificuldade de estabelecer uma ligação direta entre identidade étnica e cultura material. Se a cultura material dos séculos III e IV dos sítios de Tcherniakhov-Sântana de Mureș pode ser relacionada à presença dos godos além do Danúbio, como mostram os estudos de Michael Kazanski (1991), não há quase nenhum traço dela nas Gálias do século V além de três pentes encontrados em Beaucaire-sur-Baise, Seviac e Bapteste. Isso significa, de fato, que os assentados godos não tinham nada em sua cultura material que os diferenciasse substancialmente da sociedade galorromana tardia. Isso não causa surpresa, pois já nos anos 390 os primeiros seguidores de Alarico seriam residentes no Império há pelo menos 20 anos (Schwarcz, 2017: 19).

Do mesmo modo, a análise de topônimos no sul das Gálias que apresentam raízes germânicas com a finalidade de tentar apontar as localidades de assentamento também é

problemática. Nomes de lugares que na língua occitana derivam de palavras germânicas terminadas em *-ingus* / *-ingos* (posteriormente *-ens*, *-enx*, *-encs*, *-eins*, *-an* e *-ans*) ou *-inga* / *-ingas* (posteriormente *-enques*) foram tomados como evidência, quando encontrados na Aquitânia e seus entornos, de ocupação visigótica. No entanto, a entrada desses vocábulos somente em documentos do século VIII faz com que eles possam ter se originado de vários outros processos linguísticos (Jiménez Garnica, 1999: 99).

Ou seja, se Constâncio buscou assentar os godos no sul das Gálias de modo a diferenciá-los dos provinciais galorromanos, da mesma forma que os grupos germânicos identificáveis no século IV pelos assentamentos nucleados em torno de casas longas do tipo *Wohnstallhaus*, esse esforço não parece ter sido eficaz ou não deixou marcas na cultura material e na linguagem. Mesmo os estudos mais recentes sobre as práticas funerárias na região das Gálias no século V têm mostrado que as populações bárbaras não trouxeram consigo uma cultura material que as distinguisse do restante das sociedades provinciais. Mais do que isso, elas desenvolveram uma ou várias práticas funerárias em seu contato com as populações locais e outras populações bárbaras (Young, 2012).

Posteriormente, nas cartas de Sidônio Apolinário, podemos observar que são chamados de godos especificamente aqueles personagens que têm alguma relação com a classe dirigente gótica ou os soldados que estão a serviço dessa aristocracia que se desenvolveu a partir do uso de contingentes federados pelo Império. Em somente duas ocasiões o bispo de Clermont chama de "godo" alguém que não faz parte da corte visigótica ou que está a seu serviço. Primeiro em uma carta a Basílio pouco anterior ao tratado de 475 firmado com Eurico (*Epist*. 7, 6, 2), um sacerdote de nome Modahario, com quem o próprio Basílio debateu, é chamado de *civis Gothus*, sem dúvida por professar a fé ariana.

O segundo caso ocorre quando, depois de findada a resistência de Auvergne, Sidônio se encontrava exilado em Liviana, no meio do caminho entre Narbona e Carcassone, por ordem de Eurico. Em uma carta endereçada a Leão, ministro do rei, Sidônio comenta que havia lhe enviado uma tradução da Vida de Apolônio de Tiana e reclama:

> Ademais, quando o momento do crepúsculo tinha me levado, bem cansado, de meu lugar de vigília para meu quarto, a leve tranquilidade já tomava conta de meus olhos entreabertos, quando houve uma algazarra agitada por duas velhas godas que são vizinhas ao pátio do meu quarto. Não há nada de mais contencioso, de mais beberão, que cause mais ânsia. (Sid. Apol. *Epist*. 8, 3, 2)[264]

[264] *ad hoc, et cum me defetigatum ab excubiis ad deversorium crepusculascens hora revocaverat, vix dabatur luminibus inflexis parvula quies; nam fragor ilico, quem movebant vicinantes impluvio cubiculi mei duae quaepiam Getides anus, quibus nil umquam litigiosius bibacius vomacius erit.*

Esses indivíduos comuns despertam o desprezo do bispo de Clermont são identificados como godos tão somente em virtude da fé que professam, no caso de Modahario, ou da língua gótica que falam, no caso das senhoras barulhentas. Não nos esqueçamos que, em outras oportunidades, Sidônio demonstrou igual desprezo por indivíduos de classe social inferior, mas que não eram caracterizadas como godas, e expressou grande admiração por Teoderico II, um rei godo. Sidônio mobilizou os termos *cives Gothus* e *Getides anus* de forma pejorativa, portanto, somente por ter conseguido identificar o sacerdote e as senhoras com base no arianismo de um e na língua das duas e não porque lhe causava algum incômodo viver juntamente com indivíduos que fossem etnicamente diferentes dele. No que concerne a um aristocrata galorromano do porte de Sidônio, pouca coisa diferenciava essas pessoas comuns, godas, com seus hábitos "não-aristocráticos", e os provinciais de origem mais humilde que levavam suas cartas.

Uma visão um pouco mais nuançada dessas relações pode ser vista na correspondência de Rurício de Limoges. Diferentemente da maioria de seus pares galorromanos, apesar de sua origem também aristocrática, o bispo de Limoges tem uma coleção de cartas bastante pessoal, que não lida com imperadores ou reis ou grandes eventos, apesar de seu episcopado abranger os últimos anos do reino de Eurico (Mathissen, 2011: 13). Como bispo de uma cidade afastada do grande circuito, já dentro do domínio visigótico quando ele assumiu essa posição, Rurício não teve a oportunidade ou os interesses de participar da política como seus pares. Por isso, ainda que ele se corresponda com as figuras aristocráticas de seu tempo, como Sidônio, a maioria de seus correspondentes são figuras menores e locais (Mathissen, 2017: 105).

Uma das coisas que mais chamam a atenção em suas cartas é que ele jamais se refere a qualquer povo bárbaro pelo nome e nem mesmo utiliza o termo "bárbaro". Na verdade, o fato de que Rurício fala pouco sobre os godos sugere que o domínio deles sobre uma cidade que não era tão central na estratégia geopolítica das Gálias como Clermont teve pouco impacto a nível local. Mas isso de maneira alguma parece ter significado que ele tinha alguma antipatia pelos godos ou medo de represálias. Pelo contrário, sua nomeação como bispo ocorreu quando Limoges já estava sob o domínio de Eurico e Ralph Mathissen (2011: 40) nota que lhe foi permitido até mesmo abrigar Fausto de Riez durante seu exílio por conta de sua posição duramente anti-ariana. Isso parece se confirmar ao constatarmos que muitos de seus correspondentes eram visigodos, como Freda e Vitamero, e até mesmo oficiais godos, como Eláfio, Presídio e Eudômio. Essas figuras, por sua vez, não são tratadas com a mesma cordialidade de seus amigos romanos.

Uma longa carta de Rurício, escrita antes de ele assumir a cátedra de Limoges, a Freda (*Epist*. 1, 11), um godo proprietário de terras na Aquitânia que não é conhecido por outro documento senão por esse, chama a atenção. Nela, o futuro bispo de Limoges faz um jogo de palavras em que compara seus deleites literários com os frutos agradabilíssimos e as árvores da terra de seu amigo. A familiaridade com a qual Rurício fala da propriedade aquitânica de Freda, inclusive, dá a entender que ele já havia aproveitado uma estadia lá. A referência a seu amigo visigodo como *dominus sublimis*, expressão usada para detentores de cargos seculares, dá a entender que Freda deteve alguma posição no passado, o que nos leva mesmo a questionar se sua propriedade na Aquitânia não esteve dentre aquelas distribuídas quando os godos foram assentados no sul das Gálias. Se isso for correto, a correspondência amigável entre Rurício e Freda seria um indício de que as diferenças entre assentados e provinciais, se é que existiram em algum momento, se esmaeceram com o tempo.

Ao fim, ainda que os godos tenham sido inicialmente assentados no sul das Gálias por meio de um procedimento que tinha por objetivo claro utilizá-los como elemento "propagandístico" imperial, buscando diferenciá-los dos provinciais galorromanos, não há nada na documentação escrita ou na cultura material que nos permita afirmar categoricamente que a relação entre ambos os grupos se pautava na prática por essas distinções fomentadas pelo poder imperial. Muito pelo contrário, a evidência aponta para o fato de que as relações entre assentados bárbaros e provinciais galorromanos não se baseavam nessa diferenciação nem constituíam, na maioria das vezes, fenômenos identitários. Mesmo quando figuras como Sidônio Apolinário insistem nessa diferenciação, fica claro que, no fundo, essas categorias retóricas são mobilizadas mais a depender do contexto social ou político em que o discurso se insere, do que para descrever realidades identitárias fixas e imutáveis.

Conclusão

Para responder à questão de como se davam as relações entre bárbaros e provinciais romanos nas Gálias do século IV e V, nós investigamos ao longo desse trabalho três contextos nos quais elas surgem na documentação: as fronteiras, as cidades e os assentamentos. As duas partes do estudo foram organizadas de maneira cronológica, para que pudéssemos notar não apenas formas próprias a cada período, mas também as continuidades e rupturas em seus mais diversos aspectos. Dentro desse esquema, os capítulos se concatenam como dípticos.

O primeiro capítulo lida com as relações entre provinciais e bárbaros na fronteira do Reno até a travessia de 406/7 e a consequente perda do controle romano sobre ela, ao passo que o quarto aborda essas relações no contexto da fronteira com o domínio visigótico ao sul das Gálias. O segundo capítulo lida com as respostas dos provinciais galorromanos urbanos diante de situações de cerco até a transferência da capital da Prefeitura Pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles em 395. Em sua contraparte, o quinto capítulo, investigamos como essas respostas ocorreram durante a fase expansão do domínio visigótico. No terceiro capítulo exploramos as formas de assentamento de grupos bárbaros no interior do Império e as relações que se estabeleceram entre os assentados e os provinciais galorromanos até a perda de controle do Império sobre os movimentos populacionais em seus territórios. No sexto e último capítulo de nosso estudo, buscamos compreender a natureza do assentamento gótico de 418 no sul das Gálias e como os assentados godos desenvolveram suas relações com os provinciais galorromanos a partir disso. Assim sendo, retomaremos os resultados da investigação que conduzimos em cada capítulo com relação ao seu par, para que possamos enfim, apontar algumas considerações de caráter conclusivo.

O primeiro ponto desta investigação, tratado nos capítulos primeiro e quarto, trata da alteração das fronteiras e suas consequências para as relações entre provinciais galorromanos e bárbaros entre o século IV e o século V. No primeiro capítulo, abordamos primeiramente como o longo processo histórico de expansão, retração e consolidação das fronteiras no Reno e Danúbio transformou o sentido de *limes* de uma fronteira em constante expansão para uma zona de contingenciamento e defesa contra os bárbaros, fazendo com que surgisse a noção de *barbaricum* como "a terra dos bárbaros". A partir daí, notamos que os imperadores do século IV mobilizaram a fronteira no discurso oficial como lugar de relações violentas a fim de construir sua legitimidade perante os provinciais a partir dessa nova noção geográfica do mundo conhecido. Interessados nas atividades imperiais nas fronteiras e comprometidos com a

manutenção de um ordenamento romano que muito lhes interessava, percebemos que os autores do período, oriundos da aristocracia, perpetuaram a ideia de uma fronteira romana como lugar de constante tensão e violência. Esperamos ter mostrado, por fim, que a análise de aspectos da cultura material pertinente aos contatos fronteiriços, juntamente às transformações linguísticas resultantes dessa interação, nos leva a nuançar a imagem de tensão e violência constante na fronteira do Reno. Nessas relações pacíficas, o próprio fenômeno identitário não parece ter se feito presente com tanta força. No entanto, sugerimos que os provinciais das Gálias, na presença de acontecimentos fronteiriços realmente violentos eram plenamente capazes de mobilizar a fronteira como elemento definidor daquilo que os separava tanto geograficamente como etnicamente do "outro", o bárbaro habitante das regiões do além-Reno.

No quarto capítulo, começamos por observar que a reorganização das prioridades imperiais para o norte da Itália e a paulatina retirada das forças romanas das fronteiras das Gálias acabou possibilitando que o Reno fosse atravessado pelos vândalos, suevos e alanos na virada do ano de 406 para 407. A divisão entre o *orbis Romanus* e o *barbaricum*, portanto, perdeu seu sentido e a fronteira do Reno já não pôde ser mobilizada retoricamente nem pelo poder imperial, nem pelos escritores do período, como elemento de separação entre provinciais galorromanos e bárbaros. Por sua vez, argumentamos que a expansão do domínio visigótico no sul das Gálias, cuja consolidação como reino dotado de fronteiras não partiu de um evento fundador, mas dependeu essencialmente da perspectiva local dos autores do século V. Assim sendo, a *Romania* e a *Gothia*, separadas por uma fronteira mais elusiva do que prática, passaram a substituir o *orbis Romanus* e o *barbaricum* como formas de mobilizar a territorialidade para marcar a diferença entre provinciais galorromanos e bárbaros. Para os aristocratas galorromanos essa fronteira se tornava bastante real em momentos de conflito entre os reis godos e o Império, pois ficavam impedidos de transitar e cumprir com as obrigações de amizade pelas quais se mantinham coesos como classe. Mas para além do círculo aristocrático essa nova fronteira não parece ter se constituído como elemento de separação, uma vez que a documentação epistolar atesta um trânsito constante de pessoas entre o domínio gótico e as regiões ainda sob o poder do Império.

Aqui, novamente, apesar de sua mobilização como elemento de constituição identitária por parte da aristocracia, a fronteira não parece ter sido uma zona de interações violentas constantes entre bárbaros e provinciais para as pessoas que a vivenciavam diariamente. Os riscos de se deslocar por regiões desestabilizadas politicamente certamente eram reais, mas não estavam relacionados a fenômenos identitários.

O segundo contexto investigado nesta pesquisa, como vimos, foram as respostas dos provinciais galorromanos habitantes das cidades a situações de cerco e ocupação pelos bárbaros antes e depois da transferência da capital da Prefeitura Pretoriana das Gálias de Tréveris para Arles em 395. Assim, no segundo capítulo, argumentamos que um regionalismo muito próprio, desenvolvido graças à peculiaridade do processo de urbanização e provincialização das Gálias, foi a base para a busca de soluções locais para lidar com as incursões dos povos renanos na segunda metade do século III em um cenário de ausência do poder imperial. Esse processo levou à emergência de um tipo de poder marcadamente galorromano em oposição ao governo central, que moldou a relação entre o Império e os provinciais posteriormente. Então, a atenção dada pessoalmente pelo imperador às cidades galorromanas sitiadas a presença constante de um imperador em Tréveris, seja ele um Augusto ou um César, passaram a fazer parte de uma espécie de "contrato implícito". Nesse contexto, as muralhas marcaram presença na topografia urbana das Gálias para que as populações citadinas pudessem organizar sua resistência momentaneamente diante da ausência imperial. As lealdades locais ao ordenamento imperial romano, portanto, dependiam da capacidade dos imperadores de defenderem-nas das depredações causadas pelas incursões bárbaras e a resistência das cidades galorromanas aos cercos impostos pelos bárbaros dependia da perspectiva de rápida liberação por parte do poder imperial.

Isso significa que, nessas situações extremas, a resposta das populações urbanas galorromanas diante dos cercos impostos pelos bárbaros foi a resistência. Contudo essa resistência não ocorria desinteressadamente, ou por conta de uma aversão natural dos provinciais galorromanos ao bárbaro invasor. Ou seja ela não deve ser vista como um fenômeno identitário. Há uma complexa relação entre os provinciais localmente organizados e o poder imperial que constituiu a base sobre a qual essa resistência tomou forma.

No capítulo V, argumentamos que esse "contrato implícito" é rompido quando a capital da Prefeitura Pretoriana das Gálias é transferida de Tréveris para Arles em 395 e o imperador não mais se aventura pessoalmente nos territórios além do Ródano. A partir de então, percebemos um distanciamento das *civitates* galorromanas do ordenamento imperial evidenciado pelo retorno da nomenclatura de muitas delas à sua designação pelo etnônimo latino da tribo gaulesa que ocupava seu território. Nesse contexto, uma das maiores transformações foi o retorno da atenção das elites regionais para as suas cidades e surgimento do bispo como figura preponderante para a qual convergiram os sentimentos locais. Como

representante da *civitas*, coube ao bispo negociar com os novos poderes estabelecidos nas Gálias a situação de sua comunidade.

Nesse novo contexto, algumas cidades, como Clermont, optaram pela resistência. Como no século IV, no entanto essa resistência não se baseou em um fenômeno identitário que opunha provinciais romanos e bárbaros, mas também não se apoiou do antigo "contrato implícito" com o poder imperial. O elogio a figuras locais pelo seu papel no cerco que vemos na documentação deixa claro que a resistência era organizada não com a esperança de que o imperador e o exército romano viessem para liberar a cidade, mas com a manutenção de sua autonomia, tanto em matéria religiosa quanto política.

O terceiro e último contexto de interação entre provinciais galorromanos e bárbaros que investigamos nesta pesquisa foi o dos assentamentos das populações bárbaras antes e depois do assentamento gótico no sul das Gálias em 418. Para o primeiro período, que discutimos no terceiro capítulo, mostramos que o poder imperial ao longo do século IV se aproveitou de um contexto de percepção generalizada de esvaziamento dos campos e despopulação para incrementar seu mecanismo retórico de cunho propagandístico através do assentamento de populações bárbaras no interior do território romano especialmente nas Gálias, uma região tida como propensa a apoiar usurpadores. Dessa forma, além de o imperador se colocar como defensor das fronteiras ao derrotar os bárbaros além do Reno ele ainda podia se apresentar como um governante capaz de transformar a natureza do próprio bárbaro, de um violento saqueador selvagem para um camponês pacífico, pronto para servir ao Império também como soldado. Argumentamos que a forma de assentamento que melhor cumpria esse propósito era a dos letas, na qual grupos inteiros eram assentados em "terras léticas" de modo a manterem suas características étnicas distintivas. Para manter a distinção entre esses grupos bárbaros assentados e os provinciais, o poder imperial tomou uma série de medidas, como a designação de oficiais romanos encarregados desses assentamentos e a proibição, ainda que simbólica, de casamentos entre provinciais e *gentiles*.

Se os sítios arqueológicos contendo *Wohnstallhauser* (casas-estábulo) podem ser interpretados como assentamentos letas, como pensam muitos estudiosos, a figura que emerge é bem diferente daquela pretendida pelo poder imperial. Apesar do controle exercido por ele sobre os assentados e do esforço de figuras provinciais influentes em diferenciar os "bárbaros de dentro" e as populações provinciais, o mobiliário encontrado nesses assentamentos aponta para um contato intenso dos grupos assentados com as populações de seus entornos em um movimento de assimilação intensa.

No sexto capítulo, discutimos os motivos que levaram o poder imperial a assentar os godos no sul das Gálias em 418 e argumentamos, com base em seu contexto e na exígua documentação, que devemos levar em conta as motivações pessoais do patrício Constâncio ao analisarmos essa operação. Se ela teve realmente o propósito de consolidar sua posição política nas Gálias e de servir à sua ambição imperial, é possível que o assentamento dos godos no sul das Gálias em 418 tenha sido pensado da mesma forma que os imperadores do século IV pensaram os letas. A partir dessa constatação, pudemos afirmar que os godos foram assentados não com base no direito da *hospitalitas*, nem recebendo um ou dois terços do imposto sobre a terra, mas sim em terras que aparentavam desertas, caducas ou nunca ocupadas. No entanto, se houve alguma iniciativa do poder imperial de distinguir esses grupos bárbaros assentados das populações de seus entornos essa tentativa não deixou qualquer traço na cultura material. Afinal esses godos, que não eram um grupo etnicamente homogêneo, mas que havia agregado vários outros grupos de origens diferentes desde sua saída da parte oriental do Império em 395, já se encontravam em território romano havia algumas décadas. Na documentação escrita sob a dominação gótica posteriormente podemos perceber que, para além dos indivíduos ativamente engajados na corte, só são chamados explicitamente de godos indivíduos que professam a fé ariana ou que podem ser ouvidos conversando em gótico. Em outras ocasiões, fora dos grandes centros de poder das Gálias, as relações que surgem na documentação entre indivíduos que podem ser identificados como godos assentados e provinciais galorromanos não trazem consigo qualquer traço de que esses construtos identitários importassem.

O que pudemos concluir após todo esse percurso é que, tanto no século IV quanto no século V, as relações entre provinciais galorromanos e bárbaros eram multifacetadas e dependiam de fatores muitos que não o identitário, apesar de serem descritas muitas vezes como tal na documentação em todos os contextos que exploramos. Na introdução desse trabalho, vimos que a identidade de grupos humanos deve ser tratada como um fenômeno fluido, mas não desprovido de constrições políticas e sociais. Ou seja, a relação entre bárbaros e provinciais com base na dicotomia identitária bárbaro/romano interessava a determinados grupos e era explorado por outros. Assim sendo, por um lado, pudemos constatar as diversas formas pelas quais o poder imperial buscou se legitimar ao suscitar essa dicotomia, por outro lado, vimos como essa dicotomia foi utilizada para que indivíduos pertencentes a uma classe favorecida pela burocracia imperial desempenhasse a sua romanidade com a finalidade de manter sua posição privilegiada nesse ordenamento.

Com o passar do tempo e a mudança das circunstâncias políticas, o poder imperial deixou de ser capaz de mobilizar essas categorias retóricas ao seu favor nas Gálias e as aristocracias provinciais, na ausência do ordenamento imperial, voltaram-se para o cultivo de relações baseadas na expressão de uma identidade romana local, como atesta a prática epistolar. Para aqueles que vivenciavam quotidianamente essas relações, se as categorias identitárias de romanos e bárbaros não importavam senão pontualmente no século IV, no século V elas passaram a importar menos ainda, tendo se restringido a sentidos jurídicos bastante específicos nos códigos de lei bárbaros que surgiram posteriormente.

Esperamos que esse estudo tenha contribuído para a compreensão de um longo processo de transformação das Gálias que se estendeu do século IV ao V, do ponto de vista da relação que se estabeleceu entre as populações provinciais galorromanas e os grupos bárbaros. Concluímos que o fenômeno identitário, na maioria das vezes, cumpriu um papel secundário nesses contatos. Contudo, quando vemos a mobilização das identidades de "romano" e "bárbaro" na descrição dessas relações, ela nunca esteve desprovida de intenções políticas. O poder imperial mobilizou essas diferenças para legitimar seu domínio, a aristocracia o fez no intuito de reafirmar sua posição de predominância, seja nesse ordenamento imperial, seja na ausência dele. O final do século V e início do século VI nas Gálias foram marcados pela disputa de várias entidades políticas novas que se fortaleceram na região diante do esfacelamento do poder imperial romano. Não é de se surpreender, portanto, que outras novas identidades tenham sido mobilizadas pelos governantes desses reinos para lhes conferir legitimidade. Contudo, nesse novo universo, o fenômeno identitário esteve tão carregado de sentidos políticos quanto no passado.

Referências bibliográficas

a) Fontes

AE = L'Année Epigraphique

Amm. Marc. = Ammianus Marcellinus. ***Ammiani Marcellini Rerum gestarum libri qui supersunt.*** Edidit W. Seyfarth. Leipzig: Teubner, 1978.

An. Val. = Annonymus Valesianus. **Excerpta Valesiana**, *Bibliotheca Teubneriana*, recensuit J. Moreau, edictionem correctiorem curauit V. Velkov, Lipsiae 1963.

August. = Augustinus. *De civ. D. = De civitate Dei.* **Œuvres de saint Augustin**, 33 à 37. Cinquième série: La Cité de Dieu (Bibliothèque augustinienne). Cinq volumes. Texte de la 4e édition de B. Dombart et A. Kalb. Introduction générale et notes par G. Bardy. Traduction française de G. Combes. Bruges: Desclée de Brouwer, 1959-1960.

Aur. Vict. = Aurelius Victor. *De Caes*. = *De caesaribus*. **Livre des Césars.** Texte établi et traduit par P. Dufraigne, Paris: Les Belles Lettres, 1975.

Aus. = Ausonius. *Mos*. = *Mossela*; *Ordo nob*. *urb*. = *Ordo Nobilium Urbium*; *Praef*. = *Praefationes*. **The Works of Ausonius**. Edited with introduction and commentary by R. P. H. Green. Oxford: Clarendon Press, 1991.

Beda = Beda Venerabilis. *Hist. Eccl. = Historia ecclesiastica gentis Anglorum.* **Bede's Ecclesiastical History of the English People**. Revised edition. Edition and translation by B. Colgrave and R. A. B Mynors. Oxford: Oxford University Press, 1993.

Caes. = Caius Iulius Caesar. *BGall*. = *De Bello Gallico*. **César. Guerre des Gaules. Tome I: Livres I–IV ; Tome II: Livres V–VIII** Texte établi par A. Balland, texte établi et traduit par L.-A. Constans. Paris: Les Belles Lettres, 2021–2022.

Carmen ad Uxorem. **Prospero d'Aquitania: *Ad coniugem suam***. In appendice: Liber epigrammatum. Introduzione, traduzione e commento da S. Santelia Napoli: Loffredo editore, 2009.

Carmen de Providentia Dei. **The *Carmen de providentia Dei* attributed to Prosper of Aquitaine**: a revised text with an introduction, translation, and notes / by M. P. McHugh. Washington, The Catholic University of America Press, 1964.

Cass. = Cassiodorus. *Var*. = *Variae*. ***Cassiodori opera,* I: *Variae* (*Variarum libri* XII)*; De anima***. Eddidit Å. J. Fridh. *Corpus Christianorum. Series Latina* (CCSL), 96. Berlim: Turnout, 1976.

Chron. Gall. 452 = Chronica Gallica a. CCCCLII. Burgess, Richard W. **The Gallic Chronicle of 452**: A New Critical Edition with a Brief Introduction, in: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2017, p. 52–84.

Chron. Gall. 511 = *Chronica Gallica a. CCCCCXI*. Burgess, Richard W. **The Gallic Chronicle of 511**: A New Critical Edition with a Brief Introduction, in: Mathisen, Ralph W. e Shanzer,

Danuta (orgs). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2017. p. 85–100.

Cic. = Cicero. *In Cat*. = *In Catilinam*. **Cicéron. Discours. Tome X: Catilinaires**. Texte établi par H. Bornecque et traduit par E. Bailly. Paris: Les Belles Lettres, 1926.; *Leg. Agr*. = *De Lege Agraria*. **Cicéron. Discours. Tome IX: Sur la loi agraire - Pour C. Rabirius**. Texte établi et traduit par André Boulanger. Paris: Les Belles Lettres, 2002.; *Leg*. = *De Legibus*. **Cicéron. Traité des Lois**. Texte établi et traduit par G. De Plinval. Paris: Les Belles Lettres, 2023.

CIL = Corpus Inscriptionum Latinarum, 17 vols. com fascículos adicionais, Berlim, 1853–

Claud. = Claudianus. *Contra Eutr*. = *Contra Eutropio*; *VI Cons. Hon*. = *De consulatu Honorii* ; *Cons. Stil*. = *De consulatu Stilichonis*. **Claudien. Œuvres. Tome III, Poèmes politiques (399–404)**. Texte établi et traduit par J.-L. Charlet. Paris: Les Belles Lettres, 2022.

Cod. Eur. = *Codex Euricianus*. **El Codigo de Eurico**. Edición, palingenesia y índices por A. D'Ors in Estud. Visig. II, Roma-Madrid 1960.

Cod. Just. = Codex Justinianus. ***Corpus Iuris Civilis*** **VIII:** ***Codex Justinianus*** **4 - 8**. Tekst en Vertaling. Onder redactie van J. Spruit,; J. M. J. Chorus e L. de Ligt. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

Cod. Theod. = Codex Theodosianus. ***Theodosiani Libri XVI cum Constitutionibus Sirmondianis***, ed. T. Mommsen e P. M.Meyer. Berlim, 1905.

Colum. = Columella. *Rust*. = *De re rustica*. **Columella. On Agriculture. Volume I: Books 1–4**. With a recension of the text and an English translation by H. Boyd Ash. Cambridge: Harvard University Press, 1941.; **Columella: On Agriculture (Books 10-12) and On Trees**. Edited and translated by E. S. Forster e E. H. Heffner. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

Cons. Const. = Consularia Constantinopolitana. **The Chronicle of Hydatius and the** ***Consularia Constantinopolitana***. Edited with an introduction and commentary by R. Burgess. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Crônica de Zaragoza = *Chronica Caesaraugustana*. ed. T. Mommsen. **Monumenta Germaniae Historica**. **Auctores Antiquissimi 11. Chronica Minora 2**. Eddidit T. Mommsen. Berlim, 1981. p .222–223.

Cypr. Carth. = Cyprianus Carthaginensis. *Ad Demet. = Liber ad Demetrianum*. **Cyprien de Carthage. À Démétrien**. Introduction, texte critique, traduction et commentaire par J-C. Fredouille. Paris: Editions du Cerf, 2003.

De rebus bellicis. ***De rebus bellicis*** recensuit Robert I. Ireland, Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, 1984.

Dig. = Digestae. ***Corpus Iuris Civilis*** **VI: Digesten 43–50.** Tekst en Vertaling. Onder redactie van J. Spruit; R. Feenstra e F. B. J. Wubbe. Valburgo: Walburg Pers, 2001.

Dim. Prov. = *Dimensuratio provinciarum*. In: Schnabel, Paul. Die Weltkarte des Agrippa als wissenschaftliches Mittelgleid zwischen Hipparch und Ptolemaeus. **Philologus**, n. 90, p. 425–31, 1935.

Dio Cass. = Dio Cassius. **Dio Cassius. Roman History, Volume VII: Books 56-60.** Translated by E. Cary and H. B. Foster. Loeb Classical Library 175. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1924

Dion Hal. = Dionysius Halicarnassensis. *Ant. Rom*. = *Antiquitates Romanae*. **Dionysius of Halicarnassus. Roman Antiquities. Volume I: Books 1-2**. Translated by E. Cary. Loeb Classical Library 319. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1937.

Discours – Rapports. Texte établi et traduit par J.-P. Callu. Paris: Les Belles Lettres, 2009.

Div. orb. Ter. = *Divisio orbis terrarum*. In: Schnabel, Paul. Die Weltkarte des Agrippa als wissenschaftliches Mittelgleid zwischen Hipparch und Ptolemaeus. **Philologus**, n. 90, p. 432–40, 1935.

Ennod. = Ennodius Ticinensis. *Ep*. = *Eppistolae*. **Ennode de Pavie. Lettres. Tome I: Livres I et II. Tome II: Livres III et IV.** Texte établi et traduit par S. Gioanni. Paris: Les Belles Lettres, 2006 ; 2021.

Epigrama Paulini. **The ›*Epigramma Paulini*‹.** Critical Edition with an Introduction, Translation and Commentary by R. Chiappiniello. Berlim: Walter de Gruyter, 2023.

Epist. Arel. = *Epistulae Arelatenses*. In **Monumenta Germaniae Historica**, v. 3, eddidit W. Gundlach. Berlim, 1903. p. 1–83.

Epistola de fide, vita et obitu Wulfilae In: **Corpus Christianorum, series Latina 87**. Eddidit. R. Gryson., Turnholt, 1982, p. 160-166.

Epit. de Caes. = Epitome de Caesaribus. ***Epitome de Caesaribus***, Translated by T. M. Banchich, Nova Iorque: Canisius College Translated Texts, 2009.

ETMG = *Expositio Totius Mundium et Gentium*. ***Expositio totius mundi et gentium,*** introduction, texte critique, traduction, notes et commentaire par J. Rougé, Paris: Editions du Cerf, 1966.

Eusebius = *Eusebius Nanneticus fragmenta*. Editados por Karl Müller e consultados em Sivan, 1992.

Eutr. = Eutropius. Eutrope. **Abrégé d'histoire romaine**. Texte établi et traduit par J. Hellegouarc'h, Paris: Les Belles Lettres, 1999.

Festus. **Festus. Abrégé des hauts faits du peuple romain.** Texte établi par M. –P. Arnaud-Lindet, Paris: Les Belles Lettres, 1994; **Il breuiarium di Rufio Festo: testo, traduzione e commento filologico con una introduzione sull'autore e l'opera**, a cura di M.L. Fele, Hildesheim: Weidmann 2009.

Gildas. *De Exc. Brit*. = *De Excidio et Conquestu Britanniae*. **The Ruin of Britain, and Other Works**. Edited and translated by M. Winterbottom. Londres: Phillimore, 1978.

Greg. Tour. = Gregorius Turonensis; *HF = Historia Francorum* **The *Liber Historiae Francorum***. Edited and translated with an introduction by B. S. Bachrach. Coronado: Coronado Press: 1973.*; In glor. mart. = Liber in gloria martyrum*. **Grégoire de Tours. La Gloire des martyrs**. Texte revisé et traduit par L. Pietri. Paris: Les Belles Lettres, 2020.

Historia Brittonum. **The Historia Brittonum. The Chartres Recension, vol. 2. The Vatican Recension, vol. 3**. Edited by D. N. Dumville. Cambridge: D.S. Brewer, 1985; 1988.

Hyd. = Hydatius. *Chron*. = *Chronicon*. **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana**. Edited with an introduction and commentary by R. Burgess. Oxford: Clarendon Press, 1993.

ILS = *Inscriptiones Latinae Selectae*. ed. H. Dessau. Berlim 1892–1916.

Isid. = Isidorus Hispalensis. *Hist*. = *Historia de Regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. **Las historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla**. Texto estabelecido y traducido por C. Rodríguez Alonso. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1975.

Jer. = Hieronymus. *Chron. an. Abr.* = *Chronicon anno Abraham*. **The Chronicle of St. Jerome**. Online Edition by R. Pearse. Disponível em https://www.tertullian.org/fathers/jerome_chronicle_00_eintro.htm acesso em 31/07/2023 às 16:27.

Jord. = Jordanes. *Get*. = *Getica*. **Iordanes. Getica**. Texte établi, traduit et commenté par A. Grillone. Paris: Les Belles Lettres, 2021.

Julian. = Julianus imperator. *Ep. ad Ath.* = *Epistula ad Athenisenses.* **Julien (l'Empereur) Œuvres complètes. Tome I, 2e partie: Lettres et fragments**. Texte établi et traduit par: Joseph Bidez. Paris: Les Belles Lettres, 2003. ; *Caes.* = *Caesares*. **Julien (l'Empereur). Œuvres complètes. Tome II, 2e partie: Discours de Julien Empereur (X-XII). Les Césars - Sur Hélios-Roi - Le Misopogon**. Texte établi et traduit par C. Lacombrade. Paris: Les Belles Lettres, 2021.

Lact. = Lactantius. *De Mort. Pers.* = *De Mortis Persecutorum*. Lactance. **De la mort des persécuteurs. Tome 2**. Introduction, texte critique et traduction par J. Moreau. Paris: Éditions du Cerf, 2006.

Lat. Ver. = *Laterculus Veronensis*. ***Geographi latini minores***. Collegit, recensuit, prolegomenis instruxit A. Riese. Heilbronne: 1878, 127–129.

LBurg = *Leges Burgindionum*. ***Leges Burgundionum***. Herausgegeben von L. R. von Salis. *Monumenta Germaniae Historica*: *Leges Nationum Germanicarum* 2,1. Berlim: Harrassowitz, 1892.

Liban. = Libanius. *Or.* = *Orationes*. **Selected Letters of Libanius from the Age of Constantius and Julian.** Trad. S. Bradbury. Liverpool: Liverpool University Press, 2004.

LVis. = *Leges Visigothorum*. ***Leges Visigothorum***. Herausgegeben von K. Zeumer. *Monumenta Germaniae Historica*: *Leges Nationum Germanicarum* 1. Berlim: Harrassowitz, 1902.

Not. Dign. occ. = *Notitia Dignitatum pars occidentalis*. **Notitia dignitatum: accedunt Notitia urbis Constantinopolitanae et Laterculi provinciarum** ed. O. Seeck. Berlin 1876.

Not. Gall. = *Notitia Galliarum*. In: Harries, Jill. Church and State in the *Notitia Galliarum*. **Journal of Roman Studies**, n. 68, p. 39–43.

Olymp. = *Olympiodori fragmenta*. In: **Fragmentary Classicising Historians of the Later Roman Empire. Vol. II.** Edited with notes by R. C. Blockley. Liverpool: Francis Cairns, 1983. p. 152–210.

Orientius. *Commotiorum*. In: **Poetae Minores. Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum. Vol. 16**. Recensuit et commentario critico instruxit R. Ellis. Vienna: Austrian Academy of Sciences, 1888. p. 191–243.

Oros. = Paulus Orosius. **Orose. Histoires contre les Païens**, texte établi et traduit par M.-P. Arnaud-Lindet, Paris: Les Belles Lettres, 1990–1991

Ov. = Ovidius. *Fasti*. **Públio Ovídio Nasão. Fastos**. Tradução de M. M. Gouvêa Júnior. São Paulo: Autêntica, 2015.

Pan. Lat. = Panegyrici Latini. ***XII PANEGYRICI LATINI***. recognouit D. Lassandro (Corpus Scriptorum Latinorum Parauianum). Turim: Paravio, 1992.

Paul. Nol. = Paulinus Nolensis. *Epist*. = *Epistulae*. **Paulinus Nolanus. Epistolae**. Eddidit W. Hartel. Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum 29. Leipzig, 1894.

Paul. Pella = Paulinus Pellaeus. *Euch. = Eucharisticos.* **Paulin de Pella. Poème d'action de grâces et prière**. Introduction, texte critique, traduction, notes et index par Cl. Moussy. Paris: Editions du Cerf, 1974.

Paus. = Pausanias. **Guida della Grecia, Libro X. Delfi e la Focide**. Testo e traduzione a cura di U. Bultrighini e commento a cura di U. Bultrighini e M. Torelli. Milão: Mondadori, 2017.

Philost. = Philostorgius. *HE = Historia Ecclesiastica*. **Philostorge. Histoire ecclésiastique.** Texte critique de J. Bidez. Traduction par E. Des Places. Introduction, révision de la traduction, notes et index par B. Bleckmann, D. Meyer et J.-M. Prieur. Paris: Editions du Cerf, 2013.

Plin. = Gaius Plinius Secundus. *HN = Historia Naturalis*. **Pline l'Ancien. Histoire naturelle. Livre XXX (Remèdes tirés des animaux - Magie)**. Texte établi et traduit par: A. Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

Plut. = Plutarchus. *Vit. Mar*. = *Vita Marii*. **Plutarch's Lives**: **Demetrius and Antony. Pyrrhus and Gaius Marius,** ed. e trad. B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

Possid. = Possidius. *Vita Aug*. = *Vita Augustini*. **Possidius *Vita Augustini*: Das Leben Des Augustinus**. Lat. / Dt. Text und Übersetzung W. Geerlings. Berlim: Brill Schoningh, 2005.

Prosp. = Prosperus Aquitanus. *Chron*. = *Chronicon*. **Prosper's chronicle: A critical edition and translation of the edition of 445**. A thesis submitted by D. Brook's A to the Faculty of Graduate and Postdoctoral Studies in partial fulfillment of the requirements for the Master of Arts degree in Classical Studies. Department of Classics and Religious Studies. Faculty of Arts. University of Ottawa, 2014.

Ptol. = Ptolomeus. *Geog*. = *Geographia*. **Claudius Ptolemy. The Geography**. Translated and edited by E. L. Stevenson. With an introduction by J. Fischer. Nova York: Dover, 1991.

RIC = Roman Imperial Coinage.

Rur. = Ruricius. *Epist*. = *Epistulae*. **Ruricio di Limoges. Lettere.** A cura di M. Neri. Pisa: Edizioni ETS, 2009.

Rut. Namat. = Rutilius Namatianus. **Rutilius Namatianus. Sur son retour**. Texte établi et traduit par J. Vessereau et F. Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

Salv. = Salvianus. *De gub. Dei*. = *De gubernatione Dei*. **Salvien de Marseille. Œuvres. Tome II: Du gouvernement de Dieu**. Introduction, texte critique, traduction et notes par G. Lagarrigue. Paris: Editions du Cerf, 1976.

SHA = *Scriptores Historiae Augustae. Aurel. = Aurelianus. Claud. = Claudius. Firm. = Firmus. Marc. = Marcus. Pesc. = Nig. Pescennius Niger. Prob. = Probus. Tac. = Tacitus. Tyr. = Trig. Tyranni Triginta.* **Scriptores Historiae Augustae**, edidit E. Hohl, addenda et corrigenda adiecerunt Ch. Samberger et W. Seyfarth, 2 vol., Leipzig: Teubner, 1971.

Sid. Apol. = Sidonius Apollinaris. *Carm. = Carmina* **Sidoine Apollinaire. Tome I: Poèmes**. Texte établi et traduit par A. Loyen. Paris, Les Belles Lettres: 2002; *Epist. = Epistulae*. **Sidoine Apollinaire. Tome II: Correspondance. Livres I-V** e **Tome III: Correspondance. Livres VI-IX**. Texte établi et traduit par A. Loyen. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

Soc. Const. = Socrates Scholasticus. **Socrate de Constantinople. Histoire ecclésiastique, Livres II–III**. Texte grec de l'édition G. C. Hansen. Traduction par P. Périchon et P. Maraval. Notes par P. Maraval. Paris: Editions du Cerf, 2005.

Soz. = Sozomenus. **Sozomène. Histoire ecclésiastique. Tome IV: Livres VII–X**. Texte grec par J. Bidez e G. C. Hansen. Édition avec la collaboration de: A.-J. Festugière, B. Grillet, G. Sabbah et L. Angliviel de la Beaumelle. Paris: Editions du Cerf, 2008.

Strab. = Strabo. *Geogr*. = *Geographia*. **Strabon, Géographie. Tome. II: Livres III et IV**. Texte établi et traduit par F. Lasserre. Paris: Les Belles Lettres, 1966; **Tome IV: Livre VII**. Texte établi et traduit par R. Baladié. Paris: Les Belles Lettres, 2021.

Suet. = Suetonius. *Claud. = Vita Claudii*. **Suétone. Vie des douze Césars. Tome II: Tibère - Caligula - Claude – Néron**. Texte établi et traduit par: Henri Ailloud. Paris: Les Belles Lettres, 2021.

Sulp. Alex. = *Sulpicius Alexander fragmenta*. In: van Hoof, Lieve e van Nuffelen, Peter. **The Fragmentary Latin Histories of Late Antiquity (AD 300–620)**. Edition, Translation and Commentary. Cambridge, Cambridge University Press, 2020. p. 81–98.

Sulp. Sev. = Sulpicius Severus. *Chron*. = *Chronicon*. **Sulpice Sévère. Chroniques**. Introduction, texte critique, traduction et commentaire par G. de Senneville-Grave. Paris: Editions du Cerf, 1999.; *Dial*. = *Dialogi*. **Sulpice Sévère. Gallus. Dialogues sur les "vertus" de saint Martin.** Introduction, texte critique, traduction et notes par J. Fontaine, avec la collaboration de N. Dupré. Paris: Editions du Cerf, 2006. *Mart*. = *Vita Sancti Martini*. **Sulpice Sévère. Vie de Saint Martin**. Tome I. Introduction, texte et traduction par J. Fontaine. Paris: Editions du Cerf, 2011.

Symm. = Quintus Aurelius Symmachus. *Or. = Orationes. Relat. = Relationes*. **Symmaque.**

T. Liv. = Titus Livius. **Tite-Live. Histoire romaine. Tome XVIII: Livre XXVIII**. Texte établi et traduit par P. Jal. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

Tac. = Tacitus. *Germ*. = *Germania*. **Tacite. Dialogue des orateurs, Vie d'Agricola, La Germanie**. Texte établi et traduit par Henri Goelzer, H. Bornecque, G. Rabaud. Paris: Les Belles Lettres, 1922; *Ann*. = *Annales*. **Tacite. Annales: Tome I. Livres I-III - Tome II. Livres IV-XII**. Texte établi et traduit par Henri Goelzer. Paris: Les Belles Lettres, 1958 ed. M. Fuhrmann, Stuttgart 1972

Tert. = Tertulianus. *De Anim. = De Anima*. **Tertullien. De l'âme**. Introduction, texte latin, apparats et notes par J. Leal. Traduction par P. Mattei. Paris: Editions du Cerf, 2019.

Them. = Themistius. *Or. = Orationes*. In: Heather, Peter e Moncur, David. Politics, **Philosophy and Empire in the Fourth Century**: Themistius' Select Orations. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

Virg. = Vergilius. *Aen*. = *Aeneida*. **Virgile. Énéide. Tome I: Livres I-IV; Tome II: Livres V-VIII; Tome III: Livres IX-XII**. Texte établi et traduit par J. Perret. Paris: Les Belles Lettres, 2018.

Zos. = Zosimus. **Zosime. Histoire nouvelle. Tome I: Livres I et II; Tome II, 1re partie: Livre III ; Tome II, 2e partie: Livre IV Tome III, 1re partie: Livre V. Tome III, 2e partie: Livre VI. Index général**. Texte établi et traduit par Fr. Paschoud. Paris: Les Belles Lettres, 1989–2000.

b) Bibliografia secundária

Aimé, Gérard e Louis, Gérard. La grotte de la Roche à Saint-Hippolyte (Doubs): histoire et archéologie. **Bulletin de la Société d'Émulation de Montbéliard**, v. 105, 1982, p. 43–88.

Alföldy, Géza. The Crisis of the Third Century as Seen by Contemporaries. **Greek, Roman, and Byzantine Studies**, v. 15, n. 1, p. 89–111, 1974.

Allen, Susan J. **The Role and Perception of the *Civitas* in Late Roman and Frankish Gaul**. Tese de doutorado em História Moderna defendida na Universidade de Oxford, 1989.

Amherdt, David. **Sidoine Apollinaire, Le quatrième livre de la correspondance**: Introduction et commentaire. Bruxelas: Peter Lang, 2001.

Amory, Patrick. **People and Identity in Ostrogothic Italy, 489-554**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Ando, Clifford. Was Rome a Polis? **Classical Antiquity**, v. 18, n. 1, p. 5–34, 1999.

_____. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire.** Los Angeles: University of California Press, 2000.

_____. **Imperial Rome AD 193 to 284**: The Critical Century. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

Angliviel de la Beaumelle, Laurent. Notas na edição francesa de Amiano Marcelino, tomo VI (Livros 29–31), por Guy Sabbah. Paris: Les Belles Lettres, 1999.

Antiqueira, Moisés. O Império Romano entre a *Romanitas* e a *Barbaritas*: As Histórias abreviadas de Aurélio Vítor. In: Carvalho, Margarida Maria; Silva, Glaydson José da; Silva, Maria Aparceida de Oliveira (Orgs.). **A Ideia de História na Antiguidade Tardia**. Curitiba: CRV, 2021. p. 59–90.

Arce, Javier. Frontiers of the Later Roman Empire: Perceptions and Realities. In: Pohl, Walter, Wood, Ian e Reimitz, Helmut (orgs.). **The Transformation of Frontiers**: From Late Antiquity to the Carolingians. Boston: Brill, 2001. p. 5–14.

Bachrach, Bernard S. Another Look at the Barbarian Settlement in Southern Gaul. **Traditio**, v. 25, p. 354–358, 1969.

_____. The Fortification of Gaul and the Economy of the Third and Fourth Centuries. **Journal of Late Antiquity**, v. 3, n. 1, p. 38–64, 2010.

_____. Vouillé and the Decisive Battle Phenomenon in Late Antique Gaul. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **The Battle of Vouillé, 507 CE**: Where France Began. Berlim: De Gruyter, 2012. p. 11–42.

Bakker, Lothar. Raetien unter Postumus. Das Siegesdenkmal einer Juthungenschlacht im Jahre 260 n. Chr. aus Augsburg. **Germania**, n. 71, p. 369–386, 1993.

Barbero, Alessandro. **Barbari**: Immigrati, profughi, deportati nell'impero romano. Roma: Laterza, 2006.

Barker, Margaret. **The Lost Prophet**: The Book of Enoch and Its Influence on Christianity. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, 2005.

Barnes, Timothy D. **The New Empire of Diocletian and Constantine**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

_____. **Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

_____. *Epitome de Caesaribus*. **The Classical Review**, v. 52, n. 1, p. 25–27, 2002.

Barnish, Sam J. B. Land and Barbarian Settlement in the Western Empire. **Papers of the British School at Rome**, v. 54, p. 170–195, 1986.

Barnwell, Paul S. **Emperor, Prefects & Kings**: The Roman West, 395–565.Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

Bastiaensen, Antoon A. R. Commento. In: Mohrmann, Christine (org.). **Vite dei Santi dal III al VI secolo**. Vol. 3: Vita di Cipriano. Vita di Ambrogio. Vita di Agostino. Roma: Fondazione Lorenzo Valla e Arnaldo Mondadori: 1975. p. 249–454.

Bastien, Pierre. **Le monnayage de Magnence (350–353)**. Wetteren, Belgique: Éditions numismatique romaine, 1983.

_____. **Le médaillon de plomb de Lyon** (Numismatique romaine: Essais, Recherches et Documents. Supplément 18). Wetteren: Éditions Numismatique romaine, 1989.

Bayard, Didier. La chronologie des enceintes urbaines de l'Antiquité tardive dans le diocese des Gaules: état de la question. In: Bayard, Didier e Fourdrin, Jean-Pascal (eds.). **Villes et fortifications de l'Antiquité tardive dans le nord de la Gaule**. Villeneuve d'Ascq: Revue du Nord, 2019. p. 109–132.

Becker, Audrey. **Les relations diplomatiques romano-barbares en Occident au Ve siècle**: acteurs, fonctions, modalités. Paris: De Boccard, 2012.

Beaujard, Brigitte. L'évêque dans la cité en Gaule aux Ve et VIe siècles. In: Lepelley, Claude (org.). **La fin de la cité antique et le début de la cité médiévale de la fin du IIIe siècle à l'avènement de Charlemagne**. Actes du Colloque à l'Université de Paris X-Nanterre, les 1-3 avril 1993. Bari: Edipuglia, 1996. p. 127–145.

Benedetti, Pedro. A imagem do imperador Galieno (r. 260 – 268) e o peso de um século conturbado. **Dia-Logos**, v. 10, n. 1, p. 70–80, 2016.

Besserer, Frederico. Identidade Nacional, Identificação e Corpo. In: Sallum Júnior, Brasílio João *et al*. (orgs.). **Identidades**. São Paulo: Edusp, 2016. p. 101–124.

Birley, Anthony R. **The Roman Government of Britain**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Blanchet, Adrien. **Les trésors de monnaies romaines et les invasions germaniques en Gaule**. Paris: Leroux, 1900.

_____. Villes de la Gaule romaine aux Ier et IVe siècles de notre ère. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, v. 50, n. 3, 1906, p. 192–196.

_____. **Les rapports entre les dépôts monétaires et les événements militaires, politiques et économiques**. Paris: Feuardent, 1936.

Bloch, Marc. Sur les Grands Invasions: quelques positions de problèmes. In: Bloch, Marc. **Mélanges historiques**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. p. 90–109.

Blockley, Roger C. Roman-Barbarian Marriages in the Late Empire. **Florilegium**, v. 4, p. 63–79, 1982.

_____. The dynasty of Theodosius. In: Cameron, Averil e Garnsey, Peter (orgs.). **The Cambridge Ancient History**. vol XIII: The Late Empire, A.D. 337–425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 111–137.

Bonjour, Madeleine. "La *patria* de Sidoine Apollinaire". In: Burnand, Yves (org.). **Mélanges de littérature et d'épigraphie latines d'histoire ancienne et d'archéologie**: hommage à la mémoire de Pierre Wuilleumier. Paris: Les Belles Lettres, 1980. p. 25–37.

Bonnan-Garçon, Camille. Au-delà du casque à cornes: Théodoric, monarque parfait et ami des poètes. **Interférences**, v. 11, p. 1–11, 2018.

Bossuat, Robert. Compte-rendu de Pierre Courcelle. Histoire littéraire des grandes invasions germaniques. **Bibliothèque de l'école des chartes**, v. 107, n, 2. p. 315–317, 1948.

Bourguignon, Claire. Nouveaux apports sur l'évolution de la topographie urbaine de Troyes (Aube) au haut Moyen Âge. **Revue archéologique de l'Est**, v. 64, p. 333–362, 2015.

Bouvier-Ajam, Maurice. **Les Empereurs gaulois**. Paris: Tallandier, 2000.

Bowlus, Charles R. Ethnogenesis Models and the Age of Migrations: A Critique. **Austrian History Yearbook**, v. 26, n. 1, p. 147–164, 1995.

Bravo, Gonzalo. La función de los *agri deserti* en la economia imperial, de Aureliano a Teodosio. **Memorias de historia antigua**, n. 3, p. 157–169, 1979.

Brown, Peter. **The World of Late Antiquity**: AD 150–750. Londres: Thames and Hudson, 1971.

_____. **The Rise of Western Christendom**: Triumph and Diversity, AD 200–1000. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

Brubaker, Rogers. Ethnicity without groups. **European Journal Of Sociology**, v. 43, n. 2, p. 163–189, 2002.

Brulet, Raymond. La céramique Rugueuse de l'Eifel. In: Brulet, Raymond; Vilvorder, Fabienne e Delage, Richard. **La Céramique Romaine en Gaule du Nord:** Dictionnaire des céramiques. La vaisselle à large diffusion. Turnhout: Brepols, 2010. p. 402–423.

Bullard, Eva. ***Marcomannia* in the making**. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Estudos Gregos e Romanos da Universidade de Victoria, 2008.

Burckhardt, Jacob. **The Age of Constantine the Great**. Berkley: University of California Press, 1949.

Burgersdijk, Diederik. Creating the enemy: Ammianus Marcellinus' double digression on Huns and Alans (*Res Gestae* 31.2). **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, v. 59, n. 1, p. 111–132, 2016.

Burgess, Richard W. From *Gallia romana* to *Gallia gothica*: the view from Spain In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 19–27.

_____. **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

_____. The Gallic Chronicle of 452: A New Critical Edition with a Brief Introduction. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2017. p. 52–84.

_____. A Common Source for Jerome, Eutropius, Festus, Ammianus, and the Epitome de Caesaribus between 358 and 378, along with Further Thoughts on the Date and Nature of the Kaisergeschichte. **Classical Philology**, v. 100, n. 2, p. 166–92, 2005.

Burns, Thomas S. **A History of the Ostrogoths**. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

_____. The Visigothic settlement of 418. In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 53–63.

_____. **Barbarians at within the Gates of Rome**: A Study of Roman Military Policy and the Barbarians, ca. 375–425 A.D. Bloomington: University of Indiana Press, 1994.

_____. **Rome and the Barbarians, 100 B.C.–A.D. 400**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

Burns, Vincent. The Visigothic settlement in Aquitaine: imperial motives. **Historia** Zeitschrift für Alte Geschichte v. 41, n. 3, p. 362–73, 1992.

Bursche, Aleksander. Function of Roman Coins in *Barbaricum* of Later Antiquity: An Anthropological Essay. In: Bursche Aleksander; Ciołek, Renata e Wolters, Reinhard (orgs.). **Roman Coins Outside the Empire**: Ways and Phases, Contexts and Functions. Wetteren: Moneta, 2008. p: 395–416.

Bury, John B. **History of the Later Roman Empire from the Death of Theodosius I to the Death of Justinian**. Londres: MacMillan, 1923.

_____. **The Invasion of Europe by the Barbarians**. Londres: Lume, 2015.

Bustamante, Regina. Práticas Culturais no Império Romano: entre unidade e diversidade. In: Silva, Gilvan V. da e Mendes, Norma M. (orgs.) **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 109–136.

Butler, Ronald M. Late Roman Town Walls in Gaul. **Archaeological Journal**, n. 116, v. 1, p. 25–50, 1959.

Cameron, Alan. The Date of Zosimus' New History. **Philologus**, v. 113, n. 1–2, p. 106–110, 1969.

Carroll-Spillecke, Maureen. The late Roman frontier fort Divitia in Cologne-Deutz and its garrisons. In Groenman-Van Waateringe, Willy *et al*. (orgs.). **Roman Frontier Studies 1995**: Proceedings of the XVIth International Congress of Roman Frontier Studies. Oxford, 1997, pp. 143–149.

Carreras, Cèsar e Gonzales Cesteros, Horacio. Ánforas tarraconenses para el *limes* germano. Una nueva visión sobre las Oberaden 74. *In*: Casasola, Darío B. e I Lacomba, Albert R. (orgs.). **Cerámicas hispanorromanas II**: Producciones regionales. Cádiz: UCA, 2012. p. 257–277.

Carvalho, Margarida Maria de. Prefácio: As Marcas da Política na Construção de uma Identidade Plural. In: Funari, Pedro P. A. Silva, Maria A. de O. (orgs.). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 9–15.

_____.; Gonçalves, Bruna C. e Viotti, Ana C. de C. Barbarização do Exército Romano e Renovação Historiográfica: novas perspectivas sobre o tema. **História**: Questões e Debates, n. 48/49, p. 147-163, 2008.

Casey, Peter J. **Carausius and Allectus**: The British Ususrpers. Londres: Atsford, 2005.

Cesa, Maria. *Hospitalitas* o altre “techniques of accommodation”? A proposito di un libro recente. **Archivo Storico Italiano**, v. 40, p. 539–352, 1982.

Gonzales Cesteros, Horacio e Tremmel, Bettina. Aceite, vino y salazones hispanos en Oberaden. ***De vino et oleo Hispaniae*: AnMurcia**, v. 27–28, p. 527–542, 2011–2012.

Chastagnol, André. Le repli sur Arles des services administratifs gaulois en l'an 407 de notre ère. **Revue Historique**, v. 249, n. 1, p. 23–40, 1973.

_____. Les « quinquennalia » de Valentinien Ier et Valens. In: Huvelin, Hélène *et al.* (orgs.). **Mélanges de numismatique offerts à Pierre Bastien**: À L'occasion de Son 75e Anniversaire. Wetteren: Éditions NR, 1987. p. 255–266.

Chickering, Roger. **We men who feel most German**: a cultural study of the Pan-German League, 1886–1914. Londres: Allen & Unwin 1984.

Christol, Michel. Réflexions sur le provincialisme gallo-romain. In: Comité Español de Ciencias Históricas e Comité Français des Sciences Historiques. **Centralismo y descentralización**: modelos y procesos históricos en Francia y España. Coloquio Franco-Español (Madrid, 10-14 octubre 1984). Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1985. p. 77–100.

_____ e Loriot, Xavier. À propos de l'inscription d'Augsbourg: remarques liminaires. **Cahiers Du Centre Gustave Glotz**, v. 8, p. 223–7, 1997.

_____ . **L'Empire Romain du III siecle:** 192-325 apr. J.-C. Paris: Errance. 2006.

Chrysos, Evangelos K. Legal Concepts and Patterns for the Barbarians' Settlement on Roman Soil. In: Chrysos, Evangelos K. e Schwarcz, Andreas (orgs.) **Das Reich und die Barbaren**. Viena: Böhlau, 1989. p. 13–24.

Cicco, Pasqua de. L'historien Eusèbe (de Nantes ?): nouvelles perspectives. **Revue des études tardo-antiques**, n. 3, p. 211–242, 2013/2014.

Courcelle, Pierre P. **Histoire Littéraire des Grandes Invasions Germaniques**. Paris: Études Augustiniennes, 1964.

Craven, Maxwell. **Magnus Maximus**: The Neglected Roman Emperor and his British Legacy. Gloucestershire: Amberley, 2023.

Croke, Brian. Arbogast and the Death of Valentinian II. **Historia**: Zeitschrift für Alte Geschichte. v. 25, n. 2, p. 235–244, 1976.

Cunliffe, Barry. Aspects of urbanization in northern Europe. In: Grew, Francis e Hobley, Brian (eds.) **Urban Topography in Britain and the Western Empire**. Londres: The Council for British Archaeology, 1985, p. 1–5.

Curran, John. From Jovian to Theodosius. In: Cameron, Averil e Garnsey, Peter (orgs.). **The Cambridge Ancient History**. vol XIII: The Late Empire, A.D. 337–425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 78–137.

Delaplace, Christine. Les relations entre les Wisigoths et le pouvoir romain de 411 à 439: Comment faut-il interpréter la politique des *foedus* et la logique de ses acteurs dans la Gaule de la première moitié du Ve siècle ap. J.-C.? In: Diefenbach, Steffen e Müller, Gernot M. (orgs.). **Gallien in Spätantike und Frühmittelalter**: Kulturgeschichte einer Region. Berlim: Walter de Gruyter, 2013. p. 25–44.

_____. **La fin de l'Empire romain d'Occident**: Rome et les Wisigoths de 382 à 531. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2015.

De Man, Adriaan. As defesas das cidades romanas do Ocidente. In: Oliveira, Francisco de, *et al.* (orgs). **A queda de Roma e o alvorecer da Europa**. Coimbra: IUC, 2013. p. 103–116.

Demougeot, Émilienne. *Laeti* et *Gentiles* dans la Gaule romaine du IVe siècle. In: **Actes du Groupe de Recherches sur l'Esclavage depuis l'Antiquité**, v.1, p. 101–112, 1972.

_____. **La formation de l'Europe et les invasions barbares**. 2. De l'avènement de Dioclétien au début du VIe siècle, I. Paris: Aubier, 1979.

_____. Restrictions à l'expansion du droit de cité dans la seconde moitié du IVe siècle. **Ktèma**, n°6, p. 381–393, 1981.

_____. Modalités d'établissement des fédérés barbares de Gratien et de Théodose. In: _____. **L'Empire romain et les barbares d'Occident (IVe-VIIe siècle)**: Scripta varia. Paris: Publications de la Sorbonne, 1988a. p. 43–60.

_____. A propos des lètes gaulois du IVe siècle. In: _____. **L'Empire romain et les barbares d'Occident (IVe-VIIe siècle)**: Scripta varia. Paris: Publications de la Sorbonne, 1988b. p. 61–74

den Boeft, Jan; Drijvers, Jan; den Hengst, Daniël e Teitler, Hans C. **Philological and Historical Commentary on Ammianus Marcellinus XXXI**. Leiden: Brill, 2018.

de Ste. Croix, Geoffrey E. M. **The Class Struggle in the Ancient Greek World**: from the Archaic Age to the Arab Conquests. Nova Iorque: Cornell University Press, 1981.

Dey, Hendrik. Art, Ceremony, and City Walls: The Aesthetics of Imperial Resurgence in the Late Roman West. **Journal of Late Antiquity**, vol. 3. n. 1, p. 3–37, 2010.

Díaz, Pablo C. Visigothic political institutions. In: Heather, Peter J. (org.). **The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century**: An Ethnographic Perspective. San Marino: Boydell & Brewer, 1999. p. 321–372.

d'Ors, Álvaro. "Un arbitrista del siglo IV y la decadencia del Imperio Romano." **Cuadernos de la Fundación Pastor**, n. 7, p. 41–69, 1963.

Drijvers, Jan W. Geographical Digressions in Ammianus Marcellinus, aula ministrada na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, 23 de Março de 2005.

_____ e Teitler, Hans C. Gratian's Campaign against the Lentienses and his Journey to Thrace (Ammianus Marcellinus 31.10 & 31.11.6): A New Chronology. **Historia**: Zeitschrift für alte Geschichte, v. 68, n. 1, p. 115–124, 2019.

Drinkwater, John F. Peasants and Bagaudae in Roman Gaul. **Classical Views**, v. 23, n. 3, p. 349–371, 1984.

_____. Urbanization in the Three Gauls: some observations. In: Grew, Francis e Hobley, Brian (eds.) **Urban Topography in Britain and the Western Empire**. Londres: The Council for British Archaeology, 1985, p. 49–55.

_____. **The Gallic Empire**: Separatism and Continuity in the North-western Provinces of the Roman Empire, A.D. 260-274. Stuttgart: Franz Steiner, 1987.

_____. Gallic Attitudes to the Roman Empire in the Fourth Century: Continuity or Change? In: Herzig, Heinz E. e Frei-Stolba, Regula (orgs.). **Labor omnibus unus**: Gerold Walser zum 70. Geburtstag dargebracht von Freunden, Kollegen und Schülern Stuttgart: F. Steiner Verlag Wiesbaden, 1989. p. 136–155.

_____. The Bacaudae of fifth-century Gaul. In: Drinkwater, John e Elton, Hugh (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 208 – 218.

_____. Silvanus, Ursicinus, and Ammianus: Fact or Fiction? In: Deroux, Carl. **Studies in Latin Literature and Roman History**, vol. VII. Bruxelas: Latomus, 1994. p. 568 –576.

_____. The "Germanic Threat" on the Rhine Frontier: A Romano-Gallic Artefact? In: Mathisen, Ralph e Sivan, Hagith. **Shifting Frontiers in Late Antiquity**. Aldershot: Variorum, 1996. p. 20–30.

_____. Julian and the Franks and Valentinian I and the Alamanni: Ammianus on Romano-German Relations. **Francia**. v. 24, n. 1, p. 1–16, 1997.

_____. The Usurpers Constantine III (407–411) and Jovinus (411–413). **Britannia**, v. 29, p. 269–298, 1998.

_____. Ammianus, Valentinian and the Rhine Germans. In: Drijvers, Jan Willem e Hunt, David **The late Roman world and its historian**: interpreting Ammianus Marcellinus. Londres: Routledge, 1999. p. 127–137.

_____. The Revolt and Ethnic Origin of the Usurper Magnentius (350–353), and the Rebellion of Vetranio (350). **Chiron**. v. 30, p. 131–159, 2000.

_____.; Elton, H. (orgs.). **Fifth-Century Gaul:** A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. **The Alammani and Rome 213–496**: Caracalla to Clovis. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. **Roman Gaul**: The Three Provinces, 58 BC–AD 260. Nova York: Routledge, 2014.

Drost, Vincent. Le trésor de Mont-Saint-Sulpice (Yonne): un demi-*argenteus* et 1 086 *nummi* (terminus 310 après J.-C.). **Trésors monétaires**, Trésors de la Gaule et d'Afrique du Nord au IVe siècle de notre ère, n. 23, p. 35–73, 2009.

Dunn, Geoffrey D. Flavius Constantius and Affairs in Gaul between 411 and 417. **Journal of the Australian Early Medieval Association**, v. 10, p. 1–21, 2014.

_____. Flavius Constantius, Galla Placidia, and the Aquitanian Settlement of the Goths. Phoenix, v. 69, n. 3–4, p. 376–393, 2015.

Durliat, Jean. Le salaire de la paix sociale dans les royaumes barbares (Ve–VIe siècles). In: Wolfram, Herwig e Schwarcz, Andreas (orgs.). **Anerkennung und Integration**: zu den wirtschaftlichen Grundlagen der Völkerwanderungszeit 400–600. Viena: Austrian Academy of Sciences Press, 1988. p. 21–72.

_____. **De l'Antiquité au Moyen Âge**: l'Occident de 313 à 800. Paris: Ellipses, 2014.

Edmondson, Jonathan. Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE-250 CE. In: Potter, David (org.). **A Companion to the Roman Empire**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 250–280.

Eich, Peter. **Zur Metamorphose des politischen Systems in der römischen Kaiserzeit**: Die Entstehung einer „personalen Bürokratie“ im langen dritten Jahrhundert. Berlim: Akademie Verlag, 2005.

Elliott, Thomas G. **Ammianus Marcellinus and Fourth Century History**. Toronto: S. Stevens, 1983.

Elton, Hugh. Defense in fifth-century Gaul. In: Drinkwater, John e Elton, Hugh (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 167–176.

_____. **Frontiers of the Roman Empire**. Londres: Batsford, 1996.

_____. **The Roman Empire in Late Antiquity**: A Political and Military History. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Engel, Jean-Marie e Palanque, Jean-Rémy. **O Império Romano**. São Paulo: Atlas, 1978.

Escribano, María V. The Letter from Magnus Maximus to Valentinian II (*CA* 39): Two Imperial Images in Conflict. In: Ruiz, María P. G. e Puertas, Alberto J. Q. (org.). **Emperors and Emperorship in Late Antiquity**: Images and Narratives. Leiden: Brill, 2021. p. 177–198.

Esders, Stefan. Gallic Politics in the Sixth Century. In: Murray, Alexander C. (ed.) **A Companion to Gregory of Tours**. Boston: Brill, 2015. p. 429–461.

Esmonde-Cleary, Simon. **The Ending of Roman Britain**. Londres: Routledge, 2000.

_____. **The Roman West, AD 200–500**: An Archaeological Study. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Urban defences in late Roman Gaul: civic monuments or state installations. In: Intagliata, Emanuele E. *et al*. **City Walls in Late Antiquity**: an empire-wide perspective. Oxford: Oxbow, 2020. p. 27–50.

Fear, Andrew T. (ed.) **Orosius. Seven Books of History against the Pagans**. Translation with introduction and notes. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.

Fehr, Hubert. *Volkstum* as Paradigm: Germanic People and Gallo-Romans in Early Medieval Archaeology since the 1930s. In: Gillett, Andrew (org.). **On Barbarian Identity:** critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2002. p. 177–200.

Ferguson, Thomas S. Sidonius Apollinaris and the Muses: Reception of an Epic Tradition in the Poems and Letters. In: Baun, Jane *et al*. (orgs.). **Studia Patristica**. Vol. XLVIII. Paris: Peters, 2010. p. 289–294.

Février, Paul-Albert. Enceinte et colonie (de Nimes à Vérone, Toulouse et Tipasa). **Rivista di studi liguri**, n. 35, p. 277–286, 1969.

_____. *Vetera* et *nova*: le poids du passé, les germes de l'avenir, III^{e}–VI^{e} siècle. In: Duby Georges (org.). **Histoire de la France urbaine**. Tome I: La ville antique des origines au IX^{e} siècle. Paris: Seuil, 1980, p. 393–493.

Fichtl, Stephan. Des capitales de cités gauloises aux chefs-lieux de province: le cas de Reims-Durocortorum. In: Arbulo, Joaquín Ruiz de. **Simulacra Romae**: Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Tarragona: El Médol, 2004, p. 295–306.

Fo, Alessandro. Sidonio nelle mani di Eurico (*Ep*. VIII 9). Spazi della tradizione culturale in un nuovo contesto romanobarbarico. In: Rotili, Marcello (org.). **Memoria del passato, urgenza del futuro**: Il mondo romano fra V e VII secolo. Atti delle VI Giornate di Studio sull'età romanobarbarica, Benevento, 18-20 giugno 1998. Nápoles: Arte Tipografica, 1999. p. 17–37.

_____. Arginare la decadenza da 'minore'. Sidonio Apollinare. In: Ronchey, Silvia (org.). **La decadenza**: un seminario. Palermo: Sellerio, 2002. p. 154–190.

Fontaine, Jacques. **Sulpice Sévère**: Vie de Saint Martin. Tome II: Commentaire (jusqu'à *Vita* 19). Paris: Les Éditions du Cerf, 1968.

Frézouls, Edmond. La mission du *magister equitum* Ursicin en Gaule (355-357) d'après Ammien Marcellin. In: Renard, Marcel. **Hommages à Albert Grenier II**. Bruxelas: Latomus. p. 673–688.

Funari, Pedro Paulo A. e Garraffoni, Renata S. **Historiografia**: Salústio, Tito Lívio e Tácito. Campinas: Edunicamp, 2016.

_____. Rostovtzeff e a contribuição da Arqueologia para a História Antiga. In: Silva, Glaydson J. e Carvalho, Alexandre G. (orgs.). **Como se Escreve a História da Antiguidade**: Olhares sobre o Antigo. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

Fustel de Coulanges, Numa D. **Histoire des institutions politiques de la France**. v. 2: L'invasion germanique et la fin de l'empire. Paris: Hachette, 1904.

Gamillscheg, Ernst. **Romania Germanica**: Sprach und Siedlungsgeschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreiches, I. Berlin: Walter De Gruyter, 1970.

García-Galo, Alfonso. Notas sobre el reparto de tierras entre visigodos y romanos. **Hispania**: Revista española de historia, v. 1, n. 4, p. 40–63, 1941.

Gaupp, Ernst T. **Die germanischen Ansiedlungen und Landtheilungen in den Provinzen des Römischen Westreiches**: in ihrer völkerrechtlichen Eigenthümlichkeit und mit Rücksicht auf verwandte Erscheinungen der alten Welt und des späteren Mittelalters. Breslau: Josef Max, 1844.

Gianfrotta, Piero A. Le vie di comunicazione. In: Momigliano, Arnaldo e Schiavone, Aldo (orgs.). **Storia di Roma**. Tomo 4: Caratteri e Morfologie. Torino: Einaudi, 1989. p. 301–322.

Gibbon, Edward. **The Decline and the Fall of the Roman Empire**. v.1 (AD 180–476). Nova York: The Modern Library, 1932.

Gillett, Andrew. Ethnogenesis: A Contested Model of Early Medieval Europe. **History Compass**, v. 4, n. 2, p. 241–260, 2006.

Goffart, Walter A. ***Caput* and Colonate**: towards a history of late Roman taxation. Toronto: University of Toronto Press, 1974.

_____. **Barbarians and Romans**: A.D. 418–584. Princeton: Princeton University Press, 1980.

_____. Rome, Constantinople, and the Barbarians. **The American Historical Review**, v. 86, n. 2, 1981, p. 275–306.

_____. The Theme of 'The Barbarian Invasions' in Late Antique and Modern Historiography. In: Chrysos, Evangelos K. e Schwarcz, Andreas (orgs.). **Das Reich und die Barbaren**. Viena: Böhlau, 1989. p. 87–108.

_____. **Barbarian Tides**: The Migration Age and the Later Roman Empire. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

_____. Administrative Methods of Barbarian Settlement in the Fifth Century: The Definitive Account. In: Diefenbach, Steffen e Müller, Gernot M. (orgs.). **Gallien in Spätantike und Frühmittelalter**: Kulturgeschichte einer Region. Berlim: Walter de Gruyter, 2013. p. 45–58.

Gonzalez, Valérie; Ouzoulias, Pierre e van Ossel, Paul. Saint-Ouen-du-Breuil: un habitat germanique du IVe siècle apr. J.-C. en Haute-Normandie. **Revue Archéologique**, n. 1, p. 203–210, 1999.

_____. Des Germains en Lyonnaise seconde? A propos de la découverte récente d'un habitat du 4e siècle à Saint-Quen-du-Breuil (Haute-Normandie, France). In: Taayke, Ernst *et al*. (orgs.) **Essays on the Early Franks**. Groningen: Barkhuis, 2003. p. 150–164.

Goodrich, Richard J. **Contextualizing Cassian**: Aristocrats, Asceticism, and Reformation in Fifth-Century Gaul. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. **Sulpicius Severus**: The Complete Works. Introduction, Translation, and Notes. Nova Iorque: Newman Press, 2016.

Green, Dennis. H. **Language and History in the Early Germanic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Green, Roger P. H. **The Works of Ausonius**. Oxford: Clarendon, 1991.

Grey, Cam. Revisiting the 'Problem' of *agri deserti* in the Late Roman Empire. **Journal of Roman Archaeology**, v. 20, p. 362–376, 2007.

_____. The *ius colonatus* as a Model for the Settlement of Barbarian Prisoners-of-War in the Late Roman Empire? In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs). **Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World**: Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity. Farnham: Ashgate, 2011. p. 147–160.

Grzywaczewski, Joseph. The Passage from *Romanitas* to *Christianitas* According to Sidonius Apollinaris (t c. 486). In: Baun, Jane *et al*. (orgs.). **Studia Patristica**. Vol. XLVIII. Paris: Peters, 2010. p. 295–302.

Halsall, Guy. The origins of the *Reihengräberzivilisation*: forty years on. In: Drinkwater, John e Elton, Hugh (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 196–207.

_____. Funny foreigners: laughing with the barbarians in late antiquity. In: Halsall, Guy (org.). **Humour, History and Politics in Late Antiquity and the Early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 89–113.

_____. The Barbarian invasions. In: Fouracre, Paul (org.). **The New Cambridge Medieval History**. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2006a. p. 35–55.

_____. Movers and shakers: the barbarians and the fall of Rome. In: Noble, Thomas F. X. (ed.) **From Roman Provinces to Medieval Kingdoms**. Londres: Routledge, 2006b. p. 230–214.

_____. **Barbarian Migrations and the Roman West, 376–568**. Cambridge: University Press, 2007.

_____. The technique of barbarian settlement in the fifth century: a reply to Walter Goffart. **Journal of Late Antiquity**, v. 3, n. 1, p.99–112, 2010.

_____. The 'Barbarian Migrations' in the 21st Century. **Blog Historian on the Edge**: The Historical, Philosophical and Political Musings of an Autistic Historian. York, 6 de março de 2019. Disponível em: https://edgyhistorian.blogspot.com/2019/03/the-barbarian-migrations-in-21st-century.html. Acesso em: 18 de abril de 2023.

Hanut, Frédéric, Goffioul, Claire e Goemaere, Eric. L'établissement germanique du Bas-Empire à Baelen/Nereth, province de Liège (Belgique). In: Annaert, Rica *et al*. (orgs.). **The very beginning of Europe?** Cultural and Social Dimensions of Early-Medieval Migration and Colonisation (5th–8th century). Bruxelas: Flanders Heritage Agency, 2012. p. 243–254.

_____. *et al*. Baelen/Baelen: l'établissement rural germanique de Nereth. Synthèse de l'étude du mobilier archéologique. **Chronique de l'Archéologie Wallonne**, n. 20, p. 150-156, 2013.

Harries, Jill D. Church and State in the *Notitia Galliarum*. **The Journal of Roman Studies**, v. 68, p. 26–43, 1978.

_____. Christianity and the city in Late Roman Gaul. In: Rich, John (org.). **The City in Late Antiquity**. Londres: Routledge, 1992. p. 77–98.

_____. **Sidonius Apollinaris and the fall of Rome, AD 407–485**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____. Sidonius Apollinaris and the frontiers of *romanitas*. In: Mathisen, Ralph W. e Sivan, Hagith (orgs.). **Shifting Frontiers in Late Antiquity**. Aldershot: Variorum, 1996. p. 31–44.

_____. Not the Theodosian code: Euric's law and late fifth-century Gaul. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2001. p. 39–51.

Haroche-Bouzinac, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: Edusp, 2016.

Harper, Kyle. **Slavery in the Late Roman World**: AD: 275 – 425. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Hatt, Jean-Jacques. **Histoire de la Gaule romaine:** 120 avant J.-C.–451 après J.-C. Colonisation ou colonialisme ? Paris: Payot, 1970.

Haverfield, Francis. **Ancient Town-Planning**. Oxford: Clarendon Press, 1913.

Havet, Julien. Du partage des terres entre les romains et les barbares chez les Burgondes et les Visigoths. **Revue Historique**, v. 6, n. 1, p. 87–99, 1878.

Heather, Peter J. e Matthews, John. **Goths in the Fourth Century**. Liverpool: Liverpool University Press, 1991.

Heather, Peter J. The emergence of the Visigothic kingdom. In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 84–94.

_____. **Goths and Romans (332–489)**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____. The Huns and the End of the Roman Empire in Western Europe. **The English Historical Review**, v. 110, n. 435, p. 4–41, 1995.

_____. Goths and Huns, c. 320–425. In: Cameron, Averil e Garnsey, Peter (orgs.). **The Cambridge Ancient History**. vol XIII: The Late Empire, A.D. 337–425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 487–515.

_____. The creation of the Visigoths. In: Heather, Peter J. (org.) **The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century**: An Ethnographic Perspective. San Marino: Boydell & Brewer, 1999a. p. 41–92.

_____. The barbarian in late antiquity: image, reality, and transformation. In: Miles, Richard (org.). **Constructing Identities in Late Antiquity**. Londres: Routledge, 1999b. p. 234–258.

_____. *Foedera* and *foederati* of the fourth century. In: Noble, Thomas F. X. (org.) **From Roman Provinces to Medieval Kingdoms**. Londres: Routledge, 2006. p. 242–256.

_____. Why Did the Barbarian Cross the Rhine? **Journal of Late Antiquity**, v. 2, n. 1, p. 3–29, 2009.

_____. The Gallic Wars of Julian Caesar. In: Rebenich, Stefan e Wiemer, Hans-Ulrich (eds.). **A Companion to Julian the Apostate**. Londres: Brill, 2020. p. 64–95.

Heinen, Heinz. **Trier und das Trevererland in roemischer Zeit**. Trier: Spee-Verlag, 1985.

Heijmans, Marc. La mise en défense de la Gaule méridionale aux IVe-VIe s.. **Gallia**, n. 63, p. 59–74, 2006.

Hermanowicz, Erika. **Possidius of Calama**: A Study of the North African Episcopate in the Age of Augustine. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Hind, John G. F. Whatever Happened to the 'Agri Decumates'? **Britannia**, n. 15, p. 187–192, 1984.

Hodgkin, Thomas. Theodoric the Goth: Barbarian Champion of Civilisation. Nova Iorque: Knickerbocker Press, 1897.

Holt, Walter. Usurping a Usurper: The Poemenius Revolt at Trier. **Journal of the Numismatic Association of Australia**, v. 17, p. 71–79, 2006.

Hopkins, Keith. **Conquerors and Slaves**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

Hostein, Antony. **La cité et l'empereur:** Les Éduens dans l'empire romain d'après les panégyriques latins. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012.

Hughes, Ian. **Stilicho**: The Vandal who Saved Rome. Yorkshire: Pen & Sword Military, 2010.

Hunt, David. The Outsider Inside: Ammianus on the Rebellion of Silvanus. In: Drijvers, Jan W. e Hunt, David. **The Late Roman World and its Historian**: Interpreting Ammianus Marcellinus. Londres: Routledge, 1999. p. 51–63.

Hwang, Alexander Y. **Intrepid Lover of Perfect Grace**: The Life and Thought of Prosper of Aquitaine. Washington: The Catholic University of America Press, 2009.

Isaac, Benjamin. The Meaning of the Terms *Limes* and *Limitanei*. **The Journal of Roman Studies**, v. 78, p. 125–147, 1988.

James, Edward. **The Franks**. Oxford: Blackwell, 1988.

_____. **Europe's Barbarians:** AD 200-600. Nova Iorque: Routledge, 2010.

Jefferson, Mark. The Law of the Primate City. **Geographical Review**, v. 29, n. 2, p. 226–232, 1939.

Jiménez Garnica, Ana M. Settlement of the Visigoths in the fifth century. In: Heather, Peter J. (org.). **The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century**: An Ethnographic Perspective. San Marino: Boydell & Brewer, 1999. p. 93–128.

Jiménez Sánchez, Juan A. Acerca de la denominada Crónica de Zaragoza. **Helmántica**, v. 58, n. 177, p. 339–367, 2007.

Jonasch, Melanie. The Fortification of Secondary Settlements in Late Roman Gaul. In: Frederiksen, Rune *et al*. (eds.). **Focus on fortifications**: new research on fortifications in the ancient Mediterranean and the Near East. Oxford: Oxbow, 2016. p. 300–313.

Johnson, Stephen. Late Roman urban defences in Europe. In: Maloney, John e Hobley, Brian. **Roman urban defences in the west**. Londres: The Council for British Archaeology, 1985. p. 69–77.

Johnston, Andrew C. **The sons of Remus**: identity in Roman Gaul and Spain. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

Jones, Arnold Hugh M. **The Later Roman Empire 284–602**: A Social, Economic, and Administrative Survey. Oxford: Blackwell, 1964.

Jones, William R. The Image of the Barbarian in Medieval Europe. **Comparative Studies in Society and History,** vol. 13, no. 4, 1971, p. 376–407.

Jullien, Camille. **Histoire de la Gaule**. 4 vols. Paris: Hachette, 1924.

Kazanski, Michael. **Les Goths** (Ier–VIIe s. ap. JC). Paris: Errance, 1991.

Kelly, Cristopher. **Ruling the Later Roman Empire**. Harvard: University Press, 2004.

_____. Neither Conquest nor Settlement: Attila's Empire and Its Impact. In: Maas, Michael (org.). **The Cambridge Companion to the Age of Attila**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 193–208.

Kelly, Gavin. **Ammianus Marcellinus**: The Allusive Historian. Cambridge: University Press, 2010.

Kemmers, Fleur. **Functions and use of Roman coinage**: an overview of 21st century scholarship. Boston: Brill, 2019.

Kent, John. P. C. The revolt of Trier against Magnentius. **The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society**, v. 19, 1959, p. 105–108.

_____. FEL. TEMP. REPARATIO. **The Numismatic Chronicle**, v. 7, 1967, p. 83–90.

King, Paul D. **Law and society in the Visigothic Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

Kohlrausch, Heinrich F. T. **Die deutsche Geschichte für Schule und Haus**. Leipzig: Friedlein, 1826.

Kolb, Anne e Zingg, Lukas. The importance of internal borders in the Roman Empire: Written sources and model cases. In: Della Casa, Philippe e Deschler-Erb, Eckhard (eds.). **Rome's Internal Frontiers**: Proceedings of the 2016 RAC session in Rome. Zurich Studies in Archaeology, Vol. 11. Zurique: Chronos Verlag, 2016. p. 11–16.

Kolendo, Jerzy. La Chronologie des guerres contre les Germains au cours des dernières années de la tetrarchie. **Klio**, n 52, v. 52, p. 197–204, 1970.

Kraft, Konrad. Die Taten der Kaiser Constans und Constantius II. **Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte**, v. 9, p. 141–186, 1958.

Kramis, Simon. Unusual Treatment of the Dead outside Cemeteries in Roman Times. In: Brambilla, Elena; Deschler-Erb, Sabine; Lamboley, Jean-Luc.; Klemeshov, Aleksey e Moretto, Giovanni (orgs.). **Routines of Existence**: Time, Life and After Life in Society and Religion. Pisa: Plus-Pisa University Press, 2009. p. 86–105.

Krebs, Christopher B. **A Most Dangerous Book**: Tacitus's Germania from the Roman Empire to the Third Reich. Londres: W. W. Norton & Company, 2012.

Kulikowski, Michael. Two Councils of Turin. **The Journal of Theological Studies**, v. 47, n. 1, p. 159–168, 1996.

_____. Barbarians in Gaul, usurpers in Britain. **Britannia**, v. 31, p. 325–345, 2000a.

_____. The 'Notitia Dignitatum' as a Historical Source. **Historia**: Zeitschrift Für Alte Geschichte, v. 49, n. 3, p. 358–377, 2000.

_____. **Guerras góticas de Roma**. São Paulo: Madras, 2008.

_____. Nation versus army: a necessary contrast? In: Gillett, Andrew (org.). **On barbarian identity**: critical approaches to ethnicity in the early middle ages. Turnhout: Brepols, 2002. p. 69–84.

_____. **The Triumph of Empire**: The Roman World from Hadrian to Constantine. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

_____. The Visigothic Settlement in Aquitania: The Imperial Perspective. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2017. p. 26–38.

_____. **Imperial Tragedy**: From Constantine's Empire to the Destruction of Roman Italy AD 363-568. Londres: Profile Books, 2019.

_____. Sidonius' Political World. In: Kelly, Gavin e van Waarden, Joop (orgs.). **The Edinburgh Companion to Sidonius Apollinaris**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2020. p. 197–213.

Künzl, Ernst. **Die Alamannenbeute aus dem Rhein bei Neupotz**: Plünderungsgut aus dem römischen Gallien. 4 vol. Mainz: Verlag des RGZM, 1993.

Labaune, Yannick e Kasprzyk, Michel. Autun / Augustodunum, cité des Eduens. **Gallia**, n. 72, v. 1, p. 195–216, 2015.

Lander, J. **Roman Stone Fortifications**: Variation and Change from the First Century AD to the Fourth. Oxford: BAR, 1984.

Lavagne, Henri. Une nouvelle inscription d'Augsbourg et les causes de l'usurpation de Postume. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, n. 138, v. 2, p. 431–446, 1994.

Lavisse, Ernst. Les Préliminaires de l'Histoire d'Allemagne. **Revue des deux Mondes**, v. 55, n. 3, p. 390–417, 1885.

Le Bohec, Yann. **L'armée romaine sous le Bas-Empire**. Paris: Picard, 2006.

_____. **L'armée romaine dans la tourmente:** Une nouvelle approche de la crise du troisième siècle. Paris: du Rocher, 2009.

Levick, Barbara. Propaganda and the Imperial Coinage, **Antichthon**, v.16, p. 104 – 116, 1982.

Lee, Alan D. The Army. In: Cameron, Averil e Garnsey, Peter (orgs.). **The Cambridge Ancient History**. vol XIII: The Late Empire, A.D. 337–425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 211–237.

_____. **War in Late Antiquity**: A Social History. Oxford: University Press, 2007.

_____. Abduction and assassination: The clandestine face of Roman diplomacy in Late Antiquity. **The International History Review**, v. 31, n. 1, p. 1–23, 2009.

_____. **From Rome to Byzantium AD 363 to 565**: The Transformation of Ancient Rome. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2013.

Lenz, Karl H. Germanische Siedlungen des 3. bis 5. Jahrhunderts n. Chr. In Gallien. Schriftliche Überliegerung und archäologische Befunde. **Bericht der Römisch-Germanischen Kommission**, v. 86, p. 349 – 444, 2005.

Lenski, Noel. **Failure of Empire**: Valens and the Roman State in the Fourth Century AD. Londres: University of California Press, 2002.

Sánchez León, Juan C. **Los Bagaudas, rebeldes, demonios, mártires**: revueltas campesinas en Galia e Hispania durante el Bajo Imperio. Jaén: Universidad de Jaén, 1996.

Léotard, Eugène. **Essai sur la condition des Barbares établis dans l'Empire romain au IVe siècle**. Paris: F. Vieweg, 1873.

Le Roux, Patrick. Armées, rhétorique et politique dans l'Empire gallo-romain. À propos de l'inscription d'Augsbourg. In: _____ . **La toge et les armes**: Rome entre Méditerranée et Océan–Scripta Varia I. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011. p. 205–215.

Leschi, Louis. Les « Juvenes » de Saldae d'après une inscription métrique. **Revue Africaine: Bulletin de la Société historique algérienne**, n. 233, p. 393–419, 1927.

Levi, Annalina C. **Barbarians on Roman Imperial Coins and Sculpture**. Nova York: American Numismatic Society, 1952.

Lewis, Catrin M. Gallic identity and the Gallic *civitas* from Caesar to Gregory of Tours. In: Greatrex, Geoffrey e Mitchell, Stephen (orgs.). **Ethnicity and Culture in Late Antiquity**. Londres: Duckworth and The Classical Press of Wales, 2000. p. 69–82.

Liebeschuetz, John H. W. G. **Barbarians and Bishops**: Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Chrysostom. Oxford: Clarendon Press, 1990.

_____. The end of the ancient city. In: Rich, John (org.). **The City in Late Antiquity**. Londres: Routledge, 1992a. p. 1–49.

_____. Alaric's Goths: nation or army? In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity? Cambridge: Cambridge University Press, 1992b. p. 75–83.

_____. **The Decline and Fall of the Roman City**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. The birth of Late Antiquity. **Antiquité Tardive**, v. 12, p. 253–261, 2004.

_____. Cities, taxes, and the accommodation of the barbarians. In: Noble, Thomas F. X. (ed.) **From Roman Provinces to Medieval Kingdoms**. Londres: Routledge, 2006. p. 257–270.

Lieu, Samuel N. C. Captives, refugees and exiles: a study of cross-frontier civilian movements and contacts between Rome and Persia from Valerian to Jovian. In: Freeman, Philipp e Kennedy, David (orgs.). **The Defence of the Roman and Byzantine East**. Oxford: BAR Publishing, 1986. p. 475–505.

Lippold, Adolf. Constantius Caesar, Sieger über die Germanen, Nachfahre des Claudius Gothicus? **Chiron**, n. 11, p. 347–369, 1981.

Lorenz, Stefan. ***Imperii fines erunt intacti***: Rom und die Alamannen 350–378. Berlim: Peter Lang, 1997.

Loseby, Simon T. Aries in Late Antiquity: *Gallula Roma Arelas* and *Urbs Genesii*. In: Christie, Neil J. e Loseby, Simon T. (orgs.). **Towns in transition**: urban evolution in late antiquity and the early Middle Ages. Aldershot, 1996. p. 45–70.

_____. Decline and Change in the Cities of Late Antique Gaul. In: **Die Stadt in der Spätantike**–Niedergang oder Wandel? Stuttgart: Franz Steiner, 2006. p: 67–104.

_____. Lost cities. The End of the *civitas*-system in Frankish Gaul. In: Diefenbach, Steffen e Müller, Gernot M. (Hrsg.) **Gallien in Spätantike und Frühmittelalter**. Berlim: Walter de Gruyter, 2013. p. 223–254.

Lot, Ferdinand. Du régime de l'hospitalité. **Revue belge de philologie et d'histoire**, v. 7, n. 3, p. 975–1011, 1928.

_____. **Les invasions germaniques**: la pénétration mutuelle du monde barbare et du monde romain. Paris: Payot, 1939.

_____. **La Gaule**. Édition revue et mise à jour par Paul-Marie Duval. Verviers: Marabout, 1967.

_____. **O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 2008.

Loyen, André. Les débuts du royaume wisigoth de Toulouse. **Revue des Études Latines**, n. 12, p. 406–415, 1934.

_____. Résistants et collaborateurs en Gaule à l'époque des Grandes Invasions. **Bulletin de l'Association Guillaume Les Belles Lettres**: Lettres d'humanité, n. 22, p. 437–450, 1963.

_____. **Sidoine Apollinaire.** Tome II: Correspondence, livres I–V. Paris: Les Belles Lettres: 2003a.

_____. **Sidoine Apollinaire.** Tome III: Correspondence, livres VI–IX. Paris: Les Belles Lettres: 2003b.

Luttwak, Edward N. **The Grand Strategy of the Roman Empire:** From the First Century CE to the Third. 2nd edition revised and updated. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016.

MacGeorge, Penny. **Late Roman Warlords**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MacMullen, Ramsay. **Soldier and Civilian in the Later Roman Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

_____. **Corruption and the Decline of Rome**. New Haven: Yale University Press, 1988.

_____. **Changes in the Roman Empire**: Essays in the ordinary. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Maenchen-Helfen, Otho J. **The World of the Huns**. Berkeley: University of California Press, 1973.

Mairat, Jerome. **The Coinage of the Gallic Empire**. Tese de doutorado defendida na Universidade de Oxford, Trinity, 2014.

Malamud, Martha. **Rutilius Namatianus' Going Home**: *de Reditu Suo*. Londres: Routledge 2016.

Manuel, Susanne. The Roman Rhine. Trade along and across the border river. In: Raemaekers, Daan C. M. (org.). **A Kaleidoscope of Maritime Perspectives**: Essays on the archaeology, art history and landscape history of the maritime world view. Groningen: Barkhuis, 2013. p. 103–110.

Marcone, Arnaldo. Il matrimonio tra Romani e barbari nella legislazione tardoantica. In: Crogiez-Pétrequin, Sylvie e Jaillette, Pierre (orgs.). **Société, économie, administration dans le Code Théodosien**. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2012. p. 503–512.

Marotta, Valerio. Il problema dei *laeti*. Fonti e storiografia. In: Botta, Fabio e Loschiavo, Luca (orgs.). ***Civitas, Iura, Arma***: Organizzazioni militari, istituzioni giuridiche e strutture sociali alle origini dell'Europa (secoli III-VIII). Lecce: Edizioni Grifo, 2015. p. 117–157.

Marrou, Henri-Irénée. **Décadence romaine ou Antiquité tardive?**: III-IVe siècle. Paris: Points, 1977.

Martin, Gunther. **Dexipp von Athen**. Edition, Übersetzung und begleitende Studien. Berlim: Gunter, 2006.

Martínez Jiménez, Javier. Urban Identity and Citizenship in the West between the Fifth and Seventh Centuries. **Al-Masāq**: Journal of the Medieval Mediterranean, v. 32, n. 1, p. 87–108, 2020.

Mathisen, Ralph W. Epistolography, Literary Circles, and Family Ties in Late Roman Gaul. **Transactions of the American Philological Association**, v. 111, p. 95-109, 1981.

_____. **Roman Aristocrats in Barbarian Gaul:** Strategies for Survival in an Age of Transition. Austin: Texas University Press, 1993.

_____. e Sivan, Hagith S. Forging a New Identity: The Kingdom of Toulouse and the Frontiers of Visigothic Aquitania (418–507). In: Ferreiro, Alberto (org.). **The Visigoths**: Studies in Culture and Society. Leiden: Brill, 1999. p. 1–62.

_____. e Shanzer, Danuta (orgs). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2001.

_____. Provinciales, Gentiles, and Marriages between Romans and Barbarians in the Late Roman Empire. **The Journal of Roman Studies**, vol. 99, p. 140–155, 2009.

_____. **Ruricius of Limoges and Friends**: A Collection of Letters from Visigothic Gaul. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

_____. Concepts of Citizenship. In: Johnson, Scott F. **The Oxford handbook of Late Antiquity**. Oxford: Oxford University Press, 2012a. p. 744–763.

_____. The First Franco-Visigothic War and the Prelude to the Battle of Vouillé. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **The Battle of Vouillé, 507 CE**: Where France Began. Berlim: De Gruyter, 2012b. p. 3–10.

_____. Dating the Letters of Sidonius. van Waarden, Johannes A. e Kelly, Gavin (orgs.). **New Approaches to Sidonius Apollinaris**. Paris: Peeters, 2013a. p. 221–248.

_____. The Council of Turin (398/399) and the Reorganization of Gaul ca. 395/406. **Journal of Late Antiquity**, v. 6, n. 2, p. 264–307, 2013b.

_____. Violent Behavior and the Construction of Barbarian identity in Late Antiquity. In: Drake, Harold A. **Violence in Late Antiquity**: Perceptions and Practices. Londres: Routledge, 2016. p. 27–36.

_____. The Letters of Ruricius of Limoges and the Passage from Roman to Frankish Gaul. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Londres: Routledge, 2017. p. 101 – 115.

_____. The Settlement of the Goths in Aquitania: 418 or 419? **Revue des Études Tardo Antiques**, supl. 5, p. 277–282, 2018a.

_____. 'Roman' identity in Late Antiquity, with special attention to Gaul. In: Pohl, Walter (org.). **Transformations of Romanness in the Early Middle Ages**. Berlin: De Gruyter, 2018b. p. 255–274.

_____. Sidonius' People. In: Kelly, Gavin e van Waarden, Joop (orgs.). **Edinburgh Companion to Sidonius Apollinaris**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2020. p. 29–154.

Matijević, Krešimir. **Römische und frühchristliche Zeugnisse im Norden Obergermaniens**: Epigraphische Studien zu unterer Mosel und östlicher Eifel. Rahden: Verlag Marie Leidorf, 2010.

Matthews, John. Gallic Supporters of Theodosius. **Latomus**, v. 30, n. 4, p. 1073–1099, 1971.

_____. **Western Aristocracies and Imperial Court, AD 364–425**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

_____. **The Roman empire of Ammianus**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

_____. Roman law and barbarian identity in the late Roman west. In: Mitchell, Stephen e Greatrex, Geoffrey (orgs.). **Ethnicity and Culture in Late Antiquity**. London: Duckworth, 2000. p. 31–44.

Mattingly, David J. Being Roman: Expressing identity in a provincial setting. **Journal of Roman Archaeology**, n. 17, p. 5–25, 2004.

_____. **Imperialism, Power, and Identity**: Experiencing the Roman Empire. Princeton: Princeton University Press, 2011.

Mattingly, Harold. FEL. TEMP. REPARATIO. **The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society**, v. 13, n. 51, p. 182 – 202, 1933.

Maxwell, Alexander. Effacing Panslavism: linguistic classification and historiographic misrepresentation. **Nationalities Papers**, v. 46, n. 4, p. 633–653, 2018.

Mazimann, Jean-Pierre. Le dépôt gallo-romain d'objets métalliques de Soulce-Cernay (Doubs). **Revue Archéologique de l'Est**, v. 61, n. 148, p. 117–131, 2012.

Mazzarino, Santo. **O Fim do Mundo Antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **L'Impero romano**. Vol. 2. Roma: Laterza, 2007.

McEvoy, Meaghan. **Child Emperor Rule in the Late Roman West, AD 367–455**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Mecella, Laura. Le città dell'Oriente romano e le invasioni barbariche del III secolo d.C. **Mediterraneo Antico: Economie Società Culture**, n. 9, vol. 1, p. 241–266, 2006.

Merrills, Andrew H. **History and Geography in Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Meslin, Michel. Nationalisme, Etat, et religions à la fin du IVe siècle. **Archives de sociologie des religions**, v. 18, p. 3–20, 1964.

Millar, Fergus. **Rome, the Greek World and the East**: Government, Society and Culture in the Roman Empire. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

Miller, David H. Frontier societies and the transition between Late Antiquity and the early Middle Ages. In: Mathisen, Ralph e Sivan, Hagith. **Shifting Frontiers in Late Antiquity**. Aldershot: Variorum, 1996. p. 158–171.

Mitchell, Stephen. **A History of the Later Roman Empire**: AD 284–641. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015.

Mleczek, Anna. Julian the apostate's religious policy and *renovatio imperii morumque* in the *Res Gestae* of Ammianus Marcellinus. **Classica Cracoviensia**, v. 23, p. 77–116, 2020.

Modéran, Yves. L'établissement de barbares sur le territoire romain. In: Moatti, Claudia (ed.). **La mobilité des personnes en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne**: procédures de contrôle et documents d'identifications. Rome: École française de Rome, 2004. p. 337–397.

_____. **L'Empire romain tardif**: 235–395 ap. J.-C. Paris: Elipses, 2006.

_____. L'établissement territorial des Vandales en Afrique. **Antiquité Tardive**, v. 10, p. 87–122, 2002.

Mommsen, Theodor. Die *Inschrift von Hissarlik* und die *römische* Sammtherrschaft in ihrem titularen Ausdruck. **Hermes**, n. 17, v. 4, p. 523–544, 1882.

_____. Das Römische Militärwesen Seit Diocletian. **Hermes**, n. 24., v. 2, p. 195–279, 1889.

_____. **A History of Rome under the Emperors**: Based on the lecture notes of Sebastian and Paul Hensel, 1882–6. Londres: Routledge, 1999.

Moore, Tom. Beyond Iron Age 'towns': Examining oppida as examples of low-density urbanism. **Oxford Journal of Archaeology**, v. 36, n. 3, p. 287–305, 2017.

Mratschek, Sigrid. The Letter Collection of Sidonius Apollinaris. In: Sogno, Cristiana; Storin, Bradley K. e Watts, Edward J. (orgs.) **Late Antique Letter Collections**: A Critical Introduction and Reference Guide. Oakland: University of California Press, 2017. p. 309–336.

Muhlberger, Steven. **The Fifth-Century Chroniclers**. Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicle of 452. Leeds: Francis Cairns, 1990.

_____. Looking back from mid-century: the Gallic Chronicler of 452 and the crisis of Honorius' reign. In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 28–37.

Murray, Alexander C. The Merovingian State and Administration in the Times of Gregory of Tours. In: _____. (ed.) **A Companion to Gregory of Tours**. Boston: Brill, 2015. p. 191–231.

Nesselhauf, Herbert. Die spätrömische Verwaltung der gallisch-germanischen Länder. **Abhandlungen der Preußischen Akademie der Wissenschaften**. n. 2, p. 5–23, 1938.

Nixon, Carl E. V. Relations between Visigoths and Romans in fifth-century Gaul. In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 64–74.

_____. e Rodgers, Barbara S. **In Praise of Later Roman Emperors**: The *Panegyrici Latini*. Berkley: University of California Press, 1994.

Nobbs, Alanna. Philostorgius' Place in the Tradition of Ecclesiastical Historiography. **Prudentia**, v. 26 (supl.), p. 198–207, 1994.

Odahl, Charles M. Constantinian Arles and Its Christian Minters. **New England Classical Journal**, v. 35, n. 1, p. 3–20, 2008.

Oliveira, Julio Cesar M. de. O forte romano de *Gholaia* (Bu Njem): exército, sociedade e cultura na Tripolitânia romana. In: Carlan, Cláudio U. *et al*. **História Militar do Mundo Antigo**: Guerras e Culturas. São Paulo: Anablume, 2012. p. 173–196.

_____. Grupos, identidades e estratégias sociais. In: Oliveira, Julio Cesar M. de **Sociedade e Cultura na África Romana**: oito ensaios e duas traduções. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 155–169.

Omissi, Adrastos. **Emperors and Usurpers in the Later Roman Empire**: Civil War, Panegyric, and the Construction of Legitimacy. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Opreanu, Coriolan H. e Lăzărescu, Vlad-Andrei. The *limes* as a contact zone between *Orbis Romanus* and *Barbaricum*. In: Opreanu, Coriolan H. e Lăzărescu, Vlad-Andrei. **Landscape Archaeology on the Northern Frontier of the Roman Empire at Porolissum:** An interdisciplinary research project. Cluj-Napoca: Mega, 2016. p. 43–48.

Osterhaus, Udo. Wurde aus römischer Baderuine eine mittelalterliche Kirche?: zu den Ausgrabungen in Regensburg-Harting, Stadt Regensburg, Oberpfalz. In: **Das archäologische Jahr in Bayern** (1984). Stuttgart: Konrad Theiss, 1985. p. 148–151.

Overbeck, Mechtild e Overbeck, Bernhard. Die Revolte des Poemenius zu Trier. Dichtung und Wahrheit. In: Barceló, Pedro e Rosenberger, Veit (orgs.), **Humanitas**: Beiträge zur antiken Kulturgeschichte. Festschrift für Gunther Gottlieb. Munique: Verlag Ernst Vögel, 2001. p. 235–246.

Pabst, A. ***Quintus Aurelius Symmachus***: Reden. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1989.

Palanque, Jean-Remy. La date du transfert de la préfecture des Gaules de Trèves à Arles. Revue des études anciennes, v. 36, n. 3, p. 358–365, 1934.

_____. Review of L'Empire chrétien (325–395). (Histoire générale fondée par Gustave Glotz, Histoire romaine, t. IV, 2 e partie), by A. Piganiol. **Revue Historique**, v. 199 n.1, p. 105–110, 1948.

_____. Du nouveau sur la date du transfert de la préfecture des Gaules de Trêves à Arles? **Provence historique**, v. 23, p. 29–38, 1973.

Papa, Giovanni. *Multae gentes... quibus terrae laeticae administrandae sunt*. A proposito di CTh. 13.11.10. ***Studia et Documenta Historiae et Iuri***, n. 82, p. 177–190, 2016.

Paradziński, Aleksander. The Usurpation of Silvanus and Ethnic Identity. In: Lewandowska, Dominika *et al*. **ΣΧΟΛΗ. Cupido dominandi**: Żądza władzy – władza nad żądzą. Lust for Power – Power over Lust. Varsóvia: Wydawnictwo Naukowe Sub Lupa, 2015. p. 73 – 94.

Paschoud, François. **Roma Aeterna**: études sur le patriotisme romain dans l'Occident latin à l'époque des grandes invasions. Neuchâtel: Institut Suisse de Rome, 1967.

_____. Valentinien travesti, ou de la malignité d'Ammien. In: Boeft, J. den; Hengst, D. den e Teitler, H.C. ***Cognitio gestorum***: The historiographic art of Ammianus Marcellinus. Amsterdam: North-Holland, 1992, p. 67–84.

Petit, Paul. **Le Bas-Empire**: 284–395. Paris: Éditions Points, 1974 (versão para Kindle de 2014).

Piganiol, André. **L'Empire Chrétien**. Paris: PUF, 1972.

Pitts, Lynn. F. Roman Style Buildings in *Barbaricum* (Moravia and SW Slovakia), **Oxford Journal of Archaeology**, v. 6, n. 2, p. 219–236, 1987.

Pohl, Walter. Ethnicity, Theory, and Tradition: A Response. In: Gillett, Andrew (org.). **On Barbarian Identity**: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2002. p. 221–240.

Pohlmann, Janira F. A História na narrativa do Breviário de Eutrópio (século IV d.C.). In: Carvalho, Margarida Maria; Silva, Glaydson José da; Silva, Maria Aparceida de Oliveira (Orgs.). **A Ideia de História na Antiguidade Tardia**. Curitiba: CRV, 2021. p. 91-108.

Porena, Pierfrancesco e Rivière, Yann (orgs.). **Expropriations et confiscations dans les royaumes barbares**: une approche régionale. Roma: EFR, 2012.

Potter, David S. **The Roman Empire at Bay**: AD 180–395. Londres: Routledge, 2004.

_____. The Transformation of the Empire: 235–337 CE. In: _____ (org.). **A companion to the Roman Empire**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 153–174.

Perevalov, S. M. Bazas 414: la rupture de l'alliance alano-gothique. **Dialogues d'histoire ancienne**, v. 26, n. 1, p. 175–193, 2000.

Rasbach, Gabriele e Becker, Armin. Die spätaugusteische Stadtgründung in Lahnau-Waldgirmes. Archäologische, architektonische und naturwissenschaftliche Untersuchungen. **Germania**, n. 81, 2003, p. 147–199.

Rebillard, Éric. **Christians and their many identities in Late Antiquity**: North Africa, 200 – 450 CE. Londres: Cornell University Press, 2012.

Reddé, Michel. Les capitales des cités gauloises, *simulacra Romae* ?. **Gallia**, n. 72–1, p. 1–17, 2015.

Reis, Gabriel F. **Identidades e Fronteiras na Antiguidade Tardia**. Negociações de poder entre gauleses, itálicos e germânicos nas obras de Sidônio Apolinário (século V EC). São João de Meriti: Desalinho, 2022.

Ribeiro, Erik H. Grande Estratégia. In: Saint-Pierre, Héctor L. e Vitelli, Marina G. (orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

Richardson, Gavin. The Barbarian Hut Centenionalis and Vergilian Iconography. **Vergilius**, v. 54, p. 70–96, 2008.

Rivet, A. L. F. The *Notitia Galliarum*: some questions. In: Goodbum, R. e Bartholomew, P. (orgs.) **Aspects of the *Notitia Dignitatum***. Roma: BAR, 1976. p. 119–141.

Rouche, Michel. Le changement des noms des villes gauloises au IIIe siècle. **Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France**, a. 1964, p. 96–98, 1965.

_____. Le changement de nom des chefs-lieux de cités en Gaule au Bas-Empire. In: _____. **Le Choc des cultures**: Romanité, Germanité, Chretienté durant la Haut Moyen Âge. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2003. p. 13–35.

Rigsby, Kent J. Two Danubian Epitaphs. **Zeitschrift Für Papyrologie Und Epigraphik**, v. 126, p. 175–176, 1999.

Rivera, Alberto T. La Fel Temp Reparatio. **Monete Antiche:** bimestrale di numismatica classica e medievale, an. VIII, v. 44, 2009, p. 21–32.

Roberts, Michael. Barbarians in Gaul: the response of the poets. In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 97–106.

Rostovtzeff, Mikhail I. Bolshevist Russia and Civilized Mankind. **The Journal of International Relations**, v. 11, n. 4, p. 517–528, 1921.

_____. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Schallmeyer, Egon. Zur Chronologie in der römischen Archäologie. **Archäologisches Korrespondenzblatt**, n. 17, p. 483–497, 1987.

Scharf, Ralf. Der Spanische Kaiser Maximus Und Die Ansiedlung Der Westgoten in Aquitanien. **Historia**: Zeitschrift Für Alte Geschichte, v. 41, n. 3, p. 374–384, 1992.

Schmidt-Hofner, Sebastian. Barbarian Migrations and the Agrarian Economy of the Later Roman Empire in the Fourth Century CE. In: Brather-Walter, Susanne (org.). **Archaeology, History and Biosciences**: Interdisciplinary Perspectives. Berlim: Walter de Gruyter, 2019. p 55–84.

Schnabel, Paul. Die Weltkarte des Agrippa als wissenschaftliches Mittelglied zwischen Hipparch und Ptolemaeus. **Philologus**: Zeitschrift für das klassische altertum, v. 90, p. 405 – 441, 1935.

Scholze, Heinrich. ***De temporibvs librorvm Themistii***. Göttingen: Officina Academica Dieterichiana Typis Expressit, 1911.

Schönberger, Hans. The Roman Frontier in Germany: An Archaeological Survey. **The Journal of Roman Studies**, v. 59, n. 1/2, p. 144–197, 1969.

Schröter, Peter. Skelettreste aus zwei römischen Brunnen von Regensburg-Harting als archäologische Belege für Menschenopfer bei den Germanen der Kaiserzeit. In: **Das archäologische Jahr in Bayern** (1984). Stuttgart: Konrad Theiss, 1985. p. 118–120.

Schwarcz, Andreas. The Visigothic Settlement in Aquitania: Chronology and Archaeology. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul**: Revisiting the Sources. Michigan: Ashgate, 2017. p. 15–25.

Séguy, Isabelle. Current Trends in Roman Demography and Empirical Approaches to the Dynamics of the Limes Populations. In: Verhagen, Philip; Joyce, Jamie e Groenhuijzen, Mark R. (orgs.) Finding the Limits of the *Limes* Modelling Demography, Economy and Transport on the Edge of the Roman Empire. Cham: Springer, 2019. p. 23–42.

Senneville-Grave, Ghislaine de. **Sulpice Sévère**: Chroniques. Introduction, texte critique, traduction et commentaire. Paris: Les Éditions du Cerf, 1999.

Shanzer, Danuta. The Date and Literary Context of Ausonius's 'Mosella': Valentinian I's Alamannic Campaigns and an Unnamed Office-Holder. **Historia**: Zeitschrift Für Alte Geschichte, v. 47, n. 2, p. 204–233, 1998.

Shawn, Brent. Eaters of Flesh, Drinkers of Milk: The Ancient Mediterranean Ideology of the Pastoral Nomad. **Ancient Society**, n. 13/14, p. 5–31, 1982/1983.

Sheridan, James J. The Altar of Victory: Paganism's Last Battle. **L'Antiquité Classique**, v. 35, n. 1, p. 186-206, 1966.

Sherwin-White, Adrian N. **The Roman Citizenship**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

Silva, Gilvan V. da. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: Joly, Fabio Duarte (org.). **História e retórica**: ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007. p. 165–182.

Silva, Uiran G. da. Governando Camponeses: Colonato e Mobilidade no Império Romano Tardio. **Anos 90**, v. 24, n. 46, p. 185–210, 2010.

Simpson, Christopher J. Julian and the "laeti": A Note on Ammianus Marcellinus, XX, 8, 13. **Latomus**, v. 36, n. 2, p. 519–521, 1977.

_____. *Laeti* in the *Notitia Dignitatum*. "Regular" Soldiers vs. "Soldier-Farmers". **Revue belge de Philologie et d'Histoire**, v. 66, n .1, p. 80–85, 1988.

Sivan, Hagith S. Rutilius Namatianus, Constantius III and the Return to Gaul in Light of New Evidence. **Mediaeval Studies**, v. 48, p. 322–332, 1986.

_____. On *Foederati*, *Hospitalitas*, and the Settlement of the Goths in A.D. 418. **The American Journal of Philology**, v. 108, n. 4, p. 759–772, 1987.

_____. Sidonius Apollinaris, Theodoric II, and Gothic-Roman Politics from Avitus to Anthemius. **Hermes**, v. 117, n. 1, p. 85–94, 1989.

_____. The historian Eusebius (of Nantes). **The Journal of Hellenic Studies,** v. 112, p. 158–163, 1992.

_____. Why not marry a barbarian? Marital frontiers in Late Antiquity (the example of *CTh* 3.14.1). In: Mathisen, Ralph W. e Sivan, Hagith. **Shifting Frontiers in Late Antiquity**. Aldershot: Variorum, 1996. p. 136–145.

_____. The appropriation of Roman law in barbarian hands: “Roman-barbarian” marriage in Visigothic Gaul and Spain. In: Pohl, Walter e Reimitz, Helmut (orgs.). **Strategies of Distinction**: The Construction of Ethnic Communities, 300–800. Boston: Brill, 1998. p. 189–204.

Sogno, Cristiana; Storin, Bradley K. e Watts, Edward J. Introduction: Greek and Latin Epistolography and Epistolary Collections in Late Antiquity. In: Sogno, Cristiana; Storin, Bradley K. e Watts, Edward J. (orgs.) **Late Antique Letter Collections**: A Critical Introduction and Reference Guide. Oakland: University of California Press, 2017. p. 1–10.

Sombart, Werner. **The Jews and Modern Capitalism**. Kitchener: Batoche, 2001.

Southern, Pat e Dixon, Karen R. **The Late Roman Army**. Londres: Routledge: 2014.

Stein, Ernest. **Histoire du Bas-Empire**. Tomo II: De la disparition de l'Empire d'Occident à la mort de Justinien. Paris: Desclée de Brouwer, 1949.

_____. **Histoire du Bas-Empire**. Tomo I: De l’État Romain à l’État Byzantin (284–476). Paris: Desclée de Brouwer, 1959.

Stevens, Courtenay E. Roman Gaul. In: Wallace-Hadrill, John M. e McManners, John (orgs.). **France**: government and society. London: Methuen, 1970. p. 19–35.

Stevens, Saskia. *Candentia Moenia*. The Symbolism of Roman City Walls. In: Frederiksen, Rune *et al*. (eds.). **Focus on fortifications**: new research on fortifications in the ancient Mediterranean and the Near East. Oxford: Oxbow, 2016. p. 288–299.

Stroheker, Karl F. Alamannen im römischen Reichsdienst. In: Kroymann, Jürgen e Zinn, Ernst (orgs.). **Eranion**: Festschrift für Hildebrecht Hommel. Berlim: Walter de Gruyter, 1961.

Sundwall, Johannes. **Weströmische Studien**. Berlin: Mayer & Müller, 1915.

Szidat, Joachim. Die Usurpation des Eugenius. **Historia**: Zeitschrift für Alte Geschichte. v. 28, n. 4, p. 487–508, 1979.

_____. ***Usurpator tanti nominis***: Kaiser und Usurpator in der Spätantike (337–476 n. Chr.). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2010.

Takács, Levente. Empty lands in the Roman Empire. In: Grüll, Tibor. **Mobility and Transfer**: Studies on Ancient Economy. Budapeste: L’Harmattan, 2018. p. 95–108.

Tarozzi, Simona. Riforma dello Stato e gestione della terra. La questione degli *agri deserti* nella prospettiva dei Codici tardo antichi. Alcuni spunti di riflessione. **Mélanges de l'École française de Rome**: antiquité, n. 125, v. 2, p. 461–467, 2013.

Taylor, Bayard. **A History of Germany**: from the Earliest Times to the Present Day. Nova Iorque: Appleton, 1894.

Teitler, Hans C. *Visa vel lecta*? Ammianus on Persia and the Persians. In: Drijvers, Jan Willem e Hunt, David. **The Late Roman World and Its Historian**: Interpreting Ammianus Marcellinus. Londres: Routledge, 1999, p. 191–197.

_____. Ammianus On Valentinian. Some Observations. In: Boeft, J. den; Drijvers, Jan W.; Hengst, D. den e Teitler, Hans C. **Ammianus after Julian**: The Reign of Valentinian and Valens in Books 26-31 of the *Res Gestae*. Boston: Brill, 2007, p. 53–70.

Thoma, Winfried. Nochmals zum Thema „FEL TEMP REPARATIO". **Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte**, v. 16, p. 77 – 84, 1996.

Thompson, Edward A. **The historical work of Ammianus Marcellinus**. Cambridge: Cambridge University Press, 1947.

_____. **A history of Attila and the Huns**. Oxford: Clarendon, 1948.

_____. **The Goths in Spain**. Oxford: Clarendon, 1969.

_____. The Settlement of the Barbarians in Southern Gaul. In: _____. **Romans and Barbarians**: The Decline of the Western Empire. Madison: The University of Wisconsin Press, 1982a. p. 23–37.

_____. Appendix: The Visigoths in Aquitaine: Why? In: _____. **Romans and Barbarians**: The Decline of the Western Empire. Madison: The University of Wisconsin Press, 1982b. p. 251–256

Todd, Malcolm. **The Early Germans**. Oxford: Blackwell, 2004.

Trigger, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Trout, Dennis E. **Paulinus of Nola**: Life, Letters, and Poems. Berkley: University of California Press, 1999.

Turcan, Robert. Empreinte en plomb d'un revers de médaillon impérial. In: Turcan, Robert. ***Nigra moneta***: sceaux, jetons, tessères, amulettes, plombs monétaires ou monétiformes, objets divers en plomb ou en étain d'époque romaine conservés au Musée des beaux-arts de Lyon (Palais Saint-Pierre), avec un appendice sur l'empreinte en plomb d'un coin de médaillon impérial. Paris: De Boccard, 1987. p. 183–195.

Tybout, Rolf A. Symbolik und Aktualität bei den Fel. Temp. Reparatio-Prägungen. **Bulletin Antieke Beschaving**, v. 55, p. 51 – 63, 1980.

Underwood, Douglas. City Walls as Regional and Imperial Strategy? The Case of South Languedoc. In: Frederiksen, Rune *et al*. (eds.). **Focus on fortifications**: new research on fortifications in the ancient Mediterranean and the Near East. Oxford: Oxbow, 2016. p. 477–491.

van Andringa, William. Le cens, l'autel et la ville chef-lieu: Auguste et l'urbanisation des Trois Gaules. **Gallia**. n. 72–1, p. 19–33, 2015.

Vaneerdewegh, Nick. Fel Temp Reparatio: image, audience and meaning in the mid-4th century. **Revue Belge de Numismatique et de Sigillographie**, v. 163, 2017, p. 143 – 166.

van Hoof, Lieve e van Nuffelen, Peter. **The Fragmentary Latin Histories of Late Antiquity (AD 300–620)**. Edition, Translation and Commentary. Cambridge, Cambridge University Press, 2020.

van Ossel, Paul. **Etablissements ruraux de l'Antiquité tardive dans le nord de la Gaule**. Paris: Editions du CNRS, 1992.

_____. e Ouzoulias, Pierre. Rural settlement economy in Northern Gaul in the Late Empire: an overview and assessment. **Journal of Roman Archaeology**, v. 13, p. 133–160, 2000.

van Waarden, J. A. **Writing to survive**: A commentary on Sidonius Apollinaris, Letters Book 7. v. 1: The episcopal letters 1-11, 2009, p. 6-58.

Wallace-Hadrill, Andrew. Family and Inheritance in the Augustan Marriage Laws. In: Edmondson, Jonathan (org.). **Augustus**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2009. p. 250–274.

_____. Civitas Romana: The Fluidity of an Ideal. **Al-Masāq**: Journal of the Medieval Mediterranean, v. 32, n. 1, p. 18–33, 2020.

Wallace-Hadrill, John M. **The Barbarian West 400-1000.** Oxford: Hutchinson 1967.

_____. *Gothia* and *Romania*. In: Wallace-Hadrill, John M. **The Long-Haired Kings** and Other Studies in Frankish History. Londres: Routledge, 2020. p. 25–48.

Walsh, Patrick G. **Letters of St. Paulinus of Nola**. Volume 2: Letters 23–51. Westminster: Newman, 1967.

Wanner, Robert e Sena, Eric C. De. Three Dying Towns: Reflections on the Immediate Post-Roman Phase of Napoca, Potaissa and Porolissum. In: Sami, Denis e Speed, Gavin (orgs.). **Debating Urbanism**: Within and Beyond the Walls, AD 300–700. Leicester: University of Leicester School of Archaeology and Ancient History, 2010. p. 7–28.

Ward-Perkins, Bryan. Jones and the Late Roman Economy. In: Gwynn, David M. (org.). **A.H.M Jones and the Later Roman Empire**. Leiden: Brill, 2008, p. 193–212.

_____. **The Fall of Rome and the End of Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Weiser, Wolfram. „Felicium Temporum Reparatio“. **Schweizerische Numismatische Rundschau**, v. 66, p. 161 – 179, 1987.

Werner, Joachim. Zur Entstehung der Reihengräberzivilisation**. Archaeologia Geographica**, v. 1, p. 23–32, 1950.

Whittaker, Charles R. *Agri Deserti*. In: Finley, Moses I. (org.) **Studies in Roman Property**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. p. 137–166 e 193–200.

_____. **Frontiers of the Roman Empire**: a social and economic study. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

_____. L'importance des invasions du Bas-Empire: peut-on faire confiance aux historiens ? **Revue du Nord**, t. 77, n. 313, p. 11–20, 1995.

_____. **Rome and its Frontiers**: The Dynamics of Empire. London: Routledge, 2004a.

_____. The Use and Abuse of Immigrants in the Later Roman Empire. In: MOATTI, Claudia (ed.). **La mobilité des personnes en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne**: procédures de contrôle et documents d'identifications. Rome: École française de Rome, 2004b. p. 127–153.

Wickham, Chris. **Framing the early Middle Ages**: Europe and the Mediterranean 400–800. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Wijnendaele, Jeroen W. P. **The Last of the Romans**: Bonifatius – Warlord and *comes Africae*. Londres: Bloomsbury, 2015.

_____. Stilicho, Radagaisus, and the So-Called "Battle of Faesulae" (406 CE). **Journal of Late Antiquity**, v. 9, n. 1, p. 267–284, 2016.

_____. 'Dagli altari alla polvere.' Alaric, Constantine III, and the downfall of Stilicho. **Journal of Ancient History**, v. 6, n. 2, p. 260–277, 2018.

Wild, John P. Borrowed Names for Borrowed Things? **Antiquity**, v. 44, n. 174, 1970, p. 125–130.

_____. Loanwards and Roman Expansion in North-West Europe. **World Archaeology**, v. 8, n. 1, 1976, pp. 57–64.

Wiedemann, T.E.C. Between men and beasts: Barbarians in Ammianus Marcellinus. In: Moxon, I. S.; Smart J. D. e Woodman A. J. (orgs.) **Past perspectives**: Studies in Greek and Roman historical writing. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 135–154.

Wigg-Wolf, David. Waldgirmes - eine augusteische Stadtgründung in Germanien. **Numismatisches Nachrichtenblatt**, n. 58/9, p. 367–372, 2009.

Wightman, Edith M. **Roman Trier and the Treveri**. Londres: Hart-Davis, 1970.

_____. **Gallia Belgica**. Berkley: University of California Press, 1985.

Williams, Daniel H. **Ambrose of Milan and the end of the Nicene-Arian conflicts**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

Wolff, Hartmut. Die regionale Gliederung Galliens im Rahmen der römischen Reichspolitik. In: Gottlieb, Gunther. (org.), **Raumordnung im römischen Reich**: Zur regionalen Gliederung in den gallischen Provinzen, in Rätien, Noricum und Pannonien. Munique: Ernst Vögel, 1989. p. 1–36.

Wolfram, Herwig. The Goths in Aquitaine. **German Studies Review**, v. 2, n. 2, p. 153–168, 1979.

_____. **Histoire des Goths**. Paris: Albin Michel, 1990.

_____. **The Roman Empire and Its Germanic Peoples**. Berkeley: University of California Press, 1997.

Wood, Ian N. Continuity or calamity: the constraints of literary models. In: Drinkwater, John F. e Elton, Hugh. (orgs.). **Fifth-Century Gaul**: A Crisis of Identity?. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 9–18.

_____. **The Merovingian Kingdoms, 450–751**. Londres: Longman, 1994.

_____. The barbarian invasions and first settlements. In: Cameron, Averil e Garnsey, Peter (orgs.). **The Cambridge Ancient History**. vol XIII: The Late Empire, A.D. 337–425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 516–537.

_____. Barbarians, Historians, and the Construction of National Identities. **Journal of Late Antiquity**, v. 1, n. 1, p. 61–81, 2008.

_____. The Uses and Abuses of the Barbarian Invasions in the Nineteenth and Twentieth Centuries. In: Geary, Patrick J. e Klaniczay, Gábor (orgs.). **Manufacturing Middle Ages**: Entangled History of Medievalism in Nineteenth-Century Europe. Oxford: Brill, 2013. p. 51–69.

Wood, Jamie. Isidore of Seville as an Historian. In: Fear, Andrew e Wood, Jamie (orgs.). **A Companion to Isidore of Seville**. Leiden: Brill, 2020. p. 153–181.

_____. **The Politics of Identity in Visigoth Spain**: Religion and Power in the Histories of Isidor of Seville. Leiden: Brill, 2012.

Woolf, Greg. Rethinking the oppida. **Oxford Journal of Archaeology**, v. 12, n. 2, p. 223–234, 1993.

_____. “The uses of forgetfulness in Roman Gaul”. In: Gehrke, Hans-Joachim and A. Möller, Astrid (eds.), **Vergangenheit und Lebenswelt**. Soziale Kommunikation, Traditionsbildung und historisches Bewußtein. Tübingen: Gunter Narr, 1996. p. 361–381.

_____. Beyond Romans and natives. **World Archaeology**, v. 28, n. 3, p. 339–350, 1997.

_____. **Becoming Roman:** The Origins of Provincial Civilization in Gaul. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. **Tales of the Barbarians:** Ethnography and Empire in the Roman West. Oxford: Blackwell, 2011.

_____. Moving Peoples in the Early Roman Empire. In: Lo Cascio, Elio e Tacoma, Laurens E. **The Impact of Mobility and Migration in the Roman Empire**. Leiden: Brill, 2017. p. 25–41.

Young, Bailey K. Has Anyone Seen the Barbarians? Remarks on the Missing Archeology of the Visigoths in Gaul. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs.). **The Battle of Vouillé, 507 CE**: Where France Began. Berlim: De Gruyter, 2012. p. 183–202.

Zeiler, Jacques. L'apparition du mot *Romania* chez les écrivains latins. **Revue des Études Latines**, v. 7, p. 194–198, 1929.

Zeisel, William M. **The revolt of Magnentius**: AD 350–353. Chicago: ProQuest Dissertations Publishing, 1967.

Ziche, Hartmut. Barbarian Raiders and Barbarian Peasants: Models of Ideological and Economic Integration. In: Mathisen, Ralph W. e Shanzer, Danuta (orgs). **Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World**: Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity. Farnham: Ashgate, 2011. p. 199–222.